



revista DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ano XVI • Edição especial • Dezembro de 2015 • Salvador, BA

Rio São Francisco: Cultura, Identidade e Desenvolvimento *The São Francisco River: Culture, Identity and Development*



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES.

Editora Unifacs

REVISTA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

RdE *revista* _____ **DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Ano XVII • Edição Especial • Dezembro de 2015 • Salvador, BA



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano

EXPEDIENTE

REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO A
Revista de Desenvolvimento Econômico é uma publicação
semestral do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade
Salvador – UNIFACS.

Universidade Salvador – UNIFACS Laureate International
Universities
Presidente
Marcelo Henrik
Chanceler

Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho
Reitora

Márcia Pereira Fernandes de Barros
Pró-reitora de Pesquisa e Extensão Comunitária
Carolina de Andrade Spinola
Coordenadora Geral da Pós-graduação Lato Sensu
Márcia de Fátima Santana Maia

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e
Urbano – PPDRU

Laumar Neves de Souza
Coordenadora do Centro Cultural e Editora – UNIFACS
Gismália Marcelino Mendonça
Conselho Editorial

Prof. Dr. Alcides Caldas
Prof.ª Dra. Bárbara-Christine Nentwig Silva
Prof.ª Dra. Debora Cordeiro Braga
Prof. Dr. Benny Kramer Costa
Prof. Dr. José Manoel G. Gândara
Prof. Dr. Luiz Gonzaga G. Trigo
Prof. Dr. Fernando C. Pedrão
Prof. Dr. Noelio D. Spinola
Prof. Dr. Pedro Vasconcelos

Prof.ª Dra. Regina Celeste de Almeida Souza
Prof.ª Dra. Rosélia Piquet
Prof. Dr. Rossine Cruz

Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva
Prof. Dr. Tomás Albuquerque Lapa
Prof.ª Vera Lúcia Nascimento Brito
Prof. Victor Gradin
Editor Redator Chefe
Prof. Dr. Noelio D. Spinola

Coordenação Técnica desta Edição
Prof.ª Dra. Regina Celeste de Almeida Souza
Assistente da Coordenação
Msc. Analice Passos Costa Gramacho
Editoração Eletrônica

Nexodoc Consultoria em Tecnologia da Informação LTDA.
Capa e Editoração Gráfica

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte do artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. Os textos desta edição foram aprovados para apresentação no VII Workshop Rio São Francisco: Cultura, Identidade e Desenvolvimento - III Encontro Ambiental – I Seminário de Direito Ambiental "Múltiplos usos na Bacia e efeitos sobre o baixo curso" Promovido na cidade de Penedo - AL no período de 30 de agosto a 01 de setembro de 2015 pelo Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente - (GPTURIS) do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador - (Unifacs) em parceria com a Fundação Educacional do Baixo São Francisco (FEBSFRM); Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Faculdade Raimundo Marinho; Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e o Comitê de Bacia Hidrográfica. É vedada a reprodução integral de artigos sem a formal autorização da redação.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua José Peroba nº 251, 7º andar, sala 702 - STIEP Salvador
- Bahia, CEP 41770235 - Tel: 3273 8528
MAIL: rde@unifacs.br - spinolanoelio@gmail.com



Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU

EXPEDIENTE E REGISTROS

INDEXAÇÃO

A Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE é indexada por: GeoDados: Indexador de Geografia e Ciências Sociais < <http://www.geodados.uem.br> > Universidad Nacional Autónoma de México CLASE Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades: < <http://www.dgbiblio.unam.mx> >

A RDE foi classificada pelo QUALIS da CAPES como B2 pelas áreas de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (área do Programa responsável pela sua edição) e Arquitetura e Urbanismo.

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional,
conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

FICHA CATALOGRÁFICA

RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. – Ano 1, n.1, (nov.1998).
– Salvador: Departamento de Ciências Sociais Aplicadas 2 / Universidade Salvador, 1998.

v.: 30 cm.
Semestral
ISSN 1516-1684

Ano I, n. 1 (nov. 1988); Ano I, n. 2 (jun. 1999); Ano 2, n. 3 (jan. 2000); Ano 3 n. 4 (jul. 2001); Ano 3, n. 5 (dez. 2001); Ano 4, n. 6 (jul. 2002); Ano 4, n. 7 (dez. 2002); Ano 5, n. 8 (jul. 2003); Ano 6, n. 9 (jan. 2004); Ano 6, n. 10 (jul. 2004); Ano 7, n. 11 (jan. 2005); Ano 7, n. 12 (jul. 2005); Ano 8, n. 13 (jan. 2006); Ano 8, n. 14 (jul. 2006); Ano 9, n. 15 (jan. 2007); Ano 9, n.16 (dez. 2007); Ano 10, n. 17 (jan. 2008); Ano 10, n.18 (jul. 2008); Ano 11, n. 19 (jan. 2009); Ano 11, n. 20 (jul. 2009); Ano 12, n. 21 (jul. 2010); Ano 12, ed. esp. (dez. 2010); Ano 13, n. 22 (dez. 2010); Ano 13, n. 23 (jun. 2011); Ano 13, n. 24 (dez. 2011); Ano 14, n. 25 (jun. 2012); Ano 14, n. 26 (dez. 2012); Ano 15, n. 27 (jun. 2013); Ano 15, n. 28 (dez. 2013); Ano 16, n. 29 (jun. 2014); Ano 16, n. 30 (dez. 2014); Ano 17, n. 31 (jun. 2015). Ano 17, ed.esp.(dez. 2015)
ISSN eletrônico 2178-8022

1. Economia – Periódicos. II. UNIFACS – Universidade Salvador.
UNIFACS.
CDD 330

Pede-se permuta
On demande l'échange
We ask for exchange Pede-
se canje
Si richiede lo scambo
Mann bitted um austausch

EDITORIAL

Como dissemos há cinco anos passados, na primeira edição especial da RDE sobre o Rio São Francisco, Opará era o rio-mar para as tribos que segundo os arqueólogos habitavam as margens do São Francisco, há mais de 10 mil anos. A partir da sua descoberta por Américo Vespúcio, em outubro de 1501, teve início a saga dos mais fracos. Destruídos e desalojados pelos colonizadores os Pankararu, Atikum, Kimbiwa, Truka, Kiriri, Tuxa e Pankarare são alguns dos remanescentes cujos territórios foram tomados e hoje esmolam a ajuda da FUNAI e do Cimi.

Depois do nome oficial de São Francisco, outros batizaram o rio carinhosamente de Velho Chico, e patrioticamente de Rio da Integração Nacional, por cruzar do Sul ao Norte/Nordeste, cinco estados da federação e ter servido de caminho para as boiadas e os povoadores do sertão.

Ao que tudo indica em médio prazo mudará outra vez de nome. Quem sabe para Rio Seco, pois está secando. Não corre mais como o mar, dos olhos ancestrais de seus primitivos usuários, perdendo gradativamente a sua navegabilidade pelo assoreamento do seu leito e destruição das suas matas ciliares. O uso predatório e desregrado das suas águas reduz a sua vazão. Para entender este trágico processo basta que se leia o livro *Flora das caatingas do Rio São Francisco: história natural e conservação* publicado em 2012 pelo professor e pesquisador J. Siqueira Filho.

Estão matando o rio. E uma parte da comunidade grita, reclama, denuncia. A RDE solidariza-se com esta luta dedicando ao São Francisco esta edição especial organizada pela Professora Doutora Regina Celeste de Souza, geógrafa e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Salvador/Laureate, abrindo seu espaço para o VII Workshop Rio São Francisco: Cultura, Identidade e Desenvolvimento, III Encontro Ambiental e I Seminário de Direito Ambiental – com o tema Múltiplos usos na Bacia e efeitos sobre o Baixo Curso, que foi um evento de natureza científica de âmbito regional realizado na cidade de Penedo/ AL, no período de 30 de agosto a 01 de setembro de 2015. Este evento resultou da convergência de vários interesses com temáticas equivalentes, tendo como proponente inicial o Projeto Rio São Francisco: Cultura, Identidade e Desenvolvimento, elaborado em Convênio entre a UNIFACS o Albright College (EUA) e o Programa Companheiros das Américas – Comitê

Bahia/Pensilvânia, tendo igualmente uma parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); para uma troca de conhecimentos acadêmicos entre várias instituições, quais sejam a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, a Fundação Raimundo Marinho, o Instituto Federal de Alagoas- IFAL, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, o World Watch Institute, contando também com o apoio da Prefeitura Municipal de Penedo, da Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco - Canoa de Tolda, da Associação Comercial da Bahia e do Hotel Rio São Francisco (Penedo-AL).

São 20 textos distribuídos por duas seções. A primeira intitulada Desafios apresenta oito contribuições que comentam a problemática do rio pela visão dos seus autores. No primeiro deles, Fernando Pedrão afirma: O agravamento da crise hídrica na bacia do Rio São Francisco resulta de tendências estabelecidas de consumo urbano, usos rurais e produção de energia, mas incorpora novos dados consequentes da expansão dos agronegócios. As perspectivas são de maior crise na bacia em geral, devido aos usos incontrolados dos afluentes e ao projeto de transposição de águas do rio. No segundo texto José Alves de Siqueira Filho denuncia novas iniciativas que representam uma ameaça ainda maior á que se encontra em curso como a bizarra proposição de interligação das águas do São Francisco com o Rio Tocantins, através do projeto de Lei 6569/13 que tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília conclamando a sociedade para opor-se a esta iniciativa. O terceiro trabalho retrata uma pesquisa na área médica tratando da saúde dos agricultores familiares nos perímetros públicos Mandacaru e Maniçoba situados em Juazeiro-Bahia e trazendo um diagnóstico preocupante quanto aos riscos para a saúde na manipulação inadequada de agrotóxicos. O quarto texto complementa o anterior concluindo que é preciso educar os produtores a seguirem sistemas de produção como a Produção Integrada de Frutas (PIF), pois através da educação muitos impactos negativos poderiam ser evitados ou minimizados. O quinto aborda o descompasso entre o planejamento e a execução de uma política pública para o desenvolvimento do turismo sustentável no baixo São Francisco recomendando que seja feita uma revisão das ações de planejamento para contribuir, efetivamente, com a proposição de novos olhares sobre a realidade da região hidrográfica do Baixo São Francisco. O sexto artigo examina a complexidade territorial do canyon do Rio São Francisco concluindo que as instituições locais não

trabalham de forma convergente para a solução dos problemas, ao contrário, ao não perceberem que todas fazem parte de um mesmo território turístico, têm uma perspectiva não colaborativa, que nada contribui para o desenvolvimento do turismo daquele destino, ou da própria região. O sétimo discute a construção de territorialidades indígenas sob a perspectiva de gênero e o oitavo analisa a lei do Estatuto da Cidade (Lei n. 10257/2001) e a necessidade de sua aplicação nas cidades que compõem o trecho do Baixo São Francisco.

A segunda seção compreende 12 artigos e aborda as Possíveis Soluções para o desenvolvimento do Baixo São Francisco. Sob uma ótica proativa, são abordados os mais diferentes tópicos, que vão desde a agricultura, enfatizando-se a cultura da uva e do vinho para o desenvolvimento do enoturismo, como foi tratado no artigo das professoras Natália Sá, Emília Silva e Ariadna Bandeira. Outros itens como a feira livre, a história, as manifestações culturais e o artesanato, são elencados como potenciais atributos turísticos. Também é apresentada proposta para captação e abastecimento de água em comunidades de baixa renda, de Raíssa da Matta e do professor Diego Vendramini. O artigo de Kelle do Carmo, Petrônio Coelho Filho e Ticiano Oliveira, analisa o perfil do pescador e a pesca artesanal voltada para a carcinocultura, mostrando o nível de conscientização desses grupos com a questão ambiental. Finalizando esta seção, o artigo do professor Edivaldo Boaventura et al, mostra a importância da interiorização do Ensino Superior como propósito de contribuir para o desenvolvimento regional.

O problema existe no grande abismo que separa neste país os que pensam dos que decidem. Que bom seria se estes últimos dedicassem uma parcela do seu tempo para ouvir o que os primeiros estão dizendo.

Boa leitura

Salvador, dezembro de 2015

Prof. Dr. Noelio D. Spinola

Editor-Chefe

SUMÁRIO

- 258 A QUESTÃO NACIONAL DO RIO SÃO FRANCISCO
FERNANDO CARDOSO PEDRÃO, ANYA DANTAS CABRA
- 276 O CAOS DA BIODIVERSIDADE DO RIO SÃO FRANCISCO E A INÉRCIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA
JOSÉ ALVES DE SIQUEIRA FILHO, MARIA JACIANE DE ALMEIDA CAMPELO, ELAINE BONFIM NUNES, THATIANY TEIXEIRA BEZERRA, DAYANE FERNANDES DOS SANTOS, ERICK DOUGLAS DE SOUZA ALMEIDA, LÚCIA MARISY SOUSA RIBEIRO DE OLIVEIRA
- 290 A SAÚDE DOS AGRICULTORES FAMILIARES NOS PERÍMETROS PÚBLICOS MANDACARU E MANIÇOBA SITUADOS EM JUAZEIRO-BAHIA
CARLOS AUGUSTO DA CRUZ, LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA
- 320 REPERCUSSÕES DO USO DO AGROTÓXICO SISTÊMICO NA CULTURA IRRIGADA DO COCO NO POLO JUAZEIRO/PETROLINA
EDNÊI COUTO DE LIMA JÚNIOR, REGINA CELESTE DE ALMEIDA SOUZA
- 335 O DESCOMPASSO ENTRE O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO BAIXO SÃO FRANCISCO.
ANALICE PASSOS COSTA GRAMACHO, PAULO HENRIQUE OLIVEIRA SILVA, RANDEYSON DOS SANTOS ALMEIDA
- 361 A COMPLEXIDADE TERRITORIAL DO CANYON DO RIO SÃO FRANCISCO E SUAS VÁRIAS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA PARA O TURISMO
TIAGO SÁ TELES CORDEIRO, REGINA CELESTE DE ALMEIDA SOUZA
- 377 CACIQUES MULHERES E CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES NO VALE SANFRANCISCANO – BAHIA
GISELE DAS CHAGAS COSTA, REGINA CELESTE DE ALMEIDA SOUZA
- 408 O ESTATUTO DA CIDADE E A NECESSIDADE DE APLICAÇÃO NO BAIXO SÃO FRANCISCO
FÁBIO DA SILVA SANTOS
- 431 POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS NO BAIXO SÃO FRANCISCO, NORDESTE DO BRASIL
CLÁUDIO LUIS SANTOS SAMPAIO, TACIANA KRAMER PINTO
- 444 SÃO FRANCISCO DO LADO DE CÁ: O OLHAR DOS ARTESÃOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS)
JULIANA DOS SANTOS BARROS, FABIANA DE OLIVEIRA LIMA
- 461 A CULTURA DA UVA E DO VINHO NO VALE DO SÃO FRANCISCO)
NATALIA COIMBRA DE SÁ, EMÍLIA MARIA SALVADOR SILVA, ARIADNA DA SILVA BANDEIRA
- 492 ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM COMUNIDADE RIBEIRINHA DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO — O CASO DA ILHA DO RODEADOURO (BA)
RAISSA DA MATTA ALMEIDA, DIEGO VENDRAMINI
- 523 A PESCA E O PESCADOR DE CAMARÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO – O CASO DA COMUNIDADE DE PONTA MOFINA, PENEDO
KELLE ANDRADE DO CARMO, PETRÔNIO ALVES COELHO FILHO, TÍCIANO RODRIGO ALMEIDA OLIVEIRA
- 540 HISTÓRIA CULTURA TURISMO E DESENVOLVIMENTO EM JUAZEIRO – BA
DANTE SEVERO GIUDICE

- 558 QUALIDADE NO ATENDIMENTO: COMO UM DIFERENCIAL PARA O INCREMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE PENEDO-AL
ADRIANA DE OLIVEIRA CALMON, ANAJARA GONÇALVES PELOSI TELLES
- 574 CONDUZINDO VISITANTES NA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS INFORMANTES DE TURISMO DE
PIAÇABUÇU-AL
FRANCISMARA COSTA TORRES, SILVANA PIRILLO RAMOS
- 590 ATIVIDADES DO ECOTURISMO QUE PODERIAM SER IMPLANTADAS NA ZONA DE TURISMO ECOLÓGICO DA APA DE PIAÇABUÇU
EM ALAGOAS.
FÁBIO ZACARIAS SANTOS, CARLA PEREIRA DE ABREU
- 610 PAREDE MÁGICA: SENSIBILIZANDO E ECOLOGIZANDO O AMBIENTE NO CONTEXTO ESCOLAR
ISABEL CRISTINA ALVES MARINHO
- 637 RIO SÃO FRANCISCO E FEIRA LIVRE DE PENEDO-AL: LIMITES E POSSIBILIDADES ENQUANTO ATRATIVOS TURÍSTICOS
CULTURAIS
HELIA CAMILO ALVES DE SOUZA, JACILENE BARBOSA DOS SANTOS, SILVANA PIRILLO RAMOS
- 653 INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA
*EDIVALDO M. BOAVENTURA, LÍDIA BOAVENTURA PIMENTA, LUIZ CARLOS DOS SANTOS,
ADELMO SCHINDLER JÚNIOR, BRUNO OLIVEIRA DOS SANTOS*
- 671 DESCRIÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PESCADORES NO BAIXO SÃO FRANCISCO, NORDESTE-BRASIL
PRISCILA COSTA REZENDE, IGOR DA MATA OLIVEIRA

DESAFIOS



Mapa elaborado no Banco de Informações e Mapas dos Transportes da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes

A QUESTÃO NACIONAL DO RIO SÃO FRANCISCO

Fernando Cardoso Pedrão¹

Anya Dantas Cabral²

RESUMO

O agravamento da crise hídrica na bacia do Rio São Francisco resulta de tendências estabelecidas de consumo urbano, usos rurais e produção de energia mas incorpora novos dados consequentes da expansão dos agronegócios. As perspectivas são de maior crise na bacia em geral, devido aos usos incontrolados dos afluentes e ao projeto de transposição de águas do rio.

Palavras chave: Crise de águas; falta de controle; transposição equivocada

THE NATIONAL RIVER SAN FRANCISCO ISSUE

ABSTRACT

The deepening water crisis in the São Francisco River Basin is due to deep seated trends of urban consumption, rural uses and energy production, but also includes new data from the expansion of agrobusiness. The prospects for the basin also deals with uncontrolled uses of the major affluente rivers and the Project for transponing Waters of the river.

Keywords: Water crisis; lack of control; wrong transposition

JEL : R11; Q57

1 PRELIMINARES

A polêmica sobre bacias hidrográficas afirmou-se primeiro como tema multinacional com os casos dos rios Danubio e Reno, e como tema nacional, como do Sena, do Ebro e do Volga todos na Europa. O papel das bacias hidrográficas nas Américas foi tema dos espanhóis, Lerma e Pánuco no México, tal como percebido por Hernán Cortés. Mais ao norte o Ohio e o Missouri-Mississippi são centrais na formação dos Estados Unidos. A formação de economias modernas deu lugar a outro modo de olhar para as bacias, geralmente reduzindo seu significado ao de sistemas de recursos. É clamorosa

¹ Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia/UFBA da qual também é docente livre. Presidente do Instituto de Pesquisas Sociais/IPS. Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano/PPDRU (UNIFACS) <fernandopedrao@gmail.com>

² Graduada em Economia pela Universidade Salvador/UNIFACS e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB. Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Sociais/IPS <anyacabral@gmail.com>

a falta de coesão em torno da questão do Prata e no Brasil em geral o tema das bacias ficou restrito ao trabalho heroico de alguns geógrafos, em que se destaca o estudo de Teodoro Sampaio sobre o Rio São Francisco. O discurso da modernização econômica tem sido também de um reducionismo do contexto regional das bacias, dando lugar a uma divisão entre a abordagem do capital organizado que aponta a grande irrigação, produção de mercadorias de baixo valor e cria grandes áreas irrigadas para produtos de exportação e a que reconhece os processos locais de ocupação que admitem a legitimidade de valorização social.

Porém, depois de ser reconhecido como essencial á própria modernização do Nordeste, o Rio São Francisco tornou-se objeto de uma sucessão de políticas federais que o vêm como espaço a ser ocupado por uma nova exploração do capital no meio rural, mas que gera contradições para o próprio modelo explorador. Depois de uma abordagem razoavelmente regional da Comissão do Vale formou-se um conflito de objetivos entre a produção de energia e agronegócios de grande extensão e que foi aprofundado pela demanda de água para uso urbano. Assim, é sobre uma visão apocalíptica de destruição do rio que se questiona o conflito entre um planejamento para garantia da bacia e um conjunto de usos destrutivos que vão desde uma irrigação maciça depredatória, um aumento de usos urbanos e um projeto de transposição que precipita o desastre regional. Hoje mais nunca é preciso ir contra as tendências vigentes e as políticas impostas.

2 UM PLEITO DE CONFRONTO

A polêmica sobre o Rio São Francisco revela-se como um modo de descobrir a crise da sociedade brasileira nas relações entre a esfera política e a econômica e entre a esfera pública e a privada, tal como essas relações se concretizam em uma região de bacia hidrográfica. Parte-se aqui do ponto de vista de que a Bacia do Rio São Francisco é um problema nacional que não pode ser escamoteado mediante a proliferação de interesses locais contraditórios. A omissão dos governos estaduais, que jamais encontram tempo para se reunirem para tratar dos problemas da região, é um fator decisivo que permite que a infinidade de interesses locais se torne

determinante do desastre hídrico. Dispersão e contradição de interesses tornam inevitável o cenário de destruição do rio em prazo cada vez mais curto.

O aumento de interesses locais contraditórios é um quadro de fragmentação de poder por trás do qual o epicentro do problema é a expansão do grande capital no interior, com suas diversas formas de articulação entre o sistema político e o econômico. Assim, há um quadro de problemas que se desenvolvem gradualmente no vale do rio e outro que se configura em seus afluentes com modos depredatórios entretanto homologados em nome de uma modernização de grande capital. É o que acontece principalmente nos rios Corrente e Grande onde se expandiram plantações em monocultura de mercadorias para exportação, desde soja no norte a banana no sul da Bahia e em Minas Gerais. Esses agronegócios representam usos incontrolados de irrigação, depredação das cabeceiras do rio. A pressão por mais água em Minas Gerais já levou à exploração de água de subsolo no Chapadão do Urucuia, uma das mais importantes contribuições à vazão do rio.

Hoje é necessário distinguir entre o quadro de pressões no trecho em Minas Gerais, no Baixo Médio na Bahia e na parte baixa da bacia. Pressões da produção rural, da produção de energia e de demandas para uso local, pressão de municípios por mais água, todos são fatores que contribuem para padrões de uso com desperdício que são incompatíveis com a reprodução da bacia. Os efeitos da urbanização se acumulam, progressivamente, desde os usos na região metropolitana de Belo Horizonte até o conjunto Juazeiro-Petrolina até Paulo Afonso.

O novo fator de destruição é o projeto de transposição que precisa de energia igual ou maior que a de Sobradinho para elevar a água destinada aos eixos norte e leste. Nessas condições e apesar das informações técnicas disponíveis, a falta de decisão política e inspiração ideológica para salvar o rio é um dado essencial do contexto ideológico em que se processam as políticas que afetam a região. Inevitável pensar que quando se conclua essa tragédia a maior culpa caberá aos governos estaduais, que não formularam nenhuma política significativa para o semiárido. Na falta de políticas criativas já se extrai água do lençol aquífero do Urucuia e os principais afluentes do rio são usados

de modo incontrolado por agronegócios de todo tipo. Finalmente, o rio se torna intermitente em sua parte alta e pode ser passado a pé onde passavam navios.

Com a expansão do capital coincidem diversos níveis de irracionalidade nos usos dos recursos da bacia, determinados por interesses locais e imediatistas e por deturpação dos objetivos iniciais de projetos nacionais de exploração de recursos. Surgiram diversos núcleos de interesses locais organizados. Os objetivos básicos de produção de energia e apoio à modernização rural vêm sendo comprometidos pela perda de vazão do rio e pela valorização de objetivos secundários. Novas iniciativas ligando interesses empresariais e legislativos, apontam ao agravamento da depredação dos recursos, onde participam projetos para transposições sorrateiras em empreendimentos de grande capital e projetos locais.

Uma perspectiva efetivamente nacional da questão da bacia, implica em optar por uma racionalidade unificada para o tratamento dos usos de recursos da bacia com proibição das iniciativas mais danosas. Se bem que a cobrança pela água é óbvia, não se trata apenas de cobrar mas de proibir atividades destrutivas e determinar atividades de proteção. Tal como aconteceu no México por exemplo, nas bacias dos rios Lerma e Pánuco. Sem uma proteção efetiva da bacia no Alto São Francisco e controle de uso urbano de água em Minas Gerais todo o resto fica sem sentido. As cifras da irrigação são eloquentes com perdas de cerca de 50% da água utilizada. A disputa tácita entre os objetivos de Minas Gerais e dos estados nordestinos precisa ser explicitada com críticas aos dois. Hoje, a maior parte da terra irrigada é destinada a produtos de baixo valor, por peso que não teriam como ressarcir os custos sociais da água. Com a falta de projetos de diversificação rural a famigerada produção de banana se alastra desde Minas Gerais até a Bahia.

A falta de mecanismos de controle e de repressão de projetos e de práticas destrutivas garantem essa tendência destrutiva, geralmente tratada como algo remoto, mas que se torna iminente, quando o rio já aparece como intermitente e algumas das principais agências atuantes reconhecem tacitamente essa tendência. O rio não tem condições de atender demandas para irrigação, para energia, para consumo urbano e obviamente menos para a

transposição. Menos ainda, para atender novas demandas urbanas e em condições de total falta de tratamento de água.

Esse rio que tem sido tratado de modo romântico como de integração nacional é, um exemplo de falta de unidade e de interesses competitivos e conflitantes. Há consenso de que a destruição da bacia seria um desastre nacional de consequências incalculáveis e não se trabalha com cenários de esgotamento do rio. A diluição de responsabilidades é ilimitada, pelo que se configura uma situação sem escolha de enfrentar essa tendência com suas diversas consequências. Certamente um discurso pela reversão de tendências deve desagradar a muitos setores que são os que devem ser desagradados.

Frente a estes antecedentes impõe-se apresentar as questões essenciais à sustentação da bacia do rio em seu conjunto, portanto, em uma perspectiva de interesse nacional. Tal posição implica na prioridade à defesa do interesse público frente a interesses privados e interesses nacionais frente a interesses locais, com uma abordagem de conjunto frente a pleitos locais. As necessidades concretas do planejamento da bacia oferecem um argumento sólido para enfrentar a tendência nacional à privatização.

Esta proposta também implica em uma racionalidade unificada das políticas públicas. As contradições das políticas federais, estaduais e municipais bloqueiam qualquer possibilidade de planejamento efetivo da bacia. São racionalidades contraditórias que exemplificam os problemas nacionais de planejamento. A dificuldade crônica das elites dirigentes de pensar em termos de longo prazo deu lugar a indiscutível obstrução do processo de planejamento em linha com o enfraquecimento do poder executivo.

Por trás delas está uma herança de políticas representativas de disputas regionais de espaço político que vem pelo menos desde o início da República, com reações negativas dos governos estaduais que nem mesmo diante desta última grande seca encontraram tempo para se reunirem em torno de uma política regional. Como se as políticas para o semiárido fossem de responsabilidade exclusiva do governo federal e não fossem a justificativa mais profunda da eleição desses governadores e deputados.

Distinguimos duas questões essenciais para o futuro da bacia, que são, primeiro, o contraste entre um crescimento incontrolado e acelerado da

demanda de água e uma diminuição da oferta de água, determinada por fatores, tanto naturais como de efeitos negativos de políticas agressivas à reprodução da bacia.

Em segundo lugar, o aumento de usos acumulativos sem retorno sobre a água existente que se traduz em diminuição da água efetivamente disponível. Juntam-se usos para irrigação depredatória e de baixa tecnologia e usos urbanos imediatistas. Gastar água cara para irrigar coco e banana e empreendimentos privados de grande porte que não pagam água. Falta de uma política qualitativa restritiva que proíba empreendimentos depredatórios e não só que cobre pela água.

O crescimento da demanda está ligado ao de perdas de diversos tipos, desde práticas que favorecem a evaporação, a práticas de uso sem retorno de água, como a macro-irrigação de aspersão e o incremento de políticas imediatistas do gênero carros pipa. É como se a problemática de hoje ignorasse a experiência de cinquenta anos.

Os fatos técnicos representam escolhas políticas. Desde a distribuição de pequenas cisternas de plástico para atender consumo humano à retomada dos carros pipa que sustentam a máquina perversa de eleição de deputados estaduais. Ignora-se o fato que cisternas para produtores devem ser subterrâneas e pelo menos vinte vezes maiores que as atuais. Soma-se um favorecimento a empreendimentos de grande capital na forma de agronegócios, paralelos à perpetuação de uma pequena produção familiar desvalida. É a continuação da opção por obras pontuais frente a construção de sistemas produtivos adequados a clima, solo e água. É o cisma que foi levantado na década de 1950.

Por trás dos fatos técnicos desse descompasso no balanço hídrico há uma contradição no plano do poder político que se projetou no quadro institucional. Não há como resolver problemas técnicos sem desenterrar suas grossas raízes políticas. Desde a visão inicial mineira do problema e da derivada da Inspeção de Obras contra as Secas, contrastam os objetivos da Superintendência do Vale transformada em Codevasf e da CHESF com o mandato de produzir energia. A CHESF foi uma espécie de sesmaria pernambucana que ignorou a precedência de Minas Gerais no planejamento e

nos usos da bacia. O governo da Bahia seguiu no mesmo caminho pretendendo controlar a CODEVASF como ferramenta de sustentação da política estadual. O Ceará ficou com o Banco do Nordeste exercendo poder indireto nesse sistema.

A questão é que em cada um dos dois casos teria que prevalecer um critério básico de sustentação econômica que terá que ser revisto. O período da ditadura foi estratégico nesse contexto, distribuindo grandes perímetros de irrigação para consúles regionais da política federal. É a mesma política que se desenvolveu na distribuição de contratos na construção das barragens para a hidroeletricidade. Não se trata de questionar a utilidade das barragens, mas de ver como elas foram estratégicas para a recomposição do sistema político regional e, como muitas delas representaram despesas equivocadas.

A contradição institucional se agravou com a falta de cooperação entre os governos estaduais que se tornou flagrante com a última grande seca iniciada na década passada e cujos efeitos continuam. Assim, e ante qualquer opção de política regional, é preciso avaliar o que foi feito e como prosseguiu. Um caminho razoável parece ser o de acompanhar a separação entre a abordagem mineira e a nordestina, registrando mazelas comuns. Por exemplo, o projeto Jaíba e Murutuba em Minas continua com uns 40% de produção de banana, o mesmo que o Formoso, no Rio Corrente. Uma incontestável frustração de metas previstas de diversificação da produção rural. Perdas de água em irrigação que oscilam na faixa dos 50%. Evaporação concentrada com perda de reservatórios. Necessidade de uma política efetiva de proteção do lago de Sobradinho.

Diante da concretização da ameaça representada pelo atual projeto de transposição, basta dizer que sua operacionalização consumirá energia equivalente a todo potencial de Sobradinho, isto é, que esse projeto anulará grande parte da produção de energia do sistema do rio, que é o único de todo o Nordeste. A ideia de transposição, que vem desde a ditadura com o projeto malogrado do DNOCS de canais horizontais para beneficiar Pernambuco, ressurgiu na década passada com um projeto faraônico que se apresentou por separado de um planejamento da bacia e sem consultar a diminuição da oferta de água. Promete desastres maiores em futuro próximo.

As afirmações e conflitos acontecem em torno de uso correto e desperdício de água que, parecem fantasia quando comparadas com outros países. Comparar com a política hídrica do México para não citar países europeus nem o inefável Israel. A política de controle via preços é obviamente insuficiente. Com a pressão social pelo déficit crescente de água torna-se inevitável procurar soluções alternativas, desde melhor manejo de água de subsolo até dessalinização em regiões próximas do mar que pode ser feita com energia solar.

É preciso pensar em termos de soluções, ou seja, de políticas de reversão de tendências. Hoje o país conta com sistemas de informação e análise teoricamente suficientes, mas instrumentos de política apenas indicativos e conflitos de interesse imobilizantes. O encaminhamento de políticas de recuperação da bacia requer que se atente pelo menos a quatro pontos que são: [a] Recuperação e avaliação da experiência acumulada; [b] poder de ação corretiva e seletiva de empreendimentos; [c] uma política integrada e efetiva de proteção de mananciais e das margens do rio, sem cair no poder de castração do ambientalismo; [d] revisão das implicações de políticas urbanas, descobrindo que há uma urbanização no semiárido que avança independente daquela das capitais. As universidades deveriam ter um papel significativo inclusive quando o rio abastece a região metropolitana de Belo Horizonte e foi criada uma universidade federal do vale. Não há explicação plausível que não haja uma política específica de pesquisa sobre o tema.

Estas observações referem-se ao desastre causado pelo fim do planejamento regional no Nordeste e à separação entre políticas regionais e políticas urbanas quase sempre limitadas às capitais, e políticas para o chamado interior, que na realidade é a própria sociedade sertaneja. A conclusão natural destas reflexões é pela necessidade de um planejamento integral da bacia em uma perspectiva nacional, superando a atual tendência a dispersão.

3 ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA PARA A BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

3. 1. Alguns antecedentes necessários

Estamos hoje diante da oportunidade de desprovincializar o debate sobre o Rio São Francisco e de construir um discurso sobre o desenvolvimento da bacia do rio em seu conjunto. Esta tarefa tornou-se muito mais difícil, desde a tentativa de transposição de águas do Rio São Francisco durante a ditadura militar, e se agravou definitivamente, com o atual projeto de transposição que está sendo realizado pelo governo atual. Conceitualmente, esta opção significa romper com o estigma da subalternidade das políticas regionais. Também significa delinear um discurso capaz de representar a progressão das relações sociais e econômicas de poder no país em seu conjunto, no modo como elas se materializam nos sistemas estratégicos de recursos das regiões. O significado da expressão região no Brasil muda profundamente, em parte pelo modo como as regiões interagem no plano nacional e em parte pelo modo como mudam os ajustes entre infraestrutura e superestrutura em cada região. Será preciso formar uma posição estadual, racional e socialmente consistente com os problemas nacionais envolvidos no caso, ao mesmo tempo, uma posição independente de compromissos já assumidos com a gestão da bacia. A Bahia jamais teve uma compreensão da totalidade da bacia nem teve uma política coerente para essa região. Houve uma tentativa de planejamento bacia no governo Dutra e outra no governo Figueiredo, o chamado PLANVASF, mas nenhuma das duas consolidou uma política para a região.

A construção de um discurso estadual sobre a bacia em seu conjunto é um passo necessário para que se possam avaliar as diversas iniciativas de intervenção em partes ou em setores da bacia. Trata-se de reverter tendências hoje solidamente instaladas, de reduzir os problemas gerais da bacia a manifestações locais e de condicionar políticas regionais a interesses privados. Faltam uma análise sócio-histórica e uma análise da formação econômica do território da Bacia.

No relativo ao modo de olhar para a Bacia, trata-se de vê-la como uma referência necessária de um sistema territorial da economia brasileira, onde as áreas historicamente consolidadas contrastam com novas áreas em formação

e onde os reajustes de território, alteram as condições de povoamento e as opções de desenvolvimento. A Bacia do Rio São Francisco sofre impactos da entrada de atividades que pertencem a outro patamar de organização e de tecnologia, tal como a produção açucareira irrigada, que representam uma contradição na polêmica acerca dos usos de água, em função do projeto proposto de transposição.

Ao colocar o problema regional de desenvolvimento como um tema da bacia em seu conjunto, se realizam duas operações, que são as de procurar uma unidade territorial acima dos interesses locais, mas sem desconhecê-los e de resgatar a visão de totalidade do planejamento que foi desterrada pelo desmanche neoliberal, que o reduziu a um problema de orçamento. Trata-se de uma visão de uma totalidade historicamente formada, que valoriza a identidade da sociedade “do interior” por contraste com a visão burocrática que retira a qualidade de sujeito dos processos sociais no interior do país. A região é sujeito de um processo próprio e não apenas é objeto de políticas federais.

A bacia do Rio São Francisco ocupa um lugar único no conjunto dos grandes sistemas hídricos do país, por ser a única que tem permitido integrar uma pluralidade de usos capaz de sustentar uma alteração substancial nas condições de um desenvolvimento econômico socialmente sustentável. No entanto, essa região continua à espera de um tratamento integrado, que combine uma visão a longo prazo do território da bacia com uma compreensão abrangente da região semi-árida em seu conjunto. Nestas notas pretende-se reivindicar a visão da totalidade regional, num quadro historicamente situado das condições de mudança com que hoje se tem que ver o desenvolvimento social e econômico do semiárido. No semiárido predominam hoje movimentos de expansão de capital moderno, internacionalizado ou externamente controlado, sobre o pano de fundo de uma sociedade patrimonial arcaica. Não se pode reduzir o problema do desenvolvimento ao da modernização, que neste caso significa apenas uma estratégia de fortalecimento dos interesses globalizados que já controlam a grande produção irrigada e contemplam projetos industriais com as águas da bacia. Além disso, como combinar as pesquisas que têm como referência o bioma caatinga com as que tomam a região da bacia hidrográfica? A perspectiva de análise regional de bacias

hidrográficas já foi o centro de uma polêmica que se arrastou no México na década de 1970 e que, praticamente, concluiu pela necessidade de estabelecer novas condições de interdisciplinaridade³

Nesse sentido, é preciso realizar duas operações preliminares, que são as de reconhecer que a região está sendo transformada por processos em curso, em sua maioria dispersivos, e de admitir que a região da bacia é sujeito de processos sociais e não pode ser tratada apenas como objeto de decisões externas sem enraizamento local. Perceber a região como sujeito de modos de vida e de intervenção econômica e social é um ato que implica em ver sua estruturação social e os mecanismos de poder localmente organizados. Será preciso encontrar novas respostas para perguntas tais como que é a bacia, quem é a bacia e quem se apropria dos recursos da região. Tem que ser uma visão evolutiva, porque o sistema de recursos físicos foi profundamente alterado desde a década de 1940, quando foi criada a Superintendência do Vale do São Francisco, tanto por efeito da acumulação de obras de grande porte no Baixo Médio e no Baixo São Francisco, como pelo aumento da pressão demográfica no Alto São Francisco. As alterações no sistema hidrográfico resultam em efeitos em cadeia sobre as condições de uso dos recursos, tanto para determinar as densidades demográficas aceitáveis como para a preservação do sistema hídrico. Tratamos com sistemas abertos que são atingidos progressivamente, por novas composições de investimento, com dificuldades crescentes para se reporem em sua constituição física e na social (MARCHAL, 1959).

Desde logo, é preciso reconhecer que há novos processos predominantes de controle dos recursos da bacia, que envolvem as condições de aproveitamento dos recursos hídricos e de reprodução do sistema de recursos naturais e que condicionam os possíveis modos de desenvolvimento do sistema socioprodutivo. Há um contraste acentuado entre os interesses do grande capital recém-chegado e os interesses da sociedade local tradicional, assim como surgem novos conflitos de interesses com a internacionalização da produção irrigada e com a subordinação da produção agrícola a agroindústrias.

³ Barkin & King, *Desarrollo regional*, (1972).

4 A BACIA COMO PROBLEMA

A bacia do Rio São Francisco passou a ser reconhecida como nacionalmente importante a partir do momento em que foi incorporada à economia moderna pela produção de energia, pela subsequente implantação de áreas de produção irrigada e finalmente, pela rápida e maciça ocupação do Cerrado. Foi um processo em três etapas com sucessivos cruzamentos, desde a criação da Superintendência do Vale em 1947 até a implantação da barragem de Sobradinho na década de 1970, e até a instalação de um sistema de produção irrigada – viabilizado pela produção de energia - e abertura das terras do Cerrado em 1984. A produção de energia significou a construção de barragens que ensejaram as obras de base para os distritos de irrigação, mas a produção de grãos no Cerrado gerou um sistema que concorre pela água e pela energia, que combina interesses conflitantes. Essas iniciativas representaram vetores de formação de capital com lógica própria, mas nenhum deles contemplou a realidade social da região, todos eles tratando o semiárido como um objeto passivo de política.

A Bacia passou a ser reconhecida como um problema desde quando foi incorporada à produção internacionalizada pela expansão do capital na produção irrigada e quando a nova configuração do sistema produtivo no território da Bacia tornou-se contraditória com a reprodução de seu sistema físico. Desde logo, é preciso deixar claro que as diversas intervenções ocorridas desde então, que parecem dispersas à primeira vista, constituem um padrão bem definido de constituição de uma infraestrutura que condiciona as opções de alteração do sistema produtivo da região em seu conjunto. Os efeitos cumulativos de obras de gestão das águas tornam-se restrições para possíveis modelos futuros de desenvolvimento regional.

De fato, com suas peculiaridades de elevada evaporação e de ter sua vazão comprometida com usos de água incontrolados, além da depredação de cabeceiras e margens, a Bacia representa um problema nacional, porque sua destruição e a eventual neutralização de seus recursos representariam um golpe decisivo para a habitabilidade da região semiárida. O fantasma dessa situação não parece assustar os políticos que patrocinam a transposição nem

os grandes capitais hoje lá instalados. A questão das alternativas de desenvolvimento da região hoje se coloca como uma relação entre a progressão dos usos dos recursos e a progressão da capacidade de reposição do sistema da bacia, onde o custo social da água torna-se uma variável estratégica. No entanto, há um aumento da pressão social dos usos das águas da bacia, representando interesses variados e conflitantes e a capacidade de recomposição do sistema. A bacia é um sistema aberto, isto é, sujeito a influências sociais e do próprio meio físico, em que as influências sociais se tornam decisivas à medida em que acontece uma concentração de capital em determinada direção de tecnologia. A integração de ciência e tecnologia é fundamental para que se mantenham abertas as opções de política tecnológica como opções sociais e não como simples desdobramentos de um determinismo técnico da modernização.

Na identificação dos problemas econômicos e sociais em curso na área da Bacia, cabe distinguir os seguintes:

A contradição entre as formas de povoamento conduzidas pelo segmento moderno na região e as formas de organização social tradicionais, com o conseqüente impacto no perfil do povoamento, com seus movimentos crônicos e estacionais de migrantes, em que a concentração fundiária, as secas e a falta de capital constituem fatores básicos de expulsão demográfica. A ampliação do segmento moderno corresponde a aumento da rejeição de população. Há uma notável tensão entre os dados físicos de habitabilidade e as condições sociohistóricas de densidade do povoamento no semiárido, onde a bacia do Rio São Francisco é parte essencial do problema.

A entrada de grande capital moderno, em suas modalidades nacionais e internacionais, com empreendimentos mais absorvedores de água, e cujos efeitos na disponibilidade social do recurso não são controlados. O grande capital em sua maioria opera com vantagens de custos preferenciais, especialmente custos da água e gera postos de trabalho pouco compatíveis com a maior parte dos demais empregos da região. Quanto são socialmente positivos grandes empreendimentos rentáveis que usam muita água e criam poucos empregos?

A falta de uma produção rural ecologicamente adaptada, em que pesem esforços de pesquisa. A tentativa representada pelo Projeto Xingó, que mobilizou as universidades federais do Nordeste, teria que ser retomada de modo sistemático e em escala suficiente, para recuperar a memória dos estudos feitos sobre o tema. Seria preciso distinguir entre as iniciativas de órgãos da administração pública direta e de universidades e centros de pesquisa da região.

A incerteza econômica da produção irrigada, em termos de comercialização e de preços, especialmente da produção de pequeno e médio porte, com defeitos técnicos e com custos indiretos elevados. Observa-se que alguns dos principais produtos realizados na região enfrentam problemas de mercado, em preços e em quantidade e que há incerteza no relativo à rentabilidade na irrigação de pequeno e médio porte.

A problemática do controle da água, onde se comparam as vantagens e desvantagens de um sistema de tarifas e as vantagens e desvantagens de restrições quantitativas por tipo de uso. O controle tarifário beneficia os grandes usuários que têm recursos com que pagar as tarifas e passa por alto as prioridades sociais e ambientais, bem como se torna contraditória com a identificação de metas regionais.

O aprofundamento de conflitos sociais, que surgem dos novos movimentos de exclusão e do novo desemprego tecnológico associados à concentração do capital na produção irrigada. Falta uma análise abrangente dos processos sociais da bacia, resumindo-se a situação a registrar a presença dos grupos mais ativos.

O virtual bloqueio do sistema hidrelétrico, cujos riscos se elevam com o aumento do impacto da evaporação e com a possível extração de água a montante das barragens. O crescimento da demanda de energia no Nordeste levanta um problema de planejamento onde falta uma política integrada de corte macroregional, de proteção da capacidade instalada representada pelas barragens.

5 UMA ABORDAGEM PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL

A definição de uma política para Bacia do Rio São Francisco em seu conjunto envolve necessariamente a combinação de iniciativas em curto e em longo prazo, com diferentes escalas de abrangência e envolvendo diferentes composições de interesse. Por isso, inevitavelmente, o tratamento da Bacia significa planejamento econômico social e ambientalmente adequado. Daí, a necessidade de rever a concepção de planejamento. Planejamento é o modo de realizar políticas públicas mediante o uso de critérios de integração de decisões que representam uma racionalidade e uma manifestação de poder. O planejamento usa uma ordem do tempo existente e cria uma outra ordem do tempo (ARANTES, 2000), que é a do tempo de sua própria racionalidade. Por isso, o planejamento sempre foi uma combinação de ideologia e tecnologia, que quando é desvestido de sua identificação ideológica torna-se um mero rito burocrático de exercer uma racionalidade superficial. O planejamento realizado como uma função do Estado realizada por separado de uma expressão direta dos grupos sociais afetados por ele se enfraquece porque se volta sobre si mesmo e perde a capacidade crítica de perceber os conflitos que suscita. Nessa perspectiva vê-se que as tentativas de planejamento, desde as da SUVALE ao PLANVASF foram parciais e jamais contiveram uma visão de conjunto da bacia. Além disso, as intervenções federais algumas vezes foram guiadas por uma visão regional de usos de recursos que não consultam as necessidades da sociedade local. Foi assim com o projeto de transposição de águas patrocinado pelo Ministério do Interior no período da ditadura, assim como com o projeto de canais horizontais promovido pelo DNOCS na década de 80 e torna a ser assim com o atual projeto de transposição, que representa uma expropriação de águas da bacia para usos exclusivamente fora dela.

O fato de que esses grandes projetos tenham sido apresentados antes de um plano estratégico do aproveitamento dos recursos da bacia coloca todos eles como projetos que podem conter efeitos negativos incontrolados e irreversíveis, que só podem ser apreciados de modo preliminar.

6 UM ESTILO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTALMENTE ADEQUADO

Está em jogo uma necessidade de propor opções de política exeqüíveis e significativas e de não se prender ao quadro atual. Há um problema institucional, de preservar a Bacia da voracidade de políticos com iniciativa excessiva. Ao mesmo tempo, torna-se necessário confirmar e aperfeiçoar políticas tarifárias progressivas que desestimulem investimentos depredatórios privilegiados. Uma grande dificuldade inicial das políticas concebidas para a Bacia do Rio vem de não terem uma referência básica de objetivos. Logicamente, há diferentes interesses em jogo, entre os interesses externos à bacia e os localmente constituídos, assim como há uma clara diferença entre os objetivos de subsistência e os de uso de águas da bacia para projetos industriais em áreas mais distantes do Nordeste. A perspectiva do grande capital é basicamente depredatória, porque se guia por retornos a curto e a médio prazo de investimentos que não contemplam a preservação dos recursos naturais. No outro extremo está a perspectiva ambiental, que tende a ser defensiva e imobilista. Entre essas duas opções encontra-se a necessidade de encontrar uma linha de proposições consistentes e significativas, que supere a reprodução do modelo atual de concentração de capital e destruição ambiental.

A busca de um estilo próprio de desenvolvimento econômico e social da Bacia deve basear-se numa leitura avançada da questão tecnológica, partindo das condições atuais de absorção de tecnologia e tomando em conta que se necessita alcançar resultados econômicos suficientes para sustentar programas a longo prazo. Não somente se trata de encontrar tecnologias adequadas como de encontrar progressões de elevação tecnológica compatíveis com a reprodução da bacia (GALVÃO, 2004). Não há como pensar em uma trajetória de políticas que imobilizem a região, mas é preciso contemplar uma dinâmica de uso da região que reponha a energia do sistema.

Num primeiro momento podem ser consideradas algumas iniciativas fundamentais, tais como:

- a) Elaboração de delineamentos estratégicos para um planejamento em longo prazo, considerando cenários mais e

menos prováveis em seu desdobramento no tempo, bem como trabalhando com as inter-relações entre setores da produção e entre regiões. A bacia é um sistema extremamente complexo, com grandes subregiões com diferentes condições de interdependência, cujo potencial econômico deve ser avaliado.

b) Programas de reflorestamento a serem desenhados sobre pesquisas de espécies localmente adaptadas, procurando recuperar a resiliência do sistema vivo frente à perda de espécies. A questão do florestamento ganha novas conotações frente a novas opções tecnológicas de produção e exploração de madeira.

c) Dragagem de reservatórios. É um problema que não tem sido praticamente levado em conta e é um tema a ser examinado, especialmente, dado o impacto da evaporação na disponibilidade de água e considerando alternativas de custos.

d) Aperfeiçoamento de uma política tarifária progressiva para usos de água em projetos produtivos, especialmente na grande irrigação, inclusive com controle da grande irrigação no que ela vulnera restrições quantitativas de água.

e) Proibição de atividades sistemicamente destrutivas e que destroem a capacidade de reprodução do sistema de recursos.

f) Programa de avaliação de efeitos sociais e ambientais indiretos dos projetos de irrigação. São necessárias análises progressivas dos impactos ambientais considerando que os conjuntos de intervenções criam novos processos irreversíveis.

g) Programa especial de ciência e tecnologia como fundamento da definição de programas de desenvolvimento e considerando o conhecimento acumulado.

Em seu conjunto, estas observações reiteram a necessidade de um trabalho de base para o planejamento integrado da Bacia do Rio São Francisco. A falta de um trabalho desse gênero aumenta os riscos de impactos negativos de políticas pulverizadas.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo, A ordem do tempo, São Paulo, Hucitec, 2000
- BARKIN,D.;KING, T., Bacias hidrográficas, Era, 1978.
- GALVÃO, Antonio Carlos, Política de desenvolvimento regional e inovação, Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- MANNHEIM, Karl, Ideologia e utopia, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- MARCHAL, André, Systèmes et structures économiques, Paris, PUF, 1959.
- MINTER/SUDENE, Uma política de desenvolvimento para o Nordeste, Recife, 1985.
- MINISTERIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, Estratégia e prioridades para o desenvolvimento do Nordeste, Brasília, UCB, 1997.
- PEDRÃO, Fernando, Aspectos estratégicos do planejamento regional no Brasil: as bacias hidrográficas. Palestra apresentada em seminário do CADCT/CIAMB, Ilheus, 2002.
- ROBINSON, J.N., Técnicas de planejamento e previsão, Rio de Janeiro, Zahar, 1974,
- SUNKEL, Oswaldo; GLIGO, Nicolo. Estilos de desarrollo y médio ambiente em la América Latina, México, Fondo de Cultura Econômica, 1980.

O CAOS DA BIODIVERSIDADE DO RIO SÃO FRANCISCO E A INÉRCIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

José Alves de Siqueira Filho¹
Maria Jaciane de Almeida Campelo²
Elaine Bonfim Nunes³
Thatiany Teixeira Bezerra⁴
Dayane Fernandes dos Santos⁵
Erick Douglas de Souza Almeida⁶
Lúcia Marisy Sousa Ribeiro de Oliveira⁷

RESUMO

O Rio São Francisco considerado um dos maiores rios da América Latina, com sua riqueza de organismos é cenário desse estudo que reflete sobre sua história apocalíptica quanto às questões socioambientais e os impactos nos ciclos econômicos. Assim, foram analisados os problemas que acometem o São Francisco por meio de estudos do histórico desde a passagem dos naturalistas que documentaram a biodiversidade “*in loco*” de ontem, do hoje e de previsões do amanhã. A premissa provém da falta de compreensão do conceito de “rio vivo”, uma vez que do ponto de vista técnico de engenharia ele é visto apenas como um canal de água que gera eletricidade e fornecimento de água para abastecimento humano com fins múltiplos. Os resultados apontam para a idiosincrasia entre o Rio São Francisco e as Caatingas, ambos se retroalimentam e tornam-se anêmicos quando a sua biodiversidade é extirpada. As recomendações apontadas aqui sugerem investimentos em educação e que setores produtivos no Brasil se debrucem para compreender o funcionamento dos ecossistemas e sua ampla rede de comunicação, caso contrário, não haverá a mínima chance de reverter esse quadro caótico sobre a biodiversidade do Rio São Francisco.

Palavras-chave: Conservação; Rio São Francisco; Extinção.

CHAOS OF BIODIVERSITY OF RIO SÃO FRANCISCO AND THE INERTIA OF THE BRAZILIAN SOCIETY

¹ Doutor em Biologia Vegetal. Docente do Colegiado de Ciências Biológicas, Campus de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina/PE. <jose.siqueira@univasf.edu.br>

² Doutora em Biologia Vegetal. Docente do Colegiado de Engenharia Agrônoma, Campus de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina/PE <jaciane.campelo@univasf.edu.br>

³ Estagiária do Laboratório de Restauração Ecológica do Centro de Referência para Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD/UNIVASF), Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina/PE <ebonfimnunes@gmail.com>

⁴ Estagiária do Laboratório de Restauração Ecológica do CRAD/UNIVASF, Petrolina/PE <thatiany.tb@hotmail.com>

⁵ Estagiária do Laboratório de Restauração Ecológica do CRAD/UNIVASF, Petrolina/PE <dayanefernandes_081@hotmail.com>

⁶ Analista Ambiental do CRAD/UNIVASF, Petrolina/PE <dinoerick@bol.com.br>

⁷ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Docente do Colegiado de Ciências Sociais, Campus de Juazeiro, Universidade Federal do Vale do São Francisco/BA <lucia.oliveira@univasf.edu.br>

ABSTRACT

The São Francisco River as one of the largest rivers in Latin America, with its wealth of organisms is the scene of this study that reflects on his apocalyptic story about the environmental issues and the impact on economic cycles. Thus, the problems that affect the São Francisco through historical studies since the passage of the naturalists who documented the biodiversity "in loco" of yesterday, of today and tomorrow's forecasts is analyzed. The premise comes from lack of understanding of the concept of "living river", since from a technical point of view of engineering it is seen only as a water channel that generates electricity and water supply for human consumption with multiple purposes. The results point to the idiosyncrasies of the Rio São Francisco and Caatingas, both feed each other and become anemic when their biodiversity is excised. The recommendations outlined here suggest investments in education and productive sectors in Brazil give consideration to understand the functioning of ecosystems and their wide network of communication, otherwise, there will be a chance to reverse this chaotic picture on the biodiversity of the São Francisco River.

Keywords: Conservation; São Francisco River; Extinction.

JEL: Q20;Q57

1 INTRODUÇÃO

O Rio São Francisco tem sido tema central de muitos estudos nas mais diversas áreas das ciências econômicas, sociais, ambientais e culturais. Embora pareça uma unanimidade a importância do rio da Integração Nacional sob a influência de sete estados da federação e 503 municípios, as ações governamentais e do setor privado para a sua revitalização têm sido insuficientes para mudar o cenário atual de insustentabilidade. Considerando o elevado número de publicações sobre diagnósticos e sínteses (BRASIL, 2004, 2005, 2006, 2011) diante de um rio absolutamente heterogêneo, ações integradas são necessárias para promover o desenvolvimento sustentável. O tempo de grandes diagnósticos já passou e o tempo de ações urge na bacia. O Rio São Francisco se comporta como um paciente terminal, inspira cuidados e não há mais tempo para novos diagnósticos mirabolantes. Resta-nos fazer o árduo processo de monitoramento 24 horas e revezamento dos cidadãos sãofranciscanos na labuta diária e cuidados no sentido mais amplo e sincero (BOFF, 2013). Resta-nos agir.

Ao longo da história tivemos várias lideranças importantes na defesa do Rio São Francisco como patrimônio do povo brasileiro. Em 1897, Teodoro Sampaio percorreu a foz do São Francisco até a cidade de Pirapora, em Minas Gerais como integrante da equipe da comissão hidráulica do Rio São Francisco para investigar as

potencialidades do rio. Naquele tempo na passagem entre Juazeiro e Petrolina teceu os seguintes comentários sobre a ilha do Fogo:

...um ilhéu pitoresco, dominado por alto penhasco em forma de torre do cimo do qual se desfruta o belo panorama da cidade das regiões mais distantes. Espécie de jardim natural, formado pelos aluviões, é a pequena ilha o lugar preferido por juazeirenses e petrolinenses para seus folguedos, pescarias e jantares ao relento. Chamam-lhe, não sei porquê, ilha do fogo, mas em verdade é um pequeno museu mineralógico, porque em tão pequeno âmbito, qual o de duzentos ou trezentos metros, exhibe uma grande variedade de rochas e minerais dos mais característicos do vale”. Em outra passagem afirma: “A natureza pródiga não deixa haver a verdadeira pobreza, o rio é um enorme viveiro no qual nunca escasseia o peixe e as caatingas e matas marginais são um imenso e inesgotável tesouro (SAMPAIO, 2002).

Com essa descrição da paisagem, para Teodoro Sampaio, parecia impossível acreditar que o Rio São Francisco pudesse ter chegado as condições atuais que o tornam ameaçado de uma extinção inexorável (SIQUEIRA FILHO, 2012a).

O iminente ecólogo especialista em desertificação, Vasconcelos Sobrinho, por sua vez, já chamava atenção para o colapso do Rio São Francisco há 40 anos atrás. Ele profetizou:

é previsível que a acelerada degradação dessa região venha a provocar num futuro nada remoto, a inutilização das suas gigantescas barragens, não apenas pela escassez crescente de suprimento hídrico, como também pela intensificação do assoreamento (SOBRINHO, 1970).

Parece que a profecia se cumpriu. De fato, Sobradinho uma das maiores barragens do planeta, localizada no sertão da Bahia nunca havia alcançado níveis tão baixos como os atuais o que compromete a produção de energia tornando a possibilidade dos famosos “apagões” ocorrer no auge da estação seca. Similarmente, a hidrovia já tão castigada pelo assoreamento do canal navegável, tornou a atividade de transporte de grãos entre Pirapora e Juazeiro, uma atividade antieconômica. Após seca severa nos últimos quatro anos (2011-2015) a barragem chegou ao seu volume morto com menos de 5% de sua capacidade de armazenagem em outubro de 2015. Em 2014, a Barragem de Três Marias, a montante, também se encontrava em seu volume morto. As demais barragens também apresentam o mesmo quadro caótico.

A consequência direta do colapso energético, provocou o acionamento das termoelétricas, como a que funciona em Petrolina com um custo de produção de energia muito superior. Para ter uma ideia mais apropriada, a termoelétrica Petrolina consome diariamente cerca de 24 mil litros de combustível HFO (heavy fuel oil), um

derivado do petróleo. Como subproduto são eliminadas doses generosas de enxofre na atmosfera ainda não monitoradas e, que provocam chuva ácida e outras consequências ainda pouco conhecidas na população sob o efeito dessa substância. Desse modo, fica evidente a necessidade de buscar outras fontes energéticas, pois enquanto no mundo o preço da energia vem caindo, no Brasil aumentou muito nos últimos meses com a crise hídrica (2014-2015). Perdemos a competitividade no setor energético porque investimos mais de 90% em uma única fonte alternativa de energia, o sistema está em falência, por isso é possível conciliar a partir de estudos de monitoramento a implementação da energia eólica e, principalmente a solar que ainda enfrenta limitações técnicas na armazenagem de energia. Segundo Siqueira-Filho (2015), os indícios do caos econômico gerado pela ingerência desse patrimônio insubstituível já podem ser vistas:

Como uma série de ciclos econômicos predatórios e políticas públicas equivocadas fizeram com que, às margens daquele que já foi um dos rios mais exuberantes do país, hoje se consuma peixe importado da Amazônia.

Em contrapartida, a capacidade de recarga natural dessas barragens depende fundamentalmente dos principais rios no Cerrado, que hoje estão ameaçados pela agroindústria, especialmente pelo gado e soja. Neste sentido, a recarga de água em Sobradinho que já teve um papel central no controle do volume de água no submédio e baixo São Francisco, pode levar anos ou décadas considerando a necessidade de chuvas regulares e contínuas, o que parece improvável em tempos de aquecimento global, que revelam a severidade dos fenômenos de seca na Caatinga será superior aos demais ecossistemas brasileiros (IPCC, 2007). Isto demonstra que o Rio São Francisco e as Caatingas sob o efeito das mudanças climáticas podem se converter em um novo ecossistema simplificado e homogêneo de espécies, como sugerem os estudos ecológicos e de longa duração desenvolvidos no Parque Nacional do Catimbau (TABARELLI et al, 2015).

Avaliando o efeito de descaracterização do Rio para favorecer a produção energética, Oliveira et al. (2012) destacou que:

Atualmente, desfigurado nas suas curvas que tanta beleza outrora lhe concedeu, pela sequência de barragens construídas para gerar energia e irrigar extensas áreas para o agronegócio, o Velho Chico, como é carinhosamente chamado pelos seus amantes, ou Opará, pelo indígenas, possui apenas dois trechos de águas correntes: 1.100km entre as barragens de Três Marias e Sobradinho e 280 km de barragens de Sobradinho até Itaparica.

Outros defensores do São Francisco, José Theodomiro de Araújo, mais conhecido como “O velho do rio” (ARAÚJO, 2003) e Dom Luiz Cappio se destacam num combate incansável pela revitalização do rio São Francisco em oposição a transposição de suas águas (CAPPIO et al, 1995). Entre os objetivos centrais, na luta pela revitalização Cappio destacou:

Desmascarar projetos governamentais absurdos como a transposição das águas do Rio e a privatização da CHESF. Só se dá o que se tem. Se quisermos que o Rio São Francisco gere Vida, é urgente lutarmos pela preservação de sua própria Vida profundamente ameaçada.

A bacia hidrográfica do Rio São Francisco corresponde a 7,4% do território brasileiro (CODEVASF, 2003), as estatísticas ambientais sobre o rio são alarmantes: a) Restam menos de 2% de matas ciliares, b) É o rio brasileiro com maior número de barragens: Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Paulo Afonso e Xingó, c) O volume da água caiu mais de 50% nos últimos 30 anos (IPCC, 2007) d) cerca de 50% de sua rede de drenagem atravessa o semiárido, e) O uso abusivo de agrotóxicos que contaminam suas águas não tem paralelo em outras partes do território nacional.

O semiárido Brasileiro é um dos mais populosos do mundo com quase 30 milhões de habitantes, e ainda assim um dos que mais chove no mundo. Assim, a característica central deste rio e suas Caatingas são superlativas que causam estranheza e incompreensão a qualquer estudioso estrangeiro que pergunta: como vocês conseguem destruir um patrimônio dessa grandeza?

São mais de 30 polos de fruticultura irrigada espalhados abrangendo mais de 50 municípios, sendo a região de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) que se destaca na produção e exportação de frutas tropicais. A grave crise hídrica que atinge a fruticultura irrigada do Vale do São Francisco é reconhecida pelas autoridades políticas da Bahia e Pernambuco, com sérios impactos na manutenção do ciclo econômico, certamente por não considerar a água elemento finito e cuja importância vai além de jogar bombas no rio e sugar suas águas, mas ações de revitalização das margens do rio como iniciativa do setor privado são inócuas. A reflexão vai além quando imaginamos cidades propulsoras de desenvolvimento e que formam um polo produtor conhecido em vários mercados internacionais, têm gerenciado de forma a desperdiçar os recursos hídricos com exorbitante consumo hídrico sem plano de racionamento ou de atividade agrícola autossustentável. Além disso, o elevado uso de agrotóxicos contamina mananciais e gera desequilíbrio ecológico,

empobrecimento do solo, tornando as pragas mais resistentes como é o caso da mosca branca.

A idiosincrasia entre o rio São Francisco e as Caatingas é notável, ambos se retroalimentam e tornam-se anêmicos quando a sua biodiversidade é extirpada. A água some, solos ainda jovens com sua fina camada de matéria orgânica desaparecem, torna água e solos salinizados, imprestáveis para a agricultura mais rudimentar, conseqüentemente inviabiliza a chegada dos organismos colonizadores responsáveis pela sucessão ecológica e que amplifica a biodiversidade. O detalhe mais sutil da quebra de processos ecológicos é que tudo leva muitos anos, décadas para se reestabelecer, portanto, o rompimento torna muitas vezes inviável o processo de restauração ecológica tão em moda, mas longe de alcançar os objetivos de funcionalidade dos ecossistemas apregoados pela academia.

Exemplo de quebra de processos de polinização e dispersão de sementes nas matas ciliares do São Francisco foram relatados por Siqueira Filho (2012a). Outro belo exemplo foi apresentado por Moura e Schlindwein (2009), que investigaram o papel da mata ciliar do Rio São Francisco que atua como biocorredor para abelhas *Euglossini* (Apidae) que são polinizadores especialistas. Estas abelhas avançaram no domínio da Caatinga, utilizando as matas ciliares do Rio São Francisco como biocorredor. Várias espécies de abelhas *Euglossini* são restritas a ambientes florestais (Rebêlo & Garófalo 1997, Milet-Pinheiro & Schlindwein, 2005) o que reforça a conservação das espécies nativas nas matas ciliares. O novo código florestal (Lei 12.727 de 17 de dezembro de 2012) ameaça mais um desses ambientes, quando preconiza o uso de espécies exóticas e diminui a largura de extensão dessas matas.

À nascente do rio, localizada no Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais, ocorreu o inusitado e inesperado, quando a nascente do Rio São Francisco secou pela primeira vez na história em setembro de 2014. O fenômeno que ocorreu não somente pela seca severa, mas com a redução de 70% da vegetação nativa do parque com os últimos incêndios em julho e agosto foi realmente trágico, iniciando graves problemas no caminho do rio, como em Iguatamá (MG) que viu o rio São Francisco secar, evidenciando o descaso social com as ilhas de lixo intercaladas com as poças barrentas de água que já não serviam para o consumo humano. A cidade teve 90% da pesca comprometida

segundo o relato dos pescadores profissionais, esse foi apenas o início de uma reação em cadeia da morte do Rio São Francisco.

A nascente considerada monumento nacional e de grande atrativo do Parque, já estava agonizante em 2012, repleta de algas clorofíceas, evidências de água contaminada. O simbolismo desse fenômeno “nascente seca” por si só, seria suficiente para gerar uma comoção nacional e mais que isso, uma ação governamental de amplo impacto. Ao contrário, a transposição se arrasta desde 2008 e o governo federal sempre defendendo a ideia de que para cada real aplicado na transposição o mesmo real seria aplicado na revitalização do Rio São Francisco. Diante disto, pergunta-se: qual o valor que a Unidade de conservação do Parque Nacional da Serra da Canastra recebeu do governo federal nos últimos oito anos, quando iniciaram as obras da transposição do São Francisco? Quanto desse recurso foi aplicado nas ações de prevenção aos incêndios, controle de erosão e monitoramento de suas águas?

Na região da foz os problemas também são gravíssimos com destaque para o mau uso da água, atividades de pesca e agricultura praticada na região, o que não repercutiu em distribuição de riqueza e melhoria da qualidade de vida da população. A construção da hidroelétrica de Xingó, em 1994, provocou sérias modificações na dinâmica hidrológica acostuada às cheias periódicas e que fertilizavam vastos plantios de arroz, que iniciavam na foz e chegavam até Cabrobó-PE, neste caso a irrigação por inundação provocou a salinização dos solos por conta da constituição pedológica da região. Por outro lado, na região sob a influência marinha, a água que invadiu o continente nos períodos de enchente salinizou pouco a pouco os solos ribeirinhos de modo que toda a produção agrícola foi comprometida. Hoje, o mar avança sobre o Rio São Francisco alguns quilômetros em direção ao continente. Os sinais podem ser vistos com as comunidades ribeirinhas que tiveram que se transferir para outras áreas, por conta da força do mar. Portanto, o excedente de água que seria perdido para o mar, um dos principais argumentos da época para justificar a transposição das águas do Velho Chico é desconstruída. Muitas cidades do baixo São Francisco também têm tido cortes de água por conta da contaminação da microalga *Ceratium furcoides* (Dinophyceae) que ocupa 34 km de extensão resultante da diminuição da vazão do rio no período de estiagem. Esta alga libera uma toxina na água que a torna imprópria para o consumo humano.

Com o conhecimento da Bacia Hidrográfica do São Francisco fragmentado tanto nas diversas áreas da ciência que poderiam contribuir no uníssono da multidisciplinaridade, como em seu território geográfico, onde instituições responsáveis por esse recurso não se comunicam, o rio acaba sendo palco da incidência e prevalência de doenças negligenciadas transmitidas pela água, como a esquistossomose, que necessita da compreensão holística do rio como uma unidade, onde o aporte de resíduos domésticos em um afluente pode resultar em focos de contaminação em outros pontos da bacia. Portanto, o abismo estabelecido entre a comunidade acadêmica, instituições públicas e sociedade precisa ser desfeito para garantir a sobrevivência do rio.

Muitos dos problemas que acometem o Velho Chico, provém da falta de compreensão do conceito de “rio vivo”, uma vez que do ponto de vista técnico de engenharia ele é visto apenas como um canal de água que gera eletricidade e fornecimento de água para abastecimento humano com fins múltiplos. Entretanto, a água é apenas um dos elementos que compõem a pluralidade de elementos inseridos na biota aquática, uma dessas perdas de identidade começa nas próprias comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas que habitam as margens do rio, e que possuem sua territorialidade ignorada quando os grandes interesses de cunho econômico são colocados em primeiro lugar (ESTRELA, 2010). A transcendência do rio também pode ser compreendida a partir da ecologia da alma, onde aspectos mais sutis, muitas vezes ignorados podem ser contemplados e assim compreendidos (MARQUES, 2012).

A biodiversidade e educação são peças fundamentais do quebra cabeça para compreender o cenário atual da grave crise observada no rio. Enquanto os setores produtivos no Brasil não se debruçam para compreender o funcionamento dos ecossistemas e sua ampla rede de comunicação, não haverá a mínima chance de reverter esse quadro caótico. Os cursos de graduação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, por exemplo, possuem em sua matriz curricular uma disciplina voltada para meio ambiente e sustentabilidade. Isto ainda parece insuficiente depois de tantas disciplinas de matemática abstrata, os cálculos, peças e componentes eletrônicos que permeiam o universo destes cursos. É necessária a formação de um engenheiro em condições de enfrentar o mercado de trabalho. O professor de meio ambiente nestes cursos, deve ser tão habilidoso nas engenharias

como os professores de cálculo que atuam nas Ciências Biológicas, que ao contrário do ocorrido nas engenharias tem alto nível de reprovação no curso, exatamente pelas dificuldades na formação básica em matemática. Em pleno século XXI, as ciências não dialogam.

As unidades de conservação no Rio São Francisco são insuficientes para garantir a conservação de sua biota. São poucas (< 2%) e não cumprem o papel de conservação da diversidade biológica. Para isso, é necessário investimento na criação de novas Unidades de Conservação (UC's), como o caso do Parque Nacional das Dunas do São Francisco e do Boqueirão da Onça (MMA 2002). De acordo com o SILVA (2005) atualmente, em uma extensão de 645.000 km², existem apenas 14 UC's federais de proteção integral e 29 estaduais, localizadas principalmente em Minas Gerais. As unidades federais de conservação sustentável são 12 e as estaduais somam 28. Infelizmente, as UC's enfrentam sérios problemas, envolvendo desde os aspectos fundamentais de conservação, com a sua situação fundiária, até aspectos relativos ao seu funcionamento, como inexistência de plano de manejo e falta de pessoas para tal fim.

Assim, as prioridades de criação de novas UC's que complementem a rede já existente, asseguram a conservação de exemplos ecologicamente viáveis de Caatinga (SIQUEIRA FILHO, 2012d). O Boqueirão da Onça cujo processo de criação iniciado em 2002, permanece como o principal desafio e a melhor oportunidade para mudar o cenário de conservação nas Caatingas do Rio São Francisco, considerando as grandes dimensões (>800.000 hectares), a heterogeneidade de habitats, baixa densidade demográfica e expressiva cobertura vegetal ainda conservada (SIQUEIRA FILHO et al, 2012c, NUNES et al. 2015).

Quadro 1 - Unidades de conservação sob a influência do Rio São Francisco no ecossistema Caatinga, com exceção das APAS

Unidade de Conservação	Categoria	Plano de manejo	Tamanho (hectares)	Local
Mona São Francisco	Monumento Natural	Não	26.736,30	Canindé do São Francisco (SE), Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Piranhas (AL), Paulo Afonso (BA)
RVS Tatu-Bola	Refúgio de Vida Silvestre	Não	110.000,00	Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista (PE)
RVS Riacho Pontal	Refúgio de Vida Silvestre	Não	4.819,63	Petrolina (PE)
Parque Estadual da Serra do Areal	Parque Estadual	Não	1.596,56	Petrolina (PE)
REBIO Serra Negra	Reserva Biológica	Sim	1.044,00	Floresta, Inajá e Tacaratu (PE)
FLONA Negreiros	Floresta Nacional	Não	3.004,00	Serrita (PE)
Unidade de Conservação	Categoria	Plano de manejo	Tamanho (hectares)	Local
PARNA do Catimbau	Parque Nacional	Não	62.300,00	Buíque, Ibimirim e Tupanatinga (PE)
ESEC Raso da Catarina	Estação Ecológica	Sim	104.842,84	Rodelas, Jeremoabo e Paulo Afonso (BA)
Parque Verde Grande	Parque Estadual	Não	25.570,00	Matias Cardoso (MG)
Parque Mata Seca	Parque Estadual	Não	10.281,44	Manga e Itacarambi (MG)
Parque da Serra dos Montes Altos	Parque Estadual	Não	27.499,52	Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Guanambi, Pindaí, Candiba (BA)
Total			377.694,29	

Fonte: IcmBio 2015, IEF-MG 2015.

As expedições científicas realizadas pela equipe do CRAD/UNIVASF no período de 2004 a 2015, ao longo de toda a bacia hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF), que é terceira maior em extensão do Brasil, revela uma biodiversidade notável, embora agonizante. Apenas no trecho que compreende os eixos norte e leste do Rio São Francisco constituído por 35 municípios, o inventário da flora apontou para uma diversidade biológica surpreendente com 1.031 táxons, dos quais 136 endêmicos (13%) e seis ameaçados de extinção e 28 espécies candidatas para entrar na lista de espécies ameaçadas de extinção do Brasil (Siqueira Filho et al, 2012c). Mais três anos de coleta de plantas, houve um incremento de 20% o que revela diversidade biológica ainda maior do que previsto. Dentro desse universo de plantas ainda pouco conhecidas pela ciência, *Pleurophora pulchra* (Lythraceae), uma planta ornamental de flores vermelhas e vistosas foi recentemente descrita (Siqueira Filho et al. 2015) e uma borboleta denominada *Pheles caatingensis* (CALLAGHAN e NOBRE, 2014) nas áreas da obra da transposição do São Francisco. Estes são elementos delicados da biodiversidade do São Francisco pois dependem de condições de microhabitat especiais, portanto sérios candidatos à extinção. Essa elevada riqueza biológica contrasta com uma transformação absoluta da paisagem, sem que ao menos a sociedade possa usufruir dos benefícios dessa biodiversidade através da produção de novos fármacos ou da oferta de pescado sadio.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quadro pouco favorável à manutenção e recuperação do rio vivo com sua biota funcional, destacamos que o momento é de reflexão sobre a recorrência de erros do passado e ações de revitalização imediatas através de um pacto das águas. Novas iniciativas que representam uma ameaça ainda maior ao que se encontra em curso como a bizarra proposição de interligação das águas do São Francisco com o Rio Tocantins, através do projeto de Lei 6569/13 que tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília, devem ser refutados com veemência pela sociedade brasileira. Precisamos alicerçar os megaprojetos de infraestrutura e segurança hídrica do país, a partir de sólida produção científica que suporta a tomada de decisões e não apenas a partir de interesses políticos e econômicos não pautados na pirâmide da economia, tempo e ética, capazes de transformar o Brasil

em liderança mundial onde a diversidade biológica é a nossa maior riqueza econômica.

REFERÊNCIAS

BOFF, L. **O cuidado necessário**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – **Programa de ações Estratégicas para o gerenciamento Integrado da Bacia do Rio São Francisco e de sua Zona Costeira**. Relatório final. Brasília: TDA Desenhos& Arte Ltda, 2004.

_____. – **Plano de Ações Estratégicas e integradas para o desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco**. Secretaria executiva. Brasília, 2005.

_____. – **Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Bacia do Rio São Francisco**. Secretaria executiva. Brasília, 2006.

_____. – **Diagnostico do Macrozoneamento Ecológico - Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Brasília: MMA, 2011.

CALLAGHAN, C.; NOBRE, C.E.B. A new species of Pheles Herrich-Schaeffer from Northeast Brazil (Lepidoptera, Riodinidae). **Zootaxa**, v. 3780, p. 558-566, 2014.

CAPPIO, L.F.; Martins. A.; Kirchner. R. **Rio São Francisco: A caminhada entre a vida e a morte**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CBHRS – **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Documentos oficiais**. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Termo-de-abertura-do-processo.pdf>> Acesso em 03 de novembro de 2015.

CODEVASF - **Companhia de Desenvolvimento do São Francisco e Vale da Paraíba**. Projeto básico de proteção da margem direita do rio São Francisco no perímetro de irrigação Cotinguiba/ Pindoba, 4ª SR – Sergipe. Brasília, DF, CODEVASF, 2013.

ESTRELA, E.S. **Sobradinho: a retirada de um povo**. Salvador: EDUNEB, 2010.

IPCC. **Climate change: the physical science basis**. In: SOLOMON, S et al. (eds) Fourth assessment report of the intergovernmental panel on climate change. Cambridge University Press, Cambridge, 2007.

MARQUES, J. **Ecologia da Alma**. Petrolina: Franciscana, 2012.

MILET-PINHEIRO P.; SCHLINDWEIN C. Do euglossine males (Apidae, Euglossini) leave tropical rainforest to collect fragrances in sugarcane monocultures? **Revista Brasileira Zoologia**, v. 22, p. 853-58, 2005.

MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL). 2002. Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga. Brasília: MMA/SBF. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>

MOURA, D. C.; SCHLINDWEIN, C. Mata ciliar do rio São Francisco como biocorredor para Euglossini (Hymenoptera: Apidae) de florestas tropicais úmidas. **Neotropical Entomology**, v. 38, p. 281-84, 2009.

NUNES, E.M.B.; CAMPELO, M.J.A.; MACIEL-SILVA, A.S. Reprodução sexuada de *Fabronia ciliares* (Brid.) Brid. var *polycarpa* (Hook.) W.R. Buck (Fabroniaceae, Bryophyta) na Caatinga: Um estudo de caso no Boqueirão da Onça, Bahia, Brasil. **Revista Pesquisas Botânica**, v.67, p 287- 01,2015.

OLIVEIRA, L. M.S.R. **Para iluminar as grandes cidades o Rio São Francisco agoniza**. 67-76 p. SOUZA, R.C.A.; SPÍNOLA, C.A.; ALMEIDA, E.P.R. (Orgs.) In: Rio São Francisco, Ocupação Territorial, Problemas socioambientais: Desafios e possibilidades. Salvador: UNIFACS, 2012.

REBÊLO, J. M.M.; GARÓFALO C. A. Comunidade de machos de Euglossini (Hymenoptera: Apidae) em matas semidecíduas do Nordeste do estado de São Paulo. **Anais Sociedade de Entomologia Brasil** v.26, p.243-55,1997.

SAMPAIO, T. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

SILVA, M. O Programa Brasileiro de Unidades de Conservação. **Megadiversidade**, v.1, p.153–171, 2005.

SIQUEIRA FILHO, J. A. **A extinção inexorável do Rio São Francisco**. SIQUEIRA FILHO, J. A.(Org.) In: Flora das Caatingas do Rio São Francisco: História Natural e conservação. 1. ed. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2012a.

SIQUEIRAFILHO, J.A.; SOUZA, D.P.; SIQUEIRA, A.A.; MEIADO, M.V.; CORRÊA, L.C.; CAMPELO, M.J.A.; RAMOS, R.R.D. **A queda do mito: Composição, Riqueza e Conservação das plantas vasculares das Caatingas do Rio São Francisco**. SIQUEIRA FILHO, J. A.(Org.) In: Flora das Caatingas do Rio São Francisco: História Natural e conservação. 1. ed. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2012b.

SIQUEIRA FILHO, J.A. **A extinção do São Francisco**. *Piseagrama*. n.8, p 92-101, 2015.

SIQUEIRA FILHO, J.A.; MEIADO, M.V.; VIEIRA, D.C.M.; CAMPELO, M.J.A.; CORRÊA, L.C. **Unidades de conservação na Caatinga: A realidade de conservação de um ecossistema semiárido no Nordeste do Brasil**. Lima, G.S. et al (Org.) In: Gestão, pesquisa e conservação em áreas protegidas. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2012d.

SIQUEIRA-FILHO, J.A.; COTARELLI, V.M.; PASTORE, J.F.B.; GRAHAM, S.A.; CAVALCANTI, T.B. A Remarkable New Species of Pleurophora (Lythraceae) from Caatinga of Pernambuco, Brazil. **Systematic Botany**, v. 40, n 1, p. 185-190, 2015.

SOBRINHO, J.V. **As Regiões Naturais do Nordeste, o Meio e a Civilização**. Recife: Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, 1970.

TABARELLI, M.; MELO, F. P. L.; ALVES, M.; MACHADO, I.C.; LOPES, A.V., SIQUEIRA FILHO, J.A.; LEAL, I.R. **Perturbação Antrópica no Parque Nacional do Catimbau: Estaria a Caatinga se Transformando em um Ecossistema Emergente**. *No prelo*. 2015.

A SAÚDE DOS AGRICULTORES FAMILIARES NOS PERÍMETROS PÚBLICOS MANDACARU E MANIÇOBA SITUADOS EM JUAZEIRO-BAHIA

Carlos Augusto da Cruz¹
Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira²

RESUMO

O objetivo da investigação que subsidiou este artigo foi avaliar a relação entre a possível associação do contato com agrotóxicos e a prevalência de neoplasias malignas, ou cânceres, que acometem os agricultores familiares dos perímetros de irrigação Mandacaru e Maniçoba, localizados no município de Juazeiro -Bahia. O estudo foi de natureza descritiva, transversal e excludente e se propôs a levantar e quantificar a relação entre o manuseio de agrotóxicos e o surgimento das neoplasias malignas, usando para tanto uma amostragem probabilística aleatória, com significância máxima permitida de 0,05%, tendo como critério de inclusão os agricultores familiares desses perímetros que ali atuam há pelo menos dez anos, e como critério de exclusão os demais agricultores familiares, numa abordagem interdisciplinar, tendo-se como paradigma uma visão tecnológica, social, ambiental e humanística. O tamanho da amostra foi de 222 trabalhadores, num universo de 371 inscritos como agricultores familiares nos lotes da CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba. A hipótese que norteou a pesquisa foi a relação direta entre o manuseio inadequado dos agrotóxicos e o surgimento das neoplasias malignas no espaço objeto da investigação, tendo sido a mesma confirmada.

Palavras-chave: Agrotóxico; neoplasia; câncer; agricultor familiar; perímetro de irrigação.

HEALTH FAMILY FARMERS IN PUBLIC PERIMETERS MANDACARU AND MANIÇOBA SITUATED IN JUAZEIRO-BAHIA

ABSTRACT

The goal of this research is to evaluate the relationship between the use of pesticide and the prevalence of malignant neoplasms or cancers that affect family farmers on irrigation at the Mandacaru and Maniçoba perimeters, located in Juazeiro, Bahia. The study is of descriptive, cross-sectional and exclusionary nature, using both random probability sampling, with a maximum allowable significance of 0.05%, with the inclusion criterion of the farmers of these perimeters to work there for at least ten years, and therefore excluding the other farmers. The research approach is interdisciplinary, with a technological, social, environmental and humanistic paradigmatic view. The sample size was 222 employees out of a selection of 371 farmers in the Codevasf-Development Company of the São Francisco Valley and Parnaíba. The hypothesis guiding this research is that exists a direct relationship between the improper handling of pesticides and the emergence of malignant neoplasms in the realm of investigation, the same having been confirmed.

Keywords: Pesticides, neoplasm, cancer, family farmer, irrigation perimeter

JEL: I15

¹ Médico. Mestre em Ciências Biológicas e da Saúde. Docente do curso de Medicina da Universidade Federal do Vale do São Francisco /UNIVASF (Juazeiro-BA) <carloshfc@yahoo.com.br>

² Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Docente e Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF <lucia.oliveira@univasf.edu.br>

1 MARCO HISTÓRICO - TEÓRICO

A cidade de Juazeiro - Bahia, situada à margem direita do Rio São Francisco, cuja característica principal é a unidade nacional, experimentou, a partir das décadas de 1960/1970, um grande crescimento econômico com o surgimento das grandes áreas de plantio irrigado de frutas destinadas à exportação. A ampliação do comércio e de serviços nas várias áreas e, a mão de obra sem nenhuma qualificação para tais serviços, foram os dois grandes contrastes que passaram a existir nessa região porquê, a circulação do capital financeiro decorrente dessa nova realidade gerou crescimento demográfico incompatível com a infraestrutura física e social existentes, tornando a periferia local num espaço desqualificado para se viver, tais as carências ali observadas (OLIVEIRA, 1998).

Se a implantação dos projetos de irrigação trouxe visibilidade para a região, ficou fora do alcance dos poderes públicos controlar o surgimento de favelas, com deterioração da qualidade de vida da população. A falta de moradia induzia os que aqui chegavam em busca de trabalho, a morar embaixo de uma cabana coberta com plástico, na esperança de dias melhores, que nem sempre chegavam para todos. Como bem afirmou a Sra. M.G.F, 64 anos, dos quais trinta morando no perímetro:

Quando chegamo aqui, só trucemo dois minino e a roupa do corpo. Vim de Cabrobó, no Pernambuco. Lá a vida tava difíce, muita seca, pouca terra e pouca cumida. Trabaio nas terra alheia num tinha e quando aparecia era pra ganhar uma besteira que num dava pra nada. Ai dissero pra nois que aqui no juazeiro tava dano terra pra qualquer um que quisesse. O marido disse: muié, arrume as trouxa, vamo pegá uma carona num caminhão e ir atraz do nosso sonho – um pedaço de terra. Isso aqui é terra iscumungada, ninguém da nada a ninguém, não. Juntamo só as roupinha dos minino e fumo pra estrada. Logo, logo, um fio de Deus parou e nos trouxe. Mais que nada, que terra fácil nada. Nem trabaio a gente conseguia. Todo dia o marido saia percurano, até que foi contratado pra trabaia numa fazenda daqui mesmo. Demo sorte. Quando abriu pra aumentar o projeto, a gente entrou. Mais moramo num sei quanto tempo embaixo duma lona, sem água, sem nada. Mas tivemos a

ajuda de Deus e hoje tamo no céu. Em vista de antes, somo rico, milionário...(SIC)

Certamente, nem todos conseguiram ultrapassar o estágio de miséria e continuam anos a fio vivendo de forma indigna, conforme depoimento registrado de um trabalhador rural, que mesmo estando há mais de quinze anos atuando como diarista nos projetos, jamais conseguiu um trabalho fixo, com registro em carteira.

Disse ele:

Eu vim de Viçosa no Ceará, na esperança de um lote. Num dei sorte, num consegui nada, mas quem sabe... um dia. Passei muitos ano numa cabana que só dava mesmo pra dormir, porque durante o dia ninguém agüentava ficar dentro de calor. Agora já tenho uma casinha, pequena, mais é minha e tem uma sala, uma conzinha, dois quarto e um quintal bom. Pra quem num tinha um couro pra dormir, já é bom. Mais tenho uma dor no coração de num ter um pedaço de terra minha. Vivo trabaiano de dar dia de serviço pros outro. Num quero morrer sem ter uma carteira assinada. Quero pelo meno me aposentar. Mais se Deus quiser, eu ainda consigo um lote. Sei que o governo num vai parar com os projeto. Seja onde for, se eu souber que vai ter um projeto eu vou tentar... (J.R.F. 55 anos, casado e três filhos). (SIC)

Desde a implantação dos perímetros de Mandacaru e Maniçoba no município de Juazeiro – Bahia, agricultores e trabalhadores rurais viram proliferar os canais de irrigação em suas terras, como se fossem artérias que partindo do coração do São Francisco chegavam às terras, antes ressequidas, irrigando-as com o líquido da vida – a água. Os macro investimentos em infraestrutura e o volume de crédito que comporta a atividade agrícola irrigada na região tornaram possível, principalmente aos grandes empresários, participarem de um padrão moderno de produzir, processar e comercializar a produção agrícola (LIMA & MIRANDA, 2001). A partir dessa acessibilidade ao crédito, passaram eles a usar abusivamente insumos químicos, dentre os quais agrotóxicos proibidos em outros países, com repercussões negativas na saúde dos trabalhadores e no meio ambiente.

Harvey, citando Bereilh (2008), e sendo citado por Rigotto (2011), reconhece que na raiz da dominação social existente nesses contextos residem processos estruturais de um novo modelo de acumulação de capital, definido pelo mesmo, como acumulação por pilhagem. A lógica desse modelo não só trabalha mediante a extração de mais-valia e os tradicionais mecanismos de mercado, mas mediante as práticas predatórias, a fraude e a extração violenta, que se aplicam aproveitando as desigualdades e assimetrias entre os grupos sociais, para pilhar os recursos dos mais frágeis.

Segundo a mesma autora, esses senhores do mercado, também contribuem para a contaminação das águas dos rios, lagos, açudes, riachos e, lençóis freáticos. O seu trabalho se baseia no modelo DRASTIC para avaliar a contaminação das águas subterrâneas, utilizando sete parâmetros formados pelas iniciais da palavra inglesa (D= profundidade da zona não saturada; R= recarga do aquífero; A= material do aquífero; S= tipo de solo; T= topografia; I= material da zona não saturada; C=

condutividade hidráulica). Mais que um risco químico, afirma ela, os agrotóxicos representam uma das facetas – talvez a mais perversa – da modernização agrícola.

2 CÂNCER EM ALTA NO AMBIENTE DE TRABALHO

A pesquisadora e toxicologista do INCA, Dr^a Márcia Sarpa de Campos Melo, lembra, em entrevista dada ao Jornal Combate Racismo Ambiental, (24/02/2014), e intitulada, “O Brasil Consome 14 Agrotóxicos Proibidos no Mundo”, que os agrotóxicos podem não ser o vilão, mas fazem parte do conjunto de fatores que implicam no aumento do câncer no Brasil cuja estimativa era de 518 mil novos casos no período 2012/2013, tendo sido elevado para 576 mil casos em 2014/2015. Entre os tipos de câncer os mais suscetíveis aos efeitos de agrotóxicos no sistema hormonal são os de mama e de próstata. No mesmo período, segundo a mesma pesquisadora, o INCA avaliou que o câncer de mama aumentou de 52.680 casos para 57.129 casos novos. Nesta mesma reportagem, o Dr. Wanderlei Pignati (2014), fala sobre a pesquisa por ele chefiada com o leite materno que, num espaço de dez anos, os casos de câncer por 10 mil habitantes em Lucas do Rio Verde - MT saltaram de três para quarenta. Os problemas de má formação por mil nascidos saltaram de cinco para vinte, o que reforça as suspeitas sobre os malefícios dos agrotóxicos.

Afirma aquele pesquisador na mesma reportagem, que os grandes produtores desdenham da proibição dos venenos usados largamente naquela região com uma irresponsável ironia. Dizem eles que não exportam seus produtos para a União Europeia ou para os Estado Unidos, e sim para mercados africanos e asiáticos (PIGNATI, 2014).

Apesar dos resultados alarmantes da pesquisa, o Governo mato-grossense deu um passo atrás na prevenção, flexibilizando por decreto, no ano 2013, a legislação que limitava a pulverização a trator a 300 metros dos rios e nascentes, para 90 metros.

SPADOTTO, C. A. (2008), pesquisador da EMBRAPA Meio Ambiente, em seu trabalho intitulado: Avaliação de riscos ambientais de agrotóxicos em condições brasileiras assegura que:

O consumo anual de agrotóxicos no Brasil tem sido superior a 300 mil toneladas de produtos comerciais. Expresso em quantidade de ingrediente-ativo (i.a.), são consumidos anualmente no país cerca de 130 mil toneladas, representando um aumento no consumo de

agrotóxicos de 700% nos últimos quarenta anos, enquanto a área agrícola aumentou 78% nesse período. (SPADOTTO, et al. 2004).

Além dos perigos aos seres humanos, nos aspectos ocupacionais, alimentares, de saúde pública, sabe-se que a introdução de agrotóxicos no ambiente pode provocar efeitos indesejáveis, tendo como consequência mudanças no funcionamento do ecossistema afetado. Na mesma direção, os pesquisadores da EMBRAPA Semiárido, MATOS, et al., (2014), afirmam:

Com os impactos ambientais resultantes do uso indiscriminado de agrotóxicos e o uso indevido dos recursos naturais, surgiu a necessidade de criar novos sistemas produtivos que causem menor degradação dos ecossistemas, a exemplo do Sistema de Produção Integrada. O programa de Produção integrada de Manga (PI-Manga) iniciou em 2002 no submédio São Francisco. Somente em 2011, foram pulverizados no Brasil, cerca de 852,820 milhões de litros de agrotóxicos nas lavouras do país. (BLOG: BRASIL DE FATO, 2014).

A exposição a substâncias carcinogênicas é reconhecidamente maior nos ambientes de trabalho, considerando o tempo em que o trabalhador ali permanece. Há séculos já se sabia que o trabalho, quando executado sob condições adversas pode causar doenças que levam os trabalhadores à invalidez ou à morte. A Organização Mundial da Saúde – OMS (2013) define como objetivos da Saúde Ocupacional o prolongamento da expectativa de vida e a minimização da incidência de incapacidade, de doença, de dor, e de desconforto; provisão de realização pessoal, fazendo com que as pessoas sejam sujeitos criativos; melhoramento da capacidade mental e física e da adaptabilidade a situações novas e mudança das circunstâncias das situações de trabalho e de vida (Cadernos de Saúde Coletiva, 2013).

O Comitê de Especialistas da OMS identifica como as doenças relacionadas ao trabalho são da mais elevada importância em termos da saúde pública: distúrbios comportamentais e doenças psicossomáticas; hipertensão arterial; doenças isquêmicas do coração; doenças respiratórias crônicas não específicas; doenças do aparelho locomotor; câncer e atopias (dermatites, rinites, asma brônquica). O câncer é uma doença multifatorial devido a um efeito combinado de fatores genéticos e externos que agem simultaneamente e sequencialmente. A combinação de exposição ambiental com alguns polimorfismos do gene pode ser sinérgica e contribuir para uma proporção substancial do câncer na população em geral.

Anualmente, cerca de 19% de todos os cânceres são estimados para serem atribuídos ao meio ambiente, inclusive em ambientes de trabalho, resultando em 1,3 milhões de mortes.

De acordo com o Caderno de Saúde Coletiva, (2013), a OMS (2006), asseverou que atualmente, a exposição ocupacional é a principal forma de exposição a mais da metade dos produtos químicos, misturas, e exposições específicas no ambiente humano, que foram classificados pela IARC, (International Agency for Researchon Cancer), como cancerígenos para os seres humanos. Os tumores associados ao trabalho frequentemente são observados nos órgãos em contato direto (portas de entrada e/ou eliminação) com diversos agentes carcinogênicos por sua vez vinculados, sobretudo, através do ar e da dieta. São eles: pele, pulmão e trato respiratório, cavidades nasais, bexiga, rim, e tubo digestivo.

A IARC classificou um total de 29 agentes e misturas relacionados ao trabalho e 12 circunstâncias de exposição, como potencialmente cancerígenos aos seres humanos. No entanto, muitos outros agentes aos quais os trabalhadores estão expostos em seu ambiente de trabalho, permanecem desconhecidos. A epidemiologia tem avançado no entendimento e análise das relações causais entre câncer e exposição, as substâncias presentes no ambiente de trabalho, porém muitas lacunas ainda precisam ser preenchidas (CHAGAS et. al., 2013).

Num apanhado realizado pela OMS, foi encontrado a relação entre o percentual do risco atribuível à população para a mortalidade por câncer e as principais exposições carcinogênicas decorrentes do ambiente de trabalho. Com isso, foi possível obter um breve panorama acerca dos recentes estudos que tem sido publicados, relacionados ao tema: *Demonstrativo da Relação Entre o Percentual de Risco Atribuível à População Para Mortalidade Por Câncer, Decorrente do Ambiente de Trabalho.*

Tabela 1 - Mortalidade por câncer no trabalho

Câncer de Pulmão	6,3 a 13,0%*
Câncer de Bexiga	7,0 a 19,0%*
Câncer de Mesotelioma	85,0 a 90,0% *
Leucemia	0,8 a 2,8%
Câncer de pele	1,5 a 60,0%
Câncer Nasofaringe e Sinusal	33,0 a 46,0% *
Câncer dos Rins	0 a 2,3%
Câncer do Fígado	0,4 a 1,1%

Fonte: Adaptado de CHAGAS et. al. 2013

Ca. de pulmão: amianto, sílica, níquel, fumaça de óleo diesel, fumaça de tabaco, refino de arsênico, berilo, cádmio, alumínio, cromo, mineração de urânio, cobre, aço, ferro e trabalhadores de vinhas, telheiros, trabalhadores de asfalto e pintores.

Ca. de bexiga: a 2-naftilamina, benzidina, 4-aminobifenilo, os que fabricam magenta, auramina, pigmentos de cromatos ou corantes, produção de látex sintético, vulcanização de pneus, recicladores, fabricantes de cabos, empregados nas usinas de gás.

Mesotelioma: a exposição a amianto se caracteriza como o maior carcinogênico neste caso.

Leucemia: radiações ionizantes externas, o benzeno, o óxido de etileno, a indústria da borracha, a fabricação e reparos de botas e sapatos.

Ca de pele: a radiação solar intensiva, os arremessos de alcatrão de carvão, o alcatrão de carvão, os óleos de xisto, o arsênico, os óleos minerais, os hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, trabalhadores das vinhas, pescadores.

Ca de nasofaringe e sinusal: pó de madeira, compostos de níquel, cromo hexavalente e formaldeído, fabricação e reparos de botas e sapatos, a fabricação de isopropanol, a fabricação de móveis, marcenaria e carpintaria.

Ca de rins: a produção de coque é o mais alto carcinogênico que se tem para esses casos.

Ca de fígado: o cloreto de vinila, as infecções ocupacionais tais como hepatite B ou C, e aos trabalhadores de área da saúde.

Atualmente já se tem constatação científica de que alguns tipos de câncer são provocados no indivíduo pelo manuseio de agrotóxicos sem as devidas observações e cuidados, pelo contato, por estarem dispersos no meio ambiente ou pela dieta. São eles:

- a) Câncer de bexiga;
- b) Câncer de cérebro;
- c) Câncer de colon;
- d) Câncer de esôfago;
- e) Câncer de fígado;
- f) Câncer de laringe;
- g) Câncer de pulmão e Mesotelioma;
- h) Cânceres hematológicos (Leucemia, Linfoma e Mieloma Múltiplo).

O Jornal americano “Environmental Health Perspective”, que lançou a reportagem intitulada: *Agricultural Health Study* (1996), observou um aumento da ocorrência de cânceres em aplicadores de agrotóxicos quando estão expostos a organoclorados, principalmente aldrim, clordane, dieldrin e toxafeno. Um aumento do risco de leucemia também foi observado entre trabalhadores da indústria de petróleo expostos a benzeno.

3 AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DOS AGROTÓXICOS

Segundo Correia (2007), existem 05 tipos de graus de toxicidade a serem observados nos agrotóxicos:

1. **Toxicidade Aguda** – quantidade do inseticida que aplicada uma única vez em cada indivíduo de uma população resulta em 50% de mortalidade. O inseticida pode ser aplicado topicamente e via ingestão;
2. **Toxicidade Subaguda** – é caracterizada pela exposição de quatorze dias a três meses a determinada substância;
3. **Toxicidade crônica** – é a quantidade do inseticida que provoca a morte de 50% dos indivíduos de uma população teste, quando aplicada várias vezes em cada um dos indivíduos daquela população. A dose é determinada após a aplicação de várias subdosagens e os efeitos esperados ocorrem em longo prazo;
4. **Tolerância** - concentração máxima dos resíduos de um agrotóxico que é permitida em um alimento por ocasião da colheita ou do consumo;

5. **Carência** - é o intervalo de tempo necessário desde a aplicação do produto até a colheita.

3.1 – PERICULOSIDADE AO MEIO AMBIENTE

A periculosidade ao meio ambiente divide-se em quatro tipos:

Classe I – produto extremamente tóxico; altamente perigoso: faixa vermelha;

Classe II – produto muito tóxico; muito perigoso: faixa amarelo intenso;

Classe III – produto moderadamente tóxico; produto perigoso: faixa azul intenso;

Classe IV – produto pouco tóxico; produto pouco perigoso: faixa verde intenso.

De acordo com Osete (2011), o uso dos venenos nas lavouras aqui no Vale do São Francisco tornou-se uma prática comum, mas está ficando insustentável. Dentre os impactos à saúde relacionados ao processo produtivo do agronegócio, os de maior relevância para a saúde humana e ambiental são: as poluições e/ou contaminações e as intoxicações agudas e crônicas relacionadas à aplicação de agrotóxicos (ABRASCO, 2012).

Muitos agricultores que praticam a agricultura familiar, por serem seus próprios patrões, não utilizam o EPI (Equipamento de Proteção Individual), sobre diversas alegações. Uma delas é o alto custo dos mesmos, bem como o incômodo no trabalho, em função do clima. Com isso tem aumentado, ao longo dos anos, o número de agricultores familiares intoxicados nas urgências dos hospitais e nos Serviços de Medicina do Trabalho. Além do aumento no número de casos de óbitos por câncer de intestino, pulmões e fígado, etc., conforme confirmado durante a aplicação das entrevistas com os agricultores familiares dos dois perímetros.

Bedor (2008), ao estudar *O Potencial Carcinogênico dos Agrotóxicos Empregados na Fruticultura* e sua Implicação para a Vigilância da Saúde nos principais projetos de irrigação do baixo-médio São Francisco, entre eles o projeto Mandacaru e Maniçoba, afirmou o quanto a população, principalmente a rural, de uma região tão próspera economicamente pelas atividades agrícolas, está exposta aos riscos causados pelo uso dos agrotóxicos. De acordo com a autora, a vulnerabilidade da região ocorre por diversos fatores, desde o perfil sócio-demográfico dos trabalhadores rurais, à falta de informações técnicas que

minimizem a exposição desses agricultores aos males causados pelo uso do agrotóxico.

Não existem na região estudos capazes de delinear o nível de contaminação e o grau de risco a que os agricultores familiares estão submetidos, daí a importância desse estudo. Rigotto (2011), afirmou ser importante considerar que, além dos agrotóxicos, seus solventes e metabólitos muitas vezes, são tão ou mais tóxicos que o princípio ativo original. As principais vias de penetração dos agrotóxicos no corpo humano, em ordem crescente de importância são, por ingestão, respiração e absorção dérmica (OPAS, 1996). A penetração na pele varia de acordo com a formulação empregada, temperatura, umidade relativa do ar, regiões do corpo (verso das mãos, pulsos, nuca, pés, axilas e virilhas absorvem mais), tempo de contato, existência de feridas (GARCIA, 2001). Afirma ainda a autora que do ponto de vista da exposição ocupacional e ambiental a via respiratória e a dérmica são as de maior relevância.

Sabe-se que as temperaturas elevadas aumentam a volatilidade e a pressão de vapor das substâncias químicas, aumentando sua disponibilidade para a inalação e/ou absorção cutânea, além de aumentarem a velocidade da circulação sanguínea. Já o esforço físico despendido no trabalho aumenta a ventilação pulmonar e, portanto, a inalação de contaminantes atmosféricos.

4 EXPOSIÇÃO AOS AGROTÓXICOS E INCIDÊNCIA DE CÂNCER

A respeito da carcinogênese, Rigotto (2011) afirmou que o câncer ou as neoplasias malignas são o conjunto de manifestações clínicas patológicas caracterizadas pela perda do controle do crescimento celular e o ganho da capacidade de invadir tecidos adjacentes ou de espalhar-se (metástases) para outras regiões do corpo. As neoplasias são classificadas como doenças multicausais ou multifatoriais, pois sua determinação depende tanto de condicionantes biológicas quanto psico-sócio-ambientais.

O processo de carcinogênese, de modo geral, ocorre lentamente. Em geral o período para o surgimento das manifestações clínicas de uma neoplasia maligna pode ser computado em anos. A mutação no DNA é a alteração genuína do processo e pode ser induzida externa ou internamente ao organismo. Dentre os indutores externos, os agrotóxicos são considerados carcinógenos químicos. Após a

mutação ocorrer, resultando na perda de características funcionais e na formação de tumores (CUNNINGHAM, MATHEWS, 1995; BEDOR, 2008).

De acordo com a OMS (2012), o câncer é um problema crescente de saúde pública, especialmente nos países em desenvolvimento, onde se concentraram mais da metade dos novos casos do mundo em 2008, e onde se prevê que estarão acontecendo 70% das mortes por esta patologia no ano 2020. O Brasil apresentou cerca de 490.000 casos novos de câncer em 2010. Em contraposição aos fatores genéticos, os fatores ambientais, vem tendo cada vez mais reconhecida a sua participação no câncer. Estudos realizados por Lichtnstein et al, em 2000, citados pela Dr^a Rigotto (2011) junto a 44.788 pares de gêmeos na Suécia, Dinamarca e Finlândia, concluiu que fatores genéticos têm uma pequena contribuição para a maioria dos casos de neoplasias e que o ambiente tem um papel principal como causa de câncer.

Condições de trabalho que expõem os trabalhadores a substâncias químicas, como agrotóxicos, contribuem de modo significativo para o desenvolvimento de certos tipos de câncer, segundo a Prof^a Rigotto, (2011), seguindo citações desses autores, (POTTI, et al., 2003; SILVA et al.,2005; MEYER 2003; BEDOR, 2008). De acordo com Brasil et al.,(2007), há uma grande diversidade de resultados na associação entre neoplasia maligna e agrotóxico para certos tipos de câncer em humanos, no entanto, para outros ainda há carências de estudos com desenhos epidemiológicos adequados. A associação entre agrotóxicos e diferentes tipos de cânceres que se apresentam com maior frequência são: pulmões, estômago, melanomas, próstata, cérebro, testículos, sarcomas e no tecido hematopoiético: linfoma não Hodgkin, mieloma múltiplo e leucemias (PIMENTEL, 1996; GRISOLIA, 2005).

No contexto rural os grupos de maior vulnerabilidade ao câncer são os trabalhadores agrícolas que lidam diretamente com venenos na função de aplicadores, colhedores, transportadores, operários das fábricas, empacotadores e familiares de agricultores.

No Brasil, observando-se os registros de câncer, tanto populacionais quanto hospitalares existentes, é fácil constatar-se não serem disponibilizadas informações sobre a ocupação (inserção ocupacional) dos pacientes. Essas limitações não permitem uma análise sobre exposições ocupacionais que possibilitem a adoção de

medidas específicas para a prevenção e controle dos tipos de câncer que teriam relação com o trabalho (ELLERY; RIGOTTO et. al., 2010).

5 AGROTÓXICOS E DESREGULAÇÃO ENDÓCRINA

Sobre a ação dos agrotóxicos na desregulação endócrina, Rigotto (2011), assim se pronuncia: cerca de 11 milhões de substâncias químicas são conhecidas em todo o mundo e destas, cerca de 100.000 são produzidas e utilizadas em quantidades significativas. Numerosos compostos químicos de uso doméstico, industrial e agrícola possuem comprovada atividade hormonal. Inseticidas, detergentes, repelentes, desinfetantes, fragrâncias, solventes, retardantes de chama entre outros produtos, estão presentes nos efluentes industriais, residenciais e de estação de tratamento de água e esgoto. Apenas 40 a 50 substâncias químicas são contempladas pelos padrões de portabilidade da água na maioria dos países, incluindo o Brasil; sua presença na água, no solo e no ar representa uma importante fonte de determinação da cadeia alimentar não avaliada pelos órgãos de controle de qualidade.

Segundo Grisolia (2005), muitas são as substâncias químicas causadoras de disfunção hormonais nos seres vivos, que alteram as funções do sistema imune, nervoso, reprodutivo e outros, podendo provocar desequilíbrios fisiológicos importantes em estágios de vida como a embriogênese, a puberdade, a gestação e a lactação. Entre os agrotóxicos há aqueles que mimetizam hormônios ou possuem atividade de desregulação endócrina, especialmente com propriedades estrogênicas ou de hormônios tireoidianos. Estas substâncias denominadas interferentes endócrinos ou hormonais (disruptores endócrinos), incluem diversos produtos de uso comum na agricultura como alquilfenóis, glifosato, ácido diclorofenoxacético, praguicidas organoclorados, metolaclo, acetocloro, alaclo, clorpirifós, metoxicloro e piretróides sintéticos (SOLOMON e SCHETTLER, 2000; RIGOTTO, 2011).

Os interferentes endócrinos agem no funcionamento do sistema hormonal, mediante algum dos três mecanismos seguintes:

- a. **mimetizando o próprio hormônio**, ou seja, interagindo com o receptor específico para desencadear as alterações que seriam por ele provocadas naquela célula-alvo;

- b. **bloqueando a ação hormonal** ao ocupar os receptores e impedir que a função hormonal seja exercida;
- c. **alterando o metabolismo**, pelo aumento ou diminuição dos níveis de hormônios naturais (GRISOLIA, 2005).

Os efeitos dos interferentes endócrinos podem ser agudos ou crônicos, na dependência do tempo de exposição, concentração no ambiente, modo de contato com o produto, tipo de degradação, interferindo no padrão hormonal e promovendo queda na fertilidade e até infertilidade (RIGOTTO et al., 2011). As alterações endócrinas podem ser decorrentes de sinergismo e antagonismo bioquímicos ou em receptores bioquímicos ou em receptores específicos para hormônios esteroides. Geralmente se relacionam com o aumento do clearance metabólico da testosterona, decréscimo na síntese de testosterona, ação anti-androgênica de alguns praguicidas como o DDE (metabólito do DDT) e aumento da secreção de estrógenos pela ação de substâncias como o DDT, deltrin, metoxicloro e toxafeno (RIGOTTO, 2011).

5.1. Efeitos neuropsiquiátricos, neuropsicológicos comportamentais dos agrotóxicos

A ação dos agrotóxicos sobre a saúde humana pode se manifestar a partir de sintomas específicos, tais como dor de cabeça, vertigem, falta de apetite, falta de forças, nervosismo, dificuldade para dormir, entre outros. Daí o relato desses sintomas em pessoas envolvidas com os agrotóxicos, deve conduzir a investigação diagnóstica de intoxicação. São os organofosforados e os carbamatos, os agrotóxicos que produzem mais distúrbios do sistema nervoso, os chamados efeitos comportamentais: insônia ou sono perturbado, ansiedade, retardo de reações, dificuldade de concentração e uma variedade de sequela psiquiátricas: apatia, irritabilidade, depressão, esquizofrenia, (RAMOS, 2004).

Pesquisas realizadas por Amret al., (1997), junto a trabalhadores rurais aplicadores e formuladores de agrotóxicos, encontrou resultados que enfatizaram a alta frequência de distúrbios psiquiátricos nos grupos expostos, confirmando alguns diagnósticos de neurose depressiva, cujos sintomas mais frequentes eram a irritabilidade e a disfunção erétil. Também as pesquisas de Yousefi (1999) sinalizaram uma forte associação entre a intoxicação por agrotóxicos e distúrbios

mentais em populações expostas. Outro estudo de RIGOTTO (2011), focalizou mais especificamente a associação entre esta exposição e a ocorrência de diversos casos de suicídio entre agricultores.

Em conversa com diversos agricultores dos dois perímetros estudados, principalmente daqueles que residem há mais tempo naquelas localidades, os mesmos relataram o alto número de suicido naqueles perímetros, principalmente de agricultores jovens, confirmando a pesquisa citada anteriormente.

O filósofo, Leonardo Boff, em seu livro, *Sustentabilidade, O que é – O que não é* (2012), afirma que há três grandes descobertas científicas que estão modificando nosso olhar sobre a terra. A primeira é a comunidade cósmica: todos os seres existentes, das estrelas aos seres humanos, são constituídos pelos mesmos elementos físico-químicos, forjados há bilhões de anos no coração das grandes estrelas. A segunda é a comunidade de vida: todos os seres vivos, das bactérias aos seres humanos, são produtores do mesmo código genético de base, os mesmos aminoácidos e as mesmas bases fosfatadas; apenas as combinações diferentes desses elementos constituem a diferença e fundam a biodiversidade. A terceira é a constatação de que a terra é viva, um gigantesco superorganismo chamado Gaia, que se autorregula de tal forma que se torna apto para gerar permanente vida e se autorregenerar.

Estes dados da ciência empírica colocam a terra como um momento da história do universo em evolução (cosmogênese), dentro da história da vida (biogênese), e dentro da história da consciência (antropogênese). O que se verifica, antes de tudo, é a enorme capacidade de adaptação e de transformação que a Terra viva possui. Por exemplo, desde que a irrupção da vida há 3,8 milhões de anos, a luz solar enviada á Terra cresceu 30%. Isto bastaria para calcinar toda a vida do planeta, mas tal fatalidade não ocorreu, porque a Terra soube se defender, criando mecanismos atmosféricos que protegessem a sua cria - a vida.

A Terra passou por inúmeras dizimações que quase puseram fim ao seu capital biótico, mas ela mostrou grande resiliência, regenerou-se e evoluiu. Hoje, no entanto, ela está sofrendo um ataque generalizado contra seus ecossistemas, contra seus bens e serviços. É a razão primeira para se relacionar o planeta com a noção de sustentabilidade. Urge implementar a sustentabilidade nos cinco componentes

principais que a compõem: na geosfera, na hidrosfera, na atmosfera, na biosfera e na antroposfera ou noosfera.

6 DISCUSSÕES

A amostra examinada foi de $n=222$ elementos, todos com dez anos ou mais de contato direto ou indireto com os agrotóxicos nas suas atividades diárias. No tocante a idade cronológica dos entrevistados que tinham experimentado contato direto com os agroquímicos a idade média era de 42 anos, enquanto para aqueles que tiveram contato indireto, a média de idade foi de 52,4 anos, calculados pelo teste **t de Student**, para a verificação de diferença entre as idades de contato, com nível de significância de 5%.

No que diz respeito ao gênero, foram 214 (96,4%) homens, sendo que 199 tiveram contato direto com agrotóxicos, enquanto apenas 15 tiveram contato indireto, e 08 mulheres, (3,6%), sendo que todas elas tiveram contato direto com os agrotóxicos.

Em relação às mulheres, todas elas tiveram contato direto com os agroquímicos, enquanto que nenhuma delas teve contato indireto, de onde obteve-se um **P=1**, sendo que a razão de chance é nula, $=0$, haja vista que o cálculo da razão de chance não é possível por apresentar valor zero no item Feminino/Indireto.

Existe uma tendência nas mulheres de terem um menor contato com o agrotóxico que o homem, pois a quantidade de homens trabalhando com esses químicos é indiscutivelmente superior.

Em relação ao grau de instrução dos entrevistados 167 (75,2%), apresentaram nível de escolaridade de até 08 anos de estudos, sendo 153 completos e apenas 14 incompletos, enquanto os que têm acima de nove anos ou mais foram 55 (24,8%), onde 54 completaram os 9 anos e apenas 01 foi além dos nove anos.

Comparando o grau de instrução e o contato com agrotóxicos, pode-se observar um $p=0,123$ e razão de chance igual 0,2. O Teste Exato de Fisher identificou independência entre essas duas variáveis, ou seja, não existe relação entre grau de instrução e tipo de contato com agrotóxico. Em relação à situação de trabalho, observou-se entre os entrevistados, na condição de empregados e/ou agricultores 156 (70,6%), sendo 155 trabalhadores confirmados nesta situação e,

apenas 05 não confirmados nessa situação. Entre os denominados outros tipos de trabalho, surgiram: canaleiros, bombeiros (aplicador de agrotóxicos), outros tipos que somaram 65 (29,4%), sendo 55 sim e 10 não, o que nos deu um $p=0,002$ pelo Teste Exato de Fisher, dando-nos uma Razão de Chance de 5.44, com um Intervalo de Confiança de 95%, identificando uma relação entre a situação de trabalho e contato com agrotóxicos.

No tocante ao tabagismo, foram os seguintes resultados: 50 (22,5%) afirmaram serem tabagistas, enquanto que 172 (75,5%), disseram não fumar. Nesses números, após aplicado o Teste Exato de Fisher, observou-se um $p=0,529$ o que nos dá uma razão de chance de 1,96 com 95% de Intervalo de Confiança, no entanto não mostra relação entre tabagismo e contato com agrotóxico.

Quanto ao consumo de álcool 136 (61,3%) afirmaram ingerir álcool, contra 86 (38,7%) que afirmaram não ingerir. Estes números apontam um $p=0,275$ o que dá uma razão de chance de 1,89, com 95% de Intervalo de Confiança, no entanto não mostra relação entre alcoolismo e contato com agrotóxicos, entretanto, o depoimento a seguir é revelador do uso de álcool entre os trabalhadores rurais: *É meu mano, sempre qui nois vorta dos lote, nois passa pelo armazém dali da isquina, pra tomar uns tragos que é pru mode limpar as guela e o fígo* (M.E.S. agricultor familiar do Projeto Mandacaru).

No tocante ao sono, 163 (73,4%) afirmaram dormir bem, enquanto que 59 (26,6%) afirmaram que não. Isso dá um $p=0,764$ com uma razão de chance de 0,67 também com um Intervalo de Confiança de 95%.

No tópico, câncer na família, 42 (18,9%) entrevistados afirmaram que tiveram casos de pessoas que morreram da doença na família, enquanto que 180 (81,1%), negam tal evidência. Tais números sugerem um $p=1$ que, por sua vez, nos dão uma razão de chance de 0,92 com o mesmo Intervalo de Confiança, o que não identifica relação direta entre o trabalhador que apresenta contato com agrotóxico e o câncer na família.

Na pesquisa procurou-se nos serviços de Oncologia de Juazeiro/BA e Petrolina/PE, encontrar os casos de câncer, bem como nos Serviços de Epidemiologia da 15ª DIRES de Juazeiro, e da 9ª GERES de Petrolina, mais especificamente no Registro de Óbitos, as pessoas falecidas de câncer nos últimos cinco anos, residentes nos dois projetos. Foram encontrados os seguintes totais:

2009, 02 casos; 2010, 03 casos; 2011, 06 casos; 2012, 03 casos; 2013, 06 casos, perfazendo um total de 20 registros de óbito nas 15ª DIRES e 9ª GERES, além do Serviço de Oncologia, do Hospital Regional de Juazeiro.

No sentido de melhor conduzir a investigação diagnóstica sobre intoxicação, resolveu-se submeter um percentual de 10% dos elementos da amostra analisada, não somente ao teste da colinesterase, uma vez que é o teste mais utilizado para detectar intoxicação por agrotóxicos, principalmente os organofosforados, e carbamatos, mesmo não sendo o mesmo um bom teste para se detectar intoxicação por esses agrotóxicos, mas porque a enzima colinesterase (AChE), é muito instável e fugaz no organismo, rapidamente dele desaparecendo, quase sem deixar vestígios, a não serem aqueles da intoxicação aguda pelos agrotóxicos anteriormente citados.

Diante do exposto, resolveu-se realizar em 10% dos candidatos da amostra, todos os testes para a verificação da função hepática, (hepatograma), quais sejam: Hemograma com plaquetas, fosfatase ácida e alcalina, bilirrubinas totais e frações, TGO e TGP, TPAE e a Colinesterase sérica ou plasmática.

Nos casos do aumento da produção de hemácias, (hiperplasia eritróide), poderia pensar-se estar diante de um caso de Policitemia Vera, ou de um caso de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, (DPOC). Caso fosse encontrada uma diminuição do número das hemácias poderia estar diante de um caso de anemia, de um quadro hemorrágico, de uma hemólise, de uma leucemia, de um hipertireoidismo ou de uma cirrose. Já no tocante às transaminases: transaminase-glutâmico-pirúvica, (TGP ou ALT) ou da transaminase-glutâmico-oxaloacética, (TGO ou AST), essas duas enzimas são as ferramentas essenciais para o diagnóstico das doenças do fígado e fazem parte do hepatograma. TGO e TGP acima de 150U/L, sugerem fortemente danos no fígado. Apenas pelas transaminases elevadas não se pode saber a causa das lesões do fígado. TGO e TGP acima de 1.000U/L são provocadas habitualmente por hepatites virais, hepatites por drogas, (principalmente intoxicação por paracetamol), ou hepatite isquêmica. Sendo que as principais causas da elevação das transaminases são: hepatites virais, cirrose, esteato-hepatite, (fígado gorduroso), hepatite medicamentosa, insuficiência cardíaca, isquemia do fígado ou hepatite isquêmica, câncer do fígado e até mesmo doenças musculares.

A fosfatase alcalina é uma enzima encontrada em praticamente todos os tecidos do corpo, mas que se apresenta sobretudo no fígado, nas vias biliares e nos ossos. Tem diferentes tipos, chamados isoenzimas, que são originárias de diferentes tecidos, (FA1 do fígado, FA2 dos ossos). Estas podem ser quantificadas separadamente caso seja necessário. Os valores da fosfatase alcalina são obtidos em uma análise de sangue comum e sua faixa normal em adultos é de 30 a 140 UI/L (Unidades Internacionais por Litro. Fosfatase Alcalina, é uma hidrolase que remove grupos fosfato de um grande número de moléculas diferentes, incluindo nucleotídeos, proteínas e alcalóides; como o próprio nome sugere, essa enzima é mais ativa em soluções alcalinas. O processo de remoção desses grupos fosfatos é conhecido como desfosforilação. A fosfatase alcalina é produzida por diversos órgãos e tecidos, como por exemplo ossos, fígado e placenta.

A hiperfosfatemia, (fosfatase alcalina total no sangue elevada) pode estar relacionada às seguintes condições patológicas: Colestase, Hepatites virais, Doença de Paget, Tumores ósseos, Hiperparatireoidismo, Osteomalacia e Raquitismo. O tempo de protrombina (TP) ou tempo de atividade da protrombina (TAP) derivado, índice internacional normalizado, também conhecido como razão normalizada internacional (IIN, RNI ou INR), são medidas laboratoriais para avaliar a via extrínseca da coagulação. Em outras palavras, é um exame usado para determinar a tendência de coagulação do sangue. O tempo de protrombina normal é de cerca de 11 a 14,6 segundos. Quanto maior for o TP, menor será a concentração de protrombina no sangue.

O TP mede os fatores II, V, VII, X e o fibrinogênio. Como quatro fatores da via extrínseca são vitamina K dependentes (fatores II, VII, IX e X) o teste é também muito usado para monitoramento do uso de anticoagulantes orais. O TP encontra-se alargado em casos de deficiência de alguns fatores abaixo:

- Fatores da via extrínseca: Fator VII
- Fatores da via comum: Fator X, Fator V, Fator II (Protrombina), Fator I (Fibrinogênio).

Uma plaqueta sanguínea ou trombócito é um fragmento coroplasmático anucleado, presente no sangue que é formado na medula óssea. A sua principal função é a formação de coágulos, participando portanto do processo de coagulação sanguínea. Uma pessoa normal tem entre 150.000 e 400.000 plaquetas por

milímetro cúbico de sangue. Sua diminuição ou disfunção pode levar a sangramentos, assim como seu aumento pode aumentar o risco de trombose. Trombocitopenia, (ou plaquetopenia), é a diminuição do número de plaquetas no sangue.

Trombocitose, (ou plaquetose), é o aumento do número de plaquetas no sangue, presente também nos estados leucêmicos. A bilirrubina ou hematóidina é uma substância amarelada encontrada na bile, que permanece no plasma sanguíneo até ser eliminada na urina. Quanto mais bilirrubina eliminada na urina, mais amarela ela se torna. Excesso de bilirrubina, (hiperbilirrubinemia), pode indicar problemas no fígado, baço, nos rins ou na vesícula biliar. Ela é um pigmento da bile produzido por quebra do heme e redução da biliverdina, que normalmente circula no plasma sanguíneo. É absorvido por células do fígado e conjugado de modo a formar diglucuronide, um pigmento solúvel em água excretada na bÍlis. Cerca de 70% a 80% da bilirrubina são provenientes da destruição das hemácias velhas, 15% de fontes hepáticas e o restante é proveniente da destruição de hemácias defeituosas na medula óssea e nos citocromos.

Na sua transformação a partir da quebra do anel da hemoglobina, em heme e globina, o anel heme é aberto, produzindo ferro livre e biliverdina, que é reduzida a bilirrubina pela enzima biliverdina reductase. Essa bilirrubina recém-formada circula no sangue ligada à albumina sérica (forma não-conjugada). É transportada pelo sistema até o fígado, onde penetra no hepatócito por dois mecanismos distintos: difusão passiva e endocitose. Uma vez dentro do hepatócito, a bilirrubina desliga-se da albumina e forma um complexo protéico com as chamadas proteínas Y e Z (também chamadas ligandinas). É então transportada para o retículo endoplasmático liso, onde se torna um substrato da enzima glicuronil transferase, dando origem a um diglicuronídeo conjugado (mono e triglicuronídeos também são formados). A bilirrubina, agora já conjugada, é transportada até a membrana celular. Na face oposta aos sinusóides e próxima aos canalículos biliares, ela é excretada diretamente, alcançando o trato intestinal, onde é metabolizada pelas bactérias da flora intestinal, formando o stercobilinogênio. A maior parte deste stercobilinogênio é excretada nas fezes, outra parte é reabsorvida e eventualmente re-excretada na bile (circulação entero-hepática). Uma pequena quantidade é excretada pelos rins, sendo designado urobilinogênio.

Um valioso indicador da relação entre exposição a agrotóxicos e problemas de saúde é o nível da enzima colinesterase no sangue. A inibição da colinesterase por meio dos compostos fosforados ou carbamatos provoca o acúmulo de *acetilcolina*, e o organismo passa a apresentar uma série de manifestações chamadas de (efeitos muscarínicos, nicotínicos e centrais). É uma enzima cujo papel fundamental é a regulação dos impulsos nervosos através da degradação da acetilcolina na junção neuromuscular e na sinapse nervosa.

Existem duas categorias de colinesterases: a acetilcolinesterase (colinesterase verdadeira), que é encontrada nos eritrócitos, no pulmão e no tecido nervoso; e a colinesterase sérica, sintetizada no fígado, também chamada de pseudocolinesterase. Nessa pesquisa os resultados foram os seguintes:

- Um paciente que apresentou um quadro de Eosinofilia, com um ligeiro aumento do leucograma, (leucocitose), ficando em 7.120 leucócitos. Isso vem demonstrar uma luta do sistema imunitário do organismo do mesmo, ante a qualquer coisa que o está agredindo, quer seja por uma causa interna ou externa. Além da Bilirrubina Indireta (BI) que deveria ser zero, estar ligeiramente aumentada por 0,30. Sabendo-se que a BI é aquela que ainda não foi conjugada pelo hepatócito, para transformar-se em bilirrubina direta, ou seja, aquela parte da bile que é solúvel pela água. Nesse caso, é possível afirmar que o hepatócito desse paciente está com um problema qualquer, que não está conjugando a bile como deveria.
- Um paciente que apresentou leucopenia, (baixa de leucócitos), onde seus leucócitos surgem com a marca de 3.520 (Normal de 4.000 a 11.000). Isso indica que o sistema imunitário deste trabalhador está comprometido. As células especializadas na defesa do organismo (os leucócitos), estão diminuídas. Este mesmo paciente tem um tempo de protrombina ligeiramente aumentado (14,3 seg.), tempo normal de 11,0 a 13,0 seg. o que pode demonstrar agressão ao hepatócito. Observa-se que o aumento no tempo de protrombina, por sí só, já está refletindo uma lesão no hepatócito. Iguais a esse, com valores aumentados do tempo de protrombina, obteve-se ao todo dez trabalhadores nesta pequena amostra, o que significa 50% da amostra examinada.

- Um paciente apresentou-se com um quase sinal clássico de intoxicação por pesticida organoclorados, organofosforados ou carbamatos. Seu exame de Colinesterase plasmática (AChE), estava em 6,2, o que significa 50,7% abaixo do valor máximo normal, (12,22U/ml). Sabendo-se que para um usuário de agrotóxicos, ele está intoxicado, sem nenhuma dúvida, apesar dele ter que estar em torno dos 60% abaixo do valor máximo, o que dá algo em torno de 5,90 U/ml. Nesse caso, aconselha-se ao trabalhador se afastar da área de trabalho o mais urgente, como primeira atitude, devendo em seguida procurar o médico do trabalho ou o Posto de Saúde da sua comunidade.

A AChE tem como principal papel o de hidrolisar a acetilcolina (ACh) que é liberada no sistema autônomo, no SNC e na junção neuromuscular. Isso vem mostrar que os pesticidas estão começando a apresentar seus efeitos deletérios nos trabalhadores dos dois projetos estudados.

Diante da análise da tabela do Hepatograma, é possível afirmar que é necessário muito mais cuidado por parte dos agricultores familiares dos projetos estudados no trato com os agrotóxicos, uma vez que o câncer é uma doença multifatorial, silente e consuptiva e que, geralmente, quando ela demonstra os seus primeiros sinais ou sintomas, via de regra, já é muito tarde para se tomar alguma providência. Onde primeiro observa-se um ligeiro aumento é no Tempo de Protrombina (T.P.) cujo valor encontra-se acima da média, com o Intervalo de Confiança (I.C) ligeiramente elevado. Tal situação pode demonstrar que na lida com os agrotóxicos a sensibilidade do Tempo de Protrombina chega a ser algo preocupante, uma vez que aquele tempo aumentado, facilita os sangramentos devido a dificuldade de formação do coágulo. Quanto maior for o TP, menor será a concentração de protrombina no sangue.

O TP mede os fatores II, V, VII, X e o fibrinogênio.

O TP encontra-se alargado em casos de deficiência de alguns fatores a saber:

Fatores da via extrínseca: Fator VII. Fatores da via comum: Fator X, Fator V, Fator II (Protrombina), Fator I (Fibrinogênio).

A Fosfatase Alcalina se espreme entre uma faixa muito estreita da normalidade, variando o seu intervalo de confiança entre o menor de 66,65 até o mais alto de 85,35 UI/L. Em relação às Bilirrubinas, tem-se que a Bilirrubina Indireta

(BI) deveria ser igual a zero. No estudo do hepatograma, tem-se um valor médio desta Bilirrubinas Indireta de 0,395, com um menor I. C. igual a 0,295 e o maior, igual a 0,495, enquanto que a Bilirrubina Direta, cujos valores situam-se até 0,3 mg/dl, nos trabalhadores examinados está com a média de 0,355 mg/dl, tendo um intervalo de confiança menor e maior igual a 0,250 a 0,460 mg/dl. Essas duas enzimas, juntamente com a Bilirrubina Total, representam um verdadeiro ícone na avaliação do estado dos hepatócitos (células do fígado).

Em relação à Colinesterase (AChE), ela que é a dosagem mais utilizada para a verificação do intoxicação por OF e Carbamatos em trabalhadores que lidam com os agrotóxicos, apresenta um valor médio de 10,530, com um I.C. menor de 9,871 e maior de 13,726, o que não diz muita coisa, apesar de no meio dos examinados existir um deles que está, realmente intoxicado, dado aos seus níveis de AChE.

Observou-se que as pessoas com idade acima de 45 têm a medida T.P. mais elevada que o grupo das pessoas com idade menores de 46, sendo que 50% das pessoas que tem acima de 45 anos tem no mínimo 13,7 e no grupo abaixo de 46 anos essa medida é de 13,0. Os que não fumam, apresentam medidas mais baixa de TP do que os que fumam. Isso deve-se à facilidade com que o fumante forma trombos arteriais devido a arteriosclerose, ou tromboembolia, que é um dos efeitos colaterais da nicotina.

Fumar provoca:

- Vaso constrição e redução do fluxo de sangue nos tecidos.
- Lesão da camada celular interna dos vasos (endotélio).
- Redução do colesterol bom (HDL).
- Redução da liberação de oxigênio para os tecidos.
- Aumento da acidez do estômago.
- Irritação e inflamação de olhos, garganta e vias aéreas.
- Aumento da produção de radicais livres que lesam as células.
- Aceleração da arteriosclerose.

Fumar aumenta:

- a pressão arterial;
- a frequência cardíaca;
- o risco de doenças das coronárias, como angina do peito e infarto do miocárdio;
- em três vezes o risco de morte por infarto em homens com menos de 55 anos;
- em dez vezes o risco de tromboembolia venosa e infarto em mulheres que tomam anticoncepcionais;

- o risco de má circulação nas pernas;
- o risco de impotência sexual.

Doenças decorrentes do fumo

Fumar triplica o risco de derrame cerebral (acidente vascular cerebral), sendo responsável por 25% das ocorrências da doença.

O cigarro contém mais de 40 substâncias cancerígenas que aumentam o risco de câncer:

- de boca, faringe, laringe e traqueia;
- de pulmões – risco dez a vinte vezes maior do que o do não fumante;
- de esôfago, estômago, rins, bexiga e colo de útero, entre outros.
- As substâncias presentes na fumaça do cigarro agredem os cílios das vias aéreas, dificultando a eliminação de muco e catarro, essencial para o bom funcionamento dessas vias. Além disso, com a idade, o fumo contribui para a queda da capacidade respiratória e para o aparecimento de outros problemas, como: tosse, chiado e falta de ar; bronquite crônica e enfisema (DPOC) – o fumo é responsável por 90% dos casos e aumenta o risco de incidência em dez vezes; distúrbios da voz e rouquidão; infecções das vias respiratórias e crise de asma.

Observa-se que as pessoas com idade acima de 45 têm a medida AChE mais baixa que o grupo das pessoas com idade menores de 46. Sendo que 50% das pessoas que tem acima de 45 anos tem no mínimo 10,1 e no grupo abaixo de 46 anos essa medida é de 11,5.

Quanto ao alcoolismo há uma maior variação quanto ao grupo que faz uso de álcool, entretanto não há indicação de que o uso de álcool interfere na taxa de ACHE. O que se pode observar é que 50% das pessoas apresentaram pelo menos 10,6 de taxa de ACHE. Diferentemente do Alcoolismo, há indicação que há interferência do uso do tabaco nas taxas de ACHE. Essa conclusão parece contrariar a nomenclatura atual naquilo que ela leciona, porém este é um resultado de um experimento, devendo ser levado em conta como objeto de estudo daqui para a frente.

A análise da presente amostra apresentou média de idade em torno de 48 anos. Do total da amostra 93,24% afirmaram ter contato direto com os agrotóxicos, enquanto que, apenas, 6,76%, afirmaram contato indireto, todos pela sua própria atividade laboral (trabalhadores rurais). Grande parte da mostra foi composta por

homens, 90,4% e apenas 9,6% de mulheres, considerando que na região semiárida, a exemplo de outras regiões do Brasil, o trabalho no campo é quase que um privilégio dos homens, sendo apenas coadjuvado pelas mulheres. Os agricultores com maior contato direto com os agrotóxicos, 61,3%, relataram um maior consumo de álcool, contra a minoria deles, 38,7%, que praticamente não têm contato direto com os agrotóxicos, por isso mesmo relataram que não ingerem bebida alcoólica. Existem grandes semelhanças entre os efeitos à saúde provocados pelo manuseio de pesticidas, com aqueles apresentados pelo consumo de álcool. Ambos podem causar distúrbios ao SNC e periférico com características semelhantes. Como exemplo pode-se citar a Encefalopatia tóxica crônica devido à utilização de agrotóxicos que é caracterizada por um déficit neurocomportamental semelhante àquele que é observado por ingestão alcoólica crônica, tais como, distúrbio neuropsicomotor e deficit da memória de curta duração. A ingesta crônica de álcool é um fator que se confunde no diagnóstico diferencial com a intoxicação crônica produzida por agrotóxicos ou pesticidas, seja pelos quadros de polineuropatia, seja pelos quadros de síndrome de abstinência alcoólica.

Além disso, o álcool pode ainda causar disfunção hepática e alteração nos testes de inibição da colinesterase com xerostomia, devido a **down-regulation** dos receptores muscarínicos com conseqüente atividade colinérgica. A síndrome de abstinência do álcool também pode-se agravar nos usuários daqueles vários quadros de sintomatologia neurocomportamentais e neurológicos periféricos, já estando cientificamente provado que o uso excessivo do álcool provoca a presença de apresentação mutagênica, carcinogênica e teratogênica. Por serem as bebidas alcoólicas uma mistura complexa de diferentes álcoois, aldeídos e ésteres, além de vários compostos orgânicos e inorgânicos.

Quanto ao alcoolismo há uma maior variação quanto ao grupo que faz uso de álcool, entretanto não há indicação de que o álcool interfere na taxa de AChE. O que se pode observar é que 50% das pessoas apresentam um nível sérico de, pelo menos, 10,6 U/L, de taxa de AChE.

A interferência nos mecanismos de reparo do DNA, a ativação de metabólitos e a exacerbação de deficiências nutricionais, são todos eles mecanismos pelo qual o álcool pode aumentar a suscetibilidade dos tecidos a outros agentes químicos. Vale ressaltar que o consumo de bebidas alcoólicas atua tanto na

forma local (por via oral), quanto sistêmica, levando à depleção do sistema imunológico. A depleção do sistema imunológico favorece a ocorrência de neoplasias e infecções. Diante dessa afirmativa pode-se pensar que o consumo de álcool por indivíduos em contato direto com os agrotóxicos, pode estar potencializando o risco do desenvolvimento de cânceres, principalmente do aparelho digestivo. Todos esses fatos fizeram com que o consumo de bebida alcoólica fosse incluída na análise multivariada, em relação aos desfechos observados em indivíduos que mantinham contato com agrotóxicos, a partir daí foi confirmada a associação entre contato com agrotóxicos e o aparecimento das doenças neurológicas e câncer.

Ficou claro que há uma associação entre o contato com agrotóxicos e o relato de doenças neurológicas. Agrotóxicos de vários grupos, como organofosforados, carbamatos, organoclorados, piretróides e outros, estão associados a efeitos neurológicos agudos com exposição a altas doses, podendo surgir sequelas sensitivas e motoras, além de deficiências cognitivas transitórias ou permanentes. Contaminantes ambientais, como é o caso dos agrotóxicos, podem estar associados ao seu aparecimento, tendo, muitas vezes, origem multifatorial, inclusive as endocrinopatias nos agricultores que têm contato direto com os pesticidas, estão cada vez mais evidentes.

Embora o quesito sobre a existência de casos de câncer na família, inclusive o caso de morte por câncer, tenha ficado prejudicado, talvez pelo total desconhecimento da causa mortis dos seus familiares, não pode-se descartar a relação que existe entre os agrotóxicos e o aparecimento de câncer entre todas as pessoas envolvidas com os pesticidas, além do estudo ter provado o distúrbio da função hepática naqueles agricultores e os vários desvios da normalidade. Além de muitos dos agricultores permanecerem com a mesma roupa que aplicaram os agrotóxicos até o final do dia, na roça, é comum a sua lavagem junto às demais roupas da família.

Durante a pesquisa realizou-se levantamento de alguns sintomas relatados pelos membros da amostra após o uso dos agrotóxicos, obtendo-se como resposta o seguinte: Os sintomas de que mais os agricultores se queixaram, pela ordem, foram: dor no tórax e cólicas abdominais (50%); convulsões (45,5%) e cefalalgia (22,6%).

Aplicando sobre esses sintomas o **teste das proporções normalizado**, com valor de **p<5%**, aquele nos mostrou que, pelo menos 15% dos agricultores do Vale do São Francisco terão pelo menos um desses sinais ou sintomas no decorrer da sua vida. O número de sinais ou sintomas pesquisados e encontrados foram, ao todo, vinte e sete.

Em relação aos casos de câncer na família, observou-se que esta doença está diretamente ligada, na sua maior parte ao aparelho digestivo. Nos trabalhadores dos projetos ela atinge mais os homens de cor parda e as mulheres de cor branca, sendo que a média de idade para os homens foi de 67,3 anos enquanto que para mulheres foi de 53,3 anos. No total da amostra, cerca de 60% dos entrevistados tiveram alguma pessoa da família que já morreu ou que está em tratamento do câncer.

Diante de todas essas evidências, foi feita uma correlação entre o contato com os agrotóxicos e as doenças neoplásicas. Os resultados obtidos por este trabalho atestam os mesmos resultados obtidos em pesquisas anteriores e apontam na direção de demonstrarem que necessário se faz que se chame a atenção dos trabalhadores na agricultura de todo o Vale do São Francisco sobre os efeitos agudos e crônicos dos agrotóxicos e que alertemos a estes trabalhadores sobre os riscos que aqueles produtos oferecem.

Alguns pesticidas tem a possibilidade de permanecerem por longos períodos alojados no organismo do ser humano, mesmo quando eles estão afastados da zona de uso intensivo deles. Talvez isso se deva à alta solubilidade no tecido adiposo humano, de um sem número de metabólitos ativos resultantes da degradação dos mesmos no meio ambiente. Por esse estudo não se pode afirmar que os agricultores que estão em contato direto com os agrotóxicos, estão com a sua saúde mais comprometida que os outros, principalmente pela falta de um grupo controle, entretanto, alguns desvios na sua função hepática já começaram a surgir, podendo possibilitar a hipótese de serem eles o primeiro sinal de alerta em face de tal situação.

7 CONCLUSÕES

O presente estudo confirma a hipótese anteriormente levantada, de que existe estreita correlação entre o uso abusivo dos agrotóxicos e o surgimento de neoplasias malignas nos usuários de produtos químicos, ficando evidente que o uso indiscriminado dos agrotóxicos, principalmente por parte dos agricultores familiares, cuja falta de acompanhamento de um extensionista se constitui numa verdadeira carência, tem colocado aqueles agricultores como as primeiras e principais vítimas das doenças resultantes do uso indiscriminado dos agrotóxicos, expondo-os às consequências dos efeitos danosos dos venenos.

Embora o presente estudo transversal tenha chegado a esta conclusão, necessário se faz que outros estudos longitudinais sejam realizados, a fim de que se evidenciem as relações de causalidade por ventura existentes. Verificou-se ainda que a falta de maiores investimentos por parte dos governos na educação desses agricultores, com a finalidade de melhorar a sua convivência com os agrotóxicos, instruí-los no manejo com esses venenos e torná-los mais conscientes da morbimortalidade que são determinadas pelo seu uso, venha a tornar-se um entrave para a minimização dos sofrimentos dos trabalhadores no Vale do São Francisco, com a finalidade de evitar as neoplasias neles mesmos e nos seus familiares, reduzindo assim o seu uso abusivo, uma vez que , cerca de 70% dos alimentos que chegam a mesa dos brasileiros para o seu consumo, são oriundos da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde. Parte 2-Agrotóxicos, saúde, ambiente e sustentabilidade** 2012, pag.32. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/UserFiles/Image/DOSSIE2f>
Acesso em: 05/11/2015.

BEDOR, C. N. G. **Estudo do Potencial Carcinogênico dos Agrotóxicos Empregados na Fruticultura e Sua Implicação Para a Vigilância da Saúde**. Tese apresentada no Curso de Doutorado em Saúde Pública do Centro de Pesquisa Ageu Magalhães. Fundação Oswaldo Cruz para a obtenção do grau de Doutor em Ciências, Recife. pg.27;92. 2008. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/3907/2/000014>. Acesso em 05/11/2015.

BOAS, J.M.V. e BEDOR, C.N.G. **Prevenção das Intoxicações por Agrotóxicos no Submédio do Vale do São Francisco Junto a Trabalhadores Rurais.**

Extramuros, Petrolina/PE, v.1, n. 1, p. 70-80, jan/jul, 2013.

BREILH, Jaime. **De la vigilância convencional ao monitoreo**

participativo. Trabajo baseado em la pronuncia de la Conferência sobre salud en el trabajo y ambiente: Integradas las Américas. Centro de Estudos e Assesoria en la Salud (CEAS). Salvador, Brasil, Junho de 2002. Revista de Saúde Coletiva, v. 8, n. 4, p. 937-951- 2003.

BLOG **Combate Racismo Ambiental**, dia 24/02/2014. Entrevista concedida pelos Drs. Márcia Sarpa de Campos Melo e Dr. Wanderley Pignatti, ambos da Unidade Técnica de Exposição Ocupacional e Ambiental, do Instituto Nacional do Câncer (INCA), vinculado ao Ministério da Saúde, intitulada **“O Brasil Consome 14 Tipos de Agrotóxicos Proibidos no Mundo”**. Blog de Tania Pacheco. 2014.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade, o que é – o que não é.** Pag. 115-116. Petrópolis, RJ; Vozes, 2012.

CHAGAS, C. Costa; GUIMARÃES, R. MENDONÇA; Baccolini, P. M. Mello. **CADERNOS DE SAÚDE COLETIVA.** Vol. 21; nº 02., pag 02-03, Rio de Janeiro, abril/junho 2013. Revisão. ISS N 1414-462X, 2013.

CORREIA, Raquel da Silva, **Toxicologia dos Inseticidas**, pag. 10. Universidade Federal do Amazonas, 2007.

CUNNINGHAM, M. L., MATHEWS, h. b. Cell Proliferation as determining factor carcinogenicity of chemicals: studies with mutagenic carcinogens and mutagenic non carcinogens. Toxicology Letters, Amsterdam. V.82/83, p. 9-14.1995

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - **EMBRAPA SEMIÁRIDO. Formação de Agentes de Desenvolvimento Sustentável: diálogo entre o fazer técnico e o saber humanista.** Afonso Henrique Novaes Menezes (Organizador), Cândido Roberto de Araújo, Cláudio Moraes de Souza, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira, Luciano Souza de Oliveira, Marc Piraux, Paulo Roberto Ramos e Sérgio Guilherme de Azevedo. 1ª Edição. Editora e Gráfica Franciscana. Juazeiro/BA, 2007.

FOLGADO, Cleber. **(Coordenador da campanha permanente contra os agrotóxicos, pela vida).** JORNAL BRASIL DE FATO, (Uma visão popular do Brasil e do mundo). Edição de 07/06/2014.

GARCIA, E.G. **Segurança e Saúde do Trabalho Rural: a questão dos agrotóxicos.** São Paulo: Ed. Fundacentro, 2001.

IARC (1972-2004). **IARC Monographs on the Evaluation of Carcinogenic Risks to Humans**, Vol. 1-80. International Agency for Research on Cancer: Lyon. IARC 2008. Disponível em : <http://monographs.iarc.fr/ENG/Monographs?PDFs/index.php>. Acesso em 05/11/2015.

JORNAL ENVIRONMENTAL HEALTH PERSPECTIVE, de Abril de 1996; 104 (4): 362-369. Reportagem: “**Agricultural Health Study**”.

JORNAL BRASIL DE FATO. Edição de 17/05/2014. Reportagem de Cleber Folgado. Título: **A Luta Constante Contra os Agrotóxicos**”

LIMA, J. P. R.; MIRANDA, E. A. A. **Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco: Incorporação Tecnológica, Competitividade e Sustentabilidade**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 32, n. Especial, pag. 613-616, novembro 2001.

MATTOS, R. R. S. da S.; Lopes, P. R. C.; SOUZA, M. G. M. de; OLIVEIRA, I. V. de M. Oliveira, J. E. de M. Embrapa Semiárido – CPATSA. Racionalização do uso de agrotóxicos na produção integrada de manga no Submédio do Vale do São Francisco. Bioscience Journal, Uberlândia, v 30, nº 02. P. 372 – 379, mar/abril 2014.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MIN). SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HIDROAGRÍCOLA. INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. DEL GUIDICE ASSESSORIA TÉCNICA LTDA. **A Irrigação no Brasil. Situação e Diretrizes**. p. 01-34. Brasília, Brasil. Maio de 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de. **Dois anos em Um: A Realidade do Cotidiano Feminino**. Secretaria do Trabalho e Ação Social, Salvador/BA, 1998 – pg.23. Tese de Mestrado.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE – OPAS. **Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária. Brasília. DF, 1996.

OSETE, L. **Campanha Contra os Agrotóxicos será lançada em Juazeiro, na Bahia**. 27 de julho de 2011. Disponível (on line) em: <<http://www.mst.org.br/Campanha-Contra-os-Agrotoxicos-sera-lancada-em-Juazeiro>>. Acesso em: 05/11/2015.

PIGNATI, W. A. ; MACHADO J.M.H.; CABRAL, J. F. **Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde –MT**. Ciências saúde coletiva [online], v. 12, n. 1, 2007.

RIGOTTO, Maria Raquel. (Organizadora). **Agrotóxicos, trabalho e saúde. Vulnerabilidade e Resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**, Có Edição com a Expressão Popular – Fortaleza. Pg 217 – 256. Edições UFC, 2011.

_____. Conferência realizada durante o **VII Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Revista Pegada, pag. 123-140. Fortaleza 2011.

SPADOTTO, C. A. Embrapa Meio Ambiente. (Documentos, 58). **Avaliação de riscos ambientais de agrotóxicos em condições brasileiras**. (20 p.), Jaguariuna, 2006.

SATAYNER L. STEELAND K., DOSMECIN HERTZ-PICIOTTO I. **Atemotions exposure-response CI occupational cohort studies at hight exposure lvels**. Sacand J.

Work – Environhealth, 2003; 29(4):317-24. [link]. SECOND J. **WORK HEALTH**, pag, 27(3) 161-213, 2001.

REPERCUSSÕES DO USO DO AGROTÓXICO SISTÊMICO NA CULTURA IRRIGADA DO COCO NO POLO JUAZEIRO/ PETROLINA

Ednêi Couto de Lima Júnior¹
Regina Celeste de Almeida Souza²

RESUMO

Norteadas pela problemática dos impactos gerados na cadeia produtiva do coco, pelo uso de agrotóxicos, em especial o sistêmico, a pesquisa utiliza-se de material bibliográfico, entrevistas e pesquisa de campo para levantar informações pertinentes e, buscar indícios que fundamentem a hipótese de que resíduos de agrotóxicos poderiam estar presentes no coco, e nos seus subprodutos muito utilizados na culinária baiana. Com a metodologia de pesquisa do tipo exploratória, descritiva, e levantamento bibliográfico, conclui-se que é preciso educar os produtores a seguirem sistemas de produção como a Produção Integrada de Frutas (PIF), pois através da educação muitos impactos negativos poderiam ser evitados ou minimizados.

Palavras-chave: Agrotóxico sistêmico; Cultura irrigada do Coco,;Rio São Francisco.

IMPACT OF THE USE OF SYSTEMIC PESTICIDES IN IRRIGATED COCONUT CULTURE AT THE POLO JUAZEIRO / PETROLINA

ABSTRACT

Guided by the issue of impacts in the coconut's supply chain by the use of pesticides, especially systemic; the research makes use of bibliographic material, interviews and field research to get relevant information and seek evidence to substantiate the hypothesis that residue that pesticide residues could be present in the by-products widely used in Bahia (State) cuisine. With the research methodology of descriptive exploratory type it follows that we need to educate producers to follow production systems as the Integrated Fruit Production (PIF), though much remains to be done.

Keywords: Systemic Agrotoxic; Coconut irrigated culture; São Francisco River.

JEL: Q57

1 INTRODUÇÃO

O uso de agrotóxicos em si, gera um grau de incerteza sobre os impactos a serem causados. Desde a década de 50, a cientista americana Rachel Carson levantou a questão em sua obra “Primavera Silenciosa” publicada em 1963, trazendo a discussão sobre os impactos ambientais, não necessariamente

¹ Bolsista Fapesb de Iniciação Científica do curso de Engenharia Química da Unifacs, membro do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS)<ednejr91@gmail.com>

²Orientadora. Doutora em Geografia. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU/Unifacs. Líder do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente. <regina.souza@unifacs.br>

imediatos, mas extensivos e complexos, gerados pelo uso de DDT para combate de pragas. A aplicação de agrotóxicos seja manual, mecânica ou através de avião, emite resíduos que se espalham no ar, solo e água. O estudo acerca dos efeitos causados por estas substâncias evoluiu, muitas substâncias foram banidas; o potencial cancerígeno, mutagênico e tóxico se tornou evidente e, as técnicas de uso destes produtos se tornaram mais sofisticadas, visando minimizar os impactos causados.

Dentre os principais agrotóxicos utilizados, eles se dividem em quatro grupos, os organofosforados, carbamatos, organoclorados e piretroides³. Os dois primeiros são inibidores de acetilcolinesterase⁴, a ação inibidora dos carbamatos é reversível enquanto que a dos organofosforados atua de forma irreversível. (RANIERI, 2011 apud SOARES, 1998). Piretroides apresentam baixa toxicidade em mamíferos. Já os organoclorados possuem toxicidade elevada e apresentam dentre eles o DDT® e Endosulfan®, agroquímicos banidos.

O modo de ação de contato ou sistêmico, diverge no que se refere à capacidade de se translocar na planta. O fenômeno de translocação ocorre naturalmente nas plantas e é através deste que os nutrientes, sais minerais, água e demais substâncias se deslocam pelo xilema e floema. O agrotóxico sistêmico consegue alcançar locais distantes do ponto de aplicação translocando-se no interior da planta. O fluxo geralmente ocorre de modo acropetal, das raízes para as partes superiores. Contudo, determinar com precisão como este fenômeno ocorre é complexo pois é necessário conhecer as forças motrizes que levam a este movimento, e o caminho que estas substâncias realizam no interior da planta (ODORISSI, A. C. 2014). Devido a esta capacidade de translocar-se, pressupõe-se que juntamente com os nutrientes que chegam ao fruto, encontram-se resíduos de agrotóxicos.

O coqueiro (*Cocos Nucifera L.*) é uma planta característica de zonas costeiras, típica de clima quente com temperaturas médias de 27°C e precipitação

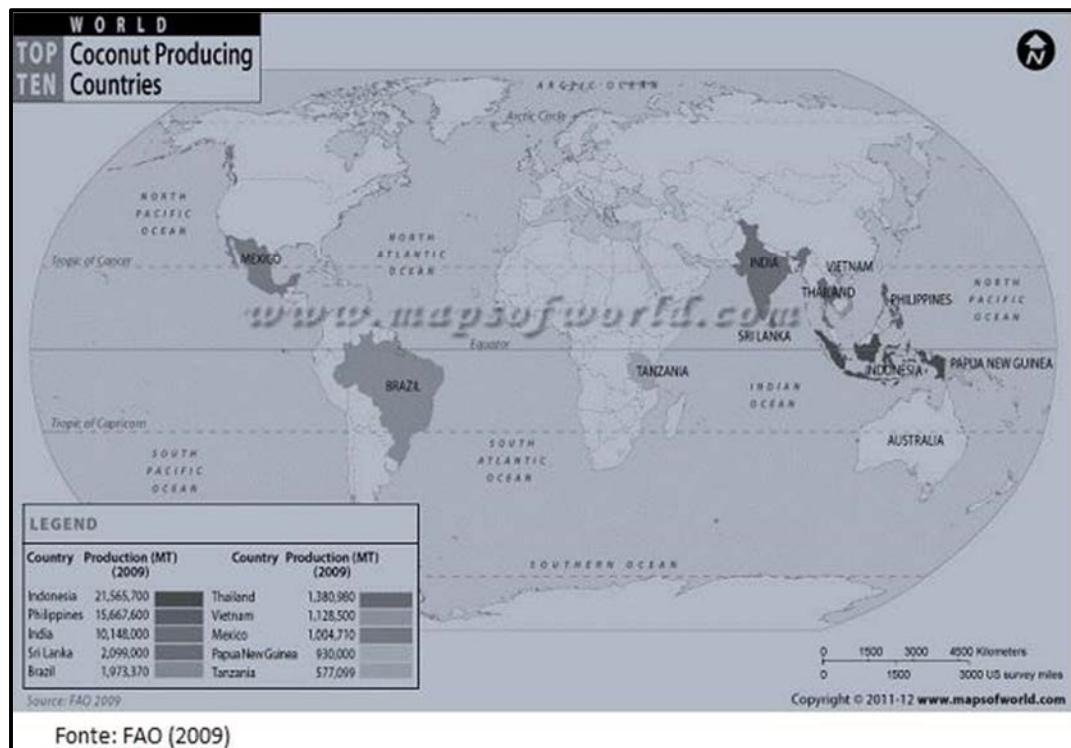
³ Classificação quanto ao grupo químico. Organofosforados são derivados do ácido fosfórico, tiosfosfórico ou ditiosfosfórico; organoclorados são compostos à base de carbono com radicais de cloro; Carbamatos possuem o ácido N-metilcarbâmico em sua estrutura; e Piretroides apresentam as piretrinas I e II, naturais das flores de *Chrysanthemum cinerariifolium*.

⁴ Enzima presente nas hemácias, terminações nervosas e músculos. Alguns dos sintomas de intoxicação aguda por agrotóxico estão relacionados a inibição desta enzima.

anual média de (1500 mm). Necessita de solos com suprimento de água proveniente de lençóis pouco profundos ou ainda sistema de irrigação. Nas condições adequadas de cultivo a espécie se desenvolve gerando como fruto o coco. Foi introduzida no Brasil pelos portugueses no início da colonização, e há divergência na literatura quanto ao seu local de origem, mas seguramente que veio de países asiáticos.

De acordo com a Figura 1 a seguir, observa-se que os países asiáticos, com destaque para a Indonésia e as Filipinas apresentam não só a maior área plantada de coco no mundo, como também a maior produção.

Figura 1 – Localização dos principais produtores mundiais de coco - 2009



No ano de 2011 foram produzidas 2,759 milhões de toneladas de coco no Brasil em 287.016 ha. Entretanto, a produção brasileira representa apenas 23,5% das 65 milhões de toneladas da produção mundial cujos maiores percussores são os países asiáticos responsáveis por mais de 70% de toda a produção. (EMBRAPA, 2011). Do total produzido no Brasil, 50% provem da região nordeste do país, dos quais a Bahia detém cerca de 64%. Deste total, dados do IBGE (1996) apontam que 85% dos lotes produtores de coco pertencem a produtores familiares com área inferior a 10 ha.

A produção de subprodutos do coco ganha repercussão internacional com a aquisição de fabricas de beneficiamento por grandes multinacionais. De acordo com o Jornal Estadão (2009) a PepsiCo® adquiriu as unidades produtoras de Ananindeua (PA), Petrolina (PE), São Mateus (ES) da empresa brasileira Água de Coco da Amazônia Amacoco®, detentora de 70% de participação nacional no segmento. Já a Coca Cola® adquiriu o controle da ZICO® segmento produtor de água de coco envasada, atrás da Vita Coco® empresa americana detentora de 60% da participação mundial (Jornal O Globo, 2012).

A produção de coco no Brasil passou a integrar o programa de Produção Integrada de Frutas (PIF), com a INSTRUÇÃO NORMATIVA/SARC nº 016, de 20 de dezembro de 2004, que estabelece as normas e diretrizes para que o cultivo do coco possa produzir frutos em uma qualidade superior, aumentando a competitividade dos produtores que voluntariamente aderirem ao programa. Dentre as medidas há práticas para reduzir excessos de pesticidas, além de outras recomendadas pela Embrapa Tabuleiros Costeiros e instituições parceiras (EMBRAPA, 2004).

O coco *in natura* apresenta valor comercial e cultural, com destaque para seus subprodutos, como coco ralado, óleo de coco, leite de coco que possuem maior aplicabilidade em cosméticos, e, sobretudo na culinária baiana. Estes subprodutos estão presentes em pratos típicos que compõem as mesas de restaurantes e casas (CUNHA, 2013). Podemos citar dentre outros o caruru, o vatapá, a cocada, o cuscuz de tapioca, moquecas, como exemplos de pratos que levam esses ingredientes no seu preparo, tendo origem nos quitutes africanos e que contribuem com a nossa identidade cultural.

Todos estes fatores foram importantes para a escolha desse tema como objeto de estudo. O uso de agrotóxicos na agricultura irrigada foi então, delimitado a cultura do coco segundo informações colhidas em literatura, de que não há muitos estudos divulgados nem uma preocupação como há com frutas e leguminosas, que constam em frequentes análises realizadas em todo o Brasil. O tema foi delimitado ainda mais, escolhendo o agrotóxico do tipo sistêmico por apresentar a capacidade de realizar translocação nas plantas. A região em estudo foi delimitada por estar compreendida dentro do trecho do Rio São Francisco contemplado pelo projeto “Rio São Francisco: Cultura, Identidade e desenvolvimento”. A região Juazeiro/Petrolina foi escolhida por tratar-se de polos de irrigação onde há a presença do coco, e

posteriormente escolhida uma propriedade produtora de coco no perímetro irrigado Senador Nilo Coelho, para a realização de trabalho de campo.

2 METODOLOGIA

Pesquisa exploratória qualitativa, utilizando dados provenientes de teses, artigos, entrevistas para compor um panorama representativo da realidade do uso de agrotóxico na cultura do coco. Neste sentido, destacamos a dissertação de mestrado de ODORISSI (2014) que enfocou o conceito de agrotóxico sistêmico. Também destacamos SILVA (2012), com a análise minuciosa dos efeitos do agrotóxico sobre os agricultores diretamente envolvidos nesta atividade. Ressalta-se a série histórica dos programas: Programa de Análise de Resíduos em Alimentos (PARA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); e Programa Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes (PNCRC/vegetal) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que possuem uma base de dados relevantes para esta pesquisa.

Com o tema delimitado, buscou-se informações na literatura acerca do uso de agrotóxicos, a economia e cultura do coco, cadeia produtiva, desafios e oportunidades enfrentadas pelos envolvidos na cadeia produtiva do coco. Um estudo de campo foi realizado em uma propriedade produtora de coco no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE onde o proprietário foi entrevistado, foram tiradas fotografias e colhidas informações verbais. Os dados colhidos foram agrupados com as informações bibliográficas para o desenvolvimento deste estudo.

3 RESULTADOS

3.1 Produção de coco no Brasil e no Mundo

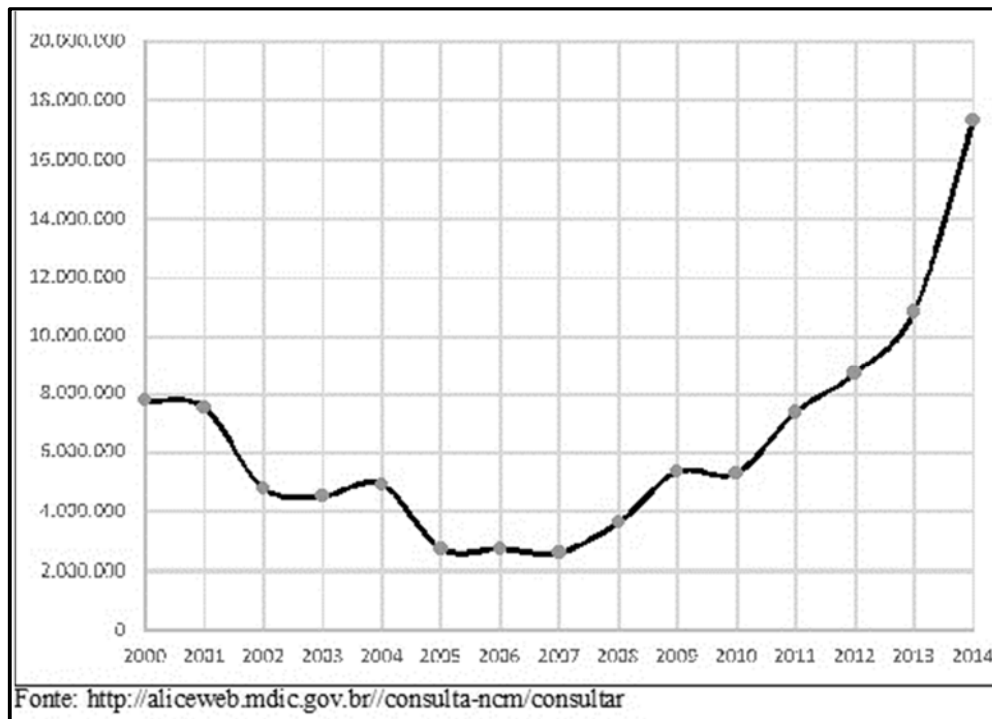
O Nordeste responde por mais da metade da produção brasileira de coco. Segundo dados do IBGE, 70% das propriedades possuem menos de 10 ha e se enquadram no regime de agricultura familiar. Segundo (Silva, 2012), o grau de escolaridade dos responsáveis pela terra é predominantemente baixo, e dos trabalhadores, ainda mais quando alfabetizados. Neste panorama, pressupõe-se que as normas de utilização e dosagem de agrotóxicos não sejam seguidas rigidamente. Segundo o entrevistado Francisco Nunes (Trabalho de campo, 2015), o produtor vê o agrotóxico como elemento indispensável na plantação levando em

consideração a rápida proliferação de pragas na região. Raras são as culturas que não estão sujeitas ao seu uso.

Os agroquímicos sistêmicos, capazes de realizar translocação possuem efeito duradouro e apresentam maior potencial tóxico. De acordo com a lei n. 7.802/898 a União fiscaliza a comercialização, regulamentação e estabelece as diretrizes para uso dos mesmos, cabendo ao usuário boa parte da responsabilidade em seguir as normas e cuidar da logística reversa das embalagens.

As importações de coco em diferentes formas para Brasil, chamaram a atenção do governo, que em 2002 estabeleceu através da Resolução 19, no publicada Diário Oficial da União nº 146, de 31 de julho de 2002 a medida de salvaguarda que limitava a cota de importação de coco seco ralado até 2010, sendo prorrogado até 2012, pela Resolução 51, do Diário Oficial da União nº143, de 28 de julho de 2010.

Figura 2 – Importação de coco seco pelo Brasil – 2000/2014 (Em Kg.)



Enquanto vigoraram as medidas, as importações de coco foram reduzidas, conforme podemos identificar no período entre 2002 e 2010 (Figura 2), o que abriu espaço para o mercado interno. Contudo, após o término, grandes captadores do

coco nacional passaram a importar esta matéria, gerando um excedente de oferta conforme constatado em estudo de campo. O coco comercializado no Brasil, segue padrões de qualidade fitossanitária como as estabelecidas pela Instrução Normativa Nº 27, de 22 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 23/07/2009.

A região em estudo, possui sete perímetros irrigados, divididos entre dois municípios: dois em Petrolina (PE) e cinco em Juazeiro (BA), conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Perímetros irrigados de Juazeiro e Petrolina (2013)

Perímetro Irrigado	Ano de Implantação	Área Irrigada (ha)	%	Empregos Diretos	%	Empregos Indiretos	%	Total	%
Tourão (BA)	1979	14.237	29%	13.200	29%	19.800	29%	33.000	29%
Salitre – Etapa I (BA)	1998	5.099	10%	1.200	3%	1.800	3%	3.000	3%
Curaçá (BA)	1980	4.203	9%	3.600	8%	5.400	8%	9.000	8%
Mariçoba (BA)	1980	4.160	8%	5.800	13%	8.800	13%	14.600	13%
Mandacarú (BA)	1971	450	1%	620	1%	930	1%	1.550	1%
Senador Nilo Coelho (PE)	1984	18.563	38%	18.500	41%	27.800	41%	46.300	41%
Bebedouro (PE)	1968	2.418	5%	1.950	4%	2.900	4%	4.850	4%
Total		49.130		44.870		67.430		112.300	

Fonte: (www.codevasf.gov.br/principal/perímetros-irrigados/elenco-de-projetos, 2013).

A área irrigada total é de 49.130 ha, dividida em 43% para Petrolina e 57% em Juazeiro. Dentre os perímetros destacamos em Petrolina o Senador Nilo Coelho que possui 38% da área total e o de Mandacarú em Juazeiro que possui menor área, apenas 1%. Os projetos de irrigação são muito importantes para o desenvolvimento econômico da região, gerando 44.879 empregos diretos e 67.430 empregos indiretos, totalizando 112.300 empregos totais. Os municípios de Juazeiro são responsáveis por 55% deste total, empregando cerca de 28% da população do município que é de 214.718 segundo dados do IBGE – 2013.

Esta região classificada como naturalmente sem aptidão ao cultivo do coco (SEAGRI, 1986), obteve através da irrigação a possibilidade de se desenvolver. Aliado a tecnologias no cultivo e uso de fertilizantes torna possível a produtividade de cerca de 80 frutos/plantas/ano (Embrapa) a 320 frutos/plantas/ano (Informação Verbal, Trabalho de campo, 2015).

Contudo, há barreiras mais difíceis a serem transpostas, pragas e doenças são uma delas. Dentre as que possuem maior incidência na região estão o gorgulho (*Parisoschoenus obesulus Casey*), o ácaro da necrose (*Aceria guerreronis Keifer*), o

Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII - Edição especial - Dezembro de 2015
Salvador, BA – p. 320 – 334.

anel vermelho causado pelo nematoide (*Bursaphelenchus cocophilus*) transmitido pelo vetor (*Rhynchophorus palmarum* Linnaeus) e mais recentemente a mosca branca do coqueiro (*Aleurodicus pseudugesii*). Ver figuras a seguir:

Figura 3 – Pragas comuns da região de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE)

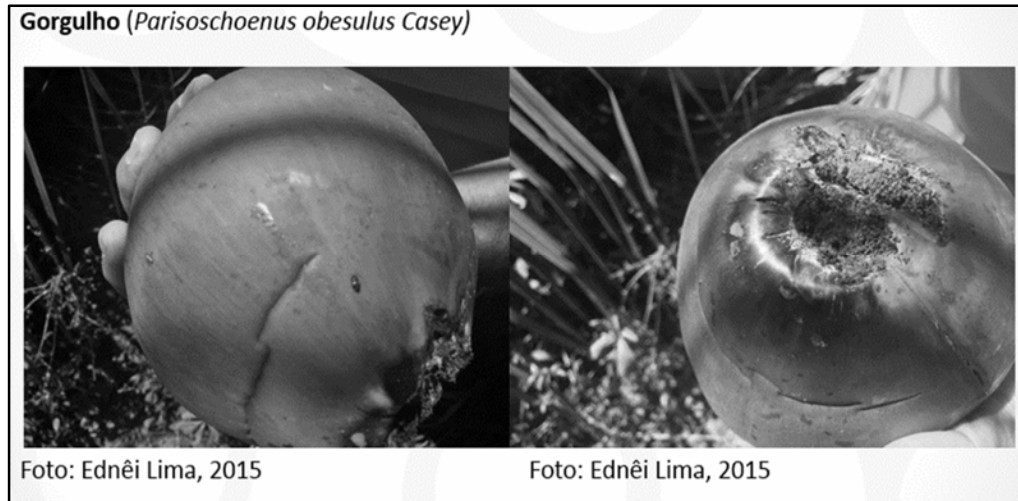


Figura 4 – Pragas comuns da região de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE)

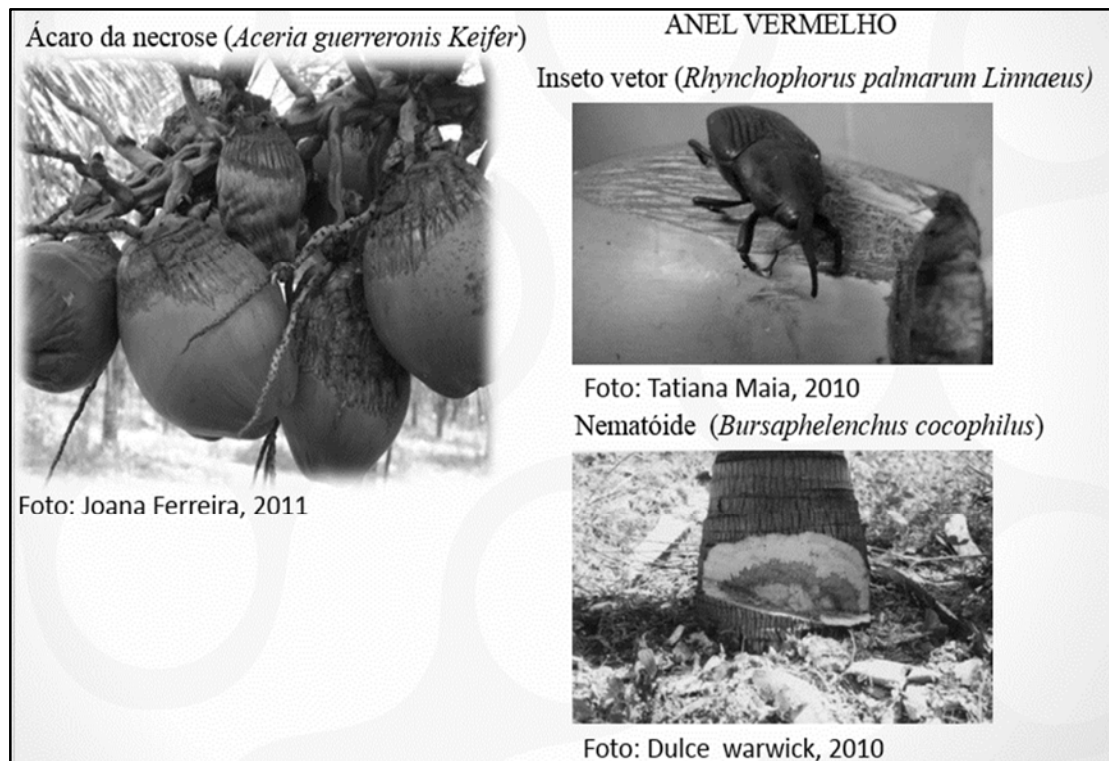
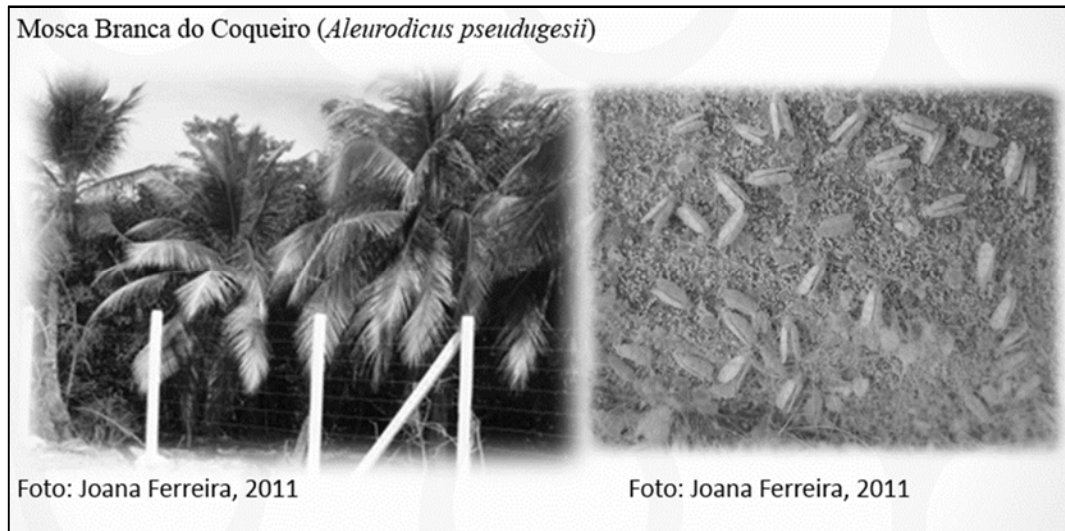


Figura 5 – Pragas comuns da região de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).



Pragas como a “mosca branca” do coqueiro, deixa sem suporte os agricultores que mesmo recorrendo aos agrotóxicos registrados para uso no coqueiro não conseguem eliminar com eficácia a mosca branca. Informações colhidas em campo indicam, que a chegada da chuva atenuou e eliminou em parte, esta praga das plantações. Mas, num clima seco e com baixa precipitação pressupõe-se que um agricultor correndo o risco de perder a sua fonte de renda e sustento, recorre a agrotóxicos cada vez mais potentes, em doses fora da regulamentação ou ainda, substâncias não autorizadas para uso em coqueiro.

Na tabela seguinte, apresentamos uma grade de agrotóxicos utilizadas no combate a essas pragas e doenças.

Tabela 1 – Grade de agrotóxicos registrados para a cultura do coqueiro

Nome Comum	Grupo Químico	Classe(s)
Abamectina	Avermectina	Acaricida/Inseticida
Azadiractina	Tetranortriterpenóide	Inseticida
<i>Bacillus thuringiensis</i>	Biológico	Inseticida_Microbiológico
Carbosulfano	Metilcarbamato de benzofuranila	Acaricida/Inseticida/Nematicida
Dicloreto de paraquate	Bipiridílio	Herbicida
Difenoconazol	Triazol	Fungicida
Enxofre	Inorgânico	Acaricida/Fungicida
Espirodiclofeno	Cetoenol	Acaricida
Fenpiroximato	Pirazol	Acaricida
Glyphosate	Glicina substituída	Herbicida
Hexitiazoxi	Tiazolidinacarboxamida	Acaricida
Hidróxido de cobre	Inorgânico	Bactericida/Fungicida
Lufenurum	Benzoiluréia	Acaricida/Inseticida
Oxicloreto de cobre	Inorgânico	Bactericida/Fungicida
Óxido cuproso	Inorgânico	Bactericida/Fungicida
Paraquate	Bipiridílio	Herbicida
Rincoforol	Álcool alifático	Feromônio sintético
Sulfato de cobre	Inorgânico	Bactericida/Fungicida
Tiabendazol	Benzimidazol	Fungicida

Fonte: Agrofit (2012)

Com o tempo e frequentes casos de intoxicação, foram surgindo dados sobre a toxicidade das substâncias utilizadas na fabricação de agrotóxicos como o isocianato de metila, liberado em forma de gás no ano de 1984 em um acidente na cidade de Bophal, Índia, deixando cerca de 8 mil mortos e mais de 150 mil intoxicados (BBC, 2014). A correlação entre incidência de casos de intoxicação, neoplasias e má formação congênita e regiões com uso de grandes quantidades de agrotóxico como Petrolina (PE), Limoeiro do Norte (CE), Lucas do Rio Verde (MT) em relações a outras regiões aponta para uma possível influência dos agrotóxicos nestes resultados (BEDOR, 2008) (Tabelas 3 e 4 a seguir).

Tabela 3 – Óbitos por Intoxicação de Agrotóxicos em Geral registrados, Segundo Sexo por Unidade Federada Registrados em 2011

Região/Centro	Sexo	Masculino	Feminino	Ignorado	Total	
		n°	n°	n°	n°	%
NORTE		3	4	1	8	5,48
CIT/AM - Manaus		1	•	1	2	1,37
CIT/PA - Belém		2	4	•	6	4,11
NORDESTE		28	14	-	42	28,77
CIAT/CE - Fortaleza		•	2	•	2	1,37
CEATOX/CE - Fortaleza		11	3	•	14	9,59
CIT/RN - Natal		•••	•••	•••	•••	•••
CEATOX/PB - João Pessoa		1	•	•	1	0,68
CEATOX/PB - Campina Grande		2	2	•	4	2,74
CEATOX/PI - Teresina		•	•	•	-	-
CAT/PE - Recife		12	5	•	17	11,64
CIAVE/BA - Salvador		•••	•••	•••	•••	•••
CIT/SE - Aracaju		2	2	•	4	2,74

Fonte: MS/Fiocruz/Sinitox 2011

Tabela 4 – Casos de Intoxicação por Agrotóxico de Uso Agrícola por Unidade Federada, Segundo Zona de Ocorrência Registrado em 2012

Região/Centro	Zona	Rural	Urbana	Ignorada	Total	
		n°	n°	n°	n°	%
NORTE		8	51	3	62	1,33
CIT/AM - Manaus		•••	•••	•••	•••	•••
CIT/PA - Belém		8	51	3	62	1,33
NORDESTE		168	450	6	624	13,40
CIAT/CE - Fortaleza		•••	•••	•••	•••	•••
CEATOX/CE - Fortaleza		21	159	•	180	3,87
CIT/RN - Natal		•••	•••	•••	•••	•••
CEATOX/PB - João Pessoa		3	9	•	12	0,26
CEATOX/PB - Campina Grande		8	11	2	21	0,45
CEATOX/PI - Teresina		12	20	•	32	0,69
CAT/PE - Recife		113	132	3	248	5,33
CIAVE/BA - Salvador		•••	•••	•••	•••	•••
CIT/SE - Aracaju		11	119	1	131	2,81

Fonte: MS/Fiocruz/Sinitox 2012

No ano de 2012, 113 casos de intoxicação por agrotóxico foram registrados na zona rural de Pernambuco, e no ano anterior, 12 óbitos registrados para a região. Em uma subnotificação (BEDOR, 2007) o SINITOX⁵, órgão possuidor dos dados, explica que estes dados não representam todos os casos. Os casos registrados são classificados em sua maioria como de intoxicação aguda, ou seja, casos onde os

⁵ Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz). Banco de dados sobre casos de intoxicação no Brasil que conta com cerca de 37 centros de informação e assistência toxicológicas existentes no Brasil.

sintomas são aparentes e imediatos a partir do contato com o agrotóxico. Porém, os casos crônicos, onde os sintomas podem levar anos para se manifestar, não possuem muitos dados ou registros. Outro fator que dificulta uma maior precisão é o envio voluntário de dados pelos poucos centros disponíveis.

Contundo, abusos na quantidade recomendada de agrotóxicos não são fáceis de detectar. Em laboratório, isto é possível através de técnicas sofisticadas e caras como a cromatografia líquida de alta eficiência ou a cromatografia gasosa com espectrometria de massa acoplada (CG-MS) ou a cromatografia líquida de alta eficiência (CLAE). Análises de resíduos de agrotóxico em coqueiro realizadas no ano de 2015, conseguiram comprovar a translocação de agrotóxicos nesta planta. Os agrotóxicos foram injetados no tronco do coqueiro, e resíduos foram encontrados nas folhas, em concentração considerável 45h após a aplicação. (FERREIRA, 2015).

Outro fator importante é a rastreabilidade dos produtos no mercado, o que pode ser conseguido através da adoção de medidas descritas na Produção Integrada de Frutas (PIF).

4 CONCLUSÕES

Pelo estudo que acabamos de realizar chegamos à conclusão de que os produtores rurais são orientados a seguir as recomendações determinadas pela legislação, no entanto quando ocorrem pragas atípicas como a mosca branca dentre outras, bastante resistentes, medidas atípicas podem ser tomadas pelos agricultores, podendo ocorrer abusos nas quantidades e nos tipos de substâncias utilizadas. A situação se torna grave uma vez que há uma baixa fiscalização (poucos fiscais, dificuldade para deslocamento dos mesmos).

Embora soubéssemos da necessidade de fazer estudos de laboratório e quantificar estes resíduos, não pudemos fazê-los pois o custo com os padrões utilizados na análise são caros e numerosos. Ainda que existam programas do governo (PARA e PNC/Vegetal) que realizem análise de resíduos de agrotóxico em alimentos, estes não contemplam a cultura do coco o que dificulta mais ainda a obtenção de dados para fazer comparações. Os dados provenientes da literatura comprovam a translocação de agrotóxicos no coqueiro e, abrem questionamentos sobre a presença destes resíduos no coco e, em seus subprodutos.

Os pequenos produtores citados ao longo deste artigo representam uma parcela significativa na produção nacional de coco, porém, este produto ainda não se enquadra na “Pesquisa de principais itens de consumo básico dos brasileiros”, pesquisa esta que seleciona os itens que irão constar no Programa De Análise de Resíduos em Alimentos (PARA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e também para o Programa Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes (PNCRC/vegetal) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Há, portanto, a necessidade de aprofundar o estudo sobre o efeito de agrotóxicos sistêmicos e a extensão de seus resíduos em culturas vegetais para assegurar a qualidade do coco e seus produtos derivados para a saúde dos envolvidos na cadeia produtiva e consumidor final. Este estudo também é relevante para a aquisição de informações necessárias para subsidiar a inclusão do coco em programas de análise de resíduos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A pesquisa bibliográfica foi relativamente extensiva, mas o volume sobre essa temática é ainda pequeno. O trabalho de campo ampliou a nossa percepção desta realidade e contribuiu para um aprendizado maior da problemática.

REFERÊNCIAS

AGROFIT – Sistema de agrotóxicos fitossanitários. Brasília. Disponível em: <http://agrofit.agricultura.gov.br/agrofit_cons/principal_agrofit_cons>. Acesso em: 20 mar. 2015.

ANVISA. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA**. Relatório de Atividades de 2010. Gerência Geral de Toxicologia. Brasília, 05 de dezembro de 2011

BEDOR, C. N. R. **Estudo do potencial carcinogênico dos agrotóxicos empregados na fruticultura e sua implicação para a vigilância da saúde**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade Oswaldo Cruz. Recife – PE

BOCHNER, R. **Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 12 (1): 73-89, 2007.

BRASIL. Lei n. 7.802/89, de 11 de julho de 1989. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jul. 1989. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L7802.htm>>.

CUNHA, M. A. (2013). Composição química e nutricional de preparações de origem africana, típicas da culinária baiana.

EMBRAPA. **Produção integrada de coco: Normas técnicas específicas e documentos de acompanhamento**. SE, 2004 Disponível em: <<http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2004/doc-71.pdf>> acesso em jun 2015.

_____. **Sistema de produção para a cultura do coqueiro**. Sistema de produção, 1. ISSN 1678-187X Versão eletrônica. Nov 2007. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Coco/ACulturadoCoqueiro/cultivares.html> acesso em jun 2015

FERREIRA, J. A.; et al. **Determination of pesticide residues in coconut tree trunks by modified QuEChERS method and ultra-high-performance liquid chromatography coupled to triple quadrupole tandem mass spectrometry**. ANALYTICAL METHODS, v. 7, n. 10, p. 4237-4245, 2015.

FONTES, H. R., FERREIRA, J. M. S. **Produção Integrada de Coco: Normas Técnicas Específicas e Documentos de Acompanhamento**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004. Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2004/doc-71.pdf> Acesso em 18 ago. 2015

_____. **Sistema de produção para a cultura do coqueiro**. Aracajú: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002. 63 p. (Sistemas de produção 01). Disponível em: <<http://www.cpatc.embrapa.br/download/SP1.pdf>> Acesso em 18 de ago. 2015

MARTINS, C. R, JESUS JUNIOR, L. A. **Evolução da produção do coco no Brasil e o comércio internacional**. Aracajú: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2011/doc_164.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2015

ODORISSI, A. C. **DISSIPACÃO DE CARBENDAZIM E DE MANCOZEBE NAS CULTURAS DO FEIJOEIRO (*Phaseolus vulgaris*) E DA LARANJEIRA (*Citrus sinensis*)**. São Paulo. (Dissertação de mestrado em Sanidade, Segurança Alimentar e Ambiental no Agronegócio). Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. Instituto Biológico. 2014

Pignati, W. A., Machado, J. M., & Cabral, J. F. **Acidente rural ampliado: o caso das "chuvas" de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT**. MT 2007. *Cien Saude Colet*, 12(1), 105-114.

Portaria SDA Nº 44, de 08 de maio de 2015. **DOU** – Seção 01 de 12/05/2015

REIS, M. E, Bressolin, A. C. R. **Fungicidas: aspectos** Revista *Plantio Direto*, edição 97, janeiro/fevereiro de 2007. Aldeia Norte Editora, Passo Fundo, RS.

SEAGRI. **Cultura do coqueiro**. Salvador: Secretaria da Agricultura da Bahia, 1986

SILVA, R. P. **Análise e implicação do uso de agrotóxico em coqueiro no perímetro irrigado de são Gonçalo – Sousa/PB. RN.** 2012. Dissertação (Doutorado em Fitotecnia) Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, RN. Disponível em:

<<[http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/82/Tese%20\(2012\)%20RANIERI%20PEREIRA%20DA%20SILVA.pdf](http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/82/Tese%20(2012)%20RANIERI%20PEREIRA%20DA%20SILVA.pdf)>> acesso em jun 2015

O DESCOMPASSO ENTRE O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO BAIXO SÃO FRANCISCO

Analice Passos Costa Gramacho¹
Paulo Henrique Oliveira Silva²
Randerson dos Santos Almeida³

RESUMO

O Baixo São Francisco é uma região hidrográfica por onde percorre o Rio São Francisco com extensão de Paulo Afonso até a desembocadura no oceano atlântico, totalizando 214 km. É uma área com alto índice de complexidade no que se refere a gestão da sua riqueza natural, cultural e de interesse turístico. Nessa perspectiva, objetivou-se analisar uma política pública aplicada à região. Este artigo é o resultado de uma pesquisa sobre o descompasso entre o planejamento e a execução de uma política pública, mais, especificamente, o Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco. Essa política foi instituída em 2005, a partir da cooperação de diversos entes municipais, estaduais e federais da região do Baixo São Francisco, sob a custódia do Ministério do Meio Ambiente. Para tanto, utilizou-se dos procedimentos da pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento, com entrevistas semiestruturadas. Além disso, partiu-se do pressuposto de que a racionalidade produtiva baseada em valores sustentáveis, proposta pelo Plano, seria fundamental para o seu êxito. No entanto, concluiu-se que o diagnóstico e o fomento foram às realizações mais significativas realizadas pelo Plano, porém não suficientes para o avanço e cumprimento de ações ligadas ao turismo na região do Baixo São Francisco. Recomenda-se que seja feita uma revisão das ações do Plano para contribuir, efetivamente, com a proposição de novos olhares sobre a realidade da região hidrográfica do Baixo São Francisco.

Palavras-chave: Turismo Sustentável; Meio Ambiente; Planejamento; Baixo São Francisco; Política Pública.

THE DISJUNCTION BETWEEN PLANNING AND IMPLEMENTATION OF A PUBLIC POLICY FOR THE DEVELOPMENT OF SUSTAINABLE TOURISM IN THE LOWER SÃO FRANCISCO

ABSTRACT

The Lower São Francisco is a river basin district through which runs the River San Francisco with extension from Paulo Afonso to the mouth in the Atlantic Ocean, totaling 214 km. It is an area with a high complexity index as regards the management of their natural wealth, cultural and tourist interest. From this perspective, aimed to analyze a public policy applied to the region. This article is the result of a survey on the gap between planning and execution of public policy, more specifically, the Strategic Action Plan and Integrated Development of

¹ Gestora Ambiental, Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU/UNIFACS, Membro do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente – GPTURIS/UNIFACS. <analice_pcn@yahoo.com.br>

² Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Professor titular da Escola de Negócios, Direito e Hospitalidade - ENDH/UNIFACS, Membro do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente – GPTURIS/UNIFACS. <paulo.turismo@yahoo.com.br>

³ Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU/UNIFACS e Membro do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente – GPTURIS/UNIFACS <randerson_sa@yahoo.com.br>

Sustainable Tourism in the Lower São Francisco. This policy was established in 2005 from the cooperation of several local, state and federal entities of the Lower São Francisco region, under the custody of the Ministry of Environment. To this end, we used the procedures of bibliographic research, documentary and semi-structured interviews. In addition, it started with the assumption that productive rationality based on sustainable values proposed by the plan, it would be critical to its success. However, it was concluded that the diagnosis and promotion were the most significant achievements made by the plan, but not enough to advance and enforcement actions linked to tourism in the Lower São Francisco region. It is recommended that a review be made of the shares of the Plan to contribute effectively to the proposition of new perspectives on the reality of the river basin district of the Lower São Francisco.

Keywords: Sustainable Tourism; Environment; Planning; Low São Francisco; Public Policy.

JEL: Z30; Z32; Z38

1 INTRODUÇÃO

O Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco⁴ é o recorte no âmbito das políticas públicas ligadas a temática de turismo e desenvolvimento sustentável que apresenta subsídios para análise da problemática que envolve o descompasso entre o planejamento e a execução de uma política pública.

O PAE foi instituído em 2005, a partir da cooperação de diversos entes municipais, estaduais e federais da região do Baixo São Francisco, sob a custódia do Ministério do Meio Ambiente. Pautado em teorias sobre a racionalidade produtiva baseada em valores sustentáveis, este Plano faz parte de uma política pública mais abrangente.

Ele foi formulado sob a orientação da Coordenação Nacional do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e coordenado pela equipe do Programa Nacional do Ecoturismo, da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente. Esse Plano objetivou diagnosticar, fomentar e desenvolver o potencial turístico sustentável da Bacia do Rio São Francisco, além de fortalecer os arranjos produtivos locais relacionados ao turismo, nas Regiões do Baixo, Médio, Submédio e Alto São Francisco (BRASIL, 2006).

⁴ Neste artigo o Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o desenvolvimento do Turismo no Baixo São Francisco também será nominado pela abreviatura PAE.

O interesse em investigar as bases de sustentação do PAE pauta-se nas relações que envolvem o turismo na região do Baixo São Francisco, a partir da sua aplicabilidade à luz do conceito de desenvolvimento sustentável.

A importância dessa análise está no fato do PAE objetivar um fortalecimento de uma atividade econômica complexa como o turismo e, portanto, com potencial para interferir na dinâmica socioeconômica e ambiental do território.

Por outro lado, o fato de ter completado dez anos em 2015 e permitir observar quais foram os seus efeitos após esse período, tendo em vista que o Plano previa ações de curto (2 anos), médio (5 anos) e longo prazo (10 anos). Com isso, essas observações envolvem compreender em que medida o planejamento estabelecido nesse Plano de ação resultaram em mobilização, participação, cooperação e resultados efetivos para o turismo no Baixo São Francisco. Sendo assim, os estoques dessa mobilização, participação, cooperação e os resultados econômicos efetivos na região hidrográfica determinam a real intervenção de uma política pública.

Desse modo, o tema em questão é analisar o descompasso entre o planejamento e a execução de uma política pública com apontamentos sobre o Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco. O objetivo perpassa também por refletir sobre o viés conceitual, chamado de desenvolvimento sustentável, presente nas ações propostas e também por discorrer sobre a intervenção prática do Plano no Turismo do Baixo São Francisco.

Para tanto, a investigação partiu das técnicas de observação indireta, como pesquisa bibliográfica e documental, e observação direta, através do roteiro de entrevista semi-estruturado, aplicado às lideranças institucionais dos órgãos⁵ de gestão do referido Plano. Ressalta-se que a revisão bibliográfica seguida de uma pesquisa preliminar sobre a adequação dos conceitos constituiu-se como etapas fundamentais para a validação desta pesquisa, bem como o levantamento de informações na mídia sobre o mesmo.

⁵ Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Turismo (MTUR), Companhia do Desenvolvimento dos Vales dos Rios São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), Secretaria de Turismo de Sergipe e Alagoas (SETUR-SE/AL), Fundação Onda Azul, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), Programa de Revitalização do São Francisco (PRSF), Secretaria Estadual de Meio ambiente e Recursos Hídricos (SEMARHN-AL), Serviço Brasileiro de apoio a micro e pequenas empresas (SEBRAE - AL/SE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA - AL/SE), Instituto Federal de Sergipe (IFS).

É fundamental considerar a importância científica e social, sobretudo, por ser uma política pública ligada, diretamente, ao rio São Francisco, que está dividido nos seguintes trechos: a) Alto São Francisco; b) Médio São Francisco; c) Sub-médio São Francisco; d) Baixo São Francisco (BRASIL, 2002).

Ele é conhecido popularmente como “Velho Chico” e tem uma relação forte com o seu entorno, pois por onde passam suas águas, passam também suas inúmeras significações, sejam elas econômica, social e/ou cultural, pois a partir dele integram-se territórios, irriga-se regiões áridas e embeleza-se lugares simples.

Tais características tornam suas riquezas natural, cultural e econômica complexas e exigem uma gestão criteriosa dos recursos. Os resultados apontam que o Plano objetivou ser multidisciplinar e atingir o maior número de segmentos ligados ao turismo no Baixo São Francisco, envolvendo população local, governo e iniciativa privada. Os valores sustentáveis abordados no Plano deveriam ser melhor trabalhados para evidenciar sua crítica à visão economicista e desenvolvimentista presente em inúmeras abordagens sobre turismo existentes em alguns planos e programas de destinos turísticos consolidados no Brasil.

Ao analisar o Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco, faz-se necessário a breve definição de alguns termos centrais a sua proposta, como turismo e desenvolvimento sustentável. No que se refere ao primeiro, pode-se afirmar que a partir século XVIII, ele ainda era confundido com o termo turista e por isso uma das suas primeiras definições, segunda a Liga das Nações⁶, já em 1937, afirmava que o turismo era “toda pessoa que viaja, por um período de 24 horas ou mais, para um país diferente daquele de sua residência habitual” (PAKMAN, E.T, 2014, p.8).

Mais adiante, em 1963, em uma Conferência das Nações Unidas, a atividade turística começou a ser delimitada e diferenciada, sendo definida como “atividade desenvolvida por uma pessoa que visita um país diferente daquele de sua residência habitual, com fins distintos do de exercer uma ocupação remunerada, e por um período de tempo de pelo menos 24 horas” (Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, 1963, apud PAKMAN, E.T, 2014, p.9).

Já em 1992, Oscar de La Torre, definiu turismo como:

⁶ Instituição que precedeu a Organização das Nações Unidas – ONU.

um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura, ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (De la TORRE, 1992, p. 19 apud BARRETO, M., 2003, p.13).

Em consonância com essa abordagem, o professor da UFCE⁷, Dr. Elbio Troccoli Pakman, afirma que no turismo “está a origem da existência de múltiplas definições, cada uma destacando aspectos diversos da mesma atividade” e que “a definição adotada então pela Organização Mundial do Turismo, em 1995, traz pontos positivos e permite estabelecer um sistema coerente de estatísticas do setor”. Na atualidade a definição de turismo publicada em 2010, da Organização Mundial do Turismo - OMT considera-o “um conjunto de atividades produtivas concebidas para atender fundamentalmente os visitantes”.

Neste sentido, um dos princípios conceituais estabelecidos pelo Plano de Ações Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco, para esta atividade diz que:

O turismo, enquanto fenômeno impulsionado pela demanda, refere-se às atividades dos visitantes e a seu papel na aquisição de bens e serviços. Também pode ser considerado a partir da perspectiva da oferta, e nesse caso o turismo passa a ser entendido como um conjunto de atividades produtivas concebidas para atender fundamentalmente os visitantes. Um visitante é uma pessoa que viaja a um destino principal diferente ao de seu entorno habitual, com duração inferior a um ano, com qualquer finalidade principal (lazer, negócios ou outro motivo pessoal) que não seja ser empregado por uma entidade residente no país ou lugar visitado. (NU / OMT / CCE / OCDE, 2010, p. 1)⁸

No Brasil, a expansão da atividade turística, está, “centrada nas possibilidades de exploração de seus recursos naturais, como principal oferta de motivação” (AULICINO, 2000, p.27). Ainda de acordo com tal autora, os aspectos que concorrem para oferta de motivação para realização do turismo são “a dimensão territorial, a extensa faixa litorânea, a multiplicidade e a diversidade dos ecossistemas e a tropicalidade do clima, entre outros fatores”.

⁷ UFCE: Universidade Federal do Ceará

⁸ Publicação intitulada *Conta Satélite do Turismo: Marco Metodológico Recomendado*. Elaborada pela Organização Mundial do Trabalho –OMT / Nações Unidas-NU / Gabinete de Estatísticas da União Europeia – EUROSTAT / Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico – OCDE. Essa definição foi uma compilação de definições sobre a atividade turística presentes no documento *Recomendaciones internacionales para estadísticas de turismo*, também das Nações Unidas.

Quanto à exploração dos recursos naturais, Ruschmann V. de Meene (2000, p.50), afirma que “o turismo é um enorme gerador de riquezas e constitui, ao mesmo tempo, uma força de agressão à natureza, às culturas, aos territórios e às sociedades” e coloca ainda que “o patrimônio ambiental é elemento essencial para o desenvolvimento turístico, ele é extremamente frágil e algumas explorações o alteram de forma irreversível” (2000, p.49).

Pode-se perceber que exploração de recursos naturais, deslocamento de pessoas e suas conseqüentes inter-relações sociais são variáveis determinantes da atividade turística e devem de forma decisiva uma atenção especial ao constar no planejamento. A atividade turística sem planejamento ou projetada num viés estritamente econômico, causa a degradação dos recursos, a redução do número de visitantes e por fim a inviabilização da atividade turística e não raro, sua extinção.

Assim sendo, quando se identifica o potencial turístico de uma determinada região e se propõe utilizá-la como base para uma atividade produtiva, uma preocupação importante, deve ser a sustentabilidade, que envolve não só aspectos sociais e econômicos, mas também ambientais. Para Aulicino (2000, p.34), a exploração turística dos recursos ambientais deve relevar que:

Em primeiro lugar se está prestando um serviço cujo objetivo final é, sem dúvida, o lucro: mas lucro com retorno da qualidade de um serviço prestado que deve ser cuidadoso com o turista e com o ambiente, que inclui necessariamente a comunidade humana local.

Para mais, durante a Conferência da ONU no Brasil, conhecida como Rio + 20, empregou-se o termo Desenvolvimento Sustentável como o modelo que prevê a integração entre economia, sociedade e meio ambiente. A organização WWF⁹ estabelece que, para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos.

Segundo a ONU, é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. Nesse sentido, o turismo para ser sustentável, deve estar contido num sistema político que agrega ações sociais, econômicas e ambientais que possibilitem a preservação dos espaços naturais para as futuras gerações.

Nesse prisma, vale uma ressalva no uso do termo “sustentabilidade”, sobretudo para esclarecer que seus valores não são utópicos, por ter aplicabilidade

⁹ WWF - World Wide Fund for Nature significa Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza.

numa sociedade capitalista que visa a exploração e o lucro, e sim dependem de um trabalho sistêmico entre os setores da sociedade. A sustentabilidade não esta relacionada apenas com o controle do uso da natureza, é uma mudança paradigmática das relações menores e cotidianas associada aos processos de produção social, econômico, político, ambiental e cultural.

Ao associar esses parâmetros de sustentabilidade com o turismo reflete-se que para haver a manutenção de atrativos turísticos em espaços naturais, faz-se necessário uma ordenação dos agentes envolvidos, das ações, das regras do próprio sistema produtivo. No entanto, Ruschmann faz uma relação entre turismo e sustentabilidade e diz que tais relações passam por uma relação de dependência política:

A preservação do meio depende de uma política turística eficaz que deve considerar, entre outros fatores, a condução racional da ocupação territorial pelas facilidades turísticas e equipamentos de lazer e o controle de seu crescimento desmesurado, visando salvaguardar a atratividade e a originalidade das atrações para as gerações futuras (2000, p.49).

Tal política imbuída de racionalidade e preservação deve ser priorizada em todo o processo produtivo do turismo. Se ao considerar que esse processo sem um planejamento pode levar à inviabilização da atividade turística e à degradação de ambientes e culturas frágeis, logo, se encontra no planejamento um meio racional, legal e democrático para direcionar o desenvolvimento da atividade turística atrelado à uma proteção ambiental.

2 A TRADUÇÃO DO PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E INTEGRADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO BAIXO SÃO FRANCISCO

O PAE é uma política pública de natureza participativa. Na sua teoria ele objetivou uma “harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos” (SACHS, 2000, p.54), em que, além da sustentabilidade econômica necessária, devem ser consideradas as sustentabilidades social, ecológica, espacial, urbana, rural e cultural (MONTIBELLER-FILHO, 2001, p.49).

De acordo com o PAE, seu foco era diagnosticar, fomentar e desenvolver o potencial turístico sustentável da bacia e fortalecer os arranjos produtivos locais relacionados ao setor, envolvendo as regiões da Foz e do Canyon do São Francisco. O seu recorte foi o setor turístico local da região hidrográfica do Baixo São

Francisco, com base numa proposta de gestão compartilhada e criteriosa, a partir das propostas contidas no referido Plano.

O seu objetivo era ter uma gestão que aglutinasse deliberações e conceitos existentes em outras políticas públicas, programas e planos que se intitulam de gestão sustentável. Desse modo, evidenciam-se as duas principais características do PAE:

- a) Responsabilidade compartilhada com uma configuração gerencial que envolveu múltiplas instituições, sendo elas: MMA, MTUR, CODEVASF, SETUR-SE e AL, Fundação Onda Azul, CHESF, PRSF, SEMARHN-AL, SEBRAE-AL e SE, IBAMA-AL e SE e IFS.
- b) Bases teóricas com influência de diversas outras políticas, programas e planos de caráter sustentável, turístico, ambiental e cultural, como: Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PBHSF), O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRBHRSF), Programa Nacional de Ecoturismo (PNE), Programa de Regionalização do Turismo (PRT), Plano Estadual de Turismo do Estado de Alagoas (PEEA), Plano Estratégico de Turismo de Sergipe (PETS), Política Nacional de Cultura com Ênfase no Plano de Preservação de Sítios Históricos Urbanos (PNC), Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF).

A sinergia entre essas partes era o principal desafio do PAE, pois se fez necessário o ordenamento entre as expertises de cada instituição, para definir o papel de cada uma delas no processo e associar isso as proposições dos diversos outros planos e programas que serviram de embasamento teórico e prático na definição do seu escopo.

No Quadro 01 é possível compreender as bases conceituais preliminares dos planos escolhidos para embasamento na construção do PAE.

Para a implementação do Plano foi considerada toda a abrangência do trecho do Baixo São Francisco, que inclui Alagoas, Sergipe e na Bahia o município de Paulo Afonso. No total, essa região tem setenta e três municípios, porém, para intervenção do PAE foram selecionados trinta e quatro municípios, pois só poderiam participar aqueles que estivessem inseridos em um dos programas a seguir: Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Programa

Nacional de Ecoturismo, Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Sendo assim, foram selecionados alguns municípios, conforme mostra o Quadro 02.

Quadro 1 – Políticas Públicas que Orientaram a Criação do PAE. (Continua...)

PLANOS	BASES CONCEITUAIS
<p>PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO (PBHSF)</p>	<p>O Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco traça as diretrizes de aproveitamento integrado da água na bacia, no horizonte de dez anos (Art. 7º, inciso V da lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997); sendo, o instrumento técnico e político da bacia, após aprovado pelo comitê. Tem como meta principal definir uma agenda para a Bacia Hidrográfica do São Francisco, identificando ações de gestão, programas, projetos, obras e investimentos prioritários, num contexto que inclui o governo, a sociedade civil, os usuários e as diferentes instituições participantes do gerenciamento dos recursos hídricos.</p>
<p>O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO (PRBHSF)</p>	<p>A luta pela revitalização da bacia do São Francisco emergiu a partir da edição do Decreto Presidencial, de 5 de junho de 2001, que instituiu o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, em atendimento às demandas da sociedade daquela bacia. Este Programa foi criado em 2004 no âmbito do Ministério do Meio Ambiente - MMA, em parceria com o Ministério da Integração Nacional e outros 14 Ministérios. Entre os principais parceiros, destacam-se a CODEVASF, a ANA, o IBAMA, o ICMbio, a FUNASA/MS, Universidades Federais e o CBH-SF. Com prazo de execução de vinte anos, é uma política pública de articulação e integração permanente que envolve a população local e os governos federal, estadual e municipal.</p>
<p>PROGRAMA NACIONAL DE ECOTURISMO</p>	<p>Tem por objetivo de fomentar a participação das comunidades tradicionais em atividades de desenvolvimento ecoturístico brasileiro. O programa contribui para a inclusão socioambiental das comunidades, proporcionando melhoria da qualidade de vida das populações e, por conseqüência, do produto turístico.</p>
<p>PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO</p>	<p>Este programa começou a ser fomentado em 2003 quando o governo federal definiu o turismo como indutor do desenvolvimento socioeconômico do país. Este Plano transforma a ação centrada no município em ações integradas entre municípios, estados e países, de modo que tenha uma gestão coordenada, planejamento integrado e participativo e promoção e apoio à comercialização.</p>
<p>PLANO ESTADUAL DE TURISMO DO ESTADO DE ALAGOAS</p>	<p>Esse plano propõe o desafio ao município de colocar o turismo como atividade marcante, para aperfeiçoamento, definição do seu potencial, enquadramento de estratégias balizadas pela sustentabilidade progressiva. Tem no seu escopo seis macroprogramas: gestão e relações institucionais; fomento e desenvolvimento turístico; estruturação e diversificação da oferta turística; qualidade dos produtos e serviços turísticos; marketing turístico; estudos e dados turísticos.</p>
<p>PLANO ESTRATÉGICO DE TURISMO DE SERGIPE</p>	<p>O modelo de desenvolvimento proposto tem como ponto central que Sergipe pode tornar-se um pólo regional de lazer e entretenimento e de pequenos e médios eventos, portão de entrada para turistas nacional e internacional e um destino integrado aos demais estados da região para compor o produto turístico. Nesse plano propuseram: uma visão regionalizada do turismo, implementação de uma rede de apoio hierarquizada, inclusão de redes indutoras do turismo, formatação de produtos, criação da marca Sergipe.</p>

Quadro 1 – Políticas Públicas que Orientaram a Criação do PAE.

(Conclusão)

PLANOS	BASES CONCEITUAIS
POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA COM ÊNFASE NO PLANO DE PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS	As principais bases desse plano são: reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais; promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções; universalizar o acesso à arte e à cultura; estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional; estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos; estimular a sustentabilidade socioambiental; desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais; reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores.
PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	O programa propõe entre inúmeras relações de sustentabilidade no meio rural, os principais pontos: A prática do associativismo; A valorização e o resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações; A inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais; A gestão social da atividade, com prioridade para a interação dos agricultores familiares e suas organizações; O estabelecimento das parcerias institucionais; A manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do Turismo Rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar.

Fonte: os Autores (elaborado com base no MMA e PAE), 2015.

Em todas as etapas do processo e nos municípios onde o Plano estava previsto, respeitou-se o acervo de conhecimentos acumulados na região. A participação e a representatividade dos setores sociais e institucionais que vivem ou atuam foram consideradas. No entanto, após todas as definições supracitadas, fazia-se necessário adotar uma metodologia para a organização dos trabalhos. Sendo assim, o Plano organizou-se em 3 etapas:

Quadro 2 – Distribuição espacial dos Municípios selecionados pelo PAE.

ESTADO DE ALAGOAS	
Municípios da região Foz do Velho Chico	Feliz Deserto, Igreja Nova, Olho D'água grande, Penedo, Piaçabuçu, Porto Real do colégio, São Brás, Traipu.
Municípios da região Canyon do São Francisco	Água Branca, Belo Monte, Delmiro Gouveia, Olho D'água do Casado, Palestina, Pão de Açucar, Pariconha, Piranhas, São José da Tapera.
ESTADO DE SERGIPE	
Municípios da Região Foz do Velho Chico	Amparo do São Francisco, Canhoba, Canindé do São Francisco, Cedro de São João, Ilha das Flores, Itabi, Japoatã, Monte Alegre de Sergipe, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo, Porto da Folha, Propriá, Santana do São Francisco, Telha.
ESTADO DA BAHIA	
Municípios da Região Canyon do São Francisco	Paulo Afonso

Fonte: os Autores (elaborado com base no PAE), 2014.

a) **1ª Etapa:** Ocorreu em 2003 com discussões nas reuniões do comitê de bacias, do comitê gestor do programa e dos núcleos de articulação do programa de revitalização do São Francisco (NAPs) em Alagoas e Sergipe. Nesse período foi observado as políticas e programas previstos no Plano Plurianual de Ação (PPA 2004-2007) do Governo Federal, o objetivo era a integração de políticas públicas estaduais que pudessem ter implicações no PRSF. Essa etapa foi fundamental para a aproximação com os governos estaduais e municipais, assim como com outras organizações nacional, regional e estadual, entidades de classes e organizações sociais. Nessa etapa ainda se destaca a importância dos estudos para a criação de um Pólo Ecoturístico no *Canyon* do Rio São Francisco formulados pela Fundação Movimento Onda Azul.

b) **2ª etapa:** o foco foi a realização de oficinas com enfoque participativo e reuniões de trabalho, bem como oficinas de capacitação, como instrumento de mobilização e sensibilização das populações locais. Para tanto, congregou-se os diversos tipos de organizações envolvidas: sociais, ambientais, culturais, econômicas e política, sendo o resultado formulação de diagnósticos e indicativos de estratégias operacionais; Em setembro de 2004, conjuntamente com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo e com as Secretarias estaduais de turismo de Sergipe e Alagoas, inicia-se a “Oficina de Integração e Planejamento para o

desenvolvimento do turismo sustentável na Região do Baixo São Francisco”. Nessa ocasião foram apresentadas as políticas, os programas e planos federal e estaduais para o turismo dessa região. O produto dessa etapa foi um relatório que passou a fazer parte da pasta das reuniões, debates e outras oficinas sobre o assunto.

c) **3ª etapa:** Esta fase foi resultado do conhecimento acumulado e das articulações promovidas nas etapas anteriores. Isto porque, concluiu-se que era necessária a construção de um documento estratégico norteador das ações na região. Para sua construção foi fundamental: fortalecer a integração e a cooperação interinstitucional; identificação das ações prioritárias, as responsabilidades institucionais e as ações necessárias para fortalecer a gestão do Plano. A partir daí os Estados de Sergipe e Alagoas, bem como diversas prefeituras municipais e órgãos como CODEVASF, CHESF, IBAMA/SE integraram-se para realizar a oficina de gestão do turismo sustentável, que permitiu a definição da estrutura do documento e a proposta do processo metodológico para a formulação final do Plano, ou seja, um produto preliminar que refletia a visão multidisciplinar exigida no processo de revitalização do Rio São Francisco.

Por fim, em setembro de 2005, ocorreu o Seminário Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco em Propriá/SE, para debater e validar, com o conjunto de instituições, o documento. A partir dessas contribuições resultou o documento final do Plano.

3 ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PLANO

Com base na análise documental do PAE e das entrevistas semiestruturadas com os representantes dos órgãos de gestão do Plano, nota-se que a principal virtude desse instrumento foi reconhecer a relevância do turismo, dos atores locais, da região hidrográfica do Baixo São Francisco, bem como do desenvolvimento sustentável para a região.

No entanto, tais virtudes foram positivas apenas no que precedeu o PAE, porque elas não foram sustentadas nas intervenções concretas. Isto porque a efetividade dessa política pública foi ignorada, tendo em vista a não aplicabilidade prática das suas ações.

Foi elaborado um diagnóstico na fase preliminar, que obteve uma riqueza de informações não utilizadas posteriormente. O levantamento sobre as

potencialidades, fraquezas, características deveriam ter sido capazes de interferir nos indicadores sociais e econômicos dos trinta e quatro municípios selecionados para participarem das ações.

Então, qual teria sido o resultado concreto do PAE? A não efetividade das ações previstas no documento, o que representa definitivamente o descompasso entre o planejamento e a execução de uma política pública, o que erroneamente no Brasil tornou-se uma tendência (FARIA, 2003).

A partir desse entendimento, pode-se inferir apontamentos sobre os caminhos que levaram a análise desse artigo a compreender que embora tenha virtudes, o PAE não trouxe avanços em termo de política pública. Vejamos que:

1. Esse Plano a princípio não poderia ser chamado de “desenvolvimento do turismo sustentável”, pois para ser sustentável, faz-se necessário uma intervenção contínua para aumentar os estoques de conscientização dos atores envolvidos, a ponto desta se tornar uma característica orgânica do município. Porém, o que ocorreu foi apenas um processo de sensibilização e mobilização, que estão mais ligados a um movimento social momentâneo do que necessariamente com mudança de atitude.

2. O Plano favoreceu um processo de “frustração” social, tendo em vista que os atores sociais envolvidos no processo de construção criaram expectativa para mudanças no seu território e as mesmas não ocorreram. O que pode ter aumentado os estoques de descrédito na política pública para o turismo. Ou seja, pode-se associar a experiência, a mais uma articulação “vazia” de interesse político sem nenhum resultado efetivo para a realidade local, constando apenas como uma agenda de governo.

3. Embora o turismo seja considerado uma atividade econômica importante em diversas partes do mundo, sobretudo nas regiões da Europa que sobrevivem dos recursos injetados na sua economia, no Brasil, essa realidade ainda é contraditória. Isto por ser um país de riqueza natural, cultural e humana, mas com uma gestão turística deficiente, comprovada através da não aplicabilidade de planos como o PAE, que contribuiria para uma atividade turística profissional, controlada e duradoura.

4. O reconhecimento dado a região hidrográfica do Baixo São Francisco, foi feito na escala dos trinta e quatro municípios selecionados pelo PAE nos critérios já

mencionados nesse artigo. Porém, no PAE não há uma sessão que caracterize e/ou diferencie o Baixo São Francisco como um todo. E a justificativa para essa falha não pode ser dada ao fato de existir apenas duas páginas sobre o Baixo São Francisco no outro documento ligado ao PAE (Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco), tendo em vista que são documentos complementares, porém, independentes do ponto de vista da aplicabilidade.

5. Vale salientar que a construção do documento foi importante. Seu principal benefício foi sistematizar informações dos municípios pouco divulgados e documentar frente a uma pasta de governo tais informações. Por outro lado, reconhecer é insuficiente e não determina, necessariamente, um benefício. Isto porque, “reconhecer” é o primeiro passo para seja para uma ação positiva ou negativa no espaço geográfico. Basta perceber que quando há interesse em “explorar” um espaço, a primeira ação é reconhecê-lo, mapeá-lo, diagnosticar seus fixos e fluxos (SANTOS, 1996).

Tal ação é importante para identificação da matéria-prima disponível, para em seguida definir o que será feito com ela. Portanto, o Plano se mostrou como uma ação isolada e não agregou o valor necessário à região.

6. Na análise de mídias, foram encontrados 06 sites com notícias que faziam alusão ao Plano. Destes, 04 falavam sobre o seminário para discussão do Plano e 02 citavam como parte de acervo bibliográfico institucional. Quanto às notícias, as mesmas registravam a ocorrência de seminários nas cidades de Penedo/AL e Propriá-SE e de cursos e oficinas em Maceió/AL, Penedo/AL, Aracaju/SE e Canindé do São Francisco/SE. Em pesquisa em trabalhos acadêmicos, o PAE foi citado como referência ao projeto de extensão “Observatório do Turismo: Núcleo de Avaliação, Diagnóstico e Intervenção nas Comunidades para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Municípios do Estado de Alagoas”, da Universidade Federal de Alagoas, em 2007.

No que se refere as ações práticas para o Baixo São Francisco foram classificadas como de curto, médio e longo prazo. Teoricamente, as ações de curto e médio prazo já deveriam ter sido concluídas, pois tinham um prazo de 2 e 5 anos, respectivamente, e as ações de longo prazo estavam previstas para finalizar no ano de 2015, devido ao prazo de 10 anos.

Essas ações foram divididas em 6 áreas de atuação sendo elas: Articulação e Planejamento; Ordenamento, Normatização, Monitoramento e Controle, Comunicação e Informação; Infraestrutura Básica e de Serviços Turísticos; Capacitação e Participação Social; Produto e Marketing. As características dessas áreas de atuação estão descritas no Quadro 03.

Quadro 3 – Síntese das ações estratégicas e seus respectivos objetivos

Ações Estratégicas		Síntese dos Objetivos
1	ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO	Estímulo a formação de parcerias e cooperação institucional, com vistas ao processo de planejamento da atividade turística, fortalecendo e criando estruturas locais/regionais de gestão, a fim de garantir a implementação do Plano (mantendo a consonância com as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo).
2	ORDENAMENTO, NORMATIZAÇÃO E CONTROLE	Monitoramento das ações empreendidas, avaliação qualitativa dos processos, verificação do impacto das ações de comunicação, formulação de marcos jurídicos e normativos, além da atualização de leis, normas, critérios e procedimentos para servirem de subsídios aos gestores.
3	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	Propiciar os meios necessários para a aquisição, armazenamento, processamento e análise das informações, compatibilizar informações com outros sistemas, disponibilizá-las e torná-las acessíveis para a comunidade, estabelecer vínculos entre os diversos atores envolvidos, de incentivar a inclusão social quando se facilita a comunicação para portadores de deficiências físicas, além de contribuir na tomada de decisões e na consolidação do turismo sustentável nos níveis municipal, regional e nacional.
4	INFRAESTRUTURA BÁSICA E DE SERVIÇOS TURÍSTICOS	Negociar, fomentar e promover a melhoria da infraestrutura básica (estradas, comunicação, eletrificação, saneamento, limpeza e segurança pública, atendimento de saúde, sinalização e acessibilidade), formar e modernizar unidades produtivas, valorizar unidades produtivas tradicionais, qualificar técnicos, produtos e serviços para o mercado interno e externo - tendo como base as potencialidades e os atributos de identidade locais, e as demandas de mercado -.
5	CAPACITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Visando um desenvolvimento socioeconômico local, regional, estadual e nacional, construir de forma compartilhada, estratégias para a participação e qualificação da atividade turística, sensibilizar e qualificar empreendedores e prestadores de serviços quanto ao uso responsável dos recursos naturais, conscientizar a população local sobre o turismo sustentável e envolvê-la na tomada de decisões, fortalecer a identidade e valores culturais, conservar o patrimônio natural e cultural.
6	PRODUTO E MARKETING	Tendo em vista a dinamização dos negócios, a geração de emprego e renda pela indústria do lazer, e a ampliação do leque de facilidades oferecidas ao turista, organizar ações de parceria com o trade turístico, motivar a adoção do modelo de turismo solidário local, estabelecer uma política de marketing, formatar destinos e produtos turísticos segundo a sustentabilidade e a segmentação de mercados.

Fonte: Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco, 2006, p. 77-82.

Porém, na análise da efetividade dessas ações, o cenário não é favorável, pois as mudanças ocorridas nos indicadores¹⁰ de turismo tiveram relação com o processo “natural” de crescimento e/ou desenvolvimento local e não com a aplicabilidade das ações do Plano, já que essas ações em suas seis áreas não foram executadas. Vejamos abaixo, nos Quadros 04, 05, 06, 07, 08 e 09 essas ações, em detalhes e as considerações sobre a sua efetividade.

Quadro 4 – Ações do item Articulação e Planejamento.

Curto Prazo
Estruturar um modelo de gestão regional do Baixo São Francisco.
Realizar/atualizar inventários e diagnósticos da oferta turística dos municípios do Baixo São Francisco.
Planejar e estimular a ampliação da oferta turística integrada do Baixo São Francisco.
Médio Prazo
Estimular e apoiar a organização de modelos colegiados de gestão municipal/estadual de turismo sustentável.
Estimular a criação e/ou fortalecimento de conselhos e fundos municipais de turismo e meio ambiente.

Fonte: Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco, 2006, p.78-82.

Quadro 5 - Ações do item Ordenamento, Normatização, Monitoramento e Controle.

Curto Prazo
Elaborar o zoneamento com indicativos para os tipos de exploração do turismo sustentável.
Elaborar plano de manejo para as UCs.
Implantar um sistema de monitoramento e fiscalização ambiental do Baixo São Francisco: contemplar o monitoramento continuado/permanente dos processos e resultados dos projetos implementados.
Formatar, em parceria com a iniciativa privada, novas rotas, circuitos, roteiros turísticos ao longo do Baixo São Francisco, criando critérios e normas para a sua comercialização, de modo a respeitar a capacidade de carga de cada produto.
Elaborar estudos a fim de subsidiar normas e procedimentos para: situação de embarque e desembarque de passageiros e da situação/tipologia das embarcações, definição de critérios para priorização dos projetos de piers (recomendações de critérios: fluxo demanda, potencialidade turística e infra-estrutura de serviços).
Explicitar tipologias para uso e exploração das praias.
Criar instância de governança regional de turismo do Baixo São Francisco.
Ampliar a fiscalização ambiental no Baixo São Francisco.
Médio Prazo
Normatizar a exploração e uso das áreas de lazer.
Rever a formação de composição e funcionamento dos conselhos municipais de turismo.

Fonte: Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco, 2006, p.78-82.

¹⁰ Para conhecer ou se aprofundar nesses indicadores consultar o MTUR; SETUR e IBGE.

Quadro 6 - Ações do item Comunicação e Informação.

Curto Prazo
Organizar acervo sobre informações da região do Baixo São Francisco - dados estatísticos, planos, projetos, estudos.
Criar portal com informações turísticas do Baixo São Francisco - cadastro histórico e cultural, mapa com pontos turísticos, informações gerais, estudos, dados estatísticos, imagens -, estruturado de modo a atender pessoas com deficiência.
Elaborar material informativo interpretativo do 'local' - confecção de livretos, panfletos, folders, mapas, etc. - com as principais informações das cidades.
Médio Prazo
Elaborar calendário anual único com datas comemorativas e eventos.
Produzir material didático pedagógico como ferramenta para a capacitação em educação ambiental, patrimonial e turismo sustentável.
Longo Prazo
Implantar programa de rádio - programa de entrevistas semanal com cidades envolvidas - específico sobre o turismo, divulgação do turismo.
Confeccionar boletins informativos para divulgação em rádios comunitárias e em reuniões com associações.

Fonte: Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco, 2006, p.78-82.

Quadro 7 - Ações do item Infraestrutura Básica e de Serviços Turísticos.

(continua)

Curto Prazo
Melhorar as condições de saneamento básico - trabalho em co-gestão com o grupo Qualidade e Saneamento Ambiental.
Sensibilizar governos e iniciativa privada para criar condições de acessibilidade para pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida aos equipamentos turísticos, atrativos, circulação urbana, veículos, etc.
Implantar o plano de manejo nas Unidades de Conservação em diálogo com os grupos gestores.
Promover a construção de piers e atracadouros nas comunidades ribeirinhas para uso público coletivo, em locais indicados em estudos específicos.
Apoiar a instalação de centros de capacitação, produção e comercialização do artesanato local/regional.
Apoiar a estruturação de oficinas de trabalho de artesãos.
Promover a melhoria das rodovias: recuperar e sinalizar a AL-101 sul, concluir a SE100 norte, a partir do conceito de estrada-parque, e recuperar e sinalizar as rodovias: SE-220 e BA-210, trechos que correspondem aos municípios de Monte Alegre/SE e Paulo Afonso/BA.
Adequar e implementar infra-estrutura para uso público nas UCs.
Criar centros receptivos e unidades de educação ambiental nos portões de entrada das regiões: Penedo, Piaçabuçu, Propriá, Pão de Açúcar, Piranhas, Delmiro Gouveia, Canindé, Neópolis, Brejo Grande, Gararú, Pirambú e Santana do São Francisco.
Estruturar unidades móveis de informação e educação ambiental.

Quadro 7 - Ações do item Infraestrutura Básica e de Serviços Turísticos.

(conclusão)

Curto Prazo
Instalar portais em pontos estratégicos a serem definidos com base em projetos conceitual, arquitetônico e paisagístico integrados ao sistema de comunicação.
Apoiar a instalação de brigadas do Corpo de Bombeiros para a região do Baixo São Francisco.
Incentivar a elaboração de projetos que contemplem a coleta seletiva de lixo local e regional.
Médio Prazo
Apoiar a implantação de empreendimentos de hospedagem e prestação de serviços domiciliares, em conformidade com o plano diretor do município, gerando oportunidades de negócios para a população local/regional.
Priorizar projetos/negócios fundamentados nos princípios da economia solidária e de base local.
Promover a melhoria das rodovias: pavimentar o trecho da rodovia de Santana do São Francisco/SE até Saúde/SE, pavimentar o trecho Neópolis-Ilha das Flores e recuperar e sinalizar a rodovia AL-225.
Formular projeto e instalar sistema de sinalização nas vias navegáveis e pontos de risco (orientação às embarcações) com fundamento nas normas estabelecidas pela Marinha do Brasil.
Formular projeto e implantar sinalização turística informativa e interpretativa (cultural, ambiental).
Assegurar a realização da procissão fluvial das festividades alusivas ao Bom Jesus dos Navegantes, em conformidade com as normas estabelecidas pela Marinha do Brasil.
Longo Prazo
Urbanizar e melhorar as instalações físicas de feiras livres - organização e padronização - respeitando as características culturais, simbólicas e iconográficas locais/regionais.
Promover a melhoria das rodovias, priorizando a recuperação e duplicação da BR-101, no trecho SE-AL.

Fonte: Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco, 2006, p.78-82.

Quadro 8 - Ações do item Capacitação e Participação Social.

(continua)

Curto Prazo
Sensibilizar e mobilizar as comunidades para a importância do envolvimento no processo de desenvolvimento do turismo sustentável no Baixo São Francisco, por meio de atividades pedagógicas participativas e veículos de comunicação locais e regionais.
Capacitar lideranças para atuação nos processos de planejamento participativo.
Formar gestores públicos para o planejamento, acompanhamento e avaliação contínuos de planos e programas de turismo sustentável.
Qualificar a cadeia produtiva do turismo nos negócios do turismo

Quadro 8 - Ações do item Capacitação e Participação Social

(conclusão)

Curto Prazo
Privilegiar a participação de mateiros como condutores locais para o turismo sustentável/ecoturismo.
Formular programa de qualificação profissional visando a capacitar, nos aspectos de gerenciamento de empreendimentos técnicos e de serviços, os profissionais que atuam no turismo, incorporando módulos que abordem os princípios da sustentabilidade.
Realizar cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento como: recepção, boas práticas de manipulação de alimentos e outros.
Capacitar os setores e organizações envolvidos na cadeia produtiva do turismo sustentável para o atendimento às demandas turísticas e para a gestão compartilhada.
Capacitar monitores para atuação no processo da educação patrimonial e da gestão ambiental, como meio de garantia da salvaguarda dos valores locais.
Médio Prazo
Promover o debate com a população sobre a construção de um projeto de turismo solidário de base comunitária, centrado nas diretrizes da economia solidária e do turismo local.
Organizar e capacitar as unidades familiares na estruturação de redes de hospedagem domiciliar.
Capacitar os artesãos visando aos processos tecnológicos, à organização, ao gerenciamento dos seus empreendimentos e à comercialização da sua produção, incorporando módulos que abordem os princípios do associativismo e do cooperativismo, economia solidária e sustentabilidade ambiental.

Fonte: Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco, 2006, p.78-82.

Quadro 9 - Ações do item Produto e Marketing

Curto Prazo
Realizar pesquisa de demanda turística para identificar os principais mercados emissores e o perfil do turista atual - pesquisa da demanda potencial.
Detectar, por meio de pesquisas, a preferência do consumidor, para a elaboração do produto de acordo com a sazonalidade das regiões.
Definir produtos e público-alvo de cada região ou município, respeitando as diversidades de interesses, com base nas identidades e vocações dos pólos turísticos.
Criar e implementar plano de marketing, para públicos segmentados: a) Implantar o marketing digital, com venda via Internet. b) Participar, com marketing arrojado, em feiras e eventos, nacionais e internacionais - catálogos, folhetos, mídia eletrônica. c) Apoiar a produção de material institucional, promocional e comercial para torná-lo disponível nos postos de informação turística.
Mapear a produção artesanal do Baixo São Francisco divulgando-a por meio de material promocional.
Médio Prazo
Criar e implementar sistema de comunicação integral, definindo a iconografia da região do Baixo São Francisco.

Fonte: Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco, 2006, p.78-82.

Apesar das ações propostas, não foi possível encontrar nenhuma extensão do Plano cumprindo esta necessidade. Da mesma forma, em nenhum contato realizado ao longo da pesquisa foi possível identificar quais seriam as ações de acompanhamento e avaliação para essas metas de curto, médio e longo prazo citadas nas figuras acima.

Para exemplificar, podemos citar a recuperação e duplicação da BR 101, que foi uma das metas de longo prazo do Plano, conforme Figura 07. Isto porque, em janeiro de 2006, ano seguinte ao lançamento do Plano, foi divulgado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) o Relatório de Impacto Ambiental das Obras de Adequação de Capacidade da BR-101/AL/SE/BA. O tópico *Planos e Programas para a região* desse relatório relaciona os seguintes programas: Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste, Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira do Estado de Alagoas – ZEECAL, Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia – PRODESU e Pólo de Desenvolvimento Integrado – Sul de Sergipe. O Plano objeto de estudo desse trabalho não é citado em momento algum.

Com as entrevistas semiestruturadas realizadas nessa pesquisa, tais fatos confirmaram-se repetidamente. Com base no depoimento do gestor de um Instituto atuante na região do Baixo São Francisco, o PAE só foi conhecido há menos de um ano (em 2014) e, por isso, nem foi utilizado nos últimos diagnósticos feitos por este órgão. O Instituto trabalha em rede com doze associações, e duas cooperativas atendendo cerca de 151 empreendimentos em doze municípios da região, o que demonstra a ausência de expressão do Plano na comunidade local.

Da mesma forma, a Coordenação do Curso de graduação em Turismo de uma unidade da Universidade Federal de Alagoas, sediada em uma importante cidade do Baixo São Francisco, posicionou-se sobre o Plano da seguinte maneira: “infelizmente não conheço o Plano e nem tenho qualquer informação sobre sua execução, ou ainda, elaboração”.

Com essas negativas, buscamos mais informações com representantes do governo estadual da Bahia. Em alguns casos, embora tivesse seus nomes registrados no documento como integrante da Comissão Executiva dos Núcleos de Apoio ao Programa de Revitalização do Rio São Francisco, informaram que a participação foi apenas dando apoio técnico, principalmente, quanto às ações

referentes à infraestrutura. Por conseguinte, eles não tinham conhecimento sobre a elaboração do referido Plano. Nesse caso, percebeu-se que haviam pessoas nomeadas com cargos estratégicos no documento oficial, mas que nem tinham noção do que se tratava o PAE.

Em consulta ao Ministério do Turismo, quanto aos registros dos desdobramentos das ações do Plano, foi dada pela Coordenação Geral de Estruturação de Destinos/Departamento de Produtos-Destinos e Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – SNPTur, a seguinte resposta:

Verificamos em nossa rede e realmente tivemos discussões sobre o tema em pauta. Não encontramos, contudo, relatos de qualquer ação concreta. Como o Plano é de responsabilidade do MMA, sugere-se resposta à consulente informando que procure o órgão, pois não dispomos das informações solicitadas em nossos arquivos, a não ser do próprio Plano.

A abordagem dada pelo Ministério do Turismo na citação acima demonstra contradição e deficiência na gestão compartilhada proposta como formato de gerenciamento do PAE. Isto porque, houve vários setores do poder público envolvidos nas etapas do PAE, mas que trabalharam separadamente, sem conhecimento dos papéis desenvolvidos pelos seus pares. Isso influi, definitivamente, na efetividade do Plano e comprova, sobretudo, a falta de compreensão da complexidade que envolve o turismo, principalmente, o de natureza sustentável.

Essa complexidade aumenta ainda mais quando falamos do seu desenvolvimento numa região como a do Baixo Curso do Rio São Francisco. É notório que as condições ambientais do Rio São Francisco, vem se deteriorando nos últimos anos, tendo o Comitê de Bacias Hidrográfica do Rio São Francisco, por exemplo, registrado vários conflitos de uso, problemas de navegabilidade, assoreamento, redução brusca da vazão do rio, poluição, falta de esgotamento sanitário, dentre outros. Portanto, é preciso gestão compartilhada, planejamento e planos exeqüíveis para tais enfrentamentos.

Na busca por tais características foi realizada uma entrevista com o responsável pela coordenação do Plano em Sergipe, representante da CODEVASF-SE que geriu o Grupo de Trabalho de Turismo Sustentável desse Estado e ficou responsável pela mobilização e envolvimento dos atores locais.

Segundo ele, antes da proposição deste documento, a CODEVASF-SE já havia elaborado uma estratégia para desenvolvimento do ecoturismo para o Estado, inclusive com algumas ações implantadas, como sinalização em pontos de interesse turístico. Porém, com a proposta do Ministério do Meio Ambiente em criar o PAE, eles abandonaram a proposta inicial e aderiram a questão da revitalização do São Francisco.

Ainda de acordo com o representante da CODEVASF-SE, não é possível observar o Plano em prática, pois desde a época da elaboração a principal preocupação era com a elaboração do documento. Após conclusão do documento ele acredita que o foco se perdeu, pois inúmeras tentativas de executar as ações foram feitas, mas não foi possível.

Os motivos apontados para a não execução do Plano foram questões políticas, ineficiência na condução de políticas públicas no Brasil, limitações no orçamento público, troca de gestores e mudanças nas prioridades das pastas de governo. No caso do PAE, a partir daquele ano as atenções ficaram focadas na questão da revitalização e transposição do Rio São Francisco.

Ainda de acordo com o representante da CODEVASF-SE, havia uma metodologia estabelecida no PAE, em que o proponente deveria enviar as propostas de subprojetos ao Núcleo de Articulação do Programa de Revitalização do São Francisco (NAP), que fazia uma avaliação para então liberar o financiamento pelo Ministério do Meio Ambiente. Mas nunca nenhum projeto obteve um retorno, o que deixou a população desacreditada. Em Sergipe, os atores locais ficaram aguardando a aprovação dos projetos que foram encaminhados.

Sobre esta questão, o entrevistado foi enfático:

Muito papel e pouca execução. Uma prática comum a vários governos que tem a máquina pública muito emperrada. Gasta-se muito tempo no planejamento e quando chega a hora da execução, troca-se de governo e as coisas não andam. Esta é a realidade do setor público brasileiro.

Por fim, ele esclareceu que a execução das metas de curto, médio e longo prazo, não aconteceu e o que foi realizado na prática não dependeu do Plano, mas ocorreu por ser uma demanda local independente.

Em análise dos pontos falhos encontrados no Plano, há que se destacar o item “Monitoramento e Avaliação”, contido no tópico de implementação das ações proposta. Este item, inclusive o que encerra o documento, é composto apenas por

um parágrafo que aponta para a necessidade de desenvolvimento da estratégia que colocaria em prática o que traz em seu título:

Em uma primeira fase, está sendo formulada a proposta de criação de infraestrutura que abrigue uma rede tecnológica e humana capaz de promover o acompanhamento e a avaliação de resultados e processos, articulando as ações do Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco com as demais Linhas de Ação do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

E mais, como um programa repleto de informações e possibilidades para diversas cidades pôde ser lançado sem que houvesse os critérios para aprovação de subprojeto? Quais seriam as etapas de avaliação do cumprimento do que foi proposto e eventualmente aprovado? Como nenhum subprojeto chegou se quer a ser analisado, estas são perguntas inconclusivas. Este contexto já apontava para a não concretização dos objetivos do Plano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano demonstra uma tentativa de ajustar os programas regionais às políticas mais amplas do país (ALMEIDA, R., 2001, p.05), quando é produzido a partir de princípios e objetivos de diversos planos dos Ministérios de Turismo, Meio Ambiente e Integração Nacional.

O documento do Plano denota uma preocupação com questões ambientais e culturais e sua produção levou a um aumento da expressividade dos papéis das organizações e de movimentos sociais, no entanto, esses atores, segundo as entrevistas realizadas, não acompanharam o desdobramento das ações planejadas e nem tiveram participação nas mesmas.

Por se tratar de uma etapa inicial da análise do Plano, constata-se a necessidade de uma pesquisa de campo nos 73 municípios do Baixo São Francisco, principalmente, os destacados no referido documento, com vistas à verificação dos efeitos nos agentes de turismo local nestes dez anos de sua implementação. Definitivamente, um plano de turismo nessa dimensão precisa considerar as particularidades dos municípios, para aproximar-se de uma intervenção socioeconômica e ambiental concreta.

A análise de mídia indicou que o Plano não possui expressão e nem mesmo é utilizado como fonte de pesquisas na área do Turismo no Baixo São Francisco. Não

aparece na internet notícias sobre ações posteriores ao Plano e nem mesmo ações, projetos ou programas que o cite como referência. A quantidade de sites que o citam é muito pequena diante da relevância do referido documento.

O avanço e o cumprimento de várias ações na região do Baixo São Francisco, não foram produto da intervenção direta do Plano, foram feitas segundo outros novos planejamentos e segundo às demandas regionais, uma vez que alguns atores entrevistados não tiveram acesso ao texto do Plano quando da execução de algumas ações.

A partir disso, constata-se também que esse Plano não tem bases teóricas e nem ações suficientes para ter “status” de “desenvolvimento do Turismo sustentável”. Para tal, necessitaria de uma intervenção contínua para aumentar os estoques de conscientização dos atores envolvidos, o que não aconteceu. Na realidade o Plano favoreceu um processo de “frustração social”, já que os atores sociais que promoveram o processo de construção do documento criaram expectativa para as mudanças que ocorreriam com a execução do Plano, sendo, portanto, mais uma “promessa” de mudança socioeconômica, cultural e ambiental.

Vale ressaltar que o documento em si foi importante, na medida em que sistematizou as informações dos municípios, até então pouco divulgados. No entanto, reconhecer é insuficiente, porque é o primeiro passo de qualquer ação, seja ela positiva ou negativa dentro de um espaço geográfico. Por conseguinte, recomenda-se que seja feita uma revisão das ações do Plano, uma vez que as ações previstas de longo prazo, encerram-se neste ano de 2015, e não se verificou indícios de ações de fiscalização e monitoria do mesmo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. Planejamento Regional. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano 3, n.4. Salvador, BA: UNIFACS, 2001. P.5-10.

AULICINO, M. P. Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. In: **Turismo e ambiente reflexões e propostas**. RODRIGUES, A. B. (Org.). São Paulo: Hucitec, 2000, p. 27-36.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo de turismo**. 13ª ed.rev. e atual. Campinas-SP: Papirus, 2003

BENI, M. C. **Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo**. Turismo em Análise. São Paulo, maio, 1999, p.7-17.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. **A evolução da gestão dos recursos hídricos no Brasil**. Brasília: ANA, 2002. 64p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco**. Brasília, 2006.340p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco**. Brasília, 2005. 101p.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003, 208 p.

DNIT. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Relatório de Impacto Ambiental das Obras de Adequação de Capacidade da BR-101/AL/SE/BA**. Brasília-DF:2006, 40p.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes**. Revista Brasileira de Ciências Sociais 18 (51): 21-30. 2003.

FIGUEIREDO, L.A.V. Ecoturismo e participação popular no manejo de áreas protegidas: aspectos conceituais, educativos e reflexões. **In: Turismo e ambiente reflexões e propostas**. RODRIGUES, A. B. (Org.). São Paulo: Hucitec, 2000, p. 55-66.

MENDES, J. M. G. **Dimensões da sustentabilidade**. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009, p.49-59.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. 306 p.

NU. Nações Unidas. **Cuenta satélite de turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual**. Luxemburgo/Madrid/New York/Paris: 2008,129 p.

PAKMAN, E. T. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. **In: XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**.2014. Fortaleza-CE. Anais...Fortaleza: ANPTUR, 2014, p. 1- 21.

PETROCCHI, M. **Turismo – planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998, 381 p.

QUEIROZ, O. T. M.M; VENANCIO, N. F. Turismo e meio ambiente na represa do Lobo (Itirapina, SP): a dinâmica da ocupação espacial. **In: Turismo e Meio Ambiente**. VASCONCELOS, F.P. (Org.) Fortaleza-CE: UECE, 1998.p17-11.

RIO + 20. Desenvolvimento sustentável. Disponível em http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/desenvolvimento-sustentavel.html. Acesso em: 15 out. 2015.

RUSCHMANN, D. V. de M. Planejamento e Ocupação do Território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. In: **Turismo e ambiente reflexões e propostas**. RODRIGUES, A. B. (Org.). São Paulo, Hucitec: 2000, 177p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANT'ANNA, D.G.; OLIVEIRA, M.T.C. S.; BERENSTEIN, S.G. **Gestão participativa para um turismo sustentável – o caso da Costa do Descobrimento**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2001, 152 p.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia das redes**. In: A NATUREZA do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, C.A.A. Ecoturismo e envolvimento comunitário. In: **Turismo e Meio Ambiente**. VASCONCELOS, F.P.(Org.).Fortaleza:UECE, 1998. p.236-25

TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M.; ROCHA, O. Ecossistemas de águas interiores. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G (Org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escritura Editora, 1999. p. 153-194.

VASCONCELOS, F. P. (Org.). **Turismo e Meio Ambiente**. Fortaleza: UECE, 1998, 295 p.

WWF. **O que é desenvolvimento sustentável?** Disponível em http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/. Acesso em: 15 out. 2015.

A COMPLEXIDADE TERRITORIAL DO CANYON DO RIO SÃO FRANCISCO E SUAS VÁRIAS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA PARA O TURISMO

Tiago Sá Teles Cordeiro¹
Regina Celeste de Almeida Souza²

RESUMO

O presente artigo decorre de estudos sobre a área do Canyon do rio São Francisco, destino turístico regional consolidado, no qual confluem três territórios político-administrativos estaduais. Debruçamo-nos em fazer uma reflexão sobre o conflito territorial existente entre as unidades federativas brasileiras, que ao se territorializarem por laços de dominação do espaço, possuem mais legitimidade para impor sua forma de gestão; e o território turístico, que se apropria do espaço aonde se materializa sua atividade, possuindo limites fronteiriços dinâmicos, impondo igualmente uma racionalidade própria para a gestão dos elementos deste espaço. Este último, por sua vez, se sobrepõe a mais de uma unidade federativa e, considerando o referido conflito territorial, constatamos a multiplicação de instâncias de governanças, em diversas escalas, em um mesmo destino turístico. Tais instâncias, na região do Canyon, não trabalham de forma convergente para a solução dos problemas, ao contrário, ao não perceberem que todas fazem parte de um mesmo território turístico, têm uma perspectiva não colaborativa, que nada contribui para o desenvolvimento do turismo daquele destino, ou da própria região.

Palavras-chave: Canyon do São Francisco; Território Turístico; Governança

TERRITORIAL COMPLEXITY OF RIO SAN FRANCISCO'S CANYON AND VARIOUS GOVERNANCE FOR TOURISM BODIES

ABSTRACT

The paper focus the studies around the San Francisco river canyon area, a consolidated regional tourism destination situated in a tristate area. Reflecting on the existing territorial dispute between the states, the use of their space domination bonds have more legitimacy to impose their style of management; and the tourist territory that appropriates the space where materializes its activity, thus having dynamic border limits and imposing its own rationale for the management of the elements of this tourist space. The latter, in turn, overlaps more than one federal unit and considering the said territorial conflict, we see the multiplication of governances instances in different levels in the same tourist destination. Such instances, the canyon area, do not work in a convergent way to solve the problems, on the contrary, to not realize that all are part of the same tourist territory, have a non-collaborative perspective that does not contribute to the development of tourism destination, or the region itself.

Keywords: Canyon San Francisco river; Tourist Territory; Governance

JEL: Z32; Z38

¹ Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social (Fundação Visconde de Cairu). Professor da Faculdade Batista Brasileira. Membro do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS) <tiago.sa.cordeiro@gmail.com>

² Doutora em Geografia (Universidade de Rouen - França). Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs. Líder do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente – GPTURIS. <regina.souza@unifacs.br>

1 INTRODUÇÃO

O Rio São Francisco, conhecido também como o rio da Integração Nacional, tem mais de 2.800 km de extensão, cortando cinco estados brasileiros, impactando também o Distrito Federal e o estado de Goiás. A Bacia Hidrográfica do Velho Chico abrange 7,5% do território brasileiro (639.219 km²), e totaliza 9% dos municípios nacionais, ou seja, são 504 municípios que dependem deste grandioso rio.

Apesar da grandeza espacial desse recurso hídrico, o turismo “(...) está restrito às **áreas serranas**, ao **Canyon do São Francisco** e à **área da foz desse rio.**” (BRASIL, 2011, p. 52 – grifos nossos). Essa atividade é um dos eixos de desenvolvimento nacional e pode significar uma oportunidade de desenvolvimento às regiões subdesenvolvidas, uma vez que sua dinâmica evoca a valorização de zonas mais periféricas.

No sentido de fornecer uma noção de sua dimensão econômica, tanto na esfera mundial quanto na esfera nacional, a EMBRATUR, através do pronunciamento de seu Presidente, informou que esta atividade foi responsável pela produção de 9% do Produto Interno Bruto (PIB) Mundial e no cenário nacional representou 3,6% do PIB brasileiro. (NETO, 2015)

Importa ressaltar que a atividade turística está fortemente imbricada não só com os diversos segmentos econômicos, por meio da oferta de seus produtos, como também com a dinâmica espacial da localidade receptora. Todas estas nuances estão ligadas por uma atração ou conjunto de atrações naturais ou culturais, que servem como eixo estruturante da atividade, conforme postula Sessa (1983).

O produto turístico se dá por um composto de atividades e serviços relativos ao alojamento (indústria das construções e indústria de transformação), à alimentação e às bebidas (atividades agrícola e indústria alimentícia), aos transportes (indústria de transformação e de consumo energético, além de serviços), à aquisições de produtos locais (artesanato e indústria do vestuário ou de transformação) à visitas e aos divertimentos (serviços). Todas estas atividades são, porém, ligadas a uma atração natural ou cultural. A exposição ao sol, a presença de uma floresta ou de um sítio marinho, um monumento artístico ou um bem cultural, são, enfim, os fatores determinantes do fluxo dos turistas na localidade onde estão situados. (SESSA, 1983, p.36)

Dentre as três áreas apontadas como locais onde há turismo, pelo estudo intitulado Diagnóstico do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, realizado em 2011, a região do Canyon nos

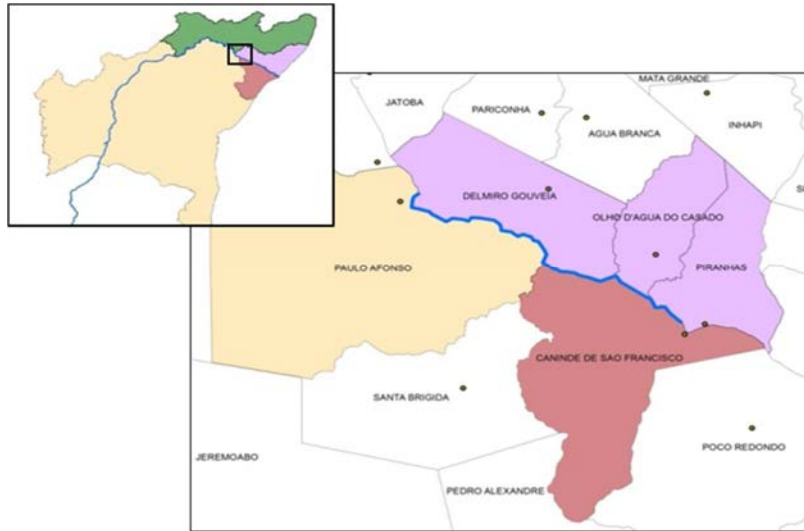
parece singular, pois é um ponto de intersecção de três estados brasileiros, tornando este espaço um local complexo para a gestão do território turístico.

Por Canyon, podemos entender como um acidente geográfico, causado geralmente em função da erosão diferencial entre rochas, que corresponde a “um longo, profundo e relativamente estreito vale, confinado entre paredes abruptas, quase verticalizadas, e normalmente situado em terrenos altos.” (SEI, 2011, p. 209). No rio São Francisco, este acidente geográfico “é formado por um vale que varia entre 30 m e 170 m de profundidade, possui entre 50 m e 330 m de largura e **65 km de extensão.**” (SEI, 2011, p. 142 – grifo nosso)

Nesta área, encontramos as fronteiras de três Estados, cada qual com sua respectiva estrutura para gerenciamento do turismo, impondo sua *lógica* administrativa em seus territórios, são eles: Alagoas, Bahia, e Sergipe. Na esfera municipal, temos cinco municípios que são margeados por um trecho do referido Canyon, a saber: Delmiro Gouveia (AL); Olho D’Água do Casado (AL); Piranhas (AL); Paulo Afonso (BA); e Canindé do São Francisco (SE), todos eles com suas respectivas estruturas de gestão e promoção das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no local (Figura 1).

Como visto, sempre há um elemento natural ou cultural marcante para o turismo de cada destino, e no caso desta área, o Canyon se incumbe desta função, seja pela sua configuração geomorfológica, que permitiu o represamento de água para produção de energia elétrica, originando os primeiros fluxos de visitantes para a localidade; seja pela sua beleza paisagística e navegabilidade, permitindo a exploração do ecoturismo, do turismo náutico e o turismo de aventura; ou ainda, por ser representativo no processo histórico cultural, já que serviu de alicerce para a ocupação do nordeste e, por outro lado, foi esconderijo, em suas grutas, do “bando” de Lampião, consolidando a cultura do “cangaço”, atualmente resgatada e valorizada pela população local.

Figura 1 – Situação da Área de Estudo em Relação ao Rio São Francisco



Fonte: Base cartográfica IBGE em forma vetorial – Adaptado.

Neste cenário, julgamos importante refletir sobre a complexidade que se constitui a gestão do turismo em uma área onde o elemento estruturador desta atividade perpassa por diversos municípios de estados diferentes, identificando o conflito entre estes e o território apropriado pelo turismo, assim como, fazer um levantamento dos mecanismos de governança existentes nesta área e que impactam na gestão territorial desta atividade econômica.

2 O CONFLITO TERRITORIAL

Para buscar compreender o conflito territorial existente entre a divisão político-administrativa do estado brasileiro e o território do turismo, optou-se por considerar o primeiro como um fato dado, visto que sua formação depende de critérios sociopolíticos da própria organização do Estado e que, apesar de ser possível sua redefinição, guarda certa estabilidade fronteiriça, enquanto o segundo, com características mais dinâmicas, só pode ser compreendido mediante uma prévia reflexão quanto às nuances do turismo e sua dimensão espacial.

Consideramos que há dois alicerces que sustentam, essencialmente, esta atividade, a saber: o econômico e o geográfico. Ao verificarmos as cifras movimentadas pelo turismo, assim como sua evolução quantitativa em números de viajantes nos últimos 20 anos, constatamos seu significativo impacto na economia

mundial, e por desdobramentos em países como o Brasil que apostam neste segmento como meio de gerar divisas.

Contudo, coadunamos com CRUZ (2001) quando esta postula que:

A importância do turismo reside menos nas estatísticas que mostram, parcialmente, seu significado e mais na sua incontestável capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o (re) ordenamento de territórios para sua realização. (CRUZ, 2001, p. 8)

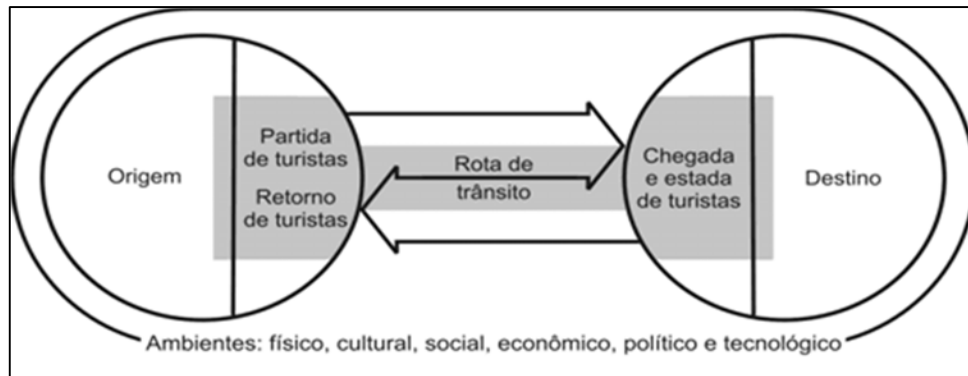
Assim, consideramos que apesar de sua importância econômica, especialmente em zonas periféricas aos grandes centros urbanos, como na região do semiárido brasileiro, sua relevância se dá também em função das características de sua dimensão espacial, visto que esta atividade impõe uma nova lógica de apropriação dos elementos inerentes ao espaço geográfico.

A conceituação do turismo é motivo de debates em diversos fóruns de discussões, tendo alguns conceitos mais abstratos, buscando a ontologia da atividade, logo, pouco operacional para a mensuração da mesma; e outras definições mais objetivas e pragmáticas que ao darem esta operacionalidade, perdem em riqueza de detalhes do fenômeno propriamente dito.

De forma simplificada, podemos entender o turismo como a migração temporária de indivíduos que pernoitam no destino sem, no entanto, pretender se estabelecerem no local visitado. Quando há este deslocamento temporário, com tempo de permanência inferior ao necessário para que se pernoite, denominamos de excursão, que apesar de não ser tecnicamente turismo, possui efeitos similares à atividade.

Apresentamos esta simplificação para vencer os embates das discussões conceituais sobre a citada atividade, permitindo nos concentrar mais nas discussões sobre seus efeitos espaciais. O fundamental desta simplificação é evidenciar, conforme se pode verificar na obra de Leiper (1979), que há um fluxo de pessoas, e seus recursos econômicos, de **áreas de dispersão** (origem ou emissão de turistas) para **áreas de atração** (destino ou recepção de turistas), assim como a ocorrência de uma **área de deslocamentos ou rota de trânsito** entre a origem e o destino (Figura 2).

Figura 2 – Modelo teórico de enfoque espacial proposto por Leiper



Fonte: LEIPER, 1979, p. 404 – tradução livre

A motivação do deslocamento é o fator definidor de sua tipologia, contudo, este fluxo de pessoas entre as três áreas supracitadas vai impactar em todas as categorias de análise espacial propostas por Milton Santos (1985), a saber: Forma, Função, Estrutura, e Processo. A ressalva que se faz é que o turismo, ao apropriar-se do espaço, impõe uma lógica que leva inevitavelmente à reconfiguração de suas categorias analíticas, mas esta apropriação ocorre quase que totalmente nas áreas de atração, ou seja, nos destinos turísticos (Rodrigues, 1997). Há autores bem incisivos quanto a este aspecto, a exemplo de Cruz (2001, p. 25) que postula que “indubitavelmente, é sobre os núcleos receptores de turistas que o turismo vai impor a maior gama de transformações socioespaciais”.

A seletividade dos espaços apropriados pelo turismo ocorre em função da existência e distribuição de sua matéria-prima, que, como postulamos anteriormente, são os bens naturais e culturais identificados em cada destino turístico. Contudo, a simples ocorrência destes atrativos não é suficiente para delimitar o espaço do turismo, requerendo assim outros fatores. Atento a esta característica Roberto Boullón (2002) cunhou o termo espaço turístico, definindo-o como a “consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos (...). Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país” (BOULLÓN, 2002, p. 79)

A este recorte espacial, defendido por Boullón (2002), poder-se-á chamar também de território turístico, visto que no processo para a materialização da atividade, este espaço é apropriado pelo turismo que impõe uma nova funcionalidade aos seus elementos constitutivos, em vista de fornecer sensações e

significados aos visitantes e mesmo aos residentes, que direta ou indiretamente exploram esta atividade.

Autores, como Cruz (2001) convergem para esta mesma perspectiva, ao argumentar que:

O turismo, (...) introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado para atender a uma nova demanda de uso turístico.

(...) A prática social do turismo apropria-se desses objetos, conferindo-lhes novos significados (...) A intensificação do uso turístico de dada porção do espaço geográfico leva a introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. (...) Nesse processo de apropriação dos **espaços** pela prática social do turismo está a gênese dos **territórios** turísticos. (CRUZ, 2001, p.12)

Aprofundando as discussões entre território e turismo, Knafou (1999) identifica três tipos de situações, a saber: *território sem turismo* – são os espaços do globo terrestre que não têm capacidade de atrair um fluxo de pessoas para a prática do turismo, ainda que possa haver um volume inexpressível de visitantes; *turismo sem território* – quando a atividade ocorrer de forma desvinculada das características locais, ou seja, um produto turístico indiferente às características da região, o que o autor chama de *fora do solo*, há ainda que considerar nesta tipologia os espaços de estadias ou de excursões pontuais onde o turismo é só uma lógica de planejamento do espaço; e os *territórios turísticos* – que são os espaços produzidos para a materialização da atividade, que se apropria das características regionais para sua construção.

Haesbaert (2004) defende a ideia de que o termo território tem uma dupla conotação, uma material, ligada tanto à dominação do espaço, como vemos na divisão político-administrativa do país, outra simbólica que ocorre pela apropriação de determinada área por grupos específicos, ou mesmo por um setor econômico, que ressignificam os elementos fluxos e fixos de determinado recorte espacial.

Para este autor, a territorialidade admite uma dimensão política, mas também uma perspectiva econômica e cultural, pois está afeita a forma como se utiliza a terra e os significados que surgem desta relação. Neste sentido, todo território é material (funcional) e simbólico, em diferentes combinações. (HAESBAERT, 2004). Assim, consideramos que um espaço geográfico pode concentrar mais de um mecanismo de territorialidade.

Em observância à contribuição de Knafou (1999) e à de Haesbaert (2004) podemos deduzir que dentro de um determinado espaço geográfico, haverão espaços apropriados pelo turismo formando o território turístico, assim como outras áreas sem capacidade de atração de fluxo exógeno, contribuindo para a conformação do território sem turismo, e ao mesmo tempo poderão ocorrer outras territorialidades dando outro *desenho* fronteiro.

A República Federativa do Brasil, no sentido de dar funcionalidade administrativa ao seu território e dentro de uma lógica de dominação do espaço geográfico, o subdivide em outras unidades federativas. Tais unidades, mesmo salvaguardando uma hierarquia entre seus componentes (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), detém certa autônoma para gestão de seu território, conforme se verifica no artigo 18 da Constituição Federal onde postula que a “organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. (BRASIL, 1988)

As fronteiras desta divisão político-administrativa gozam de mais estabilidade que as fronteiras dos territórios apropriados por grupos de pessoas ou segmentos econômicos que não dominam efetivamente o espaço, mas sim se apropriam do mesmo dando novos significados, organizando-o para seu uso próprio. Neste sentido, estes territórios apropriados se tornam mais dinâmicos e por vezes transpõem as fronteiras dos municípios e estados, apoderando-se de mais de um ente da federação.

No caso do turismo, que usa como critério de definição do seu território a distribuição dos bens naturais e culturais com capacidade de atração de visitantes associado a outros elementos funcionais para a atividade, essa dinâmica é ainda mais evidente. Dois fatos respaldam tal afirmativa, a saber: O primeiro é que a distribuição espacial dos recursos naturais não obedece à lógica da divisão dos entes federativos brasileiros; e o segundo defende que o processo de expansão (descoberta de novos atrativos ou surgimento de novos elementos funcionais) e o de retração (perda da capacidade de atração dos atrativos que estão sendo explorados ou extinção de elementos funcionais) também não seguem a lógica supracitada.

Este fato gera o que denominamos de **conflito territorial** entre a forma de gestão territorial nacional, e os mecanismos para a gestão territorial do turismo em

sua inteireza. Ao tempo em que o primeiro utiliza laços sólidos de dominação se apoderando do espaço, o outro faz uso de laços simbólicos e de apropriação. Assim, surgem a descontinuidade territorial do espaço do turismo, causando obstáculos para o seu desenvolvimento.

Em outras palavras, o território do turismo pode ocupar mais de um território dos entes federativos, mas a gestão pública deste espaço ao invés de criar uma instituição que promova o desenvolvimento em todo o território turístico, fragmenta este território a nível municipal e/ou estadual impedindo uma gestão integral deste espaço. É em função deste fato que vemos, dentro de um mesmo destino, os conflitos de políticas públicas, nas formas de ocupação do solo, nos mecanismos de articulação entre os atores sociais, nos incentivos para a atividade, etc. e por vezes na própria nomenclatura do destino.

No Canyon do rio São Francisco esta descontinuidade nos é aparente. Nesta área, o turismo surge em função das obras para a construção das usinas hidroelétricas, inicialmente em Paulo Afonso na década de 1950, e ao ser fomentado como meio de desenvolvimento local por órgãos de gestão pública municipal foi se estendendo por toda a região, e ganhado mais vigor com a construção da usina de Xingó na década de 1990, tanto pela descoberta de vários sítios arqueológicos, como pelo represamento das águas que deram mais visibilidade ao Canyon, ampliando suas dimensões, em especial sua profundidade que propiciou maior navegabilidade.

Por meio de análise documental: a) do Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, feito pelo Ministério de Meio Ambiente em 2006; b) dos Inventários da Oferta Turística (IOT) dos municípios alagoanos, elaborados em 2013 pelo Arranjo Produtivo Local de Turismo Caminhos do São Francisco e; c) do IOT de Paulo Afonso, produzido pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) em 2011; foi possível fazer o levantamento de 108 atrativos turísticos nesta área, conforme se verifica a seguir (Tabela 1).

Tabela 1 – Categorização dos recursos turísticos da área do Canyon do Rio São Francisco e sua distribuição por municípios - 2011

Município	Atrativos Turísticos			TOTAL	%
	Natural	Cultural	Científicos		
Canindé do São Francisco (SE)	3	3	1	7	6%
Delmiro Gouveia (AL)	3	10	1	14	13%
Olho D'Água do Casado (AL)	4	12	0	16	15%
Piranhas (AL)	7	15	1	23	21%
Paulo Afonso (BA)	21	22	5	48	44%
TOTAL	38	62	8	108	100%

Fonte: Os Autores, 2015.

Através deste levantamento constatamos que o território turístico da área em estudo, apesar de estar concentrado em Paulo Afonso (BA), é um recorte geográfico que se sobrepõe a uma parte dos municípios e estados que possuem um trecho do referido Canyon em seu território.

Evidenciam-se assim todos os indícios do conflito territorial que gera a descontinuidade do território turístico da área em estudo, o que vem a requerer uma visão integrada e cooperativa de todos estes entes federativos e dos diversos segmentos da sociedade, no sentido de desenvolver esta atividade de forma efetiva. Consideramos que o gargalo mais significativo deste fato é o problema da gestão do território, o que nos leva a debruçar sobre esta temática.

3 GESTÃO TERRITORIAL

No sentido lato, em todo espaço que se constituir como território encontrar-se-á constituído também mecanismo que possibilitem o gerenciamento dos diversos recursos presentes nele, assim como meios que ordenem o uso por parte de seus ocupantes. As formas, as estruturas e os modelos utilizados com estes fins são frutos do processo histórico dos que se apoderam, ou se apropriaram, do referido espaço.

A formação do Estado-Nação, por exemplo, obriga a organização de uma estrutura estatal que permita o ordenamento, a regulamentação, o planejamento, etc. deste estado soberano. No caso brasileiro, esse conjunto de regras se materializa, essencialmente, na Constituição Federativa da República Brasileira de 1988. Neste documento se define não só os princípios, os direitos e as garantias

fundamentais dos cidadãos, como também a organização do estado e dos poderes, incluindo suas competências, além da estruturação da ordem social do país.

Através deste documento podemos identificar que a democracia brasileira é essencialmente representativa, na qual, por meio de eleições diretas a população define seus representantes que ganham legitimidade para tomar as decisões pertinentes para a gestão deste Estado-Nação. Contudo, há dispositivos constitucionais que permitem a participação mais direta da população na formulação de políticas públicas, em decisões importantes através de plebiscitos, referendo, etc.

Esta forma de gestão territorial é pautada em sólidos laços de dominação do espaço e possui grande poder coercitivo, assim como legitimidade para o exercício de tal poder. Estes mecanismos, em geral, exercem hegemonia perante as outras formas de gestão territorial, em especial as pautadas em laços de apropriação.

Neste sentido, vale expor o conceito aderido neste artigo, onde adotamos o trabalho de Dallabrida (2013) que defende que a gestão territorial refere-se:

Aos processos de tomada de decisão dos atores sociais, econômicos e institucionais de um determinado âmbito espacial, sobre a apropriação e uso dos territórios, com vistas à definição de estratégias de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2013, p.2)

O autor postula que a discussão desta temática nos leva, indubitavelmente, a compreensão do desenvolvimento dentro de uma perspectiva territorial. Não se limitando, necessariamente, as fronteiras políticos-administrativas do Brasil, pois há outros mecanismos de territorialidade, conforme apresentamos anteriormente.

Nestes outros mecanismos, o nível de articulação entre os atores sociais envolvidos é fundamental para prover, de forma satisfatória, as estratégias de desenvolvimento, a organização, o planejamento, a regulação, etc. do referido espaço, ampliando as práticas democráticas da população local. Nestes ambientes, com perspectiva de participação social nas tomadas de decisões, a gestão territorial costuma se manifestar por meio de estruturas de governança, conforme argumenta Dallabrida (2007).

Assumir a gestão territorial a partir de estruturas de governança tem uma relação direta com a ampliação da prática democrática, não só na sua dimensão representativa, mas também a democracia participativa ou deliberativa, como vários autores preferem chamá-la, principalmente pelo fato de que a democracia não pode resumir-se a um regime político que contempla eleições livres para os cargos políticos nas diferentes escalas territoriais. (Dallabrida, 2007, p.2)

Ressaltamos que estas estruturas não excluem a participação da gestão pública, ao contrário, são mecanismos onde aproximam ainda mais os cidadãos dos órgãos do poder executivo, incumbidos por materializar políticas públicas setoriais. Atentos à rede de poder local, estas instâncias buscam consensos mínimos que permitam uma gestão mais eficiente do espaço, podendo ser institucionalizadas ou não. Podemos definir as estruturas de governança como:

Iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais. (DALLABRIDA, 2007, p.5)

Obviamente que cada instância de governança se articula para enfrentar uma demanda pública específica. É por meio de um sistema de governança, onde há a articulação de um conjunto de instâncias conectadas em rede, que se operacionaliza a gestão territorial de forma integrada. Reforçamos que estes espaços vêm se consolidando como mecanismos de maximização da cidadania e participação popular, ou seja, são um passo em direção à uma democracia deliberativa.

Esta forma de democracia exige, por outro lado, um amadurecimento e fortalecimento da sociedade civil para evitar que sejam cooptados por parte: a) da estrutura estatal vigente, buscando um discurso retórico e maior legitimidade de suas ações; b) da elite local que busca consolidar ainda mais seu poder e a primazia de seus interesses em detrimento de outros; ou c) de agentes políticos que não visam, necessariamente, os consensos mínimos, mas sim um palanque para sua promoção política individual, visando ocupar espaço no cenário político. Neste sentido, entendemos que a sociedade local deva ter autonomia e identidade própria para garantir a eficiência destas estruturas de governança. (DALLABRIDA, 2007)

No tocante as instâncias de governança ligadas ao turismo, reforçamos que o conflito territorial, quando presente em locais onde a sociedade civil ainda não mostra níveis de amadurecimento, que permita a articulação espontânea dos atores sociais, ocorre também à multiplicação destas instâncias. Este fato pode ocorrer, visto que ao serem dependentes da gestão pública para fomentar o surgimento destes mecanismos de gestão territorial, as fronteiras das unidades federativas tendem a fragmentar não só o espaço, como também seus mecanismos de gestão.

A área do Canyon do rio São Francisco está eivada de complexidade territorial e fragmentação dos mecanismos de gestão do referido território turístico. O

exemplo mais representativo se constata pelo fato da confluência dos Estados supracitados, que não se articulam entre si, e impõem políticas públicas diferenciadas para a região. Isso é constatado quando o zoneamento turístico segue perspectivas distintas, na Bahia se denomina Lagos e Canyons do São Francisco; em Alagoas tem-se a nomenclatura de Caminhos do São Francisco; e por fim, em Sergipe é denominada Polo do Velho Chico, cada qual com uma lógica espacial própria.

Nesta região, por meio de entrevistas semiestruturadas, foi possível identificar ao menos dez instâncias de governança territorial, em diversas escalas de atuação, voltadas para a gestão territorial e desenvolvimento da atividade turística (Quadro 1).

Quadro 1 – Levantamento de instâncias de governança territorial vinculadas ao turismo na região do Canyon do São Francisco – 2015

INSTITUIÇÕES	ESFERA DE ATUAÇÃO				INICIATIVA		
	MUNICIPAL	REGIONAL	ESTADUAL	FEDERAL	PÚBL.	PRIV.	
1	COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO			X	X		
2	CONSELHO CONSULTIVO DO MONUMENTO NATURAL DO SÃO FRANCISCO			X	X		
3	CONSELHO REGIONAL DE TURISMO DA ZONA TURÍSTICA DOS LAGOS E CANYONS DO SÃO FRANCISCO (BA)		X		X		
4	FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO E CÂMARA ESTADUAL DE SECRETÁRIOS E DIRIGENTES MUNICIPAIS DE TURISMO (BA)		X		X		
5	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL CAMINHOS DO SÃO FRANCISCO (AL)		X		X		
6	REDE EMPRESARIAL CAMINHOS DO SÃO FRANCISCO (AL E SE)	X				X	
7	CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO PAULO AFONSO (BA)	X			X		
8	CÂMARA MUNICIPAL DE TURISMO DELMIRO GOUVEIA (AL)	X			X		
9	CÂMARA MUNICIPAL DE TURISMO PIRANHAS (AL)	X			X		
10	CÂMARA MUNICIPAL DE TURISMO CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO (SE)	X			X		
PERCENTUAL		40%	10%	30%	20%	90%	10%

Todas estas instâncias estão ligadas, direta ou indiretamente, à administração pública. Seja por protagonismo do governo em criar estes espaços, como vemos em 90% dos casos, seja por indução governamental, que representa 10% destes espaços e que se refere justamente do caso da Rede Empresarial Caminhos do São Francisco, que é um desdobramento das ações do Arranjo Produtivo Local Caminhos do São Francisco (AL).

Vale ressaltar que as referidas instâncias, quando fomentadas pelo governo e não apropriada pela população, ou seja, quando a sociedade local não empreende esforços no sentido de atuar em prol de gerir assuntos públicos de seu território, não representaram de fato um avanço da práxis democrática. Na área de estudos, identificamos que muitas destas estruturas existem oficialmente, mas não tem apresentado ações concretas, como é o caso de alguns Conselhos Municipais de Turismo que apesar de sua formação, não tem realizado as reuniões previstas para o seu funcionamento. Nesta perspectiva se torna mais uma ação retórica do governo local e pouco contribui para a gestão territorial do turismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito territorial identificado não é necessariamente um empecilho para o desenvolvimento do turismo, apenas retrata que esta atividade, em determinados casos, na medida em que vai expandindo seu território, tende a impactar de forma regional. Neste sentido, espera-se que a gestão de seu território vença os obstáculos da fragmentação ou descontinuidade territorial do turismo, criando instâncias de governanças intermunicipais e interestaduais.

Em contrapartida, atentamos para o fato de que o amadurecimento da sociedade civil local é fator imprescindível, visto ser condição *sine qua non* para que as estruturas de governança, que tem como perspectiva uma democracia deliberativa e um envolvimento da sociedade local significativo, sejam eficientes.

Acreditamos que tais estruturas devam surgir de forma espontânea, ou quando fomentadas por órgãos do governo, independentes de sua escala. Quando isso ocorrer, a população deva se apoderar deste mecanismo de gestão territorial, evitando que seja cooptada por demais agentes governamentais, pela elite local ou por políticos que visam apenas sua promoção individual.

As diferenças das políticas públicas estaduais nesta área específica, geram uma confusão para o visitante, pois sendo o rio a fronteira entre os estados, basta atravessá-lo para que se altere a terminologia do espaço turístico visitado. Por outro lado, percebe-se uma grande distinção da ideologia utilizada para gestão do turismo, neste território fragmentado, pois a Bahia utiliza a concepção de *destino turístico*; Sergipe trabalha na perspectiva de *polo turístico*, e Alagoas se apropria do arcabouço teórico de *arranjo produtivo local*.

Na esfera municipal o que mais se verifica é uma lógica de competitividade entre os municípios, ainda que hajam discursos de valorização de parcerias intermunicipais, tanto assim que não se identificou nenhuma ação concreta nesta direção. Acreditamos que Paulo Afonso deva liderar ações com esta finalidade, visto que é o município que concentra o maior número de atrativos turísticos da região, além de ter uma estrutura urbana mais robusta.

A grande concentração de instâncias de governança, voltadas para o turismo ou para a gestão do principal atrativo, estarem vinculadas ao poder público indica, por um lado, que a sociedade local carece de maior amadurecimento quanto à democracia deliberativa, e por outro, que estas estruturas não foram apropriadas pela população local. Assim, acreditamos que exista certa apatia da população local no sentido de mobilização social em prol do desenvolvimento do turismo.

Acreditamos que o aprofundamento sobre esta temática na região do Canyon do São Francisco é fundamental para tentar iluminar quais os meios que possibilitem um melhor desenvolvimento do turismo nesta região, através da gestão de seu território, de forma integral. Assim, buscamos identificar formas que reforcem o aspecto socioeconômico desta atividade, consolidando-a como eixo de desenvolvimento para aquela área.

REFERÊNCIAS

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. **Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.

DALLABRIDA, V. R.; BIRKNER W. M. K.; COGO E. L. Gestão territorial e desenvolvimento: avanços e desafios dos processos de descentralização político-administrativa no Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [Em línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de fevereiro de 2013, vol. XVII, nº 428.

_____. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**, Porto Alegre: UFRGS, jun. de 2007.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> Acesso em 15 de maio de 2015

KNAFOU, R. Turismo e Território: Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A .B (org). **Turismo e Geografia: reflexões e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LEIPER, N. (1979) The Framework of Tourism: Towards Definitions of Tourism, Tourists and the Tourism Industry, **Annals of Tourism Research**, 6, 390-407

NETO, V. **Turismo contribui com 9% do PIB Mundial**. Disponível em http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salalmprensa/artigos/arquivos/Turismo_contribui_com_9_do_PIB_mundial.html Acesso em: 14 de out. de 2015.

RODRIGUES, A B. **Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SESSA, A. **Turismo e Política do Desenvolvimento**. Porto Alegre: UNIONTUR, 1983.

CACIQUES MULHERES E CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES NO VALE SANFRANCISCANO – BAHIA

Gisele das Chagas Costa¹
Regina Celeste de Almeida Souza²

RESUMO

Este artigo discute a construção de territorialidades indígenas sob a perspectiva de gênero. Com o objetivo de compreender as experiências contemporâneas de mulheres indígenas caciques na construção de territorialidades em suas comunidades no Vale Sanfranciscano, Bahia, apoia-se em uma abordagem geohistórica e qualitativa, considerando a interpretação do processo e a atribuição de significados aos fenômenos estudados. O esforço em compreender as territorialidades indígenas vivenciadas a partir da categoria gênero emerge da própria realidade socioespacial investigada: em 68% das Terras Indígenas (TI) abrangidas pelo estudo existe pelo menos uma cacique mulher. Refletir sobre as experiências políticas vivenciadas pelas caciques em seus espaços de atuação, dentro e fora de suas comunidades e seus possíveis rebatimentos na construção de antigas e novas territorialidades, é o caminho escolhido para discorrer sobre o tema tratado.

Palavras-chave: Territorialidades Indígenas; Gênero; Território; Vale Sanfranciscano.

CHIEFS WOMEN AND TERRITORIALITIES CONSTRUCTION IN THE SAN FRANCISCO VALLEY – BAHIA

ABSTRACT

This article discusses the construction of indigenous territoriality under a gender perspective. With the objective of understand the contemporary experiences of chiefs women in the construction of territoriality in their communities in the San Francisco Valley, Bahia, it support on a geohistórica and qualitative approach considering the interpretation process and attribution of meaning to the phenomena studied. The work to understand the indigenous territoriality experienced from the gender category emerges from own space reality investigated: in 68% Indigenous Lands by the study there is at least one woman chief. Reflect about the political experiences of the caciques in their respective spaces, within and outside their communities, and its possible repercussions in the construction of old and new territorialities, is the path chosen to discuss the theme.

Keywords: Indigenous territorialities; Gender; Territory; San Francisco Valley.

JEL: J15;J16

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) pela Universidade Salvador (UNIFACS). Bolsista CAPES e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS/ UNIFACS). E-mail: gcceduc@gmail.com

² Doutora em Geografia. Profa. Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS). Líder do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS/ UNIFACS). E-mail: regina.souza@unifacs.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta reflexões sobre o papel de caciques mulheres na construção de territorialidades indígenas do Vale Sanfranciscano no Estado da Bahia. A emergência de lideranças indígenas femininas nas últimas décadas tanto como caciques como em outras funções de representatividade em suas comunidades vem aumentando significativamente, o que indica uma maior dinamicidade dos papéis femininos junto ao seu Povo com rebatimentos visíveis na construção de territorialidades.

Tendo como objetivo compreender as experiências contemporâneas de mulheres indígenas caciques na construção de territorialidades em suas comunidades, a metodologia pauta-se na abordagem qualitativa, considerando que sua base é a interpretação do processo e a atribuição de significados aos fenômenos estudados. Esse texto apresenta discussões e resultados parciais de uma pesquisa em andamento, que teve início no ano de 2012, por ocasião da III Expedição Rio São Francisco: Cultura Identidade e Desenvolvimento³.

Tal Expedição, caracterizada como pesquisa exploratória multidisciplinar, desvelou a multiculturalidade presente nas comunidades tradicionais e ribeirinhas do vale, proporcionando o contato com algumas comunidades indígenas, reterritorializadas na área abrangida pelo estudo.

Nos municípios baianos de Muquém de São Francisco, Ibotirama e Serra do Ramalho, foram visitadas Terras Indígenas (TI) Kiriri, Tuxá e Pankaru. Na ocasião, as comunidades visitadas despertaram especial interesse investigatório, por apresentar algumas especificidades, a principal delas a presença de uma cacique mulher na TI Kiriri Barra, em Muquém de São Francisco, apontando uma nova perspectiva de atuação social das mulheres indígenas em suas comunidades e na sociedade envolvente.

³ As expedições científicas ao rio São Francisco ocorrem como uma das estratégias metodológicas do Projeto Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento, que desde 2007, realiza estudos de caráter multidisciplinar no Vale Sanfranciscano, no Estado da Bahia. Esse projeto está vinculado ao Grupo de pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS. A 3ª Expedição percorreu os municípios de Ibotirama, Muquém do São Francisco, Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Sítio do Mato, Serra do Ramalho e Carinhanha durante o período de 09 a 18 de julho de 2012 e teve como um de seus objetivos, a identificação das mudanças e permanências verificadas no vale a partir de uma expedição hidráulica ocorrida em meados do século XIX na qual participou o engenheiro, geógrafo e etnógrafo Theodoro Sampaio [1855-1937], sendo este o referencial basilar do projeto (SOUZA; COSTA, 2015).

As TI do Vale Sanfranciscano agrupam, muitas vezes, mais de uma etnia, não sendo necessariamente os territórios originais desses povos. Cabe ressaltar que durante os primeiros ciclos econômicos do Brasil colônia, sertanistas faziam incursões no interior do território brasileiro em formação, tomavam de assalto territórios indígenas, desmantelando a sua organização socioespacial e levando a população sobrevivente do conflito para outros locais, aglomerações urbanas ou fazendas, para trabalharem na condição de escravos ou serviçais (MONTEIRO, 1994).

Os jesuítas também foram responsáveis por reorganizações espaciais de povos indígenas, os aldeando em missões no Nordeste. Esses povos se adaptando em novos contextos socioespaciais, buscaram, inclusive, se reorganizar ao longo do Vale Sanfranciscano, em terras mais úmidas e férteis. Porém, com a expansão da pecuária no Vale comandada pela Casa da Torre (BRASILEIRO, 2000), os povos indígenas aí residentes tiveram seus territórios invadidos e expropriados pelos grupos colonizadores produzindo um conjunto de “choques territoriais” gerando, em consequência, “novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas” (LITTLE, 2002, p. 04).

Quando se lança um olhar acurado sobre a trajetória de violência impingida sobre os povos indígenas nordestinos (e também no Brasil como um todo) verifica-se que a mistura étnica e aculturação fizeram parte de uma longa política voltada para extinção desses povos e, na impossibilidade desta, na assimilação e homogeneização da população.

A negação da diversidade étnica no país fez parte do discurso acadêmico e oficial por vários séculos, sendo paulatinamente revertida principalmente a partir da segunda década do século XX, quando o movimento indígena ganhou força e começou a atuar em redes regionais e nacional alcançando, em alguns casos, uma abrangência internacional.

Ao longo das décadas de 1970, 80 e 90 consolidou-se o movimento indígena no Brasil, também denominado por Baines (2008) de ativismo político indígena, com um marco na Constituição de 1988, onde ocorreu o abandono de uma perspectiva assimilacionista e integracionista e o reconhecimento dos “direitos originários” dos índios sobre suas terras, além do reconhecimento dos

mesmos com o direito de ingressar em juízo na defesa de seus direitos e interesses, podendo dispensar a FUNAI em tais ações. (BAINES, 2008).

Com a promulgação da Constituição brasileira intensificou-se a luta desses povos pela regularização e posse definitiva das terras, onde se constata um percurso que envolve a sua retomada identitária, com conseqüente empoderamento – premissa para construção de territorialidades.

O território para os povos indígenas é a base material de uma luta secular pelo direito à diferença, e, mais recentemente, para a retomada identitária. Identidade e território estão intrinsecamente relacionados, pois através da reafirmação identitária, diversos povos indígenas vêm pleiteando a posse definitiva a antigos ou novos territórios, com base na Constituição que preconiza a reprodução de suas práticas socioespaciais “[...] necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (BRASIL, 1988, Art. 231, § 1.0).

No que diz respeito a participação feminina no movimento indígena, Matos (2012) sinaliza dois momentos, onde inicialmente as mulheres indígenas assumiam um papel de complementariedade à luta de lideranças masculinas. A autora pontua a diversificação da atuação de organizações indígenas e as políticas de financiamento para demandas indígenas com diretrizes atendendo especificidades de gênero, como propulsores de um maior protagonismo feminino dentro do movimento, com a incorporação da “perspectiva de gênero em sua agenda política nesses últimos anos” (MATOS, 2012, p. 148). A autora complementa:

Mediante a atual situação de supervalorização da esfera pública no contexto das relações interétnicas e intergrupais e os conseqüentes desajustes nas relações de gênero, as mulheres indígenas passaram a se preocupar, cada vez mais, em ocupar os diversos espaços públicos, tanto no campo de ação da política indigenista como também da política indígena. (op cit, p. 147 – 148).

O esforço em compreender as territorialidades indígenas vivenciadas a partir da categoria gênero emerge da própria realidade socioespacial

investigada: das 19 TI⁴ localizadas nos trechos médio e submédio São Francisco no Estado da Bahia, 13 têm a presença de pelo menos uma cacique mulher⁵, perfazendo 68% das TI. Refletir sobre as experiências vivenciadas pelas caciques em seus espaços de atuação, dentro e fora de suas comunidades e seus possíveis rebatimentos na construção de antigas e novas territorialidades, é o caminho escolhido para discorrer sobre o tema tratado.

Ao trazer a questão de gênero para a análise territorial indígena, cabem algumas considerações. Silva (2009, p. 13) através de vasta revisão bibliográfica sobre a categoria gênero e Geografia questiona os "pressupostos epistemológicos da perspectiva científica branca, masculina e ocidental" defendendo a necessidade de pesquisas que ultrapassem tais pressupostos, favorecendo, inclusive, "a construção de visibilidades de grupos sociais e fenômenos que foram negados e repudiados pela perspectiva da modernidade colonial: negros, índios, mulheres [...]. A historiografia brasileira evidencia as ausências e silêncios desses grupos no discurso científico." (op cit , p. 14).

A referida autora critica a produção geográfica brasileira quanto à abordagem de gênero, apontando a escassez da produção científica nacional, com poucos estudos ocorridos na década de 1980, enquanto que em países anglo-saxões a produção sobre a temática remonta há mais de 30 anos.

Silva (2010, p. 08) corrobora a questão dos silenciamentos e as negações de um fazer espacial ao enfatizar em suas investigações uma "geografia dos vencidos", de "povos negros e indígenas que tiveram seus territórios sobrepostos no avanço das forças produtivas na organização do território brasileiro".

Assim posto, este texto inicia com uma discussão preliminar sobre a geohistória da questão territorial indígena no Nordeste, apresentando em seguida os caminhos de reafirmação identitária transcorridos pelo movimento indígena. Busca-se também uma rápida discussão conceitual em torno da categoria de análise território sob a perspectiva geográfica, situando a mesma

⁴ O levantamento foi realizado utilizando dados do IBGE (2012), da FUNAI (<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>) e da pesquisa em campo (2012 – 2015).

⁵ Em uma TI podem coexistir dois ou mais caciques, não existindo uma regra fixa nas TI estudadas.

no contexto dos povos tradicionais, para, com isso, refletir sobre as territorialidades em curso nas TI investigadas, inserindo na discussão a categoria gênero por ser essa um elemento aglutinador dos processos territoriais em curso nas áreas pesquisadas.

2 GEOHISTÓRIA DO ESBULHO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NA BAHIA

A compreensão do atual cenário político e territorial no qual os povos indígenas na Bahia encontram-se inseridos requer a análise das causas geohistóricas que levaram a perda de seus territórios e de parte de sua identidade étnica.

A conquista do território e formação do Brasil se deu, entre tantos outros processos violentos, através de uma geopolítica que envolveu a tentativa de extermínio dos povos ameríndios preexistentes a chegada dos colonizadores europeus.

Sendo necessário efetivar a colonização das terras doadas pela coroa portuguesa, desocupar os sertões dos “gentios” era premissa para garantir a empreitada e novas pastagens e terras para o plantio. Nesse sentido, o Rio São Francisco foi o principal vetor de colonização no sertão baiano, garantindo “a expansão de frentes pioneiras de criação de gado, que tinham no território que margeia o grande rio uma pastagem natural apropriada para o criatório extensivo” (NASCIMENTO, 1995, p. 67).

Três políticas específicas, aplicadas em períodos diferentes, porém com sobreposições temporais, materializaram as tentativas de extermínio dos povos indígenas, tanto em território baiano como no Brasil em formação: a guerra justa, a conversão e a mistura étnica. (ARRUTI, 1995)

Os primeiros séculos de colonização brasileira, marcados pela violência impingida contra os povos tradicionais através das guerras justas, conseguiram apenas “plantar manchas de civilização, ilhas pastoris, comerciais ou de subsistência, que existiam [por um período] para depois submergirem no nada ou na selvageria dos tapuias ou dos quilombolas” segundo Arruti (1995, p. 63) ao complementar que a “frente de expansão [territorial] nunca foi única, mas sim múltipla e complexa” (op cit.).

Santos e Silveira (2005), ao proporem uma periodização do território brasileiro, denominam esse longo período marcado por sucessivas tentativas de interiorização nos sertões de “meio técnico”, o qual sucedeu o meio natural. Afirmando que “por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional” (op cit., p. 27), expressa o primeiro período como “os tempos lentos da natureza” com a presença humana forçosamente se adaptando aos sistemas naturais.

No segundo período verifica-se uma convergência de olhares entre esses autores e Arruti (1995) no que diz respeito a fragmentação durante a colonização no território:

[...] os diversos meios técnicos gradualmente buscam atenuar o império da natureza [...] a mecanização seletiva desse verdadeiro conjunto de “ilhas” que era o território exige que se identifiquem subperíodos. As técnicas pré-máquina e, depois, as técnicas da máquina [...] na produção definem o Brasil como um arquipélago da mecanização incompleta. (SANTOS; SILVEIRA, 2005)

O Brasil arquipélago, portanto, se relacionava com uma lógica demandada do exterior, com diversas tentativas de formação de zonas econômicas e a criação de famílias e gerações de cidades (op cit.), distribuídas na faixa litorânea e pontos de ocupação humana, mais ou menos permanentes, no interior do território em formação.

Nesse contexto, as guerras justas buscaram legitimar a ação colonial de guerra contra os diversos povos indígenas, plantando ilhas interioranas de ocupação humana. Pautada em um modelo medieval criado durante as cruzadas para combater os infiéis mouros e que tornava a guerra moralmente aceitável para a igreja e opinião pública europeia, tal estratégia, além de buscar suprir mão-de-obra para as atividades econômicas, uma vez que “as atividades econômicas dos colonos eram movidas por numerosos plantéis de escravos índios, aprisionados em frequentes expedições para o sertão” (MONTEIRO, 1994, p.108); também limpava os sertões dos índios bravios e que retardavam o projeto de expansão territorial do império.

Assim, verificam-se diversos registros de expedições de apresamento no período, com despovoamento das terras indígenas originalmente ocupadas,

dizimação em massa em função de crises epidemiológicas e o início de uma grande mistura de etnias indígenas.

Como estratégia para a reprodução da força de trabalho, as expedições de apresamento mostravam-se eficazes, uma vez que distanciavam o índio de suas origens geográfica e social. De fato, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o apresamento representava a principal forma de criar, manter e até aumentar a população cativa, esboçando-se um forte paralelo com o papel exercido pelo tráfico de escravos africanos no mesmo período. (MONTEIRO, 1994, p.108)

A política de conversão dos índios manteve o objetivo maior da conquista de terras e homens (ARRUTI, 1995), os quais deveriam ser amansados e adestrados nas técnicas agrícolas por missionários (jesuítas, franciscanos, posteriormente capuchinhos e oratorianos). Reunidos em territórios exclusivos “normalmente uma légua em quadro” (op cit., p. 64), percebe-se que nesse momento histórico cria-se a base territorial para a mistura étnica dos Povos indígenas no Nordeste e na Bahia.

Parte desses aldeamentos indígenas foram doados pela Coroa Portuguesa às famílias aldeadas e, atualmente, uma expressiva parcela da população indígena recorre à memória e registros orais de seu povo para regularização da TI e desintrusão de não índios do local, como por exemplo, entre os Kiriri de Banzaê e os Pankararé de Glória.

Data de meados do século XVII os primeiros aldeamentos jesuítas no Vale Sanfranciscano, no entanto, as tentativas tornaram-se infrutíferas pois o Rio São Francisco foi o principal vetor de povoamento dos sertões, e o ataque aos aldeamentos era rotineiro nesta época, uma vez que “preferencialmente, os colonos atacavam as populações indígenas ligadas às missões jesuíticas, pois estes já se mostravam habituados à rotina e aos valores da cultura ocidental.” (SOUSA, 2014)

Tal política de conversão criou, em parte, a base para as emergências étnicas que se verificaram a partir do início do século XX, na medida em que reuniram contingentes populacionais indígenas de várias etnias, favorecendo o casamento entre povos diversos, e também criou novas bases territoriais, ainda que nas mesmas estes povos permanecessem tutelados às ordens religiosas.

No final do século XVIII entra em ação a terceira política indigenista, com a clara proposta de entender os povos indígenas como residuais e fadados a assimilação pela sociedade nacional.

Em função das disputas entre jesuítas e fazendeiros de um lado [...] e das tentativas de reordenar as formas econômicas na colônia de outro [...] é retirado o poder temporal dos missionários sobre os aldeamentos, em 1755. [...] Em 1758 ordena-se a transformação dos aldeamentos em vilas [...] e em 1775, passa-se a incentivar os casamentos mistos [...] (ARRUTI, 1995, p. 65).

Oliveira (1993) destaca que a política da mistura étnica objetiva a assimilação física e cultural dos índios, homogeneizando a população, através de casamentos entre índios e não-índios. Para acelerar o processo de aculturação indígena, a administração pombalina⁶ incentiva e orienta a ocupação não-indígena dos aldeamentos (ARRUTI, 1995), originando, a partir de então a presença de não-índios nos territórios atualmente contestados pelos índios.

A bibliografia histórica sobre os índios nos primeiros séculos reflete o preconceito contra esses povos e percebe-se uma clara política de silenciamento de sua história de luta e permanência na contramão dos processos hegemônicos coloniais.

Monteiro (1994), pesquisando as diversas estratégias que os grupos indígenas desenvolveram ao longo dos séculos buscando reverter o quadro opressivo no Brasil colônia, exemplifica o movimento de resistência, o qual se desdobrou em movimentos de protestos e resistência e na estratégia considerada pelo autor como a mais eficaz e que “residia na fuga coletiva e na reconstituição da sociedade em regiões além do alcance dos sertanistas brancos e mestiços” (MONTEIRO, 1994, p. 115).

Apesar dos povos indígenas não terem permanecido passivos ao longo de séculos de violência, o final do século XIX assiste a mais um capítulo de esbulho de seus territórios residuais, principalmente no Nordeste. Cunha

⁶ No período de 1750 a 1777 Marques de Pombal exerceu o cargo de primeiro-ministro em Portugal e das inúmeras medidas administrativas relacionadas ao Brasil – principal colônia portuguesa – pode ser citada a expulsão dos jesuítas da metrópole e de suas colônias, por considera-los o principal obstáculo ao desenvolvimento de Portugal. Para Salles e Salles (2013, p. 196) essa medida marca o “fim de uma política indigenista que durou mais de dois séculos e que tinha nos missionários, sobretudo os jesuítas, seus principais representantes”. Os aldeamentos são transformados em vilas com a aplicação de uma política assimilacionista dos povos indígenas.

(2012) ressalta que com a Lei de Terras (1850) parte das vilas indígenas nordestinas (outrora aldeamentos) fora incorporada às terras do Estado por se constatar que restavam poucos índios, os demais já integrados à população local.

Nesse sentido, Arruti (1995, p. 66) sintetiza as políticas de extermínio dos povos indígenas no país:

Depois de quebrada a resistência militar dos indígenas e de serem eles introduzidos na lógica colonial pelas missões, era possível partir para sua mestiçagem, estratégia mais eficaz de encaminhá-los ao desaparecimento. Nesse último momento, vale ressaltar, os argumentos já não eram apenas de caráter fundiário, em que se acusava a presença de poucos índios para redução ou agrupamento de aldeias, mas de caráter comportamental, onde se avaliava se aquelas populações continuavam aparentando ou não serem indígenas, depois de toda uma longa política de conversão e mistura; se elas continuavam ou não realizando suas tradições, depois de serem tantas vezes reprimidas pelos poderes locais.

Nesse jogo de forças onde de um lado, as políticas voltadas para a “proteção do índio” com a visão da transitoriedade de tal condição, e, do outro com os movimentos de resistência indígena e organização dos povos, o início do século XX assiste a um paulatino “ressurgimento” dos grupos étnicos, denominado por Barth (1969) de etnogênese e que será tratado a seguir.

3 REAFIRMAÇÃO ÉTNICA, AFIRMAÇÃO TERRITORIAL

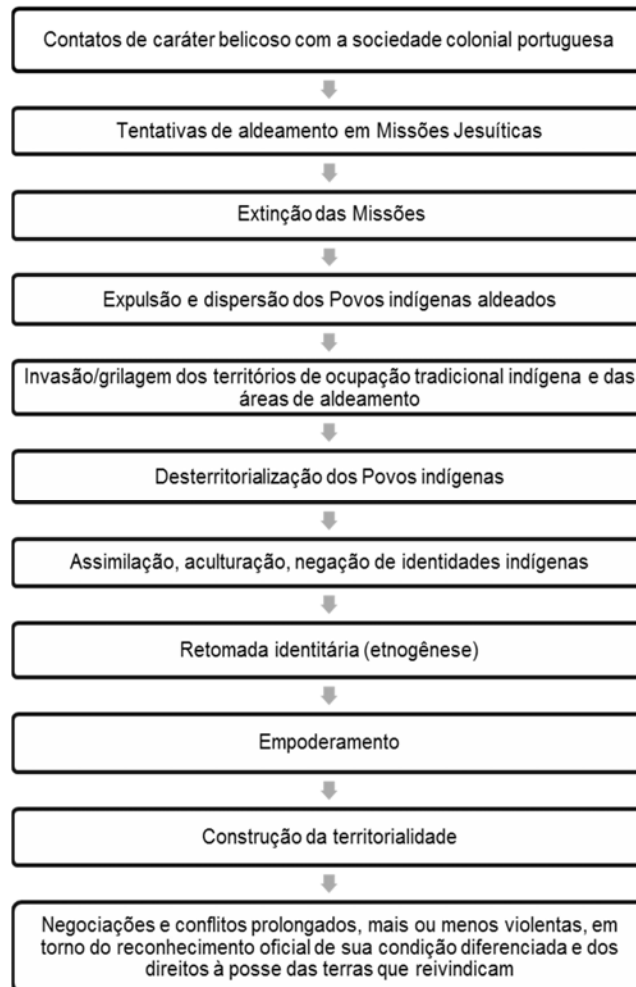
O perfil socioeconômico de parcela significativa dos povos indígenas na Bahia, agrupados em reservas indígenas ou não, pouco se distinguem da população sertaneja de baixa renda (IBGE, 2012): vivem parcialmente de subsídios governamentais, possuem escolarização incompleta, se dedicam a atividades econômicas do setor primário com nível precário de mecanização e utilização de insumos, com baixo rendimento, consumo familiar da produção e venda do excedente. Além desses aspectos, foram historicamente aculturados e perderam total ou parcialmente o conhecimento de sua língua original.

Assim, as lutas e conflitos pela posse definitiva da terra (delimitação, declaração e homologação das reservas indígenas) inicialmente se confunde com outros movimentos sociais (Movimento dos Sem Terra, por exemplo) em busca do território mínimo (HAESBAERT, 2011), que garanta a manutenção material e a reprodução de seu modo de vida.

Um marco para o movimento indígena, como já foi mencionado, é a Constituição Federal de 1988, que apresentou avanços no reconhecimento dos povos indígenas, o que fortaleceu a organização de diversas etnias em prol da posse definitiva das terras historicamente ocupadas, ou acesso a novas terras.

Após séculos de tentativas de anulação cultural desses povos, observa-se uma retomada identitária, também denominada por Goldstein (1975 *apud* OLIVEIRA, 2006) de etnogênese, onde “a descontinuidade que instaura os povos indígenas não é uma consequência de uma diferença cultural, mas sim uma produção da instância política, calcada em fatores históricos”. Pode-se sintetizar tal percurso dos povos indígenas da Bahia através do esquema apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Síntese da geohistória dos povos indígenas no Nordeste



Fonte: Adaptado a partir da bibliografia pesquisada, 2013.

A questão da identidade tratada por Barth (1969 *apud* OLIVEIRA, 1993), também ressalta a natureza política da mesma. Para o autor, um grupo étnico não é assim designado por sua base cultural, dado que a cultura tem uma dinâmica têmporo-espacial; e sim pelos critérios que considera válidos e, que geram o sentimento de pertencimento pelos integrantes do grupo étnico.

Complementando, Arruti (2006, p. 51) afirma que a etnogênese envolve a construção de uma “autoconsciência e identidade coletiva contra uma ação de desrespeito com vistas ao reconhecimento e à conquista de objetivos coletivos”, neste caso, o objetivo fundamental dos povos indígenas é o direito aos territórios historicamente ocupados ou a novos territórios.

Tal retomada identitária não ocorre de modo homogêneo entre todos os povos indígenas, ainda que é possível observar percursos similares sendo tomados e aplicados a situações particulares, que envolvem cada grupo social.

Arruti (1995) faz referência a uma importante associação entre índios Fulni-ô e um órgão público apresentando a tese da construção de uma rede de emergências étnicas a partir de então. Vale retomar o ponto de que a grande dificuldade dos povos indígenas nordestinos serem reconhecidos como tais, ocorre em função da grande miscigenação. As políticas do início do século XX traziam o entendimento do índio dentro de padrões culturais diferenciados do restante da sociedade brasileira.

Os Fulni-ô, ao recorrerem ao então Serviço de Proteção ao Índio (SPI) - em operação entre 1910 e 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai) – garantiram a demarcação de suas terras, por manterem os sinais diacríticos que os diferenciavam em relação a população regional: mantinham a língua original e preservavam grande parte de suas tradições religiosas, com manifestações espirituais vetadas para os de fora.

Com essa vitória, outros grupos étnicos recorreram ao SPI e também conseguiram a demarcação de seu território. Esse movimento original teve repercussões em rede que tendem ao regional, na visão do autor (*op cit.*).

Diversos percursos revelam a ressignificação do universo simbólico e cultural pelos diversos povos indígenas, como, por exemplo, a prática ritualística do Toré, o qual representa uma das manifestações de um conjunto

de crenças e práticas religiosas denominadas complexo ritual da jurema. Nascimento (1994, p.08) sinaliza a importância e funcionalidade de tal prática ritualística na “estruturação do grupo étnico, enquanto forma de organização política de seus agentes”.

Atualmente o Toré é realizado por todos os povos indígenas da Bahia, ainda que cada grupo o faça de acordo com suas tradições, podendo executá-lo de acordo com os ritos antigos, como é o caso dos Pankararu Entre Serras sob a liderança da Cacique Ilda (pesquisa de campo, 18 – 21 abril de 2015); ou por empréstimo de outros grupos étnicos, tais como os Kiriri de Mirandela (Banzaê), que reaprenderam a prática dos Tuxá de Rodelas em meados da década de 1970.

Como grupos étnicos que passaram por processos de aculturação durante séculos, as práticas ritualísticas retomadas, mesmo que distintas das praticadas ancestralmente, remetem a um passado comum, fortalecendo o “ser índio” e favorecendo um reconhecimento social, incluindo o Estado, de seus direitos inalienáveis sobretudo pela posse definitiva dos territórios historicamente ocupados ou de novos territórios pleiteados.

Tal retomada identitária leva ao empoderamento dos povos indígenas, fortalecendo o movimento indígena no país. O mesmo está relacionado com o desenvolvimento da consciência social e capacidade de participação em espaços privilegiados de decisões em prol da conquista dos direitos sociais, possibilitando a superação da “dependência social e dominação política” (PEREIRA, 2006).

O movimento indígena já abordado em texto clássico de Darcy Ribeiro (1979) faz referência aos “movimentos de afirmação de singularidades étnicas orgulhosas de si mesmas” (RIBEIRO, 1979, p. 596), apontando a abrangência deste em todo mundo, e a reivindicação do “comando autônomo de seu destino” (op cit), o qual só é possível com uma base material de sustentação ao arcabouço ideológico, étnico e cultural, que é o território.

4 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE TERRITÓRIO ENQUANTO BASE MATERIAL DOS POVOS TRADICIONAIS

“Produto e produtor de identidade, o território não é apenas um “ter”, mediador de relações de poder (político-econômico) onde o domínio sobre parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível. O território compõe também o “ser” de cada grupo social [...]”
(HAESBAERT, 1999, p. 185-186)

O território, aqui entendido como “relações sociais projetadas nos espaços” (SOUZA, 2006, p. 87), mais do que substrato material capaz de garantir a organização e (re)produção espacial, precisa ser analisado por sua natureza simbólica, sua apropriação, onde se manifestam as marcas do vivido, daquilo que foi e é (re)significado por um ou mais grupos sociais.

O sentido de território para as comunidades tradicionais reveste-se de forte carga simbólica, impregnado do sentido de identidade, pois, como afirma Santos (1999, p. 08)

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Silva (2004, p. 07) ao pesquisar questões territoriais do Povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios – AL, conclui que território e povo indígena não podem ser dissociados, sendo o primeiro a “própria identificação enquanto povo, enquanto essência de ser e existir no mundo”, e a sua utilização constrói a identidade do grupo étnico.

Assim posto, a identidade dos povos indígenas, cunhada com signos, referências e influências resgatadas da memória oral de cada povo, ou tomada de empréstimo de outros grupos próximos, seus “parentes”⁷, é uma identidade territorial, ou seja, uma “identidade social definida fundamentalmente através do território” (HAESBAERT, 1999, p. 172), em uma relação de apropriação tanto ideológica como concreta, onde o espaço geográfico apropriado, feito território, torna-se premissa para a identificação social (op cit).

⁷ No movimento indígena, os índios se referem aos “parentes” como os outros índios que não aqueles de sua comunidade étnica, mas que constituem parte dos Povos Indígenas do Brasil, participantes do movimento indígena em prol dos direitos indígenas.

A noção de apropriação, de uso do território foi discutido por Haesbaert, resgatando a análise de Lefebvre (1986 apud HAESBAERT, 2004) sobre o “espaço feito território” e a sua dupla conotação: enquanto substrato material em uma dimensão puramente material, funcional (valor de troca) e outra, simbólica (valor de uso), onde se registram as marcas do vivido, daquilo que foi e é resignificado por um ou mais grupos sociais.

A categoria território traz em sua acepção outra categoria, de uso corrente nas ciências políticas e sociais. Trata-se da categoria poder, apropriado na análise territorial não apenas como o tradicional poder político, abordado pela Geografia Política enquanto mecanismo engendrado no interior do Estado-Nacional como garantia de manutenção de sua base física, de suas fronteiras.

O poder, no sentido mais concreto está afeito a dominação (o aproxima poder de território em seu verbete latino – *territorium*, cujo significado indica uma porção de terra apropriada), trazendo em seu bojo a ideia de dominação – poder do Estado; interdição – controle territorial e demarcação – fronteiras dos Estados Nacionais (RAFFESTIN, 1993).

Em um sentido simbólico, que importa na presente reflexão, o poder está afeito a apropriação, ao valor de uso, enquanto que em um sentido mais concreto e funcional, ao valor de troca, de dominação, conforme destaca Lefebvre (1986 apud HAESBAERT, 2005, p. 6775)

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.

Essa discussão tem especial relevância na presente investigação na medida em que questões territoriais pesquisadas junto a segmentos tradicionais da sociedade só podem ser suficientemente apreendidas através da noção de espaço-tempo vivido numa perspectiva múltipla, diversa e complexa de território (HAESBAERT, 2005, 2006, 2011), o que se distingue de uma perspectiva reducionista e unifuncional de análise territorial, afeita a

escola clássica da Geografia Política, e que interessa sobretudo a lógica capitalista hegemônica e seus propósitos de reprodução material.

Ao se considerar o território em sua dimensão simbólica (valor de uso), opõe-se à lógica territorial dominante, em uma sociedade globalmente mercantilizada, onde a “primazia das relações e valores sociais está vinculada à acumulação de capital” (HAESBAERT, 1999, p. 170).

As sociedades tradicionais vivenciam um território multifuncional, através de uma noção de espaço-tempo vivido, como já dito, numa perspectiva múltipla, diversa e complexa. A perspectiva da complexidade pode ser compreendida na contribuição de Morin (2005) o qual assevera que “é preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto” (MORIN, 2005, p. 85).

5 CACIQUES MULHERES E PERCEÇÃO TERRITORIAL: TERRITORIALIDADES EM CONSTRUÇÃO

Os reordenamentos territoriais indígenas em curso no Vale Sanfranciscano, assim como os demais, não apenas na Bahia ou Nordeste, mas em todo território brasileiro, são continuamente engendrados pelo tensionamento estabelecido entre o Estado e seus interesses e aqueles que se manifestam por segmentos da população que tiveram suas histórias, culturas e geografias negadas em um processo colonizador hegemônico.

A análise geográfica desses reordenamentos pode ser melhor realizada através da utilização da categoria territorialidade, dado o seu duplo caráter material e simbólico. Nesse sentido a contribuição de Raffestin (1993) auxilia na delimitação do fenômeno em questão porque entende a territorialidade como a emergência de um sistema tridimensional que envolve sociedade, espaço e tempo, com o objetivo de emergência de formas autônomas de apropriação espacial, considerando as limitações do próprio sistema.

Souza (2006) traz também uma interessante contribuição no entendimento da territorialidade ao enfatizar a mesma enquanto território apropriado – com seus atributos naturais e socialmente construído – o qual

gera raízes e identidade, não sendo possível compreender as características socioculturais do grupo sem vincular as mesmas aos atributos do território (SOUZA, 2006).

A compreensão da territorialidade tendo como premissa a apropriação territorial (material e simbólica), possui uma base biológica, sendo cunhada originalmente por Howard (RAFFESTIN, 1993) referindo-se ao comportamento de determinadas espécies em seus habitats, onde um indivíduo de um grupo delimita uma área com fins de garantir suas funções vitais – abrigo, alimentação e reprodução.

Ora, no campo da Geografia o conceito extrapola a simples relação indivíduo-território, pois considera a interação social como estruturante das espacialidades sociais (SOUZA, 2006). E tais estruturações são possíveis quando ocorre de fato o empoderamento do grupo social, o qual só poderá ser considerado legítimo, quando as relações entre os sujeitos que atuam no território, com interesses determinados, não forem baseadas na dominação e na coerção.

Sack (1983, p.56), ao conceituar a territorialidade humana, afirma que a mesma configura-se como *“the attempt by an individual or group to influence, affect, or control objects, people, and relationships by delimiting and asserting control over a geographic area. This area is the territory”*.

Para o autor (op cit) a territorialidade, derivada do território e acrescida das dimensões política, econômica e culturais, é uma estratégia *“to create and maintain much of the geographical context through which we experience the world and endow with meaning”*. (op cit, p. 63)

Esse “experimentar o mundo” se relaciona com uma perspectiva contemporânea de poder que, segundo Johnson (1997) deve ser entendido como *power-to* (poder-de), distinto de dominação ou subordinação, característica do poder-sobre, o qual hierarquiza as relações de poder, com o uso justificável da violência.

O “poder-sobre” focaliza a competição, já o “poder-de” destaca o potencial de cooperação, colaboração, consenso e igualdade que emerge do grupo social. Tal perspectiva emancipatória do poder concorre para a

compreensão dos processos de empoderamento emergentes e que, por sua vez, constituem-se como condição para construção da territorialidade.

O empoderamento é compreendido por Perkins e Zimmerman (1995 *apud* HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 485) como “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”.

Horochovski e Meirelles (2007) indicam que tal definição se aproxima da noção de autonomia na medida em que indivíduos e comunidades responsáveis controlam suas vidas, participando “[...] democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos [compreendendo] criticamente seu ambiente” (op. cit., p. 485).

Para Wallerstein e Bernstein, (1994 *apud* BAQUERO, 2012) o empoderamento pode se dar em três níveis: individual, quando ocorre mudanças comportamentais; organizacional, quando determinada organização busca participativamente oportunidades e recursos; e em nível comunitário, quando estão em foco mudanças sociais e a estrutura social e política.

Tais níveis correlacionam-se entre si na medida em que se percebe que em uma comunidade, ao emergir processos de conscientização de sua realidade material e cultural busca organizar-se politicamente, em prol da efetivação daquilo considerado necessário pelo grupo, o que terá um rebatimento sobre o indivíduo, com possíveis mudanças comportamentais.

Baquero em revisão bibliográfica através de Zimmerman (2007, *apud* BAQUERO, 2012) aponta que o empoderamento pessoal se dá em um processo contínuo entre o fortalecimento intrapessoal (autoestima, experiências significativas) e o interpessoal, imbricado com os níveis organizacional e comunitário, na medida em que é relacional, “resultando da percepção que os sujeitos têm de/em suas interações com ambientes e pessoas” (op. cit., p. 177).

Tais interações se manifestam em redes de sociabilidade, as quais permitem a construção de referenciais com os quais o sujeito e grupos sociais ordenam o mundo.

Nessa perspectiva, emergem as lideranças femininas nas comunidades indígenas empoderadas na condição de caciques, função que, no Brasil, há menos de 50 anos era exercida exclusivamente por homens.

Castells (2008) pontua o empoderamento feminino como resultante da sociedade em rede e um marco incontestável da ascensão do protagonismo feminino, resultante das novas formas de interações sociais características do atual período histórico.

No que tange a maior participação feminina entre populações indígenas, deve-se tomar os devidos cuidados quanto a compreensão da atuação dessas mulheres no contexto do movimento feminista.

Matos (2010), ao discorrer sobre a evolução histórica do movimento feminista explicita que a inclusão de uma diversidade identitária e étnica ("diferenças intragênero") é característica da "terceira onda" do feminismo⁸, a partir dos anos 1990, onde se critica o movimento centrado na perspectiva da mulher branca.

No Brasil essa terceira fase do movimento coincide com o processo de redemocratização brasileira e a vigorosa participação das mulheres no movimento indígena, em torno da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

Justamente nesse período, onde também intensifica-se o movimento indígena, emerge a presença da mulher indígena em um contexto social mais amplo. Inicialmente, a sua participação fora de um contexto restrito a esfera doméstica ocorreu com o objetivo de "apoiar o movimento [indígena] dos homens" (MATOS, 2012, p. 141) e a sua atuação de forma secundarizada, com atividades de suporte tais como cozinha comunitária e outras atividades domésticas (op cit).

Nesse contexto de trocas coletivas, Matos (2012, p. 148), em pesquisa sobre a participação de mulheres da Amazônia Legal em movimentos indígenas, destaca que elas tiveram a "oportunidade de circular nos ambientes

⁸ Resumidamente, a primeira onda do feminismo – que teve início no final do século XIX e se estendeu pelas três primeiras décadas do século XX – se caracteriza pela luta pelos direitos políticos, incluindo o direito ao voto, e a segunda onda – entre as décadas de 1960 e 1980 – tem como marca a "luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer" (MATOS, 2010, p. 68)

coletivos dos encontros e vivenciar experiências intergrupais e pluriétnicas, o que lhes permitiu ampliar suas perspectivas sociais e políticas de participação tanto na aldeia como no campo do indigenismo”; criando e fortalecendo, a partir de então associações que inicialmente trabalharam com demandas gerais do movimento e posteriormente com aquelas específicas, tais como sexualidade e saúde reprodutiva, violência doméstica, entre outras.

Nas comunidades indígenas investigadas do Vale Sanfranciscano no Estado da Bahia, existem especificidades que podem indicar um caminho para compreensão da quantidade e importância das caciques mulheres em tais comunidades. A com maior tempo de liderança como Cacique é a Sra. Maria Kiriri, perfazendo 26 anos de cacicado (entrevista direta, 2015), ou seja, desde 1989, um ano após a promulgação da nova Constituição brasileira, em um momento histórico onde as mulheres indígenas do norte do país estavam amadurecendo sua atuação no movimento indígena.

A primeira especificidade, já tratada nesse texto, refere-se ao fato de que no Nordeste as relações dos povos indígenas com a sociedade não índia remonta o próprio processo de formação e consolidação do território brasileiro, com forte carga de aculturação sobre os primeiros, portanto, as trocas e amálgama com a cultura e sociedade envolvente favoreceram outras construções e representações de gênero com reestruturações dos papéis para homens e mulheres.

Há de se refletir, também, sobre as políticas de ordenamento territorial no Vale Sanfranciscano, principalmente a partir da segunda metade do século XX, entre elas se destacam as relacionadas ao reassentamento de diversos grupos sociais, tais como sem-terra, índios, quilombolas e ex-barrageiros. Observa-se que o modelo de desenvolvimento territorial na região do médio e submédio São Francisco, com formas de acesso à terra através de projetos de reforma agrária, de crédito fundiário, de delimitação de terras quilombolas e indígenas (OLALDE, OLIVEIRA, GERMANI, 2007) vem valorizando as terras da região, com a implantação de projetos de irrigação e outros incentivos de ação governamental desde a década de 1970, o que tem densificado o espaço com objetos técnicos voltados sobretudo para uma agricultura irrigada direcionada a exportação.

Aos grupos familiares de pequenas propriedades, os povos tradicionais reterritorializados, cabe o questionamento sobre os processos de territorialização em curso, pois, como indica Haesbaert (2011), a mesma pode se dar de forma precária, incluindo aí processos de desterritorialização na mobilidade e também na imobilidade, esta última ocorrendo quando, apesar do acesso a terra, não se tem acesso a infraestrutura, instrumentalização técnica e insumos necessários para se garantir a subsistência e reprodução física e cultural no novo território.

Esse processo de engessamento, denominado por Martins (1997) de inclusão social precária ou territorialização perversa, demonstra que mesmo com acesso garantido a terra, a mesma não basta, pois existe aí uma contradição envolvendo o território e “vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes” (op. cit, p. 15).

Se, de um lado a intensificação da presença dos capitais especulativos acentuou a precarização das condições de sobrevivência dos grupos sociais menos favorecidos, por outro lado adensou os movimentos sociais de base, com a presença e apoio da Pastoral da Terra e de Organizações Não Governamentais (ONG). Para o historiador Renaldo Pereira, de Ibotirama, a Pastoral da Terra atua há décadas na região e é notória e antiga a participação ativa de lideranças femininas nos movimentos populares apoiados pela mesma (entrevista direta, 2015).

Portanto, os povos indígenas reterritorializados no Vale Sanfranciscano convivem há décadas com a presença de lideranças mulheres não índias, sendo essa uma prática socialmente já incorporada na cultura regional.

Uma outra especificidade a ser registrada é a emergência de novos grupos étnicos e o aumento do número de territórios indígenas⁹, os quais demandam o surgimento de novas lideranças nas comunidades localizadas no Vale. Arruti em 1995 apontou a presença de 23 etnias no Nordeste. Dados de

⁹ A maior quantidade de territórios não tem relação direta com a regularização fundiária dos mesmos. Várias Terras Indígenas (TI) continuam aguardando homologação, que é realizada pela presidência da república. Segundo relatório do Conselho Missionário Indigenista (2015, p. 45), a atual gestão presidencial foi a que menos procedeu a regularização fundiária desde o fim da ditadura militar, com um média anual de 2,7 homologações, contra a média de 10 homologações de seu antecessor. A maior média anual é verificada no período de 1991 a 1992, com 56 homologações/ano.

2012 (IBGE, 2012) apontam 12 etnias¹⁰ somente no médio e submédio cursos do Vale Sanfranciscano no Estado da Bahia.

Essa nova configuração socioespacial demanda a presença de lideranças a frente de cada comunidade, não sendo possível se fixar em modelos tradicionais (somente lideranças masculinas) quando para além das questões de gênero tais grupos estão mais ocupados em lutar por demandas de sobrevivência imediata e reprodução de seu modo de vida, tais como acesso à terra, saúde, educação, geração de renda e o direito de serem cidadãos diferenciados perante o Estado brasileiro (MATOS, 2012).

Em 13 das 19 TI localizadas na área de estudo existe uma cacique mulher, e na TI Brejo do Burgo, localizada entre os limites de Rodelas, Glória e Paulo Afonso, dos 6 caciques da comunidade, 2 são mulheres.

Além desse cargo, existem também outros importantes na manutenção física, cultural e espiritual da comunidade: são os de pajé e rezadeira, na ausência da última, o pajé também realiza essa função. Outros cargos importantes na estrutura social e manutenção material dessas TI são os de agente de saúde, e aqueles relacionados às unidades escolares (gestores, professores).

O cargo de cacique é de fundamental importância em uma TI pois realiza a interlocução entre a comunidade e a sociedade envolvente. Quando um(a) cacique é escolhido(a) por sua comunidade, o escritório regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é comunicado, pois cada cacique é responsável por um quantitativo de famílias, também cadastradas na FUNAI e outros órgãos tais como secretaria de saúde.

A Cacique Maria Kiriri explicita a importância desse cargo em uma TI:

“Cada um tem sua função. A minha função é organizar a comunidade, é correr atrás de projetos, participar de reuniões fora, cuidar da comunidade [e] do bem estar dos índios. Essa é a função do cacique. Manter a comunidade unida e organizada” (Entrevista direta, 2015)

¹⁰ Esse somatório refere-se apenas aos grupos étnicos e não a quantidade de Terras Indígenas (TI). Uma TI pode agrupar ou não mais de uma etnia, não existindo um padrão pré-fixado na organização desses grupos étnicos. Etnias presentes nas TI do Vale Sanfranciscano, BA: Atikum, Ava-Canoeiro, Kantaruré, Kiriri, Neo Pankararé, Pankarú, Tumbalalá, Truká, Truká Tupan, Tuxá, Pankararé, Xucuru-Kariri.

A mesma ressalta que a escolha de um novo cacique é feita pela comunidade e que no caso dela foi diferente, pois quando se deslocaram da TI de origem, em Banzaê, o então cacique, pai de Maria Kiriri, era responsável por 40 famílias. Na nova TI (TI Barra, em Muquém de São Francisco), havendo a necessidade de se passar o cargo, ela foi escolhida entre os nove irmãos, atribuindo ao fato, a sabedoria interna, sendo “iluminada não só por Deus mas também pelos [...] mestres Encantados que me ajudam e a minha comunidade”. (Entrevista direta, 2015)

Ressalta também o voluntariado do cargo, destinado a “servir a comunidade”. (op cit.) e tem a percepção de sua importância no desenvolvimento da territorialidade: “eu percebo que sou uma pessoa muito importante porque tudo o que eu corro atrás para eles eu consigo isso para mim é glória, vitória”. (op cit)

Nessa TI, a comunidade já dispõe de “duas escolas de ensino fundamental, centro de formação digital e posto médico [...] e todas as casas (de alvenaria) possuem energia elétrica” (SOUZA; COSTA, 2015, p. 38).

Os elementos imateriais que compõem o espaço geográfico e que são fundantes na construção de territorialidades não passam despercebidos pela cacique. Uma das pautas reivindicatórias junto a Secretaria Estadual de Educação é a contratação de um professor de tupi-guarani nas escolas da TI, pois os últimos falantes da língua original de seu povo morreram durante a Guerra de Canudos, no século XIX. (op cit.)

A comunidade sempre realiza o Toré; o artesanato Kiriri também é confeccionado e ensinado aos mais jovens e, nas reuniões do movimento indígena, o mesmo é levado para ser exposto e comercializado.

Na TI Truká Tupan (Paulo Afonso), sob a liderança da Cacique Maria Erineide, que há 09 anos levou as famílias lideradas para a terra que hoje territorializam, o visitante, ao chegar, é logo encaminhado a Oca Central (Figura 2), no meio da aldeia - única construção feita com adobão (as demais edificações, incluindo a escola e casas, são construídas de pau-a-pique) - onde assiste ao Toré, com a presença de todos os índios que, ao término da dança e cantoria, se apresentam individualmente, falando o seu nome seguido do sobrenome indicativo de sua etnia e sua função na comunidade.

Figura 2: Oca Central, Terra Indígena Truká Tupan, Paulo Afonso, BA.



Fonte: Gisele Costa. 21 abril 2015.

A Cacique Senhora (Maria Vicentina, da TI Pankararé, município de Glória), exercendo o cargo de cacique há seis anos - apesar da comunidade requerer a sua presença desde 1987, pleito que não foi aceito pela mesma, pois na época “tinha que criar os filhos e lidar com a terra” (Entrevista direta, 2015) – afirma com tranquilidade ser uma boa cacique e desempenhar bem as suas funções ao refletir que “o meu povo me obedece e eu obedeço meu povo” (op cit.)

Todas as caciques entrevistadas afirmam não haver diferenças no tratamento entre caciques homens e mulheres, tanto dentro das comunidades como em contato com outras instâncias da sociedade, inclusive durante os encontros do movimento indígena onde as trocas interétnicas e intergrupais são intensas. Somente uma das entrevistadas relatou que logo que foi eleita por sua comunidade um dos participantes da plenária demonstrou estranhamento pelo fato de se estar elegendo uma mulher para o cargo de cacique. No entanto, segundo relato da entrevistada, tempos depois a mesma pessoa a procurou para elogiar a sua gestão na TI.

Durante as entrevistas, quando questionadas sobre o seu papel como cacique mulher no desenvolvimento de sua comunidade, termos como “fortes” e “guerreiras” foram recorrentes nos discursos, apontando uma boa autopercepção sobre seu cacicado. Como afirma a Cacique Nininha

(Rosineide, da TI Pankararé no município de Rodelas), “[...] eu faço as coisas que são as certas a fazer e eu me acho muito importante nesse papel e eles [a comunidade] também reconhecem o meu papel” (Entrevista direta, 2015).

As entrevistadas (39% das caciques da área abrangida pelo estudo) apontam questões gerais do movimento indígena (regularização fundiária, acesso a saúde, educação diferenciada) como prioritárias em sua gestão, sem enfatizar questões específicas de gênero em sua pauta de atuação. Afirmam que o movimento é um só, envolvendo homens e mulheres sem distinção. Não se percebe nessas lideranças, portanto, um “discurso e uma prática política a partir de uma perspectiva de gênero” (SACCHI, 2003).

A Cacique Maria Kiriri relata que participa do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI) sediada em Brasília, mas que em 2015 não foi a nenhuma reunião devido as demandas em sua comunidade e a agenda de viagens para atender a tais demandas.

Isso não quer dizer, no entanto, que tais demandas não existam no âmbito das TI e que outras lideranças femininas não estejam buscando dialogar dentro e fora de suas comunidades a partir de uma perspectiva de gênero. A Sra. Patricia Atikum, da TI Pankararé em Glória, exerce um cargo de liderança na área de educação e criou coletivamente a Organização de Mulheres Indígenas Pankararé (OMIPA), com a participação de cinco mulheres que buscam, dentre outros objetivos, o fortalecimento da cultura indígena e a maior participação feminina nas esferas decisórias do movimento indígena (Entrevista direta, 2015).

Sacchi (2003) ao discutir a categoria empoderamento em uma perspectiva da mulher indígena, traz a contribuição de Moser (1991 apud SACCHI, 2003) que, ao tratar a relação entre poder e desenvolvimento indica a necessidade de aumento da autoconfiança e o controle sobre os recursos materiais e não materiais fundamentais. Transpondo essa discussão para o campo da Geografia, reafirma-se através desse discurso o empoderamento como premissa para construção de territorialidades.

A liderança da comunidade tem papel fundamental no empoderamento comunitário, aglutinando as energias criativas em prol de tal construção. Nas TI já visitadas, percebe-se que as territorialidades em construção são fruto de

todo o esforço coletivo sob a liderança da cacique. Grande parte desses grupos, inicialmente desterritorializados em razão da seca, fome, e falta de condições mínimas de sobrevivência, buscaram novos territórios no Vale Sanfranciscano na tentativa de condições mais dignas de vida.

Como comunidades tradicionais que dependem diretamente do território e das territorialidades construídas como meio de sua manutenção física, cultural e espiritual, desenvolvem uma identidade espacial que se manifesta como um sentimento de pertencimento ao “chão em que vivem”, o que transparece no discurso das entrevistadas: “Vida. Ele [índio] sem terra não é ninguém, se sente um peixe fora d’água. [Terra] é vida, é saúde, é tudo!”¹¹ (Cacique Maria Kiriri. Entrevista direta, 2015).

Igualmente a cacique Nininha assim se pronunciou:

“Para os povos indígenas a terra é tudo, como é que a gente vai viver porque a gente vive da terra, vive plantando, vive da roça e, se a gente não tiver a terra como é que a gente vai sobreviver? A terra é tudo” (Cacique Nininha Pankararé. Entrevista direta, 2015).

Essa relação de pertencimento também conceituada como “topofilia” por Tuan (1980), indica o elo afetivo que se manifesta no indivíduo em relação a um lugar. Além de tal relação fica evidenciado que a territorialidade, como um comportamento humano espacial revela-se como uma estratégia para acesso e controle sobre os recursos do território (SACK, 1983); e, na busca por formas e ações cada vez mais autônomas na gestão de seus recursos, de seu território e de sua própria existência, as comunidades indígenas vem ao longo das décadas criando e experienciando novos modelos de liderança e gestão, ultrapassando a barreira de gênero e (re)escrevendo sua própria geografia e história.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto, fruto de uma pesquisa em andamento com dados não conclusivos, indica caminhos para compreensão da trajetória de mulheres indígenas caciques na construção de territorialidades em suas comunidades.

¹¹ Ao serem questionadas sobre a importância da terra (utilizada no sentido de território) para o povo indígena.

Os caminhos percorridos pelos povos indígenas são marcados pela resistência ao genocídio e políticas institucionais de assimilação cultural, que Ribeiro (1973, p. 599) sinaliza como sucessivas tentativas de forçar os “indígenas a abandonar a teimosia de serem indígenas”.

Em um processo de resistência ativa, os povos indígenas no Nordeste brasileiro, intensificam a retomada identitária principalmente a partir da década de 1970, com o (re)surgimento de grupos étnicos com o pleito, junto ao Estado brasileiro, de seus territórios tradicionalmente ocupados ou de novos territórios.

O movimento indígena é consolidado no final dos anos 1980, com a promulgação da nova Constituição, que pela primeira vez na história brasileira, ultrapassa a perspectiva assimilacionista e integracionista dos povos indígenas e reconhece os “direitos originários” sobre seus territórios.

Apesar dos avanços na Constituição, a demarcação e principalmente a regularização de terras indígenas vem ocorrendo com muita lentidão e estes povos permanecem em uma situação de vulnerabilidade socioespacial, o que se expressa em números: dos 60.120 indígenas no Estado da Bahia, 43.303 residem fora de TI, o que significa que apenas 28% dessa população está territorializada em uma TI (IBGE, 2012). Convém lembrar, no entanto, que parte dessas terras ainda não se encontram regularizadas, inúmeras vezes com a permanência de conflitos fundiários envolvendo índios e não índios. Em 2014, a Bahia ficou em segundo lugar no total de casos de violência contra a pessoa indígena (CIMI, 2015, p. 174).

Na busca persistente pelo “comando autônomo de seu destino” (RIBEIRO, 1973) emergem novas formas de organização social com o empoderamento de mulheres indígenas caciques, cargo tradicionalmente ocupado por homens na estrutura hierárquica indígena.

As caciques do Vale Sanfranciscano vem buscando a melhoria das condições materiais em seus territórios bem como a manutenção e fortalecimento da cultura indígena.

Ainda que não se tenham dados conclusivos, singularidades podem apontar caminhos para a compreensão da presença marcante de caciques mulheres no Vale, tais como as trocas culturais com a sociedade não índia que

remontam o período da colonização, com forte carga de aculturação não sendo possível, assim, o engessamento dos modelos tradicionais de gênero.

A política de ordenamento territorial pelo qual vem passando o Vale Sanfranciscano desde meados do século XX com rebatimentos no processo de (re)territorialização dos povos indígenas, favoreceu o adensamento dos movimentos sociais de base, com o apoio da Pastoral da Terra e com a participação ativa de lideranças femininas, redistribuindo, assim, os papéis para homens e mulheres, e tornando a presença feminina em cargos de liderança uma prática socialmente já incorporada na cultura regional.

Há ainda de se ressaltar a emergência de novos grupos étnicos e suas lutas pela demarcação de territórios o que demanda novas lideranças, não sendo possível se fixar em modelos tradicionais pautados na questão de gênero.

Tais especificidades aqui apontadas situam a presença marcante de caciques mulheres em um quadro geohistórico regional onde a sua atuação vem possibilitando a (re)construção de territorialidades pelos povos indígenas. Buscando a sustentabilidade socioeconômica como base para as demais conquistas, não se percebe no discurso das caciques, no entanto, uma pauta reivindicatória específica para a questão de gênero; ainda que esta não possa estar presente no cotidiano das comunidades.

As experiências políticas contemporâneas dessas caciques indicam um reposicionamento das mulheres no movimento indígena, contribuindo na sua complexificação, e trazendo o debate sobre a questão de gênero na atual fase do movimento indígena.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 57-94.

_____. Etnogêneses indígenas. In: Ricardo, B; Ricardo, F. (Orgs.). *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto socioambiental, 2006. p. 50-54.

BAINES, Stephen Grant. *Identidades Indígenas e ativismo político no Brasil: depois da constituição de 1988*. Série Antropologia, Vol. 418. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em : 22 jul. 2012.

BRASILEIRO, Sheila. O “caso Kiriri”. In: SANTO, M. A. do E. (Org.). *Política indigenista: leste e nordeste brasileiros*. Brasília: FUNAI, 2000. p. 79 – 86.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2014. Brasília: CIMI, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo : Claro Enigma, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169 – 190.

_____. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Conferência – setembro de 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf> . Acesso em 01 set. 2012.

_____. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20 a 26 de março de 2005, Universidade de São Paulo, Anais, São Paulo, p. 6774 – 6792.

_____. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 165 – 206.

_____. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: UFSC, 2007. p. 485 – 506.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LITTLE, Paul. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322. Brasília, 2002. p. 01 – 31. Disponível em: <<http://nute.ufsc.br/bibliotecas/uploads/paullittle.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. *Gênero e povos indígenas*. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ/ FUNAI, 2012. p. 140 – 171.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf>>. Acesso em 19 set. 2015.

MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *Índios no Brasil*. 2.e. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*: repensar a reforma, reformar o pensamento. 15 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

NASCIMENTO, Marco Tromboni de S. *O tronco da Jurema*: ritual e etnicidade entre os povos indígenas do nordeste: o caso Kiriri. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1994, 324 p.

_____. O povo indígena Kiriri. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs.). *A temática indígena na escola*: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995. p. 67 – 72.

OLALDE, Alicia Ruiz; OLIVEIRA, Gilca Garcia de; GERMANI, Guiomar Ines. Acesso à terra e desenvolvimento territorial no médio São Francisco. In: *XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 22 a 25 de julho de 2007, Universidade Estadual de Londrina, Apresentação Oral - Desenvolvimento territorial e ruralidade, Londrina, p. 01 – 17.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A viagem da volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas no nordeste. In: *PETI, Projeto Estudos sobre Terras Indígenas no Brasil*. Atlas das terras indígenas do Nordeste. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1993.

_____. Fronteiras étnicas e identidades emergentes. In: Ricardo, B; Ricardo, F. (Orgs.). *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto socioambiental, 2006. p. 477 – 479.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. O que é empoderamento (Empowerment). SaPlência: Informativo científico da FAPEPI. Junho de 2006, N. 08, Ano III. Teresina: Piauí. Disponível em <<http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>>. Acesso em 13 ago. 2012.

RAFFESTIN, CLaude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. Indigenato e campesinato. *Revista de Cultura Vozes*. Ano 73, Vol. LXXIII, N. 08, 1979. p. 589 – 602.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Revista Antropológicas*, ano 7, vol. 14 (1 e 2), p. 95 – 110. 2003. Disponível em:
<<http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/22/25>>. Acesso em 01 out. 2015.

SACK, Robert D. Human territoriality: a theory. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 73, No. 1, Mar., 1983, p. 55-74.

SALLES, Conceição G. Nóbrega L. de; SALLES, Sandro Guimarães de. Religião e políticas indigenistas no Nordeste colonial. 2013. *Revista de Teologia e Ciências da Religião*. v. 3, n. 1, dez. 2013. P. 185 – 205. Disponível em:
<<http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/download/299/277>>. Acesso em: 23 ago.2015.

SANTOS, Milton. 1999. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*. Ano. 1. N. 1. 1999. p. 07 – 13. Disponível em:
<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>>. Acesso em 03 nov. 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 7. ed. São Paulo: Record, 2005.

SILVA, Joseli Maria (Org.) *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade*. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. *A (des)territorialização do povo Xucuru-Kariri e o processo de demarcação das terras indígenas no município de Palmeira dos Índios – Alagoas*. Dissertação de Mestrado. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77 – 116.

SOUSA, Rainer. *Escravidão indígena*. Disponível em:
<<http://www.brasilecola.com/historiab/escravidao-indigena.htm>>. Acesso em 03 maio 2014.

SOUZA, Regina Celeste de Almeida; COSTA, Gisele das Chagas. *Bom Jesus da Lapa: caminhos da fé – rio São Francisco*. Salvador: Unifacs, 2015.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980

O ESTATUTO DA CIDADE E A NECESSIDADE DE APLICAÇÃO NO BAIXO SÃO FRANCISCO

Fábio da Silva Santos¹

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a lei do Estatuto da Cidade (Lei n. 10257/2001) e a necessidade de sua aplicação nas cidades que compõem o trecho do Baixo São Francisco. Busca-se destacar breves considerações históricas sobre o Planejamento Urbano no Brasil, e analisar o Plano Diretor como principal instrumento jurídico de Política Urbana. Enfatiza-se a relação entre o Estatuto da Cidade e a necessidade de sua aplicação no Baixo São Francisco.

Palavras-chave: Estatuto da Cidade; Planejamento Urbano; Plano Diretor; Baixo São Francisco.

THE CITY STATUTE AND ITS APPLICABILITY IN THE BAIXO SAO FRANCISCO

ABSTRACT

O this article aims to analyze the Statute of the City (Lei n. 10257/2001) and the need of its implementation in the cities comprising the stretch of Baixo São Francisco. The purpose is to highlight briefly some historical considerations over urban planning in Brazil and analyze the Master Plan as the main legal instrument of urban policy. Emphasizing the relationship between the City Statute and the need of its application in the Baixo São Francisco region.

Keywords: City Statute; Urban planning; Master Plan; Baixo São Francisco.

JEL: R52

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre o Estatuto da Cidade (Lei n. 10257/2001) tem ganhado destaque na contemporaneidade. Desde o debate sobre o Planejamento Urbano no Brasil, até os desdobramentos atuais relacionados aos estudos sobre o Plano Diretor e os demais instrumentos jurídicos de planejamento urbano. No presente estudo, busca-se enfatizar a importância do Estatuto da Cidade, bem como do Plano Diretor como principal instrumento jurídico de Planejamento Urbano, e sua necessidade de aplicação nas cidades integrantes do Baixo São Francisco.

¹ Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Especialista em Direito Público e em Docência do Ensino Superior. Professor da Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, campus Itabuna.
E-mail: fabiosantostdireito@gmail.com

O Município, na condição de ente autônomo gerido por um governo local, compõe a República Federativa do Brasil. Possui autonomia para dinamizar o seu planejamento urbano. A globalização e o contexto das cidades brasileiras têm apresentado um cenário caracterizado por uma série de problemas urbanos contemporâneos, ocorridos pela falta de efetivação e/ou não aplicabilidade devida dos instrumentos de política urbana. E tal situação atrelada às crises ambientais tem contribuído para uma desordem urbanística e para uma falta de políticas públicas eficazes para a organização territorial dos municípios.

O artigo tem como objetivo analisar o Estatuto da Cidade, numa perspectiva histórica do Planejamento Urbano no Brasil, destacando a importância da existência e aplicação dos Planos Diretores nas cidades que integram a região do Baixo São Francisco para a promoção do Desenvolvimento Regional e Urbano. Com as diretrizes urbanísticas bem regulamentadas pelo Plano Diretor, elaborado por meio de um processo democrático, com a participação de todos os atores sociais envolvidos, as cidades da região mencionada desenvolverão de maneira mais sustentável.

Feitas essas considerações, cabe informar que, além desta introdução e das considerações finais, estruturou-se este estudo em três seções. Na primeira é feita uma breve análise histórica do planejamento urbano brasileiro, para melhor compreensão do surgimento do Estatuto da Cidade com a Lei 10.257/2001. Em seguida, são feitas breves descrições sobre o Estatuto e a Política Urbana, para posteriormente, identificar as potencialidades do Plano Diretor como principal instrumento jurídico de Política Urbana, e ferramenta capaz de contribuir para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

No Brasil, o planejamento urbano, como atividade Estatal sobre a organização do espaço intraurbano ganhou maior destaque a partir da Constituição Federal de 1988, a posterior promulgação da Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade e, a obrigatoriedade da instituição do Plano Diretor para as cidades acima de 20 mil habitantes são, notadamente, as principais regras do Planejamento Urbano.

De acordo com o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 80% da população residem em áreas urbanas. Neste contexto, observa-se a importância do Direito Urbanístico, como regra especial dentro do sistema jurídico, quando apresenta as “alternativas normativas necessárias a que se alcance, efetivamente, o princípio constitucional da função social da cidade (art.182, CF), compatibilizando-o com o direito individual de propriedade, também de proteção constitucional” (DORNELAS, 2011, p.19).

O planejamento, segundo José Afonso da Silva (2000) “é um processo técnico instrumentado para transformar a realidade existente no sentido de objetivos previamente estabelecidos” (SILVA, 2000, p.89).

A ideia de planejamento está relacionada a procedimentos administrativos de ordem técnica para alterar uma determinada realidade. Assim, o planejamento urbano no Brasil surge em meados do século XIX, quando a ação dos planejadores voltou-se para intervenções na área da saúde, na necessidade do rompimento com o passado colonial e adesão de modelos urbanos modernos, por parte da classe dominante da época, que objetivava o embelezamento das cidades.

Na leitura de Deák e Schiffer (1999), em seu livro O Processo de Urbanização no Brasil, observa que:

(...) foi a partir do segundo quartel deste século que a escala alcançada pela urbanização começou a provocar iniciativas por parte do estado e modificações na administração pública. Um dos resultados nesse sentido é o aparecimento de uma nova atividade governamental com a finalidade específica de tratar dessas novas entidades que estavam surgindo: as aglomerações urbanas. É o nascimento do planejamento e, particularmente, do planejamento urbano, cujos primórdios podem ser situados no Estado Novo – no advento do qual Otávio Ianni via, significativamente, a consolidação de uma vitória importante [...] da cidade sobre o campo. (DEÁK; SCHIFFER, 1999, p. 12)

Na perspectiva de Villaça (1999), o planejamento urbano passa a existir no Brasil a partir da década de 1950, com um discurso hegemônico de planejamento. Sendo que nas décadas anteriores do século XX, se denominava de urbanismo o que passa a se chamar planejamento urbano. Neste sentido:

A partir da década de 1950 desenvolve-se no Brasil um discurso que passa a pregar a necessidade de integração entre vários objetivos (e ações para atingi-los) dos planos urbanos. Esse discurso passou a centrar-se (mas não necessariamente a se restringir) na figura do plano diretor e a receber, na década de 1960, o nome de planejamento urbano (ou local) integrado. A consciência da necessidade de integração na verdade pode ser detectada

desde o início deste século e passou a ser o denominador comum desse tipo de planejamento. (VILLAÇA, 1999, p. 177)

Para Villaça (1999, p. 172), “o conceito dominante de planejamento urbano entre nós tem como especificidade a organização do espaço urbano (embora possa não se limitar a isso) e aplica-se ao plano de uma cidade individualmente”. Tal autor dividiu em três etapas a história do planejamento urbano no país: inicialmente, o primeiro período começa no final do século XIX, por volta de 1875 até 1930. O segundo período vai de 1930 até 1992, ano em que se inaugura um terceiro período até o final do século XX. Podendo-se ainda acrescentar um quarto momento histórico iniciando em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, quando se apresenta diretrizes para a nova ordem jurídico urbanística no país, introduzida pela Constituição de 1988, através do conceito de função social da propriedade.

Em 1875, o Ministro do Império, João Alfredo Correa de Oliveira, cria a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. A nova classe dominante, rejeitando o passado colonial, usa o planejamento para impor a sua ideologia na construção de grandes avenidas, praças e monumentos. São utilizados, pioneiramente, dois conceitos chave: o de plano e o de conjunto geral ou global, associados ao espaço urbano (VILLAÇA, 1999, p. 194).

Nessa fase, destacam-se as ações realizadas por Pereira Passos, no Rio de Janeiro, que priorizou, inicialmente, uma primeira fase higienista. Momento caracterizado por uma maior atenção à saúde dos habitantes das cidades, e pela necessidade de afirmação da nova classe dominante, uma nova concepção de cidade é construída de forma moderna e progressista. E uma segunda fase composta por engenheiros e técnicos imbuídos nas soluções para o saneamento e a circulação da cidade, além da preocupação com o padrão construtivo. Entretanto, não havia uma preocupação com todos os habitantes das cidades. Essa foi uma das origens da chamada cidade informal, com o surgimento de favelas e de ocupações sucessivas em áreas de risco pela população pobre.

Com a Revolução de 1930, se inicia uma nova fase da República Brasileira, marcada pelo fim da hegemonia política da burguesia paulista do café. Esse é um momento histórico no qual se verifica um aumento da organização e consciência das classes operárias e um enfraquecimento das classes dominantes da época.

Surgindo a necessidade de reprodução do capital imobiliário na cidade, para deixar de ser bela e passar a ser eficiente e vista como força de produção.

Nesse sentido:

É o período do plano intelectual, que pretende impor-se e ser executado por que contém boas ideias, tem base científica e é correto tecnicamente. É o plano-discurso que se satisfaz com sua própria verdade e não se preocupa com sua operacionalização e sua exequibilidade. Sua verdade bastaria. (DEÁK; SCHIFFER, 1999, p. 203)

A ampliação da consciência operária promoveu o crescimento das críticas sobre as derrubadas de construções, como a de casebres e, em seguida, a construção de novos bairros, somente preocupados em atender aos interesses do capital imobiliário e não aos anseios das classes populares urbanas.

No contexto dessa nova fase dos planos em 1930, é que se inicia o segundo período do planejamento urbano no Brasil que vai até o ano de 1992, subdividido em três subperíodos por Flávio Villaça. O primeiro subperíodo, de 1930 a 1965, corresponde ao urbanismo e ao Plano Diretor e foi marcado pela divulgação dos planos para duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, no ano de 1930, destacando preocupações na área de infraestrutura e o transporte.

Os Planos Agache e Prestes Maia, adotados respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, apresentaram como novidade uma preocupação com a infraestrutura e o transporte, mas mantiveram o interesse pelas oportunidades imobiliárias, e os centros da cidade, como grande foco de atenção: período marcado pela passagem do planejamento que era executado para o planejamento-discurso. Datam exatamente desse período o nascimento e/ou o surgimento de expressões como caos urbano e crescimento descontrolado, para tentar justificar a falta de soluções para os problemas urbanos “ (VILLAÇA, 1999, p. 206).

O segundo subperíodo (1965-1971), conhecido como Planejamento Integrado e os Superplanos foi marcado pelo distanciamento entre os planos e a realidade posta nas cidades. Uma forma de planejar caracterizada pelas ideias de globalidade, sofisticação técnica e interdisciplinaridade do planejamento, apresentando distanciamentos entre o que seria proposto e as possibilidades de implementação pela administração pública; e as ideias de aprovação, execução e divisão de competências.

Nesse contexto, surge uma nova forma de abordagem, conduzida institucionalmente pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), que gerenciava o Sistema Nacional de Planejamento para o Desenvolvimento, que tinha por objetivo incentivar os municípios brasileiros a elaborarem planos diretores. Villaça (1999), comenta:

Segundo essa concepção de planejamento, a cidade não poderia ser encarada apenas em seus aspectos físicos. Os problemas urbanos não poderiam limitar-se ao âmbito da engenharia e da arquitetura. A cidade – passa a pregar a ideologia dominante – é também um organismo econômico e social, gerido por um aparato político-institucional. Os planos não podem limitar-se a obras de remodelação urbana: eles devem ser integrados tanto do ponto de vista interdisciplinar como do ponto de vista espacial, integrando a cidade em sua região. Sem isso não seria possível resolver os problemas urbanos que avolumavam. (VILLAÇA, 1999, p. 211)

O terceiro subperíodo, de 1971 a 1992, ficou conhecido como O Plano sem Mapa, quando os planos apresentavam muitos objetivos e diretrizes, mas adiava medidas efetivas para futuros planos, tornando-se inoperantes. Neste período, o planejamento foi encarado como mecanismo ideológico da classe dominante, passando da complexidade e do rebuscamento técnico e da sofisticação intelectual para um plano mais simples, realizados pelos próprios técnicos municipais, quase sem mapas e sem diagnósticos. Ainda no entendimento de Villaça (1999, p. 221):

Com a expressão plano sem mapa pretende-se designar o novo tipo de plano que a ideologia dominante inventou nas suas constantes tentativas de dar a impressão de que está cuidando do planejamento e aperfeiçoando-o continuamente. O novo tipo de plano apresenta apenas objetivos, políticas e diretrizes. Já que assim, o diagnóstico e a grande quantidade de mapas e estatísticas são dispensados. O Plano sem Mapa em geral enumera objetivos, políticas e diretrizes os mais louváveis e bem-intencionados possíveis. Com isso elimina as discórdias e oculta os conflitos.

Finalmente, temos o terceiro período do planejamento urbano no Brasil, que se inicia na década de 1990 (Villaça, 1999, p. 204), procurando o rompimento dos planos tecnocráticos para os planos políticos. Com o objetivo de transpor as barreiras técnicas e promover o debate democrático com vários atores sociais envolvidos. Algumas cidades voltam a elaborar seus planos diretores, como um projeto de lei a ser aprovado pelo legislativo.

Merece destaque nesse período o surgimento do Estatuto da Cidade em 2001, treze anos após a promulgação da Constituição Federal, que ratificou, substancialmente, a função social da propriedade e a importância da participação

social. O que significou um avanço e uma ampliação na ideia de gestão participativa e compartilhada por meio de Conselhos de Política Urbana; debates, audiências e consultas públicas; conferências de desenvolvimento urbano; e iniciativa popular de projetos de lei e planos.

Destarte, no presente, em função do que deixou de existir no passado, a sociedade e o poder público, por meio de institutos urbanísticos disponíveis, passaram a ter melhores condições de estabelecer planos que efetivamente tenham foco na construção de cidades mais justas, sustentáveis e de todos. Com efeito, pode-se observar, alguns efeitos práticos dos instrumentos previstos nessa nova fase do planejamento urbano, como a realização de quatro Conferências das Cidades, nos anos de 2003, 2005, 2007 e 2010; elaboração e aprovação de vários Planos Diretores em diversos municípios; a obrigatoriedade dos Conselhos Gestores nos três níveis de governo, com a participação da sociedade civil, para gestão e coordenação dos recursos destinados à habitação de interesse social no âmbito do Sistema Nacional de habitação de Interesse Social (SNHIS), decorrente da Lei 11.124/05.

3 O ESTATUTO DA CIDADE E A POLÍTICA URBANA

O Brasil passou de um país predominantemente rural para um outro, cuja grande parte de sua população se encontra em cidades. Diante da transformação, do rural para o urbano, o país foi inserido na pauta de discussão da política de desenvolvimento urbano. Surgiram as políticas de Estado, desenvolvidas na metade do século passado, com o objetivo de estruturação das bases para o desenvolvimento de políticas setoriais, como as de saneamento, mobilidade, moradia, espaço público etc. E ainda, nesse contexto, as migrações campo-cidade tiveram seu apogeu nos anos 1960 e 1970, não sendo acompanhadas por ações efetivas para a estruturação das bases do desenvolvimento urbano nas cidades. E em condições de receber a corrente migratória, gerenciando os novos problemas dos centros urbanos.

Com o processo de redemocratização e a Constituição Federal de 1988, a questão urbana ganha um novo destaque, e o município passa a ser ente autônomo da Federação, sendo responsável pelo financiamento de sua política de ordenamento territorial urbano. Para resolver as possíveis falhas e a falta de

capacidade técnica, administrativa e financeira em muitas cidades, foi dinamizada a gestão do território, com a previsão de instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários, presentes no marco legal da urbanização brasileira: o Estatuto da Cidade.

A Constituição brasileira de 1988, reconhecida como a constituição cidadã, consagrou a luta pela reforma urbana por meio da positivação da Política Urbana. Respalhada em princípios jurídicos e urbanísticos, além dessa positivação de política pública, protagonizou a definição de parâmetros que caracterizam o que é cidade sustentável e estabelece o seu fim social, qual seja, o bem-estar de seus habitantes. Assim, o dirigismo constitucional elevado à dimensão dos direitos coletivos, ou seja, o Direito à Cidade, para a presente geração e às futuras, qualificando essa dimensão como direito difuso.

Considerado um dos pilares do direito urbanístico, o Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, decorre da presente política constitucional urbana e é identificado como norma de ordem pública, que exprime o direcionamento desta e promove a viabilidade do desenvolvimento das funções sociais do todo, ou seja, a cidade, e das partes, quais sejam, zoneamento urbano, cada propriedade, pública ou particular, por meio da ordenação, redistribuição dos ônus e bônus desse desenvolvimento, proporcionando o equilíbrio ambiental.

Como detentor da legislação de interesse local, o município assume a responsabilidade de realizar o planejamento urbano a partir da política constitucional urbana e a sua regulamentação através do Estatuto da Cidade, criando um instrumento básico de política de desenvolvimento e de expansão urbana que expresse as ordenações e a função social da cidade, garantias dos cidadãos e delinhe as circunstâncias em que a propriedade, pública e privada, cumpra os fins sociais.

Tal instrumento é o Plano Diretor, que por se tratar de ato normativo, dotado do caráter de generalidade e abstração, é apto para vincular procedimentos, assim como estabelecer direitos e obrigações como, por exemplo, o poder dever de demarcar a circunscrição do direito do particular no uso e ocupação do solo. Segundo o jurista Carvalho Filho (2011), por tais qualidades imperativas e obrigacionais, tanto para o Poder Público como para o particular, eles classificam o

plano diretor como ato-condição para que tais obrigações urbanísticas sejam legítimas de executoriedade.

O Estatuto da Cidade, se destina a promover uma orientação jurídica consistente à ação dos governos e da sociedade organizada para controle dos processos de uso, ocupação, parcelamento e desenvolvimento urbano. Assessora as administrações municipais que se têm empenhado no enfrentamento das graves questões urbanas, sociais e ambientais que afetam diretamente a vida da grande parcela da população brasileira que reside em cidades. Foi resultado de intensos debates e negociações entre forças políticas e sociais, dinamizando o papel jurídico-político dos municípios na regulamentação de diretrizes do planejamento urbano, e nos objetivos relacionados ao desenvolvimento da gestão urbana.

Tal lei federal formulou e ampliou dispositivos constitucionais sobre a política urbana, e reconheceu o direito à cidade sustentável no Brasil. Para a efetividade das disposições previstas no documento jurídico analisado, deve-se pautar pela necessidade da participação da população no planejamento da ocupação urbana dos municípios.

Discorrendo sobre a história do Estatuto da Cidade, Moreira (2002), descreve que a redação contempla vários pleitos que partiram de todos os segmentos da sociedade, resultado de intensas discussões e debates que ocorreram por toda a sociedade, e que promoveram os princípios e as diretrizes para o planejamento urbano. O desafio de tornar realidade os postulados inscritos no Estatuto, será de responsabilidade dos Municípios.

Nesse sentido:

Deve-se buscar o equilíbrio das várias funções entre si (moradia, trabalho, lazer e circulação), bem como entre a realização do presente e a preservação do futuro (art. 2º, I); entre o estatal e não estatal (incisos III e XVI); entre o rural e o urbano (inciso VII); entre a oferta de bens e a necessidade dos habitantes (inciso V); entre o emprego do solo e a infraestrutura existente (inciso VI); entre os interesses dos Municípios e dos territórios sob sua influência (incisos IV e VIII). (MOREIRA, 2002, p. 54-55)

Pode-se inferir de tal posicionamento, que o objetivo do estatuto é buscar o equilíbrio entre o crescimento e os limites da sustentabilidade. Ainda que os Municípios sigam orientações e elaborem diretrizes de acordo com as necessidades, a busca pelo equilíbrio é possível e necessária. Regulamentações necessárias e

orientadas pelo Princípio da ordenação e desenvolvimento sustentável, quer para a atual geração, quer para a geração futura.

Tal garantia conferida às cidades, assegurada pelo princípio da sustentabilidade, pode ser comprovada por várias diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor. Levando-se em consideração a função social da propriedade, o direito à moradia, o saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, transportes e serviços públicos, trabalho e lazer, na contemporaneidade e nas gerações futuras. Normatizações construídas numa visão transdisciplinar dos instrumentos jurídicos de planejamento urbano e a participação social.

Explicando tais diretrizes, Fernandes (1998), descreve que o Estatuto da Cidade tem quatro dimensões principais. Quais sejam: uma conceitual, que explicita o princípio constitucional central das funções sociais da propriedade e da cidade e, os outros princípios determinantes da política urbana; uma instrumental, que cria uma série de instrumentos para a materialização de tais princípios de política urbana; uma institucional, que estabelece mecanismos, processos e recursos para a gestão urbana; e uma dimensão de regularização fundiária dos assentamentos informais consolidados.

Com o Estatuto da Cidade, houve o fortalecimento das funções sociais da propriedade e da cidade, quando reconheceu o poder e a obrigatoriedade do poder público, especialmente dos municípios, de controlar o processo de desenvolvimento urbano com a formulação de políticas territoriais, onde os interesses individuais tem que coexistir com interesses sociais, culturais e ambientais de outros grupos sociais e da cidade como um todo.

Importante destacar, que tal dimensão do princípio da função social da propriedade passou por uma mudança de perspectiva, após a Constituição de 1988 e do Estatuto, em análise. Saindo da concepção de direito de propriedade individual, dada pelo Código Civil de 1916, quando aproximadamente 10% dos brasileiros moravam em cidades, para um novo paradigma jurídico-político que prega a coordenação do uso do solo e o desenvolvimento urbano pelo poder público, por meio de leis e diversos instrumentos urbanísticos, e pela sociedade organizada.

A promoção da reforma da ordem jurídico-urbanística é de competência municipal para efetivar o novo paradigma das funções sociais da propriedade e da

cidade. E em menor competência também para os Estados e a União. Ainda que o Estatuto apresentou os mecanismos tradicionais de planejamento como o zoneamento, loteamento/ desmembramento, taxas de ocupação, modelos de assentamento, coeficientes de aproveitamento, gabaritos, recuos etc, destacamos ainda os novos instrumentos – parcelamento/ edificação/ utilização compulsórios, tributação extrafiscal progressiva, desapropriação-sanção com pagamento em títulos da dívida pública, direito de superfície, direito de preferência para os municípios, transferência onerosa de direitos de construção etc. A combinação destes instrumentos promove a regulação normativa dos processos de uso, desenvolvimento e ocupação do solo urbano.

Tanto o Estatuto, como a Constituição Federal de 1988 regulamentam os instrumentos jurídicos de planejamento urbano, que podem ser utilizados pelas gestões municipais. Destacamos, principalmente, os planos diretores, que serão analisados em outra seção, mas que regulam, induzem e revertem, em muitos casos, a ação dos mercados de terras e propriedades urbanas, de acordo, com os princípios da inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Tal legislação urbanística e ambiental municipal é obrigatória para os municípios com a população superior a 20 mil habitantes e devem expressar uma prévia e ampla estratégia de planejamento e ação, condizentes com o novo paradigma da função social e ambiental da propriedade e da cidade.

A lei federal destacou, ainda, o estabelecimento de novas relações entre o setor estatal, setor privado e a comunidade, principalmente nas parcerias público-privadas, consórcios públicos e consórcios imobiliários, e das operações urbanas consorciadas. Promovendo a devida integração entre planejamento, legislação e gestão urbano-ambiental, e democratizando o processo de tomada de decisões, pautadas pela nova ordem jurídico-urbanística de natureza socioambiental.

Traduzindo, com isso, o processo de financiamento do desenvolvimento urbano por meio dos princípios da justa distribuição dos ônus e benefícios da urbanização e da recuperação, para a comunidade, das mais-valias urbanísticas geradas pela ação do poder público: obras, serviços e legislação urbanística.

É mister frisar a democratização de todo o processo de planejamento, como condição de legalidade das leis e das políticas urbanas. Promovida pela participação efetiva dos cidadãos e associações representativas no processo de formulação e

implementação do planejamento urbano-ambiental e das políticas públicas – via audiências, consultas, criação de conselhos, estudos e relatórios de impactos de vizinhança e de impacto ambiental, iniciativa popular na proposição de novas leis urbanísticas, acesso ao poder judiciário para a defesa da ordem urbanística, e, principalmente, a prática do orçamento participativo.

Deve-se ressaltar que o Estatuto apresenta uma ênfase especial na demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Trazendo repetidas citações referentes à necessidade de programas de regularização fundiária de assentamentos informais consolidados sejam pautados por critérios ambientais. Uma vez que a Carta Magna destaca a importância das políticas públicas municipais, com vistas à promoção da democratização das formas de acesso ao solo urbano e moradia.

A lei federal, em destaque, regulamentou institutos já existentes de forma coletiva, como o usucapião especial e concessão do direito real de uso, que devem ser preferencialmente usados pelos municípios para o processo de regularização das ocupações privadas e públicas. Em consonância aos interesses sociais e ambientais da cidade.

Como se pode observar, a formulação e a implementação de instrumentos jurídicos de planejamento de ocupação, garantindo um Município sustentável é uma definição política, ideológica e social positivada, que vincula toda criação normativa urbanística a ser criada no Brasil. Sendo de responsabilidade dos governos locais a orientação e execução das Políticas Públicas Urbanas municipais, no contexto da nova base econômica, infraestrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade.

Tal ordem urbanística, consolidada pelo Estatuto, tem sido complementada por outras leis federais, como as que regulamentam as parcerias público-privadas (Lei Federal nº 11.079, de 2004), os consórcios intermunicipais (Lei Federal nº 11.107, de 2005) e a política nacional de saneamento (Lei Federal nº 11.445, de 2007). Para garantir um suporte sociopolítico a esse movimento de reforma jurídica, houve a criação do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades, em 2003.

Acrescenta-se a tal discussão sobre o pensar urbano, algumas defasagens, limitações e problemas de escala para os quais o Estatuto se mostra impotente, como a omissão no tratamento das áreas rurais, áreas ambientais, bacias hidrográficas, áreas metropolitanas etc. Mudanças condicionadas a uma alteração legislativa no próprio pacto federativo. Evidente a importância do marco legal em análise, principalmente, no sentido de romper algumas tradições formalistas, inaugurando um novo paradigma de cidade. Uma importante vitória, mas que não encerra a batalha pela reforma urbana no Brasil. Restando, em especial, a plena interação dos interesses coletivos da população na gestão participativa municipal.

Diante do debate sobre a importância da institucionalização de estruturas para o planejamento e suas questões atuais no Brasil no contexto da Globalização, pode-se perceber que falta uma compatibilização na acepção prática da efetividade do Estatuto da Cidade como instrumento jurídico de planejamento urbano.

Para além do marco legal, faz-se necessário uma justa gestão da política urbana, territorializando o ideário de reforma urbana contido no Estatuto e garantindo, efetivamente, o direito à cidade, ao ordenamento territorial, ao planejamento urbano e à gestão democrática da política urbana. Consolidando os direitos da coletividade aos quais corresponde a obrigação do poder público de promover uma política urbana que garanta as funções sociais da cidade e da propriedade.

4 O PLANO DIRETOR MUNICIPAL E O BAIXO SÃO FRANCISCO

A formação do Plano Diretor Municipal fundamenta-se nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, bem como, na Lei 10.257/2001, referente ao Estatuto da Cidade. Compreende um instrumento essencial da política de desenvolvimento e expansão urbana que deverá ser executado pelo Poder Público Municipal através de diretrizes fixadas em Lei, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes.

Dessa forma, a função social da propriedade será efetivada quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade prevista em um plano diretor com planejamento e organização, capazes de beneficiar e atender ao interesse público e

necessidade dos cidadãos no tocante a qualidade de vida, à justiça e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Um plano diretor bem estruturado servirá de instrumento transformador em busca do progresso e desenvolvimento das cidades, pois a função social da propriedade constituiu um dos direitos e garantias fundamentais previsto no artigo 5º, XXIII da Carta magna de 1988.

Assim, o plano diretor não deve ser isto com um plano governamental, que representa unicamente a visão do chefe do poder executivo municipal. Deve traduzir os anseios de todos os cidadãos sobre o desenvolvimento municipal, passando a ser um pacto da sociedade com o desenvolvimento do município.

O Plano Diretor constitui a ferramenta legal, que viabiliza o município combater o mau uso da expansão urbanística e visa também compatibilizar os interesses coletivos sendo capaz de garantir uma forma mais justa de acessibilidade ao direito de cidadania, rumo ao estado Democrático de Direito, como ressalta, *Giovani da Silva Corralo (2011)*:

A concretude da função social da propriedade urbana, incrustada na Constituição Federal e vinculante a todos os entes federados e poderes constituídos depende da legislação municipal contida no plano diretor ou similar, que deve definir os critérios e exigências para tal conformação. Em outras palavras, sem a efetiva atuação municipal, não se caracterizará o desiderato constitucional da função social da propriedade urbana. (CORRALO, 2011, p. 22)

A Constituição Federal brasileira de 1988 destaca um capítulo específico sobre a política urbana (artigo 182 e 183). Em consonância, foi sancionada a Lei 10.257/01, mais identificada como Estatuto da Cidade, um marco na solução dos problemas urbanos, que coordena as diretrizes gerais da política urbana a serem executadas por todos os municípios. O plano diretor passa a ser obrigatório para as cidades com um número superior a vinte mil habitantes e deve ser aprovado pela Câmara Municipal – constante do seu artigo 182, verbis:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem – estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

A Constituição Federal, por meio deste importante artigo, expressa a responsabilidade de definição de políticas de desenvolvimento aos municípios. Estabelecendo a obrigatoriedade das cidades com mais de vinte mil habitantes de aprovarem os planos diretores, que definam a política urbana local com vistas ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar coletivo.

A política urbana representa o conjunto de ferramentas usadas pelo Poder Público, com a finalidade de garantir a acessibilidade dos cidadãos à moradia, ao meio ambiente, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. Consoante disposição do Estatuto da Cidade, o objetivo da política urbana é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

A cidade cumpre com a sua função social quando se torna alcançável para todos os seus cidadãos. Isto significa que os bens e ferramentas de uso coletivo, tais como: a saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento, lazer, emprego e renda podem ser usufruídos por todos, independentemente de sua classe social.

Enquanto que a função social da propriedade urbana, por sua vez, está intimamente ligada ao Plano Diretor. A propriedade não pode acolher privativamente às conveniências do indivíduo proprietário, mas sim da sociedade que reparte ou compartilha o espaço. Os municípios devem, portanto, fazer uso das normas e instrumentos do Estatuto da Cidade com o intuito de estabelecer regras que

proporcionem o pleno desenvolvimento econômico, social e ambiental, com a finalidade de garantir o direito à cidade para todos os que nela vivem.

O Estatuto da Cidade busca alicerçar um modelo de desenvolvimento a ser seguido pelos municípios, seguindo as características individuais de cada cidade. O que é evidenciado nas diretrizes genéricas trazidas pelo documento jurídico em destaque, as quais destacamos: o desenvolvimento sustentável, a gestão democrática da cidade e o planejamento do desenvolvimento das cidades.

Segundo Moreira (2002), o Estatuto da Cidade demarcou adequadamente o papel do Plano Diretor como instrumento de planejamento e norteador da política de desenvolvimento e expansão urbana, quando destaca:

Por sua vez, o Estatuto da Cidade traz um novo padrão de política urbana, fundado nas seguintes orientações: a instituição da gestão democrática da cidade, com a finalidade de ampliar o espaço de cidadania e aumentar a eficácia da política urbana; a valorização nas relações intergovernamentais e o fortalecimento da regulação pública do solo urbano, com a introdução de novos instrumentos sintonizados com os princípios da função social da propriedade (MOREIRA, 2002, p. 07)

Assim, o desenvolvimento sustentável configura-se como um modelo de desenvolvimento que defende o equilíbrio entre a produtividade econômica, os seres humanos e o meio ambiente, ou seja, a busca pelo equilíbrio entre os interesses econômico, social e o ambiental.

A Gestão democrática da cidade representa o modelo de gestão pública que tem por base o diálogo constante do governante com a sociedade, mais necessariamente nos processos que envolvam a tomada de decisão de políticas públicas urbanísticas.

A dinâmica do fortalecimento dos espaços de participação, através da mobilização da população e de suas instâncias de representação, deve ser uma premissa básica da administração municipal, para a formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Destarte, o Planejamento do desenvolvimento das cidades tem como finalidade promover a justa distribuição do espaço populacional e das atividades econômicas, não somente do território do município, como também da área que sofre a sua influência, com o objetivo de evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Nesse sentido, de estruturar o Plano Diretor para servir como instrumento jurídico de planejamento urbano na orientação da atuação pública, a resolução nº 34 de 1º de julho de 2005 do Conselho das Cidades, órgão vinculado ao Ministério das Cidades, traz em seu artigo 1º:

Art. 1º. O Plano Diretor deve prever, no mínimo:

I – As ações e medidas para assegurar o cumprimento das funções sociais da cidade, considerando o território rural e urbano;

II – As ações e medidas para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana tanto privada, como pública;

III – Os objetivos, temas prioritários e estratégias para o desenvolvimento da cidade e para a reorganização territorial do município, considerando sua adequação aos aspectos territoriais adjacentes;

IV – Os instrumentos da política urbana previstos pelo art. 42 do Estatuto da cidade vinculando-os aos objetivos e estratégias previstos no Plano Diretor.

Assim, é possível ressaltar que o planejamento municipal representa através do plano diretor o alicerce que viabilizará o caminho de desenvolvimento capaz de atingir o bem coletivo, a segurança, o bem-estar dos cidadãos e também o equilíbrio ambiental das presentes e futuras gerações. Dessa maneira, torna-se necessário e crucial o exercício de gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

No entanto, o processo de urbanização, em atendimento ao interesse social poderá alavancar mediante a cooperação entre os governos, a iniciativa privada como também os demais setores da sociedade em vista das necessidades e interesses da população envolvida.

Dentre toda a Bacia do Rio São Francisco, destacamos a região do Baixo São Francisco. Composta pelos seguintes municípios do Estado de Alagoas: Belo Monte, Delmiro Gouveia, Igreja Nova, Olho d'Água do Casado, Pão de Açúcar, Penedo, Piaçabuçu, Piranhas, Porto real do Colégio, São Brás e Traipu. Além dos municípios do Estado de Sergipe: Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Canindé de São Francisco, Gararu, Ilha das Flores, Neópolis, Nossa Senhora de Lourdes,

Poço Redondo, Porto da Folha, Propriá, Santana do São Francisco e Telha. (IBGE,2010).

Torna-se, desse modo, fundamental a necessidade de um plano diretor que seja capaz de delimitar e evitar aglomerações desordenadas em áreas incapazes de suportar um número excessivo de habitantes, onde deverá ser observada a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área. Principalmente numa região onde a preservação ambiental torna-se um objetivo fundamental.

É de suma importância que o gestor público municipal, dentro de sua competência e atribuição legal, seja capaz de propor na prática, a eficácia que a norma disponibiliza acerca dos benefícios apresentados por um plano diretor bem estruturado, eficaz e compatível com os anseios e necessidades locais da população em busca não somente de progresso e desenvolvimento, mas da qualidade de vida da comunidade, onde o interesse público possa prevalecer sobre o interesse particular.

Para a efetividade do plano, deve-se respeitar, portanto, as especificidades de cada município para não se limitar a um documento padronizado, sem refletir a vontade popular. Daí a importância fundamental da participação popular na elaboração do mesmo, conforme exigência do Estatuto da Cidade. No caso da região do baixo São Francisco, os municípios com um número de habitantes superior a 20 (vinte) mil habitantes deverão colaborar na elaboração de diretrizes urbanísticas. Observa-se neste ponto a relação entre o Estatuto da Cidade e a necessidade de sua aplicabilidade na região estudada.

Outra cautela que deve ser atendida na execução prática do plano diretor é a sua aplicação consoante a realidade municipal. Ressalta-se tal importância, diante do fato que a elaboração do plano demanda um longo lapso temporal da origem até a sua aprovação, comprometendo, muitas vezes, o conteúdo. Ou ainda, o plano excede no caráter normativo, tornando-se muito político e pouco prático.

Nesse sentido:

Não estamos diante de um objetivo a ser alcançado e das diretrizes para tal fim. Já se quer, através do plano, o engessamento das possibilidades de erro. Com isso, obtém-se tão somente a vedação do diferente. Mesmo o diferente que possa vir a ser melhor. Ou, coisa pior, o discurso do plano, se transforma veladamente em algo suficiente em si, ficando extremada a visão estática de

nossas leis – plano. Nossas lei – plano, no Direito Urbanístico, padecem de uma nobreza franciscana, a despeito de seu inchaço. Particularmente, deixam de dar atenção àquele que é o principal princípio para qual os doutrinadores do Direito do Urbanismo se têm voltado nos últimos tempos. Referimo-nos aos Princípio da Mobilidade ou Mutabilidade das normas de planos urbanísticos. Raramente os PDUs se ocupam com a mutação normativa, que é inerente ao Direito Urbanístico. (ALOCHIO, 2010, p. 88).

Assim, entendemos que o planejamento urbano não deve ser estático e tecnicamente formal. Deve haver uma ponderação entre as diretrizes fundamentais e as realidades decorrentes de uma localidade. E uma vinculação do plano, com seus aspectos técnicos com propostas possíveis de operacionalidade. Tal preocupação é descrita por Villaça (1999), quando analisa que muitas ideias contidas nos planos fogem a uma realidade e apresentam instrumentos mantenedores da ideologia dominante.

Segundo Pinto (2005), os planos diretores e as regras de urbanismo devem ser, frequentemente, adaptadas. Entretanto, não ocorre um consenso sobre o formato ideal do Plano Diretor pelas instituições especializadas nas orientações metodológicas dos mesmos. O Centro de Estudos de Pesquisa de Administração Municipal (CEPAM), e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), por exemplo, consideram que o objeto do Plano é o desenvolvimento municipal, quando é feito um diagnóstico do Município e, a partir dele, algumas medidas são sugeridas, para serem, devidamente, implementadas.

Alochio (2010) ainda destaca a previsão do Estatuto da Cidade de uma revisão periódica do Plano Diretor, no mínimo a cada dez anos. Entendendo que tal revisão se caracteriza pela reapreciação dos próprios critérios fundamentais de classificação e de qualificação adotados no plano em vigor. Essa revisão confirmativa apresentaria uma nova moldura de planejamento ou a adoção de um modelo de planejamento novo.

Ainda para o mesmo autor, apesar de ter sido estipulado o prazo de 10 anos, a revisão não seria somente uma questão temporal; mas sim as necessidades de alteração, por decorrência de outras situações fáticas, influências sociais e econômicas. Como por exemplo, um aumento de investimentos em uma determinada localização da cidade, fazendo-se necessárias novas adaptações da política urbana local.

Adiciona-se a tal fato outras obrigatoriedades concernentes ao Plano Diretor. Como a formulação de um Plano nos casos de Municípios integrantes de regiões

metropolitanas e aglomerações urbanas; quando existir interesse ou necessidade de desapropriação pelo descumprimento da função social da propriedade, construção ou parcelamento compulsório ou cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), quando progressivo. E naqueles integrantes de áreas especiais de turismo ou inseridos em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental.

A previsão legal do Plano Diretor garante também a estipulação mínima que deve estar presente em todos os planos. Como podemos citar, a delimitação das áreas urbanas, direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir, operações urbanas consorciadas e da transferência do direito de construir, além de indicar um sistema de acompanhamento e controle. Informações fundamentais para o planejamento urbano de cidades, principalmente aquelas banhadas pelo Rio São Francisco, imbuídas na preservação do mesmo.

Outro impasse na temática planejamento urbano, é o campo prático de aplicabilidade dos planos diretores. Quando se observa no Brasil, uma escassez de informações, especificamente no âmbito municipal, acerca das diretrizes de uso ou organização dos espaços urbanos. Infere-se que na Bahia, a realidade estadual passa a acompanhar o cenário nacional em relação a esta questão, visto que, embora o Plano Diretor seja obrigatório para as cidades de mais de 20 mil habitantes, ele não existe em percentual muito grande nas cidades brasileiras enquadradas no perfil em destaque. Ou seja, em apenas 20% dos municípios de 20 mil a 50 mil habitantes e em 8% dos municípios de 50 mil a 100 mil habitantes há Plano Diretor e 4.640 municípios não têm Plano Diretor, contra 840 que têm, segundo dados do IBGE, 2010.

Constata-se que o Plano Diretor, aprovado por Lei Municipal, configura-se como um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal, e que contribui para o Desenvolvimento Regional e Urbano. No caso da Região do Baixo São Francisco, muitas são as cidades que devem possuir um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: aquelas que possuem um número populacional superior a vinte mil habitantes. Ainda neste sentido, pode-se destacar que todas as cidades da região do Baixo São Francisco podem utilizar os instrumentos de Política Urbana com o

objetivo de desenvolver um planejamento pautado na sustentabilidade ambiental e respeitando os pilares de uma gestão democrática.

No quesito obrigatoriedade de Plano Diretor, destaca-se, no estado de Alagoas: Delmiro Gouveia (48.096 habitantes), Igreja Nova (23.292 habitantes), Pão de Açúcar (23.811 hab.), Penedo (60.378 habitantes), Piranhas (23.045 habitantes) e Traipu (25.702 habitantes). Em Sergipe, pode-se destacar: Canindé de São Francisco (24.686 habitantes), Poço Redondo (30.880 habitantes), Porto da Folha (27.146 habitantes) e Propriá (28.451 habitantes). Estes municípios integram o Baixo São Francisco e se enquadram na necessidade de adequação e aplicabilidade do Estatuto da Cidade. (IBGE, 2010).

Além disso, o Plano Diretor Municipal, mais do que um documento teórico, técnico, normalmente hermético ou genérico, distante dos conflitos reais que caracterizam a cidade, deve ser visualizado e concebido como um espaço de debate dos cidadãos e de definição de opções, conscientes e negociadas, por uma estratégia de intervenção no território, com adoção de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade com o fomento à gestão democrática da cidade, e no contexto do Rio São Francisco, uma ferramenta eficaz e capaz de contribuir para sua preservação ambiental e o pleno Desenvolvimento Regional e Urbano do Baixo São Francisco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o exposto, observa-se a importância do Planejamento Urbano para a compreensão e gestão pública das cidades, principalmente, aquelas do Baixo São Francisco. A partir da incursão histórica do planejamento no Brasil, com breves considerações, pode-se estabelecer uma relação entre o Estatuto da Cidade e as diretrizes urbanísticas aplicáveis as cidades de Alagoas e Sergipe, que compõe o trecho do Baixo São Francisco.

Foi possível argumentar sobre os períodos da urbanização brasileira, bem como suas características, e as contribuições para o processo de planejamento urbano atual. A partir da perspectiva histórica, foi comprovado que o Estatuto da Cidade representa um marco na história do urbanismo brasileiro. Com o advento da Lei 10.257/2001, foi possível vislumbrar uma nova fase, de mais autonomia municipal para o desenvolvimento da Política Urbana.

A análise do Estatuto da Cidade e a Política Urbana contribuiu para um aprofundamento e reflexão necessária sobre a temática que envolve a Gestão Democrática das Cidades. E o detalhamento das potencialidades do Plano Diretor Municipal como principal instrumento jurídico de Planejamento Urbano. A democracia brasileira regulamenta a gestão democrática das cidades, impedindo que o disciplinamento dos municípios ocorra de modo exclusivo e unilateral por meio dos regulamentos do Poder Público. As diretrizes urbanísticas não devem ocorrer por meio de ações e estratégias verticalizadas, sem a participação popular.

A atual Constituição Federal de 1988, reconheceu a luta pela reforma urbana por meio da positivação da Política Urbana. Pautada na existência de princípios jurídicos e urbanísticos, visa proteger o Direito à Cidade para a presente e futuras gerações. Estabelecendo ainda diretrizes para uma cidade sustentável, com o fim social de resguardar o bem-estar de seus habitantes.

Em decorrência da política constitucional urbana, surge o Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001. Além de ser considerado como um dos pilares do direito urbanístico, o Estatuto da Cidade, como norma de ordem pública, apresenta direcionamentos para a promoção do amplo desenvolvimento, incluindo a cidade e a população envolvida.

Diante da competência municipal para legislar sobre interesse local, as cidades devem assumir a responsabilidade de realizar o planejamento urbano. O Estatuto da Cidade, por meio da política constitucional urbana, regulamenta instrumentos para a garantia do desenvolvimento e da expansão urbana. Atendendo a função social da cidade e garantias dos cidadãos com delineamentos democráticos. Almeja-se um eficaz desenvolvimento do Baixo São Francisco, principalmente no quesito elaboração e revisão de seus planos diretores, e a plena compreensão entre o Estatuto da Cidade e sua necessidade de aplicação nessa região.

REFERÊNCIAS

ALOCHIO, Luiz Henrique Antunes. **Plano Diretor e Estatuto da Cidade: Medidas cautelares e moratórias urbanísticas**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. P. 87-89.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

_____. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 02/10/15.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Comentários ao Estatuto da Cidade**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CORRALO, Giovani da Silva. **Curso de Direito Municipal**. São Paulo: Atlas, 2011.

CRETELLA JUNIOR, José. **Comentários à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos. **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.

DORNELAS, Henrique Lopes. O Direito Urbanístico e a importância do Plano Diretor Municipal. **Revista do Curso de Direito Uniubeu**. V.1, n.1 – 2011.

FERNANDES, Edesio. **Direito Urbanístico** (Org.). Belo Horizonte, 1998.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

MOREIRA, Mariana. **A história do Estatuto da Cidade**. P. 27-43. In DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Org.). **Estatuto da Cidade: Comentários à Lei 10.257/01**. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 142-146.

PINTO, Vitor Carvalho. **Direito Urbanístico: Plano Diretor e Direito de Propriedade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 142-146.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 3ª Ed., São Paulo: Malheiros, 2000. **Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS NO BAIXO SÃO FRANCISCO, NORDESTE DO BRASIL

Cláudio Luis Santos Sampaio¹

Taciana Kramer Pinto²

RESUMO

A grandiosidade do rio São Francisco sempre despertou no ribeirinho a errônea ideia de que suas águas seriam capazes de absorver tudo o que é descartado em suas águas. Atualmente, o despejo inadequado do resíduo sólido é um dos grandes problemas mundiais. A presença de resíduos sólidos no Baixo São Francisco é abordada utilizando técnicas de censos visuais e o mergulho livre. O presente trabalho fornece informações das margens do rio nas orlas histórica de Penedo (AL) e portuária de Néopolis (SE), além da Praia do Pontal do Peba, Piaçabuçu (AL), próxima a foz do rio, com a finalidade de analisar qualitativa e quantitativa os resíduos sólidos presentes, assim como a percepção dos ribeirinhos sobre o problema. Para a análise quali-quantitativa, realizou-se a coleta do lixo em 30 transectos, 30x2 m², paralelos às margens. O lixo foi recolhido e classificado em 11 categorias (garrafas plásticas, embalagens plásticas, vidros, metais, tecidos, materiais de pesca, madeira manufaturada, borrachas, isopor, espumas e papel) e pesado. Foram recolhidos 103,4 Kg de resíduos sólidos, sendo 59,6 Kg na praia do Pontal do Peba, 33,2 Kg na orla do centro histórico de Penedo e 30,6 Kg nas proximidades do porto de Néopolis. Dentre estas categorias, os resíduos plásticos dominaram. Para análise da percepção, foram aplicados 30 questionários em cada localidade, onde foi observado que acidentes envolvendo o lixo são comuns, que os ribeirinhos consideram o rio poluído e que são responsáveis pela presença dos resíduos sólidos, apontando a educação ambiental como a principal saída para minimizar o problema.

Palavras chave: Alagoas; Impacto ambiental; Lixo; Rio São Francisco; Sergipe.

POLLUTION BY SOLID WASTE IN LOW SAN FRANCISCO, NORTHEASTERN BRAZIL

ABSTRACT

The majesty of São Francisco River arouses, in the riverine people, the wrong idea of that its waters are capable of absorbing all of their wastes. Nowadays, the inadequate discharge of solids wastes is of great global concern. The occurrence of solids wastes is approached through visual cense technics and free diving. The present study brings data from cities located at the São Francisco river margins (Penedo, AL and Neópolis, SE) and from a beach next to the river mouth (Pontal do Peba Beach, Piaçabuçu, AL) aiming to analyze qualitatively the solid wastes, as well as, the perception of this issue by the riverine people. The quali-quantitative analysis was carried out through sampling the solid wastes in 30 transects of 30x2 m², parallel to the margins. Solids wastes were collected and classified in 11 categories (plastic bottle, plastic package, glass, metal, textiles, fishery material, manufactured wood, rubber, polystyrene, foam and paper) and weighted. An amount of 103,4 Kg of solid wastes was collected: 59,6 Kg at Pontal do Peba beach, 33,2 Kg at Penedo and 30,6 Kg at Neópolis. Related to perception's analysis, 30 questionnaires in each site

¹ Doutor em Ciências Biológicas. Professor do curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal de Alagoas, em Penedo-AL e no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos - PPG-DIBICT do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, Maceió – UFAL < buiabahia@gmail.com >

² Doutorado em Oceanografia Biológica pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Alagoas, em Penedo-AL. <tacianakp@gmail.com>

were applied. Results suggest that accidents caused by the wastes are common, that people consider the river polluted and that they consider themselves guilty by the presence of solid wastes and also that people suggest environmental education as a principal tool to minimize the problem.

Keywords: Alagoas; Environmental impact; Wastes; São Francisco River; Sergipe.

JEL: Q53

1 INTRODUÇÃO

No Baixo São Francisco, há o fomento das atividades aquícolas (LUSTOSA et al 2008, CRUZ et al 2015) e turísticas que são dependentes da boa qualidade ambiental do rio São Francisco, todavia são muitos os impactos negativos em toda a sua extensão, dentre os quais destacamos as grandes hidrelétricas, o desmatamento de suas margens, a poluição e a introdução de espécies invasoras (SOARES et al 2011).

A combinação destes fatores está intimamente relacionada à ausência de fiscalização e planejamento urbano (ordenamento territorial), promovendo perdas ao ambiente e, conseqüentemente, à qualidade de vida local. As águas contaminadas pelos resíduos sólidos podem representar um risco à saúde dos frequentadores e a toda sorte de organismos que nela vivem. Crianças e idosos ou pessoas com baixa resistência são as mais suscetíveis a esta exposição (VIEIRA et al 2002).

A balneabilidade das praias é determinada, principalmente, pelas condições microbiológicas das águas, mas é crescente a preocupação com a contaminação pelo descarte do lixo, dejetos de animais ou a poluição trazida pelas águas das chuvas que colocam em risco a saúde da população e dos animais que habitam este ambiente (VIEIRA et al 2002), além de comprometer a beleza cênica do local.

O termo poluição deriva do latim “*polluere*”, que significa sujar, sendo definido pela Lei dos Crimes Ambientais, artigo 54, no título denominado: “Poluição e outros Crimes Ambientais”, como: “Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”. Apesar disto, o não cumprimento desta lei tem intensificado o problema na maioria dos rios brasileiros (TORRES; ARAÚJO 2008).

Embora haja uma lacuna no conhecimento sobre a composição e distribuição do lixo submerso na zona costeira brasileira, seus danos aos vertebrados marinhos foram estudados por diversos autores (GEISE; GOMES 1992, LIMA 1996, SECCHI;

ZARZUR 1999, MAIA-NOGUEIRA 2000, VASKE-JR. 2000, SAZIMA et al 2002, MASCARENHAS et al 2004, MONTEALEGRE-QUIJANO et al 2004, MASCARENHAS et al 2008, CARDOSO; VOOREN 2010, CHAVES 2011). Para as águas continentais do país nada é conhecido sobre esses impactos.

O presente capítulo fornece a composição e distribuição do lixo em uma das mais importantes e tradicionais áreas de turismo e pesca do Nordeste do Brasil, o Baixo São Francisco, às margens do rio em duas cidades e em uma praia sob influência da foz, além de sugestões para reduzir seus impactos.

1.1 Material e Métodos

O presente estudo foi realizado na praia do Pontal do Peba, município de Piaçabuçu (LIMA et al dados não publicados), e na orla fluvial dos municípios de Penedo (PEDROSA et al dados não publicados), ambos no Estado de Alagoas, e ainda nas proximidades do porto das balsas de Neópolis, Sergipe (ANJOS et al dados não publicados) (Figura 1).

Figura 1 - Localização da área de estudo*



Fonte: os Autores, 2010.
(*) Adaptado de Cabral et al 2006.

Nas três localidades amostradas foram realizadas 30 transecções de 30x2 m, totalizando 60 m². Todo o resíduo sólido encontrado dentro das transecções foi coletado, classificado em 11 categorias (papel, vidro, metais, isopor, espumas, tecidos, madeira manufaturada, borracha, garrafa plástica, plástico rígido e embalagens plásticas flexíveis), sendo pesados e posteriormente encaminhados aos órgãos municipais de limpeza urbana dos municípios amostrados.

Paralelamente à coleta dos resíduos sólidos, foram realizadas 30 entrevistas aleatórias, em cada localidade amostrada, onde se buscou conhecer a percepção local sobre os prejuízos causados pelo lixo. Também, foram utilizados dados registrados durante 10 mergulhos livres em busca de resíduos sólidos submersos em profundidades de até 2,5 m. Todo lixo encontrado durante os mergulhos foi fotografado.

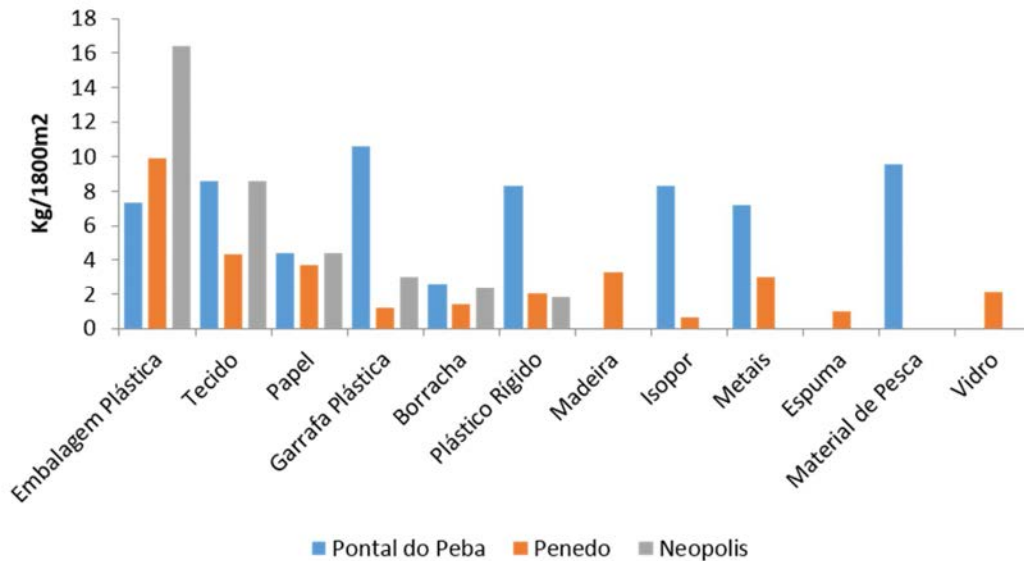
2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas transecções realizadas foram recolhidos 103,4 Kg de resíduos sólidos, sendo 59,6 Kg na praia do Pontal do Peba (AL), 33,2 Kg na orla do centro histórico de Penedo (AL) e 30,6 Kg nas proximidades do porto das balsas em Neópolis (SE).

Os resíduos constituídos por plástico foram os mais abundantes nas três áreas, sendo na Praia do Pontal do Peba e Penedo representados por 43% do total recolhido. Já em Neópolis, foram responsáveis por 60% do total registrado.

Na praia do Pontal do Peba, próximo à foz do rio São Francisco, as garrafas plásticas (PET) (10,6 Kg), materiais de pesca (9,6 Kg) e plásticos rígidos (8,3 Kg) foram os mais representativos. Em Penedo, os principais itens encontrados foram: embalagens plásticas (9,9 Kg), tecido (4,3 Kg) e papel (3,7 Kg); na margem oposta, em Neópolis, embalagens plásticas (15,4 Kg), tecidos (7,6 Kg) e papel (3,4 Kg) (Figura 2).

Figura 2 - Quantidade (Kg) de resíduos sólidos encontrados em 1.800 m² nas três localidades do Baixo São Francisco, Nordeste do Brasil.



Fonte: os Autores, 2010.

A elevada ocorrência de resíduos plásticos reflete o padrão mundial de consumo, onde este item compõe até 10% do lixo gerado (COLE et al 2011). Outros estudos nas zonas costeiras do Brasil apresentam resultado similar (SANTIAGO; ROCHA JR. 2010). Em outro estudo realizado na orla de Penedo durante um evento de limpeza de praias, foram retirados 142,5 e 346 Kg de embalagens plásticas, em setembro de 2010 e 2011, respectivamente, em três horas de coleta por aproximadamente 60 voluntários (SAMPAIO; ARRUDA dados não publicados).

A elevada participação de materiais de pesca descartados na praia do Pontal do Peba deve-se ao fato de este local sediar a maior frota com características industriais do estado (MMA 2006).

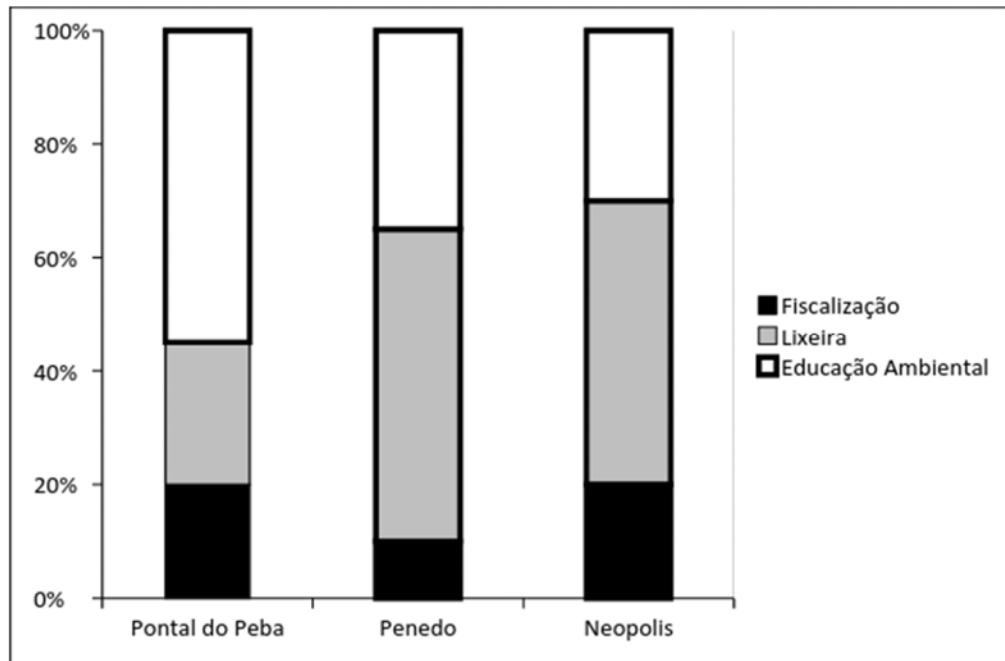
Recentemente, Chaves (2011) informou que uma parcela expressiva dos resíduos sólidos encontrados em águas marinhas e continentais é produzida pela atividade pesqueira. Diferentemente dos demais elementos poluidores, os apetrechos de pesca abandonados ou perdidos continuam a pescar, pois sua perda não interfere em seu poder de captura. Além de comprometer a conservação dos estoques pesqueiros, a navegação, o mergulho e outros esportes náuticos, têm sua segurança reduzida pela presença de redes e anzóis perdidos.

Na percepção dos entrevistados, a principal solução do problema dos resíduos sólidos nas margens do rio São Francisco, em Penedo e Neópolis (Figura 3) é o aumento do número de lixeiras (55 e 50%, respectivamente), sendo acompanhado de programas específicos de educação ambiental na região (44 e 30%, respectivamente). Além disto, mais de 70% dos entrevistados admitiram deixar o lixo produzido em locais não apropriados (Figura 4) e mais de 55% sugerem que a falta de educação seja o principal motivo para a elevada quantidade de resíduos sólidos (Figura 5).

Evidentemente, a presença ostensiva de lixeiras, associada ao recolhimento frequente de resíduos, é fundamental para a manutenção dos ambientes costeiros saudáveis (SANTOS et al 2003).

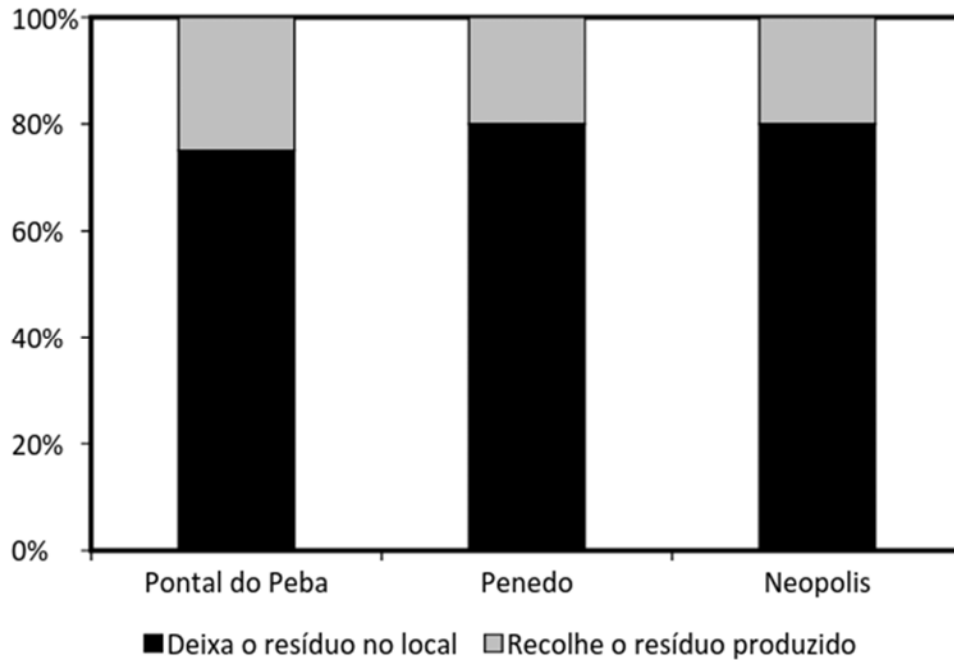
A percepção dos entrevistados na praia do Pontal do Peba difere das respostas obtidas na orla das cidades, onde 55% destes cita a educação ambiental como a solução para a diminuição dos resíduos sólidos e apenas 25% destes citam a colocação de lixeiras como ponto principal.

Figura 3 - Sugestões dos entrevistados para solucionar a questão dos resíduos sólidos na região do Baixo São Francisco, Nordeste do Brasil



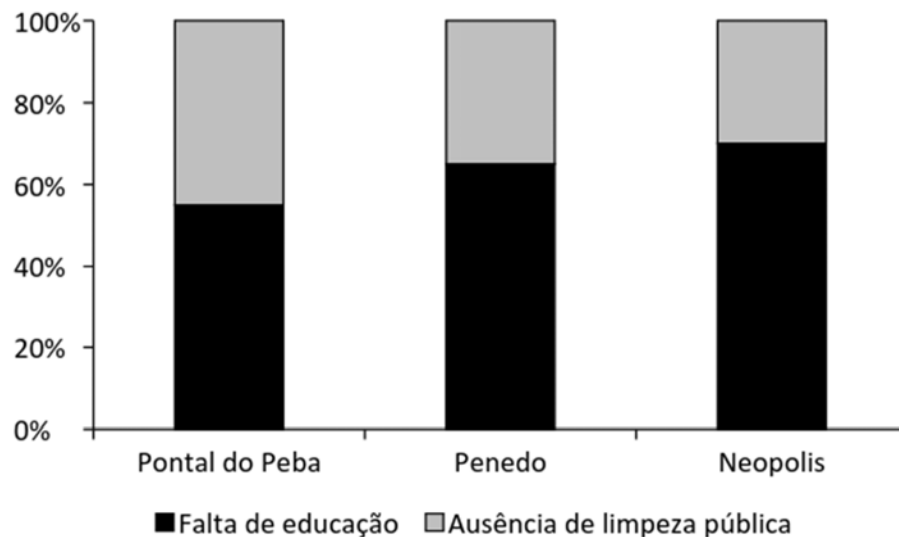
Fonte: os Autores, 2010.

Figura 4 - Atitude dos entrevistados em relação ao resíduo sólido produzido na região do Baixo São Francisco, Nordeste do Brasil



Fonte: os Autores, 2010.

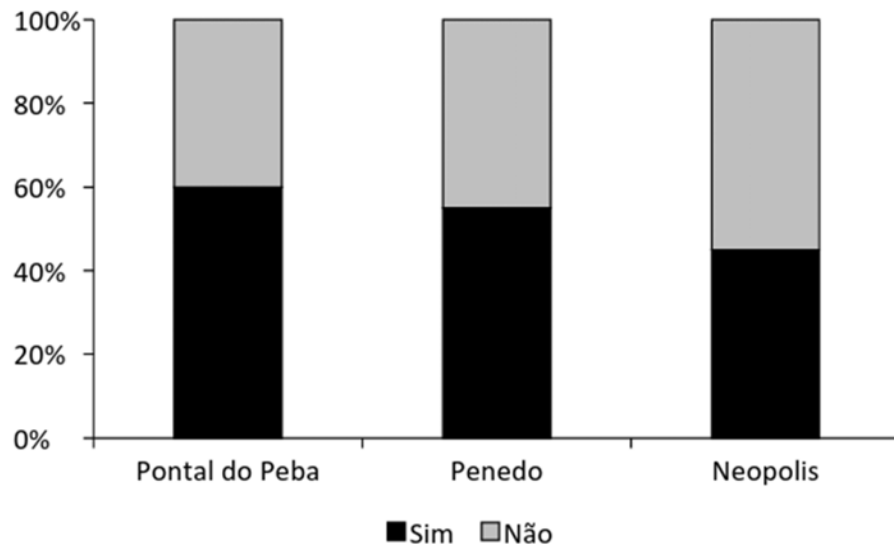
Figura 5 - Motivos da presença dos resíduos sólidos na região do Baixo São Francisco, Nordeste do Brasil



Fonte: os Autores, 2010.

Acidentes provocados pelo lixo foram frequentemente citados (Figura 6). Ferimentos produzidos por vidros e metais (latas) foram os mais registrados, contudo outros causados por palitos de churrasco também foram comuns.

Figura 6 - Ocorrência de acidentes provocados pelo resíduo sólido na região do Baixo São Francisco, Nordeste do Brasil



Fonte: os Autores, 2010.

Todos os locais estudados são utilizados por banhistas, turistas, trabalhadores, vendedores ambulantes, pescadores artesanais e esportivos, demonstrando uma elevada pressão urbana em seu entorno. Estas áreas constituem locais de grande pressão antrópica, contribuindo para a alta produção de resíduos sólidos, além de possuir um enorme potencial biológico, econômico, turístico e histórico.

Apesar de um percentual menor de entrevistados ter apontado a fiscalização como uma solução eficiente para a diminuição dos resíduos sólidos, é importante ressaltar que devido a sua localização, em uma Área de Proteção Ambiental, espera-se que um maior esforço na fiscalização possa ser eficiente na praia do Pontal do Peba.

O lixo submerso era composto, basicamente, por embalagens plásticas, latas, garrafas, sapatos, linhas de pesca, madeira manufaturada e roupas. Embora a hipótese não tenha sido testada, parece haver uma relação inversa entre resíduo sólido e profundidade. Quanto maior a profundidade, menor o número de lixo.

Curiosamente, foi observada uma postura do cará-boi, *Astronotus ocellatus* (Agassiz, 1831), uma espécie bioinvasora, contendo um total de 1.186 ovos, que estavam aderidos a uma garrafa plástica, dentro de uma área aberta de forma circular com aproximadamente 60 cm de diâmetro, localizada em meio a macrófitas.

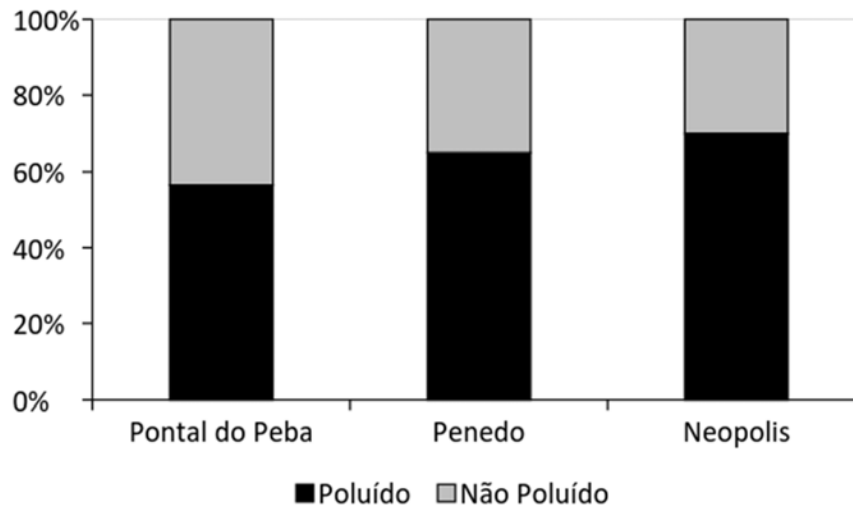
Informações sobre o número de ovos do cará-boi (SILVA et al 1993; NAKATAMI et al 2001) indicam que o resultado da contagem encontra-se dentro da amplitude conhecida para estes peixes (1.000 a 2.000 ovos) e que sua desova ocorre em rochas, vegetação ou mesmo na areia. É possível que essa espécie bioinvasora esteja utilizando substratos artificiais (resíduos sólidos) para fins reprodutivos em toda a região.

A maioria dos entrevistados (>70%) afirmou ter o hábito de abandonar os resíduos produzidos nas praias (Figura 4), onde o elevado número de embalagens alimentícias descartáveis (Figuras 2) confirma tal conduta. Estes resultados diferem dos encontrados por Santos *et al.* (2003), onde a maioria dos entrevistados afirmou não deixar o lixo na praia, insentando-se da culpa e tentando transmitir alguma responsabilidade ambiental.

Todos os municípios localizados no Baixo São Francisco possuem alguma atividade turística vinculada às belezas naturais e históricas, gerando bens e serviços as comunidades, devendo-se buscar a melhoria constante da balneabilidade, do tratamento dos resíduos sólidos urbanos, da infraestrutura e da segurança.

De acordo com os resultados obtidos, mais de 50% dos entrevistados considera as águas no Baixo São Francisco poluídas, mostrando, em parte, consciência do problema causado pelo descarte do lixo no rio e associando esse fato à falta de educação ambiental e ausência de limpeza pública (Figura 7).

Figura 7 - Percepção dos entrevistados em relação à qualidade das águas na região do Baixo São Francisco, Nordeste do Brasil



Fonte: os Autores, 2010.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos mostram um elevado valor de resíduos sólidos presentes nas áreas de estudo. Além disto, as comunidades reconhecem o problema, assumindo a responsabilidade pelo descarte inadequado e considerando as águas poluídas, porém sugerem que os órgãos públicos devem tomar medidas para minimizar o problema, como por exemplo, a realização de programas voltados à educação ambiental, a colocação de lixeiras próximo às margens do rio e a regularidade na limpeza pública.

Espera-se que os dados aqui publicados possam ser úteis na adequação das políticas públicas voltadas à educação e ao saneamento básico dessa importante região do país.

REFERÊNCIAS

CABRAL, S.A.S.; AZEVEDO JÚNIOR, S.M.; LARRAZÁBAL, M.E. Abundância sazonal de aves migratórias na Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu, Alagoas, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia** 23 (3): 865-869. 2006.

CARDOSO, A.T.C.; VOOREN, C.M. Cintas plásticas e pesca fantasma em tubarões azuis (*Prionace glauca*) e espadartes (*Xiphias gladius*) no Atlântico sudoeste. **Livro de resumos do III Congresso Brasileiro de Oceanografia**. 1155-1158. 2010.

CHAVES, P.T. Pesca-fantasma: revisão de causas e consequências e um estudo de caso no sul do Brasil. Resumo de palestra apresentada no **Livro de resumos do III Congresso Brasileiro de Biologia Marinha**. 95-98. 2011.

COLE, M.; LINDEQUE, P.; HALSBAND, C.; GALLOWAY, T.S. Microplastic as contaminants in the marine environment : a review. **Marine pollution Bulletin** **62**: 2588-2597. 2011.

CRUZ, M.C.S.; COSTA, S.F.F.; FERREIRA, R.C.; NASCIMENTO, R.L.; PINTO, T.K. Avaliação do impacoto de um cultivo de ostras sobre o ambeinte bentônico. **Boletim do Instituto de Pesca** **41**(2) :207-218. 2015.

GEISE, L. ; GOMES, N. Ocorrência de plástico no estômago de um golfinho, *Sotalia guianensis* (Cetacea, delphinidae). **Anais da 3ª Reunião de Trabalho de Especialistas em Mamíferos Aquáticos da América do Sul**. Montevideo, Uruguay. 26-28. 1992.

LIMA, P.C. Uma longa viagem para morrer na praia. **Ciência Hoje** **20**: 58-61. 1996.
LUSTOSA, M.C.J.; LAGES, A.M.G.; ARAUJO, J.S. ; COSTA, F.J.C. **O Velho Chico e sua nova cadeia produtiva: diagnóstico da piscicultura alagoana**. EDUFAL. 99p. 2008.

MAIA-NOGUEIRA, R. Primeiro registro de golfinho de Risso (*Grampus griseus* Cuvier, 1812, Cetácea, Delphinidae) no litoral do Estado da Bahia, incluindo uma revisão da espécie em águas brasileiras. **Bioikos** **14** (1): 34-43. 2000.

MASCARENHAS, R.; SANTOS, R. ;ZEPPELINI, D. Plastic debris ingestion by sea turtle in Paraíba, Brazil. **Marine Pollution Bulletin** **49**: 354-355. 2004.

MASCARENHAS, R.; BATISTA, C.; MOURA, I.F.; CALDAS, A.R.; COSTA NETO, J.M.; SOUZA, M.Q.V.; ROSA, S.S.; BARROS, T.V.S. Lixo marinho em área de reprodução de tartarugas marinhas no Estado da Paraíba (Nordeste do Brasil) -. **Gerenciamento Costeiro Integrado** **8**: 221-231. 2008.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Nordeste do Brasil**. IBAMA, CEPENE. 140p. . 2006.

MONTEALEGRE-QUIJANO, S.; VOOREN, C.M.; SOTO, J. Sobre a porcentagem de incidência de materiais de origem pesqueira em tubarões azuis, *Prionace glauca*, Linnaeus, 1758, no Sul do Brasil. **Resumos do IV Reunião da SBEEL**, Recife. 130p. 2004.

SANTIAGO, P.M.M.;ROCHA JR., C.L. Quantificação dos resíduos sólidos encontrados na Praia do Caúra, São José de Ribamar, Maranhão. **III Congresso Brasileiro de Oceanografia**. 865-869p. 2010.

SANTOS, I.R.; FRIEDRICH, A.C.; DUARTE, E. Percepções sobre o Lixo na Praia do Cassino (RS, Brasil). **Mundo e Vida** **4** (1): 11-17. 2003.

SAZIMA, I.; GADIG, O.B.F.; NAMORA, R.C.; MOTTA, F.S. Plastic debris collars on juvenile Carcharhinid sharks (*Rhizoprionodon lalandii*) in southwest Atlantic. **Marine Pollution Bulletin** 44: 1147-1149. 2002.

SECCHI, E.; ZARZUR, S. Plastic debris ingested by Blainville's beaked whale, *Mesoplodon densirostris*, washed ashore in Brazil. **Aquatic Mammals** 25 (1): 21-24. 1999.

SILVA, J.W.B.; REGIS, R.C.; BEZERRA, A. T. Produção de alevinos de apaiari, *Astronotus ocellatus ocellatus* (Cuvier, 1829) Swainson, 1839, em viveiros **Ciência Agrônômica** 24 (1/2): 22-26. 1993.

SOARES, E.C.S; BRUNO, A.M.S; DANTAS, J.M.; SANTOS, R.B. Ictiofauna e pesca no entorno de penedo, Baixo São Francisco, Alagoas. **Biotemas** 24: 61-67. 2011.

TORRES, I.K.A.; ARAÚJO, K.N.O. Estudo quali-quantitativo sobre resíduos sólidos na Praia da Pedra Branca, Pará - Brasil. **III Congresso Brasileiro de Oceanografia**. 2008.

VASKE-JR., T. Objetos estranhos que os tubarões ingerem. **Elasmovisor, SBEEL**. 5-6. 2000.

VIEIRA, R.H.S.F.; ROCHA, C.A.S.; MENEZES, F.G.R.; ARAGÃO, J.S.; RODRIGUES, D.P.; THEOPHILO, G.N.D.; REIS, E.M.F. Poluição da água do mar e da areia de três praias de Fortaleza, Ceará, Brasil. **Arquivos de Ciências do Mar**. 35:113-118. 2002.

AGRADECIMENTOS

Aos alunos da disciplina Poluição Aquática da Universidade Federal de Alagoas: Angélica Gomes, Valéria Lima, Manoel Messias, Ellen Rocha, Genilson Anjos, Marta Caroline, Rafael Carnaúba, Hugo Rafael e Warly Santos. Ao prof. Rafael Arruda (UFAL) pela revisão do texto. Ao Jopype Pereira e Dourinaldo Ferreira pela companhia durante os mergulhos. Aos voluntários do I Arrastão de Limpeza de Praias do Baixo São Francisco, em especial aos alunos e professores dos cursos de Engenharia de Pesca e Turismo (UFAL). Ao Grêmio Estudantil da Escola Estadual Comendador José da Silva Peixoto. À Secretaria Municipal de Educação, de Turismo e Cultura de Penedo, especialmente à Direção do Teatro Sete de Setembro. Ao Grupo de Capoeira Mandingueiro – Penedo. À Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba da 5ª Superintendência Regional. À Faculdade Raimundo Marinho pela colaboração.

POSSIVEIS SOLUÇÕES

Ponte D. Pedro II ligando Alagoas e Bahia



Fonte: http://www.skyscrapercity.com/images/skyscrapercity_name.jpg

SÃO FRANCISCO DO LADO DE CÁ: O OLHAR DOS ARTESÃOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

Juliana dos Santos Barros¹
Fabiana de Oliveira Lima²

RESUMO

Este trabalho busca compreender a relação da atividade turística com a identidade cultural dos artesãos da Foz do Rio São Francisco. Este lugar está localizado no município de Piaçabuçu/AL, situado dentro de uma área de preservação ambiental e recebe um grande fluxo turístico durante o ano inteiro. O turismo surge como um agente de transformação para o grupo de artesão que se apropriaram do local para oferecerem seus produtos a estes visitantes. Desta forma, buscou-se analisar o processo turístico através da ótica desse grupo, privilegiando o olhar dos *residentes* sobre os *turistas*. Para o trabalho utilizou-se levantamento bibliográfico, registros fotográficos, entrevistas e narrativas locais, buscando identificar as transformações ocasionadas por esta atividade e suas implicações na identidade cultural desse grupo, reconhecendo o processo de ocupação desse espaço. Nota-se que este acontecimento está relacionado com o modo como o turismo acontece no local, entendendo que esse fenômeno está intimamente ligado à troca cultural e simbólica, que influencia no comportamento e nas relações sociais.

Palavras-chave: Identidade Cultural; Desenvolvimento turístico; Foz do São Francisco.

SAN FRANCISCO HERE'S SIDE: THE LOOK OF ARTISANS ON TOURISM DEVELOPMENT IN THE RIVER MOUTH SAN FRANCISCO AND SOCIO-CULTURAL CHANGES.

ABSTRACT

This academic paper seeks to understand the relationship of tourism with the cultural identity of the artisans on the São Francisco' river mouth. This place is located in Piaçabuçu, a municipality in State of Alagoas, situated within an area of environmental preservation and receives a large influx of tourists throughout the year. The tourism arises as an agent of transformation for the artisans group that appropriated the place to offer their products to these visitors. Thus, it sought to analyze the tourist process through the eyes of this group, favoring the look of residents about the tourists. For the academic paper was used bibliographical survey, photographic records, interviews and local narratives, seeking to identify the transformations occurred for this activity and your implications on the cultural identity of this group, recognizing the process of occupation of this space. It is noted that this happening is related to the way that tourism happens on site. I understand that this phenomenon is closely linked to cultural and symbolic exchange that influence on the behavior and social relationships.

Keywords: Cultural Identity; Touristic Development; Foz do São Francisco

JEL: Z32

¹ Graduanda em Turismo na Universidade Federal de Alagoas, Unidade de Ensino Penedo- Campus Arapiraca (2011.2) Brasil. juliana-sbarros@hotmail.com.

² Professora Doutora na Universidade Federal de Alagoas, Unidade de Ensino Penedo- Campus Arapiraca Brasil. fa.olilima@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se a identidade como um conjunto de aspectos típicos de um determinado povo com suas crenças, cerimônias religiosas e conhecimentos comuns. Assim, como afirma Hall (2001, p 106) “na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”. A identidade vai se construindo a partir do momento que um determinado grupo se apropria de seus valores, tradições e manifestações que se eternizam na história, transmitindo-a de geração para gerações.

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência. Ela tem a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. (HALL 2001, p. 109)

Nesse aspecto o trabalho buscou identificar as mudanças no processo de produção e comercialização dos produtos oferecidos por esses feirantes e se essas foram motivadas pelo contato com o visitante. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico, com pesquisadores que trabalham temáticas semelhantes e a interpretação do Plano de Manejo da APA localizada no município.

Apesar de o turismo ocorrer na Foz do Rio São Francisco sem planejamento, é importante que se reconheçam as motivações e o trajeto percorrido pelos artesãos até a instalação da feira de artesanato, considerando que a maior parte desses feirantes pertence ao estado de Sergipe. Assim sendo, realizou-se um estudo de campo, para o aprofundamento das questões propostas e, melhor compreensão das características do grupo estudado, e ainda entrevistas semiestruturadas com o poder público e levantamento de história oral com os feirantes, em especial os que estão exercendo a função há mais de 10 anos e que são os próprios artesãos, com o objetivo de obter uma visão mais detalhada sobre o fenômeno estudado.

2 IDENTIDADE CULTURAL: CONCEITOS E RELAÇÃO COM O TURISMO

A percepção de identidade cultural está sendo modificada com o decorrer do processo de civilização, a inserção das mídias, a facilidade de locomoção e o bombardeamento de informações instantâneas, que estimulam diversas

modificações na sociedade, seja no contexto econômico e de organização ou ainda no seu modo de vida. Sendo assim, o indivíduo pós-moderno não possui uma identidade fixa, pois está sujeito às transformações contínuas motivadas pelo processo civilizatório e pela globalização dos meios de comunicação e informação. Hall (2001) afirma que:

O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado: composto, não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. [...] O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 2001, p.12).

A sociedade moderna passou a assumir diferentes identidades em momentos distintos, motivado pela troca acelerada de informação, que estreita cada vez mais as distâncias e o tempo. Segundo Giddens (1991, p. 6) “a medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação atingem virtualmente toda a superfície da terra e a natureza das instituições modernas”. Deste modo, observa-se que o processo de globalização acabou introduzindo novos modos de construção identitárias.

Ainda de acordo com Hall (2001) :

A identidade se torna uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. Os sujeitos assumem identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2001, p.13).

Sendo assim, nesse contexto se configura a terceira concepção de identidade segundo Hall, em que o sujeito pós-moderno se apresenta como aquele que não possui uma identidade única, fixa ou permanente, como já citado, diferentemente das duas outras concepções, m que, a primeira é a do sujeito unificado desde o seu nascimento, dotado de capacidades de razão, consciência e ação e a segunda como sendo a que é formada pela relação com outras pessoas que aferiam seus valores, símbolos e sentidos expressos em uma cultura (HALL, 2001, p.22). O indivíduo deixa de ser visto com uma identidade unificada e estável e passa a apresentar uma identidade fragmentada, formada não mais por uma, e sim por várias identidades.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo dos tempos, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência e no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada. [...] Assim em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar

de identificação, e vê-la como um processo em andamentos. (HALL, 2001, p. 38-39).

A construção da identidade está atrelada ao processo de globalização, já citado anteriormente, ao desenvolvimento das tecnologias e suas diversas formas de facilidade aproximam cada vez mais o local ao global e produzindo assim os mais diversos estilos e identidades, o que antes era próprio de uma comunidade, hoje pode ser encontrado em vários locais, padrões de consumo passam a ser adotados em todos os lugares. Esse contato com o global faz com que o indivíduo adote estilos de vidas que muitas vezes não faziam parte do seu cotidiano, o modo de se vestir, os gostos musicais, modo de comer, modo de agir, sua rotina está sempre sujeita a mudanças, condições estabelecidas pela modernidade que faz com o sujeito se depare com diversas alternativas de hábitos de vida. Bauman (2001, p. 98), acrescenta “numa sociedade de consumo, compartilhar a dependência de consumidor - a dependência universal das compras - é a condição *si ne qua non* toda liberdade individual; acima de tudo da liberdade de ser diferente, de ter identidade”. Ou seja, são os padrões de consumo disseminados pelas mídias ou expostos pelo contato de culturas diferentes que tornaram a identidade um produto de consumo. Segundo Canclini (1997), o consumo pode ser definido como sendo um conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e o uso de produtos, ou seja, o consumo faz parte da construção identitária do indivíduo, tornando-se um elemento de exclusão, diferenciação ou até mesmo de inclusão social. O consumo de produtos ou serviços, muitas vezes contribui no desenvolvimento do “eu” do indivíduo, auxilia na construção do papel que o mesmo exerce no meio em que está inserido. McCracken (2003, p. 34) ressalta que “o mundo de consumo fornece ao indivíduo o material necessário para a elaboração da identidade pretendida por cada um”. Desse modo, nota-se que os padrões de consumo e a massificação midiática, tornaram-se elementos que conduzem a formação de uma identidade fragmentada, construída por meio da relação do indivíduo com o lugar do qual faz parte, com o mundo exterior e as suas identidades, em que conseqüentemente sua identidade cultural passa por um processo contínuo de formação e alteração. Hall (2001) considera ainda que o homem pós-moderno transformou-se em um sujeito fragmentado, conseqüência do montante das diversas identidades que chegam até a serem contraditórias ou mal resolvidas. A identidade está em um processo de construção constante e o processo

de globalização faz com que haja sempre uma reformulação de identidade. Como afirma Barretto (2001, p. 29) “a identidade é vista como algo móvel, sempre em construção, que vai sendo moldado no contato com o outro e na releitura permanente do universo circundante”. Isso nos faz encarar a identidade como um processo constante de reformulação e mudanças.

Dessa forma, compreendendo a identidade como algo não estático, as referências identitárias podem ser construídas e desconstruídas, fruto das relações sociais que são estabelecidas no espaço onde o sujeito está inserido e ainda das influências externas.

O turismo constitui-se numa atividade que promove o contato frequente entre pessoas, possibilitando assim um encontro cultural que poderá desencadear ganhos ou perdas para a comunidade receptora, dependendo da sua conjuntura social e cultural e ainda do modo pelo qual a atividade é encarada por estes indivíduos. Dias (2003) afirma que:

[...] resultado de um tipo particular de relações sociais que ocorrem entre turistas e residentes como decorrência do estabelecimento do contato e que provocam mudanças sociais e culturais na sociedade visitada – sistema de valores, comportamento individual, estrutura familiar, estilos de vida, manifestações artísticas, cerimônias tradicionais e organização social (DIAS, 2003, p. 126).

Essa interação entre turistas e residentes, em geral fragiliza os hábitos culturais dos visitados, conforme abordado, conseqüentemente altera a identidade dos mesmos, sendo as comunidades receptoras as que mais sofrem transformações. Torna-se importante salientar que o turismo quando planejado apresenta benefícios sociais, culturais, econômicos e ambientais em potencial, o fator determinante para isso, além do planejamento, é a gestão estratégica, que vise beneficiar os grupos envolvidos na atividade - a ausência de um planejamento sustentável ocasionará diversos problemas para os autóctones, não só em seu modo de vida e costumes, mas também em seu modo de agir e pensar.

Portanto, pode-se destacar que a identidade passa a ser vista como volátil, que pode ser enfraquecida por meio do bombardeamento de informações e infiltração cultural, ao passo que a vida social passa a ser medida pelo mercado global de estilos. Como afirma Hall (2001, p 42) “somos confrontados por uma gama de diferentes identidades, dentre as quais parece possível fazer uma escolha”. Na atualidade, as mudanças fazem parte do processo cultural, estando a identidade

sempre em construção, influenciada pelo contato com o “novo” com o “diferente” e pelos demais fatores que contribuem para esse processo de reformulação identitária. Assim dinâmicas, as identidades locais sofrem mudanças (Hall, 2001, p 43).

Ainda segundo Barretto (2001):

Do ponto de vista dos núcleos receptores, sem dúvida, as culturas não são estáticas, e a identidade dos povos e das pessoas muda ao longo do tempo. Nada nem ninguém permanece absolutamente idêntico a si mesmo para sempre. Nesse sentido, há que se concordar que manter a identidade local é tentar impedir o processo normal pelo qual pessoas e sociedade evoluem. (BARRETTO, 2001, p. 48).

Logo, é possível compreender que os acontecimentos atuais são demasiadamente acelerados e os espaços está cada vez mais próximos, através das informações instantâneas, modernização dos transportes, avanços tecnológicos, da facilidade ampliada na locomoção de pessoas, ultrapassando os limites das fronteiras do tempo e do espaço. Nesse aspecto, o turismo como uma atividade que promove o deslocamento de pessoas para lugares diferentes do seu espaço habitual, conseqüentemente promove a interação entre visitantes e visitados, ou seja, um encontro de culturas e hábitos de vida diferenciados. Como afirma Barretto (2001, p. 42), “isto, ocasiona um contato entre diferentes culturas propiciando que turistas e residentes vivenciem a alteridade”. Este contato, como já referido, pode originar mudanças positivas ou negativas, para as comunidades receptoras. Quanto à cultura, ele pode ser um elemento de valorização do patrimônio, da historia, mas o que aparece de modo mais recorrente é o interesse apenas no aspecto econômico que esta atividade pode proporcionar para os locais de destino turístico, estabelecendo contatos precários e provocando a dependência excessiva da atividade por parte da população das destinações turísticas (RUSCHMANN, 1997).

Segundo Barbosa (2002)

Esse argumento já consolidado pelo turismo constitui uma das armas ideológicas do sistema capitalista [...] O capital é tão ávido por mais lucro de forma dinâmica que transforma conceitos, contrariando a própria lógica da “indústria”, e chega ao ponto de denominá-lo indústria sem chaminé. O turismo não manufatura mercadorias como uma indústria”. (BARBOSA 2002, p.85-86).

É notório o grande potencial da atividade turística para geração de emprego e renda, mas não se pode descartar a contribuição que o mesmo possui para o desenvolvimento de outros vieses, como o social, cultural e ambiental, que estão

diretamente ligados ao desenvolvimento turístico. Porém sabe-se que é justamente o aspecto econômico que atrai o interesse de investimento no turismo, tanto por parte dos governantes, como dos setores privados. No entanto, quando não planejada de acordo com as necessidades locais, a implantação da atividade turística pode ocasionar inúmeros problemas, principalmente para a comunidade onde será inserida. Promover o desenvolvimento requer atenção aos seus mais variados aspectos. É preciso reconhecer a necessidade do local, para poder implantar um turismo atento a sociedade em que se insere, minimizando seus aspectos negativos e maximizando seus aspectos positivos.

Buarque (1999) aponta que:

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local [...] (BUARQUE, 1999, P. 23).

É inegável que o turismo, assim como outras atividades econômicas, causa interferências nos locais onde é instalado, mas quando trabalhado de forma correta as consequências negativas podem ser amenizadas.

3 Mudanças Socioculturais através Turismo: aspectos conceituais e natureza

Para Santana (2009, p. 147), “o desenvolvimento do Turismo em determinada área inevitavelmente afeta a vida das populações residentes, além de alterar claramente o ambiente físico. [...] Os impactos do turismo originam-se na possibilidade de receber turistas, na preparação da área e na construção dos produtos destinados a uma clientela específica, antes mesmo que o primeiro turista apareça em cena”. Deste modo, os efeitos do turismo estão associados às constantes mudanças provocadas pela modernidade, motivadas pelo alto consumo de bens e serviços. Atribui a isso também ações provocadas pelos agentes envolvidos no desenvolvimento da atividade, as instituições e a todos os agentes externos ligados a exploração do potencial de determinados territórios.

Isso resulta da exposição à globalização e as facilidades ao acesso as novas tecnologias, assim também como as modificações nos padrões de consumo. Segundo Santos (1996, p. 63) “Agora tudo se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política. Este conjunto de mundializações,

cada qual sustentando, arrastando e ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização”. A globalização³ estimula a competitividade e conseqüentemente a modernização, seus benefícios muitas vezes são diferenciados para lugares e pessoas, o que ocasiona na maioria das vezes a diferenciação e a exclusão social, entre outros efeitos gerados pelo capitalismo desenfreado. Portanto entende-se que as mudanças socioculturais do turismo estão atreladas ao mundo globalizado ao qual está inserido, sendo a atividade turística parte da globalização.

Desta forma, segundo Ruschmann (1997 p. 34) as mudanças socioculturais do turismo referem-se “a gama de modificações ou conseqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras”. Os impactos ou mudanças provocadas pelo turismo podem ser distinguidos como “positivos ou negativos” e ainda podem acontecer nas vertentes culturais, sociais, ambientais ou econômicas. Tais impactos podem ser identificados por uma série de fatores ligados as características das comunidades receptoras e do meio ambiente onde o turismo se desenvolve. É importante citar também que existem diversos estudos que abordam os impactos ambientais e econômicos do turismo, mas no que se referem aos socioculturais as pesquisas ainda são poucas. Um dos motivos para isso é o fato dessas mudanças serem mais lentas e levarem mais tempo para serem percebidas. Sobre isso Swarbrooke (2000, p. 109), afirma: “[...] em geral são invisíveis e intangíveis, e com pouca ou nenhuma oportunidade de serem revertidos depois de ocorridos”.

Embora vários estudos apontem os aspectos negativos do turismo, é importante destacar que o turismo possui suas contribuições positivas, sobretudo no que tange a geração de novas fontes de emprego e renda para as comunidades receptoras, na preservação de áreas naturais, patrimoniais e culturais e ainda em muitos casos colaboram para ascensão da autoestima das populações locais. Nicoletti (2003, p. 64) defende a interação entre locais e turistas. A autora defende que o ecoturismo, por exemplo, pode atuar como elo entre o local e o global, isso permite a introdução do ser na sociedade global, ao mesmo tempo em que possibilita a afirmação dos grupos locais. São vários os benefícios que uma

³ A globalização é um fenômeno do desenvolvimento tecnológico, principalmente dos meios de transporte e comunicação. Nesse âmbito, a percepção da identidade cultural referente a uma sociedade ou grupo emerge dos conflitos provenientes do fim das fronteiras virtuais. (BAUMAN, 2005)

atividade turística planejada pode ocasionar aos locais que passam a explorar esta atividade. Os investimentos em infraestrutura básica e de apoio turístico, por exemplo, melhoram as condições de vida dos moradores, ao mesmo tempo em que favorecem os visitantes. (DIAS, 2005).

Torna-se necessário apontar que a relação entre o visitante e as comunidades receptoras geram choques culturais, em especial quando os visitados não participam das ações promovidas para o desenvolvimento do turismo. Logo quando os turistas chegam passam a ser encarados como uma ameaça para a identidade local dessas comunidades. Pois não se desnudam de suas referências culturais para incorporar a dos autóctones. Ou seja, quando viaja, o turista leva consigo todos os seus hábitos e ainda sua conduta de consumo para os lugares de destino, independente da sua motivação de viagem. Sendo a cultura algo dinâmico que está em constantes mudanças, seja na perda de hábitos e costumes, ou na adição de novos. Laraia (2005, p 96) aponta dois tipos de mudanças, a que resulta da dinâmica do próprio processo cultural, é a outra originada dos diferentes contatos culturais. “É que se torna impossível pensar a existência de um sistema cultural que seja afetado apenas por mudanças internas”. (LARAIA, 2005, p. 96). Desta forma é notório que o encontro de duas naturezas diferentes provoque mudanças no comportamento cultural de determinados grupos.

O turismo possui características que podem influenciar nas mudanças de valores, pensamentos e comportamento de pessoas e lugares. Hall (2000, p.34), “acrescenta que vivemos em uma época pós-moderna onde as identidades são fragmentadas e não existe uma cultura fechada e absoluta”. São os *fluxos culturais* citados por Hall (2000), que fazem com que as identidades sejam partilhadas, as culturas tornam-se cada vez mais expostas a influências externas. São pessoas de diversas regiões interagindo em um mesmo espaço, são os diferentes espaços sendo cruzados em um piscar de olhos pela facilidade ao acesso advindo do processo de globalização. Sobre isso Hall (2000, p. 74) afirma: “É difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através dos bombardeamentos e da infiltração cultural”.

O contato entre visitante e visitado muitas vezes desperta nas comunidades, a capacidade de querer imitar o comportamento do visitante em suas rotinas diárias e muitas vezes no seu modo de agir e pensar. Cohen (1984, p. 397), aponta o

encontro entre visitante e visitado como sendo “essencialmente transitórios, assimétricos e sem repetições, [onde] os participantes procuram gratificação imediata em lugar de continuidade”. No caso do presente estudo, essa relação ocorre de modo assimétrico, pois a comunidade estudada tornou-se apenas prestadora de serviços, enquanto os visitantes se divertem, os autóctones trabalham para garantir aos visitantes um passeio agradável.

Cohen (1984) acrescenta ainda:

Essa efemeridade das relações é a que propicia a exploração, o engano, a hostilidade e a desonestidade, que são moeda corrente na relação entre turista e população local justamente porque nenhuma das partes envolvidas se sente comprometida com as consequências da sua ação. (COHEN, 1984, p. 397).

À proporção que o fluxo de turista aumenta, observa-se que a receptividade, a alegria e a reciprocidade, transforma-se em mercadoria, montada. O mesmo acontece na região da foz do Rio São Francisco, os artesãos impulsionados pela visita constante de turistas de diversas partes, fazem de tudo para atraírem a atenção dos visitantes para comprarem seus produtos; usam sua simpatia, seu sorriso e aptidões até na concorrência entre si. Essa relação também é motivada pelo tipo de turismo que é desenvolvido na localidade, o turismo de massa, onde normalmente o turista visita os atrativos turísticos, sem se quer tomar conhecimento sobre a população local. De acordo com Barretto (2004):

”O turismo, em sentido amplo, é um fenômeno social. Mas em sentido restrito, na perspectiva dos núcleos receptores, é um negócio. Um negócio que vende algo diferente, sim: prazer e lazer, mas que é conduzido pela lógica da sociedade capitalista, pela produtividade e pela lucratividade” (BARRETTO, 2004, p. 147).

Nota-se que esse é o modo como o turismo é encarado pelo grupo de artesãos da região da Foz do Rio São Francisco, quando o turismo passa a ser encarado pelas comunidades locais apenas em seu viés econômico, o que se observa é apenas o interesse particular de se favorecer financeiramente, porém a atividade turística pode trazer benefícios que vão além dos aspectos econômicos.

4 APA Federal de Piaçabuçu: Foz do Rio São Francisco

Piaçabuçu está localizada na região Sul do Estado de Alagoas, limitando-se ao norte com os municípios de Penedo e Feliz Deserto, ao sul com o Rio São Francisco, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Penedo. Segundo dados

do IBGE o município possui uma população de 17.203 habitantes. O acesso pela capital Maceió é feito pela rodovia AL-101, com aproximadamente 184 km. Tendo sua economia voltada para a pesca e produção de coco, observa-se ainda um aumento da atividade turística na região. Está localizada ainda dentro dos limites territoriais da Área de Proteção Ambiental de Marituba do Peixe e a APA (Área de Proteção Ambiental) Federal de Piaçabuçu. (IBGE, 2010).

Em 21 de Julho de 1983, o Decreto nº 88.421, criava a APA Federal de Piaçabuçu, sendo a primeira Área de Proteção Ambiental criada no Estado, com o objetivo de proteger as tartarugas marinhas e as aves migratórias que utilizavam aquela área. A APA de Piaçabuçu, assim como as demais unidades de conservação da sua categoria, tem sua definição dada pelo Artigo 15º do SNUC como: “uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”. (ICMIBIO, PLANO DE MANEJO DA APA DE PIAÇABUÇU, 2010).

Ainda de acordo com a Lei 9.985/00 do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC):

Trata-se de uma unidade de conservação pertencente ao Grupo de Uso Sustentável, localizada no extremo meridional do estado de Alagoas (10º 20'S e 36º 20'W) limitando-se ao Sul com o rio São Francisco, a Leste e a Norte com o Oceano Atlântico e a Oeste, com a uma linha paralela à praia do Peba. (MARRA, 1989, apud CABRAL; AZEVEDO; LARRAZÁBAL, 2006,p.162)

Nota-se a importância da APA de Piaçabuçu para o desenvolvimento do Turismo, tendo em vista a relevância dos seus aspectos de importância biológica. Ela possui 18 mil hectares, com áreas alagadas e a presença de dunas e gramíneas em expansão. Um cordão arenoso de dunas com uma extensão de 19 km que acompanha a praia desde o Pontal do Peba à Foz do Rio São Francisco, margeando o lado oposto ao continente, com uma largura de 700-800 metros. (CABRAL; AZEVEDO; LARRAZÁBAL, p. 866). Para tanto é necessário à elaboração de um planejamento das atividades a serem desenvolvidas nesse local, já que se observa o turismo acontecendo de forma aleatória, sem nenhuma preocupação com o local onde está inserido, ainda mais por se tratar de uma Área de Preservação Ambiental Federal. É importante destacar a existência de um plano

de manejo, criado no ano de 2010 que prevê ações a serem desenvolvidas nesta área, assim como destaca as exigências a serem seguidas para a manutenção do local. Porém, o que se tem visto é o não cumprimento destas ações pelos órgãos responsáveis e principalmente pelos gestores locais. Há um conjunto amplo de divergências entre os propósitos do plano de manejo, a população local e os empresários que promovem o turismo na região, o que dificulta o diálogo e as ações efetivas.

O turismo quando desenvolvido dentro da vertente da sustentabilidade, pode auxiliar na manutenção dos sistemas ecológicos, como as unidades de conservação, mas, para isso deve estar ligado com a criação de políticas públicas que visem à melhoria de vida das comunidades locais. Ao mesmo tempo, sem que haja boa comunicação entre as partes interessadas/afetadas, fica cada vez mais distante a possibilidade de promover resultados positivos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O turismo nessa região começou ser explorado quando os governantes do Estado de Alagoas, em parceria com a Prefeitura de Maceió, passaram a investir no setor turístico, atraindo investidores do ramo hoteleiro. Com o investimento na infraestrutura, os turistas de várias partes do mundo adotam Maceió como destino de férias.

É em 1974, na gestão do prefeito João Sampaio, que ocorre a urbanização da orla da Pajuçara no trecho compreendido entre o cais do Porto e o Alagoas late Clube. É neste período que várias iniciativas são tomadas por parte do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal no sentido de incentivar a implementação do turismo no Estado e no município. É criada a EMATUR (Empresa Alagoana de Turismo), estimula grupos a construir hotéis. (BARBOSA apud TORRES, 2011 p. 40).

Com isso os turistas passaram a visitar destinos próximos a capital como, por exemplo, a Foz do Rio São Francisco. Esses lugares passam a investir também no setor turístico, em Piaçabuçu os barcos passaram a ser adaptados para conduzir os visitantes até a Foz, cursos de qualificação são oferecidos aos moradores para que esses atendam os visitantes.

No início dos anos 1990, já havia no porto embarcações a espera exclusivamente de turistas. Nessa mesma década, a secretaria Municipal de Turismo lança um projeto para qualificar informantes turísticos, guias mirins e montar um ponto de informação turística. Outros cursos foram oferecidos à população, como o de fabricação de biscoitos e cocadas. Após o término do curso, passou-se a vender na Praça São Francisco de Borga, biscoitos caseiros e cocadas de diversos sabores. (TORRES, 2011 p. 42).

Deste modo, nota-se que a partir do desenvolvimento turístico, pessoas pertencentes a várias camadas sociais passaram a ver no turismo uma possibilidade de renda familiar. Deste momento em diante é possível observar a presença de turistas circulando no município durante toda semana.

O conjunto de elementos naturais encontrado na Foz do Rio São Francisco, localizada dentro da APA Federal de Piaçabuçu fez com que a atividade turística se desenvolvesse nessa região. Apenas a área da Foz é visitada em grande fluxo por turistas de toda parte do mundo, principalmente no período de alta estação (Verão), importante destacar que não existe um controle de visitação a esse local (capacidade de carga) que delimite o número de pessoa por metro quadrado, nem estudos que apontem os impactos causados pela grande movimentação de turistas nessa região.

Faz-se necessário destacar que apesar de estar concentrada dentro da APA a região da Foz do Rio São Francisco, passa por sérios problemas ambientais, motivados pela ausência de um controle da capacidade de carga, como já foi citado e ainda pela falta de fiscalização contínua. Porém, o passeio permite aos visitantes um contato com a natureza e com a cultura local, seja por meio da culinária, ou ainda pelo contato com artesãos locais.

A foz do Rio São Francisco atualmente é destino de grande parte dos turistas hospedados na capital Maceió. É possível observar em período de baixa ou alta temporada um fluxo de visitantes de várias regiões. Esses possuem características físicas diferentes dos moradores locais. No retorno do passeio a foz, os visitantes trazem consigo as mãos cheias de sacolas, nelas estão cocadas de fita, peças de barro, doces caseiros, e ainda as bolsas de palha, todos comprados no comércio que atualmente foi formado no local. (TORRES, 2011, p.56)

É na área da foz do São Francisco que atualmente encontra-se o comércio de artesanatos, muitos desses são produzidos e vendidos pelos próprios artesãos, outros são apenas peças compradas para revenda. Os feirantes que estão nesse local em sua grande maioria pertencem ao Estado de Sergipe, esses eram moradores do antigo povoado Cabeço e atualmente moram no povoado Saramém, que faz parte do município de Brejo Grande. A migração desse grupo ocorreu pela grande proximidade do estado de Sergipe com o estado de Alagoas onde ocorre todo o fluxo turístico (os motivos que levaram a migração serão detalhados a seguir).

Um dos problemas encontrados é o fato da região ser uma APA Federal, definida como, ZONA DE TURISMO ECOLÓGICO, onde está previsto em seu Plano de Manejo, regras gerais como: a proibição de construções, turismo de massa, veículos motorizados, atividades noturnas, acampamento, tendas ou estruturas similares, som (buzinas, barulhos ou ruídos), fogueiras, lampião, churrasqueiras ou similares. (ICMBIO, PLANO DE MANEJO DA APA DE PIAÇABUÇU, 2010). O que se tem observado é o descumprimento das ações previstas no Plano de Manejo da APA, ocorre pela ausência de uma fiscalização rigorosa e principalmente pelo surgimento de um turismo sem qualquer tipo de planejamento.

A região da foz do rio São Francisco recebe um grande fluxo de visitantes, que buscam o local justamente por esse contato com a natureza e ainda pela exuberância de suas paisagens. Mas, a ausência de estudos que apontem as consequências desse descontrole quanto à visitação e os diversos impactos gerados pelas embarcações que ancoram, pelos carros e outros veículos que chegam até o local, não fizeram os gestores despertarem para o real problema do lugar. Torres (2011, p. 52) ressalta que, “A foz do São Francisco, está dentro da APA de Piaçabuçu. Verifica-se a necessidade de ações públicas para a preservação destas áreas e a inserção da comunidade local em atividade de desenvolvimento sustentável”. Torna-se importante inserir a comunidade no processo de planejamento turístico, para que eles entendam seu papel quanto cidadão e ainda compreendam a importância do turismo, quando trabalhado de forma igualitária e participativa. Pois, a atividade turística é uma forma de inclusão social da população, por meio do fomento de atividades econômicas que promovam o desenvolvimento humano e coletivo de forma equilibrada e socialmente justa (LIMA, 2005).

Sendo assim, observa-se que não existe um diálogo entre o grupo de artesãos e a gestão do município e isso implicou em uma série de problemas, em especial para os artesãos, como será detalhado a seguir. O turismo na foz do São Francisco, assim como em outras regiões com características semelhantes, ocasionou diversos impactos, tantos positivos, como negativos, ao passo que trouxe emprego e renda que tentam diminuir a desigualdade social, ocasionou fragilidade ao local. Dias (2003, p. 32) acrescenta o impacto negativo é o crescente interesse de turistas por ambientes naturais frágeis e a rápida disseminação deste tipo de atividade com capacidade de alterar o meio ambiente em curto espaço de tempo.

No que se refere à participação da comunidade local no planejamento turístico, Swarbrooke (2000) afirma que:

Para estar envolvida no planejamento e administração do turismo sustentável, ou seja, o modelo mais ideal que não degradar os recursos naturais e culturais, a comunidade deve falar em uma só voz, deve sentir que pertence a um grupo que motivados por outras pessoas, se envolvem com os ideais da comunidade. (SWARBROOKE, 2000, p. 23).

Desta forma, é possível notar que no município de Piaçabuçu existe um entrave entre a comunidade receptora e os gestores, o que contribui para uma atividade desorganizada e com interesses particulares. Torna-se importante colocar a comunidade em destaque, conhecer seus anseios, para que ocorra um desenvolvimento sustentável. Para tanto, é necessário conhecer os problemas e as prioridades da população envolvida, a fim de identificar as dificuldades que enfrenta, procurando desenvolver soluções que garantam sustentabilidade ao meio natural e sociocultural onde essa comunidade está inserida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que partir do surgimento de uma feira de artesanato, turistas e autóctones passam a se relacionarem, uma relação com interesse exclusivamente com fins de compra e venda. A hospitalidade passa a se apresentar nessa relação, e importante atender bem o cliente para que ele retorne ou indique o destino para outros. O turista por sua vez chega ao local com poucas informações e passa a exigir conforto e bem estar, a comunidade receptora então passa a querer atender as necessidades dos visitantes. Essa relação pode ocasionar as populações locais danos muitas vezes irreparáveis.

Deste modo, observa-se que o turismo em Piaçabuçu acontece sem o planejamento adequado. O que advém da ausência de elaboração de políticas públicas voltadas ao uso do espaço natural, as relações comerciais e ainda as relações pessoais que acontecem durante o contato do visitante com o visitado. Nota-se que o turismo de massa desenvolvido na região ocasiona diversos problemas para a comunidade e para o lugar, gerando conflitos entre os autóctones e os órgãos ambientais, como o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) . Assim sendo é necessária a aplicação de práticas ambientais, que delimitem o uso da Área de Proteção Ambiental, pois a exploração dos recursos naturais sem qualquer tipo de planejamento pode gerar sérios problemas não

apenas ambientais, mas também, sociais e culturais, ocasionando a descaracterização do lugar e conseqüentemente o desaparecimento dos elementos que constituem a identidade de um povo.

Referências

BARBOSA, Ycarim Malgaço. História das viagens e do turismo. 2º ed. São Paulo: Aleph, 2002 (Coleção ABC do turismo).

BARRETTO, Margarida. Relação entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológico. Turismo em Análise, v. 15, n.2, p 133-149, novembro, 2004.

_____. Turismo e legado cultural: As possibilidades do planejamento. 2º ed. Campinas: papiros, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. Modernidade líquida. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: Instituto internacional de cooperação agrícola(IICA), 1999.

CABRAL; AZEVEDO; LARRAZÁBAL. Levantamento das aves da área de proteção ambiental de Piaçabuçu, no litoral de Alagoas Brasil, 2006. "Documento de Trabalho"

CANCLINI, Garcia N. Consumidores e cidadãos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DIAS, Reinaldo. Introdução ao turismo. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Sociologia do turismo. São Paulo: Atlas, 2003.

ICMBIO. Plano de Manejo da APA de Piaçabuçu. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

GIDDENS, Antony. As conseqüências da modernidade. 2º ed. São Paulo: UNESP, 1991.

HALL, S.A. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

_____. Quem precisa da identidade? In. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva(org). Petrópolis – RJ: Vozes, 2001.

LARAIA, Roque de B. Cultura um conceito antropológico. 14º ed. Rio de Janeiro : Zahar, 2005.

LIMA, Érika Oliveira. Contribuições para o desenvolvimento do turismo local social: um estudo de caso em Carrancas – MG. Dissertação de Mestrado. Varginha, MG: 2005.

MCCRACKEN, Grant. Cultura e consumo. Rio de Janeiro : Mauad editora, 2003.

NICOLETTI, Lenita. Turismo e desenvolvimento sustentável. In: MONTORO, Tânia Siqueira (org.). Cultura do turismo: Desafio e práticas ambientais. Brasília: Thesaurus, 2003.

RUSCHAMANN, Doris. Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente. São Paulo: papiros, 1997.

SANTANA, Augustin. Antropologia do Turismo: analogia, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: Conceitos e impactos ambientais. São Paulo: Aleph, 2000, vol. 1.

SWABROOKE, John. Turismo Sustentável: conceitos e impactos ambientais. São Paulo: Aleph, 2000, vol. 1.

TORRES, Ionara C. Ficou mais bonito? Antes e depois do turismo em Piaçabuçu-AL. 2011. Monografia (Curso de Bacharelado em Turismo) – Universidade federal de Alagoas, Penedo-AL, 2011.

A CULTURA DA UVA E DO VINHO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Natalia Coimbra de Sá¹
Emília Maria Salvador Silva²
Ariadna da Silva Bandeira³

RESUMO

O Vale do São Francisco vem experimentando bons frutos da produção de uvas para o consumo *in natura* e vinhos. O resultado é consequência de mudança de interesse das instituições federais pela área de pecuária extensiva até 1940, para torná-la de produção de culturas anuais como cebola e frutas, como banana e uva, a partir de projetos de irrigação. Essa cultura ganha destaque quando o Vale passa a ser responsável por quase 100% da uva de mesa produzida no país e, nos anos 1990 e 2000, empresas privadas ali se instalam para elaboração dos vinhos. Conhecer tais resultados tornou-se interesse de muitas pessoas e uma oportunidade para o mercado turístico. Assim, o estudo objetiva apresentar possibilidades de segmentação do turismo para o submédio do Vale do São Francisco, focando em estratégias de desenvolvimento que valorizem uma imagem local relacionada à uva e ao vinho. A partir de pesquisa documental, bibliográfica e de campo, inicialmente apresenta-se uma contextualização da área. Em seguida, discute-se sobre o referencial teórico de turismo, incluindo a articulação entre segmentos turísticos observados potenciais para o desenvolvimento da região. Apresenta-se também uma contextualização sobre as novas tendências econômicas e de marketing para o planejamento do turismo. Por fim, contribui-se analisando o que tem sido produzido sobre a atividade no Vale do São Francisco, indicando novas possibilidades de desenvolvimento local, destacando como elementos importantes: imagem do destino, novos equipamentos e eventos temáticos.

Palavras-chave: Vale do São Francisco; Turismo; Segmentação de mercado; Vinho; Economia criativa; Imagem de destino.

A CULTURE OF GRAPE AND WINE IN THE VALLEY OF SAN FRANCISCO

ABSTRACT

The São Francisco Valley has been experiencing good results from the production of fresh grapes and also production of wine. The result is a consequence of the change of interest of federal institutions in the area of extensive livestock until 1940, to transform it into production of annual crops like onions and fruits, as banana and grape, from irrigation projects. This culture gets featured when the Valley becomes responsible for almost 100% of the table grape produced in the country, and, in the years 1990 and 2000, when private companies set up in the region for the production of wines. To observe such results has become many people's interest and an opportunity for the tourist market. The study aims to present possibilities of tourism market segmentation for the sub medium sector of São Francisco

¹ Doutora em Cultura e Sociedade. Mestre em Análise Regional. Especialista em Gerenciamento Ambiental. Professora do Bacharelado em Turismo – UNEB. Membro do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente – GPTURIS/UNIFACS <natalia.coimbra@gmail.com>

² Mestre em Administração. Professora do Bacharelado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). <bilatur@uol.com.br>

³ Mestre em Geografia. Especialista em Ecoturismo, Interpretação e Educação Ambiental. Especialista em Auditoria e Gestão Ambiental. Professora do Bacharelado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). <adnabandeira@gmail.com>

Valley, focusing on development strategies that value the local image associated to the culture of grape and wine production. The methodology included documental and bibliographic research, and also fieldwork. Initially, it presents a contextualization of the area. Then, the theoretical framework of tourism, including the relationship between potential tourism segments for the development of the region. Also features a background context on some new economic and marketing trends for tourism planning. In this way, it contributes with an analysis of what has been produced about the tourist activity in the São Francisco Valley, indicating new possibilities for local development, highlighting some important elements: the image of the destination, as well as new equipment and themed events.

Keywords: São Francisco Valley; Tourism; Market segmentation; Wine; Creative economy; Destination image.

JEL: Z3; Z30; Z31; Z32; Z38

1 INTRODUÇÃO

Rolf Jensen, na sua obra “Dream Society” (1999), identifica o surgimento de um novo consumidor – mais exigente e informado, que busca vivenciar novas e memoráveis emoções e experiências, não se contentando mais com o básico, o tradicional. Na atualidade todas as organizações que promovem o turismo – seja do primeiro, segundo ou terceiro setor – tiveram que rever suas políticas de promoção e venda dos produtos e serviços turísticos, aceitando e se adaptando a essa verdadeira revolução no mercado, em que o novo consumidor dita as normas de consumo. Ou seja, a demanda passa a definir a oferta.

Nessa perspectiva, todos os destinos – através de seus atrativos e equipamentos – necessitam se adaptar às novas formas de fazer turismo e surpreender e encantar os visitantes, de acordo com ensinamentos do marketing moderno. Apresentar e traduzir a cultura local; o patrimônio natural, histórico e cultural; o *modus vivendi* da população local; assim como a criação de uma imagem comprometida com o desenvolvimento turístico sustentável são verdadeiros desafios para os órgãos promotores do destino.

O turismo é uma atividade de extrema relevância para a Bahia, impactando em mais de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. A última pesquisa de fluxo, realizada em 2013 – em parceria da Secretaria de Turismo (Setur) com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), constatou a recepção de mais de 11 milhões de pessoas – entre turistas e visitantes – posicionando a Bahia como principal destino receptivo do norte e nordeste (BAHIA, 2015). Na leitura dos dados é possível identificar que o turismo interno responde por mais de 50% deste fluxo, ou

seja, o consumo de atrativos e equipamentos turísticos estaduais, em grande parte, é realizado pelos próprios baianos. Esses elementos permitem a compreensão do segmento enoturístico ser mais contemplado pelo turismo interno e regional. A região do Vale do São Francisco, desponta como uma das mais reveladoras traduções de oportunidades do destino Bahia, sobretudo nos mercados interno, regional e nacional. Em um mercado extremamente competitivo faz-se necessário uma atualização sistemática das ações de promoção de imagem do destino, assim como o cuidado e a descoberta de novos serviços e produtos turísticos no estado.

Diante do exposto, o objetivo do presente artigo é apresentar as possibilidades de segmentação do turismo a serem desenvolvidas na região do Vale do São Francisco, focando em estratégias de desenvolvimento que valorizem uma imagem local relacionada à cultura da uva e produção do vinho.

Os procedimentos metodológicos utilizados consistiram na realização de pesquisa bibliográfica e documental, assim como pesquisas de campo conduzidas durante três visitas técnicas nos seguintes períodos: 25 a 28 de agosto 2011; 21 a 23 de agosto de 2014; e 14 a 17 de maio de 2015 pelas pesquisadoras, acompanhadas de alunos de graduação do Curso de Bacharelado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa em andamento e que está pautada, no estágio atual, na necessidade de sistematizar informações e referenciais teóricos dispersos a fim de consolidar uma potencialidade turística que sustente as discussões sobre turismo na região do Vale para os agentes de desenvolvimento local, incluindo nesse rol, os poderes públicos, a iniciativa privada e a comunidade. Essa necessidade foi percebida durante as visitas que têm sido realizadas pelas pesquisadoras à região. Portanto, busca-se contribuir nesse sentido a partir do que será exposto a seguir.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO: A CULTURA DA UVA E DO VINHO

A vitivinicultura do semiárido brasileiro é uma excepcionalidade no mundo, uma vez que está localizada entre os paralelos 8° e 9° S e produz, com escalonamento produtivo, uvas o ano todo totalizando duas safras e meia em condições ambientais adversas como alta luminosidade, temperatura média anual de 26°C, pluviosidade aproximada de 500mm, a 330m de altitude, em solo pedregoso. Seus vinhos possuem público crescente, porque são jovens “vinhos do

sol”, peculiares nos aromas e sabores, considerados como fáceis de beber e apresentando boa relação comercial qualidade/preço (EMBRAPA, 2014).

Aliado a essas particularidades, diretamente associadas à produção de vinhos finos, o Vale é ainda cenário de diversas belezas naturais, históricas e culturais. Estudos já publicados permitem identificar que a região conta com diversas características que comprovam o seu potencial turístico para o desenvolvimento da atividade, como é o caso da sua história, riquezas ambientais e diversificada cultura regional (COIMBRA DE SÁ; SOUZA, 2010; ANDRADE, 2010; AZEVEDO, 2010; SOUZA et al., 2010; SOUZA; CALDAS, 2009).

Esses fatores estão relacionados à diversidade observada na região. Isso é notado, principalmente, em decorrência da sua extensão. A Bacia do São Francisco é a terceira maior bacia hidrográfica do país e a única que está totalmente inserida no território nacional. Nela estão localizados 506 municípios contando com, aproximadamente, 13 milhões de habitantes, que representa 9,6% da população brasileira. (BAHIA, 2006 apud SOUZA, 2014).

O presente artigo foca especificamente do curso submédio do Vale do São Francisco, em particular, nos municípios de Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova (Bahia), Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista (Pernambuco). A delimitação justifica-se pelo fato da região de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) destacar-se no mercado brasileiro por ser importante polo de produção de frutas, responsável por cerca de 95% da exportação nacional de uvas finas de mesa (BRASIL, 2014). Enquanto os municípios de Casa Nova (BA), Lagoa Grande (PE) e Santa Maria da Boa Vista (PE) destacam-se, provavelmente, como a primeira região vinícola tropical do mundo e o segundo maior centro produtor de vinhos finos do país, ficando atrás apenas do Vale dos Vinhedos⁴, que inclui os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, no Rio Grande do Sul.

Juntos, os citados municípios nordestinos produzem aproximadamente sete milhões de litros de vinhos finos por ano, o que representa cerca de 15% do mercado nacional (BON VIVANT, 2012). Os vinhos do Vale do São Francisco são vendidos tanto para o mercado nacional quanto para o internacional, sendo exportados para países da Europa, Japão e Estados Unidos, entre outros. Estima-se

⁴ Vale destacar que os vinhos e espumantes produzidos no Vale dos Vinhedos possuem como diferencial serem os únicos do Brasil a apresentarem selo de indicação de procedência (desde 2002) e de denominação de origem (desde 2011) (GAZETA DO POVO, 2015).

que 2,4 mil pessoas trabalhem no setor vitivinícola da região (ZANINI; ROCHA, 2010).

De acordo com Kroger (2012), a outra produção de destaque no submédio do São Francisco é o cultivo da manga⁵. A região exporta suas frutas tropicais para diversos países do mundo como, por exemplo, Japão, Alemanha e Estados Unidos. De acordo com a autora, as atividades agropecuárias no Vale alcançaram resultados muito positivos por conta da expansão da agricultura irrigada e pela crescente integração entre as atividades agrícolas e agroindustriais. Ela destaca o projeto de produção integrada de uva e manga, no submédio, que abrange produtores exportadores dessas culturas para os principais mercados internacionais, e que engloba os municípios baianos de Juazeiro, Curaçá, Sento Sé e Casa Nova; assim como Petrolina, em Pernambuco. “A produção frutífera abrange uma área de 1,5 mil hectares que pertence a 14 empresas exportadoras de frutas ‘in natura’.” (KROGER, 2012, p. 34).

De acordo com Kroger (2012), no caso do enoturismo, os empresários locais da vitivinicultura vislumbraram uma oportunidade de incrementar seus negócios por meio da atividade turística, seguindo o exemplo da região do Vale dos Vinhedos. A região do Rio Grande do Sul organizou-se para o desenvolvimento da atividade turística por meio da atuação da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (Aprovale), entidade fundada em 1995 e que conta com 26 vinícolas associadas e 43 empreendimentos de apoio ao turismo, incluindo hotéis, pousadas, restaurantes, queijarias, ateliês de artesanato e antiguidades, entre outros. A sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da região por meio de atividades como o enoturismo, o fomento da integração entre os associados e a comunidade, e a busca contínua pela excelência em produtos e serviços. Também são os responsáveis pelo controle dos produtos protegidos pela indicação geográfica do Vale dos Vinhedos e sua gestão. Além disso, tem entre as suas atribuições disponibilizar informações sobre o território e o turismo, fornecer apoio para realização de pesquisas científicas e acadêmicas, assim como realizar a promoção

⁵ Nesta região, instaurou-se um círculo virtuoso caracterizado pela introdução de novas culturas e técnicas de cultivo, viabilizadas pelas modernas tecnologias de irrigação e pelo investimento em infraestrutura, levando ao desenvolvimento da agroindústria e ao crescimento das cidades e do setor terciário. Seus principais produtos e empreendimentos agrícolas e agroindustriais são: frutas, com destaque para uva; uva, vinho e vinagre; sementes básicas e mudas de frutíferas; álcool, açúcar e manga; polpa de frutas; mel de abelha e doces; piscicultura, com destaque para o Lago de Sobradinho; beneficiamento de couros e peles; beneficiamento de pimentão industrial (PEDROSO; COSTA, 2012).

institucional dos três tipos de roteiros que disponibilizam: enológicos, culturais e gastronômicos (APROVALE, 2015).

Em pesquisa realizada no âmbito deste projeto, foi identificado que o Vale do São Francisco possui seis vinícolas⁶ – cinco localizadas em Pernambuco e uma na Bahia –, das quais atualmente apenas duas estão preparadas para receber visitantes. Uma é a vitivinícola Santa Maria, fundada no ano de 2002 a partir do Projeto Vinibrasil, em Lagoa Grande (PE), que produz os vinhos Rio Sol, Adega do Vale, Paralelo 8, Rendeiras e Vinha Maria. O roteiro de visitação conta com visitas ao parreiral, é a adega e   encerrado na loja de vinhos com degusta o (SANTA MARIA, 2014).

A outra fazenda aberta   visita o é a vinícola Ouro Verde, pertencente à Miolo *Wine Group* e localizada em Casa Nova (BA), produtora dos vinhos da linha Terranova. Em 2008, a Ouro Verde inaugurou sua estrutura de enoturismo possibilitando o recebimento de cerca de 2 mil pessoas/mês em períodos de alta esta o.

O enoturismo, no submédio do vale do São Francisco, foi lançado de forma diferenciada do exemplo do Rio Grande do Sul, pautado na iniciativa exclusiva de empresários da região. O segmento turismo enológico foi implantado na Bahia pela Secretaria de Turismo (Setur) e Empresa Baiana de Turismo (Bahiatursa), em outubro de 2008, como parte das políticas públicas governamentais estaduais voltadas ao desenvolvimento local e regional em parceria com a iniciativa privada, especificamente a Fazenda Ouro Verde, em Casa Nova (BANDEIRA; SILVA; COIMBRA DE S , 2014, p. 203).

Esse empreendimento atualmente recebe mais de 20 mil turistas por ano e conta com estrutura para receber turistas que inclui “cantina, cave subterrânea, engarrafamento, destilaria, sala de degusta o e varejo com todos os produtos Miolo” (MIOLO WINE GROUP, 2009).

É importante destacar que no Vale do São Francisco o enoturismo é ainda recente em compara o com o que é praticado no Vale dos Vinhedos. Conforme já discutido anteriormente por Bandeira, Silva e Coimbra de S  (2014), do ponto de vista do desenvolvimento regional ainda não há elementos que subsidiem uma visão estratégica de mais longo prazo capaz de orientar o poder público e a iniciativa privada sobre os desdobramentos necessários para fomentar a atividade turística a partir da vitivinicultura numa importante região do nordeste brasileiro.

⁶ Vinibrasil, Vinícola Vale do São Francisco, Vitivinícola Lagoa Grande, Adega Bianchetti Tedesco Ltda., Ducos Vinícola Comércio, Indústria e Exporta o Ltda. (PE) e Vinícola Ouro Verde Ltda. (BA). (SOUZA; MACÊDO; MELLO, 2011).

Além disso, há poucos dados publicados sobre a prática da atividade turística na região. A pesquisa mais divulgada sobre a motivação dos turistas no Vale do São Francisco em relação ao enoturismo apresenta dados coletados entre os meses de fevereiro e abril de 2007 e foi publicada por Zanini e Rocha (2010). A pesquisa foi realizada com 136 turistas que visitaram o Vale dos Vinhedos e com igual número de visitantes do Vale do São Francisco (VSF) relacionando algumas características do perfil desses visitantes e suas motivações turísticas.

Especificamente em relação ao VSF, os autores constataram que grande parte dos turistas provém dos Estados onde se localiza o destino. No caso, considerando-se Bahia e Pernambuco, onde se localiza o referido polo vitivinícola, tem-se que 75% dos entrevistados provém de cidades localizadas em um desses dois estados. Em seguida, o estado de São Paulo aparece com destaque em número de emissão de turistas. Em relação à faixa etária, foi observado que 69% possuem até 40 anos.

Os dados sobre tempo de permanência no destino revelaram que 32% dos entrevistados permaneceram de 3 a 5 dias; e quase 43% ficaram por 6 dias ou mais. Os autores notaram, no caso do VSF, que há um expressivo percentual de pessoas que afirmaram estar viajando por motivos ligados a trabalho ou seminários e isso certamente contribuiu para que a estada tenha sido de mais dias. Além disso, a distância em relação à capital baiana, Salvador, e a outras grandes cidades da região também pode contribuir para um período maior de permanência. Outro aspecto, no sentido de estabelecer um perfil do visitante, relaciona-se ao fato de 89% afirmarem que viajavam sozinhos ou acompanhados por grupos de amigos ou colegas de trabalho.

A pesquisa de Zanini e Rocha (2010) ainda indicou que 48% dos entrevistados responderam ter muito interesse em conhecer as vinícolas, contudo, os que disseram ter pouco ou nenhum interesse somaram quase 34%. Apesar de ter sido constatado na pesquisa um número considerável de respondentes que afirmaram estar trabalhando ou participando de congressos, 33% revelaram que possuíam muito interesse em relaxar, enquanto 23% afirmaram ter interesse razoável. No VSF os números indicaram a importância das opções enogastronômicas durante a viagem, sendo que 50% das pessoas responderam ter muito interesse e 27% interesse razoável. No que se refere ao interesse na compra

do vinho, a soma entre os que declararam muito interesse ou interesse razoável alcançou o patamar de 51%.

Importante destacar as últimas observações em relação à pesquisa conduzida por Zanini e Rocha (2010). Os autores perguntaram sobre o interesse dos entrevistados em apreciar a paisagem. Na região do Vale do São Francisco, 77% das pessoas afirmaram ter muito interesse ou interesse razoável. É interessante observar que 66% dos questionários indicaram que os visitantes tinham muito ou razoável interesse na busca de momentos de lazer ou recreação durante a viagem. Isso é relevante pelo fato da análise do perfil ter indicado que se tratam de viajantes de negócios ou eventos. Quanto à vontade de conhecer novos lugares e pessoas, 60% dos visitantes no VSF responderam ter muito interesse, e 19%, interesse razoável. Com relação ao item sair da rotina ou fazer algo diferente, os que disseram ter muito interesse corresponderam a 53% e os que afirmaram ter interesse razoável representaram 21% do total.

Observa-se que, mesmo com um perfil predominante de pessoas que visitam a região a negócio, aspectos como interesse na compra de vinhos, contemplação de paisagens rurais, busca de lazer e recreação, vontade de conhecer novos lugares e pessoas ou sair da rotina correspondem a mais de 50% da motivação dos visitantes do Vale do São Francisco.

Dessa forma, acredita-se que o desenvolvimento do enoturismo na região pode ser pensado no sentido de um fortalecimento da imagem do Vale do São Francisco como um polo produtor de uvas e vinho, na perspectiva da economia da cultura, associando assim o destino ao turismo de experiência em meio rural e ao enoturismo.

Acredita-se que essa estratégia poderá ser eficaz, conforme será apresentado, pois contempla tanto os enoturistas no sentido mais estrito do termo – aqueles “iniciados”, que desejam visitar um local especificamente para conhecer as vinícolas, a cultura da uva e a produção do vinho, realizar degustações, participar de eventos vinculados ao vinho etc. – como as pessoas que desejam vivenciar momentos de lazer e recreação nesse tipo de ambiente rural e, por fim, também os viajantes que estão na região por outros motivos, mas que desejam visitar os equipamentos e atrativos disponibilizados pelo enoturismo, consumindo seus produtos e serviços como um diferencial do destino.

3 O TURISMO NA REGIÃO E AS POSSIBILIDADES DE SEGMENTAÇÃO: DO ENOTURISMO AO TURISMO DE EXPERIÊNCIA

Zanini e Rocha (2010) defendem que há duas correntes de pensamento a respeito do conceito de enoturismo. Eles citam que, para alguns estudiosos, como é o caso de Hall e seus colaboradores (2004), o enoturismo refere-se à visitação de vinícolas, festivais do vinho ou mostras de uvas. Ou seja, consideram apenas as experiências turísticas em que a principal motivação dos visitantes esteja relacionada diretamente à cultura da uva e produção de vinhos e aos atributos de uma região vitivinícola. Porém, ressaltam que, para outros estudiosos, o enoturista pode ser tanto aquele que viaja a uma região vinícola especificamente para aprender sobre tipos de uvas e vinhos e/ou conhecer o lugar onde seu vinho favorito é produzido quanto as pessoas que somente buscam momentos de lazer e recreação nesses lugares (JOHNSON, 1998 apud HALL et al., 2004). Nesse caso, a motivação do turista⁷ não precisaria estar diretamente relacionada à produção ou ao consumo do vinho, mas à paisagem das videiras e à atmosfera rural comumente observadas nas regiões que são produtoras vitivinícolas (PRESTON-WHYTE, 2004).

No Brasil, a prática do enoturismo pressupõe o contato do turista com os processos produtivos, a degustação dos vinhos das regiões visitadas, participação em eventos periódicos ou anuais de vinhos, passeios e percursos que envolvem o patrimônio paisagístico e arquitetônico relacionados à cultura da uva e à produção do vinho. É importante ressaltar que, conforme destaca o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010b, p. 27) essas são “as características e os aspectos que colocam o turismo como uma atividade associada fundamental, não pelos recursos financeiros que ela mobiliza diretamente, mas por sua capacidade como instrumento promocional das regiões nas quais suas atividades se inserem”.

A partir do exposto, defende-se que o enoturismo, ou turismo enológico, pode ser considerado como uma segmentação que tem estreita ligação com – ou está inserida em – outras modalidades de práticas turísticas, devido às suas diversas motivações: seja o turismo rural, quanto o agroturismo, o turismo gastronômico, o turismo de experiência, ou mesmo o turismo criativo. É justamente por existir essa amplitude de possibilidades de atração que identifica-se a potencialidade da região

⁷ Para uma discussão bastante atual sobre o assunto, foi divulgado um estudo recente que analisou o perfil de 650 enoturistas na Austrália e os classificou em quatro principais perfis, analisando seus comportamentos: o amante de vinhos, o interessado em vinhos, o curioso sobre vinhos e os que não se interessam por vinhos (PRATT, 2014, tradução nossa).

do submédio do Vale do São Francisco para se consolidar como um importante destino turístico, desde que haja um fortalecimento da imagem da região, associada a um desenvolvimento integrado da localidade, contando com a participação de todos os agentes sociais envolvidos.

Para uma melhor compreensão dos termos, faz-se necessária uma breve delimitação conceitual dos segmentos apresentados.

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur), o turismo rural surgiu “como uma prática capaz de promover a sociabilidade, a integração entre o rural e o urbano e a transformação socioeconômica, contribuindo para aliviar a pobreza no campo, sem descaracterizar a paisagem e a identidade da população local (...)” (BRASIL, 2010a, p. 13).

Souza e Giudice (2003) explicam que o turismo rural é um segmento que pode ser considerado relativamente recente. Surgiu na Europa após a Segunda Guerra Mundial, momento em que a agricultura encontrava-se desestruturada. A ideia tinha como finalidade servir como uma alternativa de complementação da renda familiar e para conter o êxodo rural. França, Alemanha, Portugal e Espanha foram alguns dos países que desenvolveram os modelos que foram sendo ajustados a cada realidade. Posteriormente, o turismo rural passou a ser difundido em outras partes do mundo. No Brasil, considera-se como seu marco inicial a década de 1980, quando foi implantado pela primeira vez no município de Lages, em Santa Catarina. E, a partir de então, passou a se disseminar em outras regiões do país, chegando também à Bahia.

No território nacional, a popularização do turismo rural deu-se também a partir do contexto de uma necessidade de diversificação das práticas socioeconômicas no campo. Silva Souza (2006) nota que as famílias rurais têm diversificado cada vez mais as suas atividades ao invés de manter-se apenas por meio de produções agrícolas. Isso é ainda mais relevante se considerados os pequenos e médios produtores. As ocupações agrícolas geram menor renda e, associadas ao processo de industrialização crescente do trabalho, pode-se perceber que o desenvolvimento no espaço rural apresenta dificuldade em se auto sustentar a longo prazo apenas com as atividades agrícolas. Dessa forma, as pessoas que vivem no campo passaram a depender cada vez mais de ocupações não-agrícolas, notadamente aquelas ligadas ao lazer e à prestação de serviços para que possam se manter.

Nesse sentido passou-se a buscar novas estratégias que permitissem a rentabilidade e a satisfação mínima para manutenção das pessoas no campo. Ainda

Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII - Edição especial - Dezembro de 2015
Salvador, BA – p. 461 – 491.

segundo Silva Souza (2006), essas estratégias surgiram a partir do reconhecimento e da percepção, por parte dos produtores rurais, da realidade do seu cotidiano produtivo, garantindo uma visão sistêmica de sua propriedade e possibilitando a realização do planejamento detalhado. Essa forma de gestão permite reconhecer o funcionamento das tarefas fundamentais realizadas na propriedade e que sejam delineadas alternativas para ações efetivas que possibilitem a prática de novas de atividades naquele contexto, gerando mais uma fonte de renda para o produtor.

É diante dessa realidade que o turismo rural se populariza enquanto segmento e fomenta, de forma associada, outras segmentações do turismo que podem ser desenvolvidas em espaço rural, a exemplo do agroturismo, o enoturismo e o turismo gastronômico. Para todas essas modalidades, destaca-se a orientação do Ministério do Turismo (BRASIL, 2010a, p. 39):

Neste momento é importante lembrar que o motivo da viagem, a paisagem rural – composta pela natureza, a cultura, as atividades agropecuárias, os “fazeres” artesanais – e a ruralidade, já estão nas propriedades rurais. Assim, o empreendedor deverá aproveitar o que já é produzido e trabalhado em suas terras ou em sua região, uma vez que o turista deseja vivenciar o modo de vida do camponês. Por isso é essencial a manutenção contínua do que a propriedade produz/trabalha, bem como de suas características principais. Neste sentido, uma fazenda cujo principal fator econômico seja a produção do vinho e que passa a ter foco no turismo, não deve deixar de produzi-lo, pois este é, provavelmente, seu principal fator de atratividade e diferenciação no mercado.

Segundo o MTur (BRASIL, 2010a), o agroturismo é um termo mais adotado em países como Portugal e Itália, mas também é comum em alguns estados brasileiros, como Espírito Santo e Santa Catarina, sendo definido como a prática do turismo dentro das propriedades rurais. Desse modo, permite ao turista uma interação direta com a dinâmica da propriedade, integrando-se, de certa forma, aos hábitos locais. A definição destaca, na sua essência, que a atratividade das propriedades rurais está exatamente na oportunidade proporcionada ao turista de acompanhar ou participar da produção de doces, geleias, pães, café, queijo, vinhos, aguardentes, entre outros; ou seja, permite ao visitante a oportunidade de experimentar, ainda que de forma breve, um pouco do cotidiano do meio rural, seja por meio do plantio, da colheita ou do manejo de animais, tendo contato com os saberes e fazeres do campo.

Considera-se como um dos principais saberes e fazeres do campo a produção de alimentos e bebidas. A gastronomia está pautada, essencialmente, pelos seus aspectos culturais, em especial seus elementos identitários e afetivos. O Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII - Edição especial - Dezembro de 2015 Salvador, BA – p. 461 – 491.

Ministério do Turismo (2010b) inclui tanto o turismo gastronômico quanto o enoturismo num contexto de segmentação mais amplo que é o turismo cultural.

De acordo com Barretto (2002), ao analisar o turismo pelo critério de motivação, observa-se quase uma infinita variedade de possibilidades que, na verdade, podem ser agrupadas em duas grandes divisões: o turismo motivado pela busca de atrativos naturais e o turismo motivado pela busca de atrativos culturais. Então, o que se entende por turismo cultural seria todo turismo em que o principal atrativo corresponda a algum aspecto da cultura humana, incluindo sua história, o cotidiano, as festas, a gastronomia, a religiosidade, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange. Assim, a própria experiência rural também pode ser considerada como algo cultural e, ainda mais importante, aliada aos aspectos naturais da paisagem do campo.

Ainda nessa perspectiva, vale destacar que, de uma forma ampla, pode-se dizer que todo turismo seria cultural, pois, conforme apontam Funari e Pinsky (2002, p. 7):

Todas essas movimentações implicam contato humano e cultural, trocas de experiências entre os viajantes e a população local. Essa parece ser a essência mesma do turismo, pois, principalmente com as novas tecnologias, quase tudo se poderia fazer sem sair de nosso ambiente, tanto descansar quanto aprender uma língua estrangeira. Em princípio, portanto, as pessoas só decidem viajar se e quando querem entrar em contato com outros costumes e maneiras de viver, com outros povos e culturas, com outras realidades.

O turismo gastronômico pode ser entendido como a articulação da atividade turística com a oferta gastronômica de um destino, estabelecendo uma conexão do turista com a identidade cultural local ao serem compartilhados os valores e costumes de um povo por meio dos alimentos e bebidas típicos da região. Esse segmento é definido como “uma vertente do turismo cultural no qual o deslocamento de visitantes se dá por motivos vinculados às práticas gastronômicas de uma determinada localidade” (GÂNDARA, 2009 apud BRASIL, 2010b, p. 25).

Torna-se fundamental ressaltar que esse contexto no qual insere-se o turismo rural, o turismo gastronômico, o enoturismo – e qualquer prática turística pensada por uma perspectiva cultural – está diretamente relacionado aos novos padrões de consumo do produto turístico que, por sua vez, são resultantes de transformações mais amplas, configuradas pelas tendências econômicas mundiais oriundas da sociedade da informação. Para o MTur (BRASIL, 2010b), esse cenário contribui para

que os turistas desejem, cada vez mais, vivenciar experiências únicas durante suas viagens, buscando algo que signifique para eles uma sensação de autenticidade cultural que os lugares podem oferecer.

No modelo do capitalismo atual, o consumo não está ligado apenas à satisfação de necessidades básicas, mas de necessidades cada vez mais complexas e diferenciadas. Esse contexto se aplica também ao consumo de viagens e turismo. Segundo Lipovestky (2007), o sujeito está constantemente buscando algo que o leve a sair da rotina, vivenciar novas experiências que o tirem da realidade cotidiana.

Essa perspectiva, em um contexto mais amplo, surgiu a partir da obra de Jensen (1999) que, ao analisar o momento contemporâneo, o denominou de Sociedade do Sonho, onde os produtos e serviços não são constituídos apenas de uma função principal, objetiva ou única para a qual foram produzidos, indo além disso, incorporando aspectos emocionais, subjetivos e intangíveis.

Tonini e Lavandoski (2011) apresentam uma discussão nesse sentido, ao direcionar seu estudo para o campo do turismo. As autoras destacam que apenas a aquisição de bens materiais não é suficiente para atingir a felicidade e, assim, há uma busca constante em relação aos componentes emocionais do consumo, para que os produtos ou serviços comprados proporcionem uma maior satisfação.

Neste contexto, surgiram os conceitos da Economia da Experiência (PINE; GILMORE, 1999) e da Sociedade dos Sonhos (JENSEN, 2002), tendências oriundas da ciência econômica que têm se difundido em diferentes setores, inclusive no turismo. A essência dos termos concentra-se na criação de experiências e emoções que o consumo de determinado produto propicia ao consumidor, oportunizando vivências individualizadas e, desta forma, singulares. O consumo de um produto satisfaz não apenas uma necessidade evidente, mas gera uma série de outras satisfações de âmbito subjetivo (TONINI, 2009, p. 91).

É nessa perspectiva que Tonini (2009) e Lavandoski (2008) defendem estar inserida a experiência da prática do enoturismo. Em seus estudos, as autoras identificaram como atrativos de destaque na principal rota enoturística do país, o Vale dos Vinhedos (RS), a visita aos vinhedos, a degustação de vinhos, o comércio de produtos locais e a gastronomia. Além disso, constataram que a paisagem típica dessa região vitivinícola permite uma experiência turística diferente, algo que proporciona lazer, descanso, contato com o meio ambiente e experiências prazerosas. “No Vale dos Vinhedos os visitantes são atraídos por algo que vai além de um simples consumo materialista; são atraídos pelo vinho que envolve tanto

sentimentos, conhecimento e as diferentes manifestações da cultura de um povo” (LAVANDOSKI, 2008, p. 88).

Esses sentimentos, conhecimentos novos e contato com uma cultura interiorana, mais tradicional, que difere tanto da lógica dos grandes centros urbanos quanto dos destinos de “sol e praia”, estão associados à uma imagem de ruralidade, seus elementos bucólicos, assim como a um ambiente de relaxamento e descontração que são evocados pelas emoções dos turistas que visitam regiões onde há cultivo de uvas e produção de vinhos. Essa imagem está diretamente associada às representações que o inconsciente coletivo faz em relação ao campo, às vinícolas, às videiras, ao cultivo das uvas, à produção do vinho e ao próprio consumo deste último. E essas representações, em grande parte, vêm sendo, cada vez mais, com maior alcance e velocidade, construídas e divulgadas pela mídia, incluindo principalmente revistas especializadas, internet, televisão e cinema.

4 ARTICULAÇÃO ENTRE TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA: O POTENCIAL DA INOVAÇÃO PARA A IMAGEM DO DESTINO

Para Harvey (2002) a sociedade atual, denominada de pós-moderna – ou a sociedade em rede, segundo Castells (2005) – está submetida ao poder das imagens, que devem ser estáveis, porém dinâmicas, uma vez que precisam circular de forma extremamente rápida. E, por isso, a competição no mercado da imagem passa a ser um aspecto vital da concorrência. A efemeridade das imagens pode ser interpretada parcialmente como uma forma de grupos e sociedades estabelecerem sua própria identidade através de constantes (res)significações.

Harvey (2002) apesar de não tratar especificamente do campo do turismo, destaca sua importância, juntamente com os meios de comunicação de massa. Ele afirma que a divulgação de imagens dos mais distintos locais do planeta, acessíveis pelo barateamento das possibilidades de deslocamento, e aliados à sensação que os meios midiáticos transmitem de que tudo está ao alcance de todos, contribuem para a produção e consumo dos lugares e suas culturas.

Kotler e seus colaboradores (1994) definem que a imagem de um local é o conjunto de crenças, ideias e impressões que as pessoas têm sobre o mesmo. Dessa forma, a imagem não é única, uma vez que as pessoas podem ter imagens diferentes de um mesmo lugar. De forma geral, as imagens representam um conjunto de associações diversas e informações que são associadas aos lugares.

Os autores destacam que, para a imagem de um local surtir efeito, esta precisa ser válida, ter credibilidade, ser simples, atraente e possuir características diferenciais.

Zottis (2004) afirma que apenas a propaganda turística não é capaz de definir a imagem de uma destinação turística e sustentar a sua promoção. Para a autora, os três elementos principais seriam: a propaganda boca a boca dos turistas que visitam os destinos e relatam suas experiências, o próprio governo local (por meio de propaganda oficial) e a mídia. Destacando que “a construção e a promoção da imagem não podem prescindir de um critério básico: a correspondência com a realidade. A projeção dessa realidade através da imagem do local precisa partir do reconhecimento da identidade do lugar” (ZOTTIS, 2004, p. 3).

Considerando que há importantes debates a respeito da complexidade a que se refere quando se fala de “identidades de um lugar” (COIMBRA DE SÁ, 2007), para fins da discussão sobre identidade no turismo, será adotada aqui a conceituação de Barretto (2002) de que a ideia de identidade pressupõe o sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) cujos membros não necessariamente se conhecem, mas partilham importantes referências e representações em comum.

Castrogiovanni (2003) destaca a importância de se pensar a identidade de forma relacionada à diferença, pois ambos são dois lados da mesma moeda. Como ele afirma: “O lugar apresenta identidade, portanto, diferenças que o constituem em único” (CASTROGIOVANNI, 2003, p. 47). Ele prossegue ressaltando que isso se constitui pelo conjunto de vinculações existentes em seu sistema social e natural. Dessa forma, é preciso haver uma responsabilidade em, sem pretender manter a cultura e as identidades como algo imutável, pois não se trata de algo possível e nem desejável, mas valorizar as tradições e particularidades das comunidades locais, assim como seu patrimônio material e imaterial, elementos determinantes para que um destino seja um território único e especial, portanto, atrativo também do ponto de vista turístico.

Assumindo-se a complexa discussão sobre a autenticidade e as tradições inventadas (HOBBSAWN; RANGER, 1997) que se revelam fundamentais para um debate mais amplo sobre a forma como os aspectos culturais são relacionados ao turismo (COIMBRA DE SÁ, 2007), para fins de planejamento da atividade turística concorda-se com Gastal (2003) quando a autora destaca que:

Pós-modernamente, numa época que vivemos de significantes e não de significados, a autenticidade é a leitura de um texto que precisa ter coerência única e exclusivamente no interior do próprio texto que se constrói. No turismo, não podemos fugir desta contingência, o que não diminui, mas antes aumenta a responsabilidade de quem atua na área (GASTAL, 2003, p. 59).

Nesse sentido, não é possível pensar na construção de imagens autênticas que não sejam efetivamente originadas de uma vivência do/no lugar e partilhadas coletivamente pelos membros da sociedade local, considerando que esta inclui o conjunto dos diversos atores sociais: comunidade, setor público e iniciativa privada.

Nesse sentido, um dos elementos que ganham destaque ao se pensar a relação entre identidade, cultura, imagem e destino são as festas e celebrações. Esses eventos merecem destaque especial no caso da sua associação à cultura da uva e produção do vinho, como demonstram Zottis (2004), Zanini e Santos (2013), ao abordarem a Festa da Uva de Caxias do Sul (RS). A festa é uma prática social, cultural, econômica e até mesmo política, por excelência, onde a representação da identidade coletiva e das tradições de um lugar estão fortemente presentes, com toda a sua vitalidade e complexidade, constituindo-se como um importante elemento promotor da imagem de um destino⁸.

A festa interrelaciona-se não só com a produção, mas também com os meios de trabalho, exploração e distribuição, ela é, portanto, consequência das próprias forças produtivas da sociedade, por outro lado é uma poderosa força de coesão grupal, reforçadora da solidariedade vicinal cujas raízes estão no instinto biológico da ajuda, nos grupos familiares (ZANINI; SANTOS, 2013, p. 6).

No caso da região do submédio do Rio São Francisco, o principal evento que se relaciona diretamente à produção da uva e do vinho é a “Vinhua Fest” que em 2015 contou com a realização de sua 8ª edição. É realizada desde 1999 pela Prefeitura de Lagoa Grande (PE) a partir de um projeto em parceria com os empresários do agronegócio e da vitivinicultura. Trata-se de um evento promocional, com rodada de negócio, simpósios temáticos, minicursos e apresentações musicais de artistas locais e nacionais⁹. Esse tipo de iniciativa está mais associada a uma imagem institucional do destino, e é conduzida por parte do poder público e da

⁸ Outros estudos sobre a relação entre festas ou festivais e enoturismo, ver: Vian, Queiroz e Pereira (2009), sobre a Festa da Uva de Jundiá (SP); Donato e Puhl (2013), sobre a cobertura da mídia em relação à festa da Uva de Caxias do Sul (RS); e Novelli (2006), sobre o caso da Itália.

⁹ Um outro evento que segue esse modelo voltado para os negócios na região do Vale é a Feira Nacional de Agricultura Irrigada (FENAGRI) realizada a cada dois anos no eixo Juazeiro-Petrolina e que gera milhões de reais em agronegócios (SOUZA; CALDAS, 2009). Em 2014 aconteceu a sua 25ª edição e contou com o apoio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF).

iniciativa privada. Não há registros publicados sobre festas populares ou organizadas pela comunidade local ou pelos pequenos produtores rurais na região.

Um outro tipo de evento, voltado para um público alvo diferente, e que vem sendo realizado associado ao enoturismo é a *Wine Run* Brasil, uma iniciativa patrocinada pela Caixa e do Governo Federal, realizada pelas empresas Zenith Sports Marketing e ADEGA. A ideia surgiu a partir de modelos desenvolvidos por países como Estados Unidos, França, Alemanha, Espanha e Portugal. Trata-se de um evento esportivo temático que acontece desde 2012 buscando unir a prática das corridas de rua em regiões vitivinícolas. Em 2015 aconteceu a 4^a edição do evento, sendo pela primeira vez realizado no VSF, em Lagoa Grande (PE). O evento conta com diversas atividades, às quais os participantes podem se inscrever de acordo com suas preferências: meia maratona individual, corridas em duplas e trios, festa do espumante, alimentação com itens da culinária tradicional local, palestras temáticas sobre uva e vinho, visita com degustação à vinícola Ouro Verde, e passeios entre Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). (WINE RUN, 2015).

Essas estratégias podem ser consideradas como parte do marketing de lugares, que consiste de um direcionamento das ações de marketing – que incluem as variáveis: produtos, preço, praça (distribuição) e promoção (comunicação) – para promover o desenvolvimento de lugares – sendo direcionado para cidades, estados ou países. O marketing de lugares é comumente denominado também como *city marketing* e, de acordo com Pinto (2001, p. 21) seria a “promoção da cidade que objetiva atingir os seus próprios habitantes bem como os possíveis e eventuais investidores, que busca a construção de uma nova imagem da cidade, dotada de um forte impacto social”.

Por fim, somando-se à importância da propaganda oficial, das recomendações boca a boca e dos eventos culturais que contribuem para uma repercussão do destino no mercado turístico – como no caso dos eventos (de forma geral), e dos festivais da uva e do vinho (de forma específica) – para a construção e estabelecimento da imagem do lugar; concorda-se com Bignami (2002) quando a autora destaca que a literatura, a televisão e o cinema são fontes importantes de informações e que impactam na construção e divulgação das imagens turísticas.

Essa questão pode se dar de forma espontânea – quando por motivações artísticas há uma necessidade de se falar de um determinado lugar, ambientando ali

a produção de uma série, novela ou filme, ou mesmo a narrativa de uma obra literária – mas também pode fazer parte do planejamento do destino, unindo a promoção cultural e turística do lugar por meio de estratégias que têm sido cada vez mais discutidas no campo da economia da cultura ou economia criativa.

A necessidade de se pensar a cultura como algo intrínseco ao turismo é resultado de suas próprias características na sociedade contemporânea. Rubim (2007) explica que a cultura ocupa, na atualidade, um lugar central, singular e expansivo que perpassa toda a sociedade.

Nesse sentido é importante retomar algumas questões já apresentadas e que relacionam-se ao objeto de estudo: as diversas segmentações turísticas que são diretamente associadas ao que se denomina de turismo cultural – ainda que todo deslocamento turístico possua um componente de motivação que é essencialmente cultural – as modernas estratégias de marketing de lugares, o foco na economia da experiência, a importância das imagens e das representações divulgadas pelas mídias. Todos esses aspectos dão subsídios para que ressalte-se a importância da economia criativa na sociedade atual, com especial destaque para o turismo.

Miguez (2007) destaca que essa perspectiva ganha força devido à centralidade e à complexidade que se expressa pela temática cultural, a amplitude e diversidade das instituições e processos culturais que envolvem aspectos dos mais variados, como por exemplo, as representações, a organização, a criação, a disseminação e o consumo culturais. Assim como o interesse que desperta em um número cada vez maior de campos do conhecimento. Portanto, é nesse sentido que emerge a importância da economia criativa, também frequentemente associada à denominação de indústrias criativas, que são as expressões contemporâneas mais relevantes do ponto de vista da articulação entre economia e cultura. De acordo com o autor, a economia criativa:

(...) refere-se ao conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e abarcam do artesanato tradicional às complexas cadeias produtivas das indústrias culturais (MIGUEZ, 2007, p. 97).

Estimativas do Banco Mundial informam que a economia criativa é um dos setores mais dinâmicos da economia global respondendo por aproximadamente 7% do PIB mundial e que deve continuar crescendo a uma taxa média de 10%. Ocupa lugar de ponta na economia dos países mais desenvolvidos; nos Estados Unidos e

Inglaterra representa, respectivamente, 6% e 8,2% do Produto Nacional Bruto (MIGUEZ, 2007).

Yudice (apud REIS; DEHEINZELIN, 2008) aponta quatro vetores que atuam e transformam o universo da economia criativa: o turismo, uma vez que todo turismo tem caráter cultural; a vida comunitária, pois a economia criativa é mais do que uma atividade econômica, trata-se de um fator de interação social; a educação, incluindo a educação não-formal que tem um papel estratégico, pois está muito baseada nos saberes e fazeres tradicionais; e o setor produtivo de ponta, já que as novas tecnologias permitem a criação de novos modelos e facilitam não apenas a criatividade como também a distribuição e o acesso aos bens culturais.

O papel da economia criativa para o desenvolvimento local encontra-se no fato de que esta representa uma importante estratégia para qualificação e revitalização de áreas urbanas, espaços públicos e áreas rurais. A diversidade cultural e natural pode originar iniciativas com maior probabilidade de sucesso e longevidade, “pois são baseadas em diferenciais locais, únicos. Essas iniciativas serão tanto mais bem-sucedidas quanto mais setores envolvidos simultaneamente (exemplos: turismo, agronegócio, cultura, artesanato e gastronomia integrados)” (REIS; DEHEINZELIN, 2008, p. 34)

Há estratégias nacionais indicadas pelo governo federal, no âmbito dos Ministérios da Cultura e do Turismo, para se trabalhar a perspectiva das economias criativas, todas possíveis de aplicação em relação ao planejamento do turismo. Contudo, ressalta-se que isso deve ser feito desde que se pense primeiramente pela perspectiva de uma relação de equilíbrio entre o turismo e a comunidade local, para que haja uma ponte entre o que o turista almeja vivenciar e a identidade cultural do lugar. Não se pode esquecer que as trocas econômicas, em especial no contexto da economia cultural, são trocas entre pessoas, seus sonhos e suas experiências; e, portanto, devem beneficiar igualmente a todos os envolvidos no processo.

Para isso, é preciso, por um lado, haver consciência de que se está usufruindo de um comércio justo; por outro, é fundamental a identificação do que é original, ainda que apresentado de forma tematizada. A tematização da experiência turística abre um amplo leque ainda parcamente explorado de oportunidades, em um turismo participativo, que passa de passivo a ativo, de contemplativo a protagonista. Estabelecem-se relações com o contexto, formam-se redes de pessoas e relacionamentos, transformando as possibilidades de sonhos em experiências bem vividas (REIS; DEHEINZELIN, 2008, p. 85).

Algumas das diretrizes para que essa estratégia seja colocada em prática consistem em agregar valores culturais a outras atividades e setores, em especial o turismo. Valoriza-se a especificidade local dos produtos e serviços agregados às cadeias produtivas como, por exemplo, por meio das tematizações de meios de hospedagem e da gastronomia, sempre com respeito à identidade cultural e ao protagonismo dos agentes locais.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) destaca algumas ações e diretrizes que considera importantes: identificar saberes e fazeres, costumes e tradições locais; tematizar rotas e equipamentos turísticos, trabalhando com a territorialidade; explicitar referências da cultura do local nos produtos, serviços e lugares, pensando na perspectiva da economia da experiência; inovar o *mix* de produtos e serviços locais a partir dos conteúdos simbólicos, incluindo artesanato, turismo, gastronomia, agronegócios e outros; articular o tradicional e o inovador nos métodos de trabalho, produzindo a confluência de símbolos, por exemplo, *design* para os produtos e embalagens; utilizar a indicação geográfica como estratégia de negócios (REIS; DEHEINZELIN, 2008).

Gonçalves (2008) insere nesse contexto a noção de turismo criativo que seria um tipo de turismo que oferece aos visitantes a oportunidade de desenvolver o seu potencial criativo através da participação ativa em experiências de aprendizagem que são características do lugar visitado. Atualmente, o turismo convencional dificilmente consegue criar essas oportunidades, pois oferece uma experiência muito passiva e de contemplação superficial apenas. As novas perspectivas de se pensar o turismo procuram “uma variação ao modelo tradicional de turismo que interessa aos turistas que buscam uma experiência cultural prática fora dos roteiros de atrativos comuns” (GONÇALVES, 2008, p. 12, tradução nossa). A autora destaca que o elemento-chave desse novo tipo de turismo diz respeito à participação ativa do indivíduo naquilo que se designa por experiência turística, e o abandono da “bolha turística” que mantinha o turista numa realidade artificial à parte, distante da comunidade receptora e numa atitude contemplativa (URRY, 1990 apud GONÇALVES, 2008). Nesse sentido, o visitante pode, no destino escolhido, participar de atividades de lazer ligadas à contação de histórias, preparação de pratos da culinária local, produção de artesanato, colheita de uvas e produção do vinho, oficinas de manutenção de barcos, atividades de pesca, entre outras

possibilidades que permitem experiências pessoais únicas, pautadas na troca com as comunidades e que levam a um processo de autoaprendizagem para todos os envolvidos a partir da descoberta de novas culturas e, portanto, novos mundos.

A partir das observações que têm sido realizadas durante as visitas ao submédio do Vale do São Francisco, nota-se que há relevante potencialidade para o desenvolvimento de todas as vertentes de turismo aqui apresentadas, desde que fomentadas estratégias de desenvolvimento local que se esforcem para compreender o perfil do público alvo potencial e fortaleçam a imagem local estabelecendo uma forte relação entre os diversos segmentos turísticos possíveis, que devem trabalhar de forma integrada numa perspectiva mais ampla do turismo de experiência ou turismo criativo, e com foco na imagem do destino associada à cultura da uva e à produção do vinho.

Observa-se que diversos destinos têm se preocupado com essa questão por uma perspectiva do marketing de lugares associado à vitivinicultura. No Brasil, um exemplo já citado anteriormente é o Vale dos Vinhedos, na Serra Gaúcha, principal destino de enoturismo no país. Em outros países, pode-se citar o caso de regiões da Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Estados Unidos (em especial Napa Valley, na Califórnia, mas também Carolina do Norte) e Europa (em especial a região espanhola de La Rioja; assim como Bordeaux e Champagne, na França), entre outros, que identificam a importância do marketing para a consolidação da imagem e a divulgação de destinos onde a cultura da uva e a produção de vinhos é significativa.

Para todos esses casos, é importante destacar que a imagem é um elemento principal e uma das formas mais efetivas de atingir um grande número de pessoas e contribuir para o estabelecimento de uma percepção coletiva sobre um destino é por meio da produção de obras audiovisuais naquele destino, associando o lugar à imagem ou ao produto que se pretende destacar.

A imagem, seja estática ou em movimento, no caso do turismo, tem papel fundamental para promoção de uma localidade, pois é através de imagens que o turista escolhe seu destino – e as fotos na internet, assim como os filmes, novelas e seriados possuem, a cada dia que passa, um papel mais central na sociedade contemporânea. No caso das imagens em movimento transmitidas pelas produções audiovisuais, estas tornam a localidade ainda mais real no imaginário humano,

possibilitando ao futuro turista uma visão mais ampla do lugar a ser escolhido. Obras de ficção também trazem, além da imagem referente à paisagem local, elementos da cultura e do cotidiano das pessoas que ali vivem, tornando a localidade ainda mais atrativa para o público que assiste às produções audiovisuais (MASCARENHAS; OLIVEIRA, 2012).

Muitos locais de filmagem são reconhecidos ou descobertos pelo público através de filmes que são exibidos em todo o mundo, o que instiga a curiosidade e o desejo de ver e vivenciar o local das filmagens, tornando o destino desejado. É assim que se configura o denominado turismo cinematográfico, conforme diretrizes do MTur (2007), que ainda destaca que o incentivo à sua ampliação no Brasil é capaz de gerar uma série de benefícios na cadeia produtiva da economia criativa, tanto por meio de ganhos para o turismo quanto para a cultura, viabilizando a ampliação do mercado.

O cinema e a televisão podem ser instrumentos importantes para ampliar a viabilidade de destinos de turismo cultural. A utilização de lugares com expressivo valor histórico-cultural como cenários ou locações para gravações de filmes, novelas ou minisséries, pode despertar o interesse turístico de novos públicos. Essas oportunidades devem ser aproveitadas sempre que possível para o desenvolvimento de outros conteúdos e de temas da cultura local, otimizando a ocasião para diversificar a oferta turística existente (BRASIL, 2007a).

Mascarenhas e Oliveira (2012) destacam diversos países que têm se beneficiado nos últimos anos com um incremento da atividade turística, em termos de aumento de fluxo e receita, a partir da captação de grandes produções audiovisuais que fizeram sucesso no mercado internacional. Exemplos como África do Sul, Austrália, França, Índia, Inglaterra e, obviamente, Estados Unidos, que devem grande parte do seu poder simbólico internacional à hegemonia de sua indústria cinematográfica hollywoodiana.

Esses países têm em comum estratégias de marketing turístico alinhadas às políticas culturais e de internacionalização de suas imagens, atuando através de um conjunto de ações locais e nacionais por meio de uma união entre esforços governamentais e da iniciativa privada. Uma estratégia comumente empregada é o alinhamento das *film commissions*, associações representativas do arranjo produtivo do audiovisual, com os órgãos e instituições oficiais de turismo nos níveis estadual

ou nacional para a promoção da marca dos destinos. No Brasil, essa atuação é ainda incipiente.

Devido ao perfil do público alvo que foi identificado na região do Vale do São Francisco a partir de estudos disponíveis e observações de campo, verificou-se que este caracteriza-se notadamente por turistas regionais e nacionais. Nesse sentido, vale destacar uma iniciativa recente que demonstrou resultados satisfatórios no que se refere à promoção da imagem do destino, em especial associado às vinícolas. Trata-se da minissérie “Amores Roubados” da Rede Globo gravada exclusivamente no VSF em julho de 2013, com locações em Petrolina, passando também por Lagoa Grande (PE), Juazeiro e Paulo Afonso (BA).

Sua exibição ocorreu entre 6 e 17 de janeiro de 2014 e foi realizada após o horário nobre da emissora, por ter obtido classificação para maiores de 16 anos devido à sua trama. Esta narra a história do personagem principal Leandro (Cauã Reymond), nascido no sertão e criado em São Paulo pela mãe Carolina (Cássia Kis Magro), uma garota de programa. Anos depois, ele retorna à sua cidade natal como *sommelier*, onde se envolve com três mulheres da região: Celeste (Dira Paes), Isabel (Patrícia Pillar) e Antônia (Ísis Valverde).

Em termos artísticos, a minissérie obteve reconhecimento positivo da crítica especializada e repercussão na mídia, com diversas reportagens abordando a produção, e também dando destaque para a região do Vale do São Francisco, à cultura da uva e do vinho no local, às imagens do sertão e ao próprio rio. Adicionalmente, recebeu também prêmios de dramaturgia, o que aumenta o impacto da obra e, conseqüentemente, a divulgação da imagem do destino.

Em relação ao impacto de audiência, apesar do horário de exibição tardio e da classificação indicativa restritiva, os dois primeiros capítulos obtiveram 31 pontos segundo o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), mantendo uma média nacional total, ao fim dos 10 capítulos, de 28 pontos¹⁰. Trata-se de uma marca significativa para o horário, representando 53% de participação na Grande São Paulo, principal mercado consumidor do país. Além disso, foi reapresentada como parte da programação especial “Luz, Câmera, 50 Anos”, nos dias 21 e 23 de abril de 2015, em um compacto de 2 capítulos, em comemoração aos 50 anos da Rede Globo. (WIKIPÉDIA, 2015).

¹⁰ Cada ponto, segundo o IBOPE, equivale a 65.201 domicílios na Grande São Paulo (WIKIPÉDIA, 2015).

De acordo com os depoimentos obtidos pela equipe de pesquisa em agosto de 2014 durante as visitas realizadas no Vale do São Francisco, incluindo as vinícolas, reuniões de associações e conversas com empresários e trabalhadores do *trade* turístico local, estes destacaram que houve um aumento por parte de visitantes que se declaravam motivados a visitar a região após a exibição da minissérie.

Outro aspecto que se constitui em importante divulgador da imagem do destino é a existência de equipamentos turísticos especiais, temáticos, associados à imagem da região. Um exemplo internacional bastante conhecido é o Trem do Vinho em Napa Valley, na Califórnia (EUA).

No Vale do São Francisco, foi lançado em abril de 2011 no estado da Bahia o Vapor do Vinho, que vem registrando índices significativos de fluxo de turistas e visitantes motivados por este atrativo que compõe e complementa a atividade enoturística na região.

Trata-se do primeiro equipamento turístico-fluvial da América do Sul que contempla um trecho de navegação no rio São Francisco e no lago do Sobradinho que é considerado o maior da América Latina, sendo um dos principais lagos artificiais do mundo. A represa ocupa uma área de 4.214 km², sendo que sua capacidade é de 34,1 bilhões de metros cúbicos de água, com 370 km de extensão (SOUZA, CALDAS, 2009).

Um dos destaques do passeio no Vapor do Vinho é a passagem pela eclusa, um elevador de cerca de 30m de água. Após o trajeto, que oferece música ao vivo e almoço a bordo, os passageiros são conduzidos a visitar a vinícola Ouro Verde incluindo a oportunidade de conhecer o processo produtivo e a degustação de vinhos ao final do roteiro.

De acordo com depoimentos dos operadores locais, o equipamento tem saídas às sextas, sábados e domingos, transportando uma média de 800 a 1.000 pessoas/mês, principalmente turistas das classes sociais A e B, assim como visitantes que estão na região a negócios. Importante lembrar que, conforme apresentado anteriormente, o denominado turismo de negócios é um segmento considerado como predominante na região, provocando a movimentação da cadeia produtiva de negócios e turismo principalmente das cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).

O Vapor do Vinho, pelas características descritas, é considerado hoje um como um símbolo da atividade enoturística da região e motivador das promoções dos órgãos institucionais de turismo, que divulgam o destino nos mercados nacionais e internacionais.

5 CONSIDERAÇÕES

Conforme explicado no início do artigo, o projeto encontra-se em fase exploratória, portanto, os resultados parciais indicam algumas possibilidades e questionamentos para a continuidade dos estudos e uma aproximação cada vez maior dos agentes promotores do desenvolvimento sustentável no submédio do Vale do São Francisco, incluindo os que atuam na cultura da uva e produção do vinho; o poder público local; as associações da sociedade civil e demais membros das comunidades locais; os empresários do *trade* turístico, incluindo meios de hospedagem, bares e restaurantes, agências de receptivo, guias de turismo, produtores de artesanato, entre outros direta ou indiretamente envolvidos com atividades relacionadas com a economia criativa e o turismo na região.

A intenção do estudo aqui apresentado, que segue em andamento, foi realizar uma revisão de literatura sobre o que tem sido produzido sobre o turismo e a sua relação com aspectos econômicos, sociais e culturais da localidade, focando naqueles que diretamente relacionam-se ao cultivo de uva e à produção de vinhos na região. Nesse sentido, também foram identificadas, por meio de pesquisas documentais, bibliográficas e de campo, as segmentações com maior potencialidade de desenvolvimento no Vale.

Concluiu-se que todas as modalidades – turismo rural, agroturismo, enoturismo, turismo gastronômico, turismo de eventos e turismo de negócios – podem ser valorizadas dentro de uma perspectiva contemporânea de se compreender esses deslocamentos como dentro uma perspectiva mais ampla de turismo cultural, diretamente relacionado à ideia do turismo de experiência e do turismo criativo. Nesse sentido, a valorização de uma imagem autêntica e diferenciada do destino torna-se fundamental, o que deve ser feito por meio de uma união de esforços por parte da sociedade local – poder público, iniciativa privada e comunidade – mas também contando com possibilidades de maior alcance por meio de articulação conjunta com outras cadeias produtivas da economia criativa, como é o caso do audiovisual, conforme orientações do Ministério do Turismo. Ou seja,

buscar novas estratégias de posicionamento da imagem do destino a partir das diversificadas possibilidades que o marketing de lugares possibilita, desde que pensando o território de uma forma coletiva e articulada do ponto de vista social, econômico, cultural e político.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ANDRADE, Debora Safira. Histórias, contos, lendas e tradições das comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XII, Edição Especial, Dezembro de 2010, Salvador, BA. p.58-67.

APROVALE. Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.valedosvinhedos.com.br/>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

AZEVEDO, Patrícia Guerra. A gastronomia como marca identitária da cultura Sanfranciscana. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XII, Edição Especial, Dezembro de 2010, Salvador, BA. p.91-98.

BAHIA. Secretaria de Turismo. **Pesquisa FIPE**, 2015. Disponível em: <<http://observatorio.turismo.ba.gov.br/indicadores/fluxo-turistico/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

BANDEIRA, Ariadna da Silva; SILVA, Emília Maria Salvador; COIMBRA DE SÁ, Natalia Silva. O turismo enológico como vetor de desenvolvimento sustentável no Vale do São Francisco: primeiras notas. In: SOUZA, Regina Celeste de Almeida; CORDEIRO, Tiago Sá Teles (Orgs.). **Turismo**: reflexões sobre a dimensão territorial. Salvador : Editora Unifacs, 2014. p.193-212.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. São Paulo: Papirus, 2002.

BIGNAMI, Rosana. **A imagem do Brasil no turismo**: construção, desafios e vantagem competitiva. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção Turismo).

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Culturas**: uva. [20__?]. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/uva>>. Acesso: 24 jul. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudo de Sinergias e Desenvolvimento entre as Indústrias do Turismo & Audiovisual Brasileiras**. Brasília: MTUR, 2007.

Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_Completo_Cinema.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2015.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2015.

BON VIVANT. **Vinhos**: o berço dos vinhos tropicais no Brasil e no mundo. 2012. Disponível em: <<http://www.bonvivant.com.br/vinhos/o-berco-dos-vinhos-tropicais>>. Acesso: 24 jul. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Turismo X Espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Orgs.). **Turismo na pós-modernidade**: (des)inquietações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p.43-50. (Coleção Comunicação; 25).

COIMBRA DE SÁ, Natalia Silva. **Cultura e turismo na contemporaneidade**: as festas populares religiosas baianas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador. Salvador, 2007. (Mestrado em Análise Regional).

COIMBRA DE SÁ, Natalia; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. Culturas regionais no São Francisco: perspectivas de análise do Samba de Véio. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XII, Edição Especial, Dezembro de 2010, Salvador, BA. p.40-46.

DONATO, Aline Streck; PUHL, Paula Regina. Uva, Cor, Ação! A Cobertura da Festa da Uva pela RBS TV de Caxias do Sul. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4119/2436>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Vinhos tropicais no Brasil e no mundo**. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/vinhos_tropicais_brasil_mundo.pdf> . Acesso: 23 jul. 2014.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Governo da Bahia. Secretaria de Turismo. **Pesquisa de caracterização do turismo receptivo no estado da Bahia**: relatório final. São Paulo, março 2015. Disponível em: <<http://observatorio.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Pesquisa-de-Caracteriza%C3%A7%C3%A3o-do-Turismo-Receptivo-no-Estado-da-Bahia-Relat%C3%B3rio-Final.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

GAZETA DO POVO. **Conheça o Vale dos Vinhedos, no rastro da Expedição Agricultura Familiar**. 26/09/2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/sem-titulo-97q8ndhlsktokaaqtw8k7cgn4>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. Introdução. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2002.

GASTAL, Susana. Turismo na pós-modernidade: agregando imaginários. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Orgs.). **Turismo na pós-modernidade**: (des)inquietações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p.51-60. (Coleção Comunicação; 25).

GONÇALVES, Alexandra Rodrigues. As comunidades criativas, o turismo e a cultura. **Dos Algarves**, n. 17, 2008. p.10-17. Disponível em: <<http://dosalgarves.com/revistas/N17/2rev17.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

HALL, C. Michael et al. Wine Tourism: an introduction. In: HALL, M. et al. (Orgs.). **Wine tourism around the world**. Estados Unidos: Betterworth-Heinemann, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2002.

JENSEN, Rolf. **The Dream Society**: How The Coming Shift From Information to Imagination Will Transform Your Business. New York: McGraw-Hill, 1999.

KROGER, Lídia Pina. **Enoturismo na Bahia**: uma análise sobre o potencial do enoturismo na Região do Vale do São Francisco. Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. Dissertação (Mestrado em Administração).

LAVANDOSKI, Joice. **A paisagem na rota enoturística Vale dos Vinhedos (RS), na perspectiva do visitante**. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2008. Dissertação (Mestrado em Turismo).

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MASCARENHAS, Mirian Karoline; OLIVEIRA, Rodrigo Rocha de. **Turismo cinematográfico**: um triângulo amoroso entre turismo, cultura e cinema no filme “Dona Flor e seus dois maridos”. Curso de Turismo e Hotelaria, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012. (Trabalho de Conclusão de Curso).

MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007. p.95-113. (Coleção Cult).

MIOLO WINE GROUP. **Enoturismo**. 2009. Disponível em: <<http://www.miole.com.br/enoturismo/>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

NOVELLI, Marina. Eventos de enoturismo: Apulia, Itália. In: YEOMAN, Ian; ROBERTSON, Martin; ALI-KNIGHT, Jane; DRUMMOND, Siobhan; McMAHON-BEATTIE, Una (Orgs.). **Gestão de festivais e eventos**: uma perspectiva internacional. São Paulo: Roca, 2006. p.359-375.

PINTO, Georges José. Planejamento estratégico e city marketing: a nova face das cidades no final do século XX. **Caminhos de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 18-22, mar./2001. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15256/8557>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

PEDROSO, Ludmila Giuli; Morgana Giorgia Costa. Receptividade dos vinhos produzidos na região do submédio São Francisco: um estudo sobre a produção e expansão dessa cadeia produtiva. **I Encontro Pernambucano de Economia**. Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

PRATT, Marlene. Four wine tourist profiles. In: **8th International Conference**. Academy of Wine Business Research. 28 a 30 de junho de 2014. Geisenheim, Alemanha. Disponível em: <http://academyofwinebusiness.com/wp-content/uploads/2014/07/TE06_Pratt_Marlene.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2015.

PRESTON-WHYTE, R. Wine routes in South Africa. In: HALL, M. et al. (Orgs.). **Wine tourism around the world**. 3^a. ed. Estados Unidos: Betterworth-Heinemann, 2004.

REIS, Ana Carla Fonseca; DEHEINZELIN, Lala (Orgs.). **Cadernos de Economia Criativa**: Economia Criativa e Desenvolvimento Local. Vitória, ES: SEBRAE/SECULT, 2008. Disponível em: <<http://vix.sebraees.com.br/arquivos/biblioteca/Cadernos%20de%20Economia%20Criativa.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

SANTA MARIA. **Enoturismo**. 2014. Disponível em: <<http://www.vinibrasil.com.br/>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

SILVA SOUZA, Luziána. **O turismo rural**: instrumento para desenvolvimento sustentável. 2006. Disponível em: <www.eumed.net/libros/2006c/194/>. Acesso em: 05 nov. 2015.

SOUZA, Angela Cristina Rocha de; MACÊDO, Juliana Silva de; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. A Representação do Vinho do Vale do São Francisco na Mídia. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 6-32, jul./set. 2011.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79224/83296>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

SOUZA, Chelly Costa. “Em nome da modernidade” – transformações territoriais no Vale do São Francisco: o turismo como (nova) atividade econômica. In: SOUZA, Regina Celeste de Almeida; CORDEIRO, Tiago Sá Teles (Orgs.). **Turismo: reflexões sobre a dimensão territorial**. Salvador : Editora Unifacs, 2014. p.167-191.

SOUZA, Chelly Costa; BRANDÃO, Naira; OLIVEIRA, Daniel Carlos P. de; NEIVA, Bruno Freitas. Ribeirinhos de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE): um olhar sobre a riqueza do artesanato local. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XII, Edição Especial, Dezembro de 2010, Salvador, BA. p.99-106.

SOUZA, Regina Celeste de Almeida; GIUDICE, Dante Severo. A evolução do turismo rural na Bahia: uma alternativa de desenvolvimento. In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 9, 2003, Mérida. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/07.pdf>> Acesso em: 05 nov. 2015.

SOUZA, Regina Celeste de Almeida; CALDAS, Alcides dos Santos. **Viagem ao São Francisco**. Salvador: Unifacs, 2009 (Série Expedições, 1).

TONINI, Hernanda. Economia da experiência: o consumo de emoções na Região Uva e Vinho. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 1, p. 90-107, abril 2009. Disponível em: <<http://rbtur.org.br/rbtur/article/view/138>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

TONINI, Hernanda; LAVANDOSKI, Joice. Enoturismo: experiências e sensações no Vale dos Vinhedos (RS). **Turismo em Análise**, v. 22, n. 1, abril 2011. p. 25-43. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14239/16057>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas; QUEIRÓZ, Odaléia Telles Marcondes Machado; PEREIRA, Elisa Carlos. Um estudo da Festa da Uva de Jundiáí como promotora de produtos regionais. In: **47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1327.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

WINE RUN. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.winerun.com.br/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

WIKIPÉDIA. **Amores Roubados**. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Amores_Roubados>. Acesso em: 08 nov. 2015.

ZANINI, Talise Valduga; ROCHA, Jefferson Marçal da. O Enoturismo no Brasil: um estudo comparativo entre as regiões vinícolas do Vale dos Vinhedos (RS) e do Vale do São Francisco (BA/PE). **Turismo em Análise**, v. 21, n. 1, abril 2010. p. 68-88. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14206/16024>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam de Oliveira. As Festas da Uva de Caxias do Sul, RS (Brasil): Historicidade, mensagens, memórias e significados. In: Dossier "Fêtes et célébrations en Amérique Latine": estética como eixo transversal, em abordagens políticas, antropológicas e históricas. **Artelegie**, 2013, n. 4.

Disponível em: <<http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article175>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

ZOTTIS, Alexandra Marcella. A contribuição da festa da uva à imagem turística de Caxias do Sul: O Olhar dos Cartazes. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 27, Porto Alegre, 2004. Disponível em:

<<https://www.uces.br/site/midia/arquivos/02-contribuicao-festa-da-uva.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM COMUNIDADE RIBEIRINHA DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO — O CASO DA ILHA DO RODEADOURO (BA)

Raissa da Matta Almeida¹

Diego Vendramini²

RESUMO

Avanços tecnológicos têm surgido nas técnicas de tratamento e abastecimento de água nos grandes centros urbanos. Entretanto, ainda é um desafio para os países em desenvolvimento garantir o suprimento de água tratada a toda a população, em especial as pequenas e isoladas. O semiárido nordestino é uma região fortemente castigada pela escassez hídrica em decorrência das condições climáticas e soma-se a isso a contaminação dos rios, com destaque para o São Francisco. Há diversos conflitos pelo uso da água, uma vez que, além da dessedentação humana e dos animais, há uma grande demanda para o uso na agricultura irrigada. Assim sendo, é grande a necessidade de estudos que proponham soluções alternativas para o abastecimento de água para pequenas comunidades ribeirinhas com base em diagnósticos da qualidade da água. Dentre as prováveis alternativas, aponta-se uma estação compacta, com a utilização de tanques de polietileno para filtros lentos, antecedidos de pré-filtro dinâmico e nos períodos de chuva de decantador. A tomada de decisão levou em conta as condições socioeconômicas da comunidade da Ilha do Rodeadouro.

Palavras-chave: Abastecimento de água; Qualidade; Rio São Francisco.

WATER SUPPLY IN THE RIVERSIDE COMMUNITY OF SUB-MID SÃO FRANCISCO – THE CASE OF RODEADOURO ISLAND (BA)

ABSTRACT

Technological advances have emerged in treatment techniques and water supply in major urban centers. However, it is still a challenge for developing countries to guarantee the supply of treated water to the entire population, especially small and isolated. The semi-arid northeast is a region heavily burdened by water shortages due to climatic conditions and adds it to the contamination of rivers, notably the São Francisco. There are many conflicts over water use, since, beyond human and animal watering, there is a great demand for use in irrigated agriculture. Thus, there is a great need for studies that propose alternative solutions to the water supply for small coastal communities based on diagnoses of water quality. Two of the possible alternatives, it points to a compact station with the use of polyethylene tanks to slow sand filters, dynamic preceded by prefilter and during rain, decanters. The decision took into account the socioeconomic conditions of the Isle of Rodeadouro community.

Keywords: Supply water; Quality; São Francisco river.

JEL: Q55; Q58

¹ Engenheira Ambiental e Sanitarista. Bolsista CAPES do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano – Universidade Salvador (UNIFACS). Membro do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente – GPTURIS/UNIFACS <raissadamattaa@gmail.com>

² Doutor em Química na Agricultura e Meio Ambiente pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto da Escola de Engenharia e Tecnologia de Informação da Universidade Salvador – UNIFACS <diegovendra.eng@gmail.com>

1 INTRODUÇÃO

No início dos anos 1970, o governo federal implementou o Sistema Nacional de Saneamento e o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Foi a primeira iniciativa do governo federal no setor, que estimulou a criação das empresas de saneamento, dando ênfase a construção de sistemas de abastecimento de água.

No entanto, foi apenas em 2007 que o saneamento básico no Brasil passou a ter maior importância, com a promulgação da Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal do saneamento básico, trazendo consigo novo marco regulatório para o setor. Tal lei, no seu Art. 3º define saneamento como:

Conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- I – abastecimento de água potável;
- II – esgotamento Sanitário;
- III – limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- IV – drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Sendo a água um recurso de fundamental importância à vida, a garantia do suprimento desse recurso natural a toda população em quantidade e qualidade satisfatórias deve ser uma ação prioritária. Os maiores desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento são os de garantir abastecimento de água, esgotamento sanitário e acesso à energia elétrica a todos de forma sustentável. No que tange os sistemas de abastecimento de água, o desafio se torna ainda maior, uma vez que, nas últimas décadas houve um amplo crescimento populacional e conseqüentemente, maior poluição³ dos recursos hídricos, o que acarreta num número considerável de doenças e mortes associadas à falta e má qualidade da água (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2006).

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde⁴(OPAS, 2014), milhões de pessoas morrem a cada ano de doenças transmitidas pela água e muitos mais

³ Definida pela Política Nacional de Meio Ambiente, Lei 6938/81, como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- b) criem condições adversas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

⁴ Organismo internacional de saúde pública, integrado às Nações Unidas. É o escritório regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (OMS).

sofrem com diversos tipos de patologias, na sua maioria, crianças com idades inferiores a cinco anos. A maioria destas doenças pode ser prevenida se melhorada a cobertura e a qualidade dos serviços de saneamento. O Quadro 1 evidencia as principais doenças relacionadas a água segundo Von Sperling (2014), e destas, pode-se destacar as de transmissão feco-oral, que resultam em diarreias e disenterias, que são a causa de morte de milhares de pessoas, em especial crianças e idosos, no mundo.

Quadro 1 – Doenças relacionadas com a água

Grupo de doenças	Formas de transmissão	Principais doenças	Formas de prevenção
Transmitidas pela via feco-oral	Organismo patogênico é ingerido	<ul style="list-style-type: none"> ● diarreias e disenterias, como a cólera e a giardíase; ● febre tifóide e paratifóide; ● leptospirose; ● amebíase; ● hepatite infecciosa; ● ascaridíase (lombriga). 	<ul style="list-style-type: none"> ● proteger e tratar as águas de abastecimento e evitar o uso de fontes contaminadas; ● fornecer água em quantidade adequada e promover a higiene pessoal, doméstica e dos alimentos.
Controladas pela limpeza da água	A falta de água e a higiene pessoal insuficiente criam condições favoráveis para sua disseminação.	<ul style="list-style-type: none"> ● infecções na pele e nos olhos, como a tracoma e o tifo relacionado com piolhos, e a escabiose. 	<ul style="list-style-type: none"> ● fornecer água em quantidade adequada e promover a higiene pessoal e doméstica.
Associadas à água (uma parte do ciclo da vida do agente infeccioso ocorre em um animal aquático)	O organismo patogênico penetra pela pele ou é ingerido.	<ul style="list-style-type: none"> ● esquistossomose 	<ul style="list-style-type: none"> ● evitar o contato de pessoas com águas infectadas; ● proteger mananciais; ● adotar medidas adequadas para a disposição de esgotos; ● combater o hospedeiro intermediário.
Transmitidas por vetores que se relacionam com a água	As doenças são propagadas por insetos que nascem na água ou picam perto dela	<ul style="list-style-type: none"> ● malária; ● febre amarela; ● dengue; ● filariose (elefantíase). 	<ul style="list-style-type: none"> ● combater os insetos transmissores; ● eliminar condições que possam favorecer criadouros; ● evitar contato com criadouros; ● utilizar meios de proteção individual.

Fonte: Heller e Moller (1995), adaptado de Cairncross e Feachem (1990) *apud* (VON SPERLING, 2014).

Nas Américas, a OPAS aponta os principais problemas relacionados ao abastecimento de água, sendo os mesmos voltados a:

- Instalação de abastecimento público ou abastecimento individual em mau estado, com deficiências nos projetos ou sem a adequada manutenção;
- Deficiência nos sistemas de desinfecção de água destinada ao consumo humano com especial incidência em pequenos povoados;
- Contaminação crescente das águas superficiais e subterrâneas por causa de deficiente infraestrutura de sistemas de esgotamento sanitário, ausência de sistema de depuração de águas residuárias urbanas e industriais e inadequado tratamento dos resíduos sólidos com possível repercussão no abastecimento de água em área para banhos e recreativistas, na irrigação e outros usos que interfiram na saúde da população. (FUNASA, 2006).

Diante disso, garantir o suprimento de água a população com qualidade que atenda ao estabelecido pela Portaria nº 2.914/2011⁵ do Ministério da Saúde, tem se tornado uma tarefa cada vez mais difícil e onerosa. Em virtude da qualidade das águas dos mananciais, em especial os superficiais, o tratamento requer cada vez mais etapas, sendo que as essenciais são: a clarificação, que refere-se a retirada de sólidos em suspensão sedimentáveis e microrganismo (coagulação/ floculação/ decantação e filtração); e a desinfecção, que é a inativação de agentes patógenos.

Segundo o IBGE (2010), aproximadamente 12 milhões de residências no País não tem acesso à rede geral de abastecimento de água e essa problemática se torna mais significativa e crítica nas regiões Norte e Nordeste, onde cerca de 54,7% e 31,7%, respectivamente, encontram-se nessa situação. Milhões de pessoas sofrem com a falta de água em padrões adequados de potabilidade e com a quantidade necessária para atender suas necessidades diárias.

O alcance do abastecimento de água varia com a densidade populacional dos municípios. De acordo com o IBGE (2002), apenas 46% dos municípios, com até 20 mil habitantes estão ligados a rede geral, isto é, ao conjunto de tubulações interligadas e instaladas ao longo de vias públicas ou passeios, conduzindo a água

⁵ Documento que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

aos pontos de consumo (moradias). Os municípios menores são os mais afetados pela carência de prestação de serviços de saneamento. Apresentam precariedade ainda maior quando estão situados em regiões onde a distribuição de água é mais crítica devido a falta de investimentos públicos ou privados e à deficiência no planejamento, implantação e operação da estação de tratamento de água (KUMOTO, 2012).

O aumento das demandas de água para consumo humano em quantidade e qualidade necessárias exige um planejamento bem elaborado pelos órgãos governamentais. Diante desse fato e da importância do saneamento ambiental, o governo federal lançou em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a finalidade de contribuir para o crescimento acelerado e sustentável do país. O Programa previu investimento de bilhões de reais para o setor de saneamento, através de linhas de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), CEF (Caixa Econômica Federal) e OGU (Orçamento Geral da União). Em 2010, foi lançado o PAC-2, que teve como uma de suas finalidades a elaboração de projetos de infraestrutura em 6 eixos básicos, dentre eles o PAC Água e Luz para Todos, o que promoveu a universalização do acesso à água e à energia elétrica. O programa viabilizou financiamentos principalmente para pequenos municípios, e a instituição da cobrança pelo uso da água de algumas bacias hidrográficas.

Todos os aspectos científicos e de investimentos abordados comprovam a significativa importância do desenvolvimento dos serviços de saneamento básico no país. Atualmente, o grande desafio é ampliar o atendimento com esgotamento sanitário das cidades, ao mesmo tempo em que há a expansão dos sistemas de abastecimento de água para a zona rural e periferias, além das regiões de comunidades isoladas.

A Ilha do Rodeadouro, um complexo fluvial do Rio São Francisco, povoado situado entre Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco), não apresenta sistema de abastecimento de água. Cabe a população, desprovida de recursos financeiros, captar água do rio São Francisco e fazer ou não tratamento antes do consumo.

Essa é uma realidade presente em muitas localidades ribeirinhas do Semiárido Nordeste que não se encontram interligadas às sedes municipais.

Nesse sentido, este trabalho⁶ tem como principal objetivo analisar a situação do sistema de abastecimento de água na localidade supracitada e apontar soluções de fornecimento de água tratada condizentes com a realidade socioeconômica da população. Para tanto, se fará uma análise exploratória da qualidade da água utilizada pela comunidade e posterior comparação dos valores obtidos com o indicado pela Portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde; e a proposição de alternativas de abastecimento viáveis à partir da análise do abastecimento de água na localidade.

2 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Ilha fluvial do Rodeadouro é um povoado pertencente ao distrito de Junco, localizado entre os municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) no submédio São Francisco e que dista 13 km da cidade baiana. A escolha da localidade se deu tendo em vista a importância socioeconômica do rio São Francisco para as comunidades ribeirinhas, e por esta ser uma das vertentes estudadas no Projeto Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento. Essa região está inserida numa área essencialmente de agricultura irrigada e pecuária, sendo que é conhecida como o polo da fruticultura irrigada, com destaque ao cultivo para a exportação de manga, melão, melancia e uva (EMBRAPA, 2008). Igualmente se destaca a produção de vinhos e espumantes. O acesso ao povoado é exclusivamente fluvial e se dá pelo rio São Francisco.

A população residente na Ilha, aproximadamente 50 pessoas, tem como principal fonte de renda a exploração do potencial turístico da localidade. Nos finais de semana, em especial no período de férias, a comunidade recebe aproximadamente 2 mil pessoas que desfrutam da paisagem natural, da prática de esportes aquáticos tais como canoagem e *jet ski*, além da infraestrutura das barracas que servem comidas e bebidas típicas regionais.

As barracas passaram por um processo de padronização realizado pela Prefeitura de Juazeiro enquanto que a energia elétrica provém de Petrolina. Não existe sistema de abastecimento de água na localidade e o destino do esgoto

⁶ Este projeto foi desenvolvido no âmbito do Projeto Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento, através de convênio firmado entre a Universidade Salvador – UNIFACS, o Albright College (EUA) e o Programa Companheiros das Américas Comitê Bahia/Pennsylvania.

sanitário são fossas sépticas. O lixo é coletado periodicamente por embarcações e é destinado ao lixão de Juazeiro.

As famílias vivem em suas barracas e são as responsáveis pela captação e tratamento da água. Cada um deles tem uma bomba que capta água diretamente do rio São Francisco e através de tubos de PVC enchem as caixas d'água. Em entrevista realizada em setembro de 2014, durante levantamento de campo, pôde-se verificar que a maioria das pessoas realiza desinfecção com hipoclorito de sódio, mas de forma aleatória, sem períodos e quantidades pré-definidas. Algumas ainda relataram a preferência em comprar água mineral para o consumo. Os alimentos tanto da população residente quanto dos turistas são preparados com a água das caixas d'água. A localidade não tem escola, tampouco posto médico, em caso de qualquer emergência médica os moradores são obrigados a se deslocar até Juazeiro.

A região compreendida entre os municípios de Petrolina e Juazeiro está inserida no Sertão do São Francisco. Apresenta clima muito quente, semiárido e árido, com estação chuvosa entre novembro e abril, apresentando precipitação anual entre 400 e 600 mm e alta evapotranspiração, 3000 mm, decorrente das altas temperaturas (média de 27º) (EMBRAPA, 2008). O semiárido caracteriza-se ainda pela alta insolação e baixa umidade relativa do ar, com vegetação predominantemente do tipo Caatinga Hiperxerófila e apresenta relevo pouco acidentado com vales muito abertos (MME, 2005).

Faz ainda parte da unidade geoambiental da Depressão Sertaneja do São Francisco e encontra-se predominantemente numa área de estrutura geológica do Pré-Cambriano onde ocorre com frequência a inclusão de: granitos, anfíbolitos, micaxistos, quartzitos e pequenas áreas sedimentares acompanhando os cursos d'água. Em muitos locais essas rochas tem um recobrimento pedimentar por materiais arenosos, areno-argilosos, argilo-arenosos e material macrolástico (principalmente concreções ferruginosas e seixos de quartzo). Os solos mais comumente encontrados são: argissolos vermelho-amarelos e amarelos e em menores proporções latossolos vermelho-amarelos, neossolos e planossolos (EMBRAPA, 2005).

A vazão do rio São Francisco nesta localidade depende do volume de água que é liberado das comportas da barragem de Sobradinho. Segundo Souza, Silva e

Lyra (2013), a usina tem liberado descargas de 1.300 m³/s. O relevo na localidade é pouco acidentado, não apresentando grandes elevações e depressões.

3 METODOLOGIA

3.1 Análise de qualidade da água

O desenvolvimento metodológico do presente estudo envolveu pesquisa do tipo exploratória, com colaboração de um pesquisador participante em um estudo de caso na localidade da Ilha do Rodeadouro, povoado de Juazeiro, no submédio São Francisco. As técnicas utilizadas foram levantamento bibliográfico e documental, realização de fichamentos e resumos, além da construção de acervo fotográfico.

Juntamente com a visita técnica em campo, foram coletadas amostras de água no ponto de captação e na saída de um dos reservatórios desta referida localidade, para análises dos principais parâmetros de qualidade da água, comparando os resultados com os valores estabelecidos pela Portaria nº 2.914/2011. Tais parâmetros avaliados foram os físico-químicos: pH, turbidez, cor aparente, total de sólidos dissolvidos e condutividade elétrica, bem como, os biológicos: coliformes totais e *Escherichia coli*.

A amostra de água fluvial foi coletada na margem direita do rio São Francisco, no mesmo local utilizado por parte da população ribeirinha para o próprio abastecimento de água da comunidade, utilizando um amostrador pontual de estágio simples.

As coletas das amostras de água para as análises microbiológicas também foram realizadas nos mesmos pontos de coletas descritos anteriormente. Para a amostra coletada no registro do reservatório, a área externa da saída de água foi esterilizada com álcool 70%, e após 3 minutos de fluidez da referida água (Silva *et al.* 2005). Todas as amostradas foram acondicionadas em frascos de polietileno e mantidas sob refrigeração a 4 °C até o momento das análises, as quais foram processadas respectivamente nos Laboratórios de Química Orgânica e de Biologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e no Núcleo de Estudos Ambientais do Instituto de Geociências também da UFBA.

A determinação da DBO_{5,20} para as amostras de água foi realizada de acordo com procedimento descrito no *Standard Methods for Examination of Water and*

Wastewater (2012), o qual envolveu a medida das concentrações de oxigênio dissolvido, antes e após o período de incubação de 5 dias a 20 °C.

A medida da DBO foi realizada conforme expressado na Equação 1:

$$DBO (mg L^{-1}) = (ODi - ODf) . F \quad (1)$$

onde,

F é o inverso do fator de diluição; *ODi* é o oxigênio dissolvido inicial; *ODf* é o oxigênio dissolvido final.

Para a avaliação dos coliformes totais e termotolerantes utilizou-se a técnica do número mais provável (NMP), de acordo com o sugerido por Buzanello *et al.* (2008).

Os principais parâmetros físico-químicos das águas do rio São Francisco na região da captação da linha de abastecimento da comunidade ribeirinha, bem como de um dos reservatórios que atende a mesma, foram medidos em ambiente de campo, logo após a realização das amostragens utilizando sonda multiparâmetros. Após essa etapa, todas as amostras foram mantidas sob refrigeração a 4 °C até posteriores análises.

Em ambiente de laboratório as amostras foram primeiramente filtradas para determinação dos sedimentos finos em suspensão por gravimetria, de acordo com sugerido por Edmond (1970) & Meade (1985). Segundo Ferraz (2002), Souza & Knoppers (2003) e Mortatti & Probst (2012), os sedimentos finos em suspensão representam em qualquer situação hidroclimática (sazonalidade) boa representatividade dos sedimentos sólidos totais em suspensão (SST) nas águas fluviais. Probst & Bazerbach (1986) e Meybeck *et al.* (2005) salientam que este parâmetro representa em média, para a maioria dos rios do mundo, entre 85 e 95% dos SST.

Para determinação da concentração dos sedimentos finos em suspensão, cerca de 300 mL das amostras de água fluvial brutas da captação e reservatório foram filtradas em membranas de celulose 0,45 µm e 47 mm de diâmetro, pré-pesadas anteriormente, após secagem em estufa com circulação de ar forçada a 60°C até peso constante. Após a etapa de filtração, o conjunto composto pelo filtro e pelo sedimento contido nos respectivos filtros foi novamente destinado ao processo de secagem (estufa a 60°C) por 24 horas e mantido em dessecador com sílica gel por mais 48 horas para estabilização, sendo novamente pesado. A concentração

dos sedimentos em suspensão foi então determinada pela Equação 2, conforme método gravimétrico sugerido por Meade (1985):

$$C = (C_{sed. final} - C_{sed. inicial}) / Volume \quad (2)$$

sendo,

C a concentração da amostra; $C_{sed. Final}$ e $C_{sed. inicial}$ as respectivas concentrações dos sedimentos final e inicial, após realização do processo de pesagem.

A alcalinidade nas amostras foi determinada pelo método MEA 007 (Relatório de Validação de Métodos do Núcleo de Estudos Ambientais), seguindo as recomendações preconizadas no *Standart Methods for the Examination of Water and Wastewater*.

As principais espécies químicas inorgânicas dissolvidas foram analisadas quimicamente em termos dos íons majoritários Na^+ , K^+ , Ca^{2+} , Mg^{2+} , NH_4^+ , Cl^- , SO_4^{2-} , PO_4^{3-} e NO_3^- , em triplicata, por cromatografia iônica, utilizando-se o equipamento IC Compact Plus 882. Para o presente estudo, os limites de detecção estabelecidos para as amostras do rio São Francisco e reservatório foram de 0,001 e 0,0025 $mg L^{-1}$, respectivamente, para os cátions e ânions analisados. Já com relação ao limite de quantificação, que se encontra estabelecido na literatura como sendo a razão 10:1 (RIBANI *et al.*, 2004), os valores adotados para o presente estudo foram de 0,01 e 0,025 $mg L^{-1}$.

As concentrações dos metais potencialmente tóxicos, em específico *Cd*, *Pb*, *Cr*, *Co*, *Cu*, *Ni*, *Al*, *Fe* e *Mn* foram determinadas por espectrometria de absorção atômica com forno de grafite (GFAA) de alta resolução com fonte contínua em um espectrômetro de absorção atômica modelo ContrAA 700 (Analytik Jena), operando no modo chama (composta de ar-acetileno). Para tal foram estabelecidas curvas analíticas de calibração do equipamento de 0,005, 0,01, 0,05, 0,1 e 0,5 $mg L^{-1}$ para todos os analitos. Os limites de detecção são para: *Pb* 5 $\mu g L^{-1}$, *Cd* 0,2 $\mu g L^{-1}$, *Cr* 3 $\mu g L^{-1}$, *Co* 2 $\mu g L^{-1}$, *Cu* 5 $\mu g L^{-1}$ e *Ni* 5 $\mu g L^{-1}$.

3.2 Sistema de abastecimento de água

Os parâmetros de projeto adotados para o dimensionamento do sistema podem ser vistos na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Critérios de Projeto

Critérios de Projeto	Valores	Fonte
Coeficiente do dia de maior consumo - K_1	1,2	Tsutiya (2013)
Coeficiente da hora de maior consumo - K_2	1,5	Tsutiya (2013)
Consumo per capita (L.(hab.dia) ⁻¹)	100	Funasa (2006)
Período de Projeto (anos)	20	Tsutiya (2013)
População de projeto (hab)	50	-
População flutuante (hab)	2000	-
Método para previsão populacional	Geométrico	-
Tempo de funcionamento (h.dia ⁻¹)	24	Di Bernardo (1999)
Taxa de filtração do filtro lento (m ³ .(m ² .dia) ⁻¹)	6	NBR 12.216/1992

Fonte: O Autor, 2014.

Segundo Tsutiya (2013), o período de projeto varia entre 20 e 30 anos, sendo o mais usual no Brasil o primeiro valor, logo, foi adotado o período de 20 anos. A partir desse dado foi possível fazer uma estimativa populacional tomando como base o método geométrico e a taxa de crescimento (K_g) de 1,07% por ano, para o Nordeste brasileiro (IBGE, 2010). Esse método foi escolhido em decorrência de não haver um histórico de populações.

Assim, a partir da Equação 3 a seguir, foi possível obter a população residente de 62 pessoas (P_t) para o ano de 2034, considerando que a população atualmente é de 50 pessoas (P_0).

$$P_t = P_0 \cdot e^{K_g(t-t_0)} \quad (3)$$

A população flutuante na localidade, aproximadamente 2 mil pessoas por final de semana, tem características peculiares, é constituída por excursionistas, uma vez que não chegam a pernoitar e têm o consumo de água apenas para o cozimento de alimentos, lavagem de mãos e para o acionamento de dispositivos sanitários. Decorrente disso, para fins de cálculo adotou-se um acréscimo de 25% sobre as vazões e volumes encontrados para a população residente, tendo em vista que o consumo para o cozimento de alimentos, lavagem de mãos e acionamento de dispositivos sanitários são 5L, 5L e 15 L respectivamente, de acordo com as estimativas de consumos domésticos sugeridos por Gomes, 2006 *apud* Kumoto, 2012 na Tabela 2.

Levando-se em conta os custos, disponibilidade de material, a área de implantação, mão de obra e o tempo necessário à construção da estação de tratamento; optou-se pela utilização de tanques de polietileno de geometria circular para todas as etapas de tratamento.

Tabela 2 – Estimativas de consumos domésticos

Uso doméstico	L.(hab.dia) ⁻¹
Bebida e cozinha	10 a 20
Lavagem de roupa	10 a 20
Banho e lavagens de mãos	25 a 55
Instalações sanitárias	15 a 25
Outros usos	15 a 30
Perdas e desperdícios	25 a 50
Total	100 a 200

Fonte: Gomes, 2006, *apud* Kumoto, 2012.

A vazão de captação é dada pela Equação 4 (TSUTIYA, 2013), na qual consta a vazão necessária para a limpeza das unidades da estação de tratamento.

$$Q = \frac{k1. P. q. Ceta}{86400} \quad (4)$$

Todas as unidades de tratamento foram definidas a partir da vazão de captação e do dimensionamento da unidade de filtração lenta, que teve sua área definida pela Equação 5

$$A = \frac{Qd}{t} \quad (5)$$

Não havendo testes em escala piloto, as taxas de filtração foram definidas seguindo orientação da NBR 12.216/92. Definidas essas taxas, o tempo de filtração de cada unidade foi subsequentemente determinado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme observado anteriormente no item 3.1, o estudo dos parâmetros físicos e químicos das águas fluviais do rio São Francisco (no trecho do submédio) e de um dos reservatórios do povoado da Ilha do Rodeadouro foram importantes para o norteamento do projeto da estação de tratamento de água proposto para a comunidade. Ressalta-se, no entanto, que este levantamento dos principais parâmetros ambientais de qualidade da água da região foi realizado em apenas uma

campanha feita no dia 02 de setembro de 2014, referente a um período de pouca contribuição atmosférica (estiagem), tendo, portanto, caráter estritamente exploratório. Dessa forma, para uma eficiente avaliação de tais parâmetros, foi necessária uma ampla revisão dos mesmos na literatura, evidenciando aspectos comparativos em termos de concentração e, quando possível, da variação dinâmica dos parâmetros nos períodos de estiagem e de fortes chuvas.

Conforme pode ser observado, os principais parâmetros físico-químicos obtidos tanto para as amostras de águas fluviais do rio São Francisco quanto para o reservatório não apresentaram diferenças significativas, mostrando pouca influência do processo de reservação da água utilizada por parte da referida comunidade.

De uma forma geral, foi possível verificar que os valores de pH em ambos os pontos de amostragem estiveram próximos a neutralidade ou ligeiramente alcalinos com valores de 7,2 e 7,9, respectivamente, para as amostras de água do rio São Francisco e do reservatório. O valor de pH obtido para o rio São Francisco se mostrou similar ao obtido pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), próximo de Petrolina (distante cerca de 20,5 km do ponto estudado) que apresentou para água bruta valor de 8,4, sendo essa diferença possivelmente associada a dinâmica de aportes de espécies orgânicas e inorgânicas oriundas dos despejos de efluentes dos municípios de Petrolina e Juazeiro e também da litologia da referida região (presença de carbonatos e bicarbonatos), sendo que todos esses aspectos podem culminar em uma maior liberação de sais nas águas fluviais deixando-as mais alcalinas (Probst & Bazerbach, 1986; Probst & Nkounkou, 1992; Mortatti & Probst, 2012).

O Oxigênio Dissolvido (OD) ficou dentro do recomendado para a sustentabilidade da vida aquática, apresentando valores respectivamente para o rio São Francisco e reservatório de 6,9 e 6,1 mg.L⁻¹. A resolução CONAMA 357 de 17 de março de 2005 exige que o OD seja igual ou acima de 5,0 mg L⁻¹.

A condutividade elétrica também apresentou baixa variação entre as duas amostragens realizadas no presente estudo, porém se mostrou ligeiramente mais concentrada no reservatório com valor de 96,4 µS cm⁻¹ do que no curso d'água estudado o rio São Francisco, que apresentou 89,7 µS cm⁻¹. Mesmo assim, ambos os resultados se mostraram aproximadamente 1,5 vezes superiores ao monitoramento realizado pela COMPESA, que em um monitoramento realizado em

fevereiro de 2014 apresentou valor de $54,6 \mu\text{S cm}^{-1}$. Tais aumentos na quantidade de sólidos dissolvidos nas águas fluviais observados no presente estudo podem estar associados ao período de pouca contribuição atmosférica, onde possivelmente ocorreu concentração dos sais na água (Porto, 1991; Mortatti *et al.*, 2012; Vendramini *et al.*, 2013). É importante ressaltar que devido a falta de estudos na região e não contemplação de valores de condutividade elétrica ao longo dos meses do ano de 2014, outras comparações para esse parâmetro com trabalhos da literatura não foram possíveis de ser realizadas.

No entanto, dados obtidos pela COMPESA em fevereiro de 2014 permitiram evidenciar um aspecto comum que ocorre na dinâmica de sais dissolvidos nas águas fluviais do rio São Francisco. Tal valor de condutividade elétrica inferior pode ter ocorrido devido a um período de maior influência de aportes atmosféricos, onde em função do maior volume de água, provenientes da estação chuvosa, as concentrações dos sais dissolvidos nas águas fluviais podem ter sofrido processo de diluição. Já o oxigênio dissolvido variou pouco entre as duas amostragens, mas se mostrou maior no curso d'água, com $7,9 \text{ mg O}_2 \text{ L}^{-1}$, do que no reservatório, com $6,1 \text{ mg O}_2 \text{ L}^{-1}$, sendo essa diferença possivelmente associada a maior possibilidade de troca gasosa entre atmosfera e superfície da água.

Outros parâmetros físicos como cor e turbidez também foram analisados no presente estudo e, de mesma forma, apresentaram pouca variabilidade entre curso d'água e reservatório, os quais se mostraram da ordem de 14,0 e 11,0, em termos de unidades de Cor (uC) e de 11,0 e 9,0, em termos de unidades de Turbidez (uT), respectivamente. Tais valores observados no presente estudo se mostraram muito inferiores aos observados pela COMPESA, os quais foram de 123,0 (uC) e 28,3 (uT), sendo que esses dados são relativos também a fevereiro de 2014. Esses maiores valores podem estar relacionados ao aspecto comum de maior aporte de material inorgânico e orgânico (Vendramini *et al.*, 2014) provenientes dos processos erosivos mecânicos, via escoamentos superficiais nas regiões estudadas.

A composição química das águas do rio São Francisco e do reservatório também foram avaliadas sob o aspecto de evidenciar a qualidade ambiental de seus parâmetros e propor possíveis medidas mitigadoras para o tratamento da mesma. Nessa etapa do projeto, foram avaliados os principais cátions e ânions (Na^+ , K^+ , Ca^{2+} , Mg^{2+} , NH_4^+ , Cl^- , SO_4^{2-} , PO_4^{3-} e NO_3^-) e os metais mais potencialmente tóxicos

(Cd, Pb, Cr, Co, Cu, Ni, Al, Fe, Mn). De uma maneira geral, as análises químicas das amostras realizadas em triplicata apresentaram erros inferiores a 5%. A Tabela 3 mostra os resultados analíticos das concentrações dos principais cátions e ânions presentes nas águas do rio São Francisco e no reservatório, obtidas para o dia 02 de setembro de 2014 durante a campanha exploratória de avaliação da área de estudo e determinadas por cromatografia iônica.

Tabela 3 – Resultados analíticos dos principais cátions e ânions dissolvidos na água do rio São Francisco e no Reservatório da comunidade do Ilha do Rodeadouro, referente ao dia 02/09/2014.

Espécies químicas	Rio São Francisco (mg L ⁻¹)	Reservatório
Ca ₂ ⁺	3,66	3,47
Mg ₂ ⁺	1,14	0,85
Na ⁺	3,89	1,59
K ⁺	0,62	0,66
NH ₄ ⁺	n.d.	n.d.
Cl ⁻	2,36	1,36
NO ₃ ⁻	0,14	0,14
SO ₄ ²⁻	1,60	1,06
PO ₄ ³⁻	0,09	0,09
HCO ₃ ⁻	18,74	15,44

n.d. = concentrações abaixo do limite de detecção

O nitrato (NO₃⁻) foi convertido para N-NO₃⁻, o qual apresentou valor de 0,03 mg L⁻¹ para ambas as águas analisadas.

Assim como observado para os parâmetros devidamente físicos, os parâmetros químicos estudados no presente projeto também não diferenciaram significativamente, em termos de concentrações das espécies químicas, quando observados para as águas do rio São Francisco e do reservatório. Dessa forma, pode-se inferir que uma avaliação mais detalhada desses parâmetros de caráter ambiental deva ser realizada mais especificamente para o rio São Francisco, uma vez que o mesmo servirá de base para o atendimento da demanda de abastecimento para a referida população.

A caracterização química inorgânica das águas do rio São Francisco se mostrou bastante variável, apesar das baixas concentrações, onde HCO₃⁻

(determinado por método titulométrico) e o Cl^- foram os ânions principais, com 18,74 e 2,36 mg L^{-1} , enquanto que os cátions mais importantes foram Na^+ e Ca^{2+} , com 3,89 e 3,66 mg L^{-1} , respectivamente. As concentrações de Cl^- e Na^+ , dois dos principais íons observados em águas fluviais superficiais, decorrentes de fontes diversas como de intemperismo de rochas (para Na^+), de despejos de esgotos brutos domésticos e atividades agrícolas (Vendramini et al., 2014), se mostraram abaixo do limite máximo permissível estabelecido pela Portaria 2.914/2011, a qual estabelece valores respectivos de 5 mg L^{-1} para Cl^- , e de 200 mg L^{-1} para Na^+ .

Os íons HCO_3^- e Ca^{2+} são duas importantes espécies químicas em águas fluviais superficiais (Vendramini et al., 2013), que podem ser liberadas de processos de hidrólise ou dissolução de rochas silicatadas e carbonatas e também, no caso somente do HCO_3^- , de despejos de esgotos domésticos sem nenhum tratamento (Mortatti et al., 2012). Ambos os íons não possuem valores máximos permissíveis estabelecidos pela Portaria citada acima, sendo que o referencial para evidência de possíveis contaminações em ambientes fluviais, nesse caso, se deu apenas pela revisão de literatura de monitoramentos realizados na própria bacia do submédio do rio São Francisco.

De acordo com Mortatti *et al.* (2012), além do aporte de HCO_3^- em águas fluviais por meio de fontes agrícolas e intemperismo de rochas, o mesmo pode ser uma importante fonte em cursos d'água por degradação da matéria orgânica decorrente dos efluentes, via intermédio do sulfato.

O valor encontrado no presente estudo nas águas fluviais se mostraram menores para Ca^{2+} em relação ao observado pela COMESA (6,2 $\text{mg de Ca}^{2+} \text{ L}^{-1}$). Para HCO_3^- , o valor observado no presente estudo se mostrou duas vezes superior ao mesmo, sendo que essa discrepância pode estar associada ao período de coletas. De acordo com (Mortatti & Probst, 2012) no período sem muitas contribuições atmosféricas (estiagem), em função do baixo volume de água, geralmente ocorre maior concentração do íon avaliado.

É importante ressaltar que as evidências das concentrações abordadas nesse trabalho são de caráter apenas exploratório, no sentido de averiguar possíveis valores discrepantes entre as estações chuvosas e de estiagem, uma vez que a proposta do tratamento de água para abastecimento da comunidade em questão dependerá de tais observações. Salientamos ainda que uma averiguação mais

apropriada, obtendo-se dados de concentrações e relacionando-se com as respectivas vazões dos dias de amostragens ao longo de alguns anos seria a forma mais correta e ideal para a requerida avaliação. No entanto, a região de estudo não apresenta registros bibliográficos suficientes em termos temporais para tal procedimento, sendo necessário buscar informações pontuais que completassem as informações de pesquisa de campo.

A Tabela 4 apresenta os resultados analíticos das concentrações dos metais potencialmente tóxicos avaliados para as águas do rio São Francisco e também no reservatório, obtidos para o dia 02 de setembro de 2014 durante a campanha exploratória de avaliação da área de estudo e determinadas por espectrometria de absorção atômica com forno de grafite.

Tabela 4 – Resultados analíticos das concentrações dos metais potencialmente tóxicos avaliados para as águas do rio São Francisco e no reservatório.

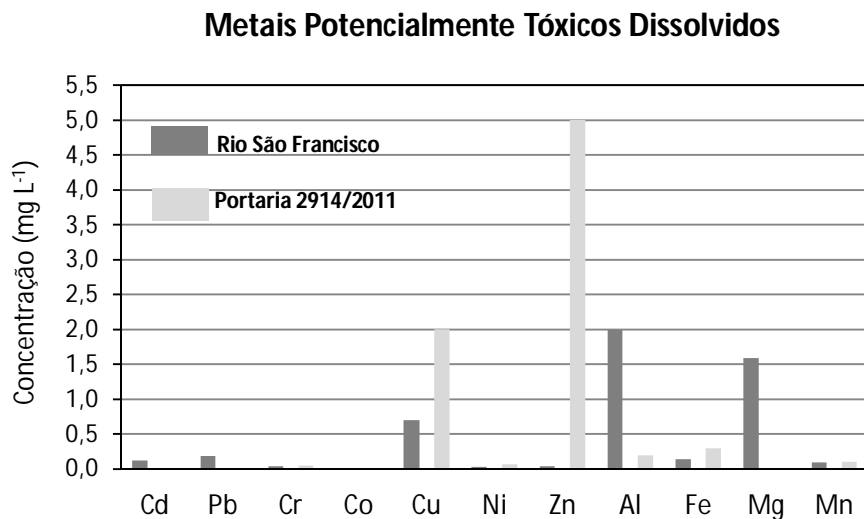
Metais	Rio São Francisco (mg L⁻¹)	Reservatório
Cd	0,122	0,122
Pb	0,19	0,19
Cr	0,04	0,04
Co	n.d.	n.d.
Cu	0,7	0,7
Ni	0,032	0,032
Zn	0,040	0,040
Al	1,986	1,986
Fe	0,135	0,135
Mg	1,597	1,597
Mn	0,092	0,092

n.d. = concentrações abaixo do limite de detecção

Para facilitar a visualização e a importância de cada um dos metais dissolvidos analisados no referido curso d'água, as concentrações foram dispostas em um gráfico, conforme pode ser observado na Figura 1, juntamente com os valores máximos e permitidos pela Portaria 2.914/2011.

Conforme evidenciado para os principais cátions e ânions majoritários, os metais considerados para discussão do presente estudo foram os referentes aos determinados nas águas fluviais do rio São Francisco.

Figura 1 – Concentrações dos elementos (metais) potencialmente tóxicos determinados para o ponto de amostragem do rio São Francisco (Submédio) para o dia 2 de setembro de 2014.



Fonte: os autores

De forma geral, apenas três elementos se mostraram superiores aos limites exigidos pela referida portaria, sendo que Cd e Pb se apresentaram apenas ligeiramente superiores com valores de 0,122 e 0,190 mg L⁻¹, contra 0,005 e 0,010 mg L⁻¹ recomendados pela Portaria 2.914/2011. O caso mais expressivo se mostrou para o metal Al³⁺, o qual se mostrou da ordem de dez vezes (1,986 mg L⁻¹) superior ao recomendado pela referida portaria (0,200 mg L⁻¹). Esse valor observado no presente estudo se mostrou ligeiramente superior ao verificado pela COMPESA em fevereiro de 2014, em meio à estação chuvosa, o qual se mostrou da ordem de 1,118 mg L⁻¹. Esse aporte de Al³⁺ nas águas fluviais, apesar de se apresentar em baixa concentração, pode estar associado ao material de origem inorgânico da área de característica predominante agrícola, que atinge o corpo hídrico via escoamentos superficiais.

Em função também da falta de estudos desse tipo na região, não foi possível verificar categoricamente a ocorrência desse metal em diferentes níveis de concentrações. As demais espécies químicas se mostraram abaixo dos limites máximos permitidos e evidenciados na Portaria 2.419/2011. Contudo, dentro das evidências levantadas no presente estudo e de acordo com observado na literatura, foi possível verificar pouca ocorrência de sais dissolvidos e tampouco de metais potencialmente tóxicos nos períodos estudados, mostrando assim pouca

necessidade de se estabelecer um amplo e complexo sistema de tratamento de água que removesse tais micros e macros nutrientes.

Os sedimentos em suspensão, determinados no presente estudo pela metodologia descrita no item 3.1, apresentou valor de unitário $11,4 \text{ mg L}^{-1}$. Apesar da realização de apenas uma amostragem das águas fluviais do rio São Francisco, foi possível observar que esse valor esteve na mesma ordem de grandeza do valor médio observado por Medeiros *et al.* (2010) de $4,8 \text{ mg L}^{-1}$ para os meses de julho e agosto de 2004 e cerca de quatro vezes maior que o valor médio evidenciado no período setembro e dezembro do mesmo ano (3 mg L^{-1}). Esses mesmos autores evidenciaram valor médio da ordem de 369 mg L^{-1} de sedimentos para o período entre janeiro e fevereiro (também de 2004), mostrando o forte poder de arraste de material particulado para dentro do canal fluvial, possivelmente via processos erosivos.

Essas baixas concentrações nos meses de maior estiagem também foram verificadas por Silva (2007), em estudo do Baixo São Francisco, onde foram observados valores de $2,55$ e $2,88 \text{ mg L}^{-1}$, em termos de médias mensais, para os respectivos meses.

Esses dados de sedimentos em suspensão observados na literatura foram importantes especialmente no que diz respeito à magnitude da variabilidade e do aumento expressivo desse parâmetro ao longo dos meses do referido ano, o que permitiu inferir na necessidade da consideração de tais aumentos, antes da constituição das bases do projeto de tratamento de água para abastecimento da comunidade da Ilha do Rodeadouro.

A Demanda Bioquímica de Oxigênio ($\text{DBO}_{5,20}$) é um indicador que determina de forma indireta a concentração de matéria orgânica biodegradável, através da quantidade de oxigênio utilizada por microrganismos no processo de respiração. A medida desse parâmetro procura retratar em laboratório o fenômeno que acontece no corpo d'água.

No presente estudo, os resultados para esse parâmetro foram de $2,6$ e $3,0 \text{ mg L}^{-1}$, respectivamente, para o Rio São Francisco e reservatório, sendo que ambos se mostraram ligeiramente superiores ao observado por Filho *et al.* (2012) de $1,0 \text{ mg L}^{-1}$ e abaixo do limite estabelecido da resolução CONAMA 357/2005 de $\leq 5,0 \text{ mg L}^{-1}$. Já em termos de coliformes totais e termotolerantes o rio São Francisco e o reservatório

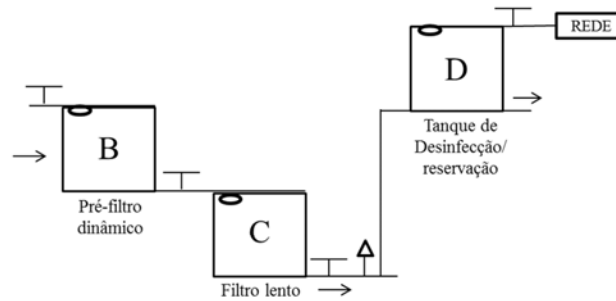
também não se mostraram preocupantes, no que se refere a possíveis valores acima dos máximos permitidos pela mesma resolução, com valores de $4,5 \times 10^2$ para ambos, nas águas fluviais do rio São Francisco, e de $6,2 \times 10^2$ e $3,9 \times 10^2$ para os mesmos no reservatório.

Tendo em vista os resultados obtidos a partir das análises de parâmetros físico-químicos e biológicos da água do rio São Francisco na localidade da Ilha do Rodeadouro, o sistema de abastecimento proposto foi composto pelas etapas de captação flutuante com peneiramento; estação compacta de tratamento de água, que engloba as etapas de clarificação, filtração e desinfecção; reservação.

Ressalta-se que a proposição das etapas do sistema, em especial a de tratamento, teve como principal aspecto a necessidade de adequação às condições socioeconômicas da comunidade, uma vez que a mesma é desprovida de recursos financeiros e será a responsável pela construção e manutenção do mesmo. A estação compacta de tratamento proposta deverá funcionar por fluxo descendente, seguindo o princípio dos vasos comunicantes, com um pré-filtro dinâmico de antracito e seixos, filtro lento de areia e manta sintética não-tecida seguido de clorador e tanque de desinfecção, conforme pode ser visto na Figura 2 abaixo.

Prevê-se também a construção de um tanque de decantação que será adicionado ao sistema e funcionará apenas nos períodos de chuva, quando a água apresenta maior turbidez e cor, e trabalhará por batelada, servindo também para as etapas de coagulação e floculação (ver Figura 3). A medida supracitada visa à adequação da água bruta ao processo de filtração lenta a fim de garantir a eficiência do filtro lento de areia.

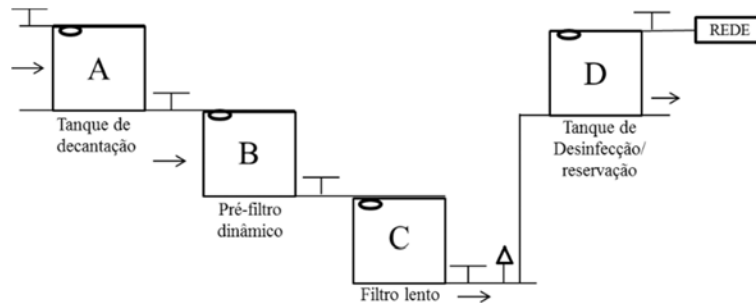
Figura 2 - Esquema da estação compacta de tratamento



- Legenda:
- Boia
 - ┌ Válvula
 - Caminho da água
 - △ Clorador

Fonte: o autor, 2014.

Figura 3 - Esquema da estação compacta de tratamento com a unidade de decantação



- Legenda:
- Boia
 - ┌ Válvula
 - Caminho da água
 - △ Clorador

Fonte: o autor, 2014.

A captação de água será do tipo de tomada d'água flutuante para que o sistema acompanhe a diferença de nível d'água durante o período de cheias. Será composta por uma plataforma de madeira ancorada, presa à dois galões de polietileno de 50 L, que funcionarão como flutuadores. Será fixada uma bomba submersa que levará água até a estação compacta de tratamento.

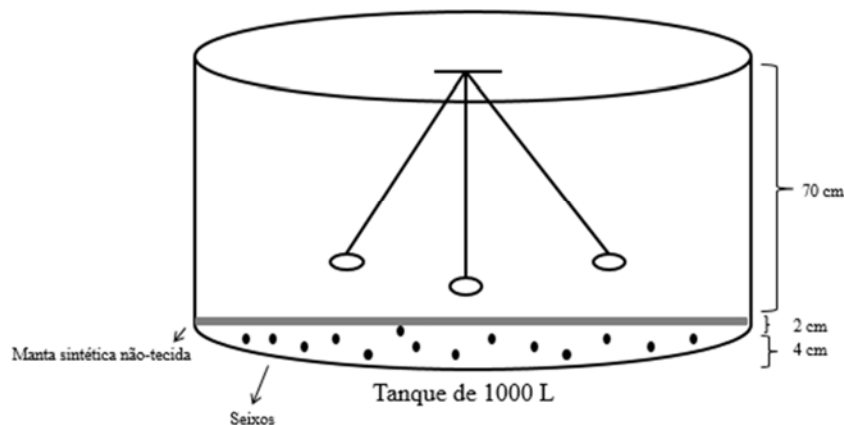
A partir da Equação 4 do item 3.2, foi obtida a vazão de captação até a estação compacta de tratamento que será de $0,73 \text{ m}^3 \cdot \text{h}^{-1}$, em processo de adução contínua pelo período de 24 h. Com base nos parâmetros físico-químicos e biológicos da água do manancial optou-se por realizar as etapas de clarificação,

filtração e desinfecção para atender à qualidade exigida pela Portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde.

O processo de clarificação da água consiste na retirada de sólidos em suspensão sedimentáveis e microrganismos (bactérias, fungos, vírus, protozoários dentre outros), responsáveis pela turbidez e cor (DI BERNARDO; BRANDÃO; HELLER, 1999). O rio São Francisco na localidade tem suas vazões controladas pela barragem de Sobradinho, mas ainda assim, nos períodos de chuva há alteração nos volumes de água e conseqüentemente dos seus parâmetros físico-químicos, em especial a turbidez, fazendo-se necessária a previsão desses eventos.

Para tanto, como medida de segurança, o sistema proposto apresenta uma unidade de coagulação/ flotação/ decantação (Figura 4) que trabalhará por batelada: primeiramente ocorrerá o enchimento do tanque (1000 L), com área de 1,23 m², seguido pela inserção do agente coagulante natural, agitação rápida por 5 min (coagulação), seguida por agitação lenta de 15 min para a formação dos flocos (floculação) que irão decantar por 2 h (decantação), o que determina um tempo total de 2h e 20 min para a finalização da etapa. O tanque terá hélices presas à tampa, que serão responsáveis pela mistura da água e uma camada suporte de seixos de 4 cm, coberta com uma de manta sintética não-tecida de 2 cm, que facilitará a limpeza.

Figura 4 – Modelo de tanque decantador proposto no presente estudo para eliminar partículas em suspensão no período de intensas chuvas



Fonte: o autor

O agente coagulante, de origem vegetal, resulta da maceração de sementes da *Moringa Oleífera*, também conhecida com “lírio branco”. É uma planta, de origem indiana, com altos teores de valor alimentar (proteínas e lipídeos) e medicinal que se

adapta facilmente a diferentes climas tais como subtropicais secos e até florestas úmidas (GALLÃO; DAMASCENO; BRITTO, 2006). É resistente a seca, logo, de fácil cultivo em regiões com climas quentes e secos, a exemplo do semiárido nordestino.

Optou-se pela utilização do coagulante natural, uma vez que pode ser preparado no próprio local e quando comparados aos químicos, a exemplo do sulfato de alumínio, estão disponíveis a preços acessíveis (PATERNIANI, MANTOVANI, SANT'ANNA, 2009) e ainda segundo Gallão, Damasceno, Britto (2006) pode-se acrescentar a essas vantagens: as de que não alteram significativamente o pH e a alcalinidade da água após o tratamento e não causam problemas de corrosão.

A propriedade coagulante da *Moringa oleífera* deve-se ao fato da presença de proteínas catiônicas de alto peso molecular, solúveis em água, que tem como principal função a adsorção e neutralização de cargas (GALLÃO; DAMASCENO; BRITTO, 2006).

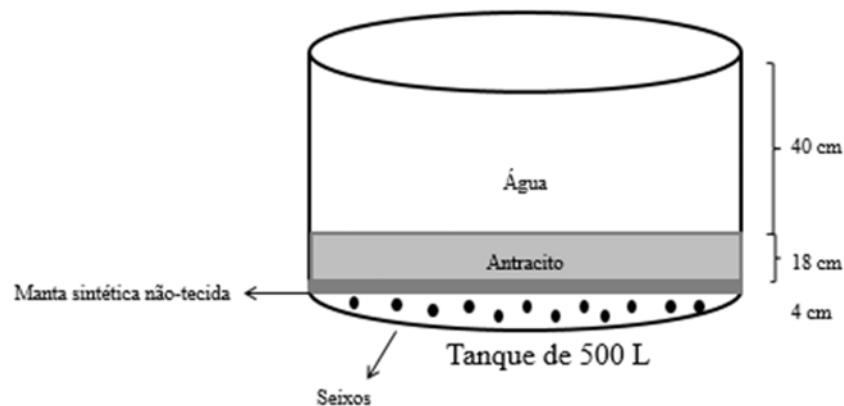
Segundo Ribeiro (2010), as sementes são utilizadas em forma de extrato – quando são maceradas e o pó é adicionado à água destilada (extração aquosa), passando por elevada agitação e filtração. Estudos revelam que quanto maior a turbidez da água bruta a ser tratada maior deverá ser a concentração do coagulante empregado; e que o único fator que altera a eficiência do coagulante é o tempo de armazenamento, uma vez que ocorre a biodegradação (PATERNIANI, MANTOVANI, SANT'ANNA, 2009). Uma possível solução para retardar a degradação do extrato seria o emprego da técnica de extração em solução salina, mas por tratar-se de um sistema em que a população será a responsável pela construção e manutenção, recomenda-se o uso da extração aquosa (mais simples), sendo que deve ser preparada no mesmo dia do uso. Em estudos realizados em laboratório, Lo Monaco *et al.* (2010), indicou que a concentração de 0,4 g.L⁻¹ do extrato para um tempo de sedimentação de 2h que proporciona em média a remoção de turbidez em até 98% . A vazão efluente desse tanque seguirá para a etapa de filtração.

Para a etapa de filtração propõe-se um sistema de filtro lento com meio filtrante de areia e manta sintética não-tecida. A escolha pelo sistema de filtração lenta se dá tendo em vista suas vantagens, tais como: simples construção; baixo custo de manutenção, que não requer mão-de-obra especializada e baixo consumo energético.

A eficiência da filtração lenta é substancialmente afetada pela turbidez da água bruta, pois tal parâmetro reflete a quantidade de partículas pequenas presentes na água, às quais muitos microrganismos encontram-se aderidos (DI BERNARDO; BRANDÃO; HELLER, 1999). Objetivando assegurar as condições necessárias da vazão afluente ao filtro lento, utiliza-se um pré-filtro dinâmico com capacidade de 500 L, que funcionará como uma segurança a mais aos picos de turbidez e sólidos suspensos que possam existir, em especial nos períodos do ano quando não será utilizada a unidade de coagulação/ floculação/ decantação. Esse sistema de filtração funcionará como um FiME (Filtração em Múltiplas Etapas).

O pré-filtro dinâmico (Figura 5) terá como meio filtrante camadas de 18 cm de antracito e uma suporte de seixos com 5 cm, além de uma camada de 2 cm de manta sintética não-tecida de grande porosidade logo acima da camada suporte, para facilitar a limpeza do mesmo, além de auxiliar na filtração de sólidos mais grosseiros. A pré-filtração ocorrerá num tempo aproximado de 12 min, levando em consideração que a taxa adotada de filtração será de $40 \text{ m}^3.(\text{m}^2.\text{dia})^{-1}$, uma vez que o valor máximo indicado pela NBR 12216/92, para os filtros em escala real, é $180 \text{ m}^3.(\text{m}^2.\text{dia})^{-1}$.

Figura 5 – Modelo de pré-filtro dinâmico de antracito proposto no presente estudo.



Fonte: o autor

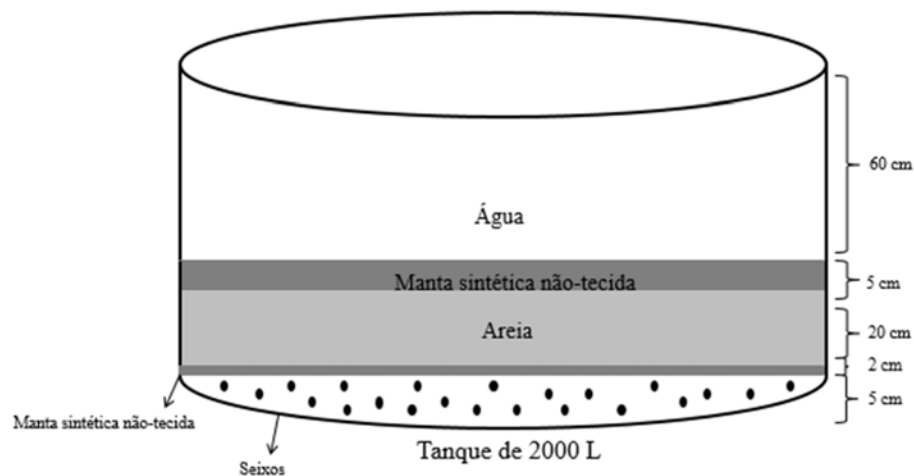
Os processos de filtração por meio de leitos de areia surgiram a partir da observação da pureza e limpidez das águas subterrâneas e da atribuição dessas características à sua passagem pelos poros naturais (AZEVEDO NETTO, 1987 *apud* PATERNIANI, MANTOVANI, SANT'ANNA, 2009).

A filtração lenta surge como uma alternativa promissora ao tratamento de água para comunidades ribeirinhas tendo em vista que é um sistema simples e

econômico com relação à construção, operação e manutenção, não exigindo mão de obra especializada e obrigatoriamente a coagulação química.

Para garantir a eficiência do processo, a taxa de filtração deve ser baixa e não ultrapassar $6 \text{ m}^3.(\text{m}^2.\text{dia})^{-1}$ (NBR 12216/92). Como não foi possível o estabelecimento do seu valor a partir de testes em escala piloto, adotou-se o valor máximo permitido para filtros exclusivamente de areia, $6 \text{ m}^3.(\text{m}^2.\text{dia})^{-1}$, tendo em vista que serão usadas mantas sintéticas não-tecidas. A granulometria da areia deve ser fina, variando entre 0,25 mm e 0,35 mm (FUNASA, 2006), a altura da camada será de 20 cm, uma camada superior de 5 cm de manta sintética não-tecida do tipo M2 e M3, uma camada suporte de seixos de 5 cm e uma outra camada de manta sintética de 2 cm sobre a camada suporte com a finalidade de não permitir a passagem de areia conforme visto no esquema, na Figura 6 abaixo. O emprego da manta sintética não-tecida apresenta diversas vantagens tais como: menor espessura das camadas de areia; prolongamento da duração de carreira do filtro; aumento das taxas de filtração; maior facilidade de limpeza (FERRAZ; PATERNIANI, 2002).

Figura 6 – Modelo de filtro lento de areia e manta sintética não-tecida proposto no presente estudo.



Fonte: o autor

O uso de baixas taxas de filtração leva a um maior tempo de detenção hidráulica sobre o meio filtrante, o que favorece uma intensa atividade biológica,

garantindo água com qualidade apropriada para a desinfecção efetiva (DI BERNARDO; BRANDÃO; HELLER, 1999).

Na camada superior do filtro, a manta sintética, ocorrerá a formação de uma camada biológica⁷, com espessura entre 2 a 5 cm, chamada “*schmutzdecke*”, que é a responsável pela remoção de impurezas. Essa atividade será mais pronunciada na superfície, mas se estende até uma certa profundidade do meio filtrante. Di Bernardo; Brandão; Heller (1999), afirmam que no início do funcionamento da unidade, quando o meio encontra-se limpo, a eficiência de remoção das impurezas é relativamente baixa havendo a necessidade do período de amadurecimento (2 a 4 dias) do filtro lento. O filtro não deve ter altura da lâmina d’água inferior a 40 cm durante a operação.

Com o tempo, há aumento do nível de água no interior do filtro como compensação a perda de carga decorrente da retenção de impurezas, até que o nível máximo de água é atingido. Nesse momento o filtro deve ser retirado de operação para limpeza (PIZZOLATTI, 2010). Recomenda-se que os filtros sejam lavados ao menos 30 dias após o início da sua operação.

A etapa de lavagem do filtro requer atenção e deve ser realizada periodicamente. Nos filtros lentos de areia é realizada removendo-se uma camada superior do meio filtrante e lavando-a para posterior reposição. Mas com a utilização da manta sintética, esse processo será facilitado, desde que não haja a penetração de impurezas na areia. Assim como acontece com a areia, a manta deve ser retirada, lavada com jatos de água de alta pressão e seca para sua reinserção no sistema. Tendo em vista que a camada biológica levará alguns dias para se formar e neste período haverá a ineficiência do filtro, o sistema de filtração apresentará número mínimo de unidades estabelecido pela NBR 12216/92, que são 2, e funcionarão em paralelo, sendo que o segundo só será colocado em operação depois de 10 dias decorridos do funcionamento do primeiro. Assim, mesmo quando o primeiro filtro for retirado de operação para lavagem, o segundo continuará funcionando eficientemente.

7 Essa camada biológica é constituída fundamentalmente, por partículas inertes, matéria orgânica, e uma grande variedade de organismos tais como bactérias, algas, protozoários, metazoários etc, além de ferro e manganês quando esses metais se encontram em estado solúvel na água afluyente (DI BERNARDO; BRANDÃO; HELLER, 1999).

Como os tanques serão de polietileno pré-fabricado, admite-se que o de volume igual a 2000 L seria ideal, uma vez que, sua área superficial é de aproximadamente 2,11 m², suficiente para atender a demanda, que requer área de 1,55 m². Recalculando a vazão média de água filtrada para a nova área (2,11 m²), foi estabelecida uma nova vazão de 12,66 m³.dia⁻¹, o que mostra que o filtro poderá sofrer aumento de vazão futuramente. O tempo que as unidades levarão para produzir água filtrada será de aproximadamente 2h e 30 min.

A vazão efluente dos filtros lentos passará por um clorador, modelo proposto pela EMBRAPA, que tem baixo custo para montagem e fácil construção e manuseio. Para a sua construção são utilizados apenas tubos de PVC, registros, adaptador, cola, tê e buchas de redução.

A principal função da etapa de desinfecção segundo Daniel (2001), é a inativação de microrganismos patogênicos e esta pode sofrer interferência da turbidez (promovendo efeito escudo sobre os microrganismos, protegendo-os da ação desinfetante); da presença de matéria orgânica (reagindo com o mesmo para formar subprodutos) e da presença de compostos inorgânicos (reagindo com o agente desinfetante). Os principais mecanismos de desinfecção são a oxidação, com posterior ruptura da parede celular e a difusão no interior das células, com consequente interferência na atividade celular (DANIEL, 2001).

A substância desinfetante escolhida é hipoclorito de cálcio (Ca(ClO)₂) granulado (60 a 65%), substância oxidante, facilmente encontrado em comércios de produtos para piscina. Deve ser utilizado na quantidade de 1,5 a 2 g (equivalente a uma colher de café rasa) para cada 1000 L de água (SILVA, 2013). O tempo de contato deverá ser de 1h para que a desinfecção seja eficiente e deve ser adicionado o agente desinfetante todos os dias. O tanque de desinfecção/reservação de água tratada terá capacidade de 5.000 L e estará a um nível superior, para garantir a pressão mínima de 10 mH₂O, o indicado pela NBR 12218/ 94.

Após a etapa de desinfecção a água deverá estar em qualidade adequada para o consumo humano, atendendo à Portaria 2.914/2011 e o tempo total de tratamento da água será aproximadamente de 3h e 40 min, quando não houver necessidade da etapa de decantação e de 6h quando o sistema funcionar com todas as etapas.

A água potável dever ser distribuída a população através de rede ligando o reservatório às caixas d'água das residências. O seu dimensionamento não foi possível devido à falta de dados topográficos e distância entre as residências

Após todas as etapas do sistema, pode-se prever que a construção do mesmo custará em média R\$ 6.650,00, o que é um resultado satisfatório, quando associado às condições econômicas da comunidade da Ilha do Rodeadouro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atender a aos requisitos de potabilidade, propôs-se como alternativa a construção de um sistema de tratamento que apresente as etapas de clarificação e desinfecção. Para tanto, contará com um pré-filtro dinâmico que garantirá afluentes com índices de turbidez e cor adequados para o funcionamento de dois filtros lentos de areia e manta sintética não-tecida e posterior desinfecção com hipoclorito de cálcio.

Como um mecanismo de segurança a mais, prevendo-se o aumento da turbidez e cor nos períodos chuvosos, optou-se pela adição de um tanque de decantação, no qual também serão realizadas as etapas de coagulação e floculação. O coagulante proposto é o extrato da *Moringa oleífera*, tendo em vista que é de origem vegetal e suprimirá a necessidade de usar produtos químicos além de ser produzido no local, com custos mínimos.

As soluções alternativas de abastecimento de água não devem ser concebidas como soluções improvisadas ou unicamente destinadas a populações carentes, mas sim fazer parte da gama de opções existentes, que fornecem água que satisfaça às exigências dos padrões de potabilidade vigentes no país. Esta temática por ser tão abrangente merece ter um maior aprofundamento e continuidade dos estudos.

Todas as medidas supracitadas tiveram como principal objetivo a proposição de um sistema de abastecimento que possa ser custeado pela própria comunidade e apresente segurança no que se refere à qualidade da água para consumo humano. O custo para a construção do mesmo será de aproximadamente R\$ 6.650,00 e a manutenção e monitoramento será realizada pelos próprios moradores, que receberão orientações e treinamento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12216 – Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público**. Rio de Janeiro. 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12218 – Projeto de rede de abastecimento de água para abastecimento público**. Rio de Janeiro. 1994.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Saneamento**. 3ª Edição. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006. 408 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000**. 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>. Acesso em: agosto, 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf. Acesso em: agosto, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 2.914**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html. Acesso em: julho, 2014.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea**. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/pernambuco/relatorios/PETR119.pdf>. Acesso em: setembro, 2014.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei Nº 11.445, de 5 de Janeiro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: agosto, 2014.

DANIEL, L. A. (Org). **Processos de Desinfecção e Desinfetantes Alternativos na Produção de Água Potável**. PROSAB. São Carlos. 2001. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/prosab/livros/LuizDaniel.pdf>. Acesso em setembro, 2014.

DI BERNARDO, L; BRANDÃO, C. C. S; HELLER, L. **Tratamento de águas de abastecimento por filtração em múltiplas etapas**. PROSAB. São Carlos. 1999. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/Prosab/livros/aguas%20de%20abastecimento.pdf>. Acesso em setembro, 2014.

EMPRAPA. **Principais solos do Semiárido do Nordeste do Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/157855/1/OPB1114.pdf>. Acesso em: setembro, 2014.

EMBRAPA. **Solos do submédio do Vale do São Francisco – Potencialidades e limitações para uso agrícola**. 2008. Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br/public_eletronica/downloads/SDC211.pdf. Acesso em: setembro, 2014.

FERNANDES, V. **Tratamento de esgoto, o desafio do saneamento.** Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente. Ano XX – nº 71. Abril/Junho 2014.

FERRAZ, C. F.; PATERNIANI, J. E. S. **Redução da espessura da camada suporte através da substituição por mantas não-tecidas na filtração lenta de águas de abastecimento.** Revista Engenharia Sanitária e Ambiental. Vol. 7, n. 1 jan/mar 2002 e n. 2 abr/jun 2002.

FILHO, A. P. *et al.* **Avaliação da qualidade da água do rio São Francisco no perímetro urbano do município de Petrolina-PE.** II Congresso Baiano de Engenharia Ambiental e Sanitária. De 08 a 13 de Julho de 2012. Feira de Santana - BA

GALLÃO, M. I; DAMASCENO, L. F; BRITTO, E. S. **Avaliação química e estrutural da semente de moringa.** Revista Ciência Agronômica. Vol. 37, n. 1. 2006.

KUMOTO, E. K. **Abastecimento de Água em Comunidade Ribeirinha do Baixo Madeira (Estado de Rondônia) – Diagnóstico e Possíveis Soluções.** 2012. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária). Universidade de São Paulo – Escola de Engenharia de São Carlos. São Paulo.

LO MONACO P. A. V. *et al.* **Utilização de extrato de sementes de moringa como agente coagulante no tratamento de águas de abastecimento e águas residuárias.** Revista Ambiente & Água – An Interdisciplinary Journal of Applied Science: v. 5, n. 3, 2010. Disponível em: http://www.gpqa.ufv.br/Publicacoes/coagulacao/Utilizacao_extrato_sementes_de_moringa.pdf. Acesso em outubro, 2014.

MEDEIROS, P. R. P.; SOUZA, W. F. L.; KNOPPERS, B. A.; LIMA, L. L. **Aporte de sedimentos em suspensão no baixo rio São Francisco (SE/AL), em diferentes condições hidrológicas.** III Congresso Brasileiro de Oceanografia – CBO'2010, Rio Grande (RS), 17 a 21 de maio de 2010.

MEADE, R. H. **Suspended sediment in the Amazon river and its tributaries in Brazil during 1982-84.** U.S. Geological Survey, Open-File Report, 85-492, 1985. 39 p.

MORTATTI, J.; PROBST, J. L. **Hidrogeoquímica de bacias de drenagem. Piracicaba: CPG/CENA.** 142 p., 2012. (Série didática, v.2).

MORTATTI, J.; VENDRAMINI, D.; OLIVEIRA, H. **Avaliação da poluição doméstica fluvial na zona urbana do município de Piracicaba, SP, Brasil.** Revista Ambiente & Água – An interdisciplinary Journal of Applied Science, v. 7, n. 2, 2012.

PATERNIANI, J. E. S; MANTOVANI, M. C; SANTA'ANNA, M. R. **Uso de sementes de Moringa oleífera para tratamento de águas superficiais.** Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental: v. 13, n. 6, p. 765-771, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeaa/v13n6/v13n6a15.pdf>. Acesso em outubro, 2014.

PIZZOLATTI, B. S. **Estudos de limpeza de filtros lentos por raspagem e retrolavagem.** 2010. (Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Engenharia Ambiental) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

PROBST, J. L. et al. (Ed). **Dissolved major elements exported by the Congo and the Ubangi rivers during the period 1987-1989**. Journal of Hydrology, Amsterdam, v. 135, p. 237-257, 1992.

PROBST, J. L.; BAZERBACHI, A. **Transports en solution et en suspension par la Garonne supérieure**. Science Géologique Bulletin. Strasbourg v.39, p.79-98, 1986.

SILVA, W. F. **Determinação da carga de material em suspensão no rio São Francisco: ano hidrológico 2007**. Monografia. Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. p. 48, 2009.

SILVA, W. T. L. **Tecnologias de saneamento Básico Rural na Embrapa**. IV Seminário Internacional de Engenharia de Saúde Pública. 2013. Disponível em: <http://www.sda.ce.gov.br/index.php/editais-e-licitacoes-novo/category/29-apresentacoes-workshop-reuso-de-agua?download=638%3Aapresentacao-complementar-sobre-o-tema-wilson-tadeu-embrapa>. Acesso em: setembro, 2014.

SOUZA, M. E; SILVA, J. J. B; LYRA, L. H. B. **Avaliação das condições de navegação do rio São Francisco, do trecho de Sobradinho-BA a Petrolina-PE**. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/65ra/resumos/resumos/2931.htm>. Acesso em setembro, 2014.

TSUTIYA, M. T. **Abastecimento de Água**. EPUSP. 3ª Edição. Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2006. 643 p.

VENDRAMINI, D. ; BONASSI, J. A. ; MORTATTI, J. **Aspectos da influência antrópica na carga dissolvida do rio Piracicaba (SP)**. Revista Geologia da USP (Série Científica), v. 13, n. 3, p. 99 -112, 2013.

VENDRAMINI, D.; OLIVEIRA, H., MORTATTI, J. **Avaliação do comportamento dinâmico da carga dissolvida e particulada fluvial de uma microbacia reflorestada com eucaliptos**. Revista Ambiente & Água – An Interdisciplinary Journal of Applied Science, v. 9, n. 3, p. 499 – 525, 2014.

VON SPERLING, M. **Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuárias – Introdução a qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. 4ª Edição. v. 01. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2014.

A PESCA E O PESCADOR DE CAMARÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO – O CASO DA COMUNIDADE DE PONTA MOFINA, PENEDO

Kelle Andrade do Carmo¹
Petrônio Alves Coelho Filho²
Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira³

RESUMO

A pesca artesanal tem grande relevância social e econômica para a população do Baixo São Francisco é uma das atividades mais antigas praticadas no Brasil, sendo principal fonte de renda para diversas famílias. Diante da importância desta atividade, este artigo teve como objetivos identificar o perfil socioeconômico dos pescadores de uma comunidade da região, conhecer as características da atividade praticada e fazer uma análise da percepção desses pescadores acerca do ambiente em que estão inseridos. A pesquisa realizada entre outubro e novembro/13 utilizou observações *in situ* e entrevistas semiestruturadas, contando com a participação de 100% dos pescadores da comunidade. A análise dos dados mostra que os pescadores são em sua maioria do sexo masculino, com média de idade de 37 anos e escolaridade referente ao ensino fundamental incompleto, a principal fonte de renda é a pesca, mas outras atividades são necessárias. A pesca que ocorre no rio São Francisco é realizada somente durante o dia com tempo determinado e sob o *stock* de camarão com a utilização de apetrechos denominados covos, confeccionados com madeira e garrafas PET, a comercialização na grande maioria é feita uma vez por semana ao atravessador com o camarão já devidamente processado. Um dos petrechos utilizado foi apontado pelos próprios pescadores como sendo um dos problemas da atividade na região, além da poluição e pouca vazão do rio. A pesca garante aos ribeirinhos uma fonte permanente de renda e necessita de um plano de manejo para proteção tanto do recurso explorado como da própria atividade.

Palavras-chave: Pesca artesanal; Camarão; Apetrecho. Manejo.

FISHING AND FISHERMAN'S SHRIMP LOW SAN FRANCISCO - THE CASE OF PONTA MOFINA COMMUNITY, PENEDO

ABSTRACT

The artisanal fishery has a great social and economic importance for the population of the Lower São Francisco is one of the oldest activities practiced in Brazil, the main source of income for many families. Given the importance of this activity, this article aimed to identify the socioeconomic profile of the fishing community in the area, know the characteristics of practiced activity and to analyze the perception of these fishermen about the environment in

¹ Pesquisadora (I.C.) do Curso de Graduação em Engenharia de Pesca da UFAL/Unidade Penedo/AL <kelleandrade2011@hotmail.com>

² Doutor em Oceanografia Biológica (Universidade de São Paulo). Professor Adjunto do Curso de Engenharia de Pesca e Pesquisador do Laboratório de Carcinologia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL/Unidade Penedo.<petroniocoelhofilho@gmail.com

³ Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (Universidade do Estado da Bahia). Professor Adjunto do Curso de Engenharia de Pesca e Pesquisador do Laboratório de Etnoecologia Pesqueira da Universidade Federal de Alagoas - UFAL/Unidade Penedo <ticiano.rodrigo@gmail.com>

which they live. The survey conducted between October and November / 13 used in situ observations and semi-structured interviews, with the participation of 100% of community fishermen. Data analysis shows that fishermen are mostly male, with a mean age of 37 years and education related to incomplete primary education, the main source of income is fishing, but other activities are necessary. The fishing that takes place in the São Francisco River is carried out only during the day with given time and in the stock of shrimp with the use of gear called creels made with wood and PET bottles, the marketing in the vast majority is done once a week to middleman with the shrimp already been processed. One of fitting equipment used was appointed by the fishermen themselves as one of the activity of the problems in the region, as well as pollution and low river flow. Fishing guarantees bordering a permanent source of income and requires a management plan to protect both the exploited resource as the activity itself.

Keywords: Small-scale fishing. Prawn. Fishing gear. Management.

JEL: Q22

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Baptista (2011) existem dois tipos de atividades pesqueiras: a industrial, que se caracteriza pela presença de embarcações de maior porte concentração de investimentos em instalações terrestres, utilização de aparelhos e métodos de pesca modernos e seleção de espécies para a captura; e a artesanal, que varia de uma atividade de subsistência simples com tecnologia rudimentar para uma em que a produção é comercializada em colônias de pescadores ou sob a liderança de pequenos proprietários ou armadores de embarcações.

A pesca artesanal é considerada uma das atividades mais antigas exercidas pelo homem. Além de promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade, essa atividade proporciona a seus atores uma ampla diversidade cultural e um vasto conhecimento acerca do ambiente e da espécie capturada (RAMIRES et, al. 2012). Mesmo com o passar dos tempos, a ação de pescar continua sendo fundamental na vida de homens e mulheres ao longo de diversos ambientes aquáticos (LIMA; e MELO, 2013).

Estima-se que hoje no Brasil existem aproximadamente 1 milhão de pescadores artesanais e aproximadamente 45% da produção anual de pescado desembarcada venham da pesca artesanal (MPA, 2014). Mesmo com toda essa importância, a atividade não é prioridade para as políticas públicas brasileiras e muitas vezes encontra-se à margem dos direitos adquiridos pela má gestão e principalmente pela falta de conhecimento, tanto da atividade em si quanto das comunidades que dela sobrevivem.

Na pesca artesanal, o pescador atua sozinho ou em parceria com familiares para capturar o pescado, usando instrumentos simples e geralmente explorando ambientes próximos a sua residência, e na maioria dos casos, os saberes e experiências adquiridos são repassados por gerações. Como afirma OLIVEIRA (2012), pescadores artesanais situam-se em uma categoria especial chamada “pescadores agricultores”, categoria de população não-tradicional que se encontra espalhada pelo litoral em rios e lagos com modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que tenha outras atividades econômicas como extrativismo vegetal, artesanato e a pequena agricultura.

Os pescadores artesanais mantêm contato direto e diário com o ambiente, por isso acumulam um vasto conhecimento acerca das espécies que estão submetidas a seus apetrechos, como a melhor época de pesca, a biologia e o comportamento das espécies, as influências ambientais e o estado de utilização do pescado. Mas, como cita Souza *et. al* (2012, p. 1), “tais conhecimentos ainda não são devidamente aproveitados no que diz respeito a manutenção e uso sustentável dos recursos dos quais necessitam para viver”. RAMIRES *et. al* (2012) afirmam que “os conhecimentos sobre o meio de exploração, as condições de maré, o uso e manipulação dos apetrechos de pesca e a identificação dos estoques pesqueiros são um conjunto de elementos que caracterizam a pesca artesanal”. A relação dos conhecimentos adquiridos pelos pescadores e aqueles gerados através de pesquisas científicas, permitem por meio de vários pontos de vista, uma análise contextualizada e conectada à realidade dos pescadores (MONTENEGRO *et al*, 2001).

Os pescadores fazem parte de uma rede ecossistêmica e suas interações não devem ser observadas apenas do ponto de vista do uso e apropriação dos recursos, mas, no contexto das relações sociais. No que se refere a tomada de decisões, eles estão diariamente não só como “forrageadores” que procuram fazer escolhas ótimas, mas também se comportam como fiscalizadores do ambiente (MONTENEGRO *et al*, 2001).

Os estudos com as comunidades e o ambiente levam em conta dois componentes inter-relacionados e interdependentes: as situações práticas de vida na comunidade estudada, atentando para a cultura e tradições locais e a utilização sustentável dos recursos naturais locais (CLAUZET; RAMIRES; BARRELLA, 2005, P. 2).

A atividade pesqueira remonta desde a pré-história até dias atuais. Desde então as técnicas e necessidades vem sofrendo alterações. Antes as maiores necessidades estavam envolvidas apenas com alimentação, porém hoje, há também o interesse da ciência nessa atividade, para que se possa conhecer o sistema aquático. A pesca não se resume apenas a extração dos recursos, mas, há uma série de situações que merecem atenção como conflitos que envolvem pescadores, sindicatos e outros órgãos oficiais. Por trás do ato de pescar existem várias relações sociais: a família, os companheiros, os pescadores (artesaniais e/ou industriais) entre outros. A pesca não é um assunto somente ambiental, existem também questões políticas e econômicas, ou seja, uma parcela da sociedade que está diretamente envolvida com os recursos pesqueiros (BAPTISTA, 2011).

O Baixo São Francisco, mais especificamente a microrregião de Penedo, é uma área de grande potencial pesqueiro, devido aos seus diferentes ecossistemas, tais como estuarino, marinho e dulce-aquícolas lóticos e lênticos (SOARES et. al, 2010, p.62). Porém, neste complexo de ecossistemas, a atividade pesqueira vem sofrendo ao longo do tempo com as alterações antrópicas, o que deve ser levado em consideração, uma vez que afetam diretamente famílias da região em situação de vulnerabilidade econômica.

Desta forma, através desse trabalho foi possível descrever alguns aspectos da pesca e do pescador de camarão em uma comunidade pesqueira tradicional no Baixo São Francisco, através da descrição de suas características sócio econômica, da atividade pesqueira realizada e da percepção ambiental.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado na Comunidade de Ponta Mofina (10°23'04" Sul e 36°32'50" Oeste), situada às margens do Rio São Francisco (Figura 1). Pertencente ao município de Penedo (Alagoas, Nordeste do Brasil) da qual dista aproximadamente 11,6 Km, Ponta Mofina está localizada em uma região de clima tropical com a média anual de pluviosidade é de 1.200mm/ano, sendo o novembro o mês mais seco (34 mm) e maio o de maior precipitação (220mm).

Figura 1 - Mapa de localização da comunidade



Fonte: Google Earth, 2014

Para a obtenção dos dados, foram realizadas entrevistas a 42 pescadores durante os meses de outubro e novembro de 2013, utilizando-se questionários semiestruturados que abordaram os seguintes aspectos: gênero e geração, escolaridade, orçamento familiar e atividades secundárias, estratégias e apetrechos utilizados, o tempo e frequência da pescaria, espécies frequentemente capturadas e forma de comercialização.

A técnica utilizada para o levantamento desses dados foi a “*Snowball Sampling*” ou “amostragem bola de neve” (MONTEIRO et al. 2012) - amostragem não probabilística na qual cada entrevistado indica outro pescador para posterior entrevista até que o pesquisador tenha abrangido a maior parte ou todos os pescadores (SANTOS; SAMPAIO, 2013, p.516).

Posteriormente, todos os dados obtidos foram digitados na planilha eletrônica do Microsoft office Excel 2007®, sendo aplicadas algumas técnicas da estatística descritiva para tratamento dos dados, de onde foi possível obter as porcentagens e as médias necessárias para construção de gráficos e tabelas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Gênero e geração

A pesca realizada na comunidade é predominantemente artesanal, devido à utilização de embarcações e apetrechos rudimentares. A pressão de pesca é exercida totalmente sobre o camarão da espécie *Macrobrachium acanthurus*, encontrado em abundância na região do baixo São Francisco, fato que segundo os próprios pescadores se dá pela falta de outras espécies encontradas anteriormente na região. É realizada próximo as residências e executada por um ou no máximo dois indivíduos, geralmente parentes próximos como filhos, irmão ou a esposa. Situação parecida foi encontrada por Costa-neto & Marques (2001), em estudo realizado na comunidade Siribinha, Bahia, porém é uma atividade praticada principalmente pelos homens que foram 95,23% de presença nas entrevistas. As mulheres representaram somente 4,76%, sendo estas responsáveis pelo beneficiamento do camarão (57,14%) sistema que consiste na limpeza e posterior cozimento realizado em casa logo após a chegada do camarão, sendo denominadas de marisqueiras.

Segundo (Condini *et al.*, 2007; Silva *et al.*, 2007; Porcher *et al.*, 2010; Lima & Velasco, 2012 *apud* SANTOS; SAMPAIO, 2013, p. 516) essa realidade local está de acordo com dados apresentados em trabalhos que identificam a pesca artesanal no Brasil como atividade predominantemente masculina, enquanto que o beneficiamento desses organismos está associado quase que totalmente as mulheres (Di Ciommo, 2007; Martins, 2008; Lima & Velasco, 2012; Walter *et al.*, 2012 *apud* SANTOS; SAMPAIO, 2013, p. 516). Na comunidade a pesca é uma atividade praticada por adultos com média de idade de 37 anos, não sendo constatada a participação incisiva de crianças.

3.2 Escolaridade

Com relação ao grau de escolaridade, foi possível observar que dos 42 entrevistados, 90,47% não concluíram o ensino médio, chegando a cursar apenas os primeiros anos do ensino fundamental, 7% concluíram o ensino fundamental e somente 2% desses pescadores terminaram o ensino médio, corroborando com Alencar (2011, p.17), que demonstrou que a maior parte dos pescadores brasileiros tem apenas o ensino fundamental incompleto, estando o nordeste em primeiro lugar

neste quesito, fato semelhante ao encontrado por BENTES, et al. (2012), MONTEIRO, et al. (2012), RAMIRES, et al. (2012) SANTOS e SAMPAIO (2013). Oliveira (2012) observou condição diferente no povoado de Resina, município de Brejo Grande – SE, onde predomina o analfabetismo entre os pescadores. Segundo Santos e Sampaio (2013, p.517) o baixo nível de instrução desses pescadores parece ser uma tendência da pesca artesanal não sendo uma exclusividade apenas de comunidades suburbanas. Para Nishida (2008 apud SANTOS E SAMPAIO 2013, p.517) a idade em que os pescadores iniciam suas atividades na pesca pode justificar o baixo nível de escolaridade, pois a necessidade de contribuir com a renda familiar, a incompatibilidade entre os horários da pesca e da escola e a falta de estímulo para estudar podem contribuir para a evasão escolar. Não foi constado o analfabetismo entre os pescadores mesmo os mais velhos, e estes demonstram atualmente grande preocupação com a educação de seus filhos não os obrigando a participar da atividade desde que frequentem a escola regularmente. Fato que pode estar relacionado com a atual política de inclusão social do governo brasileiro e ao cumprimento da legislação brasileira que pune os pais ou responsáveis pela negligência na educação de seus filhos (Santos e Sampaio 2013, p.517).

3.3 Renda

A pesca sempre foi a atividade de subsistência mais praticada na comunidade, junto a agricultura familiar, até mesmo como forma de complemento da renda, e como saída para a falta de emprego que existe na comunidade. Mas já há algum tempo esta atividade não garante sozinha o sustento das famílias, pois, segundo os pescadores, o rio já não tem mais força para suportar tanta extração de seus recursos, e isso faz com que os moradores, em especial os homens, busquem outras atividades. Ainda assim, a pesca foi citada por 100% dos entrevistados como sendo a principal fonte de renda com média de R\$ 666,67 somente da comercialização do camarão, que é vendido a R\$ 5,00 ou R\$ 6,00 o litro. Porém, a renda total familiar, que a soma de toda a renda da família junto com a pesca, foi de aproximadamente R\$ 725,00 sendo citadas fontes de renda auxiliares como auxílios governamentais (71,43%); a agricultura (7,14%), empresas privadas (23%), conforme descritos no quadro a seguir:

Quadro 1 - Perfil socioeconômico dos pescadores de uma comunidade do Baixo São Francisco Out – Nov 2013

Informações	Resultados (n=42)
Gênero	Masculino: 95,23%
	Feminino: 4,76%
Faixa etária	Idade máxima: 58 anos
	Idade mínima: 16 anos
	Idade média: 37 anos
Escolaridade	Fundamental incompleto: 90,47%
	Fundamental completo: 7,14%
	Ensino médio completo: 2,38%
Nº de moradores na mesma casa	Máximo: 8
	Mínimo: 2
	Média: 4,48
Tempo de profissão	7,14% pescam a 40 anos
	28,57% entre 22 e 35 anos
	30,95% entre 10 e 18
	33,33% entre um mês a 1,6 anos

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

3.4 Apetrechos

O apetrecho utilizado na captura do camarão é o covó, armadilha passiva fixa em formato cilíndrico confeccionado em três diferentes tipos de materiais: tela PVC, garrafa PET e de tala ou taboca. Nesta modalidade, 54,76% dos pescadores executam a pescaria com covos de tela com uma média de 209 covos e 23,81% com covos de garrafa PET “covos de bujão” em média 623 covos. Essa média mais alta que a anterior se deve, segundo os próprios pescadores, ao fato de a matéria prima para a confecção desse apetrecho ser de fácil acesso e confecção. 11,90% pescam com os dois tipos de apetrechos, a tela com média de 275 covos e “bujão” média de 176 covos e somente 2,38% pesca com o covó de taboca com 160 covos. O apetrecho utilizado na pescaria é confeccionado pelos próprios ribeirinhos em suas casas. Na confecção do covó de tela é utilizado tela plástica (PVC), quatro arcos também de PVC que dão sustentação e predem as “sangas”, dois pedaços da mesma tela afunilados colocados numa das extremidades do covó uma após a outra com o intuito de manter o pescado dentro do covó, a outra extremidade é fechada

também com a tela, todas as amarrações são feitas com fios monofilamento, e na lateral é feito uma saída a “porta” para a retirada do pescado. Possui entre 30 e 40cm de comprimento e aproximadamente 50cm de diâmetro com malha de 1X1cm, segundo Santos e Sampaio (2013, p.516) “armadilhas semelhantes são utilizadas em muitos lugares do Brasil e do Mundo”.

Após a confecção do covão o pescador então dispõe a groseira, composta por uma linha principal e aproximadamente 30 covos presos a essa linha, numa das extremidades é colocado algum tipo de boia para que o pescador não perca o ponto de pesca. Na despesca não é preciso mergulhar, apenas puxar a linha principal e trazer o covão um a um para dentro do barco, tirar o camarão colocar outra isca e devolver o covão para o rio, além da isca são colocados pesos, geralmente pedras dentro do covão para que este não venha para a superfície (Fig. 2). A confecção do covão de tala é semelhante ao citado anteriormente, porém, a matéria prima utilizada é a taboca e para as amarrações são utilizadas fibras naturais, os cipós de imbé, possuem aproximadamente 32 cm de comprimento e 47 cm de circunferência e menos de 1cm entre uma “tala” e outra, forma como é chamado a taboca depois de cortada em varetas finas que darão origem ao covão. Nesse caso o covão fica preso a uma vara dentro do rio, e para a despesca é necessário que o pescador mergulhe, por isso dependem de tempo de maré, para retirar o pescado e repor a isca e também se preciso colocar um peso (Fig. 2). O covão de garrafa PET tem aproximadamente 20cm de comprimento e 31cm de circunferência e para sua confecção é recortada a “boca” da garrafa, como dizem os próprios pescadores, que será virada para dentro da garrafa servindo de “sanga”, ou seja, de entrada para o pescado, depois são feitos pequenos furos de menos de 1cm de diâmetro em toda a extensão do covão para que a água escape e o pescado fique retido. Com este tipo de covão também são utilizadas varas, mas, somente para encostar o covão e marcar o ponto onde se encontra, e não para amarrar como no caso anterior, pois o que permite permanência no local são os pesos, as pedras. Neste caso também é necessário o mergulho no ato da despesca e reposição da isca e do peso (Fig. 3). Como não existe uma amarração esse tipo de covão pode ser perdido muito facilmente sendo depositado no fundo do rio poluindo e servindo para pesca fantasma. As iscas usadas para atrair o camarão vão desde “o bolo de covão” feito com pó de arroz a batata e coco.

Figura 3 - covo de tela Figura 4 - covo de tala Figura 5 - covo de PET



Fonte: Foto de CARMO, K. A. (2013)

3.5 Produtividade, faina e embarcações

Devido à grande importância que a atividade tem como fonte de renda para as famílias os pescadores da comunidade atuam na pesca todos os dias, durante todo o ano, mesmo em épocas de proibição que vai de dezembro a março e a quantidade de camarão pescado varia muito, não sendo possível um número exato, de acordo com os pescadores a média é de 6,25L/d com mínimo de 2L e máximo de 12L. Em geral o horário de preferência para a pesca, que dura em média 3,5 h/d, para a maioria (64,29%) foi durante a manhã, pelo fato dos ventos não atrapalharem a despesca e também para evitar sol mais forte. No presente estudo foi citado apenas um tipo de embarcação, o barco de madeira, o que de acordo com Agostinho *et al.* (2005) *apud* Henriques *et al.* 2012 se deve ao baixo custo de aquisição e manutenção desse tipo de embarcação. São fabricados geralmente em outras localidades tem em média 6,70m de comprimento, segundo Santos e Sampaio (2013, p. 517) nessa categoria incluem-se as embarcações construídas com tábuas de madeira industrializadas e encaixadas, com dimensões que variam de 6 a 7 metros de comprimento e 0,8 a 1,2m de boca e que são movidas a velas, remos ou motores. A grande maioria possui embarcações próprias (83,33%) e utilizam o sistema de propulsão a motor (rabeta).

3.6 Interações ecossistêmicas

Somente os pescadores são capazes de perceber e apontar os principais impactos pelos quais passa o ambiente em que pratica sua atividade e suas informações são de extrema importância para a tomada de decisões sobre a pesca. Segundo DIEGUES (1983 Apud RODRIGUES, A.M.T., 2000) no que se refere às relações que os pescadores artesanais mantêm com os ecossistemas tem-se apontado o conhecimento e dependência que possuem do ambiente e o que os caracteriza é, sobretudo a apropriação dos meios de produção e o controle do que e como pescar.

Ao serem perguntados sobre quais seriam os melhores meses para a pesca do camarão na região 57,14% responderam os meses de verão, dezembro a março, pois, sendo estes os meses mais quentes do ano, favorecem o crescimento do camarão e uma maior captura. 33,33% falaram meses diversos enquanto 7,14% afirmaram não ter mês específico. Respostas parecidas foram dadas quando foi perguntado sobre o período em que o camarão se encontra com maior tamanho e para 54,76% é no verão, 16,67% entre os meses de setembro a abril, já 16,67% falaram durante todo o ano, pois segundo os pescadores o fator que determina o tamanho do camarão não é a temperatura da água ou o período do ano, mas, sim encontrar um local “descansado”, que não tenha outros pescadores. De acordo com Montenegro, Nordi e Marques (2001, p. 539) “O pescador conhece bem o potencial de cada ponto”.

Pois todo tempo tem camarão grande e pequeno no rio, o que depende é a mudança do lugar, porque descansa o lugar e aí pega uns camarões mais bonito” (pescador, 58 anos).

Marques (1995 *apud* MONTENEGRO; NORDI; MARQUES, 2001, p.539), analisando etnoecologicamente o comportamento de “deixar descansar a lagoa”, ato observado entre pescadores alagoanos, pôs em discussão questões fundamentais sobre sua intencionalidade como mecanismo etnoconservador. Certamente esse tipo de comportamento, mesmo sem intencionalidade, desencadeia uma ação de regulação dos estoques sendo, de fato, um exemplo da ecologia de ação citada por Morin (1997 *Apud* MONTENEGRO; NORDI; MARQUES, 2001, p. 539), cuja essência se baseia na ideia de que as consequências da ação podem escapar das intenções de seus iniciadores. Estas formas de controle, diferentes das proposições externas ou institucionais, são

baseadas no conhecimento acumulado pela comunidade sobre os recursos, e vinculadas às dificuldades do dia-a-dia e a pressão direta e imediata pela sobrevivência. (MONTENEGRO; NORDI; MARQUES, 2001, p. 539).

Com relação a água para 59,52% o melhor tipo de água para a pesca do camarão é água “barrenta” ou escura, água que segundo os próprios pescadores trazem alimento tanto para o camarão quanto para o peixe favorecendo seu crescimento, para 35,71% a água limpa ou clara e na percepção de 4,76% tanto faz ser uma água mais clara ou escura, não faz diferença para o camarão. Sobre a influência da lua, no caso da pesca do camarão do rio, 50% acham que existe algum tipo de influência na maré e, preferindo a lua cheia como melhor fase para a pesca, por deixar a noite mais clara ajudando a camarão a entrar no covão. Para 40,48% a lua não influencia em nada e 11,90% não souberam responder.

Sobre a maré, e esse parece ser o fator que na percepção dos pescadores mais influencia na pesca do camarão, 85,71% preferem a maré pequena, baixa ou maré morta, pois, dizem que os camarões se espalham menos, 7,14% optam pela maré grande, nesse caso, porque o “camarão vai para as beiradas” do rio e para 4,76% não existe uma maré certa. Quando perguntado se existe influência da chuva, 83,33% disseram que a chuva influencia de uma forma boa por deixar a água “barrenta” e por trazer alimento tanto para o camarão quanto para o peixe. Segundo Ramires, Barrella e Esteves (2012, p. 421) “os pescadores artesanais atribuem o sucesso ou fracasso da atividade pesqueira a algumas variáveis de condições ambientais como chuva, lua e maré”, porém a maneira como cada um percebe o ambiente depende muito de suas experiências com o meio. De acordo com Goldschmidt *et al.*(2008 *apud* SOUZA, *et al.* 2012) “cada indivíduo percebe, reage e responde diferente as ações sobre o ambiente. E as respostas são resultados das percepções individuais e coletivas dos processos cognitivos, dos julgamentos e das expectativas de cada pessoa”. A pesca já não é a mesma de tempos passados ao longo do rio São Francisco, antes do represamento da água por diversas usinas hidrelétricas, entre elas a de Xingó situada entre os estados de Sergipe e Alagoas, quando os pescadores contavam com períodos de grandes cheias que traziam as águas “sujas” ou barrentas regulando os recursos para os ribeirinhos, águas que enchiam as várzeas, lagos e lagoas de vida. Porém quando

perguntados se a pesca do camarão mudou depois da construção de Xingó 45,25% responderam que não notaram diferença.

Não vejo diferença, sempre teve camarão e não acaba com represa nem sem ela! (pescador, J. T. 49 anos).

Não vejo diferença, o camarão cresce rápido, pois depende do “cabelo” (pescador, J. T. S. 43 anos).

Para 35,21% dos pescadores a pesca ficou pior, pois o recurso diminuiu e água que antes alimentava o camarão e o peixe agora desce “limpa” e pouca. Já 14,29% falam que teve uma melhora porque as condições do ambiente hoje favorecem o crescimento do camarão.

Melhorou, porque antes não tinha tanto “cabelo” então não tinha muito camarão e agora tem mais (pescador J. B. 50 anos).

Quanto à espécie explorada foi perguntado sobre o período de sua reprodução e 42,86% proferem ser durante o inverno, 26,19% no tempo em que ocorre o defeso, que na região vai de dezembro a março, ou seja, no verão e 33,33% falam que o camarão não tem época certa para a reprodução, pois, durante todo o ano é possível encontrar as fêmeas em estágio reprodutivo. E quando indagados sobre a captura das fêmeas ovadas todos afirmam fazer esse tipo de pesca, porém 88,10% sabem ser um erro e um crime, enquanto 11,90% acham uma prática normal e certa.

“Pesco camarão ovada, é errado, mas, precisamos para sobreviver” (Pescador, 59 anos).

“Pesco camarão ovada, e acho certo é natural! Porque todo tempo tem camarão” (Pescador, 58 anos).

Para entender melhor a ecologia do camarão sobre o olhar do pescador também foi perguntado se existe um local ou ponto determinado para se encontrar camarões grandes e pequenos, e a grande maioria, 76,19% afirmam que os camarões grandes preferem ficar na parte mais profunda do rio onde tem pouca correnteza, poucas algas e também por ser a parte, segundo eles, mais “descansada” do rio, já os menores preferem ficar na parte mais rasa, onde tem mais algas que servem como refúgio e 16,67% alegam que o camarão não tem um local determinado, pois, ficam “misturados” e em qualquer lugar e 7,14% que os camarões grandes preferem ficar onde tem mais algas ou raízes e os menores na

parte rasa. Montenegro, Norde e Marques (2001, p.539) em pesquisa realizada em um trecho do Baixo São Francisco, verificou caso semelhante com relação à espécie *M. carcinus* que antes do represamento das águas pela hidrelétrica de Xingó “os covos eram deixados nas margens atualmente segundo os pescadores os pitus já não estão nos beijos d’água, mas “no meio do rio”“. O tamanho mínimo, segundo os próprios pescadores, do camarão comercializado é em média de 3 cm.

3.7 Interação social e satisfação com a atividade:

Há algum tempo a pesca, seja ela marinha ou praticada em águas interiores, vem dando claras demonstrações de redução, seja pela falta de interesse dos jovens na atividade ou principalmente pela depleção de alguns estoques pesqueiros, mas, a pesca “salva” a renda familiar quando ocorrem altos índices de desempregos em muitas comunidade litorâneas ou às margens de rios, por isso quando indagados sobre as condições de aumento ou redução da pesca 84,86% afirmam que devido à falta de emprego na região a tendência é a pesca aumentar, o que ocasionará, em contrapartida, a diminuição do recurso a ser explorado, “A pesca tá aumentando, porque tem muita gente no rio, por causa do desemprego e pouco camarão” (J.A.S pescador 48 anos). 7,14% não veem diferença. Mesmo assim, 90,48% demonstram estar satisfeitos com a atividade, porque é um meio de sobrevivência digno e principalmente tem total autonomia de sua atividade sendo seu próprio patrão, mas 9,52% vê a pesca como uma atividade apenas para suprir suas necessidades mais urgentes, “Não gosto de pescar, pega pouco camarão, preferia estar empregado” (H.S. 16 anos).

Mesmo com um nível alto de satisfação sempre existe algo que se pode melhorar em qualquer atividade, e na pesca não é diferente, por isso quando perguntados sobre o que poderiam melhorar na atividade, vieram à tona alguns problemas e pequenos conflitos entre os próprios pescadores, tais como furtos, a insuficiente vazão do rio para sustentar os recursos pesqueiros da região, mas a grande insatisfação é com os covos de “bujão” covos feitos de garrafa PET que quando não servem mais são largados dentro do rio e continuam pescando, principalmente os camarões menores, realizando a pesca fantasma além de serem perigosos para a saúde física do próprio pescador. Informação confirmada por

73,81% dos entrevistados que citaram a garrafa PET como o material mais encontrado poluindo os pontos de pesca, além de outros.

Quanto a 26,19% sugerem mais informações sobre o defeso e mais fiscalizações e ainda aumentar o seu período, alguns ainda falam em mudar o defeso para o inverno, pois acham ser esse o período certo. 9,54% gostariam que houvesse assistência técnica para os pescadores e que fosse formada uma associação dentro da comunidade, para fortalecer e dar voz à categoria, 4,76% alertam que diminuindo a poluição do rio já ajuda e outros 4,76% defendem a extinção do defeso do camarão.

4 CONCLUSÃO

De importância fundamental são as pesquisas realizadas nas diversas comunidades que dependem da pesca para que se possa entender em que condições é realizada e qual contribuição econômica trás para as comunidades. Os próprios pescadores é que são os verdadeiros detentores do conhecimento ecológico das espécies e dos fatores ambientais que tanto podem favorecer as pescarias quanto por em risco a atividade, além de poderem se engajar no processo de conservação dos recursos e manutenção da qualidade do meio ambiente. O levantamento do perfil socioeconômico de uma comunidade e o conhecimento das características, dos métodos e apetrechos utilizados contribuem para que órgãos governamentais procurem melhorar a atividade na região estabelecendo programas de gerenciamento pesqueiro voltado para as características próprias da cultura local visando o desenvolvimento da pesca e o manejo sustentável da atividade respeitando a o conhecimento tradicional dos pescadores.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. A. G.; MAIA, L.P.; **Perfil Socioeconômico dos Pescadores Brasileiros**. Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará – LABOMAR, Fortaleza, n. 44, p. 12 – 19, 2011.

BAPTISTA, C. P. B. **O conhecimento ecológico local e a percepção ambiental de uma população de pescadores do Rio Grande do Sul**. 2011. 93 f. Tese de Doutorado (Especialização em Biologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2011.

CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BARRELLA, W.; Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do mar virado e Barra do Uma) no litoral de São Pulo, Brasil. **Revista MultiCiência**. Unicamp. V 4, p. 1-22, maio 2005.

CONDINI, M. V.; GARCIA, A. M.; VIEIRA, J. P.; Descrição da pesca e perfil sócio-econômico do pescador da garoupaverdadeira *Epinephelus marginatus* (Lowe) (Serranidae: Epinephelinae) no Molhe Oeste da Barra de Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. **Pan-American Journal of Aquatic Sciences**, p. 279-287, July 2007.

COSTA-NETO, E. M.; MARQUES, J. G. W.; atividades de pesca desenvolvidas por pescadores da comunidade de Siribinha, município de Conde, Bahia: uma abordagem etnoecológica. **Revista SITIENTIBUS Série Ciências Biológicas**. Feira de Santana, Bahia. V 1, p. 71-78, 2001.

ENHIQUES, F. M.; ARAÚJO, M. V. L. F.; SILVA, K. C. A.; CINTRA, I. H. A. **A pesca do camarão da Amazônia *Macrobrachium amazonicum* (HELLER, 1862) no município de Cametá, Pará**. In: seminário anual de iniciação científica da UFRA, 10º. 2012, Manaus. **Anais...** Manaus.

LIMA, D. C.; MELO, L. A. **A pesca artesanal no ambiente do rio São Francisco, Brasil**. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 14º. 2013 Perú.

MONTENEGRO, S. C. S.; NORDI, N.; MARQUES, J. G. W.; Contexto cultural, ecológico e econômico da produção e ocupação dos espaços de pesca pelos pescadores de pitu (*Macrobrachium carcinus*) em um trecho do Baixo São Francisco, Alagoas-Brasil. **Revista INTERCIENCIA**. Venezuela. V 26, n 11, p. 535-540, setembro 2001.

MONTEIRO, M. S.; ARAÚJO, M. V. L. F.; SILVA, K. C. A.; CINTRA, I. H. A. **A pesca do camarão da Amazônia *Macrobrachium amazonicum* (HELLER, 1862) em Abaetetuba, Pará, Brasil**. In: seminário anual de iniciação científica da UFRA, 10º. 2012, Manaus. **Anais...** Manaus.

OLIVEIRA, T. R. A. **Meu lugar é o rio: Aspectos identitários e territoriais da comunidade de pescadores do Povoado Resina, Brejo Grande/SE**. 2012. 82 f. Dissertação (mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) – Universidade do Estado da Bahia- UNEB, Paulo Afonso-Bahia, março, 2012.

RAMIRES, M.; BARRELLA, W.; ESTEVES, A. M.; Caracterização da Pesca Artesanal e o Conhecimento Pesqueiro no Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo. **Revista Ceciliana**, São Paulo – SP, n. 4, p. 37 – 43, jun 2012.

RODRIGUES, A. M. T; **diagnóstico sócio-econômico e a percepção ambiental das comunidades de pescadores artesanais do entorno da baía da babitonga (sc) : um subsídio ao gerenciamento costeiro**. Florianópolis. UFSC. 200. 223 p.

SANTOS, E. C.; SAMPAIO, C. L. S.; A Pesca Artesanal na Comunidade de Fernão Velho, Maceió (Alagoas, Brasil): de Tradicional a Marginal. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, Maceió – AL, n. 13, p. 513 – 514, 2013.

SOARES, e. M.; BRUNO, A. M. S. S.; LEMOS, J. M.; SANTOS, R. B. Ictiofauna e pesca no entorno de Penedo, Alagoas. **Revista Biotemas**. Santa Catarina. V. 24, n 1, p. 61-67, março 2011.

Site de internet

Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA. **Pesca Artesanal**. 2014. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/pesca/artesanal>> Acesso em: 31 out. 2015.

HISTÓRIA CULTURA TURISMO E DESENVOLVIMENTO EM JUAZEIRO – BA

Dante Severo Giudice¹

RESUMO

O presente trabalho analisa história, turismo, cultura e desenvolvimento em Juazeiro, cidade situada no norte da Bahia, às margens do Rio São Francisco, considerada capital cultural da região sanfranciscana. Considera-se, de modo interrelacionado, o campo das representações e do imaginário, e as dinâmicas, conflitos e interações entre os grupos sociais. Verifica-se que determinadas manifestações culturais, de um lado, apresentam-se como elementos ora destacados, ora obliterados, na formação cultural local, e, de outro, constituem-se como meios através dos quais se representa a região. Observa-se que o Samba de Véio do Rodeador, a Procissão dos Penitentes na Semana Santa, a Lenda do Nego D'Água, a produção artesanal das carrancas, sobretudo as de barro de Ana das Carrancas, dentre outras, constitui a identidade cultural da cidade. Entretanto essa diversidade cultural não vem se traduzindo como fonte de desenvolvimento, talvez por falta de divulgação, talvez por falta de incentivo. O certo é que esse desenvolvimento está atrelado ao agronegócio, uma vertente muito vulnerável pelas características que tem. O aproveitamento do turismo cultural é sem dúvida uma alternativa de desenvolvimento consistente.

Palavras-chave: História; Turismo; Cultura; Desenvolvimento; Juazeiro.

HISTORY CULTURE TOURISM AND DEVELOPMENT IN JUAZEIRO – BA

ABSTRACT

This paper evaluate history, culture and the development in the city of Juazeiro, which it is a city located northward of Bahia state, at the Rio Sao Francisco limits, and has been concerned as a cultural capital of the Sao Francisco river place. It is considered in a interrelated way with the field of representations and of the imaginary, dynamics, conflicts an in special the interactions among social groups. It can see that some cultural expressions, by one point of view shows like detachable elements, or sometimes wipe out on a formation of a native culture, and by the other side constitute ways which by itself represents the region as a whole. Everyone can detect that songs as “Samba de Veio do Rodeador”, the sinners of a long train people at the holy week, the legend of “Nego da Água”, the “carrancas” handycraft production, mainly the ones made of mud from “Ana das Carrancas”, among others compose the cultural identity of the Juazeiro city as well. Otherwise those diversity do not has been turn out to come as a source for development, maybe because a lack in announcements, or maybe by a lack of encouragements. The real truth is that such development has been connecting with agribusiness, a kind of business very susceptible by its own characteristics. The advantage of the cultural tourism is by the way an alternative for a coherent development.

Keywords: History; Tourism; Culture; Development; Juazeiro.

JEL: Z23

¹ Professor Adjunto do IFCH/UCSAL; Mestre em Geografia/UFBA; Doutor em Geografia pelo NPGeo/UFS; Pesquisador do Geoplan/UFS; Coordenador do Gepogeo/UCSAL < dasegu@gmail.com >

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Juazeiro localiza-se na região norte do estado da Bahia, a aproximadamente 500 km de Salvador. Já teve porto fluvial de grande importância até a construção da barragem de Sobradinho, quando esta veio dificultar a navegação pelo rio São Francisco. Logicamente nos dias atuais, devido ao grande desmatamento das matas ciliares, e problemas com lançamentos das redes de esgoto, o rio vem sofrendo processo de assoreamento, o que fatalmente também afeta a sua navegabilidade.

Devido à proximidade, tem importantes relações socioeconômicas com os estados de Pernambuco e Piauí, dividindo com Petrolina a importância econômica da região do Baixo Médio São Francisco, e formando com esta atualmente, o maior aglomerado urbano do semiárido, polarizando o desenvolvimento de várias outras.

O desenvolvimento alcançado pela cidade se deve a transformação em polo agroindustrial, graças aos investimentos na região, principalmente a irrigação, que a transformou em grande produtor de frutas para exportação.

2 HISTÓRICO

Historicamente a ocupação ocorreu com a expansão dos currais de gado da Casa da Torre, através dos sertões da Bahia e das terras ao norte do São Francisco. Juazeiro, pela sua posição geográfica, teria constituído uma das portas de entrada para o Piauí e Maranhão, sendo, ao mesmo tempo, etapa obrigatória para os que, procedentes daquelas regiões e de outros pontos, procuravam o Recôncavo Baiano. Entretanto, tem-se como certo, que no lugar denominado Juazeiro Velho, à margem direita do São Francisco, ponto de travessia da referida estrada e pouso de viajantes e tropeiros, estabeleceu-se, em 1706, missão de franciscanos que aldearam índios Rodelas existentes na região. No início do século XIX já era grande a importância da localidade, como passagem mais frequente da Bahia para todo o norte do país. No final desse século (1878), quando foi elevada à categoria de cidade, já tinha grande influência comercial que se estendia ao longo do rio, atingindo até os sertões do Maranhão e Minas Gerais. A expansão tem um marco importante, a chegada da ferrovia – Viação Férrea Federal Leste Brasileiro – VFFLB, ligando-a à Capital do Estado. A partir daí, segue um período de franca prosperidade, e este surto de desenvolvimento se deu pelo fluxo de comércio que utilizava o rio e seu porto para

embarque e desembarque de mercadorias e passageiros, pois era o ponto final da navegação, no sentido do litoral. A vizinhança de Petrolina, onde grupo político, ligado as oligarquias pernambucanas, incentivavam investimentos, contribui com o desenvolvimento de Juazeiro, inclusive na negociação com o governo baiano, para o asfaltamento da rodovia ligando-a a capital do estado, na década de 1960, o que beneficiava também aquela cidade. A construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, cujos canteiros de obras ficavam no município de Juazeiro (década de 1970), e o incentivo a fruticultura irrigada no vale do médio São Francisco, alavancaram o desenvolvimento da cidade que chega ao final do século XX, como um dos polos do agronegócio baiano, atraindo incentivos diversos.

3 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

Mais do que história, o Sub-Médio São Francisco remonta a pré-história. Sítios arqueológicos, inscrições e pinturas rupestres datadas de milhares de anos, peças significantes para o estudo da evolução são testemunhas adormecidas da presença do homem.

Juazeiro e região tem economia predominantemente agropecuária e de serviços vem se destacando pela agricultura irrigada, tornando-se um polo produtor e exportador de frutas. Do vale do São Francisco, brotam hoje frutas diversas: uvas de mesa, mangas, melões, acerolas, pinhas, goiabas, melancias, maracujás, limões, e bananas que abastecem os mercados da Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão, produzindo uma riqueza então inédita para a região.

A combinação do clima com as técnicas modernas de irrigação explica o excelente resultado obtido. Juazeiro também produz vinhos famosos, premiados internacionalmente, dispõe atualmente de um parque agroindustrial que caminha a passos largos, com a instalação de fábricas de beneficiamento e de derivados. É ainda produtora de hortifrutigranjeiros. O sucesso alcançado pela fruticultura é bastante expressivo, chegando inclusive a se constituir em atração turística regional, o chamado agro turismo.

Entretanto o município de Juazeiro não é só um expressivo espaço agrícola, pois apresenta características ímpares e significativo potencial turístico (Figura 2) que engloba além do casario colonial, as tradições e lendas de traços medievais, que guardam a genuinidade das raízes portuguesa, mesclada por adaptações

próprias ao clima local. Na culinária se destacam o surubim, o bode, o carneiro, a carne do sol, doces caseiros e cachaças de alambique.

Nas terras do Velho Chico, como é carinhosamente chamado, o grande rio a tudo preside e a tudo molda, desde os hábitos mais comuns até a vida espiritual do seu povo, com as suas credices e lendas, há muito incorporadas ao fabulário nacional. Essas lendas são – uma das expressões mais representativas da cultura própria dos ribeirinhos, do rio e das suas vazantes, caatingas e brejos – que dão à região um perfil todo especial no conjunto do universo baiano. O São Francisco tem um imaginário que lhe é comum. Cada um dos seus trechos possui suas características peculiares. São as Alimentadoras de Almas, os Penitentes, os Disciplinadores, as manifestações de Reisado, as cantorias, os benzedores formam parte desse Universo de manifestações, rico de significados, aliados às grandes entidades lendárias do São Francisco, como o Aloquê, o Caboclo d'Água, o Nego d'Água, o Minhocão e a Mãe d'Água. O rio está no centro de todas estas crenças.

4 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO

A cidade é rica em manifestações culturais e lendas que poderiam ser mais bem trabalhadas e divulgadas, e serviriam como mais uma vertente de desenvolvimento, através do turismo. Dentre elas destacamos:

4.1 Via-Crucis do Sertão – Os Penitentes

Secular tradição (Figura 1) de entidades históricas do município: a via crucis no sertão, uma manifestação cultural de pelo menos 50 anos, onde na noite de Quaresma se revive o calvário de Jesus Cristo rumo à crucificação, pagando suas penitências e rezando pelas almas de familiares mortos, bem como pedindo a melhoria das condições dos ainda vivos.

Figura 1 – Penitentes



Fonte: o Autor (2012).

A manifestação dos grupos de penitentes de Juazeiro tem origem comum na Europa medieval e na colonização através dos frades franciscanos que desembarcaram no Nordeste nos finais do século XVIII, se compõem de alimentadeiras de almas e disciplinadores, sendo que cada uma das entidades se diferem nas liturgias e moldes de pregação. Até o final da década de 70, os devotos eram obrigados a pedir permissão à polícia e ao prefeito para poderem cobrir os rostos e entoarem seus cânticos pela cidade.

As alimentadeiras de alma congregam homens e mulheres de todas as idades. Em seus rituais, praticados entre a quarta-feira de cinzas e Sexta-Feira Santa, estão presentes os madeiros, enormes cruces de madeira negras, envoltas em véus brancos, e a matracas instrumentos de madeira, usados para marcar os passos da manifestação e os cânticos, denominados de benditos. Vestidos de branco, com os rostos cobertos por lençóis, frequentam cemitérios e igrejas para fazer orações.

Os disciplinadores, entidades extremamente secretas, reúnem apenas homens. Chegar perto dos penitentes durante a realização do trabalho é praticamente impossível. Muitas vezes, nem as próprias famílias dos devotos sabem ao certo que atividades são feitas durante a Quaresma. Além do canto e das preces, os integrantes praticam a autoflagelação. Usam as disciplinas, uma espécie de chicote de couro com uma unha de metal na ponta. Com as disciplinas, os penitentes fazem movimentos ritmados como de relógio abrindo enormes sulcos nas

costas. O sangue, que ensopa as vestes brancas, representa o sofrimento de Jesus Cristo aos pés da cruz. A ação de se cortar com pequenas lâminas de aço está prevista numa espécie de código de honra repassado através das gerações.

4.1.1 Alimentadeiras de Almas

As mulheres, homens e crianças dos cordões iniciam os preparativos por volta das 19h30. Dentro da sala de oração, vestem longas saias e cobrem os rostos com um lençol branco. O toque da matraca anuncia a saída. Em fila indiana, iniciam o percurso. Cruzam as ruas de Juazeiro. Antes da partida, cada um se benze em frente ao madeiro.

Dois quilômetros depois da partida, outro cordão encontra com o grupo. Os dois madeiros se cruzam. Os integrantes dos cordões se benzem em frente à cruz do outro grupo. Durante o percurso, pedestres param o cordão para reverenciar os penitentes. A matraca bate a anuncia a primeira estação. O cruzeiro de Pirangas. É uma enorme cruz de madeira, que fica em frente a uma Igreja. Além dos cânticos, entoam um Pai Nosso e acendem velas. Alguns se isolam para fazer suas preces individuais. Os penitentes reverenciam o altar da igreja e seguem na caminhada.

O ponto culminante do percurso é a chegada ao cemitério. Os lampiões são acesos e o ritual é cumprido em algumas catacumbas previamente escolhidas. São túmulos de companheiros mortos ou de pessoas que devem ter as almas salvas. Dentro do cemitério, os vultos brancos contrastam com a escuridão. Sem beber água ou descansar um só minuto, o grupo se divide para as preces individuais dentro do cemitério. Depois de quase cinco horas de caminhada e de cânticos praticamente sem intervalos, o cordão prepara a volta para o ponto de partida.

4.1.2 Disciplinadores

A manifestação tem como ponto de partida a pedra do Moleque, na Ilha do Rodeador, sob o mais absoluto silêncio. No escuro total, 20 homens vestidos de branco se encontram. Com as costas nuas e os rostos cobertos por um lençol, eles se preparam para uma longa caminhada em direção a um dos cemitérios do local. Chega a cruz negra envolta em véus também brancos. É hora de fazer os últimos ajustes na disciplina, instrumento cortante que serve para a autoflagelação. O grupo

reverencia a Semana das Dores, sete dias antes da semana Santa. O líder puxa a fila indiana, que segue até à igreja, localizada no centro do vilarejo.

Na frente da igreja, os devotos ajoelham-se e iniciam os cânticos. Um outro grupo de disciplinadores chega. Os dois cordões se reverenciam. Cada integrante reza um Pai Nosso de joelho em frente ao madeiro do outro grupo. Entram na igreja, onde passam poucos minutos, e saem para o cemitério. São pelo menos três quilômetros dentro da lama no meio da escuridão. Os únicos pontos de luz são os cigarros acesos. Durante todo o trajeto, as vozes masculinas misturam-se. Na entrada do cemitério, a primeira estação, alguns preparam-se para iniciar os trabalhos da autoflagelação.

Depois de entoarem o bendito "Mãe Dolorosa", acendem velas no pé da cruz, no meio do cemitério. Eles cantam "Jesus, derrama teu sangue...". a matraca toca e começa o ritual. Como pêndulos sincronizados, os penitentes jogam os cordões de couro com a lâmina de aço na ponta contra as costas. O barulho da autoflagelação tem um ritmo preciso e constante. Alguns minutos depois reverenciam o grupo de Alimentadeiras de alma que também entram no cemitério. Por alguns minutos oram juntos. Rapidamente, voltam à igreja no centro do vilarejo.

4.2 Samba de Véio do Rodeadouro

O samba de "véio" (Figura 2) teve origem no fim da escravidão. A palavra samba significa umbigada na língua dos escravos de Luanda, que chegaram ao Brasil; é um samba batido com os pés, em ritmo sincopado com as palmas e o requebro dos dançarinos. Ele nasceu nos quilombos e hoje tem diversos focos pelo país, mas foi no povoado do Rodeador que ele teve suas primeiras manifestações, mas esteve muito tempo praticamente esquecido.

Figura 2 – Samba de Véio do Rodeador



Fonte: o Autor (2010)

Segundo Cruz (2007):

Atualmente o Samba de véio é formado basicamente por um grupo de descendentes de negros de religião católica. Não existe faixa etária, contata-se a presença de jovens, acabando-se com o preconceito de antes existente em relação à idade, com as mesmas formas de instrumentos e batuques dos seus antepassados. A animação é feita com tamboretas produzidos por eles mesmos com o couro de bode, pandeiros e triângulo. A marcação do ritmo é forte, feita através dos sapateados e das palmas. Sua origem africana está intimamente ligada à formação de quilombos.

Desta forma, os negros que ao fugir das senzalas se reuniam em locais distantes, para passar o tempo ocioso, cantavam. Segundo a historiadora Maria Isabel – Bebelá (2006), o Samba de “véio” surgiu em 1766 junto com a cidade de Juazeiro, trazido pelos escravos que se instalaram na vila do Rodeador que antes era um quilombo.

Samba de “véio” é feito a base cantos, com voz solo e coro, palmas, pandeiros, triângulos e, como percussão principal e um dos elementos de identidade, tamboretas feitos de couro de bode, que, em dias normais, servem como assento mesmo. Aparentemente, só existe samba de “véio” na região de Juazeiro. Dona Ovídia Isabel de Sena, professora aposentada que agora organiza o samba e faz o solo junto com Laudelindo Adolfo, diz que a expressão samba de “véio” surgiu para nomear um tipo de samba em certa época somente por velhos.

O esforço exercido pelos integrantes do grupo para reestruturação do samba de “véio” na comunidade do Rodeador corre risco de novo desaparecimento. Essa

tradição local, que sempre foi passado de geração em geração, sofre hoje com o pouco interesse dos jovens em aderir a essa cultura.

4.3 A LENDA DO NEGO D'ÁGUA

Esta lenda é uma história comum entre as pessoas ribeirinhas, principalmente na região centro-oeste do Brasil, sendo muito difundida entre os pescadores da região, dos quais muitos dizem já tê-lo visto. Segundo a lenda, o nego d'água costuma aparecer para pescadores e outras pessoas que estão pescando ou navegando em algum rio. Não existem evidências de como surgiu essa lenda, e o que se sabe é que o nego d'água só habita os rios e raramente sai dele, sendo sua maior atividade a de amedrontar as pessoas que por ali passam, seja partindo anzóis de pesca, furando redes, dando sustos em pessoas embarcadas, e coisas desse tipo. Suas características físicas são peculiares: ele seria a fusão de um homem negro e alto com uma criatura anfíbia, e por isso apresenta nadadeiras, sua cor é a do pó, e tem a pele do corpo coberta de escamas.

No São Francisco não é diferente, e o próprio site da Prefeitura de Juazeiro, também se ocupa do assunto. E diz:

O Nego D' Água vive no fundo do rio São Francisco. Dizem que ele é meio homem e meio lontra. Conhecido também como compadre das águas, segundo ribeirinhos, ele arrasta as mulheres bonitas que encontra nas margens do rio e leva para o seu reino. Os homens que não ouvem seus apelos, oferecendo-lhe fumo, ele leva-os para o seu reino como escravos. O Nego D'Água gosta de batuque nas proas das embarcações e tem o poder de naufragá-las.

Esta lenda complementa a das carrancas que será abordada a seguir.

4.4 CONGOS

No calendário católico 7 de outubro é dedicado à celebração de Nossa Senhora do Rosário, festa instituída pelo Papa Pio V em 1571, em homenagem à vitória dos cristãos na batalha naval de Lepanto, na qual os católicos, em meio a recitação do Rosário, resistiram aos ataques dos turcos otomanos e venceram o combate. Em Juazeiro, no entanto, a homenagem festiva e cultural à santa acontece somente no último domingo de outubro com o cortejo do grupo de Congos, que mantém uma tradição quase centenária. José Pereira Filho, popularmente conhecido por seu "Govéi", herdou a missão do avô Cipriano Cardoso em 1973, quando este

faleceu. Há quase quarenta anos à frente dos Congos, promove o cortejo louvando as glórias alcançadas na fé em

Figura 3 – Grupo de Congos



Nossa Senhora do Rosário. De influência africana, os Congos representam uma das mais instigantes manifestações culturais e religiosas de Juazeiro. São formados por homens, mulheres e crianças, iniciam o cortejo com seus cânticos de louvor e de fé, usando roupas nas cores, azul, rosa e branco e ao som do batuque do pandeiro, o povo entra, se junta aos marujos com alegria para agradecer a nossa Senhora do Rosário as graças alcançadas.

4.5 RODA DE SÃO GONÇALO

O ato da Roda de São Gonçalo em si, é uma dança de roda com passos variados, enraizada no catolicismo popular tradicional que atravessa gerações, mostrando um grande regionalismo que continua a ser mantido e preservado com todas as suas tradições. As rodas são realizadas como forma de pagamento de promessas feitas pelos fiéis, que creem no seu poder e na sua santificação.

O tradicionalismo da Dança de São Gonçalo e a sua aceitação como santo, principalmente no interior e/ou em áreas rurais é intenso, mas ultimamente esse ardor popular têm sido esquecido e é muito importante tentar manter viva essa tradição. No Povoado Riacho Tourão, localizado no interior do município de Juazeiro no norte do Estado da Bahia, à beira da BR 235, nas proximidades do Bairro Jardim Primavera, onde moram aproximadamente 100 pessoas, em sua maioria, produtores rurais, pecuaristas e empregados em empresas rurais da região, a Dança de São

Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII - Edição especial - Dezembro de 2015
Salvador, BA – p. 540 – 557.

Gonçalo é realizada com muita frequência. Geralmente, a pessoa faz a promessa quando está em situação complicada, com alguém doente na família, situação financeira ruim etc., e, quando tal dívida é alcançada ela faz o pagamento da promessa. O pagamento da promessa é, literalmente, uma festa e conta com a ajuda da comunidade.

No Povoado Riacho Tourão, a unidade da comunidade sempre faz com que a realização da dança de São Gonçalo seja feita de forma muito organizada sem que sobre carregue uns aos outros, demonstrando um forte espírito de coletividade que é característica dessa região do Vale do São Francisco. É chamado de São Gonçalo de Finado, quando a “roda” é realizada para uma pessoa que faleceu sem cumprir sua promessa. Só poderá ser feita em dia de segunda-feira; o número máximo de pares, com dançadores e guias, não devem ultrapassar a doze; as mulheres são escolhidas pelas suas virtudes e bom comportamento, pois, pode ser considerada indigna em relação à sua participação na “roda” e, então, impedida de participar; os homens vestem-se de roupas sociais de tonalidades claras, não usam chapéus, podendo apenas utilizar lenços, toalhas ou qualquer pedaço de tecido para cobrir a cabeça.

4.6 AS CARRANCAS

Os dicionários de língua portuguesa definem a palavra *carranca*, como sendo figura sombria, de cara feia e disforme, indicativo de mau humor. Segundo os historiadores, as barcas que circulavam pelo rio São Francisco foram as únicas embarcações primitivas de povos ocidentais que usaram figuras de proa ou carrancas. Essas esculturas surgiram na cultura nordestina, mais propriamente no meio da civilização ribeirinha do Médio São Francisco por volta de 1875/1880 e durou até o ano de 1940, quando se encerrou o ciclo das embarcações no Brasil. Essas figuras ocupam lugar de destaque na arte popular nordestina e sanfranciscana, pela expressividade artística e pela originalidade tipicamente brasileira.

Segundo Machado (2009) existem muitas versões históricas sobre o aparecimento das carrancas, na região nordestina. Porém a tese decorrente de estudos antropológicos, que possui maior probabilidade, é a que defende o aspecto lendário das carrancas, que segundo a crença e o misticismo do povo primitivo que

habitava aquela região, as carrancas serviam de amuletos de proteção e salvaguardavam os barqueiros, viajantes e moradores contra as tempestades, perigos e maus presságios.

Serviam também para espantar os animais e os duendes moradores do rio São Francisco_que de noite saiam das profundezas das águas para assombrar barqueiros, tentar mulheres e roubar crianças. Esses seres ao verem as figuras das carrancas nas proas, de olhos esbugalhados, de bocas enormes escancaradas e agressivas, se espantavam e se recolhiam aos seus esconderijos.

A forte tendência à submissão e à crença no poder sobrenatural das carrancas é explicado a partir do primitivismo e ingenuidade dos habitantes, que eram povos extremamente supersticiosos e acreditavam em várias lendas.

A Carranca nasceu do homem do São Francisco, há mais de um século, e é um tipo de arte única no mundo, feita pelos entalhadores atendendo aos sentimentos e fantasias dos barqueiros que precisam espantar o “Minhocão” e o “Negro D`Água”.

Quanto ao aspecto econômico pode-se dizer que o surgimento dessas figuras horripilantes de aspecto grosseiro, talhadas em madeira, tenha sido um dos mais relevantes motivos para a emancipação comercial, política e social da região do Médio São Francisco.

A característica plástica predominante em todas as carrancas corresponde ao fato delas apresentarem fisionomias de animais, cabeças de humanos e vice-versa. E o traço mais marcante dessas figuras são as vastas cabeleiras e os olhos de humanos que elas possuem.

Figura 4 – Carranca Tradicional em proa de embarcação



Fonte: www1.folha.uol.com.br Exposicao-em-sp-resgata-tradicao-das-carrancas

4.6.1 As Carrancas de Madeira

As Carrancas são esculpidas em madeira (Figura 4) e eram colocadas quase que obrigatoriamente nas antigas embarcações do São Francisco. Traduzem-se em monstros que mesclam detalhes humanos com o de animais com abundante cabeleira em forma de juba, é um ser fantástico, poderoso, a sua presença dá sorte, e é uma das manifestações mais genuínas e enigmáticas manifestações da arte popular brasileira. Afugenta os espíritos maus e ainda avisa quando a embarcação está em perigo de afundar, ela geme três vezes. Cabe aos artesãos nordestinos da região do Médio São Francisco, o mérito pela criação de uma imaginária popular, de aspecto mítico e decorativo, baseada na cultura regional, porém com fortes influências da arte peninsular da Idade Média.

Na segunda metade do século XIX, os barqueiros adotaram a figura, hoje conhecida como carranca. Um dos primeiros cronistas a mencioná-la foi Durval Vieira de Aguiar em sua incursão pelo sertão baiano. Ele escreveu, segundo Neves (2003): "Na proa vê-se uma carranca ou grifo de gigantescas formas, de modelos sem dúvida transmitidos pelos exploradores dos tempos coloniais. As expressões figura, figura de proa e leão de barca, eram usadas pelos remeiros e outros ribeirinhos para se referirem às carrancas".

4.6.2 As Carrancas de Barro

Originalmente em madeira, começaram a ser feitas em barro (Figura 5), tendo Ana Leopoldina Santos, conhecida como Ana das Carrancas, a “Dama do Barro” sua precursora, que na sua infância tinha o barro como atrativo para suas brincadeiras. Inspirada ao ver as carrancas de madeira multicoloridas das barcaças que aportavam às margens do rio São Francisco, confeccionou sua primeira carranca de pequeno tamanho, tendo grande aceitação, passou a confeccionar carrancas de barro em grande quantidade. Apesar de desenvolvidas do outro lado do rio, em território pernambucano, se difundiu em todo o vale.

Diante da grande demanda tentou formar um grupo de mulheres ceramistas, mas não deu certo. Machado (op.cit.) afirma que segundo Ana das Carrancas o processo para a confecção das peças de barro é muito trabalhoso, indo desde a retirada do barro no leito do rio, a meio metro de profundidade, passando pelo cozimento, e a curtição do barro por três dias, o amassamento e por fim a modelagem. É um trabalho que exige muito amor e dedicação do artesão.

As obras de arte de Ana das Carrancas são peças de aspectos grosseiros, criadas no estilo próprio da artesã, com formas simples, primitivas e com um detalhe importante: possuem os olhos vazados, em homenagem ao marido, José Vicente, que era cego, e sempre participou ativamente de seus trabalhos, fazendo os bolos de barro para a confecção das peças.

Figura 5 – Carrancas de Barro



Fonte: artepopularbrasil.blogspot.com/2010

Simbolicamente o material usado, madeira ou barro, dá a dimensão da própria modificação da função de uso da carranca. A de madeira tem com o barco, também de madeira, uma identificação harmoniosa do material. Essa identificação, como que garante à cabeça de carranca, colocada na ponta da proa, a condição de vigia, de cabeça do barco personificado ou metamorfoseado num vivente, cuja cabeça é a carranca e o corpo o próprio barco (Nantes, 1979).

Nas galeras vikings era essa a conotação que a estrutura do barco buscava, contendo algumas não só a cabeça de carranca (em geral a cabeça de um dragão), como no outro extremo, a popa, se colocava uma estrutura semelhante à calda do animal. Ao se fazer a carranca de barro, quebra-se essa harmonia de material, uma vez que o barro vindo do leito do próprio rio agora mantém não com o barco, mas com o próprio rio sua identificação. Nesse sentido, a carranca de barro como que se distancia da função de protetora do barco para ser a representação do espírito do rio que pode proteger ou não a embarcação em função da intenção do navegador ser aceita pelo rio ou não. Assim, navegadores virtuosos, tementes a Deus, que navegam atendendo as necessidades das populações ribeirinhas, seriam protegidos, de outra forma, navegantes gananciosos, astutos pela descoberta de riquezas teriam contra si o espírito do rio. Porém, é fato, que a produção de carrancas de barro, notadamente as de Ana das Carrancas têm uma função mais de peça decorativa artística de colecionadores e admiradores da arte popular do que propriamente a função de carrancas de embarcações.

Com o declínio do ciclo das barcas no Brasil, em 1940, essas esculturas hoje se transformaram, assim, em disputados objetos de decoração, fato que tem, aliás, o mérito de não deixar morrer a lembrança dessas curiosas esculturas, cujos exemplares históricos de notável valor encontram-se hoje bem longe das águas do rio, quase totalmente em mãos de colecionadores ou fazendo parte do acervo de museus brasileiros e do exterior.

As carrancas do São Francisco constituem como bem observa Pardal (2006):

uma manifestação artística coletiva, com caracteres comuns respeitados as individualidades de cada artista, como não se encontra em nenhum outro local ou época. Fruto da criação de uma cultura e de uma região isoladas do resto do País e do mundo, cujos artistas populares, a partir da ideia de esculpir uma figura de proa,

criaram soluções plásticas próprias, de elevado conteúdo artístico e emocional, que provocam um verdadeiro impacto.

Conforme Machado (op. cit.) um dos principais e mais famosos artesãos do ciclo das barcas foi o escultor Francisco Biquiba Dy Lafuente Guarany, que durante toda sua trajetória, semeou e difundiu seus dotes artísticos com o povo de sua região. Hoje é grande o número de artesãos espalhados pelos sertões do Nordeste do Brasil.

Em sua destinação primitiva de figuras de proa, as carrancas restringem-se a um curtíssimo período histórico – menos de um século –, constituindo, portanto, também sob esse aspecto, uma manifestação artística excepcional. O que resta agora são extrapolações ou variações em torno o mesmo tema - que não lhes diminui necessariamente - o valor, pois não faltará para essa nova idade das carrancas em que se tornou dispensável o batismo das águas do rio, soluções originais que evitem o esvaziamento de seu conteúdo artístico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, são muitas e diversificadas as manifestações culturais em Juazeiro.

Apesar das ações que vêm sendo empreendidas pelo Estado da Bahia no sentido do desenvolvimento do turismo, induzindo investimentos privados e contribuindo para um aumento significativo na geração de empregos e renda, ainda restam muitas ações a serem desenvolvidas, relativamente ao setor, tais como: estimular mais o turismo qualitativo; divulgar melhor os eventos realizados; conjugar o calendário cultural com o turismo; e, empreender maiores esforços para a formação de clusters turísticos, agrupando os diversos setores relacionados à cadeia de serviços do turismo.

O governo da Bahia também investiu muito na interiorização do turismo, criando empreendimentos hoteleiros em diversos municípios, porém todos estatais. Só a partir da década de 1990 é que começou a surgir empreendimentos da iniciativa privada, porém todos em locais consagrados pelas potencialidades existentes e já conhecidos.

A região de Juazeiro, apesar do potencial existente, é pouco divulgada, sobretudo os atrativos culturais que aliados aos naturais, poderiam sustentar um polo turístico da região sanfranciscana baiana.

As próprias vinícolas da região podem incrementar um turismo enológico que se desenvolve ainda timidamente na região.

Consideramos assim que o aproveitamento do turismo pode e deve ser encarado como uma alternativa econômica à agroindústria que predomina na região, uma vez que é sempre um risco se manter a economia atrelada a uma só fonte de divisa.

REFERÊNCIAS

CRUZ, G. Samba de Veio no Rodeadouro. In:

www.sambadeveionorodeadouro.com.br. Acesso em: 14.07.2010.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. *Carrancas do São Francisco*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>.

Acesso em 10.11.2015.

NANTES, P.M. Relação de uma missão no Rio São Francisco. São Paulo/Brasília: Cia Editora Nacional, 1979.

NEVES, Z. Os Remeiros do São Francisco na Literatura. In: Revista de Antropologia da USP. São Paulo, vol. 46, n.1, 2003

NOVELINO, G. Via-crúsis no São Francisco. Jornal do Comércio, Recife, p.4, 30 de agosto de 2006.

PARDAL, P. Carrancas do São Francisco. Rio de Janeiro: Ed. Martins Fontes, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO.

www.prefeituramunicipaldejuazeiro.gov.br. Acesso 09.11.2015.

QUEIROZ, L.A.de. Turismo na Bahia. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

SILVA, S.B. de M. e. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.p. 122-143.

SOUZA, A.C.G.; RABELO, E. de A. "Metrópoles" sanfranciscanas: fotografias das cidades de Juazeiro e Petrolina nos anos 1970. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI, 2012.

Sites:

<http://artepopularbrasil.blogspot.com.br/2010/12/ana-das-carrancas.html> . Acesso 08.11.2015

<http://www1.folha.uol.com.br/.../1675850-exposicao-em-sp-resgata-tradicao-das-carrancas>. Acesso 08.11.2015.

QUALIDADE NO ATENDIMENTO COMO UM DIFERENCIAL PARA O INCREMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE PENEDO-AL

Adriana de Oliveira Calmon¹
Anajara Gonçalves Pelosi Telles²

RESUMO

O objetivo neste artigo é levantar evidências que permitam mapear a oferta dos serviços em restaurantes que estão localizados no circuito turístico de Penedo- AL, com o propósito de reunir elementos que permitam diagnosticar, a partir do método de análise SWOT, as potencialidades e fragilidades dos estabelecimentos pesquisados. A abordagem escolhida foi a qualitativa com pesquisa de campo, a partir dos pesquisadores na experiência de visitantes. Para a coleta de dados, foram investigadas as diversas dimensões da qualidade inerentes ao segmento de alimentos e bebidas (A&B). As análises foram realizadas de forma qualitativa, a fim de facilitar o levantamento dos pontos fortes e fracos. Diante dos resultados, pôde-se averiguar que os restaurantes pesquisados apresentaram um bom nível de qualidade de serviços. No entanto, é necessário avaliar a média geral dos indicadores submetidos para que se possa conhecer os índices que precisam ser melhorados na percepção do turista, a fim de alcançar a excelência na prestação de serviços de qualidade.

Palavras-chave: Prestação de Serviços; Potencialidades e Fragilidades; Restaurantes; Turismo; Penedo-AL.

QUALITY ON CALL: AS A DIFFERENTIAL FOR TOURISM INCREASE IN THE MUNICIPALITY OF AL-PENEDO

Abstract

The purpose of this article is to raise evidence to allow you to map the supply of services in restaurants that are located in the tourist circuit Penedo- AL, for the purpose of gathering evidence to diagnose from the SWOT analysis method, the strengths and weaknesses of establishments surveyed. The approach chosen was the qualitative field research, from researchers in the visitors' experience. To collect data, we investigated the various dimensions of quality inherent in the segment of food and beverages (F & B). Analyses were performed on a qualitative basis, in order to facilitate the lifting of strengths and weaknesses. Given the results, it was possible to ascertain that the restaurants surveyed showed a good level of quality services. However, it is necessary to evaluate the overall average of the indicators submitted so that we can know the contents that need improvement in the perception of tourists in order to achieve excellence in providing quality services.

Keywords: Service provision; Weaknesses and strengths; restaurants; Tourism; Penedo-AL.

JEL: Z32; Z33

¹ Especialista em Gestão de Pessoas com ênfase em Comportamento Organizacional. Bacharel em Comunicação Social; Professora-tutora da Unifacs e Uneb e Coordenadora de projetos e pesquisa da Ouvidoria Geral do município de Salvador (OGN).< adrianacalmon.ead@gmail.com>

² Especialista em Gerência de Marketing; Bacharel em Administração; Consultora empresarial. <anajara_pelosi@hotmail.com>

1 INTRODUÇÃO

Colonizada no século XVI e localizada às margens do Rio São Francisco, Penedo possui atrativos naturais e culturais, que lhe favorecem um grande potencial turístico. Em 1995 teve o seu centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); pertence ao Programa Monumenta do Ministério da Cultura, além de ter sido incluída em 2005 em um dos sete destinos turísticos pelo Fórum Mundial de Turismo.

O município possui museus e igrejas dos séculos 17 e 18, além de antigos sobrados e o primeiro teatro do estado. Mas, apesar de seus atrativos e potencialidade, percebe-se que Penedo não possui um grande fluxo de visitantes, que possa configurar um desenvolvimento local a partir de uma vocação turística. Levantamentos indicam que as pessoas que a visitam geralmente são previamente incluídas nos pacotes do destino Maceió, a capital do estado.

No intuito, de auxiliar na mudança dessa realidade, essa pesquisa espera contribuir para o fortalecimento da atividade econômica turística do município, possibilitando aos gestores e órgãos públicos locais, conhecer e compreender a importância do investimento no setor, dando assim oportunidade para construção assertiva de ações que fomentem o desenvolvimento do turismo local, a partir da cultura e identidade existentes.

De acordo com informações levantadas, a partir de pesquisas bibliográficas relacionadas a Penedo-AL, desde 2002, já existe uma preocupação por parte da Prefeitura Municipal em transformar o município em um destino reconhecido, além de outros dados levantados como: a inexistência de uma infraestrutura para o turismo; poucos e precários os meios de hospedagem; e uma carência de mão de obra qualificada. Essas informações são reforçadas no artigo de Silvana Ramos (UFAL,2012): “Não há, em Penedo, uma infraestrutura turística, há apenas um hotel bastante degradado e necessitando de reformas e algumas pousadas de pequeno porte, carentes de mão de obra capacitada e com atendimento precário”.

Agregada ao potencial turístico local e ao investimento necessário para potencializá-lo, faz necessária, para uma boa experiência, compreender-se a importância da qualidade da prestação de serviço ao turista. Diante dessa realidade de uma mão de obra despreparada, faz-se necessário lançar um olhar para

identificar como está à qualidade do atendimento ofertado aos visitantes de Penedo, inicialmente nos estabelecimentos que oferecem serviços de alimentos e bebidas. Segundo Lage & Milone (2000) “a qualidade do que é ofertado em turismo está diretamente atrelada à prestação de serviços, em que o patamar mais elevado corresponde à satisfação total do turista”.

Essas informações serão importantes não só para o conhecimento do que pode ser melhorado ou aprimorado nestes locais, a fim de alavancar o turismo no município, mas para trazer a importância do investimento em uma atividade, que pode transformar a realidade da comunidade local. Harvey (2003) inclusive mostra que as redes de informação e a intensificação dos fluxos de pessoas, capitais e mercadorias, a partir da década de 1980, contribuíram para as transformações em várias dimensões da vida social, como o turismo.

A área escolhida para o estudo foi a de alimentos e bebidas, por ser um consumo imprescindível para o indivíduo em qualquer atividade que irá realizar, já que de acordo com a pirâmide de necessidades de Maslow, o comer e beber estão na base, como elementos fisiológicos. Mas nesse contexto, essa área é considerada essencial também para a experiência do visitante e de extrema importância para a economia local. Em ambas as maneiras de se atender o turista, o setor de alimentação destaca-se graças a sua importância na geração de recursos para a comunidade e na prestação de serviços ao turista (MASCARENHAS e GÂNDARA, 2010).

No turismo essa necessidade não é diferente, porém a sua busca vai além da satisfação do básico, onde o visitante espera superar uma expectativa e viver algo diferente, onde a experiência estará pautada além do simples ato de comer, para algo que lhe remeta a cultura daquele local. Afinal um local tem o sabor e cheiro específicos, que serão traduzidos em uma identidade percebida imediatamente pelo visitante. O nível de qualidade ofertado na área de A&B interfere diretamente no destino turístico, bem como na continuidade do turismo em qualquer localidade.

Para alcançar o objetivo da proposta deste artigo, de mapear as potencialidades e fragilidades dos restaurantes do circuito turístico de Penedo, inicialmente foram realizados levantamentos *in loco* nos principais estabelecimentos, pelos pesquisadores no papel de visitante. Para metodologia foi utilizada a análise

de ambiente do método SWOT, que possibilita listar e posicionar os estabelecimentos através de um levantamento do cenário interno.

Como resultado final dessa proposta, pretendeu-se levantar e munir o município com informações, que será útil aos donos dos estabelecimentos e órgãos públicos, para que juntos possam traçar ações de melhoria ou de fortalecimento das práticas já utilizadas, a fim de auxiliar na revitalização do potencial turístico do local, onde a qualidade dos serviços ofertados ao seu visitante passa a ser um diferencial competitivo para o setor.

1.1 Procedimentos metodológicos

O presente trabalho consiste em uma pesquisa de campo, a partir da observação participante, que permite observar as atividades das pessoas, as características físicas da situação do ponto de vista social e o que nos faz sentir o facto de fazermos parte integrante daquela realidade (SPRALEY, 1980, p. 33). Em relação aos procedimentos técnicos, foram realizadas pesquisas bibliográficas, partindo inicialmente da necessidade de se obter uma base investigativa sobre o município. “(...) conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma determinada realidade, produzir determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamento” (Oliveira citado por Gil (1996: p.57).

A pesquisa abrange os cinco mais indicados restaurantes localizados no circuito turístico do município. Para a definição dos estabelecimentos, foram realizados levantamentos no site oficial da Prefeitura Municipal de Penedo e com profissionais do *trade*.

Os dados primários foram coletados através de uma pesquisa in loco, com o uso de um questionário desenvolvido pelas pesquisadoras, que avaliaram todos os quesitos a partir da experiência do visitante.

O questionário foi construído a partir de documentos existentes para avaliação da qualidade de serviços na área de alimento e bebidas. Para composição do instrumento foram desenvolvidos 23 indicadores, a partir de 09 dimensões e indicadores que caracterizam de forma geral a qualidade na prestação de serviços em restaurantes. Esses indicadores possibilitaram mapear os pontos fortes e fracos a fim de qualificar os serviços prestados, dentro das seguintes dimensões:

Infraestrutura, instalações, alimentos e bebidas, ambientação interna, capacitação técnica dos funcionários, cordialidade e tempo no atendimento, horários de funcionamento, aplicabilidade dos preços, condições de pagamento, responsabilidade ambiental e comunicação e *marketing*.

Para mapear esse nível de qualidade, utilizou-se a média aritmética e os dados foram tabulados, mensurados e analisados de forma quantitativa. Após a coleta de dados foram listados todos os itens levantados e divididos em potencialidades e fragilidades dos estabelecimentos. Para esse método foi utilizada a análise SWOT, ferramenta simples, criada por professores da *Harvard Business School*, que é utilizada como análise de cenário. Matriz SWOT, em inglês, ou PFOA, em português, avalia o ambiente interno (pontos fortes e fracos) e ambiente externo (oportunidades e ameaças). Para facilitar o entendimento da metodologia, segue uma representação da matriz:

Quadro 1 – Modelo de Matriz da Análise SWOT

Ambiente interno	Forças	Fraquezas
Ambiente externo	Oportunidades	Ameaças

Fonte: as Autoras, 2015.

Outro ponto de destaque para a realização desta pesquisa refere-se a escolha da análise do ambiente interno, a partir do entendimento que os dados levantados possibilitarão instrumentalizar o município com informações fundamentais para ações de planejamento turístico, a fim de torna-lo mais competitivo.

2 QUALIDADE DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS - DESEJO E EXPECTATIVA DO VISITANTE

Mesmo um turista sendo o cliente que consome um produto e tem necessidades e desejos como qualquer outro consumidor, pode-se afirmar que nessa experiência existe uma expectativa diferente, já que o mesmo se encontra em um momento único, mesmo que ele aconteça por mais de uma vez no mesmo local. Quando ele escolhe visitar um local, existem motivações que geram expectativas

que nem ele sabe quais são, mas que espera serem as melhores e, por isso, deve haver um cuidado para que tudo esteja em sintonia.

A oferta de um serviço possui uma natureza complexa, que vai além da aquisição dos requisitos básicos esperados com qualidade. O serviço tem uma característica de intangibilidade, onde só pode ser percebida durante o momento da sua aquisição. Mesmo assim, nessa entrega, o cliente espera uma frequência, além da expectativa de ser surpreendido.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a prestação de serviço está diretamente ligada à percepção, já que por mais padronizado que ele possa se apresentar em seu conjunto, é indo além do tangível (visível) que se pode chegar a uma superação de expectativa por parte do visitante.

Segundo Oliveira (2006, p. 3):

a percepção das pessoas, sobre determinado assunto, é sempre carregada de uma visão própria de cada indivíduo, formada a partir de variáveis como meio social, história de vida, nível de escolaridade, religião, atividade econômica, entre outros. Conseqüentemente, cada indivíduo percebe o mundo qualitativa, efetiva e valorativamente, e é a partir dessa percepção que define seu modo de relação com a sociedade.

Segundo Kotler (1998, p. 412) qualquer ato ou desempenho que uma parte possa oferecer a outra e que seja essencialmente intangível e não resulte na propriedade de nada. Sua produção pode ou não estar vinculada a um produto físico e sua avaliação de qualidade está ligada a atributos, além do vínculo aos aspectos tangíveis, que apoiam mutuamente o serviço.

Sendo o turismo um setor que depende prioritariamente da oferta de diversos serviços, ou seja, de uma variedade e diversidade de benefícios que são oferecidos ao visitante é importante conhecer suas expectativas a fim de buscar o melhor desempenho. Em relação ao turismo, Vellas e Bécherel (1999) opinam que as características dos serviços são ainda mais peculiares do que em outros setores da economia, pois os produtos turísticos ofertados, além de serem intangíveis, dependem da superestrutura local.

Nesse contexto, todos os elementos que estão envolvidos na experiência do visitante precisam ter qualidade da entrega do serviço para que o destino possa ser

escolhido. Além de atrativos, o local precisa ter estrutura para receber bem, além da preocupação no encantamento do cliente. O turista é um cliente que está em um momento único e para isso precisa sentir que fez a melhor escolha.

E considerando que o setor de restaurantes é um serviço e que este representa mais de 60% do PIB (IBGE, 2012), o desenvolvimento de estudos na área torna-se pertinente.

2.1 Qualidade dos Serviços de Restaurantes

Diferente do que era a alimentação antes, focada apenas na satisfação de uma necessidade básica, atualmente a área de alimentos e bebidas, através da gastronomia local, é um dos segmentos que mais contribui para o desenvolvimento do turismo. Isso é reflexo da importância da comida e bebida na entrega da cultura local ao visitante e também pode ser considerada uma fonte de entretenimento, para regiões que não existem atrativos turísticos.

Ao pensar no ramo de restaurantes, sempre surge uma questão, se ele deve ser classificado como um produtor de bens ou de serviço. Isso porque a comida e bebida são produtos, que na lógica despertariam o interesse inicial pela escolha. Porém, deve-se pensar que a pessoa não vai a um restaurante para comprar um produto, mas para buscar um serviço. Talvez essa confusão seja recorrente pelo simples fato que, para a entrega do serviço de alimento e bebida é necessário o fornecimento das matérias-primas. Carrazza (1989, p. 212) coloca que o fornecimento de alimentação, bebidas etc. em bares, cafés e estabelecimentos similares é apenas o meio, ou um dos meios, de implementar-se o serviço em apreço.

Em um restaurante, a qualidade ocorre a partir de elementos tangíveis (físicos), a exemplo da qualidade técnica do produto, além dos elementos que envolvem e influenciam na percepção positiva do visitante, como instalações, equipamentos, aparência dos funcionários, e dos elementos intangíveis, externos ao produto, como o atendimento oferecido. Para Vasconcellos (2002), a diferença fundamental ao se definir qualidade na prestação de serviços encontra-se na subjetividade e na dificuldade de se estabelecer o que é qualidade, uma vez que os clientes reagem diferentemente ao que parece ser o mesmo serviço. Cada cliente possui uma determinada percepção sobre qualidade e, muitas vezes, esta diferença

implica até mesmo “estado de espírito do cliente” no momento da prestação de serviço. As pessoas possuem diferentes padrões de qualidade em diferentes momentos de sua vida.

Sendo o restaurante um estabelecimento responsável pela oferta de serviço como um todo, e sendo este, algo de natureza complexa, onde o valor do serviço entregue é avaliado em função da sua qualidade. Isso se deve principalmente ao fato de o serviço ser um produto intangível, ou seja, que não pode ser diretamente experimentado e depende da qualidade percebida. Isso só demonstra o quão é preocupante a oferta de um serviço, pois ele pode ser tão bom para um, o quanto pode ser normal ou ruim para outro. De acordo com (GIANESI; CORRÊA, 1994) para os serviços, a qualidade percebida pode ser definida como a avaliação que o cliente faz do serviço, durante ou após o término do processo. Esta avaliação se dá através da comparação entre o que o cliente esperava e o que ele percebeu do serviço prestado.

Segundo o modelo para a medição da qualidade de serviço, proposto por Grönroos (1984), as dimensões ou os determinantes que são avaliados consiste em qualidade técnica e funcional. A qualidade técnica corresponde ao resultado do que é recebido durante a aquisição de um serviço e a funcional está relacionada ao nível de desempenho observado de forma subjetiva e é fortemente influenciada pela maneira como o serviço é prestado e, depende do contato com o prestador de serviço. Existe a composição de uma terceira dimensão, que é construída a partir das qualidades técnicas e funcionais e de fatores como reputação, informações de terceiros, propaganda, preço e relações públicas.

Em um ramo de serviço, é esse atributo funcional que exerce maior influência na percepção de qualidade dos clientes. Porém, alguns atributos são mais importantes do que outros e, sua importância é diferenciada por cada cliente, através das suas expectativas e necessidades. Além disso, existe uma diferença entre a percepção por dimensão. Um visitante pode achar durante uma viagem que, o sabor da comida influencia mais na sua satisfação que o atendimento e o ambiente, por exemplo, por isso o grau de importância dos atributos depende do cliente. Porém, existem atributos que são obrigatórios e não influenciam numa maior satisfação, na falta dele, como é o caso da limpeza do local. E existem atributos

inelásticos, ou seja, não influenciam na percepção e satisfação do serviço, caso ele seja entregue com qualidade esperada, que é o caso do preço do produto.

Porém, o Brasil ainda apresenta sérios problemas de qualificação de mão de obra, principalmente no setor de turismo. Na região Nordeste essa realidade é ainda mais crítica, devido a outros agravantes históricos, sendo o principal o baixo grau de instrução, que acaba interferindo na operação das atividades, principalmente nas funções mais complexas.

Este é um dos grandes desafios de quem atua no ramo e motivo frequente de reclamação entre empresários do setor de alimentação também. E para minimizar essa realidade precisa-se de sérios investimentos em treinamento e capacitação a partir dos estabelecimentos e governo local, a fim de se minimizar o déficit educacional da população local.

Ainda para o sucesso dos restaurantes é necessário certa preocupação e cuidado com outros aspectos intangíveis, que funcionam como interfaces da oferta de serviço da alimentação, como a localização, instalações, imagem e preço, que formam um produto único.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

A análise iniciou-se a partir do ambiente interno dos restaurantes, sendo as avaliações realizadas a partir de 5 características, que foram enumeradas a fim de quantificar os resultados, atribuindo valores numa escala de 1 a 5, onde 1 era o índice mais negativo e 5 o mais positivo, sendo 3 uma opção razoável.

Na Tabela 1 esboça-se o valor médio do nível de qualidade dos serviços dos restaurantes em suas nove dimensões, neste sentido, a segurança foi a dimensão de qualidade que obteve a melhor avaliação, com média de 4,8. Já o horário de funcionamento foi à dimensão que recebeu o pior índice, com média de 3,5; e essa avaliação ocorre devido a alguns restaurantes não funcionarem no horário noturno ou horário do jantar. E isso se agrava ainda mais pelo fato da cidade não ter outros atrativos noturnos para o visitante na cidade.

O segundo maior índice foi à dimensão da infraestrutura, com média de 4,7, seguidos pela ambientação interna e condições de pagamento, empatados com média de 4,6. Ainda com valores médios igual ou acima de 4, que indicam nível de qualidade de serviço razoáveis, encontram-se a dimensão de alimentos e bebidas,

cordialidade no atendimento e aplicabilidade de preços, com valores médios de 4,3 e os dois últimos empatados com 4,0. Outro valor abaixo da média foi o de capacitação técnica dos funcionários, com a média de 3,7.

Tabela 1 – Valor médio das dimensões de qualidade dos serviços

DIMENSÕES DE QUALIDADE	MÉDIAS
Infraestrutura	4,7
Ambientação interna	4,6
Alimentos e bebidas	4,3
Segurança	4,8
Cordialidade e tempo de atendimento	4,0
Capacitação técnica	3,7
Condições de pagamento	4,6
Horário de funcionamento	3,5
Aplicabilidade dos preços	4,0

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Nota: Os indicadores foram avaliados pelas pesquisadoras a partir da escala: 1 - discordo totalmente; 2 – discordo pouco; 3 – concordo pouco; 4 - concordo muito e 5 - concordo totalmente.

Na Tabela 2, dos 23 indicadores levantados, 19 receberam valores médios iguais ou acima de 4,0, representando uma avaliação positiva. Porém, apenas os indicadores de limpeza e higiene do salão e variedade de bebidas atingiram média 5,0, indicando a avaliação positiva sobre o nível de qualidade. Outros que ficaram empatados, com a média 4,0, são itens que apesar de terem médias que representam nível de qualidade em serviços positivas, devem ser observados.

A pior avaliação foi recebida para o indicador acessibilidade a pessoas com necessidades especiais, com média 2,5. E esse é um indicador a ser rapidamente avaliado, não só por não ter equipamentos que possibilitem esse acesso, a exemplo de rampas ou elevadores, mas pela maioria ter escadas altas impossibilita o acesso, inclusive com ajuda de terceiros.

Padronização de uniformes, clareza nas informações e opções de saladas no Buffet receberam médias abaixo do esperado: 3,4 - 3,5 e 3,0, respectivamente. Apenas um dos restaurantes demonstrou preocupação com a qualificação do seu funcionário, desde a sua apresentação até a orientação ao cliente. A opção de

salada, por exemplo foi um indicador destacado, devido ao aumento da busca por uma alimentação mais saudável pela população, que demanda um maior investimento em cardápios direcionados para esse público, além das opções regionais.

Tabela 2 – Valor médio dos indicadores de qualidade dos serviços

INDICADORES DE QUALIDADE	MÉDIA
O local é de fácil acesso ao turista	4,5
Aparência do estabelecimento (fachada, organização, pintura, iluminação)	4,5
Acesso a pessoas com deficiência	2,5
Ambiente agradável	4,4
Tamanho e espaçamento do salão	4,3
Comodidade da mesa e cadeiras (suficientes e confortáveis)	4,0
A decoração do ambiente	4,5
Atrativos (tv, música, som ambiente, internet)	4,0
Limpeza e higiene do salão e mesa	5,0
Limpeza e condições dos banheiros	4,3
Conforto	4,3
Tempo de atendimento/agilidade	4,0
Padronização de uniformes	3,4
Empatia	4,0
Aparência dos funcionários	4,5
Clareza das informações	3,5
Apresentação do cardápio (organizado, fácil leitura e informações sobre os itens).	4,0
Aparência da comida	4,6
Sabor da comida	4,6
Diversidade dos pratos	4,8
Variedade de bebida	5,0
Opções de saladas	3,0
Opções de sobremesas	4,0
Média Geral	4,16

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Nota: Os indicadores foram avaliados pelas pesquisadoras a partir da escala: 1 - discordo totalmente; 2 – discordo pouco; 3 – concordo pouco; 4 - concordo muito e 5 - concordo totalmente.

A qualidade dos serviços dos restaurantes recebeu média geral igual a 4,16, refletindo uma percepção positiva sobre a qualidade dos serviços prestados, porém em um nível ainda mediano. Assim, observa-se que os restaurantes que encontram-

se no circuito turístico de Penedo oferecem boa qualidade nos seus serviços, mas precisam melhorar esse índice para possibilitar uma excelente experiência para o turista.

A Tabela 3 refere-se ao resultado da análise da pesquisa que contemplou o ambiente interno dos restaurantes visitados. Esse mapeamento foi decorrente dos levantamentos realizados a partir das dimensões e indicadores já demonstrados nas Tabelas 1 e 2. Essas informações possibilitarão as pessoas envolvidas no setor de turismo do município, compreender as fragilidades dos serviços nos restaurantes a fim de investir em melhorias, seja do nível privado ou de parcerias com o público. E em relação ao conhecimento das potencialidades levantadas, torna-se possível investir nestes itens como atrativos na busca de uma boa experiência.

Tabela 3 – Análise do ambiente interno dos restaurantes (SWOT)

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Preservação da gastronomia local, incluindo a carne de jacaré.	Qualificação da mão-de-obra.
Prestação de serviço voltada ao turista.	Horários restritos de atendimento e ausências de atendimento no jantar.
Sentimento de segurança no local.	Acessibilidade para portadores de necessidades especiais.
Boa capacidade para receber um volume de atendimento.	Ferramentas para conhecer a opinião dos clientes.
Disponibilidade das tecnologias	

Fonte: as Autoras (dados da pesquisa de campo), 2015.

É importante frisar que, apesar dos índices da pesquisa apontarem para uma boa média na qualidade nos serviços prestados pelos restaurantes, é importante verificar que os itens abaixo da média 4, principalmente, aqueles ligados ao atendimento, devem ser avaliados e revistos para que seja possível buscar um padrão de qualidade no segmento de alimentos e bebidas do município de uma forma geral, assim, o mesmo será reconhecido por este atributo, por todos que o visitam ou que tem interesse em visitar um destino que acolhe bem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se destacar diante a alta competitividade no mercado turístico, que vai além da concorrência nacional, os destinos devem investir em uma estrutura de atendimento que atenda as novas exigências e garanta a sua imagem como um destino atrativo. É neste sentido, que o município de Penedo-AL, vem desde a década de 90, desenvolvendo projetos e ações para consolidar o seu potencial.

É notório que Penedo possui atrativos interessantes, mas que precisam ser melhor explorados e, por isso, ele foi escolhido pelas pesquisadoras como objeto de estudo, pela sua condição de cidade histórica, seus atrativos naturais, destacando-o dentre os demais municípios de seu entorno, também banhados pelo Rio São Francisco.

Compreendendo, que no contexto atual, para obtenção de crescimento e sustentabilidade no turismo é fundamental o investimento em qualidade de serviços no atendimento e, sendo o segmento de alimentos e bebidas essencial para esse resultado, necessitando assim diagnosticar e mapear os estabelecimentos do circuito. Para isso, foi utilizada a técnica de análise de ambiente, da Matriz SWOT, ferramenta que estabelece o nível do desenvolvimento turístico em que se encontram as localidades, analisando os pontos fracos e fortes, as fraquezas e oportunidades destes locais. Porém, para essa pesquisa, apenas o ambiente interno foi mapeado.

Diante dos resultados obtidos após a pesquisa de campo, pôde-se constatar que os restaurantes que estão inseridos no circuito turístico do município apresentaram um bom nível de qualidade dos serviços. Sendo os maiores índices alcançados nas seguintes dimensões: segurança, infraestrutura, ambientação interna e condições de pagamento, nesta ordem. Índices menores, mas que ainda atendem a percepção de qualidade no atendimento foram obtidos nas dimensões: alimento e bebidas, cordialidade no atendimento e aplicabilidade dos preços, também nesta ordem.

Nesse contexto, pode-se afirmar que os restaurantes possuem um ambiente físico satisfatório, atendendo assim a um ambiente seguro e confortável, diante dos produtos que são entregues com cordialidade e a um preço justo. As dimensões que analisadas de forma mediana foram

a capacitação técnica e o horário de funcionamento. Entretanto, esses itens podem ser melhorados.

Das potencialidades levantadas destaca-se o cardápio, demonstrando uma preocupação dos restaurantes com a preservação da gastronomia local, utilizando produtos regionais, a exemplo da variedade de frutos do mar e da carne de jacaré, embora essa última não seja bem explorada como atrativo. A infraestrutura que possibilita o atendimento em uma escala maior foi outro potencial encontrado, além das ambientações internas com decorações típicas da região.

Por fim, considera-se que as informações obtidas neste estudo podem prover o município de dados e informações que possibilitem uma maior rentabilização do turismo, através da aplicação de um plano de melhoria nos seus pontos fracos, inclusive contando com o auxílio da Prefeitura que pode criar ações para minimizar esses efeitos, a exemplo da criação de projetos com entidades através de parceria público-privado ou em termos de cooperação técnica com o SEBRAE, SENAI dentre outras instituições, para suprir a parte técnica dos profissionais que atuam nessa área, a exemplo dos garçons, etc. Diante dessas informações os órgãos responsáveis pelo turismo local podem estabelecer prioridades de atuação e preparar estratégias de melhoria.

É essencial pôr em prática os projetos de consolidação do seu potencial turístico, que o município, através de políticas públicas fomenta novos investimentos na geração do desenvolvimento econômico local. Uma outra sugestão ainda no sentido da criação de parceria público e privado, é envolver a comunidade local, desde aquele comerciante ambulante até aos grandes empreendedores, pois todos são responsáveis pela prestação de serviços.

Tal exemplo é citado diante da necessidade de um cuidado com a informalidade na prestação do serviço, mesmo em restaurante com a proposta familiar, onde a informalidade vigora. Nesse ambiente, a empatia se destaca, devido à proposta do visitante se sentir literalmente em sua casa, porém tem que haver o cuidado de capacitar as pessoas envolvidas no processo de entrega do serviço, para que as características culturais sejam exploradas, porém com a preocupação da prestação de serviço com excelência.

Outros pontos encontrados foram em relação aos horários restritos de atendimento ao cliente, onde dois restaurantes mais indicados não funcionam no horário do jantar ou no horário noturno. E isso é ainda mais agravante a partir do momento que o município não possui atrativos noturnos.

Além disso, foi verificado que existem itens que devem ser adotados para a melhoria do atendimento, a exemplo do uso de instrumentos de comunicação para conhecer a opinião do cliente, além da falta de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, K; BRADFORD, L. J. **Serviços com qualidade: a vantagem competitiva**. 1. ed. São Paulo: Makron Books, 1992.

CARRAZZA, Roque Antonio, Imposto Sobre Serviço, **Revista de Direito Tributário**, nº 48, São Paulo: 1989.

DENTON, D. K. **Qualidade em serviços: o atendimento ao cliente como fator de vantagem competitiva**. São Paulo: Makron Books, 1990.

FAGLIARI, G.S. **Turismo e Alimentação: análises introdutórias**. São Paulo: Rocca, 2005.

GÂNDARA, J.M.G., MASCARENHAS, G.T. Produção e transformação territorial: Uma análise da gastronomia como atrativo turístico. IN: **Anais; XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local: Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios**. Niterói - RJ 12 a 14 de abril de 2010.

GIANESI, I. G. N.; CORRÊA, H.L. **Administração Estratégica de Serviços: operações para a satisfação do cliente**. São Paulo: Atlas, 1994. 233 p.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRONROOS, C. A. **Service Quality Model and its marketing implications**. *European Journal of Marketing*, v.18, n.4. p. 36 – 44. 1984.

HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade** (Título original: Paris, Capital of Modernity. London, Routledge, 2003.) São Paulo, Boitempo, 2015.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAGE, B.H.G.; MILONE, P.C. **Turismo: teoria e prática**. 1ªed. São Paulo: Atlas, 2000.

MASCARENHAS, R.G.T. **A DIVERSIDADE GASTRONÔMICA COMO ATRATIVO TURÍSTICO NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ: um estudo de caso no município de Castro**. Tese de doutorado em Geografia. Universidade federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 2009.

MILAN, G. S. **A prática do marketing de relacionamento e a retenção de clientes: um estudo aplicado em um ambiente de serviços**. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção, Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, E. S. 2006. **Percepção dos autóctones em relação à economia, meio ambiente e ao turismo em Ilhéus – BA**. In: SEMINTUR, 4., Caxias do Sul, RS. Anais, GT 10. Caxias do Sul, RS: Universidade Caixas do Sul, CD-ROM.

RAMOS, Silvana Pirillo **“O que sobra para os pobres?” Políticas públicas de turismo e cultura no município de Penedo/AL – UFAL/2012**. Disponível em: <http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo5/Ramos.pdf> (acesso em 15 de julho de 2015)

RIBEIRO, Marcelo Ribeiro; SOUTO, Claudia B.; GOMES, Elton Marcio L. **Uma análise das políticas públicas em turismo e patrimônio cultural em dois municípios do estado de Alagoas/Brasil: Penedo e Piranhas**. CULTUR-2007. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao5/artigo_1.pd (acesso em 17 de julho de 2015).

SPRADLEY, James P.. **Participant Observation Orlando - Florida**. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers, (1980).

VASCONCELLOS, P. P. de. **Desenvolvimento de um modelo de avaliação da qualidade do serviço odontológico**. 2002. 91 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VELLAS, F; BÉCHEREL, L. **The international marketing of travel and tourism: a strategic approach**. London : Macmillan Press Ltd, 1999.

TÉBOUL, J. **A era dos serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

CONDUZINDO VISITANTES NA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS INFORMANTES DE TURISMO DE PIAÇABUÇU-AL

Francismara Costa Torres¹
Silvana Pirillo Ramos²

RESUMO

O turismo em Piaçabuçu ganhou forças no final de 1990 com a exploração da foz do rio São Francisco. Concomitante a isso, surgiu um projeto de cunho social formando um grupo de guias mirins, que na posteridade resultou na constituição de uma Associação de Informantes regulamentada em 2005, intitulada como Associação dos Informantes de Turismo de Piaçabuçu-AL – AITP. O objetivo do presente trabalho é identificar o papel da AITP no desenvolvimento do turismo em Piaçabuçu, seu processo de formação, planejamento e desenvolvimento, como uma forma de inclusão social, geração de renda, preservação e valorização do patrimônio, promovido pelos princípios do projeto. Para elaboração dessa pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico e documental sobre o tema, bem como aplicação de entrevistas semiestruturadas com os participantes do projeto e sua idealizadora. Utilizou-se a técnica da história oral e observações *in loco*. A partir desses relatos, foi possível construir a memória coletiva da AITP. Possibilitando entender que esta associação promove ações de educação ambiental, colocando-se como ferramenta de sensibilização e conscientização da população local e dos visitantes, de modo que há o compromisso para a valorização do patrimônio. Consolidando o sentimento de pertença ao lugar, promovendo o fomento de trabalho aos jovens por meio da inclusão social, gerando renda e impulsionando o desenvolvimento do turismo neste município.

Palavras-chave: Associativismo; Turismo; Planejamento e Gestão.

LEADING VISITORS IN MOUTH OF THE RIO SAN FRANCISCO: THE CASE OF INFORMANTS OF PIAÇABUÇU ASSOCIATION TOURISM

ABSTRACT

Tourism in Piaçabuçu gained strength in the late 1990s with the exploitation of the mouth of the São Francisco River. Concomitantly, a social project was formed by a group of teenager guides, and that resulted later in the creation of Tourism Informers Association of Piaçabuçu-AL – AITP, regulated in 2005 as a nongovernmental organization. The objective of this study is to identify the role of AITP in tourism development in the municipality of Piaçabuçu-AL and its process of formation, planning and development, as a form of social inclusion, income generation, preservation and promotion of heritage, promoted by principles of the mentioned project. . In order to prepare this research, a bibliographical and documentary survey on the subject was done as well as semi-structured interviews with project participants and its creator. We used the technique of oral history and observations *in loco*. Then, it was possible to understand that AITP promotes environmental education actions, standing as awareness and sensitization tool to the local population and visitors, so that there is a commitment to enhancing the heritage. The sense of belonging to the place was promoted, and work for young people was fostered through social inclusion, generating income and boosting the development of tourism in this city.

Keywords: Associations; Tourism; Planning and Management.

JEL: D71; Z32

¹ Graduanda em Turismo Bacharelado pela Universidade Federal de Alagoas, Unidade Penedo Campus Arapiraca. Email: <mara.torres317@hotmail.com>

² Doutora em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Associada da Universidade Federal de Alagoas Unidade Penedo Campus Arapiraca.

1 INTRODUÇÃO

O município de Piaçabuçu está localizado na região sul do estado de Alagoas, limitando-se a norte com Feliz Deserto, a sul com o rio São Francisco, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Penedo, inserido na mesorregião do Leste Alagoano e na microrregião de Penedo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2014), possui uma população de 17.997 habitantes. Sua economia é baseada na agricultura, na pesca e no turismo. O principal acesso a partir de Maceió é feito através da rodovia pavimentada AL-101, com percurso em torno de 131 km. Está localizado dentro dos limites territoriais da APA de Marituba do Peixe e APA Federal de Piaçabuçu-AI³.

O turismo em Piaçabuçu teve início em meados da década de 1980. No entanto, só veio se fortalecer no final da década de 1990 com a adaptação de embarcações que eram utilizadas para transporte de mercadorias como arroz, frutas, cereais, pescados entre outras. Depois de serem adaptadas, passaram a trabalhar com excursões de visitantes na realização de passeio com destino à foz do rio São Francisco. Concomitante surgiu um projeto de cunho social formando um grupo de guias mirins, tendo como autora Sandra Torres Apratto, secretária de turismo durante o período de 1998 a 1999. Na posteridade resultou na constituição de uma Associação de Informantes de Turismo, sendo uma organização não governamental, constituída em 2005, como pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de AITP- Associação dos Informantes de Turismo de Piaçabuçu-AI, sem fins lucrativos, com caráter filantrópico, sem vínculo político ou partidário.

Ao longo do ano o município recebe um grande quantitativo de ônibus com excursões oriundas de Maceió e outros polos emissores. Contudo, a relação visitante/comunidade ocorre apenas nos poucos momentos em que os viajantes descem a foz do rio São Francisco e permanecem nos pontos de apoios, em sua maioria estabelecimentos privados e restritos ao uso dos excursionistas.

A atividade turística em Piaçabuçu engendrou mudanças perceptíveis em relação aos aspectos socioeconômicos e ambientais, que refletem em sua

³ APA-Área de Proteção Ambiental. APA Federal de Piaçabuçu. Bioma Marinho, Costeiro, Dunas, Mangues, Restinga. Município Piaçabuçu, litoral sul de Alagoas. Área: 9.106,8700. Tipo Sustentável. Criação Dec. nº 88.421 de 21 de junho de 1983.

população. É nesse cenário, que jovens desempregados veem à oportunidade de oferecer serviços de informações turísticas, sendo uma das poucas alternativas para driblar o desemprego no município. Trabalham como autônomos, sem vínculo empregatício com o setor privado e público.

Esta pesquisa visa caracterizar o papel da referida associação para o turismo no município, com foco em sua história, planejamento e desenvolvimento, além das principais mudanças sofridas desde o processo de formação, no final da década de 1990, até aos dias atuais. A pesquisa é de abordagem qualitativa, propondo-se a um estudo de caso da AITP, que segundo Gil (2002, p. 54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

Para sua elaboração realizou-se levantamento bibliográfico de materiais concernentes às temáticas de economia solidária, associativismo e turismo, consultas às atas de reuniões, Estatuto Social e arquivos documentais da AITP. A pesquisa se desenvolveu a partir de observações *in loco* e construção de “diário de campo” com o pesquisador acompanhando a rotina dos informantes na associação e no processo de condução dos visitantes a foz do rio São Francisco.

Foram realizadas dez entrevistas a partir de roteiros semiestruturados, com os informantes que participaram do processo de planejamento e gestão da AITP. Com a proposta de reconstruir a história dos participantes que recordaram fatos do passado vivenciado por eles, imergindo em sentimentos adormecidos, regados de emoções, aprendizados e conquistas, compondo assim, a memória coletiva e a história da AITP.

2 TURISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para Medeiros (2011, p. 24), “turismo é uma atividade humana e comercial que movimenta milhares de sujeitos por todo o globo terrestre, deslocando indivíduos que viajam para locais distantes, interagindo com realidades distintas”. A atividade turística envolve toda uma cadeia produtiva, sendo crucial para o seu desenvolvimento a participação da rede privada, atuação do Estado e o uso de políticas públicas, facilitando a comunicação entre indivíduos de culturas diferentes,

encorajando a propagação de financiamentos e transações econômicas, intensificando conseqüentemente o consumo dos produtos e serviços turísticos.

Assim, cada vez mais tem aumentado a demanda dos indivíduos de grandes centros urbanos, que buscam tranquilidade em locais diferentes de seu habitual, como se fosse uma espécie de fuga de sua realidade, por motivações diversas. Dessa forma, faz-se necessário ressaltar importância do desenvolvimento endógeno nas comunidades receptoras do turismo, na tentativa de amenizar os problemas sociais e econômicos, e, ao mesmo tempo promover o desenvolvimento socioeconômico na localidade e dos atores inseridos nesse processo.

Nas palavras de Braga (2002):

O desenvolvimento local endógeno teoriza sobre as possibilidades de desenvolvimento a partir da utilização dos potenciais – econômicos, humanos, naturais e culturais – internos a uma localidade, incorporando ao instrumental econômico neoclássico de variáveis como participação e gestão local. (BRAGA, 2002, p. 22).

Esse processo apresenta como resultado a ampliação de empregos, do produto e da renda local/regional, com a perspectiva de uma atividade produtiva e descentralizada. Dessa maneira, ampliam-se as oportunidades para pequenas e médias empresas, para que seu desenvolvimento seja determinado pelos atores internos à região, sejam empresas, organizações, sindicatos, associações ou outras instituições.

Conforme Ramos (2010, p. 20), “regionalizar tem como sentido muito mais que aproximação por semelhança, mas pela cooperação e identidade entre os envolvidos no processo, visando à sinergia entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade”. Promovendo assim, o envolvimento direto de todos os atores que constituem o processo, permitindo a inclusão dos autóctones na construção e fortalecimento socioeconômico onde se insere tal atividade. Para o aprimoramento dessa prática é imprescindível que algumas medidas sejam utilizadas.

De acordo com Oliveira (2012):

[...] para que o turista possa de fato conhecer o que é autóctone, os gestores do destino devem fazer o uso da interpretação patrimonial, que busca revelar a identidade do lugar a partir de técnicas que possibilitam uma comunicação efetiva entre o visitante e o residente, gerando a

preservação do patrimônio e o desenvolvimento local. (OLIVEIRA, 2012, p. 02).

Nesse sentido, a formação de cidadãos aptos a atuarem na atividade turística, deve ocorrer de maneira que envolva os conhecimentos múltiplos necessários à prestação de um serviço de qualidade, a fim de promover ao visitante uma experiência interpretativa do local, permitindo o contato direto entre visitante e visitado.

A conjuntura necessária para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, com a organização e mobilização da população local, traz em cena a importância do incentivo a criação de cooperativas e associações para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras. Como destaca Medeiros (2011):

As cooperativas e associações populares de trabalho, ou os chamados empreendimentos econômico-solidários, são organizações pautadas sob os princípios da autogestão e da solidariedade e se constituem com apoio do poder público, sindicatos ou como parte da organização dos trabalhadores em movimentos sociais. (MEDEIROS, 2011, p. 14).

Nessa direção, a economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social, ela resgata as lutas históricas dos trabalhadores, como uma medida de resistência contra o avanço do capitalismo industrial.

Constatam-se por economia solidária as atividades de cooperação, distribuição, produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário, sendo que o indivíduo não pensa de forma individualista, e, sim possui um senso coletivo, predominando atitudes que possam beneficiar todos os membros do grupo. Nessa perspectiva, a economia solidária aponta para um desenvolvimento com base na geração de trabalho, distribuição de renda e inclusão social, mediante um crescimento socioeconômico da comunidade.

Coriolano e Barbosa (2013) salientam:

As contradições do modelo capitalista, pautadas na valorização dos grandes empreendimentos, têm estimulado, de certa forma, organizações populares a lutarem por melhores oportunidades no mercado, em que a economia solidária surge enquanto alternativa em atividades como o turismo. (CORIOLANO; BARBOSA, 2013, p. 01).

São muitos os projetos no turismo calçados na economia solidária, envolvendo as atividades de cooperação, distribuição, produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário.

Nas últimas décadas, as mudanças estruturais de ordem econômica e social, ocorridas no mundo, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho, surgindo em paralelo uma nova forma de gerar renda. Isso ocorre como resultado da precarização das relações formais de trabalho, levando os trabalhadores a ocuparem um novo comportamento trabalhista, voltando para o cooperativismo e associativismo.

É crescente o número de associações que se formam com a finalidade de prestação de serviços, resolução de problemas sociais, além de promover a potencialidade da comunidade e valorização de seus associados. Trazendo benefícios não apenas para os sócios, mas a comunidade em que está realizando suas atividades, refletindo na melhoria da qualidade de vida de todos os atores envolvidos.

Ninguém conhece melhor sua história, cultura, costumes, saberes e necessidades que o próprio morador, por isso, é imprescindível a participação do autóctone na construção, execução e avaliação das ações estratégicas de desenvolvimento de produtos e serviços que serão comercializados.

3 O TURISMO EM PIAÇABUÇU

Os primeiros registros sobre Piaçabuçu, município ao sul do Estado de Alagoas, datam entre 1660 e 1670, quando D. João III envia expedições para o reconhecimento e ocupação de novas terras. Neste período, em uma expedição conduzida por André Vieira Dantas, chegam às terras de Penedo, hoje pertencentes a Piaçabuçu. Desembarcaram no dia 10 de outubro, data em que se comemora o santo católico São Francisco de Borja, em sua homenagem construíram uma pequena capela com palhas. Assim, surgiu o povoado, que deu início a ocupação daquele território. (IBGE, 2014).

O município guarda resquícios de passagens históricas, como a viagem do Imperador Dom Pedro II em 1859 pelo Nordeste. Em outubro daquele ano, a esquadra ancorou em Piaçabuçu. No seu diário de viagem, que hoje se encontra no Museu Imperial de Petrópolis, sua majestade imperial, faz alusão a Piaçabuçu: *“Receberam-me com laços de cores diversas cores atados em varas e uma música de rebecas e outros instrumentos”*.

Naquele no mesmo ano havia sido criada freguesia de Piaçabuçu pela lei nº 354 de 11 de julho de 1859. Anos depois, o lugar foi elevado à categoria de Vila, sendo desmembrado do Município de Penedo, com a denominação de Piaçabuçu pela lei provincial nº 866, de 31-05-1882. (IBGE, 2014).

Segundo Torres (2011, p. 39), “na década de 1980 surgiram em Piaçabuçu os primeiros visitantes vindos de outros estados que procuravam conhecer a foz do Rio São Francisco”.

Dessa forma, na década de 1980, a comunidade que tinha como principais subsistências a pesca e agricultura, aos poucos, os nativos despertaram seu olhar para outra atividade. Conforme salienta Torres (2011, p. 40), “os visitantes convenceram os pescadores a deixar seus afazeres e levá-los a um passeio pelo rio. Assim, em modesta canoas de pescadores, seguiram rumo à foz os primeiros visitantes da cidade”.

Atualmente, a foz do rio São Francisco é destino turístico consolidado no Estado de Alagoas, muitas agências de turismo comercializam o produto sem restrição nenhuma quanto aos impactos ambientais negativos, uma vez que está inserida em uma Área de Proteção Ambiental (APA)³. Ainda assim, é possível perceber presença de visitantes praticamente o ano inteiro, sendo que, em alguns períodos ocorre de forma mais intensa, chegando a ultrapassar 500 visitantes ao dia, uma característica marcante do turismo de massa, este que vem sendo praticado no município.

O advento do turismo em Piaçabuçu despertou novos olhares para seu território, não apenas de visitantes, mas também de grandes empresários, que investiram na criação de empreendimentos turísticos, principalmente nas áreas próximas a margem do rio, transformando a paisagem, e, em algumas situações inibindo os autóctones a frequentar esses novos cenários.

Nas palavras de Ramos (2010, p. 30), “os grupos dominantes no turismo constroem e reconstroem a paisagem de acordo com os modelos vendáveis do contexto global e se apropriam dos meios de produção mantendo o controle”. Por outro lado, os nativos acabam sustentando uma luta de resistência para permanecerem nesses lugares, apesar do avanço da especulação imobiliária já ser considerado como uma ameaça à comunidade que reside nas proximidades desses

empreendimentos turísticos. Os poucos autóctones que conseguem trabalhar nesses estabelecimentos ocupam cargos apenas operacionais, com baixa remuneração e em alguns casos sem garantia a direitos trabalhistas.

Nessa conjuntura, os menos favorecidos criam alternativas de uso do espaço ou cedem às forças dos empresários. Em alguns casos deixam seu lugar por se sentirem deslocados e excluídos dos benefícios gerado pelo turismo no município, como se existissem cercas invisíveis que impedem o acesso aos espaços que antes era frequentado pela comunidade e agora foi transformado para uso apenas dos visitantes.

Vale salientar que, o turismo não apresenta apenas impactos negativos e pode ser um estímulo importante para a preservação da herança cultural de uma localidade. Entretanto, para isso acontecer à comunidade receptora precisa gozar do bônus gerado pela atividade. Para Torres (2011 p. 87), “o turismo contribuiu ao nativo uma percepção espacial sobre seu lugar, dando-lhes um sentimento de pertencimento e valorização”.

Nesse sentido, no caso de Piaçabuçu, é possível elencar entre os impactos positivos do turismo, essa percepção diferenciada do lugar por parte da população autóctone, e o conseqüente envolvimento com a atividade econômica, que culminou na formação da Associação dos Informantes de Turismo de Piaçabuçu (AITP).

O associativismo é uma forma de juntar interesses comuns dos indivíduos associados, defendendo os pontos de vista da expressão social, sendo considerado um fator indispensável para o desenvolvimento da sociedade. Atualmente ele tem se expandido cada vez mais em diversas áreas, gerando transformações no que refere ao comportamento social.

É praticado para obtenção de finalidades comuns, sendo visto como um agente transformador em realidades de comunidades menos favorecidas, pois a maioria das associações surge a partir da busca de resolução dos problemas sociais, com o intuito de promover e reforçar a democracia e a inclusão de cidadãos no desenvolvimento da sociedade.

4 ASSOCIATIVISMO EM TURISMO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE INFORMANTES DE TURISMO DE PIAÇABUÇU (AITP)

A Associação dos Informantes de Turismo de Piaçabuçu (AITP) é fruto de um projeto de cunho social direcionado para os jovens nativos de família baixa renda, que estivessem estudando. O projeto foi concebido, inicialmente pela Secretaria Municipal de Turismo, a secretária Sandra Torres Apratto, no período de 1998 e 1999, a partir da constatação do aumento na demanda de passeio à foz do rio São Francisco.

A secretária de turismo percebeu que podia inserir a comunidade local na atividade turística gerando renda para os nativos, contribuindo para o desenvolvimento do turismo na cidade. Para Sandra Apratto as metas foram atingidas de forma satisfatória, conforme salienta:

Ninguém sabe como me sinto realizada por essas pessoas, aquela semente que plantei há tanto tempo atrás, conseguiu dar bons frutos, e hoje anos depois, ter o reconhecimento deles pelo meu trabalho é algo de valor imensurável, é um pagamento para o resto de minha vida. São muitos exemplos de sucesso, de transformação e reconhecimento, tudo isso dinheiro nenhum paga, fico imensamente feliz. (SANDRA APRATTO, 2014).

Inicialmente era um grupo de guias mirins que ficaram sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo, mas, com o passar do tempo, essa parceria se desfez. O entrevistado Antônio Lino informante de turismo entre 2001 a 2006 relata: *“houve problemas de ordem política e perdemos a parceria, deixando de ocupar a Secretaria Municipal de Turismo. Então, passamos a ocupar os espaços públicos da cidade”*.

Em 2004 a prefeita Lúcia Marinho fez a doação de uma sede para o grupo a qual serviria também como ponto de Informação Turística da cidade. A legalização da AITP ocorreu em meados de 2005, sob o encorajamento dos membros diante desses conflitos vivenciados.

A associação desenvolve ações de educação patrimonial na comunidade, formação de cidadania, além da condução dos grupos de visitantes com destino a foz do rio São Francisco. Sua finalidade é orientar e conduzir o fluxo turístico no patrimônio histórico, cultural e ambiental de Piaçabuçu, de forma organizada, visando o fomento de trabalho para os jovens. Assim como a formação e conscientização de todos os atores envolvidos.

Quitéria Cardoso, informante de turismo no período de 1999 a 2004, ressalta:

Foram os melhores momentos que tive na vida, apesar dos problemas, era bom, só tinha brigas pela escala. No início éramos muito jovens, fomos crescendo e amadurecendo juntos. Quando voltávamos da foz almoçávamos juntos, compartilhávamos as experiências vividas nos passeios, aprendi muito naquele tempo. (QUITÉRIA CARDOSO, 2014).

Foi possível perceber unanimidade na opinião dos participantes, eles afirmam que a AITP é uma forma de adquirir conhecimento para o mercado de trabalho, melhorar a qualidade de vida, à medida que estão sujeitos a experiências diversas. Genisson Silva associado da AITP entre 1999 a 2004 afirma: *“depois da família, a escola foi a AITP, aqui aprendi muito, tanto para vida pessoal, quanto profissional. Foi a partir desse trabalho que tive a oportunidade de fazer um curso de enfermagem, devo muito a AITP”*.

A AITP possui uma rede de parceria com bares, restaurantes, meios de hospedagem, associação dos barqueiros, ONGs, agências de receptivo local, assim como também de Maceió, entre outras instituições. Atualmente a AITP possui um quadro de 17 associados efetivos, com faixa etária de 18 a 31 anos. Entretanto, mais de cinco dezenas de jovens já fizeram parte da referida associação.

O ingresso de novos sócios ocorre por meio de processo seletivo, realizado sempre que necessário, sendo total responsabilidade da AITP sua organização e execução. A seleção acontece via publicação de edital, sendo realizado em três etapas: uma prova escrita, uma prova de arguição e por último uma entrevista. Após o candidato ser aprovado no processo seletivo o tempo de atuação é indeterminado, em sua maioria, o desligamento somente ocorre em casos de obtenção de emprego com carteira assinada.

4.1 Seguindo o roteiro

A rotina dos informantes começa por volta de 08h, horário de chegada à sede da AITP, às 08h30 são identificados os sócios que irão descer a foz do rio São Francisco no dia, pois eles trabalham seguindo uma escala rotativa sujeita a alterações conforme o cumprimento das regras estabelecidas no Regimento Interno da associação. Realiza-se o contato com os restaurantes para averiguar o quantitativo de embarcações e passageiros de cada ponto de apoio, logo depois

começa o deslocamento para os respectivos pontos respeitando a sequência da escala.

Ao iniciar o passeio quem começa as apresentações são os guias de turismo⁴ que passam o microfone para os informantes realizarem a demonstração do uso de equipamento de segurança, apresentar tripulação, embarcação, produtos e serviços a bordo, informações históricas, geográficas, lendas, etc. Na foz é realizada uma pequena caminhada ecológica conduzida pelo informante, orientando os visitantes sobre normas de segurança e informes gerais sobre o local por meio de uma aula de educação ambiental.

Ao se expirar o tempo de permanência na área todos retorna para embarcação e ao final do passeio o guia de turismo faz uma espécie de caixinha para o informante local, esse passa com um chapéu recolhendo sua remuneração. O trabalho dos informantes é encerrado por volta de 15h30 após o retorno dos visitantes aos seus polos emissores.

Para um melhor entendimento sobre a forma de pagamento a sócia Juliana Barros informante de turismo desde 2006 ressalta:

Quando o guia de turismo faz a caixinha dizendo apenas que o informante local vai passar com um chapéu, e, o passageiro contribua se quiser, ou pode pagar com um sorriso, o turista vai entender que estou ali por qualquer coisa, e, que vou sair feliz. Quando não é bem assim, quero ser reconhecida pelo meu trabalho, remunerada por isso, sem ter de ser humilhada. Em algumas situações a vontade que tenho é dizer “essa foi a última vez que vim, venho mais nunca passar por isso”, mas infelizmente a realidade não é essa. (JULIANA BARROS, 2014).

Pôde-se perceber que significativa parcela dos guias de turismo não reconhece a importância do trabalho do informante local, embora esses informantes ocupem uma posição fundamental no destino turístico foz do São Francisco, pois são os conhecedores da história, lendas, cultura e peculiaridades locais, eles dão vida às histórias, fazem a interpretação patrimonial, encantando os visitantes, contribuindo para a promoção e divulgação da atividade turística no município.

Já no que tange ao planejamento, segundo os entrevistados, é feito através de reuniões mensais ordinárias ou extraordinárias, sendo que nos dois casos

⁴ Guia de Turismo- é o profissional responsável pela recepção, condução, orientação e assistência de pessoas ou grupos durante traslados, passeios, viagens em âmbito local, regional. Representa as operadoras e agências de turismo. Podendo ser em nível regional, nacional ou internacional. Os guias, aqui citados, trabalham para operadoras e agências de turismo em Maceió.

ocorrem mediante convocação prévia com pautas pré-definidas e solicitadas pelos sócios.

Existe uma mesa diretora nomenclatura utilizada pelos associados, sendo que no Estatuto Social da associação é denominado como Conselho Diretor, considerado como um órgão executivo da AITP composto por um presidente, um vice-presidente, um diretor administrativo financeiro, um diretor técnico e uma secretária, todos eleitos por maioria absoluta durante uma Assembleia Geral, uma vez eleito o mandato tem duração de dois anos, podendo ser reeleito para mandato subsequente.

Em relação ao processo de capacitação foi pontuado pelos entrevistados ser uma exigência da AITP, sendo realizada pela associação e dividido em três etapas. A primeira, um curso de nivelamento, a segunda, os estágios com os informantes, sendo que essa etapa é dividida em estágio de barcos menores e maiores, a terceira duas avaliações praticas. Somente após concluir os estágios é colocado para trabalhar, sendo submetido a duas avaliações praticas com um informante mais experiente avaliando, depois, se aprovado passa a exercer a função.

A associação exerce também projetos direcionados para a comunidade, sendo eles: “Defensores do Velho Chico” e “Semeadores do Futuro”. O primeiro tem como principal ação a coleta de lixo na área da foz, além de palestras de sensibilização para visitantes e a comunidade que desenvolve atividades na região da foz. O segundo envolve a visita dos informantes de turismo nas escolas do município para ofertar, de forma gratuita, palestras, oficinas, peças teatrais, etc., com temáticas diversas a fim de despertar nos alunos o sentimento de pertença ao lugar, levando conhecimento sobre a história e cultura local.

A entrevistada Maria de Lurdes Dantas, informante de turismo no período de 2001 a 2008, menciona: *“realizávamos palestras gratuitas nas escolas do município, também apresentávamos a AITP e sua importância para cidade”*. É possível notar que essas ações além de contribuir para a formação da cidadania na cidade, também tornavam públicas as funções e a importância da AITP para o município, estreitando os laços entre comunidade e associação.

No que refere a convivência entre os associados, à maioria dos entrevistados considerou como tranquila, apesar dos conflitos internos existentes. A sócia Cinhtia Costa, efetiva desde 1999, salienta:

Sempre tem alguém querendo dar uma rasteira no outro, sempre houve competição entre os sócios, havia brigas, discursões, mas antes havia muitas viagens e encontros entre os sócios fora do trabalho. Isso ajudava a melhorar a convivência, é um grupo muito bom, que trabalha com determinação, segurança e seriedade, apesar das brigas. (CINHTIA COSTA, 2014).

Com a legalização e criação do Regimento Interno, isso facilitou a organização da associação e convivência entre sócios.

4.2 Identidade e reconhecimento da AITP

A atividade turística em Piaçabuçu apesar do tempo que já é praticada ainda ocorre de forma desordenada, visto que o principal ponto de visitação está inserido dentro da APA Federal de Piaçabuçu-AL e, ainda assim, é visível o descaso quanto preocupação com a capacidade de carga, tempo de permanência, preservação ambiental, serviços ofertados, além da existência de fluxo de veículos no local. Tornando-se evidente a inexistência de uma fiscalização. Desta forma, os informantes acabam assumindo a responsabilidade de tentar organizar a atividade turística na área da foz do rio São Francisco, assumindo o papel da gestão pública, algumas vezes sofrendo até ameaças por tentar inibir serviços ilegais que lá são ofertados.

No que refere à contribuição na renda local, o informante é quem faz as propagandas dos produtos comercializados durante o passeio, induzindo os visitantes a realizarem compras, beneficiando a distribuição de renda, visto que existe uma parcela significativa da comunidade inserida em tal atividade.

Outras vertentes também foram apresentadas pelos entrevistados como a questão do retorno financeiro, além do aprendizado adquirido com a função de informante. Isso se torna mais evidente na fala do presidente Jackson Gonçalves informante de turismo desde 2010 destaca: *“a AITP é responsável por 70% do meu crescimento profissional e pessoal [...] recebi informações sobre muita coisa, coisas importantes para vida, graças ao treinamento que tive aqui dentro, graças ao meu trabalho como informante”*.

Adorno (1995, p. 151), chama a atenção que “a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação”. É justamente nesse sentido, que as experiências vividas devem servir de base para direcionar as escolhas que devemos seguir.

Quando a questão é a representação da AITP para os sócios. A entrevistada Jacilene Barbosa efetiva na associação desde 2008 ressalta:

É uma oportunidade de progredir na vida, porque tenho um retorno financeiro, minha alegria foi quando pude com meu dinheiro pagar a fatura de energia da casa de meus pais. Então, apesar de tudo, sou muito feliz por ser informante, aqui tenho muitos ensinamentos, é uma grande oportunidade de crescimento pessoal e profissional. (JACILENE BARBOSA, 2014).

Então, tomando como ponto de partida a AITP, essa é uma forma de preparar os jovens para o mercado de trabalho, trazendo melhorias a sua qualidade de vida, em razão de que Piaçabuçu oferece poucas oportunidades de trabalho aos nativos. A realização do trabalho de informante de turismo serve como auxílio na renda familiar ou em muitos casos representa a única renda para o sustento de famílias.

Desenvolver a cidadania e o reconhecimento da história e identidade local faz parte dos princípios da AITP. Porém, a referida associação enfrenta uma série de entraves que causa o desinteresse em alguns de seus membros. Existem diversas justificativas, entre elas destaca-se a falta de reconhecimento do trabalho deles por parte da gestão pública e privada.

Os informantes passam por situações de constrangimento, algumas vezes sofrendo até ameaças e assédio moral por parte dos atores que ocupam cargos superiores. O associado Jadson Araújo efetivo na AITP desde 1999 afirma: *“falta reconhecimento e apoio da prefeitura com meu trabalho, falta estrutura física. Entretanto, sobram embarcações sem microfone, humilhações por parte de alguns guias de turismo, e o pior, AITP sem força para lutar contra tudo isso”*.

Além desses empecilhos, existem também muitas pressões oriundas tanto da AITP, quanto das agências e guias de turismo para a realização de um excelente trabalho por parte dos informantes locais, mesmo sem vínculos empregatícios, contratos ou quaisquer outros documentos que estabeleça uma relação de prestação de serviço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da sociedade civil no processo de planejamento e desenvolvimento turístico, direcionado ao consumo equilibrado dos recursos da atividade permeiam as bases da sustentabilidade. É Nesse aspecto que a AITP promove ações de educação patrimonial, se colocando como ferramenta de sensibilização e conscientização, tomando como base as experiências vivenciadas, proporcionando a instrução sociocultural, de modo que há o compromisso dos informantes para a valorização do patrimônio, consolidando o sentimento de pertença ao lugar em que vivem, promovendo o fomento de trabalho aos jovens por meio da inserção na atividade turística, gerando uma fonte de renda, proporcionando uma melhor qualidade de vida.

Por meio das entrevistas, foi possível identificar falhas no projeto, pois as condições de trabalho dos informantes são precárias, não há interação com o poder público e o empresariado desvaloriza na medida em que não oferece uma remuneração justa e transforma a atividade em uma espécie de “trabalho informal” acessório ao trabalho do guia de turismo.

Entretanto, vale ressaltar, que, o desenvolvimento das atividades, a partir das teorias estudadas e aqui descritas, observam-se resultados satisfatórios quanto à importância do trabalho da AITP, para o desenvolvimento do turismo em Piaçabuçu, em razão de ser responsável pela promoção e divulgação, a interpretação patrimonial, cuidado e respeito ao ambiente, a imagem positiva que os visitantes criam e disseminam do passeio foz do rio São Francisco e principalmente no que refere ao efetivo envolvimento da população local com o turismo, o planejamento e a gestão da atividade.

A proposta do turismo em Piaçabuçu desenvolvida pela AITP está atrelada a um processo que possibilita os visitantes participarem de um aprendizado dinâmico, com intuito de despertar outro olhar sobre o ambiente que estão visitando, um olhar piaçabuçuense e ribeiro, em razão de que esses informantes são educadores, contadores de histórias, personagens, dançarinos, atores não limitados apenas aos visitantes, mas empenhados também no desenvolvimento do turismo para a comunidade, pela via da educação.

REFERENCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARBOSA; CORIOLANO, Luciana Maciel; Luzia Neide. **Turismo e Economia Solidária: experiências comunitárias para o desenvolvimento na escala humana no Estado do Ceará, Brasil**. Encontro Geógrafos da América-Latina 2013.

BRAGA, Tania Moreira. **Desenvolvimento Local Endógeno entre a Competitividade e a Cidadania**. R. B. Estudos URB Anos e regionais / Maio 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa/ 4. Ed.** - São Paulo :Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa Populacional 2014**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=270680&idtema=130&search=alagoas%7Cpiacabucu%7Cestimativa-da-populacao-2014->> Acesso em: 16 de set 2015.

MEDEIROS, Viviane Costa Fonseca de Almeida. **Turismo e Economia Solidária: uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do Roteiro Seridó norte-rio-grandense**. Tese (Mestrado em Turismo) Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ciências Sociais Aplicadas Programa de Pós-Graduação em Turismo. NATAL-RN 2011.

OLIVEIRA, Luana de Sousa. **A interpretação de patrimônio como proposta para melhorar a experiência turística: o caso da festividade de são Benedito em Bragança-PA**. 2012.

RAMOS, Silvana Pirillo. CERDAN, Luís Mundet. **Turismo, políticas públicas e desenvolvimento humano**. Porto Alegre, RS 2010.

TORRES, Ionara Costa. **Ficou mais bonito? Antes e depois do turismo em Piaçabuçu-AL**. Monografia (Curso Bacharel em Turismo) Universidade Federal de Alagoas 2011.

ATIVIDADES DO ECOTURISMO QUE PODERIAM SER IMPLANTADAS NA ZONA DE TURISMO ECOLÓGICO DA APA DE PIAÇABUÇU EM ALAGOAS

Fábio Zacarias Santos¹
Carla Pereira de Abreu²

RESUMO

Este artigo tem o principal intuito identificar quais atividades podem ser desenvolvidas na Zona de Turismo Ecológico da APA de Piaçabuçu e levantar quais atividades do ecoturismo poderiam ser implantadas na mesma de acordo com seus atrativos naturais e a norma do Plano de Manejo da APA. Desta forma, busca-se contribuir na preservação do espaço natural e social da APA de Piaçabuçu e na diminuição dos impactos já causados. O presente artigo tem como base de desenvolvimento o ecoturismo e suas atividades. O ecoturismo teve origem no século XVIII e é uma atividade que preocupa-se com as questões ambientais que começaram a se intensificar nas décadas de 1960 e 1980. Para se alcançar os objetivos, fora utilizado a pesquisa qualitativa, visando captar as diversas formas de compreensão do processo; Por fim, este artigo foi produto de uma pesquisa bibliográfica sobre ecoturismo, turismo sustentável e área de proteção ambiental (APA). Também foi utilizada a pesquisa de campo de base exploratória para melhor identificação de atividades com possibilidades de serem implantadas de acordo com o plano de manejo desenvolvido para a APA de Piaçabuçu.

Palavras-chave: Ecoturismo; APA de Piaçabuçu; Atividades.

ECOTOURISM ACTIVITIES THAT COULD BE IMPLEMENTED IN THE ECO-PIAÇABUÇU OF APA TOURISM AREA IN ALAGOAS.

ABSTRACT

This article has the main purpose to identify which activities can be developed in the Ecological Tourism Zone EPA Piaçabuçu and point out which ecotourism activities could be implemented according to its natural attractions and the regulation of EPA Management Plan. In this way, we seek to contribute to the preservation of the natural and social space EPA Piaçabuçu and mitigation of impacts already caused. This article is based on ecotourism and its activities. Ecotourism originated in the eighteenth century and is an activity that is concerned with the environmental issues that began to intensify in the 1960s and 1980s. To achieve the objectives, the qualitative research had been used in order to capture the different ways of understanding of the process; finally, this article was the product of a literature search on ecotourism, sustainable tourism and environmental protection area (EPA). Also was used the exploratory basis of field research to better identify activities with the potential to be implemented according to the plan management developed for the EPA Piaçabuçu.

Keywords: Ecotourism. EPA Piaçabuçu. Activities.

JEL: Z32

¹ Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas.

² Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

A APA³ de Piaçabuçu recebe este nome por estar localizada no município de Piaçabuçu, no estado de Alagoas. Esta região é cortada pelo Rio São Francisco, e é onde se encontra sua foz. Durante anos a atividade turística tem ocorrido no local sem o devido controle ou fiscalização.

Tendo em vista a importância da preservação ambiental, este projeto procurou identificar quais atividades do ecoturismo poderiam ser implantadas na Zona de Turismo Ecológico da APA de Piaçabuçu, levando em consideração seus atrativos naturais e a legislação descrita em seu plano de manejo. O ecoturismo consiste em atividades desenvolvidas em ambientes naturais, intactos ou com pouca intervenção humana. Em atividades do ecoturismo, o homem procura conhecer o meio ambiente em sua forma de vida original, respeitando-o e procurando conservá-lo e todas as suas biodiversidades. Inicialmente foi feita a identificação das atividades do ecoturismo, observando os atrativos naturais da região que pudessem ser utilizados para a implantação de novas atividades do ecoturismo na área, identificando o interesse dos turistas por atividades relacionadas ao ecoturismo na localidade.

O seguinte trabalho está organizado em tópicos sendo o primeiro uma breve contextualização histórica do assunto “turismo sustentável”. A seguir, explicita-se a diferença entre ecoturismo e turismo sustentável e inicia-se a discussão bibliográfica sobre o ecoturismo e suas definições. Em seguida, há uma contextualização sobre a APA de Piaçabuçu e o que é permitido ou não segundo seu plano de manejo. Por fim, segue como foi feita a pesquisa, seu resultado e a conclusão a que o trabalho chegou.

2 ECOTURISMO NA HISTÓRIA

Originada no século XVIII, a Revolução Industrial foi um grande marco histórico que caracteriza a evolução do homem. Entretanto, foi também o início da degradação ambiental. Com a evolução de máquinas e um aumento exorbitante da produção, cresceram também os detritos, a extração em larga escala de recursos naturais e nenhum cuidado com o meio ambiente.

³ Área de Proteção Ambiental

A preocupação com as questões ambientais apenas começaram a surgir a partir da década de 1960, se intensificando na década de 1970; quando a importância da atenção a questões relacionadas ao meio ambiente difundiu-se e entrou em voga ao redor do mundo. Nesta década, começaram as discussões sobre o assunto em diversos setores como o econômico, o político e o social. Foi, então, que o setor de turismo começou a se interessar pelo assunto.

Em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a primeira conferência mundial (CANDIOTTO, [2013]) para tratar sobre o homem e o meio ambiente, a qual se caracterizou como um marco para história ambiental.

O ecoturismo foi difundido em 1980 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007), como uma alternativa ao turismo já existente (turismo de massa). Pelo fato de o espaço turístico habitual ter tido sua infraestrutura natural saturada, a ponto de degradar o meio ambiente em um curto espaço de tempo, os turistas buscaram uma nova forma de turismo, um turismo alternativo denominado ecoturismo.

No final das duas décadas do século XX, o Ecoturismo foi visto como um seguimento de mercado que poderia possibilitar benefícios positivos na busca do equilíbrio natural e social. A partir da conferência mundial das Nações Unidas sobre o meio ambiente, na cidade do Rio de Janeiro em 1992, esses benefícios foram motivados pelo conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, iniciando o interesse por este segmento no Brasil.

3 ECOTURISMO VERSUS TURISMO SUSTENTÁVEL

O conceito de sustentabilidade é muito utilizado nas discussões que perpassam o turismo nos dias de hoje. Porém há diferença entre Turismo Sustentável e Ecoturismo.

Para melhor entendimento, observamos o termo “sustentabilidade”. No inglês *sustainability*, é a composição por justaposição das palavras *sustain* (sustentar) + *ability* (habilidade), sendo assim a habilidade de sustentar. Na Ciência Ambiental significa “a qualidade de não ser prejudicial ao meio ambiente ou esgotar os recursos naturais, e apoiando, assim, o equilíbrio ecológico em longo prazo”⁴.

Para que possa haver um Turismo Sustentável, o turismo deve ser “ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como

⁴ Traduzido pelo autor. Mais no site: <http://dictionary.reference.com/browse/sustainability?s=t>

ética e socialmente eqüitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas”⁵.

Silveira (2001, apud CANDIOTTO [2013] p.51) acredita que “o turismo sustentável é aquele que deve atender as necessidades dos turistas e das populações locais no presente, sem por em risco a capacidade das gerações futuras de atender as suas necessidades. Ele deve ter como principais objetivos a sustentabilidade ecológica, a equidade social e a eficácia econômica”.

O Turismo Sustentável é um princípio que se busca em todas as áreas do turismo, e nelas pode ser aplicado. Enquanto o Ecoturismo é um segmento que tem como base a aplicação dos princípios de Turismo Sustentável (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010), ambos visando à sustentabilidade no meio em que atua o turismo.

3.1 Entendendo o ecoturismo

A definição de ecoturismo vem sido discutida por diversos estudiosos da área. Em uma visão simplista que observa a motivação do turista, Swarbrooke (2000, p.55), acredita que “‘ecoturismo’ significa simplesmente que a principal motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população local”.

Wight (1993 *apud* SWARBROOKE 2000) caracteriza nove princípios que fundamentam o ecoturismo sustentável. São eles: 1) o desenvolvimento de maneira completamente ambiental, sem degradar os recursos; 2) propiciar experiências esclarecedoras e participativas; 3) abranger educação entre todas as partes (comunidade, governo, organizações, indústria e turista) antes, durante e depois da viagem; 4) fomentar uma valorização inerente, por parte de todos os envolvidos, dos recursos naturais e culturais; 5) incitar a aceitação da limitação dos recursos e pressupor uma administração voltada para o abastecimento; 6) promover compreensão, participação e parcerias entre os envolvidos, antes e durante as operações; 7) incentivar responsabilidades juntamente com um comportamento ético e moral em relação aos ambientes cultural e natural, por parte de todos; 8) resultar, a longo prazo, benefícios – social ou econômico – para os recursos culturais e naturais, para a comunidade e para as indústrias da localidade; 9) assegurar que

⁵ Conceito de Turismo Sustentável da Organização Mundial do Turismo - OMT, 1995.

haja a aplicabilidade, em todas as áreas de operação do ecoturismo, da ética inerente às práticas ambientais responsáveis.

Já em uma visão mercadológica, identificando o ecoturismo como segmento de mercado, ou seja, um tipo de turismo a ser vendido, o Ministério do Turismo (2010, p.17) tem como definição que

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

O ecoturismo como segmento de mercado engloba não só as atividades exercidas pelo turista dentro da perspectiva do ecoturismo, mas também de toda uma rede turística que visa trabalhar nesta mesma perspectiva: a de sustentabilidade. Portanto, os serviços da rede hoteleira, guiamento, entretenimento, alimentação, transporte, dentre outros, também tem seu funcionamento ligado diretamente a essa perspectiva ambiental; buscando métodos, técnicas e materiais ecologicamente aplicáveis.

O Ministério do Turismo (2010) caracteriza as atividades do segmento ecoturismo tais quais: 1) observação de fauna (aves, mamíferos, cetáceos, insetos, répteis e anfíbios e peixes); 2) observação de flora; 3) observação de formações geológicas; 4) espeleoturismo⁶; 5) observação astronômica; 6) mergulho livre; 7) caminhadas; 8) trilhas interpretativas; e 9) safáris fotográficos.

Outros autores identificam ainda algumas outras atividades que, sendo feitas de forma ecológica e segundo seus princípios, se adequam ao ecoturismo como: cavalgada, surf, boia-cross, *kayaking*, dentre outras. O que realmente importa para esses autores é que as atividades sejam feitas ecologicamente visando à sustentabilidade. Por isso, acredita-se que as atividades do turismo de aventura se caracterizam também ecoturismo, se forem praticadas de acordo com a filosofia do ecoturismo.

⁶ Visita a cavernas.

4 APA DE PIAÇABUÇU

A Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu é uma Unidade de Conservação localizada no município de Piaçabuçu, no estado de Alagoas. A APA foi criada pelo Decreto n.º 88.421, de 21 de junho de 1983 e possui uma superfície de 8.751,9752 ha.

Seu bioma é marinho e costeiro e dentre seus ecossistemas encontram-se restingas, dunas e mangues.⁷ O gerenciamento desta é feito pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2010).

Pelo fato de o Rio São Francisco ser o maior rio em extensão do Brasil com 2.700km segundo a ANA – Agência Nacional de Águas⁸ –, recebe grande fluxo de turistas de todo o mundo. Para a região,

Uma atividade ocorrente, com grande potencial de contribuição para a conservação da APA é o turismo, que é freqüente e contínuo, em especial, na região da foz do Rio São Francisco, com o cunho ambiental e paisagístico. No entanto, a atividade, ainda carente de normatização e regulamentação, tem características de turismo desordenado, promovendo degradação ambiental e gerando conflitos pela ocupação do espaço e seus usos. (ICMBio, 2010, p. xv)

Há de se observar que

[...] as APA são constituídas por mosaicos de terras públicas e privadas, onde podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização das terras, respeitando os limites legais. As condições de pesquisa e visitação pública, por exemplo, são atividades que dependem de total anuência do proprietário, quando se tratar de terras particulares, e da anuência do órgão gestor da APA, quando em terras públicas. A legislação ambiental vigente deverá ser sempre observada, para todos os casos, independente do tipo de propriedade. (ICMBio, 2010, p.1-17)

Portanto, fica clara a importância da revisão do Plano de Manejo da APA de Piaçabuçu para que as atividades possivelmente implantadas estejam de acordo com as legislações.

No Plano de Manejo da APA de Piaçabuçu (2010) encontram-se os objetivos específicos de Manejo da Unidade de Conservação. Dentre eles, temos cinco fundamentos que sustentam a implantação de atividades do ecoturismo de modo a contribuir para a área. São eles: “Contribuir para o conhecimento do uso dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável da região; proporcionar a

⁷ Informações do Plano de Manejo da APA de Piaçabuçu.

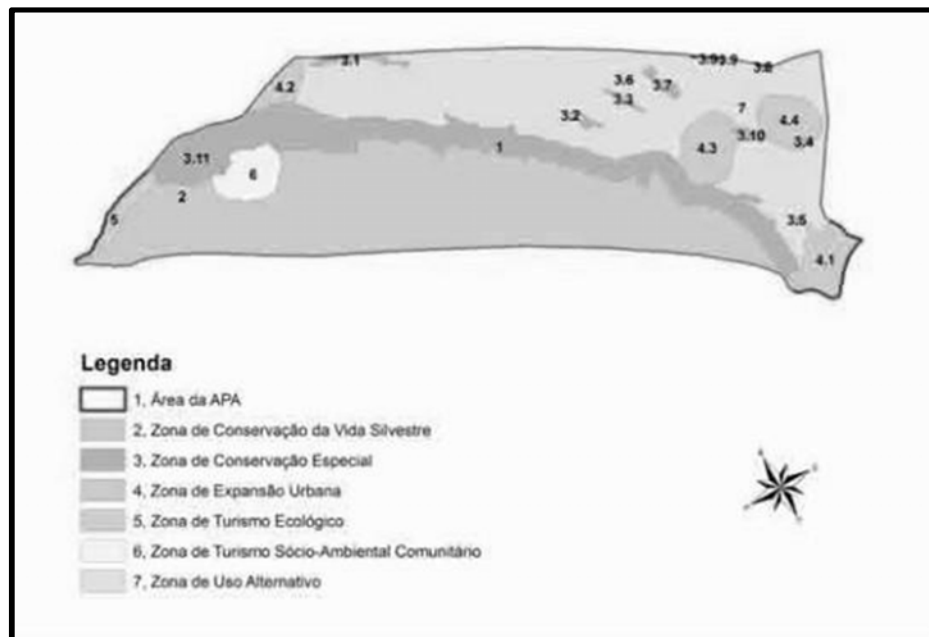
⁸ Mais informações em <http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/SaoFrancisco.aspx>

implantação de manejo sustentável dos recursos naturais da área do entorno; [...]; incentivar a implantação de programa de educação ambiental formal e informal; apoiar a implantação de programas de geração de renda, especialmente nas áreas do turismo e eco-turismo e tecnologias sustentáveis [...]; valorizar o conhecimento das comunidades locais, difundindo-o em ações de educação e sensibilização ambiental.”. Observando esses termos, pode-se perceber que os princípios que o ecoturismo segue se encaixam nos objetivos de manejo da região indicada.

4.1. Partilha em Zonas

O Plano de Manejo divide a APA em zonas, nas quais são aplicadas diferentes regras. São elas: Zona de Conservação de Vida Silvestre, Zona de Conservação Especial, Zona de Expansão Urbana, Zona de Turismo Ecológico, Zona de Turismo Sócio-Ambiental Comunitário e Zona de Uso Alternativo – como podemos observar na figura a baixo.

Figura 1 - Representação das zonas e seus segmentos na APA de Piaçabuçu

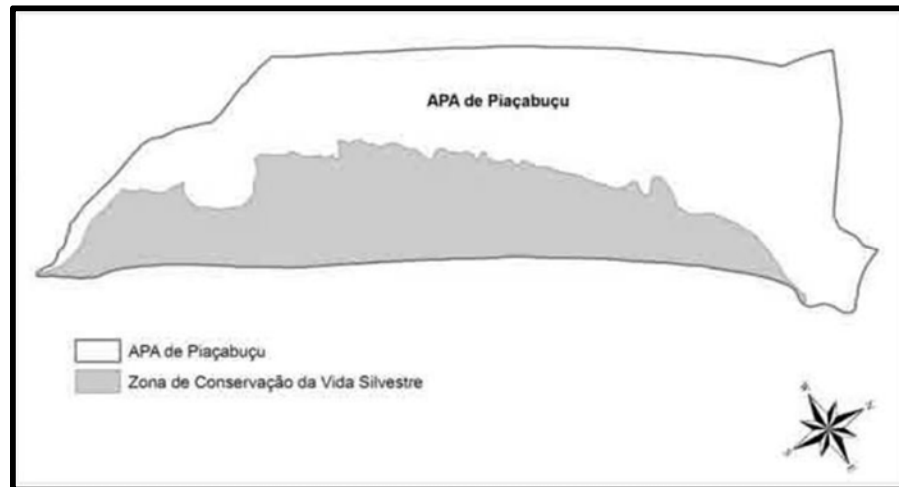


Fonte: ICMBIO (2010)

Aparecem duas áreas caracterizadas “Zona de Turismo Ecológico” (com 1% da área destinada) e “Zona de Turismo Sócio-Ambiental Comunitário” (com 2% da área destinada), às quais é claramente permitido certo tipo de turismo. Entretanto, as outras áreas também os permitem, sendo que em cada uma delas são

concedidas atividades distintas, de acordo com a zona; como determinam as Normas Gerais.

Figura 2 – Localização da Zona de Conservação da Vida Silvestre da APA de Piaçabuçu



Fonte: ICMBIO (2010)

Na Zona de Conservação da Vida Silvestre, fica proibido:

Criação de animais; Instalação de empreendimentos hoteleiros; Exploração mineral; Construções ou edificações de qualquer natureza; Atividades noturnas em que, necessariamente, são utilizados focos de luzes, lampião, holofotes, fogueiras, faróis, fogo ou qualquer outro tipo de iluminação de longo alcance; Gincana de pesca; e Pesca esportiva. (ICMBio, 2010, p. 3-24)

Ficam sendo de uso restrito as seguintes atividades: “Trânsito de veículos motorizados somente para aqueles credenciados ou com autorização, acompanhados de guias locais; e Pesca desembarcada de arremesso (arrasto, por exemplo), apenas para nativos, para subsistência”. (ICMBio, 2010, p. 3-24)

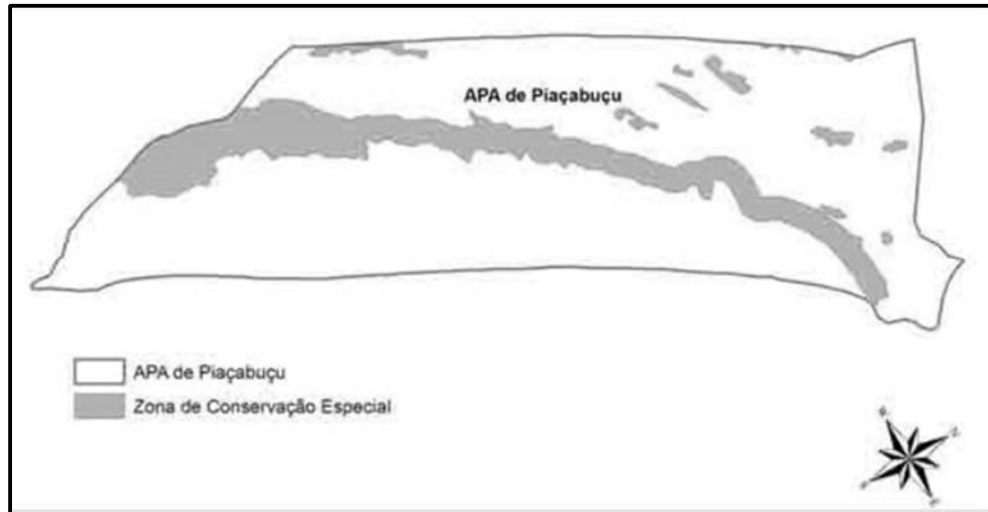
E é permitido:

Trânsito de veículos motorizados de pessoas da comunidade; O lançamento de rede à deriva com malha de acordo com a legislação SEAP/Ibama; Pesca de linha para subsistência, desde que devidamente autorizado (com carterinha); Educação ambiental; Pesquisa; Caminhadas; Banho; Surf, caiaque, etc; Trilhas interpretativas; e Veículos motorizados para pesquisa, e fiscalização e atividades licenciadas. (ICMBio, 2010, p. 3-24)

Na Zona de Conservação Especial fica proibido:

Implementação de novas culturas; Extração de madeira ou produção de carvão; Desmatamento; Turismo de massa; Empreendimentos hoteleiros; Exploração mineral; Coleta de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas extinção; Construções ou ampliações; e Novas edificações. (ICMBio, 2010, p. 3-26)

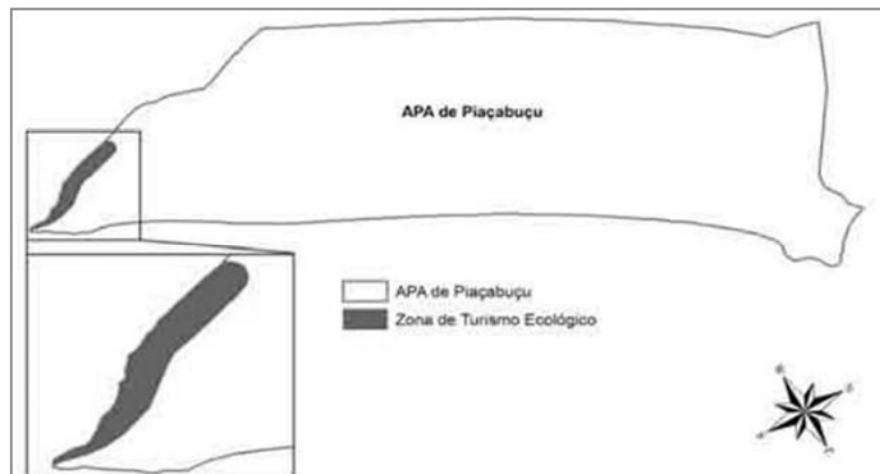
Figura 3 – Localização da Zona de Conservação Especial da APA de Piaçabuçu



Fonte: ICMBIO (2010)

E fica permitido: “Pesca de subsistência; Agricultura e pecuária de subsistência e pequeno comércio; Trilhas Interpretativas; Educação Ambiental; Extração de frutas nativas; Pesquisas; e Manutenção das monoculturas já existentes”. (ICMBio, 2010, p. 3-26)

Figura 4 – Localização da Zona de Turismo Ecológico da APA de Piaçabuçu



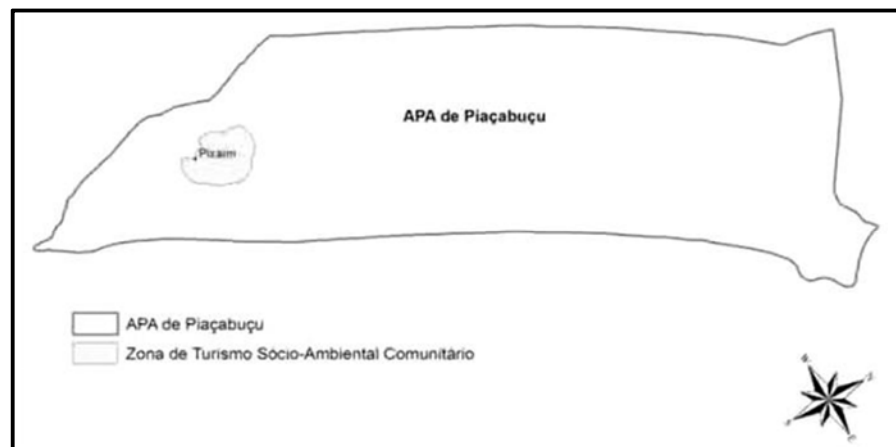
Fonte: ICMBIO (2010)

Na Zona de Turismo Ecológico fica proibido:

Construções; Turismo de massa; Veículos motorizados; Atividades noturnas; Acampamentos, tendas ou estruturas similares; Som (buzinas, barulhos ou ruídos); Fogueiras, lampião, churrasqueiras, ou similares; Surfe em dunas; Animais domésticos (cavalo, cães, entre outros); e Toda e qualquer pesca, mesmo com vara ou com qualquer tipo rede, tarrafas, no estuário e na lagoa marginal. (ICMBio, 2010, p. 3-29)

Ficam sendo de uso restrito as seguintes atividades: “Turismo controlado; e Instalações móveis para comércio. (...) Fica permitido: Contemplação; Caminhadas; Educação ambiental; e Banho”. (ICMBio, 2010, p. 3-29)

Figura 5 - Localização da Zona de Turismo Socioambiental Comunitário da APA de Piaçabuçu



Fonte: ICMBIO (2010)

Na Zona de Turismo Socioambiental Comunitário, fica proibido: “Veículos motorizados; Empreendimentos hoteleiros; Captura de animais silvestres; Turismo de massa; Loteamentos; Venda das terras; Criação de gado bovino”. (ICMBio, 2010, p. 3-32)

Ficam sendo de uso restrito as seguintes atividades:

Veículos motorizados para fins de pesquisa; Construções para atendimento ao turista; Construção para produção; Camping; Pesca é permitida apenas para a comunidade Pixaim; Coletas de frutas silvestres, apenas para a comunidade Pixaim; Captura de crustáceos e peixes, apenas para a comunidade Pixaim; Reformas das instalações existentes para os nativos, nos mesmos padrões já existentes, sem uso de material de alvenaria; e Pecuária (caprino e ovino) e agricultura de subsistência. (ICMBio, 2010, p. 3-32)

São permitidos: “Trilhas Interpretativas; Educação ambiental; Turismo apenas de base comunitária; Pesquisas; Contemplação de aves; Poço de água potável (cacimbas); e Instalação de módulos sanitários de forma adequada para o local”. (ICMBio, 2010, p. 3-32)

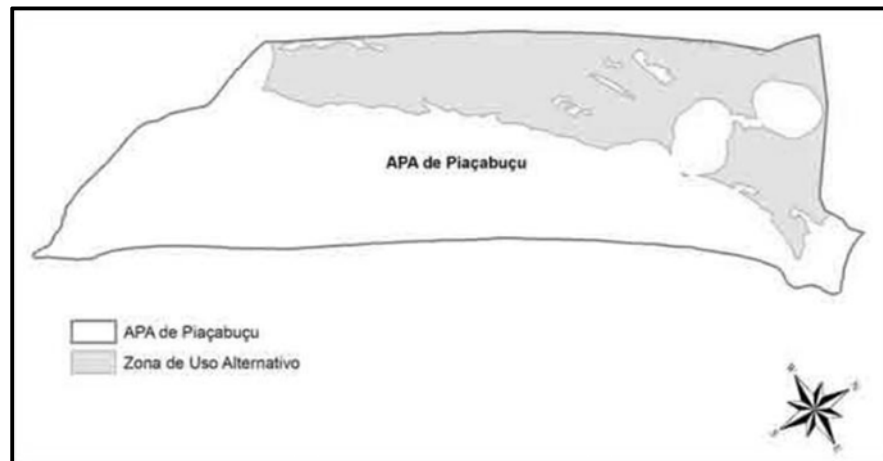
Na Zona de Uso Alternativo, fica proibido:

Desmatamento; Parcelamento do solo; Retirada de vegetação nativa para ampliação da monocultura do coco; Caça; Pescarias com rede de arrastão ou tarrafas nas lagoas ou alagados interiores; Carcinocultura; e Aquicultura com espécies exóticas (Bagre africano, tilápia, entre outros). (ICMBio, 2010, p. 3-35)

Ficam sendo de uso restrito as seguintes atividades: “Aquicultura, com espécies nativas; Coleta de lenha seca somente para uso doméstico; e Retirada de areia, desde que autorizado pela APA”. (ICMBio, 2010, p. 3-35)

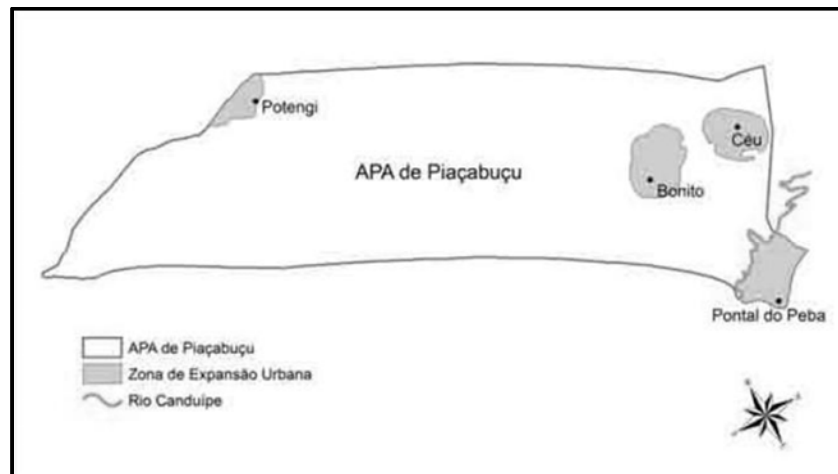
Fica permitido: “Ecoturismo; Pecuária; Agricultura; Apicultura; e Monocultura”. (ICMBio, 2010, p. 3-35)

Figura 6 – Localização da Zona de Uso Alternativo da APA de Piaçabuçu.



Fonte: ICMBIO (2010)

Figura 7 – Localização da Zona de Expansão Urbana da APA de Piaçabuçu



Fonte: ICMBIO (2010)

Na Zona de Expansão Urbana ficam definidas as seguintes normas:

- 1) Serão admitidas construções e edificações nesta zona. – As construções e edificações devem ter até no máximo dois pavimentos; Só poderão ser erguidas novas construções e edificações em locais com previsão de infraestrutura pública básica (pavimentação, saneamento, iluminação pública, entre outros) –;
- 2) Não será permitida a instalação de empreendimentos de grande porte, tais como: hotéis e pousadas com mais de 30 leitos;
- 3) A instalação de empreendimentos ou realização de atividades potencialmente poluidores demandam licenciamento ambiental, a ser realizado pelos órgãos ambientais do estado - A emissão de licença ambiental para esses empreendimentos e/ou atividades deverá contar com anuência da gerência da APA –;
- 4) A criação de animais como ovelhas, porcos e gado só será permitida desde os animais fiquem permanentemente confinados. ; e
- 5) Será admitido o uso de tapagens com arte e pesca. – As tapagens não poderão promover obstrução total da área. (ICMBio, 2010, p. 3-38)

Portanto, cada Zona deverá receber uma atenção diferenciada no modo de se trabalhar o turismo. As atividades do ecoturismo possivelmente implantadas deverão seguir as normas determinadas no Plano de Manejo, simultaneamente aproveitando as diversas características das diferentes regiões.

5 METODOLOGIA

Inicialmente foi feito um estudo dos conceitos já publicados sobre o ecoturismo e turismo sustentável, além de um estudo aprofundado do plano de manejo da APA de Piaçabuçu.

Posteriormente, foi feita uma pesquisa de campo objetivando ter maior contato com a temática estudada, possibilitando a interação entre as partes

envolvidas. Diante da especificidade do tema, por terem sido encontradas poucas referências sobre trabalhos desenvolvidos na APA, foi utilizada a investigação exploratória. A pesquisa exploratória objetiva segundo Lakatos e Marconi (2010), o desenvolvimento de hipóteses e uma aproximação do pesquisador com o fenômeno e ambiente estudado para o desenvolvimento de uma pesquisa mais precisa no futuro.

As técnicas de procedimento utilizadas para a coleta de dados foram a observação, que objetivou identificar características da região da APA e conhecer melhor seus atrativos naturais; e entrevista, realizada com alguns turistas em visita à Zona de Turismo Ecológico (Foz do Rio São Francisco), por não se tratar de uma amostra probabilística. A entrevista realizada com os turistas buscou as seguintes informações: o conhecimento destes sobre o fato da área visitada ser uma área de proteção ambiental; o conhecimento dos mesmos sobre ecoturismo; a busca do turismo sustentável em suas viagens; o interesse sobre a implantação de atividades do ecoturismo na localidade. Nesta etapa da pesquisa foram feitos, ainda, registros por fotografias e anotações de fenômenos relevantes para o desenvolver do trabalho.

A abordagem utilizada foi a qualitativa, visto que permite de forma mais completa captar as características do objeto da pesquisa, pois este não pode ser traduzido em números ou indicadores quantitativos. De acordo com Gonzáles Rey (2005) a pesquisa qualitativa não é definida pelo tipo de dados que são coletados, mas pelo processo de construção do conhecimento a respeito desses dados, pela interpretação que se terá das informações coletadas do objeto a ser pesquisado.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A pesquisa foi delimitada na Zona de Turismo Ecológico pelo fato de ser uma área onde já ocorre intensa atividade turística e por ser encontrada certa estrutura de comércio voltada exclusivamente para o turismo. Além do que, o Plano de Manejo da APA tem como objetivo para esta zona “garantir o desenvolvimento do turismo com base ecológica e contemplativa, protegendo os atributos naturais, com baixo impacto antrópico e oferecendo acesso ao público com facilidade e para fins educativos” (ICMBio, 2010, p. 3-28); o que vai ao encontro com o objetivo desta pesquisa, que é observar atividades do ecoturismo a serem possivelmente

implantadas na região. – visando um desenvolvimento sustentável.

A Zona de Turismo Ecológico caracteriza-se em uma “faixa de um banco de areia, com morfologia dinâmica, em constante alteração pela foz do Rio São Francisco. Possui ainda, uma lagoa e é desprovida de vegetação” (ICMBio, 2010, p. 3-28).

Figura 8 – Vista aérea Zona de Turismo Ecológico



Fonte: Google Maps

A figura acima demonstra a Foz do Rio São Francisco, onde se encontra a Zona de Turismo Ecológica que parte da divisão entre a vegetação e a área de dunas, beirando o rio; e vai até o encontro do rio com o mar. Extensão esta onde é explorado o turismo.

A área frequentada pela maioria dos turistas é próxima à lagoa. Neste local, há presença de comerciantes locais, os quais montam e desmontam sua estrutura de comércio todos os dias, de acordo com as normas do Plano de Manejo.

Figura 9 – Principal parada turística próxima à lagoa da Zona de Turismo Ecológico



Fonte: Elaboração própria

A imagem acima mostra o principal ponto de parada de embarcações de grande e pequeno porte para desembarque de turistas na APA, onde moradores da localidade realizam pequenas atividades comerciais de alimentos e artesanatos. Esse ponto localiza-se na Zona de Turismo Ecológico próximo a lagoa.

De acordo com as características naturais observadas na área, como variedade de fauna e flora, ambiente aquático e paisagem atrativa, pôde-se constatar que a Zona é propícia para atividades como:

1. Observação de fauna - atividade a qual “relaciona-se com o comportamento e habitats de determinados animais” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 29) e a atividade seria bem implantada devido à diversidade de fauna característica da região propícia para tal;
2. Observação de flora – esta atividade permite compreender a diversidade dos elementos da flora, sua forma de distribuição e as paisagens que compõem um bioma, devendo estar associada às possibilidades de interação com a fauna silvestre existente na localidade e região. Os usos tradicionais das comunidades locais sobre as plantas (usos medicinais, cosméticos, ornamentais) despertam muito interesse, podendo ampliar as experiências dos visitantes e promover o uso sustentável de elementos que integram as áreas visitadas. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 29)

E seria propícia pelo fato de haver grande diversidade de flora característica da região;

1. Mergulho livre – “mergulho no mar, rios, lagos ou cavernas com o uso de máscara, *snorkel* e nadadeiras, sem equipamentos autônomos para respiração” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 30), havendo oportunidade de que se possa observar a biodiversidade aquática da região;
2. Caminhadas – “Percurso a pé em itinerário predefinido” (MINISTÉRIO

DO TURISMO, 2010, p. 30) curtas visando à contemplação, principalmente por ser uma atividade simples de baixo impacto ambiental;

3. Trilhas interpretativas:

“Conjunto de vias e percursos com função vivencial, com a apresentação de conhecimentos ecológicos e socioambientais da localidade e região. Podem ser autoguiadas por meio de sinalização e mapas ou percorridas com acompanhamento de profissionais, como Guias de Turismo e Condutores Ambientais Locais”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 30)

Esta atividade poderia ser implantada não apenas para turistas, mas também para a população local visando, principalmente, educação ambiental;

Canoagem (*kayaking*) – “Atividade praticada em canoas e caiaques, indistintamente, em mar, rios, lagos, águas calmas ou agitadas” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 19). No rio, esta atividade seria principalmente implantada com fim para a contemplação, pois a característica marcante são as águas calmas;

4. Flutuação (*snorkeling*) – “Atividade de flutuação em ambientes aquáticos, com o uso de máscara e *snorkel*, em que o praticante tem contato direto com a natureza, observando rochas, animais e plantas aquáticas. Usualmente utilizam-se coletes salvavidas” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 19). Esta atividade proporcionaria o turista ver parte da biodiversidade local sem muito esforço;

5. *Kitesurfe* – “Atividade que utiliza uma prancha fixada aos pés e uma pipa de tração com estrutura inflável, possibilitando deslizar sobre a superfície da água e, ao mesmo tempo, alçar voos executados sobre superfícies aquáticas, com ventos fracos ou fortes” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 19). Esta atividade poderia ser feita tanto no rio quanto no mar;

6. *Windsurfe* – “Atividade praticada em ambientes aquáticos, também denominada prancha a vela, que se serve, basicamente, de técnicas do surfe e da vela” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 19)

7. *Stand up paddle* – É o surf de pé em uma prancha com um remo, uma atividade que tem crescido nos últimos tempos, que poderia servir como mais uma atividade para a contemplação do local.

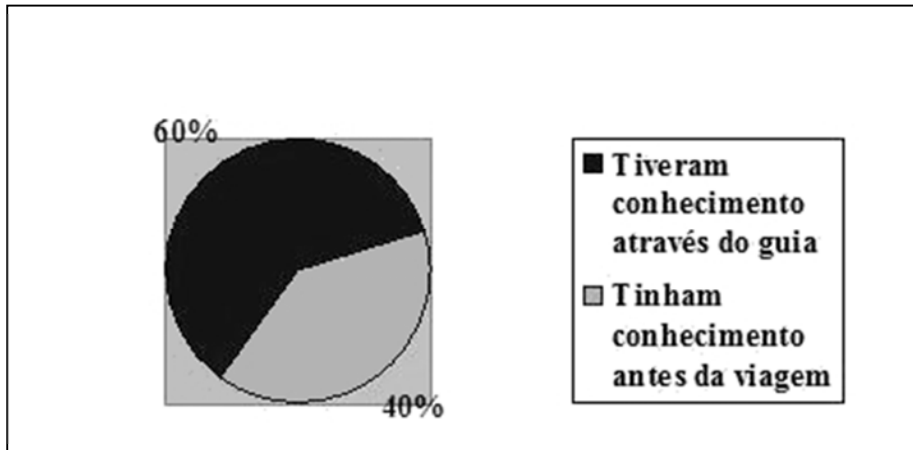
8. *Surf* – Uma das atividades mais conhecidas, que pode ser praticada no mar, na Zona de Turismo Ecológico.

6.1 Análise e discussão dos dados a partir da entrevista

Foram entrevistados 10 turistas nacionais e internacionais, os quais contribuíram respondendo às questões propostas por esta pesquisa.

6.2. Conhecimento sobre a localidade ser uma área de proteção ambiental

Gráfico 1 – Conhecimento sobre área proteção ambiental

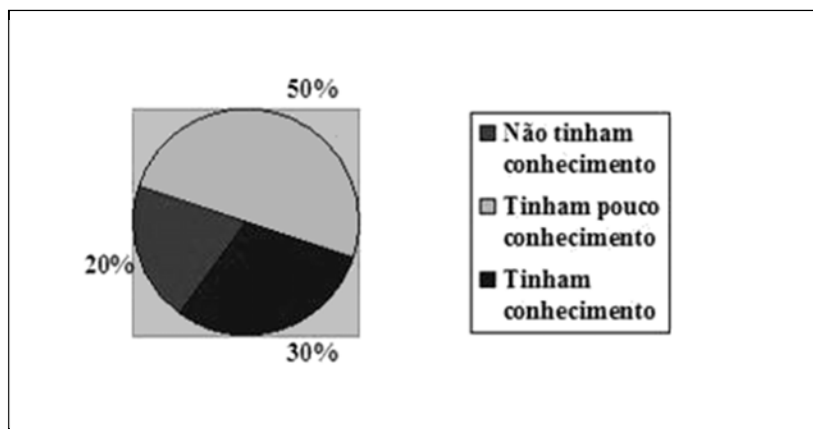


Fonte: Elaboração própria

Como pode ser observado no gráfico acima 60% dos entrevistados apenas tiveram conhecimento de que a localidade faz parte de uma área de proteção ambiental através do guia. E 40% dos entrevistados já obtinham esse conhecimento antes da viagem.

6.3. Conhecimento sobre ecoturismo

Gráfico 2 – Conhecimento sobre ecoturismo

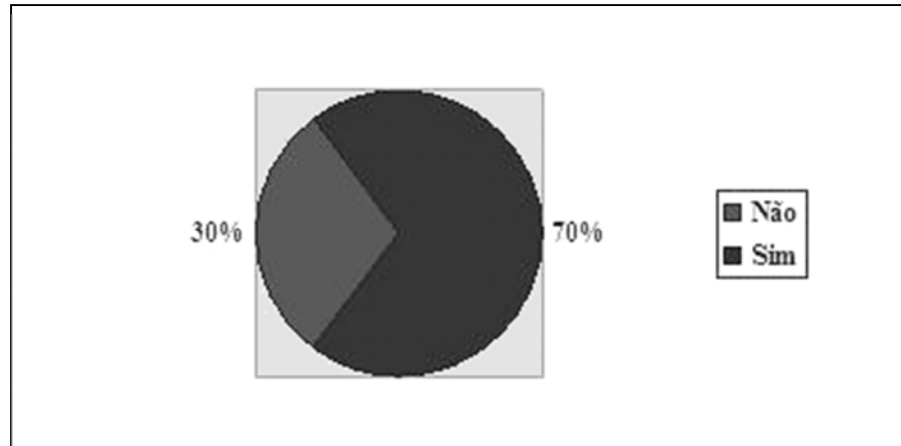


Fonte: Elaboração própria

Como pode ser observado no gráfico acima 50% dos entrevistados tinham pouco conhecimento sobre o ecoturismo, 30% tinham conhecimento sobre o assunto e 20% não tinham conhecimento algum.

6.4 Busca do turismo sustentável

Gráfico 3 – Busca do turismo sustentável

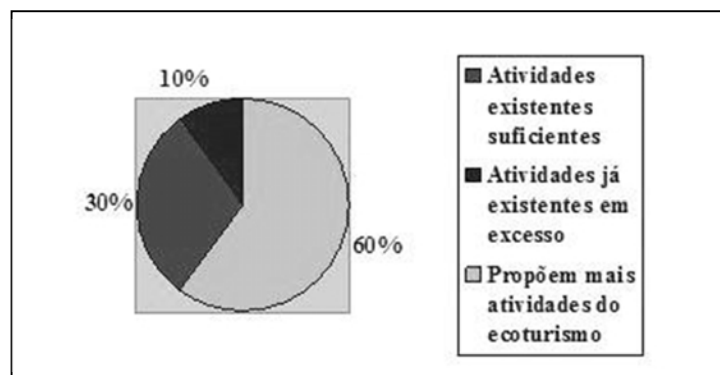


Fonte: Elaboração própria

Como pode ser observado no gráfico acima 70% dos entrevistados buscava um turismo sustentável em suas viagens, enquanto 30% não se preocupavam em buscar um turismo sustentável.

6.5 Interesse na implantação de atividades do ecoturismo

Gráfico 4 – Inserção de atividades do ecoturismo na Zona de Turismo Ecológico



Fonte: Elaboração própria

As respostas ficaram divididas entre os que disseram ser suficiente do modo que está, ou seja, sem atividades além do comércio já existente; os que disseram ter atividades demais na região, reprovando ainda a atividade de quadriciclo já existente no local (que vai contra o plano de manejo); e os que acreditam que atividades que os ajudassem a chegar mais perto do encontro do rio com o mar (no fim da extensão da Zona de Turismo Ecológico) seriam bem-vindas desde que não degradassem a natureza.

Portanto, acredita-se que principalmente as atividades como canoagem, *kayaking*, *stand up paddle* e caminhada visando à contemplação do ambiente natural seriam bem aceitas pelos turistas pelo fato de proporcionar a eles a paisagem deste encontro entre rio e mar; o que, atualmente, a maioria dos passeios turísticos feitos pelas agências da região não oferecem, segundo os próprios turistas.

7 CONCLUSÃO

No artigo apresentado procuramos compreender os conceitos de ecoturismo e turismo sustentável, também como segmento e suas atividades visando avaliar as possibilidades de implantação destas atividades na Zona de Turismo Ecológico da APA de Piaçabuçu.

Na pesquisa de campo foi constatado que há inúmeras atividades que podem ser exploradas na região visando um aproveitamento dos atrativos naturais, levando em conta a filosofia do ecoturismo; para que não haja degradação do ambiente natural e que se busque um turismo sustentável. Foi constatado, também, que a falta de informações sobre o ecoturismo, turismo sustentável e sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) pode produzir um efeito negativo sobre essa área, assim como a falta de fiscalização constante dos órgãos responsáveis pela mesma, deixando a área em pleno estado de abandono e à mercê de “aproveitadores da situação” que usam de quaisquer artifícios para obtenção de lucros em pró deles mesmos, sem pensar na preservação do produto natural para as gerações futuras e a preservação de toda biodiversidade existente, causando assim sua degradação.

Portanto, percebe-se que a área da Zona de Turismo Ecológico da APA de Piaçabuçu é propícia para o desenvolvimento de todas as atividades citadas no artigo que estão de acordo com o Plano de Manejo desenvolvido para essa área,

sendo feitas na perspectiva do Ecoturismo e do Turismo sustentável. Porém, é importante mencionar que, na área supracitada, estão sendo desenvolvidas atividades ilegais que vão contra o Plano de Manejo, comprometendo, assim, a conservação da biodiversidade local. Além do que, há de se atentar para a poluição que vem ocorrendo na área, pois esta também deteriora o local. Estas atividades prejudiciais à localidade tendem a, não só degradar o meio ambiente, mas também afetar àqueles que procuram desenvolver atividades que vão de acordo com as normas regidas pelo Plano de Manejo e com o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, L. **Considerações Sobre o Conceito de Turismo Sustentável**. [S. l.]. Revista Formação, v. 1, n.16, p. 48-59. [2013]. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/861/885>> Acesso em: nov. de 2014.

GONZÁLES REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. [tradução Marcel Aristides Ferrada Silva] – São Paulo: Thomson, 2005.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Plano de Manejo**: Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu. Brasília: 2010. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_piacabucu.pdf>. Acessado em out. de 2014.

LAKATOS, E.M; MARCONI. M.A.**Fundamentos de Metodologia Científica**.7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Caminhos do Futuro: ecoturismo**. São Paulo: IPSIS. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo**: orientações básicas. 2ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de Aventura**: orientações básicas. 3ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Programa de Regionalização do Turismo** – Roteiros do Brasil. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: out. de 2014.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**. 2ª ed. São Paulo: Aleph. 2000, Capítulo 30.

PAREDE MÁGICA: SENSIBILIZANDO E ECOLOGIZANDO O AMBIENTE NO CONTEXTO ESCOLAR

Isabel Cristina Alves Marinho¹

RESUMO

Ações de vandalismo são a cada dia mais recorrentes nas cidades brasileiras. Um agrupamento de práticas agressivas contra o patrimônio físico, que desencadeia transtornos ao ambiente e danos de cunho sociocultural, educacional e financeiro. Prognostica-se que este quadro pode ser modificado através de ações educativas iniciadas ainda no ensino fundamental. Este trabalho pretende apresentar o “case” Parede Magica, desenvolvido em uma escola pública de Salvador-Ba, projeto que desencadeou consequências visíveis e positivas para o lugar. Acredita-se que o melhor eixo temático em que o estudo se enquadra é Políticas e ações para manutenção e preservação da Bacia do Rio São Francisco, uma vez que objetiva-se apresentar a metodologia desenvolvida como sugestão para aplicação em estabelecimentos de ensino localizados em Penedo – Alagoas - e povoados próximos.

Palavras-chave: Educação socioambiental; afetividade; pertencimento; paisagem.

WALL MAGIC: RAISING AWARENESS AND ECOLOGIZANDO THE ENVIRONMENT IN SCHOOL CONTEXT

ABSTRACT

Vandalism actions are more and more recurrent in Brazilian cities. Those are aggressive practices against the physical assets, which triggers disorders to the environment and socio-cultural, educational and financial damages. There is a prognosis that with educational activities started in elementary school this situation can be changed. This work intends to present the "Magic Wall" case, developed in a public school at Salvador, Bahia. This project set off visible and positive consequences for the place. It is believed that the best thematic area to fit the study is Policies and Actions for Maintenance and Preservation of the São Francisco River Basin, since the goal is to present the methodology developed as a suggestion for use in educational institutions located in Penedo - Alagoas - and nearby villages.

Keywords: Environmental education; affection; belonging; landscape.

JEL: Q01

1 INTRODUÇÃO

Frente a crescente ocorrência de problemas ambientais, faz-se necessário e urgente um novo comportamento baseado em comprometimento e protagonismo, minimizando os impactos negativos à vida cotidiana na circunjunção e na

¹ Arte-educadora Ambiental/ Membro do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente – GPTURIS- UNIFACS/Mestre em Planejamento Ambiental – UCSAL/ Especialista em Gestão Social e Desenvolvimento Local – UFBA/Licenciatura em Artes Cênicas – UFBA. E-mail: isabelmarinho.2015@gmail.com

capacidade limitada de qualidade de vida no planeta. Nesta vivência apresenta-se a sistematização e análise de uma experiência empírica de Arte-Educação, que desencadeou uma curiosa mudança positiva e possível de ser replicada, em escolas públicas brasileiras, onde a maioria vive um contexto de dificuldades materiais, de relacionamento social e elevada degradação/deprecação ambiental.

“A possibilidade da autodestruição nunca mais desaparecerá da história da humanidade. Daqui para frente todas as gerações serão confrontadas com a tarefa de resolver este problema”
(SCHMIEDKOWARZIK, 1999, p. 6)

Este artigo visa fazer um estudo reflexivo acerca do sentido de pertença dos estudantes, colocando em evidência os diferentes significados que as ocorrências contra o ambiente escolar adquirem em contextos sociais diversos e as formas como se manifesta

Parede Mágica, intitula o “case” que apresenta um conjunto cognitivo validado por estudantes envolvendo os espaços dentro da escola: 1- Considera algumas características relacionadas ao despertar do cuidado com o patrimônio ambiental escolar; 2 - Identifica experiências – testadas - que revelam a construção de uma identidade de lugar; 3 - Exemplifica aspectos físicos que refletem negativamente no ambiente escolar e; 4 - Aponta direções criativas para que a escola exercite práticas baseadas na afetividade e no cuidado, com reflexos na qualidade das relações sociais, e no meio ambiente físico.

O desafio da humanidade é minimizar os impactos e manter o mundo que habita, dotando de aptidões a comunidade escolar, visando a sobrevivência e o desenvolvimento das gerações futuras. Trata-se de um dilema em começa a sobressaltar os indivíduos, impelindo-os a refletir alternativas que afiancem a preservação de seu entorno de forma universal.

A violência contra o patrimônio público, pode ser detectada e trabalhada na escola enquanto ambiente que educa para a vida cidadã. Entre os principais aspectos visíveis de rejeição ao espaço escolar, elencam-se: paredes manchadas; textos obscenos em cadeiras, mesas, corredores e banheiros; carteiras propositadamente quebradas; vidros estilhaçados; e, lixo em todos os espaços, menos nos baldes disponibilizados para este fim.

Diante deste quadro, a professora-pesquisadora, realizou atividades cênicas socioeducativas com temática ambiental local, que mobilizaram os 917 discentes no entorno de uma parede mágica, idealizando um processo de afetividade, formação crítica e participação protagônica à transformação societária digna e com qualidade de vida. Os resultados surpreendentes vêm confirmando as hipóteses de que confiança, afetividade e zelo destinados ao lugar, reforçam laços de apego, orgulho e valorização por parte do da classe estudantil. O comentário que mais se ouve hoje na comunidade “Minha escola é a melhor e a mais bonita do bairro”!

Uma vez detectado este impacto positivo - não planejado, - e fazendo a leitura das “entrelinhas”: chegou - se a conclusão de que estava ocorrendo um fenômeno que valia a pena ser estudado, formatado e posteriormente, replicado. É a contextualização do trabalho educativo na Escola Municipal Professora Alexandrina dos Santos Pita, palco do desenvolvimento metodológico, que é o objeto específico de descrição e análise. Onde será atribuída uma compreensão mais elaborada a articulada das questões ambientais locais e uma ideia de processo educativo relacionado à afetividade, formação crítica, e ao estímulo à participação, em vistas de uma transformação societária.

2 EDUCAÇÃO PARA A VIDA, SENSIBILIZANDO E ECOLOGIZANDO O AMBIENTE

Considera-se que a escola como promotora de educação ambiental efetiva, comprometida com um melhor futuro no planeta, é aquela que reconhece, exercita e desenvolve a criticidade, pertencimento, mobilização, protagonismo, afetividade, participação e cidadania.

O avanço dramático progressivo e inexorável do quadro de degradação ambiental vem mobilizando cientistas políticos e sociais, educadores, ambientalistas, filósofos, pesquisadores e estudiosos. Todos buscando obstinadamente, respostas para a reversão desta futura hecatombe que se configura num futuro não muito distante.

Torna-se fundamental o desenvolvimento de ações urgentes para disseminar a temática ambiental aliada a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, e, sobressaem-se as escolas, como espaços privilegiados na implementação destas atividades. O objetivo da educação ambiental é a sensibilização quanto as ações de preservação da natureza por indivíduos conhecedores de seu papel de

protagonistas de sua própria história e da sua comunidade, a partir da dimensão de ser social, com aspirações e ideais, considerando os obstáculos numa luta vital.

E nesse contexto, em que os sistemas sociais atuam na promoção da mudança ambiental, a educação assume posição de destaque para construir os fundamentos da sociedade sustentável, apresentando uma dupla função a essa transição societária: propiciar os processos de mudanças culturais em direção à instauração de uma ética ecológica e de mudanças sociais em direção ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades que se encontram em condições de vulnerabilidade em face dos desafios da contemporaneidade (BRASIL, 2005, p.18).

O processo de Educação Ambiental no universo escolar faz com que o território constitua o *lócus* da vivência, da experiência entre indivíduos sociais, este caminho para sensibilização cidadã, passa necessariamente pela afeto, participação e criticidade. Fatores interconectados e indissociáveis para fortalecer o sentido de pertença e conseqüentemente despertar mudanças de atitude para com o ambiente.

A **criticidade** destaca-se dentre as características inerentes ao processo de cidadania e o caráter emancipatório, contrastando com o modelo reducionista e arbitrário da sociedade capitalista, contrariando o cientificismo cartesiano, pelo distanciamento entre sociedade e natureza. Preconiza-se um ponto de vista diferencial apto a tecer a transformação da realidade pela práxis educativa, numa nova vivência educativa que reflete escolhas. Guimarães (2004, p. 30) reiterou que a contraposição a um modelo retrógrado e desmembrado de sociedade, pois:

A educação ambiental crítica objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo, em que nesse exercício, estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos (GUIMARÃES, 2004, p. 30).

É preciso inverter a lógica corrente, onde os trabalhos de educação ambiental são ações pontuais sem responsabilidade com sua função transformadora passando para um processo contínuo, em que a população imbuída da vontade consciente de atuar, se organize, buscando aprofundar o conhecimento de sua realidade e, a partir da leitura feita, reivindique ações pautadas em suas reais prioridades. Faz-se

indispensável aperfeiçoar e disseminar ações educativas que proporcionem a assimilação sistêmica que a situação invoca e estimular a participação popular, empenhada e consciente.

Na medida em que desenvolve a criticidade, o indivíduo trabalha sua humanidade, toma consciência de si mesmo e do mundo no qual vive. Pensar criticamente é se abrir para a existência de variáveis, é não aceitar as situações, fatos e sentimentos, como se fossem verdades absolutas. A educação tem o propósito de colocar o despertar o homem à cidadania. Esta característica é retratada por Milton Santos.

A Educação não tem como objetivo real armar o cidadão para uma guerra, a da competição com os demais. Sua finalidade, cada vez menos buscada e menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo (SANTOS, 1998, p. 126).

Pertencimento, a Educação Ambiental deve ter a participação popular estimulada e legitimada para que se reforce o sentimento de pertencimento no grupo, e este, não se revela apenas como condição crucial para a aprendizagem, mas também um elemento característico do conteúdo desta. Sorrentino (2005), revela cinco desafios que necessitam de urgente suplantação. Para o autor é fundamental que:

1. a comunidade (rural, urbana, da escola, do hospital, do bairro...) se reconheça na história, na realidade e no destino partilhados. Este reconhecimento pode contribuir para a recostura do tecido social, para a criação e/ou fortalecimento de espaços de convívio e/ou diálogo visando o enfrentamento da realidade distópica e também na busca das utopias coletivas;

2. haja uma capacitação local para produzir novos acordos (códigos sociais e de posturas) projetos, ações e negociações;

3. mapeiem-se os obstáculos objetivos, estruturais e políticos, conforme a transformação desejada para assim possibilitar a instrumentalização local para o enfrentamento;

4. o projeto de futuro oriente a construção do currículo da Educação Ambiental; ou seja o currículo mínimo é mesmo mínimo, o restante do currículo deve ser autogerido (negociado e acessado) dentro do contexto das necessidades de reflexões coletivas, como em qualquer comunidade que vê, julga e age sobre sua realidade;

5. percebam-se as relações desta comunidade com outras e com decisões tomadas fora de seu espaço (heteronomia), assim como sua influência sobre outros espaços (SORRENTINO e cols., 2005, p. 112).

A ausência do sentido de pertença e a depredação ao patrimônio escolar mantem entre si laços estreitos e trazem consequências nefastas para a vida social. Logo, diante da evidência de que a promoção da qualidade de vida está relacionada de forma indissociável ao processo de proteção dos ambientes naturais, a Educação Ambiental apresenta-se como uma grande ferramenta de atuação para através de ações articuladas, favorecer a autonomia dos sujeitos sociais envolvidos e, desta maneira, despertar e estimular o protagonismo cidadão na condução das mudanças esperadas. Sobre este aspecto Carvalho (2010, p. 17) de forma assertiva assim expressa:

Um dos grandes desafios contemporâneos para a gestão e a educação ambiental é a busca da negociação entre nativos e exóticos, local e global, sustentabilidade e conservação. Neste sentido, a contribuição de uma antropologia ecológica e simétrica pode ser oportuna para pensar as possibilidades de articulação entre a biodiversidade e a diversidade cultural. Por outro lado, uma análise de perspectiva antropológica pode abrir um espaço para a escuta de vozes locais e deixar emergir os modos como diferentes atores sociais recebem de fato a ação da gestão ambiental [...].

A autora continua acentuando outro aspecto que deve ser observado: Respeito à diversidade e capacidade de ouvir verdadeiramente às diferentes demandas de cada localidade, de cada grupo de indivíduos, portadores de interesses dispares, complexos e legítimos:

O não enfrentamento destes diferentes modos de vida, estilos e interesses na apropriação e gestão do ambiente como espaço de vida pode alimentar um discurso ecológico abstrato, vazio, cuja retórica se não encontra oposição evidente tampouco é capaz de engajar pessoas e mobilizar ações e interesses sociais (CARVALHO, 2010, p. 18).

Ainda abordando a importância do **protagonismo-participação**, Marcos Reigota (1998, p. 12) também reconhecendo como ponto fundante as preocupações em torno de ações que afetem a saúde do ambiente, defende a necessidade de uma força conjunta, uma operação envolvendo união e protagonismo coletivo - participação de todos interferindo planejadamente no meio em que vivem, conforme comentou:

A educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza... procurando incentivar o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto de realidades específicas... pois os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão às soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs.

A **cidadania**, compreendida como o encargo estabelecido pela comunidade escolar está baseada na edificação de um espaço pautado nas trocas solidárias, participativas e dialógicas, onde o saber seja construído apoiado nos saberes populares, culturais e científicos, com o envolvimento de todos os atores da comunidade. O incentivo à cidadania, ao diálogo na diversidade, participação popular, a afetividade relacionada ao ambiente, ao resgate de valores, são destinos a serem percorridos pela escola que se pretenda ambientalmente educadora.

E é neste ponto que surgem as perguntas: Como despertar o interesse para as questões ambientais? Qual o segredo para mobilizar comunidades carentes, a uma ação participativa em favor da qualidade de vida e do meio ambiente?

3 O ESPAÇO DA ETICA DA AFETIVIDADE E O “LUGAR” DE CADA UM

Neste tópico serão apresentados alguns conceitos e definições de “lugar”, bem como a essencialidade de aliar ao tema a “ética da afetividade”, para otimizar o processo ensino aprendizagem sobre o homem e o meio que ele habita.

Com o intuito de abordar o “lugar” numa visão mais acurada, é relevante apresentar antes, a definição de espaço dada por Milton Santos:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certos arranjos de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (SANTOS, 2008, p. 28).

Quando se apropria do espaço natural e o transforma através do trabalho, o homem dá origem ao espaço geográfico. Lugar, é o pedacinho do espaço onde ele vive. O lugar aqui interpretado é o palco do existir humano, uma construção social, onde se experiencia à vida cotidiana, dotada de cooperações e conflitos relacionais. Na obra “A Região, Espaço Vivido”, Armand Frémont (1980), afirma que:

“O lugar aparece como elemento essencial da estrutura do espaço. Abrange um espaço reduzido, mas bem definido e não sem alguma extensão: a casa, o campo, a rua, a praça... Associa grupos de pequena dimensão mas de forte coerência: a mesma família, a mesma profissão, a mesma frequência quotidiana” (FRÉMONT, 1980, p. 116).

Para ampliar o estudo e análise do tema, e validar a **escola como um lugar** em que a comunidade do entorno se apropria e vai dando significado de acordo com o seu uso, verifica-se que Carlos (1996), também estabelece detalhamento tipificado de lugares: lugares para habitar; para trabalhar; para contemplar;

O lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas de um conjunto de sentidos e usos. Assim, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos que ocorrem ou ocorreram no mundo (CARLOS 1996, p. 22).

A relação estabelecida entre o indivíduo e o seu espaço de vivência, é designado por Tuan (1980) como “topofilia”, que representa o afeto entre a pessoa e o lugar. – *Topo* refere a *lugar* e *filia* a filiação, sentimento positivo. Para exemplificar, este vínculo afetivo, cita a intimidade física do pequeno agricultor com a sua terra: ele cuida dela, e ela garante seu alimento. A terra carrega consigo o passado e o futuro, a lembrança e a esperança. O lugar, é um ente único, em um movimento sincrônico *sui generis* formado por história e significado. E mais que um aspecto a ser explicado. O lugar compreende as aspirações e saberes acumulados, é o real das pessoas. Um indivíduo pode nutrir um elo com os lugares de maneira topofílica – positiva - ou topofóbica – negativa -. A “topofobia”, remete à aversão, tornando-se o lugar expressões da raiva, do medo, ou da repugnância. A proximidade desses termos é que o local demanda sentido de “afeição ou desprezo”, Yi-Fu Tuan (1980, p. 114).

A legitimação da relação de afetividade do indivíduo para com o espaço escolar baseia-se na vivência prático- educacional, que há algumas décadas vêm sendo aceita como possibilidade de trabalhar essas questões, e de tentar transformar as relações homem-natureza. A ligação do indivíduo com meio acontece em diferentes gradações, mas suas ações adquirem significados contundentes na realidade próxima. Os sujeitos vivenciam as ações e reflexões que procuram concretizar neste “espaço”, transformando-o em “lugar” de acordo com as suas necessidades.

Assim, o lugar está ligado à ideia de espaço vivido, concebido e percebido, e dessa forma entendido como uma parte do espaço onde vivemos em interação com o meio, fazendo com que dessa maneira, a nossa casa, a nossa rua, nossa escola, o bairro, sejam exemplos de lugares com os quais o aluno cria vínculos e/ou identidade. Além disso, o lugar pode ser local tanto coletivo quanto individual, já que o que é lugar para uma pessoa pode não ser um lugar para outra.

Pretende-se conectar o ensino da educação ambiental para a formação cidadã, a partir do estudo no/do espaço geográfico, ambos em constantes transformações. É no estabelecimento de ensino – um dos seus lugares - que a comunidade escolar poderá fazer de forma crítica suas análises e observações, desenvolver a ética da afetividade, o zelo, e a esperança, sempre de forma participativa, suscitando questionamentos e dialogando suas inquietações sobre temas diversos.

O filósofo e teólogo brasileiro Leonardo Boff (2001, p. 38), defende a tese de que para cuidar do ambiente, é preciso desenvolver uma ética da afetividade. É através do sentimento, do “cuidado”, que acontece o despertar para o zelo e a autopreservação, conforme ressaltou:

Tudo começa com o sentimento. É o sentimento que nos faz sensíveis ao que está à nossa volta, que nos faz gostar ou desgostar. É o sentimento que nos une às coisas e nos envolve com as pessoas. É o sentimento que produz encantamento face à grandeza dos céus, suscita veneração diante da complexidade da Mãe-Terra e alimenta enternecimento face à fragilidade de um recém-nascido. É o sentimento que torna pessoas, coisas e situações importantes para nós. Esse sentimento profundo, repetimos, chama-se cuidado. Somente aquilo que passou por uma emoção, que evocou um sentimento profundo e provocou cuidado em nós, deixa marcas indeléveis e permanece definitivamente.

Afetividade, sentido de comunidade e a relação com o lugar são compreendidos por meio da relação do homem com o meio. Isso mostra que a noção de lugar não é apenas a localização do espaço, e que o apego ao lugar é de relevante importância para o entendimento dos aspectos inter-relacionais: Entre a pessoa e o ambiente físico e social. Nas trocas que os indivíduos fazem com relação ao mesmo. Correa (2005, p. 15) afirmou que representam:

valores e significados especiais, para aqueles que nele vivem. É um espaço carregado de emotividade, no qual as relações sociais, as representações de universos singulares e as experiências se articulam, de forma a transformar meras localizações em sítios especiais, guardados com cuidado na memória.

Pensar o ambiente em suas inúmeras ações e inter-relações, é refletir no *lócus* de organização dos valores, saberes, essências e sentimentos da vida privada das pessoas. A afetividade é o sustentáculo que valida todos os processos de desenvolvimento, fortalecendo a conquista do elo perdido entre o homem e a natureza. Trabalhar a inteligência afetiva implica fortalecer um nível profundo de consciência com consequências éticas (CORREA, 2005, p.15).

3.1 Objetivo(s)

Em se tratando de processos vivenciais, há de constar que se tornam primordial pesquisar ou sistematizar métodos e dinâmicas que facilitem o processo de sensibilização da comunidade escolar, para que se auto perceba como ator social-protagonista na construção do ambiente em que está inserida. Com vistas à fomentação de políticas e ações para manutenção e preservação da Bacia do Rio São Francisco, este estudo tem por **objetivo geral** contextualizar práticas e expressões artísticas, com ênfase socioeducativa e ambiental na forma de pesquisa-ação, desenvolvidas na escola como *lócus* público de formação. Quanto aos **objetivos específicos**, pretende-se:

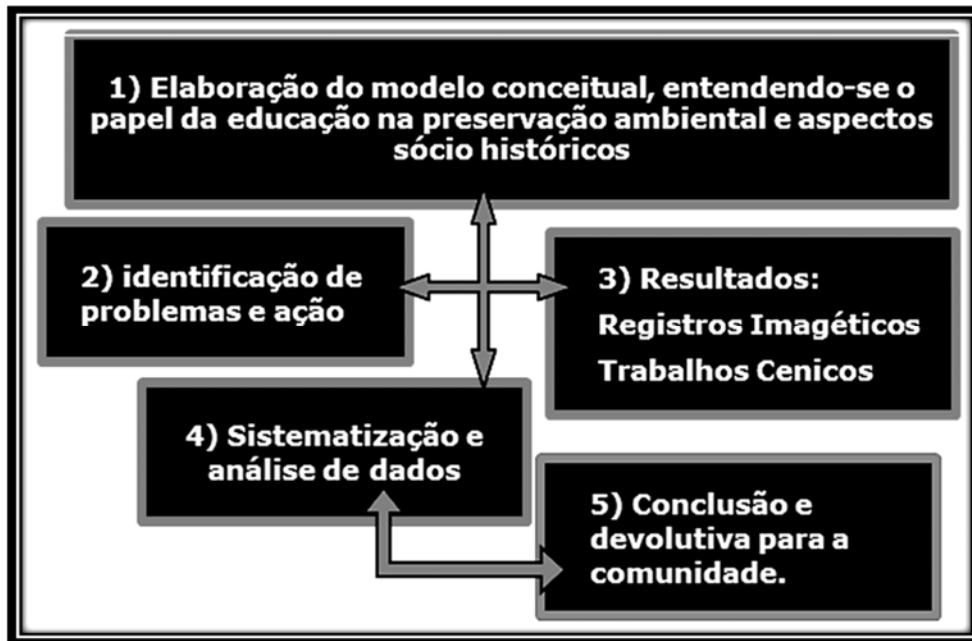
1. Contribuir para aumentar a efetivação do objetivo principal da educação ambiental, que é a conservação da natureza por indivíduos conscientes do seu papel como agentes transformadores da história do planeta.

2. Apresentar algumas práticas pedagógicas interdisciplinares para estimular atitudes de respeito e valorização ao patrimônio ambiental mobilizando a comunidade escolar.

3.2 Metodologia

A abordagem metodológica empregada foi a pesquisa-ação, que se distingue por ser um tipo de análise social com base empírica que é entendida e efetivada em associação com uma prática ou a solução de um problema social. Trata-se de um processo intencional e contínuo, em que se aprende pela participação e pela experiência. Portanto, a escolha desta metodologia se justifica por ser a que permite simultaneamente o “conhecimento” e a “ação”, sobre a realidade social investigada, além de ser a que melhor responde aos questionamentos propostos. (THIOLLENT,1985 p.1). A minimização das cicatrizes do vandalismo foi elaborada em conjunto por alunos, professores e alguns moradores da comunidade.

Figura 1 - Sistemática Metodológica da Pesquisa



Fonte: o Autor

4 CASE: A PAREDE MÁGICA²

4.1 Ambiente Investigado: o bairro de Pirajá e locus escolar em foco.

Pirajá, um dos bairros mais antigos da capital baiana, localiza-se na periferia de Salvador. Seu surgimento se deu a partir de uma importante base açucareira no

² Estudo espacial iniciado durante o mestrado da pesquisadora.

século XVI: O engenho pertencente à freguesia de São Bartolomeu conhecido como engenho do El - rei (MATTOS, 1998, p. 129), e das primeiras missões jesuítas que aportaram na Bahia. Terra antigamente habitada pelos índios tupinambás, o distrito Pirajá tem importância relevante na história da brasileira. Existem dois significados históricos para o nome Pirajá: No Nordeste, “para+já” significa aguaceiro repentino e curto, acompanhado de ventania. - fenômeno natural, frequente na costa da Bahia e nos outros estados próximos.

Na língua Tupi "pira-ya" ou viveiros de peixes, e significa também, braço do rio ou mar estreito que adentra a terra. Antiga terra dos índios Tupinambás, em 1972, passou a Parque Histórico por decreto municipal, garantindo a preservação do Patrimônio Histórico ligado à guerra da Independência. Conhecido também como o bairro em que foi travada a famosa “BATALHA DE PIRAJÁ”, principal combate pela independência em que os baianos venceram as forças do colonialismo português, lideradas pelo general Pedro Labatut, em 1823 (ANGELIM, 1999, p. 6). Durante o período escravocrata, foi utilizado como local de refúgios dos escravos fugitivos, abrigando diversos quilombos que eram perseguidos e destruídos pelos portugueses.

A imprensa destacava o bairro por sua localização privilegiada: acesso ao centro da cidade em 20 minutos e à proximidade com a Baía de Todos os Santos, não muito distante da orla marítima, e, pelo seu importante acervo histórico: A igrejinha construída em 17 de abril de 1638, de estilo jesuítico, com uma torre e sino único; as duas imagens que compunham o altar: Senhor Morto e da Nossa Senhora da Piedade de Pirajá ambas do século XVIII; o Pantheon, monumento erigido em homenagem aos bravos de Pirajá, na Batalha de 8 de novembro de 1823; O túmulo em pedra de mármore com os restos mortais do general Pedro Labatut; e, mais, o busto deste herói, confeccionado em bronze (BRITO, 1972, p. 10) Para quem pretende conhecer a história de Salvador e do Brasil, Pirajá é referência obrigatória. O bairro que foi palco para estes acontecimentos carrega em sua origem a memória patriótica e libertadora, que não ocorreu sem muita luta e derramamento de sangue (CERTEAU, 1994, p. 177).

Após 209 anos da peleja sangrenta, os moradores atuais, costumam afirmar que “A Batalha de Pirajá nunca acabou. Ao longo dos anos, repetidamente, o bairro patrimonial – histórico e cultural - do país, foi lembrado e esquecido pelas

autoridades políticas, teve suas esperanças alimentadas e reprimidas. Hoje, o bairro traduz a ideia clássica de periferia, é perceptível a engrenagem de segregação e exclusão, que se revelam em: moradias insuficientes e de má qualidade, ausência de infraestrutura básica e transporte coletivo deficiente. Pirajá sofre também com os elevados índices de criminalidade, sendo considerado um dos bairros mais violentos do subúrbio.

A comunidade onde está instalada a escola Alexandrina dos Santos Pita, retratada neste estudo, é conhecida como Pirajá Velha, e, enfrenta sérios problemas socioambientais, que vão de violência doméstica, abusos sexuais, má distribuição nas redes de água, luz e esgoto, deficiências em áreas de lazer, ausência de locais para descarte e coleta seletiva do lixo, desemprego, fome, drogas, grande incidência de doenças sexualmente transmissíveis, verminoses dentre outros.

Figura 2 - Imagens dos arredores da Escola Alexandrina dos Santos Pita



Fonte: Google Maps, 2012.

4.2 Teatrando e transformando o ambiente.

Processo de concepção, ensaios e apresentações - cenário de lixo.

Quando em 2006 a recém-concursada professora de teatro Isabel Marinho, chega à escola pública municipal Alexandrina dos Santos Pita, para assumir seu cargo como professora de Artes Cênicas, sua primeira impressão não é das melhores. Encontra um ambiente feio, devastado, corredores formados por paredes sujas, manchadas inclusive com marcas de sapatos, riscadas e com vários textos obscenos.

Um cheiro ardido de urina emana dos banheiros e espalha-se pela área utilizada como refeitório. Enquanto aguarda – sentada em uma cadeira com parte da madeira do encosto quebrado -, observa ainda durante o recreio, que a brincadeira recorrente entre as crianças se constituía em um bizarro círculo vicioso: correr, gritar, bater umas nas outras e voltar a correr gritando e batendo. O mobiliário em frente a cantina era composto em grande parte por carteiras escolares danificadas e armários em condições precárias de uso.

Preparava-se para ir embora, quando foi avisada que a diretora da escola havia chegado, e a aguardava, em sua sala. A recepção da gestora e da vice-diretora do turno matutino para com a educadora novata foi muito calorosa. Deram-lhe boas-vindas e enfatizaram a importância do teatro em uma comunidade desprovida de lazer e arte. Neste primeiro diálogo, foram formuladas as perguntas básicas, e as respostas aos questionamentos, não foram nada satisfatórias: Onde ficava a sala de teatro? Não existe! Quais os materiais disponíveis para as atividades? Não existem! Em que local acontecerão as apresentações? Não existe. Existe aparelho de som portátil para utilização nas aulas? Sim, mas está quebrado!

Para maior compreensão dos espaços, será apresentada uma descrição detalhada (ver figura 03):

a) A área externa “2” delimitada na cor verde, é considerada “segura” por toda a comunidade escolar. Abarca a porta de entrada e a frente da escola, - é neste espaço que fica o único segurança – passa pelo estacionamento, e se estende até a sala de artes.

b) A faixa na cor amarela marca a passagem para a área externa “1”, situada na parte detrás da escola. Segundo professores, alunos e funcionários é a

área considerada “perigosa” – delineada na cor vermelha – porque alguns jovens e adultos não alunos pulam, ou fazem buracos no muro e entram para usar drogas ilícitas e praticar sexo. Deste pátio fazem parte uma quadra de esportes, que é usada pelo professor de educação física no turno matutino e uma área de matagal, que inibe a aproximação de todos. Interessante ressaltar que na medida em que a noite se aproxima este espaço já restrito, vai ficando cada vez mais desaconselhável aos alunos da escola. Neste período nem mesmo os professores de educação física se aventam a frequentar a área. Por outro lado, é justamente quando a tarde cai que aumenta a o fluxo de jovens e adultos não alunos. Chegam com bebidas, aparelho de som, bolas e times inteiros para “curtir todas” e “bater o baba”.

c) A linha branca delimita o espaço edificado. São três blocos distribuídos da seguinte forma: Um deles abriga cozinha refeitório e toaletes masculinos e femininos, o bloco seguinte, tem dois pisos e ampara as salas de aulas, sala dos professores, diretoria e coordenação. Eles se conectam através de espaços de circulação e corredores.

d) E, finalmente o terceiro bloco – isolado -, é a sala de artes!

Figura 3 - Descrição espacial da Escola Pública Municipal Alexandrina dos Santos Pita



Fonte: Google Maps, 2012.

O cômodo afastado da edificação principal é um local inóspito, que mais se assemelha a uma caixa de tijolos com cobogós de cimento e coberta por telhas cerâmicas. Sem ventilação adequada é depósito de muita fuligem lançadas pelos ônibus e caminhões que transitam ao lado, com uma única porta de acesso, era uma sala muito engraçada não tinha janelas, não tinha nada, ninguém podia fazer xixi, porque toalete não tinha ali, ninguém podia tomar água não, por que não tinha sequer um bebedouro naquele galpão. Vale salientar que para acessar esta sala - por se localizar separada do prédio principal, - os frequentadores precisam enfrentar as intempéries da natureza.

Para ministrar as aulas de teatro, é direcionada para a única área livre (livre?). Uma sala utilizada como deposito de sucata e outros materiais danificados: carteiras, mesas, arquivos e estantes quebrados, pedaços de grades, pneus...Na figura 04 e possível verificar a situação encontrada. A primeira encenação teve sua estreia em agosto de 2006, nesta mesma sala - onde foram ministradas as aulas - uma clareira foi aberta no meio do entulho, que foi absorvido pelo espetáculo, passando a fazer parte do cenário. O trabalho, como fruto de criação coletiva, resultou num produto extraordinário. As apresentações, sempre lotadas, aconteceram nos três turnos e em curta temporada.

Figura 4 - Sala de Artes e de sucata, em 2006



Fonte: o autor

Já nos primeiros contatos com o fazer artístico teatral e em especial no processo de improvisação, foram constatando que aqueles materiais eram recursos extraordinários para suas necessidades, e uma fonte inesgotável de ideias e criação. Para utilizar os materiais recicláveis, foi aplicada uma série de exercícios teatrais objetivando num primeiro passo, compartilhar com os alunos a percepção de que estes materiais não eram lixo. E em seguida, buscar despertar um olhar diferenciado, curioso, atento e sério para estes recursos. Utilizaram a reciclagem em todas as etapas da construção: inicialmente, como material de apoio, mais adiante na confecção de cenários, de figurinos e na maioria dos adereços. A dramaturgia proposta, parte do exercício aberto do fazer em cena, uma dinâmica do trabalho criativo que vai sendo elaborado e investigado a partir dos jogos cênicos de improvisação.

Segundo Craft,

É a criatividade que capacita uma pessoa a identificar o problema de forma apropriada e a solucioná-lo. É a criatividade que identifica possibilidades e oportunidades que não foram percebidas por outros. (CRAFT 2006, p.20)

Parte do entulho que estava na sala foi transformado em cenário. Coberto com tecidos azuis forneceu volume e profundidade, para representar as “ondas do mar”, outra parte foi aproveitada para fazer um camarim improvisado. Como solução e orientação cênica, alguns atores se se mantiveram escondidos entre a sucata e os tecidos, muito antes de a plateia entrar. Desta forma, no meio do espetáculo, quando menos se esperava, surgiam por entre os volumes, personagens marinhos e criaturas do folclore brasileiro. Foram integrados: **produção, apreciação e reflexão nos exercícios e jogos teatrais. E ainda deu-se utilidade para o lixo.**

O período chuvoso e a sala cheia de goteiras exigiram um novo espaço para apresentação. A professora então instala a cenografia na parede da entrada principal da escola. Fazia parte da instalação: forração do fundo com tecidos de cor clara, móveis com adereços decorativos, flores e bichinhos de pelúcia. Após a última sessão as 20 horas é aconselhada pela direção a retirar todos os objetos decorativos sob risco de ser vandalizado ou roubado. Ações tão corriqueiras que já eram vistas com normalidade.

Mesmo sabendo que só estaria de volta à escola três dias depois, ela resolve arriscar e mantém todos os itens (vale ressaltar que não foi motivada pelo altruísmo, mas pelo cansaço decorrente das apresentações que se deram nos três turnos). Para surpresa geral, os alunos deram uma resposta admirável e completamente inesperada: O trabalho ficou intacto durante todo o período em que ficou exposto. Os estudantes paravam em grupos, admiravam, tocavam os objetos, comentavam, tiravam fotos com os celulares, elogiavam.

Foi surpreendente porque as áreas laterais continuaram sendo riscadas, as colunas de concreto tiveram suas quinas quebradas, o chão continuava recebendo lixo na hora do recreio. Mas inexplicavelmente, a parede decorada com tecidos e objetos e papéis continuava intacta - exceção de dois coelhinhos de pelúcia, que foram furtados -.

Figura 5 - Espetáculo Trupimenta - Alunos Teatro - em 2007



Fonte: o Autor

Joseline, aluna de sete anos, disse que era uma “Parede Mágica”. Conclui-se ser um nome bastante apropriado, porque a parede tinha a capacidade mágica de repelir o lixo, a violência, o dano. Qual a lição deste resultado? Que ações positivas, de valorização – até mesmo sem a utilização de palavras - resultam em atitudes

positivas e em respostas afetivas. Os alunos deram um show de valorização, cuidado e reconhecimento.

A professora ficou interessada no fenômeno, estimulada, fez dezenas de novos painéis ao longo dos últimos nove anos, utilizando os recursos disponíveis, e contando com a participação entusiasmada dos alunos, ampliado quase que imediatamente com o engajamento da equipe gestora e professores, e por último, com o envolvimento de muitos parentes e amigos vizinhos da escola. Este acordo “tácito” de cooperação, é renovado todos os anos com os novos e os velhos atores.

A PAREDE MÁGICA percorreu outros espaços da escola, sempre transformando plasticamente e reformando cenicamente a paisagem. Deixando um trilho de cuidado estético e apreço para com os frequentadores. As pichações e outras ações de vandalismo diminuíram sensivelmente. Acredita-se que e o espaço da ética da afetividade, gerando o “lugar” de cada um.

Não existem fórmulas prontas e mágicas para o desenvolvimento de práticas educativas relacionadas à temática ambiental. Será a partir de reflexões cuidadosas e escolhas conscientes, dentre diferentes possibilidades de avaliações sistemáticas e inovações criativas, que novas perspectivas poderão ser traçadas.

Figura 6 - Parede Mágica: Instalação Natal, em 2009



Fonte: o autor

5 DISCUSSÃO

A matriz para reflexão do dinamismo que faz com que o território se constitua no lócus da vivência, da experiência do indivíduo com seu entorno com os outros homens, passa pela criticidade, pertencimento, mobilização, protagonismo, afetividade, e participação tendo a identidade como fator de aglutinação para a ação coletiva.

No momento em que os sujeitos de uma dada realidade se dão conta que o ambiente pode ser modificado por eles, para aumentar o próprio bem estar, surge o cuidado, a afetividade, a apropriação, responsabilidade e elevação do sentido de pertença, ficam estimulados a concretizar ações neste espaço, transformando-o de acordo com as suas necessidades.

Quando uma parede decorada com objetos tridimensionais, forrada de papel é instalada por alunos e professores, em uma escola totalmente vandalizada, e ela permanece intacta por semanas, desperta espanto e a vontade de estudar este fenômeno. Ela se torna uma Parede Mágica, com poderes especiais de repelir o dano, o lixo e a agressividade. Um ponto de partida para uma experiência maior.

E se toda a área escolar fosse criativamente repensada? Será que os atos de vandalismo diminuiriam? É importante verificar que é no ambiente que o ser se humaniza, vive, sente, apreende, transmite saberes, constrói e ressignifica sentimentos. O apego e zelo ao lugar, depende da forma que os indivíduos interagem afetiva e geograficamente, assim como a força das relações estabelecidas (TUAN 1980, p. 68).

A afetividade é o sustentáculo que valida todos os processos de desenvolvimento, fortalecendo a conquista do elo perdido entre o homem e a natureza. Trabalhar a inteligência afetiva implica fortalecer um nível profundo de consciência com consequências éticas (CORREA, 2005, p.15). Para a autor, as trocas que os indivíduos fazem com relação ao meio, representam:

valores e significados especiais, para aqueles que nele vivem. É um espaço carregado de emotividade, no qual as relações sociais, as representações de universos singulares e as experiências se articulam, de forma a transformar meras localizações em sítios especiais, guardados com cuidado na memória. (CORRÊA, 2005 p.15).

As condutas de incivilidade social estão retratadas na forma autodestrutiva com que o homem vem se relacionando com a natureza. Detectou-se que a falta de identificação e consequente zelo, são as respostas para estes questionamentos. Sem referências individualizadas, estes espaços são frios e impessoais. As cores normalmente em tons pastéis, a ausência total de plantas aumenta esta sensação de lugar sem vida. Não despertam afetividade, não revelam sentido de acolhimento.

Os sentimentos de Ser e Pertencer devem ser estimulados e reconhecidos como processos de fundamental importância para que os indivíduos possam desenvolver plenamente suas potencialidades e agregar conhecimentos que permitam sua efetiva e afetiva participação nas decisões que afetam o desenvolvimento de seu ambiente.

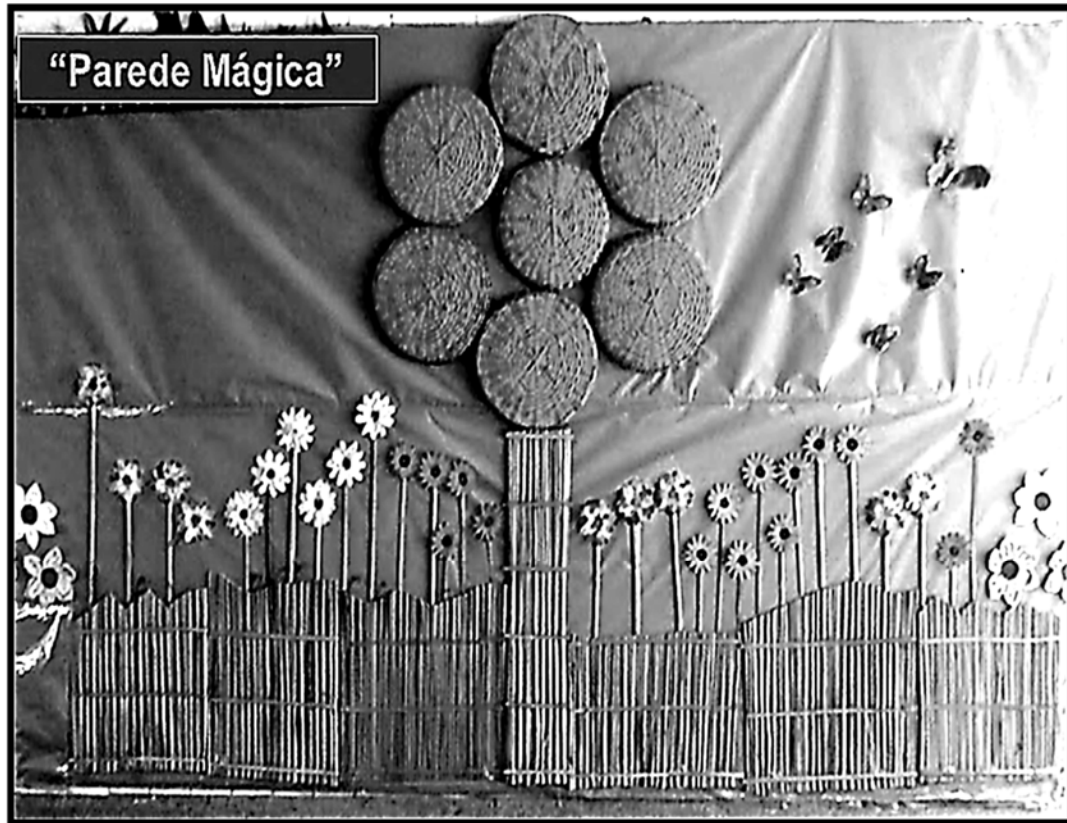
6 RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados vêm confirmando as hipóteses de que tanto o cuidado ambiental, como a experiência de apego ao lugar ocorrem em contextos de características específicas, que podem ser despertados, estimulados e replicados. Entre outros aspectos, elencam-se os mais perceptíveis:

- Recuperação contínua na fisionomia e preservação dos recintos escolares;
- Apropriação e consequente valorização da propriedade coletiva;
- Maior zelo pelo mobiliário e demais objetos da escola;
- Iniciativas dos alunos em atitudes de cooperação, valores, liderança e mobilização para o embelezamento e cuidado com o ambiente estudantil.

Muito embora o ponto de partida deste trabalho tenha sido entre os muros da escola, não se pretendeu apresentar prática pedagógica unicamente restrita ao ambiente escolar. A unidade de ensino neste caso é a base articuladora de - experimentações e práticas - um movimento que se pretende “regar” no entorno.

Figura 7 - Parede Mágica Primavera Reciclada – Ano 2008



Fonte: o autor

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sentimentos nutridos pelo sujeito podem ser positivos ou negativos. Aproximando a projeção afetiva do ambiente escolar, revelam-se dados interessantes para esta pesquisa: Quando o indivíduo gosta da escola, quando ele percebe que o espaço foi cuidadosamente elaborado para seu bem-estar, quando ele detecta a satisfação de suas demandas, quando ele é convidado a interagir, pensar, descrever e criar e recriar o seu espaço, ele – o próprio ator - é validado. Porque é ouvido, respeitado e incentivado.

O aluno vê sentido no que aprende ali, e a instituição escolar pode virar alvo de projeções afetivas positivas, tornando-se para ele um valor. Por outro lado, quando se percebe em um ambiente hostil, descuidado, afetivamente insípido, desumanizado, e ainda, se vê humilhado, e desrespeitado, ele projeta neste espaço,

sentimentos negativos. Nesse caso, por ser (para ele), um ambiente desagradável, desqualificado, ele pode ser depredado, pichado, ignorado (CARVALHO 2010)³.

Os recursos artísticos utilizados em teatro, destacando-se a cenografia, apresentam importância flagrante na alteração da paisagem escolar: uma reclamação recorrente especialmente partindo das meninas, era relacionada a precariedade dos sanitários. A sujeira, o mau cheiro, além da ausência de espelhos dentro do espaço comum no box e no lavabo eram problemas difíceis de encarar e dificultavam as trocas de figurinos e realização das maquiagens, para as apresentações artísticas.

O problema nos toaletes que implicava não somente uma questão de limpeza, mas também de qualidade do ambiente escolar, foi um dos primeiros problemas que o grupo decidiu eliminar. Após algumas discussões, foram percebidos os limites e possibilidades para a intervenção. A parte hidráulica com defeitos foi solicitada resolução junto à direção da escola.

A ausência de espelhos foi elucidada em conjunto professora e alunos – sempre com o apoio da direção – fizeram um bazar de roupas, sapatos e acessórios. O recurso adquirido, foi empregado na compra de 8 espelhos retangulares de preço bem popular. Ai entrou a cenografia: Todas as peças foram decoradas. Nas molduras foram aplicados detalhes em renda de algodão e bichinhos em 3D.

Sobre este aspecto da pesquisa, Freire (1997, p. 27) afirmou:

“Constatar a realidade nos torna capazes de intervir nela, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptarmos a ela”.

³ Um caso emblemático se deu na cidade do Rio de Janeiro quando os vagões de trem e as estações deixaram de ser depredados após serem remodeladas e decoradas

Figura 8 - Parede Mágica transbordando no lugar público. Lavabo - Antes e depois de intervenções - Ano 2012



Fonte: o Autor

Acredita-se que este estudo, melhor se enquadrou no tema - *Políticas e ações para manutenção e preservação da Bacia do Rio São Francisco*, uma vez que objetivou-se a apresentar uma experiência desenvolvida com êxito, como sugestão para aplicação em estabelecimentos públicos de ensino, localizados em Penedo – Alagoas - e povoados adjacentes, o artigo analisa como um fenômeno social de cuidado, pertencimento e afetividade, culminou em uma escola pública da periferia de Salvador, modificando práticas de arte-educação, aumentando o interesse e a qualidade relacional entre a comunidade escolar e o meio ambiente.

Seus resultados confirmaram as hipóteses de que tanto o cuidado ambiental, como a experiência de apego ao lugar ocorrem em contextos de características específicas, que podem ser estimuladas, despertadas e replicadas. E que o apego ao lugar é condição *sine qua non* de cuidado com o ambiente.

Finaliza-se este ensaio com a convicção de que a chave que abre as portas para uma possibilidade de futuro saudável no mundo é obrigatoriamente a educação.

A emergente necessidade da Educação Ambiental surge quando se constata sua função de vital importância para despertar a humanidade do falso sonho de que

o mundo é uma fonte de inesgotáveis recursos naturais. O case Parede Mágica se revelou um contributo eficaz neste processo, ao elevar a autoestima e a noção de pertencimento, despertando na classe estudantil, a consciência, para o seu papel como agente transformador da sua realidade e da história do planeta.

Figura 9 - Parede Mágica – plantas envasadas - Ano 2013



Fonte: o Autor

REFERÊNCIAS

ANGELIM, L. História não melhora a situação de Pirajá. **A Tarde**, Salvador, 24 abr, p. 6, 1999,

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3ª edição. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.p.18

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRITO, R. Pirajá: um grande potencial turístico inexplorado. **A Tarde**, Salvador, 6 jul. 1972, p. 10.

CARLOS, A F. A **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, I. C. M.; TONIOL, R. **Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental** - Mesa redonda. **ANPED Sul:** Londrina, p.17-18, 2010.

CERTEAU, M. de. **A inversão do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994. 177 p.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-47, 2005.

CRAFT, A. **Creativity across the primary curriculum: Framing and developing practice.** London: Routledge, 2000.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação;** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Ed. 3. São Paulo: Moraes, 1980. 26 p.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** Coleção leitura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 27

_____. **Pedagogia da indignação.** São Paulo: Editora UNESP, 2000 p. 66-67.

FRÉMONT, A. **À região, espaço vivido.** Coimbra: Livraria Almadina, 1980.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental Crítica.** In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, 2004. p.30

JACOBI, P. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo** - Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005 <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2.pdf> - acesso em 23/08/2015

MATTOS, W. Pirajá. In: FORMIGILI, A. L. M. (Org.). **Parque Metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura.** Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998. 128 p.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 1998. 12 p.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo.** Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O espaço do cidadão.** 4 ed. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ªed. São Paulo: Edusp, 2003.

SCHMIED-KOWARZIK, W. **O Futuro Ecológico como Tarefa da Filosofia.** São Paulo: IPF (Cadernos de ecopedagogia 4). Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Francisco do Sul. Relatórios 2007. 6 p.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Thessaloniki: a educação ambiental no Brasil. In: QUINTAS, J. S. (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** Brasília: Ibama, v. 3, p.17-112. 2000. (Coleção Meio Ambiente - Série Educação Ambiental)

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** Ed. 14. São Paulo: Cortez, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Geografia Humanista.** In: CRISTOFOLETI, Antonio. (org.) **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: DIFEL 1982.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** 1930. Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1983.

RIO SÃO FRANCISCO E FEIRA LIVRE DE PENEDO-AL: LIMITES E POSSIBILIDADES ENQUANTO ATRATIVOS TURÍSTICOS CULTURAIS

Helia Camilo Alves de Souza¹
Jacilene Barbosa dos Santos²
Silvana Pirillo Ramos³

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar os limites e possibilidades para o desenvolvimento da feira livre do município de Penedo-AL como atrativo turístico cultural ribeirinho. Os fatores ambientais, culturais, econômicos, sociais e estruturais configuram os limites que inviabilizam o desenvolvimento do turismo cultural. O procedimento metodológico adotado refere-se a estudo bibliográfico e documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas com os feirantes e o poder público a fim de identificar as possíveis lacunas frente ao desenvolvimento do turismo cultural. Realiza-se uma avaliação do cenário atual da feira livre, sua ligação com o Rio São Francisco e o turismo. Conclui-se que a feira apresenta um significativo potencial para impulsionar o desenvolvimento do turismo cultural no município de Penedo, sendo que as possibilidades estão relacionadas ao planejamento de um roteiro turístico que contemple o rio São Francisco e a feira livre com seus múltiplos "saberes e fazeres", tendo como base a integração entre poder público municipal, iniciativa privada e população local.

Palavras-chave: Turismo cultural; Rio São Francisco; Feira- Livre.

SÃO FRANCISCO RIVER AND THE STREET MARKET IN PENEDO-AL: LIMITS AND POSSIBILITIES AS CULTURAL TOURISTIC ATTRACTIONS

ABSTRACT

This study aims to present the limits and possibilities for the development of the street market at the city of Penedo-AL as a cultural tourist attraction riverside. Environmental, cultural, economic, social and structural factors shape the boundaries that prevent the development of cultural tourism. The methodological procedure adopted refers to the bibliographical and documentary study, participant observation and semi-structured interviews with the vendors and the government in order to identify possible gaps against the development of cultural tourism. An assessment of the current situation of the free market, its connection with the Rio São Francisco and tourism will be held. We conclude that the fair presents a significant potential to boost the development of cultural tourism in the municipality of Penedo, and the possibilities are related to planning a sightseeing tour that includes the San Francisco River and the street market with its multiple "knowledge and doings", based on the integration of municipal government, private sector and local people.

Keywords: Cultural Tourism; Rio São Francisco; Street Market.

JEL: Z32

¹ Pesquisadora do Curso de Graduação em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL. E-mail: helia.camilo@hotmail.com. (82) 9-9657-1562.

² Pesquisadora do curso de Graduação em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL, informante de turismo da AITP (Associação dos Informantes de Turismo de Piaçabuçu). Membro da Associação dos Informantes de turismo Pedagógico de Penedo- AITPP <jacylene.barbosa@hotmail.com>

³ Doutora em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Associada da Universidade Federal de Alagoas (Unidade Penedo) <silvanapirillo@uol.com.br>

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Penedo-AL tem sua história ligada à exploração do rio São Francisco, por ser uma cidade portuária sua economia sempre esteve atrelada a prática da atividade comercial. O ato de troca e venda de produtos constituiu o fator determinante, para que ao longo dos anos fosse reservado um espaço para essa comercialização, a feira livre. Inicialmente, o transporte era basicamente fluvial, as mercadorias eram trazidas em embarcações de pequeno porte e comercializadas as margens do rio São Francisco.

Atualmente a feira ocupa dez ruas do centro histórico da cidade e apresenta-se com o espaço propício para despertar a curiosidade de turistas, que tem a cultura local como principal motivação para imprimir uma viagem. No entanto, a atividade turística relacionada ao patrimônio cultural da feira livre de Penedo, assim como do rio São Francisco não são desenvolvidas efetivamente. Em virtude disto, esse estudo objetiva apresentar os limites que inviabilizam o desenvolvimento do turismo cultural no rio São Francisco, bem como da feira livre de Penedo AL, pretende-se ainda apontar as possibilidades e entender a lacuna entre potencial e a concretização do produto turístico cultural.

Para a realização das considerações que este estudo contempla, o procedimento metodológico utilizado se refere a estudo bibliográfico e documental acerca da temática rio São Francisco e feira livre da cidade de Penedo- AL; observação participante, a fim de visualizar a relação que a população local tem com o processo de “fazer a feira” e o feirante tem com o cotidiano de “vender na feira”, a complexidade e limitação do espaço frente ao turismo cultural, bem como, a caracterização das práticas culturais existentes.

Foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas, com os feirantes mais antigos (com mais de 30 anos atuando na feira), a fim de entender a importância da feira livre de Penedo, resgatar acontecimento e fatos relevantes que culminaram para as transformações atuais do rio quanto da feira e apreender as percepções sobre a atividade econômica do turismo para esses feirantes. Bem como, entrevistas junto ao poder público municipal na pessoa de Pedro Soares da Silva Neto (Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Meio Ambiente, Ciências e Tecnologia) a fim de entender a relação entre rio São

Francisco, feira livre da cidade de Penedo AL, seus respectivos feirantes e os gestores municipais, frente ao turismo cultural.

2 ORIGENS DAS FEIRAS LIVRES

As feiras livres tiveram sua oficialização, segundo Almeida (2009) na Idade Média, seu surgimento deu-se de forma natural em virtude principalmente dos excedentes de produção. De acordo com Huberman (1981) nesse período a vida econômica ocorria sem muita utilização de capital, o que se necessitava consumir provinha dos feudos, estes eram praticamente autossuficientes. Todavia, alguns produtos que excediam em um feudo faltavam em outro, a partir daí surgiu o intercâmbio de mercadorias. Nesse contexto, o intercâmbio foi intensificado com as grandes navegações, estas, tinham por objetivo descobrir novas rotas comerciais a fim de expandir o comércio oriental e ocidental.

“Portugal e Espanha foram os primeiros países a sair ao mar em busca de novas rotas comerciais” (MAIA, 1999 p. 247). Dessa forma, os portugueses liderados por Pedro Alvares Cabral chegaram ao Brasil na esperança de encontrarem pedras preciosas e especiarias bastante valorizadas na Europa. No entanto, se depararam com índios que segundo Fausto (1996) produziam basicamente para satisfazerem as suas necessidades, havendo poucas trocas de gêneros alimentícios com outras aldeias. Entretanto, as origens das atividades de troca de produtos no Brasil têm seu marco inicial nos produtos ofertados aos índios pelos portugueses, segundo Araújo (2010) os colonizadores trocavam produtos com os índios por animais inicialmente, depois pau-brasil e a metrópole comercializavam pelos países da Europa.

Atraídos por essa proposta de comercialização, vários navegadores aventuravam-se ao mar. Em uma das expedições para reconhecimento da costa brasileira, segundo a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Parnaíba), no dia 4 de outubro de 1501 Américo Vespúcio adentrou a foz de um rio que batizou por São Francisco em homenagem ao santo do dia, São Francisco de Assis. Posteriormente, nos séculos XVII e XVIII, serviu como rota de interiorização das Bandeiras, sendo denominado de “Rio da Unidade Nacional”.

Segundo Godinho e Godinho (2003), o rio São Francisco tem sua nascente localizada no Parque Nacional da Serra da Canastra, no sudoeste do estado de

Minas Gerais, banha cinco estados sendo Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

O rio São Francisco, ao longo do tempo, conseguiu atrair indígenas, historicamente os primeiros habitantes de suas margens, e colonizadores europeus, favorecendo a troca de mercadorias e foi responsável pela edificação de várias cidades ao longo do seu curso, a exemplo, a cidade de Penedo localizada ao sul do estado de Alagoas com uma “população de aproximadamente 60.378 habitantes é um relicário vivo, que conserva um patrimônio artístico - cultural de grande valor” (IBGE, 2010). As influências dos colonizadores podem ser encontradas na arquitetura de casarios, conventos e igrejas.

Em virtude de toda a sua importância, foi tombada como patrimônio histórico e artístico- cultural, em 18 de dezembro de 1995 com a portaria 169 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, Ramos (2012), com o intuito de salvaguardar o patrimônio que a cidade de Penedo dispõe. Esse patrimônio artístico cultural torna-se importante não somente por seu valor histórico, mas, sobretudo por abrigar no contexto de cidade em desenvolvimento as atividades primárias que lhe deram origem, a feira livre. Segundo Zambi (2010), a centenária feira de Penedo se confunde com a própria história da cidade. Essa afirmativa evidencia a relação intrínseca entre rio São Francisco, Penedo e feira livre.

A feira livre da cidade de Penedo-AL, bem como o rio São Francisco detém potencial para o desenvolvimento de vários segmentos do turismo cultural, definido pelo Ministério do Turismo (2005), como as atividades turísticas que relacionam a valorização dos bens materiais e imateriais da cultura, no entanto o município permanece estagnado no que se refere ao desenvolvimento do turismo.

3 FAZENDO A FEIRA EM PENEDO

A feira livre da cidade de Penedo se apresenta todos os dias no arranjo tradicional que compõe e atribui vida a paisagem urbana que constitui, mas é no sábado que essa vida se intensifica. O ir e vir dos passos acelerados dos feirantes montando suas barracas, selecionando e expondo os produtos sobre a banca configura-se os primeiros movimentos de um dia de feira.

A feira de Penedo comporta uma diversidade de elementos, estáticos e dinâmicos, eles se complementam dando forma, moldando e transformando o espaço em vários territórios, esses territórios se dividem ao longo de dez ruas do centro histórico da cidade que a feira livre ocupa distribuindo, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Agricultura do município, 1.000 bancas aos sábados. Ainda que não tenham nenhuma delimitação por muro ou qualquer barreira física, para separar os territórios que a feira engloba, percebe-se que existem barreiras abstratas que são respeitadas pelos atores conhecidos como feirantes, a divisão espacial se dá a partir da organização que tem como objetivo facilitar a compra do cliente, mantendo as mercadorias separadas por ruas e elementos do mesmo gênero.

A venda na feira é uma tradição familiar transmitida de geração para geração. Os feirantes de hoje foram as crianças de outrora que os pais levaram para fazer a feira. Essas pessoas atraídas pela dinâmica da atividade, pela geração de renda que ela proporciona e pela tradição familiar resolveram continuar a trilhar o caminho de seus pais e avós. Essa escolha evidencia a identidade cultural e sentimento de pertença pela atividade exercida. Como bem protagoniza Neide (Vendedora de frutas).

“Minha mãe vendia carvão, frutas em casa e meu pai quando eu fui crescendo comprava um pouquinho de banana e eu ficava vendendo na porta do mercado, depois eu casei e sempre continuei vendendo. E tudo o que eu tenho agradeço primeiramente a Deus e depois a feira”.

Pouco a pouco começa a aparecer o personagem principal para quem o cenário foi preparado, o freguês. Este é atraído pelo cheiro, pela cor, limpeza e organização da banca, pelas jocosidades dos feirantes e ainda as estratégias de vender pelo menor preço. Os feirantes buscam estratégias não somente para atrair e fidelizar os seus clientes, mas também, torná-los mais próximos de sua realidade, mais compreensivos e amigos.

Embora a relação feirante e freguês se desenvolvam em um espaço de compra e venda de produtos não se restringe a comercialização, especialmente pelos feirantes executarem essa tarefa há muitos anos e por conseguirem construir laços que possibilitam a preferência de seus fregueses frente a várias bancas que vendem o mesmo produto. Isso se dá principalmente pela tradição transmitida de pais para filhos. Os pais costumam levar seus filhos para fazerem a feira, a

preferência dos pais pela banca que vende a carne, o peixe e a verdura, por exemplo, será posteriormente a escolha do filho quando este receber a incumbência de fazer a feira, ou ainda, quando constituir sua própria família.

É comum os pais levarem os filhos para fazerem a feira, e esse ambiente de comercialização também se apresenta como um espaço propício ao aprendizado. O colorido das frutas, o cheiro, a escolha através do toque e a degustação possibilitam que as crianças, por exemplo, conheçam e participem da seleção de produtos que posteriormente farão parte de sua alimentação.

O olhar da criança, descompromissado, tal como um turista alheio ao território, em um lugar de fluxo constante, consegue enxergar e valorar elementos que os olhos acostumados dos feirantes não mais valorizam, essa característica faz do simples ato de fazer a feira, um acontecimento que pode possibilitar uma experiência enriquecedora.

As crianças vão aos poucos se familiarizando com o ambiente da feira e construindo uma identidade. Ao crescerem, o costume de ir à feira e ver a diversidade de produtos ali encontrados, bem como as sensações que esse ambiente exprime, constituirá o elo capaz de fazê-las repetir os hábitos e transmitir a tradição de realizar suas compras na feira, tal como seus pais o fizeram e possivelmente aos seus filhos, farão.

A feira através de sua originalidade tem potencial para atrair turistas que desejem experienciar à cultura do outro, esse ambiente pode proporcionar uma rica troca de conhecimento, favorecendo a interação entre visitante e visitado e fortalecendo a identidade cultural de ambos. Todavia, é raro encontrar turistas na feira livre de Penedo-AL, uma vez que se trata de um ambiente dinâmico, ou seja, está repleto de constantes mudanças, e atualmente apresenta-se pouco organizado, carente de readequação e estruturação do espaço. A paisagem é uma das ferramentas utilizadas para atrair turistas a visitar uma determinada localidade, no tocante, a diminuição de turistas na feira se dá especialmente pela desordem e precariedade que esse espaço evidencia.

Na feira, a aparência do produto é fundamental para a realização da compra, sabendo disso, os feirantes têm a preocupação de mantê-lo separado uns dos outros, empilhado e quando necessário, regá-lo, para preservar a cor e torná-lo mais atraente aos olhos do freguês, de modo que desperte o interesse pela compra.

Os fregueses da feira de Penedo-AL chegam cedinho, por volta das cinco da manhã, com sacolas vazias nas mãos ou ainda com seus carrinhos começam a circular pelas ruas, passando por entre as bancas, parando, observando, perguntando os preços, pechinchando e comprando.

A feira contracena com lojas, supermercados, açougues, peixarias, restaurantes e vários empreendimentos que compõem sua paisagem. De acordo com Santos (2008), paisagem é tudo o que a vista alcança. Tuan (1980) vai mais além, segundo o autor a paisagem é percebida através dos sentidos e não só pela visão, a feira oferece estas características, uma vez que a paisagem pode ser vista sob o olhar da multidão e ao mesmo tempo sentida através de aromas e dos sabores.

O freguês deficiente visual, por exemplo, pode definir a paisagem a partir do cheiro, toque e pela audição ao ouvir os gracejos dos feirantes para atrair à atenção de outros fregueses e até mesmo pelo movimento das pessoas ao transitarem de um lado para o outro.

A paisagem acompanha a dinâmica da feira sofrendo com as mesmas modificações constantes; no início, ao raiar do sol as bancas estão coloridas, com as mercadorias mais frescas e o espaço da feira com menos pessoas a circular, com o passar do tempo o movimento se intensifica, as bancas ficam menos arrumadas, os ruídos aumentam e ao chegar próximo do final, a feira está transformada, com uma paisagem completamente diferente do início, a sujeira é a vedete principal num cenário de desordem, as coadjuvantes todas murchas e queimadas pelo sol, pobres hortaliças vão ter como destino o lixo.

Dentre as dez ruas da feira livre da cidade de Penedo-AL, existem as de maior circulação devido aos produtos que são expostos, a rua Campus Teixeira, por exemplo, abriga grande parte de produtos do gênero alimentício como as frutas que aromatizam a rua com seu cheiro, as verduras enfeitam com suas cores, os legumes e hortaliças com seu verdume e os tubérculos com suas formas.

Na transversal, existe o mercado da carne em condições precárias, há problemas de infraestrutura básica como a ausência de lixeiras, as bancas são de madeira, inapropriadas para a comercialização e o local é apertado. Anteriormente nesse espaço funcionava um depósito de bebidas, atualmente, preenchido segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura com 87 bancas, é o lugar onde a

população penedense pode comprar a carne bovina, suína, carne salgada, vísceras e frango.

Encontra-se também uma peixaria e um competitivo congestionamento de carrinhos de mão com crianças e adolescentes que se oferecem para levar as compras dos fregueses em troca de alguma contribuição monetária. Nem sempre agrada ao freguês realizar as suas compras em meio à desordem que se instala mediante o fluxo indiscriminado de pessoas, todavia, a atmosfera ruidosa e o movimento de passos acelerados é uma característica peculiar de um dia de feira, na feira livre de Penedo-AL.

Em meio à desorganização existe também na feira de Penedo ambientes mais tranquilos, a exemplo o mercado municipal, localizado na Avenida Floriano Peixoto, iniciada sua reforma pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN em 2008. Este é circundado por lojas, restaurantes, lanchonetes e açougues, internamente, abrigam em boxe lojas de enfeites e decoração, produtos artesanais, bijuterias e serviços como relojoeiro, alimentação e terminais de caixas eletrônicos com a finalidade de proporcionar maior comodidade a população penedense.

Contracenando com a calma do mercado municipal encontra-se defronte o Pavilhão da Farinha, lugar de grande circulação de pessoas, localizado entre as ruas Sabino Romariz e a Praça Costa e Silva, também reformado pelo IPHAN no ano de 2010, atende a venda de cereais, laticínios e derivados de mandioca, bem como quiosques de comidas e bebidas que ladeiam o prédio. Nas proximidades do Pavilhão da Farinha encontra-se a Praça Costa e Silva que forma o coração da feira, agregando em maior quantidade o comércio de roupas confeccionadas, produtos eletrônicos, consertos de relógios, frutas, verduras e cereais.

Uma das ruas mais frequentadas pelos fregueses é a Rua Francisco Freire, esta, é conhecida como feira do peixe, devido à comercialização de várias espécies de peixes em um aglomerado de bancas, bem como outros pescados. A venda se dá em um espaço inapropriado, a rua é estreita e a infraestrutura não oferece o suporte adequado aos feirantes, as bancas são de madeira favorecendo a contaminação do peixe, não existem lixeiras nas proximidades e as vísceras são depositadas embaixo da banca.

Em meio a um odor característico de pescados, diversos feirantes com olhos atentos, tentam atrair o freguês chamando-o para a sua banca, gritam os preços tentando convencê-los a comprar seu produto. Os fregueses transitam olhando, pechinchando e quando convencidos pedem para tratar o peixe, que nada mais é que, descamar e desviscerá-lo, o feirante com rapidez o faz, terminado, embala e entrega. Efetuada a compra, o freguês parte para outras bancas a fim de continuar a fazer a feira. É comum ter próximo à banca do peixe outras bancas que se encontram o coco, o coentro, o limão e verduras, produtos que servirão como ingredientes para o preparo do peixe. A localização dessas bancas é estratégica, uma vez que o freguês compra o peixe e possivelmente também comprará os ingredientes para prepará-lo.

A “feira do peixe”, como popularmente convencionou-se chamar esse espaço, agrega vários tipos de pescados, provenientes do rio São Francisco, do mar, bem como de criatórios em cativeiro; é comum encontrar-se moluscos como: ostras, sururu e maçunim, crustáceos como caranguejo, sempre em duas variedades o uçá e guaiamum e o camarão procedente do rio e do mar.

Apesar de suas deficiências estruturais a “feira do peixe”, carrega, a importância de comercializar o produto que simboliza toda a região do Baixo São Francisco, “o peixe nosso de cada dia”, ainda que grande parte não seja o peixe nativo do rio São Francisco como o tambaqui e tucunaré que são advindos da Amazônia.

O peixe continua sendo de grande valia tanto para o feirante que o comercializa, quanto para o freguês que tem a possibilidade de obter um alimento essencial a sua dieta e responsável pela manutenção de várias famílias penedenses.

4 REPENSANDO O RIO SÃO FRANCISCO E A FEIRA LIVRE DE PENEDO-AL PARA O TURISMO CULTURAL: UM ROTEIRO POSSÍVEL

Penedo carrega a imagem de cidade turística graças a seu patrimônio arquitetônico, o mesmo é herança de uma época em que o Rio São Francisco se apresentava como rota principal para os desbravadores europeus.

Foi no período colonial que Penedo-AL se ergueu, ganhou atenção de povos que possuíam hábitos e costumes diferentes, mas que reconheciam o valor de uma

localização estratégica, assentar casarões nas proximidades do Rio São Francisco representou algo além da construção de mais uma cidade, representava a estruturação promissora à margem de um rio de possibilidades e oportunidades.

Com o passar dos séculos, o Rio São Francisco ganhou novas funcionalidades, agora não serve somente como rota de comércio e transporte, mas também como atrativo turístico que Penedo-AL dispõe, entretanto, com o incremento das novas funcionalidades adquiridas, são notáveis as mudanças que acabaram ocorrendo com o passar dos séculos, uma vez que já não existe o tráfego de embarcações como acontecia outrora, bem como a atividade pesqueira que há muito vem diminuindo, diminuição ocasionada pelos impactos ambientais causados pelas ações do tempo e do homem.

O rio São Francisco, assim como a feira livre de Penedo são de grande importância histórica, econômica e cultural, especialmente pela simbologia e relevância no contexto do turismo da cidade de Penedo que se apresenta em desenvolvimento. Ambos, rio e feira, abrigam várias formas de comércio e expõem parte do saber fazer penedense. Os atrativos são bastante diversificados e vão desde o espaço natural de subsistência e comercialização as artes de fazer, dizer e nutrir do povo penedense, constituindo-se em espaço propício para o desenvolvimento do turismo cultural.

As demandas dos turistas na sociedade atual estão atreladas a oportunidade de vivenciar uma experiência. O turista deseja, entre outras coisas, rever seus conceitos, desmontar os estereótipos, agregar um valor, aprender algo, sonhar e, principalmente, se emocionar. Dessa forma é necessário o planejamento e desenvolvimento de atrativos diversificados que possam oportunizar vivências e experiências únicas.

É necessário entender, que o turista hoje tem expectativas que vão além da contemplação passiva dos atrativos. Esse novo perfil de turista, ativo e criativo, quer realizar um desejo além de se sentir um ator importante na construção do destino visitado. Este turista, que está cada vez mais autônomo e bem-informado, busca envolver os parentes e amigos nesse processo, fazendo com que a viagem não seja somente lazer, mas também uma atitude militante de partilhar o ambiente, a comunidade visitada e a cultura local, vivendo experiências inesquecíveis e obtendo o poder de convencer os próximos a tomarem essa atitude; viajar com inteligência (TOUR DA EXPERIÊNCIA, 2010, p. 07).

Estimular uma consciência de valorização econômica e cultural torna-se necessário, através da estruturação de um itinerário turístico. Segundo Ramos (2012) o itinerário é uma forma de expressão que tem por objetivo explicar algo a alguém, utilizando-se de ferramentas da comunicação. Nesse contexto, o itinerário possui condições e mecanismos que são capazes de fomentar a valorização das expressões culturais presentes no ambiente do rio e da feira por meio da valorização do patrimônio material e imaterial da cultura penedense.

O rio São Francisco e a feira livre podem compor um itinerário turístico diferenciado, com o objetivo de despertar do olhar do turista por meio da experiência estimulada por vários meios de interpretação, como a reconstrução de acontecimentos através de músicas, poesias e narrações de fatos que foram importantes para a construção do espaço e da identidade do povo penedense.

Os feirantes, por sua vez, teriam a possibilidade de enaltecer os seus produtos, angariar lucro, fortalecer o sentimento de pertença pelo rio São Francisco, Feira livre e cidade de Penedo de modo geral, compreendendo a dinâmica da atividade turística e a possibilidade de inserção.

O turismo não pode ser apresentado aqui como a “tábua de salvação” para solucionar os problemas de Penedo no que diz respeito ao rio São Francisco e a feira, mas pode ser entendido como a alavanca capaz de impulsionar e despertar gestores e empreendedores para vislumbrarem as potencialidades que a cidade dispõe.

5 A FEIRA LIVRE DE PENEDO COMO ATRATIVO TURÍSTICO: A VISÃO DO FEIRANTE

Foram entrevistados feirantes que exercem a atividade há mais de 30 anos, a fim de apreender as representações que tais sujeitos possuem sobre a feira e todo o seu processo de transformação.

Os feirantes revelam uma certa nostalgia, ao considerarem que a feira era melhor antigamente sob o argumento de que existiam menos feirantes e, que acontecia somente durante dois dias, sexta e sábado. Atualmente é uma feira fixa, ou seja, acontece todos os dias.

Em relação às motivações para a prática da comercialização observou-se que foram motivados pela tradição familiar e principalmente, pela falta de oportunidade

de outro tipo de emprego em função do baixo grau de escolaridade. Como bem protagonizam os feirantes Roberto e Valdeci:

“Por que meus pais vendiam também, eu vinha com ele pra feira depois ele se aposentou, não quis mais vender e eu fiquei no lugar dele”, Roberto (vendedor de carne).

“Por que quando a gente não tem um grau de estudo mais alto, não se dedicou ao estudo, se acomodou, fiquei no comodismo e só restou a feira, tanto é que eu já vou me aposentar e é essa a situação”, Valdeci (vendedora de roupas confeccionadas).

Verifica-se que o feirante não valoriza sua atividade e apresenta uma baixa autoestima, de forma que a feira ficou em sua vida como falta de outra alternativa para a própria sobrevivência.

O caráter tradicional, econômico e a ambiência da feira tornam-se os fatores determinantes para que os feirantes continuem exercendo essa atividade.

Os feirantes relatam que a feira passou por muitas mudanças em sua dinâmica, principalmente às vendas e a disposição das bancas gerando, entre outras coisas, a diminuição do movimento, mesmo assim, todos afirmam que a feira continua sendo a única fonte de renda e sustentáculo para manter suas famílias.

Quando questionados a respeito do desenvolvimento do turismo cultural na feira, contatou-se que a percepção do feirante perpassa questões sociais, ambientais e estruturais.

No que diz respeito às questões sociais, os feirantes estão acostumados com o seu dia a dia e, não conseguem elencar nenhum atrativo na feira livre que poderia vir a ser a força motriz para criar um produto turístico. Mesmo sem conseguirem indicar motivações para um turista vir a Feira livre de Penedo, os feirantes desejam que eles venham a fim de aumentar a sua renda. O turista, nesse contexto é visto e desejado através do atrativo econômico que pode proporcionar e não há, nem mesmo, uma noção de que a feira é um patrimônio cultural de valor significativo para a cidade de Penedo.

No que tange as condições ambientais, os entrevistados identificam problemas de infraestrutura básica como a ausência de lixeiras, banheiro, organização das bancas e ordenamento do espaço.

Na questão estrutural a feira necessita de vagas de estacionamento, ordenamento dos setores, disciplinamento do tamanho do boxe ou banca e alinhamento dessas estruturas, bem como, organização de modo geral.

Ao reorganizar a paisagem da feira sem alterar a autenticidade desse ambiente, o fluxo de pessoas poderá aumentar e os turistas que visitam a cidade de Penedo poderão circular nesse espaço adquirindo conhecimento através do saber fazer do povo penedense.

6 A FEIRA LIVRE DE PENEDO COMO ATRATIVO TURÍSTICO: A VISÃO DO PODER PÚBLICO

Em entrevista ao poder público da cidade de Penedo, na pessoa de Pedro Soares da Silva Neto (Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia), quando questionado a respeito da importância da feira o mesmo ressaltou que,

“A importância dela para a economia é vital. Mas hoje ela já está precisando de uma séria reorganização, porque já não está com esse movimento econômico tão forte como ela tinha”. Pedro Soares (Secretário).

Torna-se importante também pelo fato de ser,

“na feira que temos o real entendimento de como é a comunidade da cidade”. Pedro Soares (Secretário).

Ela é capaz de refletir os saberes, fazeres e costumes de um povo. Quando questionado a respeito do desenvolvimento do turismo cultural e os possíveis limites que o inviabilizam na feira, explanou que os problemas estão atrelados a fatores culturais e econômicos.

No que se refere ao fator cultural, o Secretário dá evidências de sua percepção acerca da problemática ressaltando que

“a cultura do povo é um dos maiores problemas, a falta de educação atrapalha em todos os contextos especialmente na esfera ambiental”. Pedro Soares (Secretário).

Isso reflete as condições atuais da feira livre, uma vez que carece de melhorias nas questões higiênico-sanitárias. Observa-se ainda que os feirantes não permitem que a municipalidade faça a limpeza, pois, colocam as bancas no encostamento onde passam as águas pluviais dificultando a higienização do espaço. Nesse contexto, há necessidade de sensibilização por parte de feirantes e fregueses.

No fator econômico identificou-se a falta de inovação, de visão empreendedora e de investimentos para o desenvolvimento da atividade turística. O

mercado apresenta-se cada vez mais competitivo e se faz necessário inovar, criando novas estratégias a fim de consolidar um produto turístico.

Segundo o Secretário a visão empreendedora desses feirantes é um pouco reduzida, não atentando para as mudanças do mercado, para a formulação de estratégias de fidelização de seus clientes ou ainda para os avanços da tecnologia da informação que permitem a divulgação de produtos e serviços. Esses feirantes estão em um ambiente que contracenam com supermercados e lojas, dessa forma a criatividade e inovação se fazem necessário.

Quando questionado a respeito da existência de projetos para o desenvolvimento do turismo na feira o Secretário ressaltou que,

“existe uma ideia, não existe um projeto pronto, nós só poderemos resolver isso quando a feira estiver organizada, porque é um risco levar um turista para a feira hoje”. Pedro Soares (Secretário).

Parte-se do pressuposto de que se o ambiente não estiver organizado proporcionará ao turista uma experiência negativa, impossibilitando o retorno ou ainda divulgação do que poderia vir a ser um destino.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo cultural é um segmento do turismo capaz de valorizar os bens materiais e imateriais da cultura, nesse contexto de valorização cultural, percebe-se a importância do rio São Francisco, bem como da feira livre para o desenvolvimento da atividade turística no município de Penedo-AL, principalmente como elementos geradores de renda que beneficiam não somente os ribeiros e feirantes que desenvolvem a prática da comercialização, mas a um contingente de pessoas que direta ou indiretamente usufruem de seus recursos.

O cenário para o desenvolvimento do rio São Francisco, assim como da feira livre de Penedo frente ao turismo cultural é promissor, uma vez que ambos detêm grande potencial. Verifica-se a necessidade de ações de educação patrimonial com os feirantes a fim de sensibilizá-los para a importância da feira e possibilidade de sua inclusão no turismo do município. O poder público, por sua vez, precisa reordenar o espaço e dotá-lo da infraestrutura necessária para a exploração turística.

O desenvolvimento dessas potencialidades depende, portanto, dos pilares poder público municipal, iniciativa privada e comunidade local que, com ações

integradas e visão holística do fenômeno, possibilitarão o estreitamento da lacuna existente entre o potencial e o não efetivo desenvolvimento do turismo cultural no município de Penedo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a Feira: Estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da feira livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG.** 2009. Dissertação de mestrado (Desenvolvimento Social)- Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA. XII. **As Feiras como Espaços Públicos de Sociabilidade, Representação e Desenvolvimento para as Urbes Portuguesas e Brasileiras.** Porto, 2010.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO RIO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. CODEVASF. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/>> Acessado em: 30/10/2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 1996.

GOLDINHO e GOLDINHO. Hugo Pereira; Alexandre Lima. **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais.** Puc Minas 2003.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03/04/2015.

MAIA. Raul. **Projeto Cultural: Manual Global do Estudante.** São Paulo. Difusão Cultural do Livro. 1999.

MINISTÉRIO DO TURISMO, Mtur. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Cultural.pdf> Acesso em: 16/10/15.

PENEDO. Prefeitura Municipal. **Secretaria de agricultura abastecimento e desenvolvimento agrário.** 2015

RAMOS, Silvana Pirillo. **Planejamento de roteiros Turísticos.** Porto Alegre, Asterisco, 2012.

SANTOS. Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Ed.Universidade de São Paulo, 2008.

TUAN. Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Traduzido: DIFEL, 1980.

TOUR DA EXPERIÊNCIA (2010) disponível em
<<http://www.tourdaexperiencia.com/>.> Acesso em 18/05/2015.

ZAMBI, Maria Madalena. et al. **Inventário Nacional de Referências Culturais de Penedo/Alagoas.** 2010.

INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA¹

Edivaldo M. Boaventura²
Lídia Boaventura Pimenta³
Luiz Carlos dos Santos⁴
Adelmo Schindler Júnior⁵
Bruno Oliveira dos Santos⁶

RESUMO

O artigo objetiva mostrar a interiorização da educação superior estadual da Bahia a partir de 1967, primeiramente, com a criação das Faculdades de Formação de Professores, em municípios, em seguida com a institucionalização das atuais quatro Universidades Estaduais de Feira de Santana (UEFS), do Sudoeste da Bahia (UESB), de Santa Cruz (UESC) e do Estado da Bahia (UNEB), caracterizando o esforço pioneiro da administração estadual de procurar cobrir o território baiano de educação superior objetivando sobretudo a formação de professores e de outros profissionais, contudo a partir de 2006 começa um segundo movimento com as três universidades federais sediadas em municípios.

Palavras-chave: Universidade multicampi; Interiorização; Educação superior; Formação de professores; Administração estadual.

INTERNALIZATION OF HIGHER EDUCATION IN THE STATE OF BAHIA

ABSTRACT

The article aims to show the higher education internalization of the state of Bahia from 1967 on, first with the creation of the Teacher Training Colleges in municipalities, then with the institutionalization of the current four State universities of Feira de Santana (UEFS) of Southwest Bahia (UESB), Santa Cruz (UESC) and the State of Bahia (UNEB), featuring the pioneering effort of the state government to attempt to cover the Bahia territory of higher education especially aiming the training of teachers and other professionals, however since 2006 a second movement takes place with the three federal universities based in municipalities.

Keywords: Multiple Campus University. Internalization. Higher Education. Teacher Training. State Government.

JEL: I25; I23

¹ Comunicação apresentada no VII Workshop Rio São Francisco: Cultura, identidade e Desenvolvimento, III Encontro Ambiental e I Seminário de Direito Ambiental, Penedo (AL), de 30 de agosto a 1º de setembro de 2015.

² Edivaldo M. Boaventura. Ph. D e Mestre em Educação, Docente Livre e Doutor em Direito, professor titular do Programa em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU/Unifacs), Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento (GPED), Unifacs <edivaldoaboaventura@terra.com.br>

³ Lídia Boaventura Pimenta. Doutora e Mestre em Educação, professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Grupo de Pesquisa Educação e Desenvolvimento (GPED) <lbpimenta@hotmail.com.br>

⁴ Luis Carlos dos Santos. Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano, professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Grupo de Pesquisa Educação e Desenvolvimento (GPED) <lcsantos@uneb.br>

⁵ Adelmo Schindler Junior. Mestre em Ciências Contábeis, professor da Unifacs, Grupo de Pesquisa Educação e Desenvolvimento (GPED) <adelmoschindler@yahoo.com.br>

⁶ Bruno Oliveira dos Santos. Bacharel em Ciências Sociais e em Direito, professor da Universidade Paulista (UNIP). Grupo de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento (GPED) <brunoadv.72@gmail.com>

1 INTRODUÇÃO

A interiorização da educação superior tem muito a ver com os objetivos do Programa Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestrado e Doutorado, da Universidade Salvador (PPDRU/Unifacs). Pela educação superior atinge-se o crescimento dos principais centros urbanos da Bahia. A formação do capital humano, educação à distância e a educação aberta online têm sido discutidas no relacionamento da educação e desenvolvimento, principalmente, entre universidade e região. Do mesmo modo, dissertações e teses defendidas neste Programa têm tomado às universidades estaduais como objeto de análise.

A pergunta que se faz, inicialmente, em face das dimensões do Estado da Bahia, é como educar 15 milhões de baianos em 560 mil km² com 65% do território no semiárido? Eis um dos desafios das universidades estaduais que foram criadas objetivando, precipuamente, a formação de professores e de profissionais outros.

Assim, indaga-se: por que as universidades estaduais? Qual a motivação para educação superior estadual? Como se justifica a entrada da administração estadual na educação superior? As universidades estaduais foram pioneiras na interiorização da educação superior? As universidades estaduais foram pioneiras na interiorização da educação superior. Nelas se percebe a participação das lideranças locais na criação dos centros urbanos de ensino superior. Em um segundo momento e muitos anos depois, a partir de 2006, chegaram as Universidades Federais do Recôncavo Baiano (UFRB), do Sul da Bahia (UFSB) e do Oeste Baiano (UFOB). Acompanharam os Instituto Federal da Bahia (IFBahia) e os Instituto Federal Baiano (IFBaiano) com sede em Salvador e presença nos municípios baianos.

A partir do final dos anos sessenta do século passado, começou a intervenção do Estado da Bahia na educação superior, visando, sobretudo, a formação de professores para ensinar nas unidades escolares dos municípios. Considerando que houve uma macrocefalia da educação superior, em Salvador, pela concentração da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Universidade Católica do Salvador (Ucsal) e Universidade Salvador (Unifacs), além das muitas faculdades particulares.

Até os anos sessenta do século XX a educação superior estadual se destinava à agricultura com a Escola de Agronomia da Bahia, em Cruz das Almas, que vem do século XIX, com o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, como também, a Escola de Medicina Veterinária criada no século XX, em 1951, no Governo Régis Pacheco, sendo secretário da Agricultura Nonato Marques. Ambas foram federalizadas e passaram para a Universidade Federal da Bahia, em 1967.

No governo Luís Viana Filho (1967-1971) há uma mudança inovadora e fundamental quando à educação superior. A administração estadual passa a se ocupar da educação superior voltada para o ensino com a criação das Faculdades de Formação de Professores para o Primeiro Ciclo (antigo ginásio), em Feira de Santana, Alagoinhas, Vitória da Conquista e Jequié. A Faculdade de Feira chamou-se, impropriamente, de Faculdade de Educação sem possuir sequer o Curso de Pedagogia e outros requisitos próprios de uma Faculdade de Educação. Todas as quatro Faculdades mantiveram cursos de licenciaturas curtas em Letras, Estudos Sociais, Ciências, Matemática e depois evoluíram para outras programações.

A interiorização da educação superior ficou mais revigorada com as universidades estaduais. Primeiramente a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), criada pelo governador Luís Viana Filho em 1970, seguem-se a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) em 1980, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) em 1983 e a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), em 1991.

Com a Uneb, a interiorização fica mais evidente com a forma multicampi que responde a três requisitos: 1) um sistema estadual de ensino para ser completo, abrange do ensino pré-escolar, passando pelo fundamental, médio, superior até a pós-graduação; 2) uma educação superior estadual se relaciona com o espaço territorial pela identidade cultural, podendo ser organizada por universidades unicampus ou multicampi; e 3) uma faculdade ou universidade instalada num centro urbano interiorano é um fator de progresso por agregar laboratórios, bibliotecas, equipamentos e instalações mudando e enriquecendo a comunidade urbana.

Assim considerando, no que tange à educação superior estadual, vamos demonstrar como vem se efetivando a sua interiorização pelas quatro universidades estaduais.

2 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)

Em 1968, no Governo Luiz Viana Filho, foi instalada a Faculdade de Educação, efetivamente, a primeira unidade universitária de Feira de Santana. No ano seguinte, pelo Decreto 21.583 de 28 de novembro, foi criada uma comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Universidade. Documento da maior importância histórica foi a Lei Estadual nº 2.784, de 24 de janeiro de 1970, que autorizou o Poder Executivo a instituir, sob a forma de Fundação, a Universidade de Feira de Santana, iniciativa do governador Luiz Viana Filho, atendendo às lideranças políticas locais daquele município. Dessa forma, em 1970, a Assembleia Legislativa aprovou o anteprojeto da Universidade de Feira de Santana. Com esse ato, atendia-se às justas aspirações da comunidade feirense e demais municípios circunvizinhos, cujas populações se somaram na luta pela criação dessa instituição de ensino.

As justificativas que levaram o Governo do Estado a criar essa Universidade são diversas. Pode-se enumerar e recordar algumas: Feira de Santana era, como ainda é, o segundo polo de desenvolvimento do Estado; um dos maiores centros rodoviários do Nordeste do Brasil; o maior centro comercial e industrial do interior do Estado; e, tendo como área de influência 94 municípios, situados no vale do rio Paraguaçu com destaque para o seu afluente, o rio Jacuípe.

Durante todo o ano de 1970, continuando pelo início de 1971, a Secretaria de Educação e Cultura tomou a iniciativa de editar vários atos em apoio à Fundação Universidade de Feira de Santana: 1) Decreto Estadual nº 21.812, de 16 de abril de 1970, que aprovou os Estatutos da Fundação; 2) Lei Estadual nº 2.817, de 24 de junho de 1970, que autorizou o Poder Executivo a doar área de terra para o campus; 3) Lei Estadual nº 22.147, de 20 de novembro de 1970, que incorporou bens móveis e imóveis; 4) Decreto Estadual nº 22.073, de 16 de outubro de 1970, que aprovou o primeiro plano de aplicação de recursos (BOAVENTURA, 1985).

Muitos outros atos administrativos estaduais foram editados, dentre os quais se destaca o Decreto Estadual de 27 de abril de 1970, que instituiu o Conselho Diretor da Fundação Universitária de Feira de Santana, Conselho este que teve importância fundamental na estruturação da Universidade, sempre se reunindo em Feira, ouvindo e discutindo com as suas lideranças e representações sociais e políticas.

No primeiro governo Antônio Carlos Magalhães (1971-1975), O Conselho Diretor da Fundação foi confirmado e continuou trabalhando pela implantação da entidade. Passo decisivo foi a elaboração do Plano Diretor do campus e a construção dos primeiros pavilhões. Com o governo Roberto Santos (1975-1979), intensificaram-se os trabalhos para a autorização de funcionamento, na dependência do Conselho Federal de Educação (CFE). Para tanto, o Instituto de Serviço Público (ISP/UFBA) encarregou-se do projeto acadêmico e administrativo para envio ao CFE, sempre com a participação do Conselho Diretor. A autorização de funcionamento, conforme parecer do conselheiro Newton Sucupira, foi manifesta expressão do prestígio pessoal do governador Roberto Santos, que fora membro e presidente daquele colegiado, no período de 1964 a 1974. Conseguida a autorização, em 1976, o governador instalou solenemente a Universidade. O professor Geraldo Leite, presidente do Conselho e líder do projeto da universidade, foi escolhido o seu primeiro reitor. Sua liderança foi decisiva para a implantação da nova instituição. A construção e a expansão continuaram pelos sucessivos governos estaduais.

Essas e outras razões justificaram a universidade pelos cursos consolidados após a autorização tais como: Engenharia Civil, Enfermagem, Ciências Contábeis, Economia, Letras, Licenciatura em Ciências e Matemática, Estudos Sociais e Administração, contando com uma população estudantil de 3.221 alunos. A Universidade projetou, em 1983, novos cursos como: Odontologia, Geografia, História e Pedagogia. E, numa segunda instância, a criação dos cursos de Matemática, Física, Música e Biologia. (BOAVENTURA, 1987, p. 81-92)

O governo João Durval Carneiro (1983-1987), segunda gestão do secretário de Educação Edivaldo M. Boaventura, procurou contribuir de todas as maneiras para a consolidação da Uefs, tais como: construção de Unidades

de Ensino, Pesquisa e Extensão, ampliação do Biotério, construção da praça de desportos, instalação da comissão para o reconhecimento, apoio a novos cursos, como o de Odontologia, construindo e equipando a biblioteca central, uma das condições para o reconhecimento. No particular, muito contribuiu a conselheira Yeda Barradas Carneiro. Um dos passos significativos para a informatização foi a criação do Centro de Processamento de Dados, de que tanto carecia a instituição. A Secretaria de Educação e Cultura, percebendo a necessidade de informatização, integrou a Uefs no Programa de Automação Administrativa e Informática (Proadin). Essa reivindicação foi atendida prontamente, em 1984. (BAHIA, 1986, p. 104-105)

Constituiu-se a Uefs, como a Universidade que poderia, a curto prazo, desenvolver projetos de pesquisa. Coube ao professor José Maria Nunes Marques, seu segundo reitor (1979-1983, no governo Antônio Carlos Magalhães; 1983-1987, no governo João Durval Carneiro), dirigí-la e liderá-la, nomoteticamente, no seu processo de reconhecimento, obtido no final de 1986.

Com a obtenção do reconhecimento da Uefs, o Estado da Bahia se juntou a São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, na obtenção das prerrogativas do artigo 15 da Lei nº 4.024/61, antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dando plena autonomia à sua educação superior. Com esse reconhecimento da Uefs, completados cinco anos, em 1991, foi solicitado ao então Conselho Federal de Educação a delegação de competências, possibilitando autonomia ao sistema de educação superior da Bahia conforme previa este dispositivo da primeira LDB.

Não pôde ser rápido o processo de institucionalização da Universidade Feirense. Da criação, em 1970, ao reconhecimento, em 1986, teve que responder às exigências do Ministério da Educação duramente impostas às universidades públicas estaduais.

3 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)

A autarquia Universidade do Sudoeste foi criada pelo secretário de Educação Eraldo Tinoco, no segundo governo Antônio Carlos Magalhães (1979-1983), conforme a Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980. Merece destaque, a partir de 1983, o funcionamento do seu Conselho de

Administração. A sinergia das suas reuniões pôde-se considerar relevante para levar avante o projeto da Universidade.

Repetiu-se o mesmo processo de reuniões locais que gestou em boa parte a Uefs, com a participação de representantes dos organismos estaduais sediados em Salvador. Trabalhando-se conjuntamente com a direção da autarquia, encaminhavam-se as gestões e preparava-se o processo de autorização de funcionamento. Procurou-se, como preocupação primeira, a regularização dos cursos e faculdades existentes, o que se concretizou, em parte, por atos do governo federal.

Além do funcionamento regular na sede da instituição, em Vitória da Conquista, com a participação, em todo o processo, do secretário de Educação e Cultura Edivaldo M. Boaventura e de outras autoridades estaduais, e da regularização de cursos e faculdades, realizações outras são levadas em consideração como: acesso asfáltico ao campus de Conquista; planejamento dos três campi, em Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, com a elaboração dos planos diretores de Conquista e Itapetinga; carta-consulta ao CFE sobre a autorização da Uesb; convênio com a Escola Fazendária da Secretaria da Fazenda; projeto de cursos modulados da rede para Brumado e Itapetinga; capacitação docente para professores com curso de especialização e de mestrado, em convênio com a Capes; acrescenta-se, ainda, para experimento e estudo a criação de rebanho bovino e suíno, plantação experimental de maracujá e projeto de apicultura. Construção e conclusão de várias obras, desenvolvimento de recursos humanos e de condições para a pesquisa. (BAHIA, 1986, p. 105-106).

Na implantação da base administrativa e acadêmica, nos anos oitenta, levou a administração da superintendente Walquíria Albuquerque (1983-1987) a priorizar a autorização de funcionamento junto ao Conselho Federal de Educação, só obtida no começo de 1987, já no governo Waldir Pires.

A expansão do ensino superior chegou, portanto, à região, com o funcionamento da autarquia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Em fase de implantação, a Universidade contava com os cursos de Estudos Sociais, Letras Vernáculas, Matemática, Física, Química, Biologia, Enfermagem, Zootecnia, Agronomia e Administração, distribuídos pelos três

campi: Conquista, sede, Jequié e Itapetinga. Em 1987, a clientela que frequenta os diversos cursos era cerca de 1.576 estudantes. No reitorado Pedro Gusmão, procedeu-se ao levantamento das necessidades regionais a serem atendidas pela Uesb. A expansão planejada do ensino e a participação da comunidade universitária local integraram-se ao sistema educacional da Bahia.

4 UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

Em abril de 1983, reuniu-se, em Salvador, a III Conferência da Organização Universitária Interamericana (OUI), presidida por Gilles Boulet, Reitor da Universidade de Québec, e secretariada por François Lorient. Para esse congresso, foi apresentada uma comunicação acerca da educação superior e cooperação interamericana, com insistência na interiorização, racional e organizada, da universidade. (BOAVENTURA, 1983)

Com esse evento internacional, iniciava-se a cooperação com o governo do Quebec. Firmou-se convênio que permitiu a realização posterior de um Mestrado em Educação da Universidade do Quebec, na Uneb, com a coordenação do professor Marcel Lavallée. Desde os seus primeiros anos, a Uneb abriu-se para a cooperação internacional, em especial, com o Canadá. Seguiu-se o exemplo da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, a UDF de Anísio Teixeira, que puderam contar com a colaboração de conhecidos mestres estrangeiros, no início do seu funcionamento.

De todo esse conjunto de fatores, puderam-se destacar as marcantes contribuições para o projeto da Uneb. São agentes principais dessa fase do projeto o professor Alírio Fernando Barbosa de Souza, doutor em educação superior pela The Pennsylvania State University e professor da Universidade Federal da Bahia (Ufba), o reitor Armando Otávio Ramos, da Unesp, e o reitor Gilles Boulet, da Universidade do Quebec. Ao organizar a universidade multicampi, no início de 1983, integraram-se unidades universitárias existentes principalmente nos municípios e mais o Ceteba, em Salvador.

Tinha-se o exemplo próximo, brasileiro e paulista, da Unesp. Acreditava-se em um ponto de vista, que cada vez mais se consolidou com o tempo, que o

modelo multicampi é o que melhor se ajusta ao território de um Estado-membro. Essa era a experiência brasileira e também internacional, do Canadá e dos Estados Unidos. A Universidade Estadual da Pennsylvania (Penn State) é uma universidade multicampi. A concepção de uma universidade multicampi concretizou-se em face do exemplo das universidades paulistas: Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Todas com pluralidade de campi, como demonstrou Irary Novah Moraes. (1986, p. 17-24)

Era a etapa da criação jurídico-administrativa da autarquia mantenedora, que congregou as Faculdades de Agronomia do Médio São Francisco, de Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus, além do Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba), núcleo inicial da Uneb, em Salvador, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro, velha e acalentada aspiração daquela comunidade, iniciativa do arquiteto Pedro Raimundo Rego, Jorge Duarte e outros. A Uneb se expandiu nos anos iniciais de sua criação com os Centros de Educação Superior em Paulo Afonso e outro em Barreiras, de Ciências da Saúde e dos Alimentos, em Salvador, das Faculdades de Educação do Estado da Bahia (Faeeba), em Salvador e em Senhor do Bonfim, Serrinha e Euclides da Cunha com funcionamento de 31 cursos superiores e mais de 2.400 alunos.

Com a experiência da reforma universitária da Ufba, colocou-se estrategicamente a Faculdade de Educação do Estado da Bahia (Faeeba) na Uneb. Não era possível uma Universidade funcionar e mesmo existir sem um núcleo de conhecimentos pedagógicos. Era a lição de Anísio Teixeira quando criou a Universidade do Distrito Federal (UDF) e a mesma lição quando ele e Darcy Ribeiro planejaram a Universidade de Brasília.

Ressaltem-se algumas inovações como a licenciatura em Pedagogia, com habilitações na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Adultos, criação do bacharelado em Nutrição e instalação de cursos superiores pioneiros na região. No Oeste Baiano, especificamente, em Barreiras. O Parque Estadual de Canudos e o Centro de

Estudos Euclides da Cunha vincularam-se, conscientemente, à Uneb e mais ainda aos sertões da Bahia.

No tempo em que se trabalhou na implementação da Uneb, o secretário de Educação acumulou as funções de reitor, facilitando a sua implantação conforme a lei delegada que a criou. Procurou-se estruturá-la dentro dos princípios que a política da União e do Governo do Estado estabeleciam. Assim, saiu o Regulamento da Uneb, pelo Decreto 3.299, de 30 de novembro de 1984, peça importante para implantação da nova autarquia acadêmica, que permitiu a criação dos cargos e preenchimento de alguns postos. Seguiram-se depois os demais atos, como o Estatuto aprovado pelo parecer CEE 128/85, do Conselho Estadual de Educação.

Segundo a política de educação, do quadriênio 1983-1987, cada capital regional da Bahia devia ter a sua Faculdade, formando professores para o sistema de educação e para os demais setores da sociedade. A Uneb nascia com a cor da Bahia, comprometida com as suas regiões, com a negritude, com os sertões, com a pobreza, com os problemas de educação, de alimentação e de saúde. Era mais uma educação superior voltada para o ensino, para a formação de pessoal docente, enfim, para a construção do conhecimento. A isso o modelo interdisciplinar e multicampi muito favoreceu. A circunstância muito especial de ter sua sede no Cabula, mais precisamente no bairro da Engomadeira, criou compromissos sociais e urbanos com a instituição.

A Uneb está presente em todo o Estado, identificando-se com as regiões, especialmente, com o Nordeste da Bahia. A lei que a criou estabeleceu a sua competência para todo o território baiano.

A autorização de funcionamento não foi fácil, entendendo o problema no conjunto das relações dialéticas e assimétricas federais e estaduais. Exigiu muito esforço do secretário de Educação, responsável pela criação da Uneb, além de muita energia e persistência. Houve, no período, a mudança de três ministros da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, que muito ajudou a Bahia em vários processos de autorização de cursos, Marco Maciel e Jorge Bornhausen. O problema ligava-se ao entendimento da burocracia do Ministério da Educação. Tinha-se o parecer favorável do Conselho Estadual de Educação da Bahia, de autoria do conselheiro padre José Hamilton de Almeida

Barros, mas faltava o ato federal de autorização. O processo peregrinava entre o gabinete do ministro e o Conselho Federal de Educação, que não tinha competência específica no caso.

Deve-se ao ministro da Educação Jorge Bornhausen a autorização de funcionamento da Uneb. Para tanto, colaborou o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que acolheu a solicitação do reitor José Edelzuito Soares.

Enfim, a autorização saiu em 17 de julho de 1986 e, dias depois, o ministro Bornhausen visitou o campus da Uneb, em Narandiba. Para a comunidade acadêmica e para os dirigentes da Secretaria de Educação foi um dia solar de plena realização. Foi uma vitória alcançada depois de três anos de lutas junto ao MEC, o que comprova como são polêmicas as relações de poder entre o governo central e os governos estaduais, no conjunto de uma federação.

Pelo decreto de autorização de funcionamento do Presidente José Sarney, explicitou-se sua condição de "sistema multicampi", servindo a todo o Estado da Bahia. Para que fosse autorizada por decreto presidencial, foi oportuna a doutrina do parecer nº 647/84, do Conselho Federal de Educação, de autoria do jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que deu inteligente interpretação ao artigo 47, da Lei Federal 5.540/68. O sistema multicampi serve a todo Estado da Bahia, confirmando a lei que criou a Uneb: "A Uneb tem por finalidade desenvolver, de forma harmônica e planejada, a educação superior, promovendo a formação, o aperfeiçoamento (...) bem como estimulando a implantação de cursos e campi universitários nas regiões do Estado, observando as suas peculiaridades".

A forma multicampi foi definitivamente consagrada no decreto presidencial, sendo realmente a que melhor convém a uma universidade estadual. É a lição da Penn State que tanto tem fertilizado e enriquecido a educação superior baiana. O Estado-membro é, de qualquer forma, um espaço a ser ocupado pela educação superior. Como se dizia, na década de oitenta: "educação superior rima com interior, enquanto educação federal com capital e litoral". Mais recentemente cogita-se de uma Rede de Gestão Departamento, conforme pode ser vista no Quadro 2.

Do ponto de vista normativo, trabalhou-se no seu processo de reconhecimento, tarefa cometida ao Conselho Estadual de Educação da Bahia com a delegação de competência do Conselho Federal. Com os serviços prestados à comunidade acadêmica, a declaração de reconhecimento foi uma etapa importante no processo de consolidação da instituição, que lhe permitiu criar cursos de graduação e pós-graduação, celebrar convênios nacionais e internacionais, registrar os diplomas dos seus alunos.

Da criação, em 1983, passando pela autorização de funcionamento, de 1986, chegou-se pela Portaria nº 909, de 31 de julho de 1995, do Ministro de Educação e Desporto, Paulo Renato de Souza, ao reconhecimento, com sede e foro na cidade do Salvador e jurisdição em todo o Estado da Bahia, conforme o Parecer do Conselho Estadual de Educação da Bahia, nº 133/1995 (BRASIL, 1995).

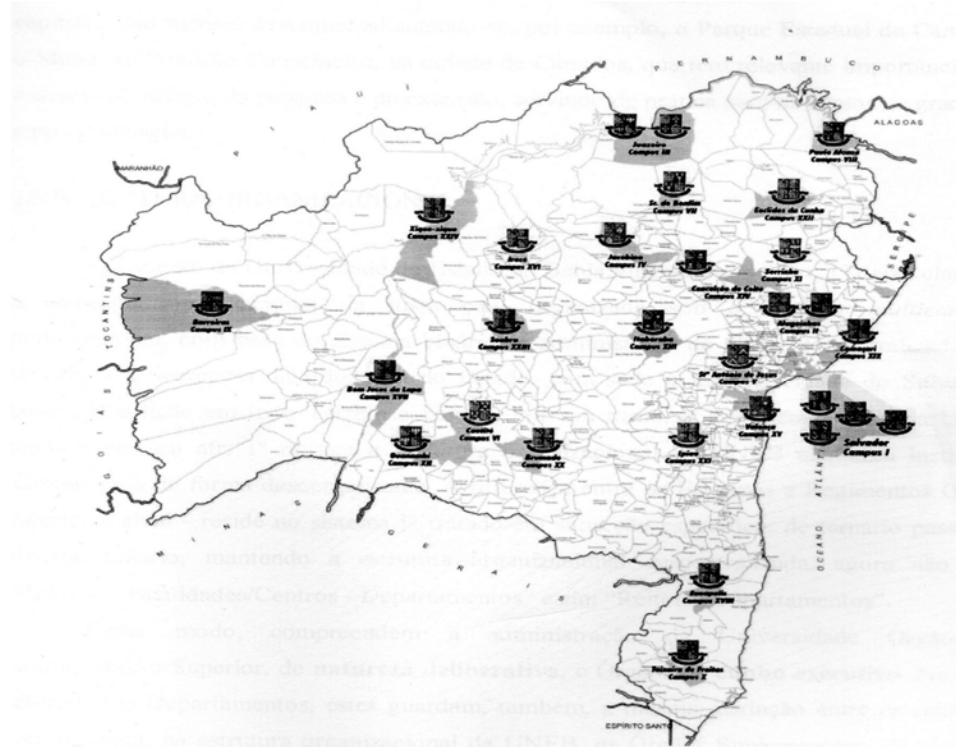
A UNEB mantém 24 campi, como podem ser visualizados no Quadro 1 Distribuição Espaço/Geográfico das Unidades da UNEB e na Figura 1 Localização dos Campi por Municípios. Além destas unidades, existem 47 polos de educação a distância localizados nos seguintes municípios: Alagoinhas, Amargosa, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Camaçari, Campo Alegre de Lourdes, Carinhanha, Conceição do Coité, Dias D'Ávila, Esplanada, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Guanambi, Ibotirama, Ilhéus, Ipiaú, Ipupiara, Irecê, Itaberaba, Itamaraju, Itanhém, Itapicuru, Jacaraci, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Mata de São João, Mundo Novo, Paulo Afonso, Pintadas, Piritiba, Rafael Jambeiro, Remanso, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Santo Estevão, São Sebastião do Passé, Seabra, Senhor do Bomfim, Serrinha, Simões Filho, Sitio do Quinto, Teixeira de Freitas, Valença, Vitória da Conquista.

Quadro 1 – Distribuição Espaço-Geográfica das Unidades da Uneb

CAMPUS	LOCAL/SEDE	DEPARTAMENTOS
I	Salvador	Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Vida e Educação
II	Alagoinhas	Educação e Ciências Exatas e da Terra
III	Juazeiro	Tecnologia e Ciências Sociais e Ciências Humanas
IV	Jacobina	Ciências Humanas
V	Santo Antônio de Jesus	Ciências Humanas
VI	Caetité	Ciências Humanas
VII	Senhor do Bonfim	Educação
VIII	Paulo Afonso	Educação
IX	Barreiras	Ciências Humanas
X	Teixeira de Freitas	Educação
XI	Serrinha	Educação
XII	Guanambi	Educação
XIII	Itaberaba	Educação
XIV	Conceição do Coité	Educação
XV	Valença	Educação
XVI	Irecê	Ciências Humanas e Tecnologias
XVII	Bom Jesus da Lapa	Ciências Humanas e Tecnologias
XVIII	Eunápolis	Ciências Humanas e Tecnologias
XIX	Camaçari	Ciências Humanas e Tecnologias
XX	Brumado	Ciências Humanas e Tecnologias
XXI	Ipiaú	Ciências Humanas e Tecnologias
XXII	Euclides da Cunha	Ciências Humanas e Tecnologias
XXIII	Seabra	Ciências Humanas e Tecnologias
XXIV	Xique-Xique	Ciências Humanas e Tecnologias

Fonte: UNEB (2013)

Figura 1 – Localização dos campi por municípios



Fonte: SEI/SEPLAN, UNEB/NucDesign (2013)

Quadro 2 – Rede de Gestão Departamental

ORDEM	REDES DE GESTÃO DEPARTAMENTAL (RGDs)	DEPARTAMENTOS/MUNICÍPIOS
A	Médio São Francisco	Bom Jesus da Lapa e Barreiras
B	Anísio Teixeira	Brumado, Caetité e Guanambi
C	Metropolitana	Alagoinhas, Salvador e Camaçari
D	Recôncavo Baiano / Costa do Dendê	Valença, Santo Antônio de Jesus e Ipiá
E	Semiárido Norte	Juazeiro, Jacobina e Senhor do Bonfim
F	Antônio Conselheiro	Paulo Afonso, Serrinha, Conceição do Coité e Euclides da Cunha
G	Chapada Diamantina	Irecê, Xique-Xique, Seabra e Itaberaba
H	Costa do Descobrimento	Eunápolis e Teixeira de Freitas

Fonte: PROPLAN (2012)

5 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC)

Antecedida pela Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (Fespi), foi definida como Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), pela Lei nº 6.344, de 05 de dezembro de 1991 e reorganizada pela Lei nº 6.898, de 18 de agosto de 1995, no terceiro governo Antônio Carlos Magalhães (1991-1995), gestão da secretária Dirlene Mendonça. (BAHIA, 1998, p. 77)

A Uesc originou-se de três unidades acadêmicas da região do cacau. A Faculdade de Direito de Ilhéus, autorizada pelo Ministério de Educação, em 1960, começou a funcionar no ano letivo de 1961. Criada pelas lideranças locais, tendo à frente Soane Nazaré Andrade, Amilton Ignácio de Castro, Jorge Fialho, Rui Cajueiro, Ramagem Badaró e Francelino Neto. Já a Faculdade de Filosofia de Itabuna foi instituída pela Ação Fraternal, entidade mantida por Amélia Tavares Amado, começou a funcionar pela mesma época da Faculdade de Direito de Ilhéus. A terceira unidade acadêmica, Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna, manifesta a liderança do bacharel Érito Machado, juiz do trabalho.

As três entidades foram reunidas na Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (Fespi), em 1974, com a construção do campus na estrada Ilhéus e Itabuna, passando a contar com apoio financeiro da Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Ceplac) (UNIVERSIDADE E. SANTA CRUZ, 2003. p. 43-50).

As instalações construídas pela Ceplac e o pagamento dos professores com as taxas escolares resultaram do acordo estabelecido entre o diretor da Fespi, professor Soane Nazaré Andrade, e o secretário geral da Ceplac, José Aroldo Castro Vieira. Esse esquema funcionou por certo tempo. Quando da mudança na taxa de retenção do cacau, a Ceplac passou para a jurisdição do Ministério da Agricultura, começaram as dificuldades financeiras da Fespi.

Já no início de 1987, começou a crise econômica. Apresentou-se como alternativa solucionadora a federalização ou a estadualização. Em face das dificuldades para a federalização, foi trabalhada a estadualização que só se efetivou em 1991. Para Ubaldo Dantas, prefeito de Itabuna, patrono da turma de formandos de 1988, “só resta à Fespi a hipótese de estadualização, já que o presidente Sarney foi muito enfático (...), ao afirmar que existem pedidos mais antigos e influentes” (A TARDE, 5 fev. 1988). Nesse sentido, houve gestões no governo Waldir Pires (1987-1989) para encaminhar a solução para greve e mudança na direção da Fespi.

O governo estadual assumiu os ônus financeiros da manutenção da Fespi, conforme compromisso político e dispositivo da Constituição da Bahia de 1989. Posteriormente, veio a estadualização da Fespi e sua transformação em universidade, quando reitor Altamirando Marques. O governador Antônio Carlos Magalhães, em 1991, enviou projeto de lei à Assembléia Legislativa propondo a estadualização. A Fespi oferecia àquela época os cursos de Direito, Licenciaturas em Ciências, Filosofia, Letras, Pedagogia, Estudos Sociais, Administração, Ciências Econômicas e Enfermagem (A TARDE, 31 out. 1991). A Uesc obteve o credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação, conforme parecer nº 089/99, relator conselheiro José Rogério da Costa Vargens.

Embora a Uesc incorpore a primeira e a mais antiga faculdade fora da capital, a Faculdade de Direito de Ilhéus, e tenha funcionado antes da estadualização como Federação das Escolas Superiores, a quarta e última universidade da administração estadual instituiu-se apenas em 1991, dirigida pela reitora Renée Abagli Nogueira que soube exercer reconhecida liderança. Completou-se, assim, o quadro das quatro universidades estaduais.

6 CONCLUSÃO

O esforço das lideranças estaduais conduziu, pioneiramente, a efetivação da educação superior no território baiano, primeiramente, com as Faculdades de Formação de Professores, que criaram efetivas oportunidades para o ensino. Em seguida, chegaram às universidades estaduais, instaladas em centros urbanos como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, Ilhéus, Itabuna e nos 24 municípios onde se localizam os campi da Uneb, confirmando a presença de “uma universidade para toda a Bahia”. Faculdades e Universidades que correspondem às aspirações, demandas e necessidades locais e regionais na formação de redes. Em um segundo momento, a partir de 2006, as Universidades Federais do Recôncavo Baiano, do Sul da Bahia e do Oeste Baiano, juntamente com os Institutos Federais da Bahia e Baiano, aumentaram as oportunidades de formação, de pesquisa e de extensão em todo território do Estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. **Plano de educação e cultura do Estado da Bahia: 1984-1987**. Salvador, 1984. Governo João Durval Carneiro.

_____. **Plano integral de educação e cultura**. Salvador, 1969. V. 1-2. Governo Luiz Viana Filho.

_____. **Três anos de educação e cultura na Bahia: relatório de atividades: 1983-1985**. Salvador, 1986. Governo João Durval Carneiro.

BAHIA. Secretaria de Educação. Coordenação de Ensino Superior. **As universidades estaduais II**. Salvador, 1998.

BOAVENTURA, Eivaldo M. Delineamento das políticas estaduais de educação e cultura. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, n. 31, p. 29-40, dez. 1983^a.

_____. **O departamento na universidade**: estudo sobre o departamento na organização universitária, tomando-se como campo de observação a Universidade Federal da Bahia, antes e depois de sua estruturação-reforma. Salvador, 1971^a. Tese (Concurso de Professor Titular) – Departamento de Planejamento e Administração Educacional, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. O desafio de uma universidade estadual no Nordeste. **Revista da Universidade do Estado da Bahia**, v. 1, n. 1, p. 02-04, abr./jun. 1985. Palestra no Seminário sobre universidade multicampi: acesso e cooperação. Universidade do Quebec/OUI/UNEB, em 18 mar. 1985.

_____. Educação superior estadual e a cooperação interamericana. In: CONGRESSO DA ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERAMERICANA. Salvador. **Anais...** Salvador: Gráfica Universitária da UFBA, 1983b. v. 2, p. 630-638.

_____. **As etapas do doutorado**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1994.

_____. **Pela causa da educação e da cultura**: pronunciamentos. Salvador: SEC, 1984.

_____. Uma proposta de educação superior para a Bahia. **Sitientibus: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana**. Feira de Santana, v. 1, n. 2, p. 97-106, jan./jun. 1983.

_____. **A segunda casa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. O sistema multicampi. In: _____. **Tempos construtivos**. Salvador: Arpoador, 1984. p. 31-33. Discurso de abertura do II Seminário de Universidade Multicampi, Salvador, 13 abr. 1986.

_____. A universidade em forma de rede. In: **Tempo de educar**. Salvador: SEC, 1987. p. 93-94. Discurso de abertura do Seminário, A universidade em forma de rede: acesso e cooperação. Salvador, IRDEB, 17 mar. 1985.

_____. A Universidade Estadual de Feira de Santana. In: **Tempo de educar**. Salvador: SEC, 1987. p. 81-92. Aula inaugural do ano letivo da Uefs, 05 mar. 1985.

_____. **Universidade em mudança**: problemas de estrutura e de funcionamento da educação superior. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1971b.

_____. Universidade a serviço da comunidade. In _____. **Universidade em mudança**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1971c. p. 105-122. Aula inaugural da Faculdade de Educação de Feira de Santana, pronunciada em 3 de março de 1969.

_____. (Org.) **UFBA**: trajetória de uma universidade 1946-1996. Salvador: EGBA, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Gabinete do Ministro. Portaria n. 909, 31 jul. 1995. Reconhecimento da Universidade do Estado da Bahia. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 31 jul. 1995.

CUNHA, Maria Couto. **A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos de educação superior no Estado da Bahia**. Salvador, 2002. 219 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

ESTADUALIZAÇÃO pode ser a solução para a Fespi. **A Tarde**. Salvador, 5 fev. 1988. Caderno 2, p. 16.

GOVERNO deve estadualizar Universidade. **A Tarde**. Salvador, p. 3, 31 out. 1991.

LEE, Cugene C.; BOWEN, Frank M. **The multicampus university**. Berkeley (California): Macgraw-Hill Book Company, 1971.

MORAES, Irany Novah. **Perfil da universidade**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1986.

PIMENTA, Lídia B. **Planejamento e gestão orçamentária na Universidade do Estado da Bahia -1995-2000**. Salvador, 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Alírio de. **[Depoimento do Professor Alírio de Souza]**. Salvador, 30 maio de 1993. Depoimento intitulado A empreitada da UNEB.

TOURINHO, Maria Antonietta de C. **Imperial Instituto Baiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX**. Salvador, 1982. 300 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Credenciamento da Universidade Estadual de Santa Cruz: trajetória político-institucional**. Ilhéus: Editus, 1999.

_____. **Relatório de atividades 1996-2003**. Ilhéus: Editus, 2003.

DESCRIÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PESCADORES NO BAIXO SÃO FRANCISCO, NORDESTE-BRASIL

Priscila Costa Rezende¹
Igor da Mata Oliveira²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo traçar o perfil socioeconômico dos pescadores na região do Baixo São Francisco (BSF). A pesquisa foi realizada no período novembro de 2010 a julho de 2011, através de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos pescadores por meio de visita de campo nos 22 municípios ribeirinhos de Sergipe e Alagoas que compreendem a região. De acordo com estimativas das colônias de pescadores da região, existem, aproximadamente, 19.000 pescadores artesanais cadastrados em 20 entidades. Foram entrevistados 207 pescadores, que apresentaram idade média de 40 anos, dos quais 83% tem a pesca como principal fonte de renda, sendo a mesma uma atividade familiar, transmitida principalmente de pai para filho (48%). Apenas 15% concluiu o Ensino Médio, existindo em média $1,9 \pm 0,7$ pescadores por lar. A venda do pescado é realizada em sua maioria no desembarque a atravessadores ou diretamente ao consumidor final (70%), pelos próprios pescadores. Observa-se que são necessárias medidas de manejo para garantir a sustentabilidade da pesca do BSF.

Palavras-chave: Pesca ribeirinha; pescadores artesanais; atividade familiar; perfil social e econômico.

SOCIOECONOMIC DESCRIPTION OF FISHERMEN IN THE LOWER SAN FRANCISCO, NE-BRAZIL

ABSTRACT

The study aimed to register the socioeconomic profile of fishermen in the Lower São Francisco region (BSF). The research was conducted from November 2010 to July 2011, visiting the 22 riverside cities of Sergipe and Alagoas states, that comprises the Lower São Francisco region, through the application of semi-structured interviews for the fishermen. There are approximately 19,000 registered artisanal fishermen in 20 entities. Was interviewed 207 fishermen mean age 40 years, of which 83% have fishing as their main job, being a familiar activity, mainly transmitted from father to son (48%). Only 15% is graduated in high school, and there are 1.9 ± 0.7 fishermen per home. The sale of the fish is performed mostly on landing, to a middleman or directly for consumer (70%). It is observed that management measures are needed to ensure the viability of fishing for BSF.

Keywords: River fishing; artisanal fishermen; family activity; social and economic profile.

JEL: Q22; Q01

¹ Engenheira de Pesca, Mestre em Aquicultura e Recursos Pesqueiros, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC <priscila.pesca.ufal@hotmail.com>

² Engenheiro de Pesca, Professor da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Unidade Penedo. Av. Beira Rio, s/n. CEP 57200-000 – Penedo-AL <oliveira.igordamata@gmail.com>

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, são produzidos 1.240.000t de pescado por ano, dos quais aproximadamente 45% são oriundos da pesca artesanal. Existem oficialmente 970 mil pescadores registrados, dos quais 957 mil são artesanais, organizadas em cerca de 760 colônias, 137 sindicatos e 47 cooperativas (MPA, 2011).

Os pescadores artesanais são aqueles que utilizam de embarcação e aparelhagem de pouca autonomia, realizando a pescaria mais próxima à costa ou em águas continentais (DIEGUES, 1973). A pesca artesanal se trata de uma das atividades mais antigas do Brasil, sendo a principal fonte de renda para muitas famílias de várias comunidades (ABDALLAH; BACHA, 1999).

A atividade pesqueira na sua forma artesanal assume grande importância para o comércio local de muitas cidades. Parte da produção pode ser vendida a intermediários ou em feiras dos municípios mais próximos (SANTOS; SANTOS, 2005).

Porém, a decadência na qualidade do ambiente aquático devido à eutrofização, a poluição e as modificações feitas pelo homem vêm levando a uma redução da capacidade dos peixes nativos de se adaptarem, por meio da reprodução natural, à pressão pesqueira (WELCOME; BARTLEY, 1998).

A construção de barragens, indústrias e hidrelétricas está sempre ligada a agentes causadores de impactos negativos aos ecossistemas, promovendo desmatamento, contaminação dos recursos hídricos e modificações nas comunidades humanas, que vivem direta ou indiretamente destes recursos (DIEGUES, 1973).

A pesca artesanal é a mais afetada em decorrência dos problemas citados. Segundo Boeger (1998) e Dantas et al. (2008), a partir das instalações de usinas hidrelétricas, as espécies reofílicas diminuíram drasticamente seus fluxos migratórios pela criação de barreiras físicas, que alteraram o sistema hídrico, de lótico para lêntico, contribuindo para a redução dos estoques das principais espécies nativas.

No Baixo São Francisco, Nordeste do Brasil, o Reservatório de Xingó é um dos exemplos da mudança do sistema hídrico e do fluxo do rio, onde para sua construção foram inundadas áreas pertencentes aos municípios de Paulo

Afonso, no Estado da Bahia, Olho D'água do Casado, Piranhas e Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Canindé do São Francisco no Estado de Sergipe (CHESF, 2008).

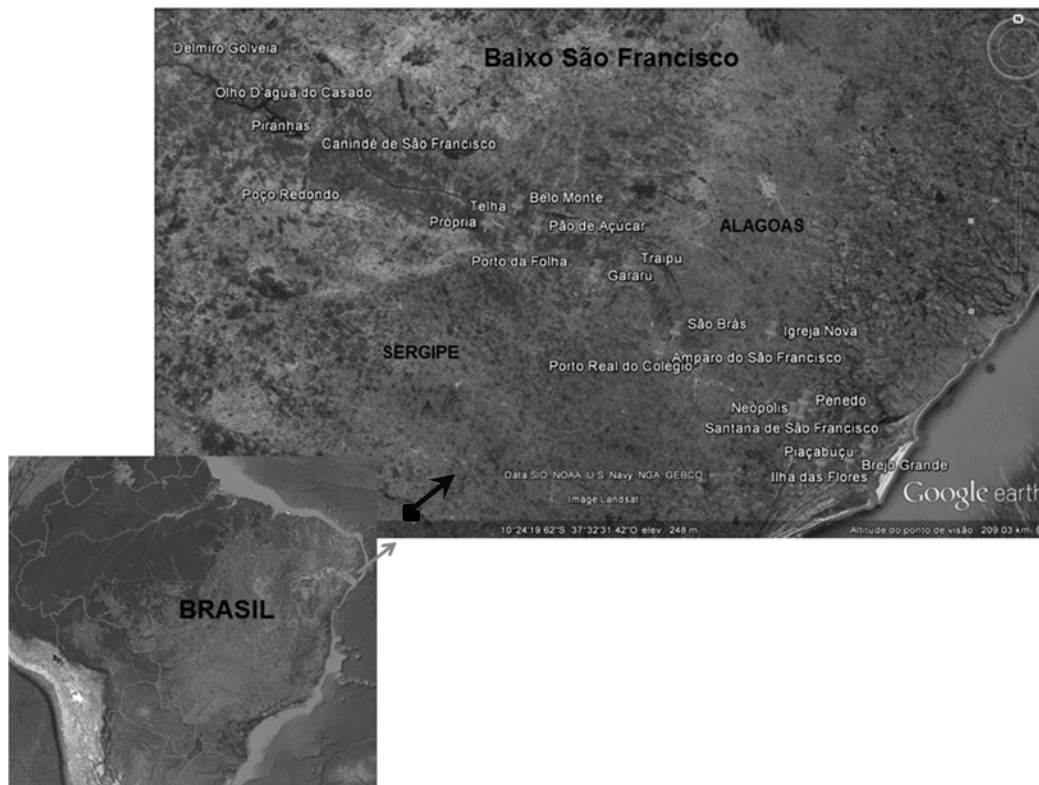
Diante disso, o presente trabalho, teve como objetivo registrar o perfil socioeconômico dos pescadores do Baixo São Francisco. Promovendo uma melhor compreensão da atual situação dos pescadores da região após a modificação do ambiente realizada pelo homem.

1.1 Área de estudo

A Usina Hidrelétrica de Xingó faz parte do sistema de geração de energia elétrica da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), tem como objetivo principal aumentar a oferta de energia elétrica e está em operação desde dezembro de 1994. Localiza-se no Rio São Francisco (09°37'S, 037°46'W, entre os estados de Alagoas e Sergipe, aproximadamente 2 km a montante da cidade de Canindé de São Francisco-SE, região Nordeste do Brasil), a 180 km da foz do rio, no trecho final do canyon que se inicia em Paulo Afonso. O Reservatório de Xingó está localizado no Baixo São Francisco, apresenta uma superfície aproximada de 60 km², com uma capacidade de armazenamento de 3,8 bilhões de m³ de água (CHESF, 2008).

O trabalho foi realizado nos 22 municípios que compreendem a porção do Baixo São Francisco, sendo 11 em Alagoas (Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado, Piranhas, Pão de Açúcar, Belo Monte, Traipu, São Brás, Porto Real do Colégio, Igreja Nova, Penedo e Piaçabuçu) e 11 em Sergipe (Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Amparo do São Francisco, Telha, Própria, Santana de São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande) (Figura 1).

Figura 1 - Cidades que compõem o baixo São Francisco e sua localização no Brasil



Fonte: os Autores

1.2 Metodologia

A pesquisa foi realizada no período de novembro de 2010 a julho de 2011, através de entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos pescadores presentes nas oficinas do Programa de Resgate Cultural dos Pescadores e Pescadoras do Baixo São Francisco (CHESF/BrasilEncorp), ou por meio de visita de campo às colônias, atracadouros, barracões, associações e em pontos de desembarque e comercialização de pescado, ao longo dos 22 municípios da região (11 em Alagoas e 11 em Sergipe). Foi determinado o número médio de entrevistas de 10 pescadores por colônia, e ao menos 1 representante da mesma (presidente, tesoureiro ou secretário).

As entrevistas semi-estruturadas constituem um roteiro simples de perguntas e questões que são levantadas e posteriormente são complementadas pelo entrevistado, de modo que haja flexibilidade entre o entrevistador e o entrevistado na coleta de informações, incluindo, por exemplo, perguntas não

inicialmente previstas no roteiro e possíveis opiniões do entrevistado (Richardson, 1989).

Foram utilizados dois roteiros de entrevista distintos: um aplicado aos pescadores(as) e outro aplicado as colônias ou associações de pescadores.

Junto aos representantes das colônias ou associações, foram levantadas informações sobre a estrutura, os serviços prestados aos associados (cadastramento, seguro defeso, arrolamento de embarcações e apoio à comercialização do pescado dos associados). Já junto aos pescadores, foram obtidas informações sobre o seu perfil social (idade, sexo, estado civil, número de filhos, quantidade de pescadores registrados nas colônias, no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA/registro de pescador profissional), recebimento de seguro defeso, nível de escolaridade, tipo de influência para o início da atividade pesqueira e o motivo pela permanência do indivíduo na atividade), fontes de renda, tipo de habitação, número de pescadores por lar, acesso a serviços públicos (energia elétrica, água encanada, coleta de lixo, serviço de esgoto), posse e uso de embarcações e sobre a conservação e comercialização do pescado (forma de conservação, local, forma de venda e destino inicial da produção).

Todos os dados compuseram um banco de dados, para análise de estatística descritiva (médias, desvios, porcentagens além de gráficos e tabelas).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 As colônias de pescadores

De acordo com dados obtidos junto aos representantes das colônias, atualmente o BSF possui cerca de 19.000 pescadores artesanais profissionais cadastrados, locados em 19 colônias e 1 associação de pescadores. No entanto, segundo dados do MPA, a região conta com 16.500 pescadores registrados em situação legal em todo o BSF (MPA, 2011).

A colônia que apresentou maior número de associados foi a de Piaçabuçu, Z-19 (3.980 pescadores associados), seguida pelas colônias de Neópolis, Z-7 (3.140) e Penedo, Z-12 (2.500).

O elevado número de associados em algumas colônias se explica pelo fato dessas concentrarem associados de outros municípios e localidades, os quais não possuem colônias ou foram criadas recentemente. No caso da colônia de Piaçabuçu, esta concentra, além dos pescadores do Baixo São Francisco, pescadores marinhos, do Pontal do Peba e povoados circunvizinhos. Como as colônias não possuem informações que especifiquem o tipo de pescaria realizada pelos associados, se considerarmos apenas os pescadores ribeirinhos, podemos afirmar que o número obtido está sobreestimado. No sistema do MPA é possível realizar a pesquisa do número de associados por região, ou por colônia de pescadores. De acordo com o mesmo, conforme consta em seu sistema, 1.175 pescadores estão registrados em situação legal no referido município, bem abaixo do valor informado (3.986 pescadores).

As colônias menos representativas, em termos de número de associados, foram as de Ilha das Flores, Z-23 (51 pescadores associados), Amparo do São Francisco, Z-20 (106) e Santana do São Francisco, Z-22 (160). Tais colônias foram recentemente criadas, e têm, portanto, colônias antigas e mais representativas em municípios próximos, nas quais se concentram grande parte dos pescadores desses municípios.

Aproximadamente 70% das colônias do Baixo São Francisco possuem computadores com acesso à internet, nos quais são realizados serviços administrativos, como emissão de carteiras de associado, “arrolamento” (registro) das embarcações, feito junto à Capitania dos Portos de Penedo, além de cadastramento e verificação de liberação para o seguro defeso, junto ao Ministério da Pesca. Observou-se ainda que 30% das colônias possuem um “mercado do peixe” (infraestrutura de apoio à comercialização do pescado produzido pelos associados), e mais 9% possuem projeto para a implantação de tal estrutura.

2.2 Perfil social e jornada de trabalho

No total foram entrevistados 207 pescadores, com idade de 39 ± 12 anos para homens e 37 ± 18 para mulheres. A média de idade encontrada na região apresenta valor aproximado ao encontrado por Lira et al. (2010), de 38 anos

para homens e 37 para mulheres pescadores(as) de Pernambuco. 75% dos entrevistados são do sexo masculino e 60% são casados ou vivem em união estável.

Lira et al. (2010), observaram ainda que 67% dos pescadores em Pernambuco são do sexo masculino, ao passo que Alencar e Maia (2011), afirmam que na região Nordeste, onde a pesca artesanal é predominante, as mulheres tem 39% de participação dentro da atividade pesqueira. Levando esses valores para o cenário nacional, os mesmos autores citam que as mulheres representam 34,9% dos pescadores artesanais.

Segundo Diegues (1973), os pescadores artesanais trabalham na maioria das vezes sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada, de ambos os sexos e com grande amplitude etária. No presente trabalho, 25% dos entrevistados foram mulheres, que afirmaram atuar de forma a ajudar o marido durante a pescaria. Esse resultado apresenta uma questão de identidade, muito comum na pesca, onde vários indivíduos, e em especial as mulheres, não se identificam como pescadores, considerando-se apenas pescadores de oportunidade ou como um ajudante, geralmente de algum pescador profissional com forte vínculo familiar.

Em relação ao número de filhos, os mesmos apresentaram em média $2,1 \pm 1,5$ filhos/ por pescador, corroborando a Lira et al. (2010) que observou no estado de Pernambuco, uma média de 2,8 filhos. Semelhante também ao descrito no CENSO 2010, no qual a média nacional de filhos por mulher é de 1,9 (IBGE, 2010).

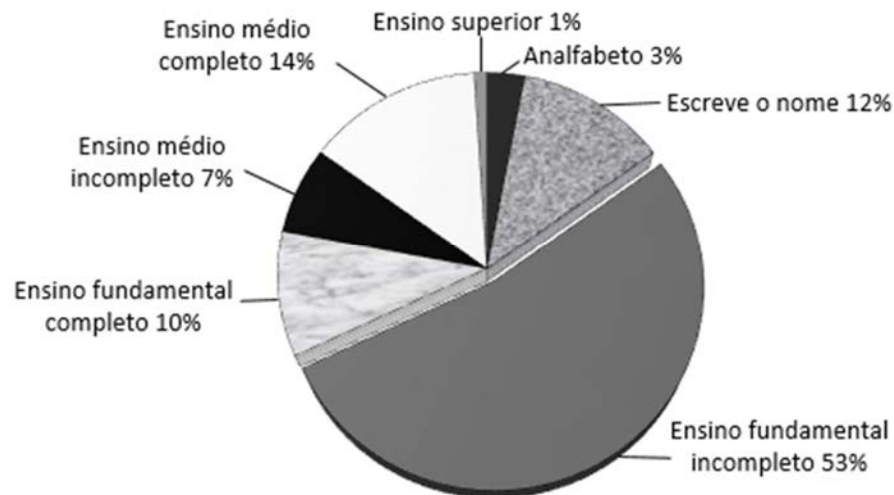
Os pescadores do BSF trabalham, em média, 4 dias por semana, 8 horas por dia, apresentando jornada de trabalho similar aos trabalhadores formais (8 horas/dia). Em sua maioria, saem ao amanhecer para realizar a pesca, voltando no final do dia, semelhante a jornada de trabalho dos pescadores de Pernambuco, apresentada por Lira et al. (2010), de 4,5 dias por semana e 4 a 8 horas/dia.

2.3 Escolaridade

Entre os pescadores do Baixo São Francisco foi observado que 53% dos entrevistados possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto. Se

somarmos os 12% que sabem escrever o nome, mais 3% dos declarados analfabetos, temos 15% de pescadores que não possuem nenhum grau de instrução. Somando-se, ainda, esse valor com mais 53% que possuem apenas o ensino fundamental incompleto, temos 68% de pescadores analfabetos funcionais (Figura 2).

Figura 2 - Nível de escolaridade dos pescadores do Baixo São Francisco. N=207



Fonte: os Autores

De acordo com o IBGE (2010), 50,2% da população brasileira não tem nenhum grau de instrução ou tem o ensino fundamental incompleto, não sendo, portanto, esse resultado exclusivo dessa classe. Mesmo assim, o nível de escolaridade entre os pescadores do baixo São Francisco é considerado baixo.

Alencar e Maia (2011), afirmam que 75% dos pescadores brasileiros possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Na região Nordeste, os mesmos autores afirmam que 72% possuem o até o ensino fundamental incompleto. Já Ramos (2001) observou que a escolaridade máxima encontrada na região do Baixo São Francisco foi a terceira série do ensino fundamental (incompleto). Todos os dados, apresentando similaridade, onde a maioria dos pescadores possui apenas o ensino fundamental incompleto, dificultando a organização e desenvolvimento da pesca artesanal, no que diz respeito ao conhecimento e busca pelo setor e seus direitos. Além de dificultar também a realização de capacitações, com a finalidade de melhoraria da atividade.

De acordo com Anjos et al. (2010), percebe-se a existência de uma rejeição do trabalho urbano, na fala dos pescadores de Miranda/MS e de Aquidauana/Anastácio, e que esse motivo se dá pela falta de estudo. Isto se deve, entre outros motivos, à dificuldade em se inserir no nesse mercado em decorrência da baixa escolaridade. Além disso, Isaac-Nahum (2006), no sentido de que a falta de oportunidades para a educação formal e profissional, e ausência de conhecimentos sobre as regras básicas de gerenciamento de negócios fazem do pescador de pequena escala um trabalhador sem instrumentos culturais, sociais e econômicos para melhorar a sua condição de vida.

2.4 Ingresso e permanência na atividade

No Baixo São Francisco é possível observar que a pesca é uma atividade familiar, como descrito por Diegues (1983) de esta ser uma das características da pesca artesanal, visto que 63% dos pescadores entrevistados ingressaram na atividade por influência de algum familiar (pai, cônjuge ou outro parente), sendo o pai o principal incentivador (Figura 3). No entanto, esse quadro não é uma exclusividade da atividade pesqueira, de acordo com Almeida e Silva (2011), a influência dos pais nos processos da escolha profissional dos filhos ocorre continuamente nos processos de interação dentro dos grupos familiares, algo iniciado na infância.

Por outro lado, o ingresso na pesca de 19% dos entrevistados por falta de opções ou de condições para outra atividade, precisa ser acompanhado e minimizado pela gestão pública, tendo em vista que o mesmo certamente está relacionado ao baixo grau de escolaridade entre os pescadores.

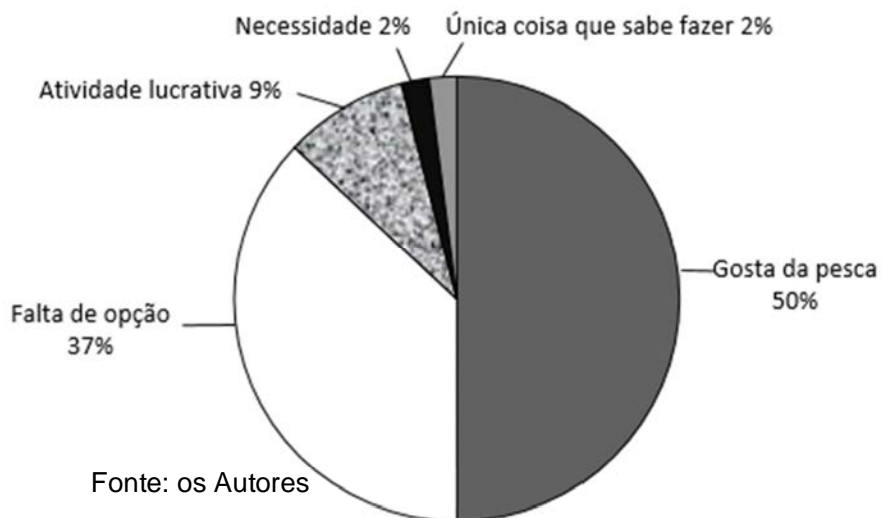
Figura 3 - Principais fatores de influência para a entrada dos pescadores na atividade.N=207



Fonte: os Autores

Apesar de um grande número de pescadores relatar que permanece na atividade por falta de opção, a maioria afirma que permanece por realmente gostar da pesca (Figura 4). Durante a pesquisa de campo, foi observado, ainda, em todo o Baixo São Francisco, que pescadores mais antigos, tendem a se referir à profissão com mais ênfase. Essa observação nos leva a crer que seria preciso avaliar o interesse dos pescadores na atividade por estrutura etária, de maneira a se inferir sobre o futuro da atividade, a composição dos participantes e possíveis alternativas econômicas para as populações ribeirinhas tradicionais.

Figura 4 - Motivos para a permanência dos pescadores na atividade. N= 207.



Fonte: os Autores

2.5 Renda do pescador

A renda média mensal estimada entre os pescadores dos municípios estudados foi de R\$ 225,00 (US\$ 59.24). Porém, 33,3% obtém uma renda de apenas R\$100,00 a R\$200,00/mês na pesca. Essa informação, no entanto, se mostrou de difícil obtenção, com grande dificuldade e/ou rejeição em ser retratada por parte dos pescadores, o que nos deixa dúvidas quanto às estimativas.

Os pescadores do baixo São Francisco em sua maioria (83%), tem a pesca como principal fonte de renda, como também encontrado por Silva et al. (2007), na região de Conceição do Araguaia - PA (74%), ressaltando a importância socioeconômica da atividade pesqueira para a maioria das regiões ribeirinhas.

Somente 17% dos entrevistados possuem outro tipo de fonte de renda, ou outro trabalho que ajude nos rendimentos da pesca, como aquicultura, agricultura, atuam como motorista ou exercem trabalhos temporários de forma autônoma.

34% dos pescadores não tem nenhum familiar em sua casa que complemente e/ou ajude nas despesas. Já para os outros 66%, a renda é complementada pelo trabalho do cônjuge, ou fazem parte do programa Bolsa Família³.

3 HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS

Em relação à moradia dos pescadores, existem em média $1,9 \pm 0,7$ pescadores por lar no BSF. Geralmente, a pesca é realizada pelo marido e mulher, ou pelo pai e filho juntos, reforçando o aspecto familiar da atividade na região.

97% dos pescadores entrevistados afirmaram possuir casa própria, estas são feitas em sua maioria de alvenaria (95%), seguidas de taipa (3%),

³O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (MDS, 2012).

taipa e alvenaria (1,5%) e madeira (0,5%). Já Lira et al. (2010), observou que 82,5% dos pescadores de Pernambuco possuem casa própria. Segundo dados do CENSO (IBGE, 2010) apenas 76,9% da população do Nordeste possui casa própria.

Em se tratando de acesso à serviços públicos básicos, quase metade dos pescadores entrevistados não contam com serviço de esgoto (Tabela 1). Delmiro Gouveia, Poço Redondo e Brejo Grande, apresentaram os piores indicadores. Embora todos os pescadores entrevistados tenham água encanada e energia elétrica em suas casas, nenhum deles contava com os serviços de esgoto e coleta de lixo. Segundo os pescadores, nessa condição, quando o lixo não é jogado no rio, o descarte ocorre em terrenos abandonados, e às vezes queimado, o que, como sabemos, compromete não apenas o solo, mas também subsolo e lençóis freáticos. Esse acúmulo pode ocasionar doenças, sendo, portanto, um ponto que requer responsabilidade dos administradores públicos, não somente importante pelos impactos causados a população local, como para melhoria de vida.

Tabela 1 – Serviços de saneamento básico oferecidos aos pescadores do Baixo São Francisco

SERVIÇOS	POSSUEM	NÃO POSSUEM
Energia elétrica	97%	3%
Água encanada	90%	10%
Serviço de esgoto	53%	47%
Coleta de lixo	88%	12%

Fonte: Questionários preenchidos pelos pescadores durante a pesquisa.

IBGE (2010) para a região Nordeste, onde 96% possui energia elétrica, 76%, água encanada, 45% serviço de esgoto e 75% coleta de lixo direta e indireta. Quando compararmos a outras regiões onde se concentram pescadores, os valores apresentam similaridade aos dados do IBGE, onde 97% possuem energia elétrica, 80% água encanada, 20% serviço de esgoto e 76% coleta de lixo (LIRA et al., 2010).

Ressalta-se ainda que 22% dos pescadores entrevistados realizam a pesca em outros lugares além do rio São Francisco (em lagoas, riachos e

barragens), o que reforça a importância da preservação também desses corpos d'água adjacentes para a pesca da região, os quais são responsáveis pela manutenção e desenvolvimento de várias espécies.

4 REGISTRO E SEGURO DEFESO

Quanto ao registro dos pescadores, 64% possuíam carteira do MPA, 24% a carteira da capitania dos portos e 81% a carteira da colônia de pescadores. As cidades que possuem maior proporção de pescadores registrados no MPA são: Pão de Açúcar, Poço Redondo, Porto da Folha, Belo Monte e Ilha das Flores, (100%) (Figura 3). Quando comparado a outras regiões, os pescadores do BSF possuem boa parte dos documentos exigidos para a realização da pesca. Segundo Lira et al. (2010), em Pernambuco, 36% possuem carteira da colônia, 25% possuem carteira do MPA e 10% carteira da capitania dos portos.

Apenas 7% dos pescadores entrevistados não são associados às colônias. 77% dos que são associados, recebem o seguro defeso. Nas cidades de Poço Redondo, Belo Monte, Porto Real do Colégio, Igreja Nova, Ilha das Flores, Piaçabuçu e Brejo Grande todos os entrevistados recebem o seguro defeso⁴. De acordo com Mendonça e Lucena (2013), em 2011, 45 a 60% dos pescadores de Alagoas receberam seguro-defeso. Em Sergipe, 75 a 90%. Comparado aos nossos dados que representam as duas regiões, onde 77% dos pescadores afirmam receber o seguro, apresentam similaridade, estando acima da média nacional, onde 62% dos pescadores receberam seguro-defeso no mesmo ano.

5 POSSE E REGISTRO DE EMBARCAÇÕES

Para a realização da pesca ao longo do baixo São Francisco, 60% dos pescadores entrevistados fazem uso de embarcações das quais 82% são próprias e 18% emprestadas ou alugadas.

Entre os pescadores donos de embarcações, 71% não possuem registro das suas embarcações. Segundo os pescadores, isso se dá devido à grande

⁴ LEI Nº 10.779 de 25 de novembro de 2003, Dispõe concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal (Brasil, 2003).

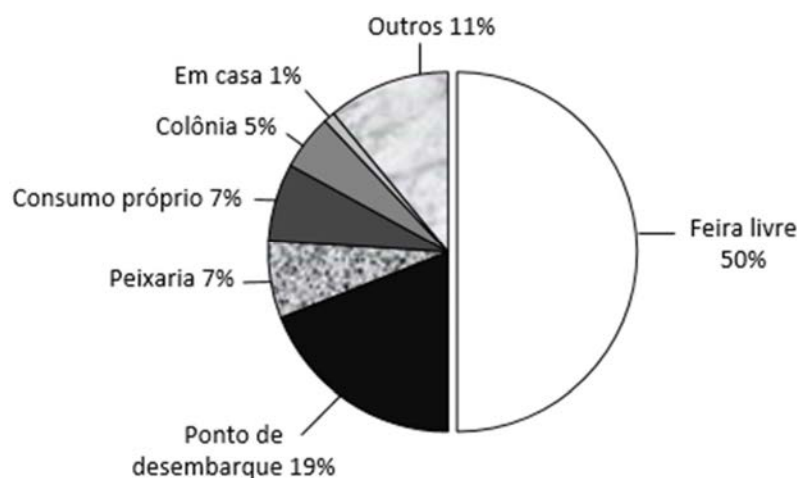
burocracia necessária para a realização do registro (contestação de vários pescadores, quase na sua totalidade). Para tal, são necessárias vistorias, notas fiscais de compra da embarcação e pagamento de seguro. Ainda, muitas vezes esses registros não são feitos na própria cidade, precisando se deslocar para realizá-lo. Aliado a isso, os próprios pescadores mencionam que não há uma forte fiscalização na região, e que, por esses motivos, preferem permanecer irregulares.

6 CONSERVAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO

No Baixo São Francisco foi observado que o pescado é vendido de forma inadequada, em bancas de madeira ou carrinhos de mão sobre papelões, sem nenhuma forma de conservação. De acordo com o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (BRASIL, 1952), a comercialização do pescado deve ser realizada em bancada de alvenaria revestida com azulejos ou de aço inoxidável ou de mármore/granizo ou de madeira, desde que tenha uma chapa de aço inoxidável ou mármore/granizo. (DAMS, et al., 1996 apud JULIANO, 2007).

50% dos pescadores realizam a venda direta do pescado (feira, em casa) (Figura 5).

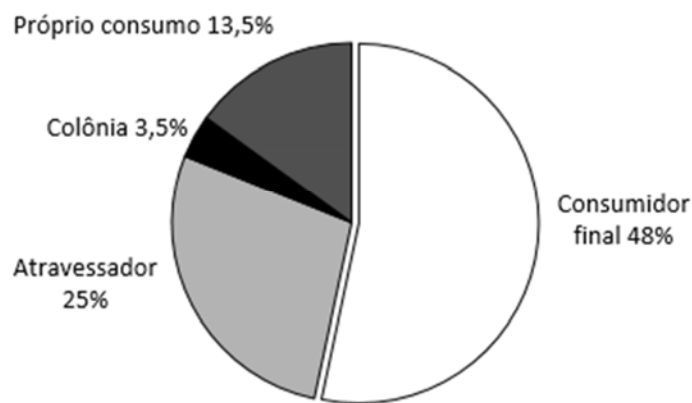
Figura 5 - Locais de comercialização do pescado capturado no BSF. N=207.



Fonte: os Autores

Os principais compradores do pescado diretamente aos pescadores são o consumidor final para quase metade dos pescadores (Figura 6). Segundo Lira et al. (2010), no estado de Pernambuco, 50% da produção de pescado é vendida 50% para o consumidor final, 45% para peixaria e 20% é pescado somente para o próprio consumo (tendo nesse ponto da pesquisa, a possibilidade de se escolher mais do que uma alternativa).

Figura 6 - Principais compradores de pescado no BSF



Fonte: os Autores

3 CONCLUSÃO

A pesca artesanal é uma atividade que ocorre de forma familiar em toda a região do baixo São Francisco, em sua maioria é a principal fonte de renda dos pescadores e também responsável pela receita gerada no comércio local, de forma direta e indireta.

É possível observar que grande parte dos pescadores recebem benefício do governo federal, particularmente, o Bolsa Família. Dessa forma, se faz relevante a realização de um estudo que avaliasse o impacto do referido programa nos índices socioeconômicos do pescador artesanal e seus familiares.

A baixa escolaridade dos pescadores também é um fator que requer atenção. As causas de evasão escolar e a importância do ensino, ou grau de instrução, dentro da atividade pesqueira, se fazem importantes para que o

poder público possa atuar, gerando mais oportunidades, melhores condições de atuação dentro do setor pesqueiro.

A falta de registro das embarcações que atuam na pesca artesanal, requer uma atenção especial por parte da Marinha do Brasil. São necessárias medidas no sentido de desburocratizar o processo de registro, fiscalização, informação e desenvolvimento de parcerias, com as colônias de pescadores para a realização dos tramites legais necessários, facilitando assim o acesso dos pescadores ao registro e maior segurança no trabalho embarcado.

Foi observado em todo o Baixo São Francisco que o pescado é vendido de forma inadequada, não atendendo a padrões sanitários básicos, sem nenhuma forma de conservação. O uso do gelo não foi observado em nenhuma das fases de produção/comercialização. A maioria preferiria que seu pescado fosse comprado logo no desembarque, por alguma empresa, atravessador ou pela própria colônia, dada a alta perecibilidade do pescado e principalmente pela reduzida capacidade de armazenamento da produção, fazendo com que a mesma seja toda vendida, independente do preço. Mas há também pescadores que preferem vender o pescado pessoalmente, quando dispõem de freezers, porque dessa forma eles conseguem obter melhores preços, pois podem, dessa forma, estabelecer seu preço diretamente ao consumidor final. De uma forma ou de outra, é notório a necessidade de apoio para conservação e comercialização do pescado na região, garantindo maior qualidade e melhores preços tanto aos produtores quanto ao consumidor final.

A Lei Nº 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Brasil, 2009), regula as atividades pesqueiras. Em seu Capítulo III, Da Sustentabilidade do Uso dos Recursos Pesqueiros e da Atividade da Pesca, na Seção I, artigo 3º diz que compete ao poder público a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, conciliando o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo, em cada caso as normas cabíveis e no item IX a capacidade de suporte dos ambientes, no X as necessárias ações de monitoramento, controle e fiscalização da atividade e XI a proteção de indivíduos em processo de

reprodução ou recomposição de estoques. A realidade das comunidades pesqueiras, no entanto, é bem diferente do que estabelece a supracitada lei: não há fiscalização para atender os critérios mínimos exigidos por lei em nenhuma das cidades do baixo São Francisco e nem regulamentações específicas para a comercialização do pescado no mercado local. É gritante a necessidade de um maior interesse do poder público, para assegurar a viabilidade da atividade, tão importante para as regiões ribeirinhas.

Por fim, conclui-se que são necessárias medidas de manejo e assistência governamental social e técnica para minimizar os impactos ambientais e econômicos a que são submetidas as comunidades pesqueiras tradicionais, possibilitando a permanência da viabilidade econômica da pesca do BSF.

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, P.R; BACHA, C.J.C. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960-1994, Passo Fundo. **Teoria Evidência Econômica**. v. 7, n. 13, p.9-24, nov. 1999.

ALARCON, D.T. **Interações entre cetáceos e atividades pesqueiras na área proposta para a Reserva Extrativista Marinha de Itacaré (BA)**. 2006. p.156. Dissertação (Mestrado) - Sistemas Aquáticos Tropicais. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

ALENCAR, C.A.G; MAIA, L.P. Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros, Fortaleza. **Arquivos de Ciências do Mar**. v. 44, n.3, p.12-19, 2011.

ANJOS, M.H.G. do; SILVA, A.; AMÂNCIO, C.; LOPES, F.; COSTA, K. P.C. da. Análise Do Perfil Sócio-Econômico Dos Pescadores Profissionais Artesanais Do Município De Miranda/MS In: **CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL**, 8, 2010, Porto de Galinhas. Anais. Porto de Galinhas: SOBER, 2010.

BOEGER, W.A. Cadeia Produtiva da Aqüicultura do Vale do São Francisco, Curitiba. **Editora CNPq**, 1ªed., 1998.
BRASIL, Lei Nº 10.779/2003. **Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal**. D.O.U. de 26 de nov. 2003.

_____. Lei 11.959/2009. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**. Regula as atividades pesqueiras. Diário Oficial da União Seção 1 Atos do Poder Legislativo pág 1-3. 30 de junho de 2009.

_____ Decreto nº 30.691 de 29 de março de 1952. **Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal – RIISPOA**
http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/MercadoInterno/Requisitos/RegulamentoInspecaoIndustrial.pdf acesso em 05.12.20112.

CHESF, 2008. Companhia Hidrelétrica do São Francisco. **Especificações Técnicas DEMG 001/2008, Programa de Resgate Cultural de Pescadores e Pescadoras do Baixo São Francisco**. p.15, Março, 2008.

COSTA-NETO, E.M; MARQUES, J.G.W. Atividades de pesca desenvolvidas por pescadores da comunidade de Siribinha, município de Conde, Bahia: uma abordagem etnoecológica, Feira de Santana. **Sitientibus série Ciências biológicas**. v.1, n.1, p.71-78, 2001.

DANTAS, L.H.N; SANTOS, E.J.S; LEMOS, J.M; BARBOSA, L.T; SOARES, E.C.S. Análise do desembarque de pescado em duas regiões do Baixo São Francisco. **Anais do IV ENPAP e III Seminário de Piscicultura Alagoana**, Penedo, Brasil. p.21-24, 2008.

DIEGUES, A.C. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. In: _____. (Org.). São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-SP, 2000. p.290, 1973.

_____ **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. Editora Ática, São Paulo. 287p., 1983.

IBGE, 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, CENSO - 2010**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 20.10.2012.

ISAAC-NAHUM, V.J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Revista Amazonia**, p. 33-36, 2006.

JULIANO, R. P. **Qualidade do Pescado em Feira Livre**. Monografia de Especialização - UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.qualittas.com.br> acesso em 05.12.2012.

LIRA, L; MESQUITA, B; SOUZA, M.M.C; LEITE, C.A; LEITE, A.P.A; FARIAS, A.M; GALVÃO, C. **Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral de Pernambuco**. Recife. Instituto Oceanário de Pernambuco: Departamento de Pesca e Aqüicultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco. p.120, 2010.

MARTINS, V.S. **Uma Abordagem etnoecológica abrangente da pesca do polvo (Octopus spp.) na comunidade de Coroa Vermelha (Santa Cruz Cabrália, Bahia)**. 2008. p.128. Dissertação (Mestrado) - Sistemas Aquáticos Tropicais, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

MENDONÇA, T. J. LUCENA, A. C. P. Avaliação do Seguro Defeso Concedido aos Pescadores Profissionais no Brasil. **Série Relatório Técnico**, São Paulo. n. 50, p. 20, out. 2013.

MPA, 2011. **Ministério da Pesca e Aquicultura**. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>. Acesso em 29.10.2012.

MSD, 2012. **Ministério do desenvolvimento social e combate á fome, Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 29.10.2012.

RAMOS, V.O.C. **Pesca, pescadores e políticas públicas no Baixo São Francisco, Sergipe – Brasil**. 2001. 197 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Brasília, 2001.

RICHARDSON, J.R. Pesquisa social: métodos e técnicas. **São Paulo: Atlas**, 344p. 1989.

SANTOS, G.M; SANTOS, C.M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Dossiê Amazônia Brasileira II, São Paulo. **Estudos Avançados**. v. 19, n. 54, 2005.

SILVA, M.C; OLIVEIRA, A.S; NUNES, G.Q. Caracterização socioeconômica da pesca artesanal no município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, Belém. **Amazônia Ciência&Desenvolvimento**. v. 2, n. 4, p.37-51, jan./jun. 2007.

WELCOMME, R.L; BARTLEY, D.M. Current approaches to the enhancement of fisheries. **Fisheries Management and Ecology**. v. 5, p.351-382, 1988.